



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1617

Terça-feira - 18 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Lebon Regis.....	304
Antônio Carlos .....	3	Leoberto Leal.....	305
Atalanta.....	4	Luzerna.....	307
Balneário Rincão .....	6	Mafra.....	309
Biguaçu.....	6	Maracajá.....	314
Blumenau.....	10	Meleiro.....	315
Braço do Trombudo.....	15	Morro da Fumaça.....	327
Brusque.....	65	Navegantes.....	327
Caçador.....	72	Nova Trento.....	408
Camboriú.....	75	Novo Horizonte.....	411
Campo Alegre.....	83	Orleans.....	412
Campos Novos.....	104	Ouro Verde.....	415
Canelinha.....	105	Paial.....	417
Canoinhas.....	105	Palhoça.....	417
Capinzal.....	115	Palmitos.....	460
Catanduas.....	159	Passo de Torres.....	474
Caxambu do Sul.....	160	Penha.....	478
Chapadão do Lageado.....	161	Pinheiro Preto.....	478
Cocal do Sul.....	163	Pomerode.....	480
Concórdia.....	163	Porto Belo.....	495
Coronel Freitas.....	164	Porto União.....	495
Coronel Martins.....	165	Pouso Redondo.....	496
Correia Pinto.....	166	Rio do Sul.....	498
Corupá.....	167	Salto Veloso.....	507
Curitibanos.....	172	Santa Rosa do Sul.....	508
Dionísio Cerqueira.....	174	Santa Terezinha do Progresso.....	508
Doutor Pedrinho.....	185	Santiago do Sul.....	509
Ermo.....	187	São Bento do Sul.....	514
Forquilha.....	187	São Cristóvão do Sul.....	531
Fraiburgo.....	201	São Domingos.....	532
Galvão.....	205	São João do Sul.....	532
Garopaba.....	205	São Joaquim.....	533
Garuva.....	207	São José.....	533
Gaspar.....	209	São José do Cedro.....	535
Governador Celso Ramos.....	242	São Lourenço do Oeste.....	538
Grão Pará.....	242	São Miguel do Oeste.....	561
Guaramirim.....	243	Schroeder.....	562
Herval d'Oeste.....	243	Serra Alta.....	584
Ibiam.....	248	Timbé do Sul.....	585
Imarui.....	249	Timbó.....	585
Imbituba.....	260	Três Barras.....	597
Indaial.....	264	Tunápolis.....	604
Ipumirim.....	272	Vargem Bonita.....	632
Irineópolis.....	276	Videira.....	636
Itapoá.....	289	Vitor Meireles.....	644
Jacinto Machado.....	292	Xavantina.....	708
Joaçaba.....	297	Xaxim.....	710
Lages.....	303	Zortéa.....	711
Lauro Muller.....	304		

### Associações

AMMVI.....	712
FECAM.....	712

### Consórcios

AGIR.....	713
CIMVI.....	714
CIS/AMARP.....	717
CIS/AMMVI.....	717

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 281/2014

PORTARIA Nº 281/2014 de 12 de novembro de 2014

"EXONERAR DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar do cargo em comissão de Coordenador do Sistema de Controle Interno, a servidora, Carmen Lucia Piccoli Nichetti, brasileira, inscrita sob CPF o nº 767.697.399-68, a partir de 01/11/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/11/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 12 de novembro de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH

### PORTARIA 282/2014

PORTARIA Nº 282/2014 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, microônibus - placa MIS 1247, Microônibus placa MKV 7606, Microônibus placa MID 7108, Ônibus placa MIU 8581 e Ônibus placa MLF 3047 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 16 de novembro de 2014 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior e centro da cidade para a Comunidade de Nova Vicenza, Município de Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA 283/2014

PORTARIA Nº 283/2014 de 17 de novembro de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário(a) CLAUDETE LOPES PINTO, inscrita sob CPF nº 448.383.369-34 ocupante do cargo de Presidente do Conselho Tutelar, a partir de 17/11/2014 a 01/12/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de novembro de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

### PORTARIA 284/2014

PORTARIA Nº 284/2014 de 17 de novembro de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário(a) SIMONE APARECIDA TOIGO, inscrita sob CPF nº 007.269.719-95 ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Agricultura, a partir de 17/11/2014 a 01/12/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de novembro de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

### PORTARIA 285/2014

PORTARIA Nº 285/2014 de 17 de novembro de 2014

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder ao funcionário JOEL ROQUE PIAIA, inscrito sob CPF nº 594.268.299-20, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 17/11/2014 a 01/12/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de novembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

#### **PORTARIA 286/2014**

PORTARIA Nº 286/2014 de 17 de novembro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário JOECI DOS SANTOS, CPF 041.995.749-99 ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, a partir de 17/11/2014 a 16/12/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de novembro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

## **Antônio Carlos**

### **PREFEITURA**

#### **PORTARIA N 512/2014**

PORTARIA NO 512/2014

Constitui comissão de avaliação de desempenho em estágio probatório no âmbito desta municipalidade e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22 e seguintes da Lei Municipal nº. 558 de 30 de novembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Antônio Carlos;

CONSIDERANDO a necessidade de proceder à Avaliação Especial de Desempenho dos servidores civis estatutários, em estágio probatório, para fins de aquisição da estabilidade em virtude de aprovação em concursos públicos para cargos de provimento efetivo desta autarquia,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR COMISSAO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO para fins de aquisição de estabilidade dos nomeados, em virtude de aprovação em concurso público de provas e de provas e títulos para Provimento dos cargos dispostos no anexo I do Edital de Concurso Público nº 001/2014 desta municipalidade, objetivando assegurá-la para servidores concursados vindouros.

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Avaliação será composta pelos servidores CARLICE BENICE SCHMITZ, Matrícula 143, ocupante do cargo de Contadora, que a presidirá, SILVIA TESSARI, matrícula 943, ocupante do cargo de Engenheira e OSAVALDO GUESSER, matrícula 87, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos.

Art. 3º - Para cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação pertinente, bem como se utilizar de todos os meios admitidos em direito que entender necessários.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, em 17 de novembro de 2014.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

#### **AVISO DE LICITAÇÃO 99/2014 PREGÃO 63/2014** **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 99/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 63/2014; Tipo: Menor Preço por item; Objeto: aquisição de madeiras de pinus torneado, com 13 (treze) centímetros de diâmetro, por 3 (três) metros de comprimento, para uso da Secretaria de Esporte, Turismo, Indústria para base de sustentação de placas de sinalização, identificação e indicação das ruas, vias e logradouros no Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: 02 de dezembro de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das

13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-8617, pelo email [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br), ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 17 de novembro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N 513/2014**

PORTARIA Nº 513/2014.  
Concede Licença p/Tratamento de Saúde.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAÚDE a servidor efetivo ANA PAULA WEBER KINDERMANN, ocupante do cargo de AUXILIAR TÉCNICO EM INFORMÁTICA, a contar de 07 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de novembro de 2014.

# **Atalanta**

## **PREFEITURA**

### **051/2014**

DECRETO N.º 051/2014.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1393 de 22 de outubro de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
28.123.0016.2.007 - Cont. p/ Formação Pat. Serv. Pública - PASEP  
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00.00122 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00  
27.812.0058.2.026 - Manutenção do Desporto Amador  
3.3.90.00.00.00.00.00112 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário  
3.1.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 60.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.243.0076.2.030 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
3.3.90.00.00.00.00.00121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00  
08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendim. Integ. a Família - PAIF  
3.1.90.00.00.00.00.00121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00121 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do superávit financeiro do Exercício de 2013 da Fonte de Recurso 0121 - Transferências de Recursos do FNAS, no valor de R\$ 35.000,00; e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00  
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0008.1.002 - Construção e Reformas do Paço Municipal



4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔ-  
MICO

04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔ-  
MICO

20.606.0031.2.012 - Mecanização Agrícola

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

20.606.0034.2.013 - Realização de Promoções e Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.0043.1.003 - Construção/Ampliação da Rede Física - Edu-  
cação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 28 de outubro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

## 052/2014

DECRETO Nº. 052/2014

“Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual -  
PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito  
Adicional Especial e dá Outras Providências”.

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no  
uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1394 de 29 de  
outubro de 2014:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00.0107;  
no Programa 0043 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - EDUCAÇÃO IN-  
FANTIL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plu-  
rianual - PPA, no montante de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil  
reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo  
1º, fica por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso  
0107 - Transferências do Fundeb 40% no valor de R\$ 35.000,00  
(Trinta e cinco mil reais).

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente De-  
creto, fica incluída a Conta Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00.0107;  
no Programa 0043 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - EDUCAÇÃO IN-  
FANTIL, na Lei Municipal nº. 1341/2013 de 16.10.2013, Lei de  
Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 35.000,00  
(Trinta e cinco mil reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder  
Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício  
de 2014 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de  
R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0043 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto Atividade 2.016 - Manutenção da Educação Infantil  
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações  
Diretas ..... 35.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão  
por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 30 de outubro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATOS 146 E 147/PMBR/2014

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 146/PMBR/2014; PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA-ME. OBJETO: Contrato, a contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Obras de construção de Uma Escola com 12 (doze) Salas de Aula (PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO - 12 SALAS - ARQUITETANDO UMA ESCOLA PARA O FUTURO), Padrão FNDE, com área de 3.057,01m<sup>2</sup>, localizado no Bairro Zona Sul no Município de Balneário Rincão/SC., de acordo com o Termo de Compromisso Nº. 34134/2014, celebrado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 DIAS. VIGENCIA: 30/07/2016; ASSINATURA: 12/11/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Miguel Machado.

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 147/PMBR/2014; VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA. OBJETO: Execução das Obras de Revitalização com Pavimento Asfáltico da Avenida Leoberto Leal, localizada no Centro do Município de Balneário Rincão/SC. (Convênio - FUNDAN Nº. 2014TR003528). PRAZO DE EXECUÇÃO: 150 DIAS. VIGENCIA: 30/04/2015; ASSINATURA: 13/11/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Norberto Alfredo Kruger.

### SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/SAMAE/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 01/12/2014 às 14h45min.

Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de um veículo tipo pick up, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC. Fone/Fax: (48) 3468-1987/ e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão - SC17 de Novembro de 2014.

Pregoeiro

Antônio Carlos Ghisi

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 2606/2014

PORTARIA nº 2606 de 17 de novembro de 2014

ERRATA:

Na portaria 2579/2014, de exoneração do(a) servidor(a) Rui Andrade dos Santos, ocorreu um equívoco quanto à carga horária.

Portaria 2579 de 10 de novembro de 2014:

Art. 1º Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Rui Andrade dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Rui Andrade dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2014.

Biguaçu, 17 de novembro de 2014.

João Luiz Luz

Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA Nº 2607/2014

PORTARIA nº 2607 de 17 de novembro de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Valdir Chaves, ocupante do cargo temporário de Pedreiro, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Valdir Chaves, detentor do cargo de provimento temporário de Pedreiro, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 14/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 14/11/2014.

Biguaçu, 17 de novembro de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### LEI Nº 3516/2014

LEI Nº 3516/2014 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Municipal do Idoso no Município

de Biguaçu, a ser comemorada anualmente na primeira semana de outubro.

Art. 2º - A Semana do idoso de que trata a presente Lei, passa a integrar o calendário oficial do Município.

Art. 3º - O evento a que se refere esta Lei tem como objetivos:

I - Conscientizar as pessoas acerca da importância dos idosos em nossa sociedade;

II - Desenvolver encontros e fóruns de debates com temas de relevância social, tendo como foco o Idoso;

III - Homenagear instituições e pessoas que se destacam pelo bem estar dos idosos em nosso município;

IV - Promover concursos, oficinas temáticas, cursos e afins que promovam o idoso;

V - Desenvolver também outras iniciativas que visem à promoção e valorização do idoso, tais como palestras, seminários e campanhas educativas.

Art. 4º - Para a consecução dos objetivos previstos no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a firmar, através da Secretaria de Assistência Social, parcerias e convênios com universidades, empresas privadas, sindicatos, entidades governamentais e não governamentais que se interessem pela causa do idoso.

Art. 5º - As atividades a que alude esta lei serão coordenadas pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Assistência Social, a quem compete propiciar toda a infraestrutura de apoio para as ações e atividades desenvolvidas durante o evento.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de novembro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Lei nº 3516/2014, de 11/11/2014  
Promulgada em 11/11/2014  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

#### **DECRETO Nº 203/2014**

DECRETO Nº 203/2014 DE: 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
REVOGA O DECRETO Nº 182/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 182/2014, de 30 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

#### **DECRETO Nº 204/2014**

DECRETO Nº 204/2014 DE: 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
REVOGA O DECRETO Nº 166/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 166/2014, de 30 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

#### **DECRETO Nº 199/2014**

DECRETO Nº 199/2014 DE: 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
REVOGA O DECRETO Nº 168/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 168/2014, de 30 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 200/2014**

DECRETO Nº 200/2014 DE: 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
REVOGA O DECRETO Nº 169/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 169/2014, de 30 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 202/2014**

DECRETO Nº 202/2014 DE: 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
REVOGA O DECRETO Nº 172/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 172/2014, de 30 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 201/2014**

DECRETO Nº 201/2014 DE: 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
REVOGA O DECRETO Nº 171/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 171/2014, de 30 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**LEI Nº 3517/2014**

LEI Nº 3517/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em ações de Governo do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura no montante de até R\$ 565.400,00 (Quinhentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações de ações de Governo da própria Unidade Gestora Prefeitura, conforme abaixo especificado:

**ANULAÇÃO****1101. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1101.08.241.0006.1021	Construção do Centro Integrado de Assistência Social	35.000,00
4.4.00.00	Investimentos	35.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	35.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	35.000,00
1102.08.243.0006.1022	Construção do Abrigo Institucional	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	130.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	110.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	110.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	130.000,00
1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Sec. de Assistência Social e Habitação	40.900,00

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.500,00
4.4.00.00	Investimentos	20.400,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.400,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.900,00
1101.08.244.0006.2061	Gestão da Política de Assistência Social	46.500,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	46.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	46.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	46.500,00
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
1101.08.244.0006.2064	Benefícios de Prestação Continuada	37.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	37.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	37.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	37.000,00
1101.08.244.0006.2066	Controle Social da Política de Assistência Social	84.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	26.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	21.000,00
3.1.91.00	Aplicações Intra	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	55.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	55.000,00
4.4.00.00	Investimentos	3.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	84.000,00
1102.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	90.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	90.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	90.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.000,00
	SOMA	513.400,00

### 1301. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301.15.452.0009.1048	Construção do Portal Turístico	15.000,00
4.4.00.00	Investimentos	15.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.000,00

1301.23.691.0007.2074	Apoio a Realização de Eventos Econômicos	22.000,00
3.3.00.00	Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	22.000,00
3.3.50.00	Transferência à Instituições s/ Fins Lucrativos	22.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	22.000,00
1301.27.122.0005.2049	Man. Da Sec. De Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	15.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.000,00
	SOMA	52.000,00
	TOTAL	565.400,00

### SUPLEMENTAÇÃO

#### 1101. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1101.08.241.0006.2053	Atendimento à Pessoa Idosa	116.800,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.400,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	7.400,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	109.400,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	109.400,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	116.800,00
1101.08.243.0006.2055	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	192.200,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	89.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	89.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	103.200,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	103.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	192.200,00
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	123.400,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.200,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	103.200,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	103.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	123.400,00
1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	70.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	70.000,00



3.3.90.00	Aplicações Diretas	70.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	70.000,00
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	11.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	9.000,00
3.1.91.00	Aplicações Intra	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	11.000,00
	SOMA	513.400,00

**1301. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER**

1301.23.695.0007.2075	Realização de Eventos Promocionais	52.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	52.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	52.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	52.000,00
	SOMA	52.000,00
	TOTAL	565.400,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 17 de novembro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Lei nº 3517/2014, de 17/11/2014  
Promulgada em 17/11/2014  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## Blumenau

### PREFEITURA

**PORTARIA Nº 18.173/2014**

PORTARIA Nº. 18.173, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
DEMITE OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICÍPIIS M.S. E C.S.B

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, resolve:

**DEMITIR**

M.S., matrícula 209899, do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por infringência ao artigo 176, incisos I, VI; artigo 177, incisos IV, XIX; artigo 190, inciso IV, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 11, inciso I, da Lei Federal nº. 8.429/92, e C.S.B, matrícula 221210, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por infringência ao artigo 176, incisos I, VI; artigo 177, inciso XIX; artigo 190, inciso IV, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 11, inciso I, da Lei Federal nº. 8.429/92, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar - PAD n.º 001/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Julgamento**

Recebi para julgamento os autos do Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº. 001/2013, instaurado por meio da Portaria nº. 17.398, de 21/11/2013, para apurar a responsabilidade disciplinar dos servidores públicos municipais Marise de Souza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, matrícula nº. 209899, por infringir o disposto no art. 176, incisos I, VI; 177, incisos IV, XIX e art. 190, inciso IV, da Lei Complementar nº. 660/07, combinado com o art. 11, inciso I, da Lei Federal nº. 8.429/92 e Caio de Souza Bonazza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº. 221210, por infringir o disposto no art. 176, incisos I, VI; art. 177, inciso XIX e art. 190, inciso IV, da Lei Complementar nº. 660/07, combinado com o art. 11, inciso I, da Lei Federal nº. 8.429/92.

Analisados os autos e com fundamento no art. 246, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), acolho o Relatório Final exarado pela 1ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, que concluiu pela aplicação da penalidade de Demissão para ambos os servidores, o qual acolho na íntegra.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Blumenau, em 23 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 18.225/2014**

PORTARIA Nº 18.225, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
EXONERA RODRIGO EDUARDO ESTEVÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DO PROCON, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 4º da Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2009, resolve:

**EXONERAR**

RODRIGO EDUARDO ESTEVÃO, do cargo de provimento em comissão de Coordenador do PROCON, símbolo CC-2, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, nomeado pela Portaria nº 18.073, de 08 de setembro de 2014, no dia 11 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.226/2014**

PORTARIA Nº 18.226, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 22, da Lei Complementar nº 721, de 21/08/2009, resolve:

**NOMEAR,**

ALEXANDRE PEREIRA CAMINHA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Coordenador do PROCON, símbolo CC-2, na Procuradoria Geral do Município, no dia 12 de novembro de 2014;

RODRIGO EDUARDO ESTEVÃO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento ao Consumidor, símbolo CC-3, na Procuradoria Geral do Município, no dia 12 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19/2014 - SEMUDES**

PORTARIA Nº 019/2014

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ACOLHIMENTO DA REDE DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS, E DESIGNA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO.

Valdecir Mengarda, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 17.767, de 05 de maio de 2014, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão Especial com a finalidade de adequação da oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens no município, devendo englobar tanto o reordenamento dos serviços, quanto a implantação de novas modalidades de serviços de acolhimento;

Art. 2º Nomear membros para compor a Comissão de que trata o Art. 1º, sendo:

CAROLINNE KISTENMACHER VIEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente social coordenando a Equipe Técnica de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, Diretoria de Proteção Especial de Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

JAÍSA CENIRA DOLZAN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Coordenadora do Abrigo Institucional Nossa Casa - Unidade I, Diretoria de Proteção Especial de Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

LIGIA ROBERTA DOS SANTOS HAMADA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Psicóloga, Diretoria de Proteção Básica, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

LIDIANE BATTISTI ARCHER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Gerência de Gestão Social, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

MÁRCIA ROSELI GUETTER GEISLER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, Gerência de Gestão Social, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

NARA RUBIA SCHRAMM MEURER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Social da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, Diretoria de Proteção Especial de Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

MARIA AUGUSTA CALDEIRA KOCH BUTTENDORF, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, Diretora de Proteção Especial de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

SANDRA REGINA NÓBREGA KUCHENBECKER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Coordenadora do Abrigo Institucional Nossa Casa - Unidade II, Diretoria de Proteção Social Especial Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

VANESSA RAQUEL CARDOSO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Social na Gestão da Diretoria de Proteção Especial de Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

DARCI HOLLER PEREIRA, Pedagoga dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes da Associação

Blumenauense de Amparo ao Menor - ABAM.  
NAIDE MAENCHEN, Coordenadora Técnica dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes da Associação Blumenauense de Amparo ao Menor - ABAM.

Art. 3º Os membros da Comissão não serão remunerados, consideradas as suas funções de relevante interesse público;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando convalidado os atos anteriormente praticados pela referida Comissão desde 21 de outubro de 2014.

Blumenau, em 17 de novembro de 2014.  
VALDECIR MENGARDA  
Secretário de Desenvolvimento Social

### PROCESSO DISPENSA Nº 229/2014

Processo de Dispensa nº 229/2014 - Aquisição de Protetor Solar para uso das Monitoras de Área Azul e demais servidores da área operacional do SETERB.

EMPRESA: J N COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (CNPJ - 13.313.407/0001-10). VALOR: R\$ 12.891,60 (doze mil oitocentos e noventa e hum reais e sessenta centavos). EMPRESA : DROGARIA E FARMACIA JADER LTDA.(MATRIZ). VALOR: R\$ 1.848,75 (hum mil oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos). VALOR TOTAL: R\$ 14.740,35 (quatorze mil setecentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos). Base Legal: Art. 24, Inc. VII da Lei Nº. 8.666/93 e Alterações.

### TERMO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2208/2014 - SAMAE

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2208/2014 - Registro de preço para aquisição de mangueira de borracha mandrilhada para uso na manutenção mecânica.

Contratada: Afonso Grach e Cia Ltda ME (CNPJ: 07.125.441/0001-69)

Item 01

Valor Total R4 46.500,00

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO MD Nº 2.173

#### RESOLUÇÃO MD Nº 2.173

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PARA VIAGEM DE VEREADORES MIRINS A PORTO ALEGRE.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesa, até o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para alimentação e manutenção dos 15 (quinze) Vereadores Mirins e de servidores da Câmara Municipal de Blumenau, em viagem de ônibus, de 12 a 15 de novembro de 2014, a Porto Alegre (RS), para visitar a 60ª Feira do Livro, o Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS e a Câmara Municipal de Porto Alegre, acompanhados por servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesa, até o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para pagamento de hospedagem das pessoas mencionadas no caput do artigo 1º, desta Resolução, a ser comprovado mediante apresentação de nota fiscal.

Art. 3º As despesas previstas nos artigos 1º e 2º, desta Resolução, serão comprovadas mediante apresentação de notas fiscais, pelo Regime de Adiantamento, previsto na Lei Municipal nº 4.313, de 17 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Os numerários fixados nos artigos 1º e 2º, desta Resolução, serão entregues ao servidor público Cristiano Montagna.

Art. 4º Fica autorizada a realização de despesa, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), para pagamento de transporte rodoviário (fretamento de ônibus leito) das pessoas mencionadas no caput do artigo 1º, desta Resolução, a ser comprovado mediante apresentação de nota fiscal.

Art. 5º Fica autorizada a realização de despesa, até o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) para pagamento de ingressos, das pessoas mencionadas no caput do artigo 1º, desta Resolução, no Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS.

Art. 6º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de verbas próprias, consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal de Blumenau

Art. 7º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 10 DE NOVEMBRO DE 2014.  
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA  
Presidente

ROBERTO TRIBESS  
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA  
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU  
2º Secretário

### RESOLUÇÃO MD Nº 2.174

#### RESOLUÇÃO MD Nº 2.174

DISPÕE SOBRE O USO DE TELEFONES CELULARES PÓS-PAGOS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O uso de telefones celulares pós-pagos no âmbito dos serviços administrativos e legislativos da Câmara Municipal de Blumenau é regulamentado nos termos desta Resolução.

Art. 2º É autorizado o uso de um telefone celular pós-pago, de propriedade da Câmara Municipal, para cada Vereador no exercício do mandato, sendo de responsabilidade do Poder Legislativo o pagamento das contas telefônicas mensais decorrentes do uso dos aparelhos, em valores compatíveis com a atividade legislativa, a serem deduzidos da verba de gabinete de cada parlamentar.

Art. 3º É de responsabilidade integral da Câmara Municipal, o pagamento das contas telefônicas mensais decorrentes do uso de aparelhos de telefone celular pós-pagos, em valores compatíveis

com o exercício dos cargos, disponibilizados aos servidores públicos ocupantes dos seguintes cargos de provimentos em comissão:

- I - Diretor Geral;
- II - Procurador Geral;
- III - Diretor Financeiro;
- IV - Diretor Legislativo;
- V - Coordenador Executivo de Mídia Eletrônica;
- VI - Coordenador Executivo da Escola do Legislativo;
- V - Assessor Administrativo.

Parágrafo único. A cada servidor público ocupante dos cargos de que tratam os incisos deste artigo é disponibilizado um aparelho de telefonia celular pós-pago.

Art. 4º São disponibilizados 5 (cinco) aparelhos de telefonia celular pós-pagos para uso na Central Telefônica da Câmara Municipal.

Art. 5º Os usuários de telefonia celular, de que trata esta Resolução, são responsáveis pela guarda dos aparelhos, devendo reparar eventuais danos para os quais tenham contribuído.

Parágrafo único. No ato de recebimento do aparelho, o usuário deverá firmar Termo de Responsabilidade pelo uso e guarda, junto à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal.

Art. 6º É limitado em R\$ 700,00 (setecentos reais), o valor do gasto mensal decorrente do uso do telefone celular pós-pago, para cada usuário de que tratam os artigos 2º e 3º desta Resolução.

Parágrafo único. Os valores que excederem o limite previsto neste artigo serão ressarcidos pelos usuários à Câmara Municipal.

Art. 7º São revogadas as seguintes Resoluções da Mesa Diretora:

- I - nº 963, de 4 de janeiro de 2005;
- II - nº 1.646, de 12 de maio de 2011.

Art. 8º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 10 DE NOVEMBRO DE 2014.  
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA  
Presidente

ROBERTO TRIBESS  
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA  
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU  
2º Secretário

## RESOLUÇÃO MD Nº 2.175

RESOLUÇÃO MD Nº 2.175

DISPÕE SOBRE AS ELEIÇÕES DO PROGRAMA "VEREADOR MIRIM/A CÂMARA VAI À ESCOLA", PARA O ANO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O processo de eleição do Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola, para o ano de 2014, será orientado e dirigido pela Câmara Municipal de Blumenau com a participação das Unidades Escolares, e obedecerá as disposições desta Resolução da Mesa Diretora.

Art. 2º As eleições serão realizadas nos dias 20 e 21 de novembro de 2014, com início às 8 horas e término às 16 horas, nas dependências das escolas credenciadas.

§ 1º As urnas e as atas de votação devem permanecer lacradas até o início do escrutínio dos votos no dia 21 de novembro, a partir das 18 horas.

§ 2º A apuração dos votos ocorrerá nos respectivos educandários, a partir do encerramento da votação, devendo o resultado final da apuração ser entregue à Câmara Municipal de Blumenau até as 18 horas do mesmo dia, por meio da Ata da Eleição.

Art. 3º Caberá aos educandários:

I - promover a divulgação das eleições e dar apoio aos candidatos para que apresentem suas propostas aos seus colegas, promovendo debates e atividades relacionadas ao processo eletivo;

II - enviar lista completa dos alunos de 5ª a 8ª séries, até o dia 31 de outubro de 2014, devendo ser apresentada em planilha do programa Microsoft Excel, por meio de CD ou e-mail, contendo número de matrícula, série em que estuda, data de nascimento, nome completo dos alunos sem abreviação;

III - formar a Mesa de Votação, no dia das eleições, a qual será composta por um presidente e dois mesários.

Art. 4º Ficará a cargo da Câmara Municipal de Blumenau, a disponibilização das cédulas eleitorais para o processo de votação nas escolas, a divulgação aos educandários da listagem definitiva dos alunos aptos a votar, bem como a homologação e divulgação do resultado final das eleições, por meio de Comissão Eleitoral previamente designada.

Art. 5º As escolas credenciadas no Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola, para efeitos de eleição, serão divididas em 3 (três) grupos, a fim de que seja estabelecida proporcionalidade na representação dos alunos no Município.

Parágrafo único. Os grupos e as vagas serão divididos da seguinte forma:

I - Grupo A: formado por escolas que contenham até 160 (cento e sessenta) alunos aptos a votar, que ocuparão 5 (cinco) vagas;

II - Grupo B: formado por escolas que contenham de 161 (cento e sessenta e um) a 400 (quatrocentos) alunos aptos a votar, que ocuparão 6 (seis) vagas;

III - Grupo C: formado por escolas que contenham mais de 400 (quatrocentos) alunos aptos a votar, que ocuparão 4 (quatro) vagas;



Art. 6º A escola inscrita deverá apresentar, obrigatoriamente, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) candidatos.

§ 1º Havendo mais de 9 (nove) candidatos no educandário, este deverá realizar processo seletivo interno, a fim de resguardar a igualdade entre todos os participantes.

§ 2º Após o dia 13 de novembro de 2014, as escolas não poderão mais substituir os candidatos.

§ 3º Caso ocorra a desistência de algum candidato, deixando a escola de conter o número mínimo estabelecido pelo caput deste artigo, esta será automaticamente excluída do processo de eleição.

Art. 7º Para o pleito de 2014 poderão candidatar-se alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, que até a data da posse não tenham completado 16 (dezesseis) anos.

Art. 8º A escolha dos vereadores mirins será feita pelo critério do índice de comparecimento às urnas no dia da eleição.

§ 1º O índice de comparecimento às urnas é verificado pela seguinte fórmula: quantidade de alunos votantes multiplicado por 100 (cem) e dividido pela quantidade total de alunos aptos a votar na Unidade Escolar.

§ 2º As escolas que, em cada um dos 3 (três) grupos de que trata o parágrafo único do artigo 5º, obtiverem os maiores índices de comparecimento, obterão uma vaga na Câmara Mirim.

§ 3º A cadeira da Unidade Escolar que garantir uma vaga pelo índice de comparecimento será ocupada pelo candidato ao mandato de Vereador Mirim que atingir o maior percentual em sua escola, sendo a seguinte a fórmula de cálculo percentual por candidato: quantidade de votos recebidos pelo aluno multiplicado por 100 (cem) e dividido pela quantidade de eleitores da Unidade Escolar.

§ 4º Os candidatos de cada Unidade Escolar que ficarem na segunda colocação serão considerados suplentes, podendo ocupar a vereança mirim quando o titular trocar de escola, desistir do mandato ou licenciar-se para tratamento de saúde.

§ 5º Havendo empate nas apurações, com relação ao critério de índice de comparecimento às urnas, os critérios de desempate se darão na seguinte ordem:

I - Unidade Escolar com maior número de alunos;

II - Unidade Escolar que permaneceu o maior número de legislaturas sem eleger vereador mirim.

§ 6º Havendo empate entre os candidatos, os critérios de desempate se darão na seguinte ordem:

I - o candidato que estiver na série superior;

II - o candidato de maior idade.

§ 7º Constituem justificativas de ausência às eleições:

I - atestado médico por doença;

II - participação em jogos, representando o Município, com convocação ou justificativa da Fundação Municipal de Desportos;

III - falecimento de familiar, com atestado ou certidão de óbito.

§ 8º As ausências justificadas na forma do § 7º, deste artigo, não serão contabilizadas para efeito de proporcionalidade.

Art. 9º Os alunos eleitos serão empossados em dezembro de 2014, no Plenário da Câmara Municipal de Blumenau, e o mandato se estende até 31 de dezembro de 2015.

Art. 10. Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 1º de outubro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA

Presidente

ROBERTO TRIBESS

Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA

1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU

2º Secretário

## RESOLUÇÃO MD Nº 2.176

RESOLUÇÃO MD Nº 2.176

ALTERA AS REDAÇÕES DOS INCISOS I, II E III, DO ARTIGO 2º, DA RESOLUÇÃO MD Nº 1.461, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Os incisos I, II e III, do artigo 2º, da Resolução MD nº 1.461, 12 de novembro de 2009, que "Institui comissão permanente de avaliação funcional", passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....  
.....

I - Dulcenéia de Sousa Roepke; (NR)

II - Marjori Simone Tschoeke; (NR)

III - Cleudir Ivete Bortolotto de Assis. (NR)

..."

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir do dia 12 de novembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA

Presidente

ROBERTO TRIBESS

Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA

1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU

2º Secretário



**RESOLUÇÃO MD Nº 2.177**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.177

AUTORIZA O PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DOS VENCIMENTOS DE DEZEMBRO, ADICIONAIS E ABONOS PECUNIÁRIOS DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, A PARTIR DO DIA 19 DE DEZEMBRO.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento dos subsídios dos Vereadores e dos vencimentos do mês de dezembro, adicionais e abonos pecuniários de férias dos servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau, a partir do dia 19 de dezembro.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA  
Presidente

ROBERTO TRIBESS  
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA  
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU  
2º Secretário

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2 2014.**

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2 2014.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,  
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda  
CNPJ 01.602.498/0001-25, sito a Rua Alberto Muller 5000 -  
Cidade de Brusque - SC

Objeto: Óleo Diesel

Valor: R\$ 2,51 (dois e cinquenta e um)

Vigência até 31.12.2014.

Data da assinatura: 17.11.2014  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27 2014.**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27 2014.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,  
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda  
CNPJ 01.602.498/0001-25, sito a Rua Alberto Muller 5000 -  
Cidade de Brusque - SC

Objeto: Óleo Diesel S10

Valor: R\$ 2,62 (dois reais e sessenta e dois centavos)

Vigência até 31.12.2014.

Data da assinatura: 17.11.2014  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 10 2014 – SRP - FMAS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 10/2014 - SRP - FMAS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 01.12.2014, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Equipamentos de Informática para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Município de Braço do Trombudo (IGD-BF), informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodo-trombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 17 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 2014 PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 1/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	RÉGUA ACRÍLICO RÍGIDO, transparente, espessura mínima de 3mm 30cm. (13922)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	WALEU	0	0,6100	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	WALEU	0	0,5400	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	WALEU	0	0,8500	3
2	RÉGUA DE MADEIRA, 1 metro (13921)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	STALO	0	2,9700	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SOUZA	0	1,5500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SOUZA	0	3,8500	3
3	Régua com 30 cm em alumínio (11130)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	1,2700	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	1,4300	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	1,6200	3
4	LÁPIS PRETO, Madeira reflorestada, Ponta MAX resistente: fórmula com exclusivas micropartículas ativas que garante a mais alta resistência, maciez e apagabilidade. N° 2. Caixa com 50 unidades. Aprovado pelo INMETRO. (13920)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LABRA	0	25,3600	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	LABRA	0	10,0000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	labra	0	15,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 2/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	LAPIS BORRACHA ( 12 UN) (1635)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	12,2800	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	19,1800	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ECOLE	0	19,1800	3
6	APONTADOR FORMA DE TUBO, apontador para lápis, material plástico, tipo escolar, cor preta. (13913)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,0200	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	TRIS	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	hansas	0	1,5600	3
7	APONTADOR DE METAL - para lápis nº02. Ótima qualidade, fio e corte. Lâmina eficiente que não mastigue a madeira do lápis. (13914)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	0,6100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	KAZ	0	0,6000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jocar	0	1,1600	3
8	Apontador de lápis pequeno em plástico, com um furo, sem estijo, em cores variadas. (11139)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,0900	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	LEO E LEO	0	0,1500	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	foska	0	0,4300	3
9	CANETA ESFEROGRAFICA BPS GRIP F 0.7 MM AZUL (5464)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	1,6794	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 3/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM PRETA (5465)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7226	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PILOT	0	3,1100	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	1,6794	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7227	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PILOT	0	3,1100	3
11	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 0,7 MM VERMELHA (5466)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	1,6794	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7227	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PILOT	0	3,1100	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	pelikan	0	2,9389	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7227	2
12	CANETA ESFEROGRÁFICA BPS GRIP F 1,0 MM AZUL (5747)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	pelikan	0	2,9389	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7227	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PILOT	0	3,1100	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	inexper	0	38,6260	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	16,7072	2
13	CANETAS ESFEROGRÁFICAS. Caixa com 50 unidades. Cores: azul. Esfera de tungstênio tampa ventilada. Escrita fina, 0,7 mm, tampa e tampinha na cor da tinta, ponta de latão, resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes. (9370)	CX	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	inexper	0	38,6260	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7227	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PILOT	0	3,1100	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	inexper	0	38,6260	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	16,7072	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 4/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
14	CANETAS ESFEROGRÁFICAS. Caixa com 50 unidades. Cores: preto. Esfera de tungstênio, tampa ventilada. Escrita fina, 0,7 mm, tampa e tampinha na cor da tinta, ponta de latão, resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes. (9371)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	COMPACTOR	0	41,8600	3		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	injepepen	0	38,6260	1		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BIC	0	16,7072	2		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	COMPACTOR	0	41,8600	3		
			UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7606	1	
15	CANETA PARA RETROPROJETOR 1.0 Azul -Ponta poliacetal 1.0mm (9480)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	master	0	1,2000	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESART	0	1,3184	3		
			UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7606	1	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	master	0	1,2000	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESART	0	1,3184	3		
16	CANETA PARA RETROPROJETOR 1.0 Preto -Ponta poliacetal 1.0m (9482)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,7606	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	master	0	1,2000	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESART	0	1,3184	3		
			UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	MASTER	0	1,0397	1	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	1,7086	2		
17	CANETA CORRETIVO (4610)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,1200	3		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 5/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Lapiseira 0,7 mm cor preta (tipo super grip 0.7) (8582)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,9600	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,2000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	aplus	0	2,9000	3
19	Lapiseira 0,5 mm cor preta (tipo super grip 0.5) (8583)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,9600	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,1600	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	aplus	0	2,9000	3
20	Grafite extra macia - 0,5mm c/ 24und (7721)	TUBO	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	0,6100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FABER	0	2,3800	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	2,3800	3
21	Grafite extra macia - 0,7mm c/ 24und (7722)	TUBO	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	0,6100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FABER	0	2,3500	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	cis	0	2,3800	3
22	BORRACHA BRANCA Nº 20 ( C/20 UND) (3618)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SERELEPE	0	4,0500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 6/49

Número do Registro de Preços: 30/2014      Data do Registro: 17/11/2014      Válido até: 17/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	DESTACA TEXTO FLUORESCENTE AMARELO ( 12 UND. ) (1661)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ZAP	0	5,0600	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	5,8700	3		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	MASTER	0	5,4718	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	7,3582	2		
24	Canela marca texto, amarela fluorescente, papel, fax e cópias, traço 4 mm. (1131)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jocar	0	10,0000	3		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	MASTER	0	0,4615	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jocar	0	1,0000	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,3184	3		
25	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs Tinta resistente a luz secagem rápida resistente a água e umidade, cor preta, ponta 1.0mm. Caixa com 12 unidades. Ponta de poliéster. (14047)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	HELIOS	0	12,2375	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	slim	0	14,0000	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESART	0	15,8744	3		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	HELIOS	0	12,2375	1		
26	CANETA PARA CD, ideal para CD e DVDs. Tinta resistente a luz, secagem rápida resistente a água e umidade, cor vermelha, ponta 1.0mm. Caixa com 12 unidades. Ponta de poliéster. (10392)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	HELIOS	0	12,2375	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 7/49

Número do Registro de Preços: 30/2014      Data do Registro: 17/11/2014      Válido até: 17/11/2015						
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	slim	0	14,0000
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESART	0	15,8744
27	COLA BRANCA ESCOLAR, a base de água e PVA; tipo escolar, lavável e atóxica, embalagem com 110g. (14108)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	APLICOLA	0	0,8841
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PIRATININGA	0	1,1200
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PIRATININGA	0	1,1300
28	COLA EM BASTÃO, que contém 20g. Aprovado pelo INMETRO. (10489)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LEONORA	0	0,4994
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0,5971
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	LEO E LEO	0	0,6200
29	FITA CORRETIVO - 4mmX10m, não tóxico, secagem rápida; com tampa protetora. (14179)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	1,9483
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,7088
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,5000
30	Fita Adesiva Durex Transparente 12 mm x 50m - 3M, resistente a umidade (14952)	RL	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EMBALANDO	0	0,8800
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,4700

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 8/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FLAX	0	0,6800	3
31	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - larga, transparente, medindo 25mm X 50m. Dorso de filme de polipropileno bi orientado e adesivo acrílico à base d'água. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (14170)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EMBALANDO	0	1,3200	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FLAX	0	1,2600	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	3,6900	3
32	FITA ADESIVA KRAFT - papel Kraft liso saturado com soluções que torna resistente e impermeável, coberto com adesivo de borracha e resina sintética, medidas 50mmX50m. Deve suportar até 60kg. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (14166)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EUROCEL	0	7,3700	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	10,2600	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	EUROCELL	0	12,2400	3
33	Fita adesiva de papel marrom, altura: 48 mm comprimento: 50 m diâmetro: 12 mm, cor Interna: pardo cor externa: pardo. (11140)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EMBALANDO	0	1,8100	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	2,9000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	EUROCELL	0	7,9000	3
34	Fita adesiva transparente, 45 mm x 45 m. (11141)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LEONORA	0	1,5100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FLAX	0	1,6200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 9/49

Número do Registro de Preços: 30/2014      Data do Registro: 17/11/2014      Válido até: 17/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
35	FITA ADESIVA DUPLA FACE, branco/creme, medindo aproximadamente 12mmX30m. Fita com excelente aderência, rolo uniforme, sem rebarba de cola. (14165)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	2,2700	3		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	EUROCEL	0	2,5000	1		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	EUROCELL	0	2,5000	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	2,7500	3		
36	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 2/0. (14097)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	7,0100	3		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1		
37	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 8/0. (14098)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	6,5500	3		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2		
38	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 4/0. (14099)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	6,5500	3		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	2,5000	2		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 10/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015				Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
39	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 0. (14100)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	3				
		CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2				
40	CLIPS niquelado, caixa com 500 gramas, nº 6/0. (14101)		ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	7,0100	3				
		CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	NEW	0	4,8000	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	4,8450	2				
41	PERCEVEJO (CX C/100 UND) (4648)		ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	RAFA	0	6,5500	3				
		CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	1,0500	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	2,2300	2				
42	PERFURADO DE PAPEL, capacidade de 20 folhas. (14102)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	JOCAR	0	2,9000	3				
		UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	8,0750	1				
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LYKE	0	5,7330	2				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	8,5300	3				

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 11/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	PERFURADOR DE PAPEL Capacidade: 50 folhas. (9496)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	46,8918	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	LYKE	0	36,4861	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	41,8200	3
44	PERFURADOR DE PAPEL Capacidade: 100 folhas. (9497)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	CAVIA	0	89,9282	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CONCEPT	0	105,8197	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	162,6800	3
45	PERFURADO DE PAPEL, capacidade de 10 folhas. (14104)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	2,8279	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	2,6300	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SLIM	0	3,9027	3
46	GRAMPEADOR metal preto, com capacidade de 20 folhas (14105)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	4,1100	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	4,0200	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CIS	0	8,6636	3
47	GRAMPEADOR metal preto, com capacidade de 25 folhas (14106)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	11,4206	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 12/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Grampeador grande de mesa 26/6 - Grampos: 26/6 - Grampeador para papéis em estrutura metálica-trava de segurança, dimensões: comprimento: 20 cm largura: 5 cm e altura: 8,5cm. (11117)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	GOLLER	0	10,0250	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	13,4600	3
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	13,8484	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	GOLLER	0	24,5056	2
49	CD-RW VIRGEM REGRAVAVEL 700MB 80 MINUTOS C/CAPA (3838)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	28,2300	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	1,3962	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ELGIN	0	2,4300	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ELGIN	0	2,6600	3
50	CD-R VIRGEM 700 MB 80 MINUTOS (2664)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	multilaser	0	3,1100	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	0,5744	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ELGIN	0	0,4100	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ELGIN	0	0,5800	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	elgin	0	1,2800	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 13/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	DVD+RW VIRGEM 4,7GB C/ CAPA (6574)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	1,6810	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SLIM	0	2,2300	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MAX PRINT	0	3,3200	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	multilaser	0	3,7500	4
52	DVD/R VIRGEM 120 min, 4,7GB. (14129)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELGIN	0	0,6164	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ELGIN	0	0,4300	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ELGIN	0	0,6100	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	elgin	0	1,3700	4
53	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa c/5040 unidades, tamanho 26/06 galvanizado espiral, tratamento anti-rugem. (14150)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JOCAR	0	1,7185	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	1,3367	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	1,9200	3
54	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa, c/3000 unidades, tamanho 106/06galvanizado. (14151)	CX	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	BRW	0	3,9554	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	3,7460	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 14/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
55	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, caixa c/3000 unidades, tamanho 106/08 galvanizado. (10442)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	9,2400	3	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	BACCHI	0	5,4739	1	
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BACCHI	0	4,9011	2	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NEW	0	9,5800	3	
56	ESTILETE - corpo totalmente de aço revestido de borracha, lâmina de aço; sistema deslizante com trava; lâmina tamanho grande (14147)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,7000	1	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	molin	0	8,5000	2	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	8,9000	3	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	8,9900	4	
57	ESTILETE -corpo totalmente de aço revestido de borracha, lâmina de aço; sistema deslizante com trava; lâmina de 9mm. (14148)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,4500	1	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	molin	0	6,8000	2	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	6,8500	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CIS	0	6,8500	4	
58	GRAMPO TRILHO 80MM (PCT C/50 UND) PLÁSTICO (6581)	PCT	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	BACCHI	0	5,1300	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 15/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Pendrive 4 GB (6724)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JOCAR	0	4,1600	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DELLO	0	10,2800	3
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANDISK	0	17,2213	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SANDISK	0	16,8900	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANDISK	0	17,5500	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	sandisk	0	19,0000	4
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANDISK	0	17,9871	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SANDISK	0	17,6200	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SANDISK	0	20,2500	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	sandisk	0	22,0000	4
61	Tesoura profissional com lâmina em aço inox 8", cabo em polipropileno na cor preta. Medidas: 275mm de comprimento, 105mm largura e 16mm altura. (7711)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	3,7800	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	stiapless	0	12,8000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	DESART	0	12,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 16/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
62	TESOURA, ambidestra, pequena, porta arredondada, tipo escolar, tamanho aproximadamente de 14 cm, certificação do Inmetro, (apresentar amostra na sessão) (14144)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	12,8400	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,8100	1		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LEONORA	0	5,2000	2		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	Jocar	0	5,2000	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	5,2400	4		
63	Tesoura grande, 21 cm, lâmina de aço Inoxidável, corpo plástico. (11132)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	3,3800	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	Jocar	0	6,3000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JOCAR	0	6,3000	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	6,3400	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	6,2500	1		
64	CALCULADORA 12 dígitos, eletrônica, cor preta. (9413)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leotec	0	14,0000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	MAKE	0	14,1000	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	14,2000	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	6,2500	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leotec	0	14,0000	2		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 17/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	ENVELOPES KRAFT 250X353 (1648)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	IPECOL	0	0,1000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FORONI	0	0,1400	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SCRITY	0	0,1600	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,3100	4
66	ENVELOPE KRAFT 310 X 410 (2238)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	IPECOL	0	0,1500	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FORONI	0	0,1700	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SCRITY	0	0,2700	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,4300	4
67	ENVELOPE KRAFT 240 X 340 (7757)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	IPECOL	0	0,1000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FORONI	0	0,1100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SCRITY	0	0,1400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,2400	4
68	ENVELOPE BRANCO 12X16 (6577)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	IPECOL	0	0,1100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 18/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Cartolina branca, tamanho 48x66 cm. 240 gramas. (14953)		ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FORONI	0	0,0400	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SCRITY	0	0,1000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCRITY	0	0,1900	4
		FLS	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BIGNARD	0	0,0772	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PILAR	0	0,3700	2
70	CARTAO PONTO KRAFT 86X180 MM (1688)		ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	IMV	0	0,3840	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	jandaia	0	1,1500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	REIPEL	0	1,1600	5
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SAO DOMING	0	0,3990	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	tilibra	0	0,4000	2
71	PAPEL CARTAO AMARELO (1771)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,0746	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,5500	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	VMP	0	0,5531	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 19/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
72	Papel cartão, tamanho A4, na cor branca (11179)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	infopel	0	1,1000	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	REIPEL	0	1,1100	5			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,3626	1			
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	OFF PAPER	0	0,1338	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ROMITEC	0	0,2500	3			
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	infopel	0	1,1000	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INFOPEL	0	5,4200	5			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,3626	1			
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	OFF PAPER	0	0,1338	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ROMITEC	0	0,2500	3			
73	Papel cartão, tamanho A4, na cor bege. (11181)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	infopel	0	1,1000	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INFOPEL	0	5,4200	5			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,3626	1			
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	OFF PAPER	0	0,1338	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ROMITEC	0	0,2500	3			
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	infopel	0	1,1000	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INFOPEL	0	5,4200	5			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,3626	1			
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	OFF PAPER	0	0,1338	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ROMITEC	0	0,2500	3			
74	Papel cartão, tamanho A4, na cor areia. (11180)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	infopel	0	1,1000	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INFOPEL	0	5,4200	5			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REIPEL	0	0,3626	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 20/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	PAPEL OFICIO A4 - 210X297MM (75G/M²) resma (6727)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	OFF PAPER	0	0,1338	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ROMITEC	0	0,2500	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	infopel	0	1,1000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INFOPEL	0	5,4200	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	2,3946	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SOL COPY	0	9,5151	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBILY	0	13,2300	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	report	0	17,0000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SOLCOPY	0	17,9200	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobily	0	18,6700	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CHAMEX	0	3,7243	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	REPORT	0	13,6178	2
76	PAPEL OFICIO 2 - 216X330 MM (75 G/M²) resma (6726)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	report	0	19,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 21/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Folhas de papel A4 colorida cor azul (pacote com 200 unidades) (14982)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHAMEX	0	27,0000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REPORT	0	72,3200	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	report	0	75,3300	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	1,0765	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	REPORT	0	6,1280	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SENINHA	0	6,2800	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REPORT	0	10,8400	4
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	report	0	11,2000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	CHAMEQUINH	0	11,2900	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	BOREAL	0	22,6739	1
78	Folha de papel branco A4, uso profissional, 210mmx297mm, 75gm/m², embalagem com 500 folhas. (11186)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SOL COPY	0	9,5150	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBILY	0	13,2500	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	boreal	0	17,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 22/49

Número do Registro de Preços: 30/2014      Data do Registro: 17/11/2014      Válido até: 17/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
79	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE, rolo com 45cmx25m. (10469)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SOLCOPY	0	95,4400	5		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobily	0	99,4200	6		
		RL	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	INFORMS	0	24,3300	1		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	INFORMS	0	24,8402	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INFORMS	0	27,5000	3		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ALAPLAST	0	1,3663	1		
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ALAPLAST	0	1,3876	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ALAPLAST	0	1,6300	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ALAPLAST	0	2,6700	4		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DAC	0	5,5400	1		
80	PASTA CATÁLOGO C/ 50 ENVELOPES (2233)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	DAC	0	5,5239	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DAC	0	14,2600	3		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	14,5600	4		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 23/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	Pasta catálogo, capa preta com 50 envelopes. (11189)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DAC	0	5,5400	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	DAC	0	5,5239	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	14,5600	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DAC	0	17,7400	4
83	Pasta catálogo, capa preta com 100 envelopes (11190)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DAC	0	9,6202	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	DAC	0	9,3509	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	20,6300	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DAC	0	26,3700	4
84	PASTA SUSPENSÃO KRAFT (CX C/ 50) (2384)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DELLO	0	33,4741	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	DELLO	0	32,2508	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	COLORPRES:	0	55,3500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	107,0600	4
85	Pasta Poliamida com abas elasticas 335x250x35mm. Cores diversas (14954)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ALAPLAST	0	1,4412	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 24/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
86	PASTA C/ ABAS E ELÁSTICO, PAPEL (23X33 CM) (2874)		ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ALAPLAST	0	1,5732	2	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ALAPLAST	0	1,6400	3	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	2,6500	4	
		UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ALAPLAST	0	1,6470	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ICL	0	0,6364	2	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ICL	0	1,3500	3	
87	REGISTRADOR A/Z 285X345X75 MM (1671)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	2,0700	4	
		UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FRAMA	0	4,0708	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FRAMA	0	4,1363	2	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	6,6800	3	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FRAMA	0	10,1800	4	
		UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	FRAMA	0	4,3500	1	
88	Pasta A-Z material: cartão 1,77mm coberto c/ papel monolúcido, formato p/utlização: memorando (28,5 X 34,5 cm), lombada (cm): 8,0 divisão interna: Não, dados complementares: mecanismo niquelado/compressor plástico. (11178)		ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	FRAMA	0	4,6700	2	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 25/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	LIVRO ATA capa dura contendo 200 páginas. (10479)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHIES	0	6,6800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SAO DOMING	0	10,4100	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PAG BRASIL	0	10,2600	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SD	0	10,3300	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	P.B	0	18,3200	4
90	LIVRO ATA capa dura contendo 50 páginas. (10480)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tamoio	0	19,0800	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SAO DOMING	0	3,7000	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SD	0	3,5100	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PAG BRASIL	0	5,4000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	P.B	0	7,8400	4
91	CAIXA ARQUIVO MORTO de polionda com aproximadamente 390mmx30mmx180mm cores diversas. (10478)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tamoio	0	8,1700	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ALAPLAST	0	2,2300	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ALAPLAST	0	2,0100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 26/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	Caixa de Arquivo Médio Material: Papelão Cor: marrom, Tamanho Ofício, Medidas da caixa montada: Comprimento 35 cm Largura 13 cm Altura 24,5 cm (11187)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ALAPLAST	0	4,3500	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	DELCRIS	0	1,1200	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SC	0	1,0900	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BRAGAGNOLI	0	1,1200	3
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	KAZ	0	23,9900	1
93	Carbono filme manual formato A4 21x29,7 cm, caixa com 100 folhas. (14955)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ADMIRAL	0	47,1200	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIS	0	56,6300	3
94	Bloco para recado em papel 90g/m² PAUTADO com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, afin de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 101mmx101mm, com mínimo de 90 a 100 folhas. (7707)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INFORMS	0	6,7500	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	3M	0	13,5200	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	INFORMS	0	16,2000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	3M	0	16,2700	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	maker+	0	16,9500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 27/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	Bloco para recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados, afim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. (14956)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	1,4700	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	INFORMS	0	2,8400	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	3M	0	5,4100	3
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	3M	0	5,6400	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	make+	0	5,6400	5
96	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS 200 FLS CAPA DURA (5075)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PANAMERICA	0	5,3000	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PANAMERICA	0	5,2700	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CREDEAL	0	5,2700	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PANAMERICA	0	11,6800	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	CREDEAL	0	12,1700	5
97	Caderno pequeno 96 folhas capa dura (7712)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PANAMERICA	0	2,0300	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PANAMERICA	0	2,0200	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CREDEAL	0	3,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 28/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
98	Caderno brochura grande capa dura, com 96 folhas. Capa colorida. (11137)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CREDEAL	0	5,1200	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	CREDEAL	0	5,3300	5	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PANAMERICA	0	3,1000	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PANAMERICA	0	2,9900	2	
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	CREDEAL	0	3,2400	3	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CREDEAL	0	6,2100	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	CREDEAL	0	6,4700	5	
			UND ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	CARBRINK	0	2,8900	1	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CARBRNK	0	5,2900	2	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	WALEU	0	5,5100	3	
100	Extrator de grampos zingada (10558)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	JAPAN	0	0,9000	1	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	JAPAN	0	0,8100	2	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	J.STAMP	0	1,9300	3	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 29/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Porta canetas, borracha, clips etc (11116)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	WALEU	0	5,1800	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	WALEU	0	6,0800	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DELLO	0	16,8500	3
102	Bandeja plástica 30x20, com bordas mais altas e em cores claras (11115)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	WALEU	0	9,9600	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	BIO	0	23,6000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	lasplast	0	23,6000	3
103	Suporte para copos, para afixar na parede, poupa copos, 180 ml. (11119)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	21,1900	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	JSN	0	68,0000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	globo	0	68,0000	3
104	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR. Peso: 260gr. Na cor preta (11126)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,3500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PILOT	0	3,5000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3,6400	3
105	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR. , Peso: 260gr. Na cor azul (11127)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2,3500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 30/49

Número do Registro de Preços: 30/2014      Data do Registro: 17/11/2014      Válido até: 17/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
106	Píncel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR . Peso: 280gr. Na cor vermelha (11128)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PILOT	0	3.5000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3.6400	3		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2.3500	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PILOT	0	3.5000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3.6400	3		
107	Píncel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR. Peso: 260gr. Na cor verde. (11129)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	PILOT	0	2.3500	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PILOT	0	3.5000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3.6400	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PILOT	0	3.5000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PILOT	0	3.6400	3		
108	Píncel lixado número 2. (11172)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0.6700	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2.0000	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIGRE	0	3.3400	3		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0.7500	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2.0000	2		
109	Píncel lixado número 4. (11173)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0.7500	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2.0000	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIGRE	0	3.3400	3		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0.7500	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2.0000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 31/49

Número do Registro de Preços: 30/2014      Data do Registro: 17/11/2014      Válido até: 17/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
110	Pincel lixado número 6. (11174)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIGRE	0	4,0600	3		
		UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0,8100	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2,0000	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIGRE	0	4,8400	3		
111	Pincel lixado número 10. (11175)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LEO E LEO	0	0,9500	1		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	artist	0	2,0000	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TIGRE	0	6,5500	3		
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5510	1		
112	Tinta para tecido na cor vermelho escarlate, embalagem com 37 ml. (11142)		ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2		
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4		
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1		
113	Tinta para tecido na cor púrpura, embalagem com 37 ml. (11143)		ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 32/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	Tinta para tecido na cor vinho, embalagem com 37 ml. (11144)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
115	Tinta para tecido na cor laranja, embalagem com 37 ml. (11145)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
116	Tinta para tecido na cor salmão, embalagem com 37 ml. (11146)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilux	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 33/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
117	Tinta para tecido na cor amarelo pele, embalagem com 37 ml. (11147)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
118	Tinta para tecido na cor amarelo ouro, embalagem com 37 ml. (11148)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
119	Tinta para tecido na cor amarelo limão, embalagem com 37 ml. (11149)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
120	Tinta para tecido na cor, amarelo bebê embalagem com 37 ml. (11150)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	4,1000	4
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 34/49

Número do Registro de Preços: 30/2014      Data do Registro: 17/11/2014      Válido até: 17/11/2015							
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Tinta para tecido na cor rosa bebê, embalagem com 37 ml. (11151)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
		UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
		UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
122	Tinta para tecido na cor rosa escuro, embalagem com 37 ml. (11152)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
		UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
		UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
123	Tinta para tecido na cor coral, embalagem com 37 ml. (11153)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
		UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
		UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 35/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
124	Tinta para tecido na cor azul cobalto, embalagem com 37 ml. (11154)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
125	Tinta para tecido na cor azul mar, embalagem com 37 ml. (11155)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
126	Tinta para tecido na cor azul celeste, embalagem com 37 ml. (11156)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
127	Tinta para tecido na cor azul marinho, embalagem com 37 ml. (11157)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 36/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
128	Tinta para tecido na cor violeta, embalagem com 37 ml. (11158)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
129	Tinta para tecido na cor violeta cobalto, embalagem com 37 m (11159)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
130	Tinta para tecido na cor lilás, embalagem com 37 ml. (11160)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 37/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
131	Tinta para tecido na cor rosa ciclame, embalagem com 37 ml. (11161)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
132	Tinta para tecido na cor verde folha, embalagem com 37 ml. (11162)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
133	Tinta para tecido na cor verde musgo, embalagem com 37 ml. (11163)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
134	Tinta para tecido na cor verde pinheiro, embalagem com 37 ml (11164)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 38/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
135	Tinta para tecido na cor verde bandeira, embalagem com 37 ml (11165)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
136	Tinta para tecido na cor verde oliva, embalagem com 37 ml. (11166)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
137	Tinta para tecido na cor preta, embalagem com 37 ml. (11167)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrilex	0	3,0000	3	
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1	
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 39/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
138	Tinta para tecido na cor marrom, embalagem com 37 ml. (11168)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	1,5594	1
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	1,5100	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	3,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	4,1000	4
139	Tinta para tecido na cor branca, embalagem com 250 ml. (11169)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ACRILEX	0	5,9381	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ACRILEX	0	1,5000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	ACRILEX	0	7,4400	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	acrillex	0	15,0000	4
140	Folha de EVA vermelha (14957)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7760	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8760	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
141	Folha de EVA preta (14958)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 40/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
142	Folha de EVA branca (14959)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5	
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5	
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1	
143	Folha de EVA amarela (14960)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5	
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3	
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5	
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 41/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	Folha de EVA verde (14961)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
		UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
145	Folha de EVA azul (14962)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
		UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4
146	Folha de EVA rosa pink (14963)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2,3900	5
		UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 42/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
147	Folha de EVA rosa claro (14964)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3			
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2.3900	5			
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3			
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2.3900	5			
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2			
148	Folha de EVA cor de pele (14965)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3			
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2.3900	5			
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAKE	0	0,8778	3			
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	leo e leo	0	1,0000	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	2.3900	5			
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	F.K	0	0,7778	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VMP	0	0,8050	2			



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 43/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
149	Cola Locitte Power Flex Gel, tubo de 3 gramas, ideal para aplicações na vertical e materiais flexíveis. (14966)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	HENKEL	0	5,5100	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	EXTRA BOND	0	2,1500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HENKEL	0	8,6600	3
150	Refil para cola quente tubo pequeno (14967)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RENDICOLA	0	0,1425	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	0,1968	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MAKE	0	0,3100	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	0,4059	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	0,6200	5
		151	Refil para cola quente tubo grande (14968)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	RENDICOLA	0
	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)			MAKE	0	0,4381	2
	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)			MAKE	0	0,5700	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	0,6851	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	1,1000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 44/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE (5472)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CLASSE	0	7,2970	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	6,6436	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	6,8507	3
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MAKE	0	8,3300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	32,0000	5
153	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA (5473)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CLASSE	0	5,0143	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	JOCAR	0	4,5672	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAKE	0	5,2666	3
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	MAKE	0	6,5900	4
154	TNT vermelho rolo de 50 metros (14969)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAKE+	0	21,9900	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SUL BRASIL	0	34,3750	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SUL BRASIL	0	35,0000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SB	0	43,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 45/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015				Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
155	TNT branco rolo de 50 metros (14970)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANTA FÉ	0	78,6600	4				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SUL BRASIL	0	81,9400	5				
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SUL BRASIL	0	34,3750	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SUL BRASIL	0	35,0000	2				
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SB	0	43,2000	3				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANTA FÉ	0	78,6600	4				
156	TNT verde rolo de 50 metros (14971)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SUL BRASIL	0	81,9400	5				
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SUL BRASIL	0	34,3750	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SUL BRASIL	0	35,0000	2				
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SB	0	43,2000	3				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANTA FÉ	0	78,6600	4				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SUL BRASIL	0	81,9400	5				
157	TNT preto rolo de 50 metros (14972)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANTA FÉ	0	78,6600	4				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SUL BRASIL	0	81,9400	5				
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SUL BRASIL	0	34,3750	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SUL BRASIL	0	35,0000	2				
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SB	0	43,2000	3				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANTA FÉ	0	78,6600	4				

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014**

Página: 46/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
158	Bobina de papel Kraft, largura = 90 cm e comprimento 50 metros (14973)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SUL BRASIL	0	35,0000	2
			ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	SB	0	43,2000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANTA FÉ	0	78,6600	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SUL BRASIL	0	81,9400	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	SAFRA	0	23,8998	1
159	Tinta spray 400 ml na cor vermelho (14974)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	TRENT0	0	23,8661	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PILAR	0	64,1900	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3
160	Tinta spray 400 ml na cor verde (14975)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 47/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	Tinta spray 400 ml na cor dourado (14976)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3
162	Tinta spray 400 ml na cor amarelo (14977)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3
163	Tinta spray 400 ml na cor branca (14978)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CHEMICOLOR	0	9,9000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (8801)	chemicolor	0	17,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	WURTH	0	26,0000	3
164	Placa de Isopor 1,00 x 0,50, 10 mm de espessura (14979)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA (8927)	PLACTERM	0	2,1000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PLACK TERM	0	4,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 48/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	STYROVILLE	0	6,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2014

Página: 49/49

Número do Registro de Preços: 30/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015	
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para manutenção de diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2014  
PROCESSO Nº 53/2014

- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (8801) - LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA
- (8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
- (8927) - ELMO PAPELARIA LTDA
- (8962) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (9113) - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

Braço do Trombudo, 17 de Novembro de 2014.

# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL Nº051/2014

EDITAL Nº051/2014 PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO ESCOLAR - NOVEMBRO/2014  
CURSOS DE TECNOLOGIA E DE GRADUAÇÃO

1) A SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com base no Decreto Municipal nº 6.284, de 19 de julho de 2010, que regulamenta o art. 79 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2010, torna pública a abertura das inscrições para seleção de candidatos a serem contemplados com o auxílio-escolar para cursos técnicos e de graduação, no período de 17 de Novembro de 2014 a 31 de Janeiro de 2015.

I - O auxílio escolar é disciplinado pela Lei Complementar nº 147/09 e pelo Decreto Municipal nº 6.284/10.

II - No mês de novembro de 2014 serão concedidas aos servidores da Prefeitura Municipal de Brusque, 19 (dezenove) vagas destinadas aos cursos de graduação ( primeira graduação) e 08 (oito) vagas para cursos de tecnologia. O valor do auxílio será de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade paga regularmente pelo beneficiário.

a) O Programa beneficiará servidores matriculados nos cursos de graduação nas áreas do conhecimento que estejam correlacionados com as atividades desempenhadas na Prefeitura Municipal de Brusque .

b) Só haverá o auxílio escolar para os cursos de outras cidades, desde que não sejam oferecidos na cidade de Brusque.

III - O beneficiário terá lançado em folha de pagamento o valor ressarcido pelo Município, sendo que deverá comprovar a quitação da mensalidade encaminhando o documento, em via original, até o primeiro dia útil do mês subsequente ao pagamento, sob pena de suspensão do benefício para o mês seguinte. Havendo reincidência (não entrega dos documentos no prazo estabelecido), o benefício será cancelado, sendo que os valores já pagos deverão ser restituídos à Prefeitura Municipal de Brusque.

IV - A data limite para ter o lançamento do benefício do auxílio-escolar na folha de pagamento é o dia 15 de cada mês, o comprovante de pagamento da mensalidade do mês corrente protocolada no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Brusque. Não será aceito pagamento de acumulos de mensalidades.

V - O auxílio será mantido durante o período de tempo previsto para a conclusão regular dos cursos, desde que o servidor renove semestralmente a pretensão, por meio do comprovante de matrícula e a declaração de que não reprovou em nenhuma disciplina.

VI - Após a conclusão do curso, o servidor beneficiado deverá permanecer na Prefeitura Municipal de Brusque por período de tempo idêntico ao que foi beneficiado, sob pena de responder pela imediata restituição do investimento, em parcela única, atualizada monetariamente.

### 2) ADMINISTRAÇÃO DO BENEFÍCIO

A execução e administração do Programa do Auxílio-Escolar está afeta à ESAP - Escola de Administração Pública da Prefeitura Municipal de Brusque.

### 3) REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

A inscrição à Bolsa de Estudo depende do atendimento aos seguintes requisitos:

- comprovação de matrícula em curso de graduação ou de tecnologia(graduação), firmado pela instituição de ensino, que contenha a fase que o beneficiário irá cursar;

- declaração ou qualquer documento que comprove que o estudante está em dia com as mensalidades do curso;

- declaração do beneficiário de que concorda expressamente com os termos e obrigações delineadas neste edital de concessão do auxílio escolar (anexo I);

- não ter sofrido punição administrativa com pena de suspensão nos dois anos anteriores ao pedido;

- não estar em licença para tratamento de assuntos particulares ou à disposição de outros órgãos;

### 4) CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

O processo seletivo sob a responsabilidade da Comissão designada para esse fim, será efetuado mediante os seguintes critérios:

I - 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas no semestre serão preenchidas com base nos seguintes critérios:

- a) 3 (três) pontos para cada promoção por desempenho funcional.
- b) 1 (um) ponto para cada ano completo (365 dias) de tempo de serviço prestado ao Município de Brusque.
- c) 1 (um) ponto para cada fase curricular integralmente concluída no curso em que está matriculado.
- d) avaliação socioeconômica, em caso de empate.

II - 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas no semestre serão preenchidas com base nos critérios socioeconômicos descritos em instrução normativa instituída pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

§ 1º Na ocorrência de número ímpar de vagas, o maior percentual será preenchido com base nos critérios definidos no item I deste artigo.

§ 2º Caso o servidor fique classificado tanto no item I como no item II deste artigo, será automaticamente incluído como beneficiário no item I.

### 5) DA AVALIAÇÃO SOCIOECONOMICA

Para a avaliação socioeconômica serão considerados os seguintes aspectos:

- número de integrantes do grupo familiar;
- renda mensal bruta familiar;
- gastos com moradia (aluguel e/ou financiamento) do grupo familiar;
- gastos contínuos com tratamento de saúde do grupo familiar;
- número de integrantes do grupo familiar que estejam cursando graduação em instituição de ensino superior, considerando as pagas e as gratuitas;
- situações de grande impacto que interfiram diretamente na dinâmica familiar, não apenas no aspecto econômico, e que não estejam contempladas nos critérios anteriores.

Essas informações, inseridas pelo candidato no campo próprio do formulário, conduzirão à fórmula matemática abaixo descrita, onde:

PONT = pontuação

R = renda total bruta familiar



M = gastos com moradia  
 S = gastos com tratamento contínuo de saúde  
 up = número de integrantes do grupo familiar que cursam instituição de ensino paga  
 380 = valor de referência  
 ug = número de integrantes do grupo familiar que cursam instituição de ensino gratuita  
 180 = valor de referência  
 RED = redutor (1 aluno=0,40; 2 alunos=0,45 e 3 alunos ou mais=0,50)  
 GF = número de integrantes do grupo familiar  
 SE = situações especiais (utilizar 1,5 para cada situação assinalada)  
 SM = salário mínimo atual  
 100 = multiplicador.

Essas informações, inseridas pelo candidato no campo próprio do formulário, conduzirão à fórmula matemática abaixo descrita:

$$PONT == \frac{R - M - S [(up \times 380) + (ug \times 180)] \times RED \times 100}{[(GF + SE) \times SM]}$$

- A partir da utilização dessa fórmula será gerada uma pontuação para cada candidato inscrito. Da menor pontuação para a maior estabelece-se, em ordem crescente, a classificação na avaliação socioeconômica.

#### 6) DA INSCRIÇÃO

As inscrições deverão ser protocolizadas no período de 17 de novembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, na Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Recursos Humanos.

Deverão acompanhar o requerimento os seguintes documentos:

##### a) Documentos para inscrição:

1. Comprovante de matrícula, firmado pela instituição de ensino, que contenha a fase que o servidor irá cursar.
2. Declaração ou qualquer documentação que comprove que o estudante está quite com as mensalidades de seu curso.

##### b) Documentos que comprovem a situação socioeconômica.

A não-apresentação da documentação completa no ato de inscrição, a divergência entre os dados declarados no formulário e os constantes na documentação ou a comprovada falsidade nas informações prestadas podem excluir o servidor do processo seletivo ou suspender imediatamente o benefício.

No campo da avaliação socioeconômica é deve-se observar cada uma das perguntas:

Pergunta n. 1: Quantas pessoas compõem seu grupo familiar?  
 Sendo o grupo familiar caracterizado pela interdependência econômica, e não pelo parentesco, informar o número de pessoas, incluindo você, que contribuam ou dependam da renda mensal do grupo familiar, mesmo que não sejam parentes. Considerar as pessoas que trabalham e as que não exercem atividade remunerada.

Desconsiderar apenas as que não mais convivem no grupo familiar.

\* A comprovação é a cópia da CI, CPF ou certidão de nascimento de todos os integrantes do grupo familiar.

Pergunta n. 2: Há no seu grupo familiar alguma(s) desta(s) situação(ões)?

##### a) Portador de necessidades especiais (comprometimento físico)?

b) Portador de transtornos mentais e comportamentais (dependências químicas, jogo, furto)?

c) Falecimento/desemprego de mantenedor(a) do grupo familiar?

d) Intervenção cirúrgica de alto custo recente?

e) Vítima de calamidade recente com perda significativa de patrimônio?

f) Situações de grande impacto que interfiram diretamente na dinâmica familiar?

\* Para comprovar os itens "a" e "b": atestado médico ou psicológico, constando o Código Internacional da Doença (CID);

para o item "c": atestado de óbito ou comprovante de desemprego do mantenedor da família;

para o item "d": recibo de pagamento da cirurgia;

para o item "e": comprovante da Defesa Civil ou da Prefeitura Municipal confirmando o fato.

Pergunta n. 3: Qual a renda bruta mensal do seu grupo familiar?

Indicar a renda resultante da soma de todos os ganhos dos integrantes. Considerar o valor integral dos salários fixos, aposentadorias, ganhos variáveis de prestação de serviços, trabalhos autônomos, atividades rurais, ajuda de familiares, rendimentos de aluguéis. Desconsiderar recebimento de valores a título de férias, 13º salário, horas extras e pensão alimentícia.

\* A comprovação dar-se-á mediante a apresentação da declaração completa de imposto de renda de pessoa física de todos os integrantes do grupo familiar com renda mensal superior ao valor limite isento de imposto de renda, sendo que atualmente o valor importa em R\$ 1.637,11.

Nos casos de:

- Pagamento, por membro do grupo familiar, de pensão alimentícia: comprovante da decisão judicial que determinou o pagamento, quando este não for descontado em folha de pagamento;

- Desemprego de algum membro da família: apresentar comprovante de seguro-desemprego, se o estiver recebendo;

- Algum membro do grupo familiar ser trabalhador assalariado: contracheque atualizado;

- Algum membro do grupo familiar ser trabalhador autônomo, profissional liberal, prestador de serviço ou sócio-proprietário de empresa: apresentar DECORE-Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, constando pró-labore e retirada de lucros dos três últimos meses, numerada e assinada por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade ou declaração de rendimento dos três últimos meses, assinada e datada pelo próprio declarante, e Certidão Negativa de Débito Estadual e/ou Municipal;

- Algum membro ser aposentado ou pensionista: último comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão;

- Algum membro ser produtor rural: declaração de rendimentos do próprio produtor ou do sindicato dos trabalhadores rurais, constando a principal atividade e a remuneração média mensal;

- Algum membro ser estagiário ou bolsista: contrato de estágio ou de bolsa de trabalho;

- Algum membro do grupo familiar que tenha rendimentos provenientes de aluguel de imóveis: cópia do contrato de locação ou declaração original do locatário, constando em ambos o valor mensal;

- Algum membro estar incluído em outras situações (comissões por vendas, "bicos", auxílio de parentes ou amigos por exemplo): declaração assinada por quem paga as comissões ou quem presta o auxílio financeiro.

Pergunta n. 4: Se você e seu grupo familiar possui(em) gastos com aluguel residencial ou financiamento de moradia, indique o valor mensal.

Indicar apenas gastos com aluguel ou financiamento. Não incluir despesas com condomínio, IPTU, energia, água, telefone, nem aluguéis ou financiamentos de imóveis de lazer (casas e apartamento de praia ou campo).

\* Nos casos de locação residencial, a documentação comprobatória inclui último recibo de pagamento de aluguel ou respectivo contrato constando o valor mensal.

Nos casos de financiamento de casa ou apartamento: recibo da última parcela paga.

Pergunta n. 5: Se no seu grupo familiar há despesas com doença crônica ou tratamento contínuo de saúde, indique o valor mensal.

Indicar o valor mensal de despesas com tratamento de saúde no grupo familiar, incluindo medicação, manutenção de aparelhos (ortodônticos, próteses mecânicas etc.) e terapias contínuas (psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, acupuntura etc.). Não considerar despesas com pagamento de plano de saúde.

\* A comprovação dar-se-á mediante atestado ou declaração firmada pelo profissional assistente confirmando o diagnóstico ou tratamento, receituário legível indicando a medicação ou aparelho prescrito e recibos de pagamento das despesas mencionadas.

Pergunta n. 6: Incluindo você, quantos integrantes do seu grupo familiar cursam graduação em universidade paga?

Não considerar despesas com ensino fundamental, médio ou pós-graduação.

\* Apresentar comprovante de pagamento da matrícula.

Pergunta n. 7: Quantos integrantes do seu grupo familiar cursam graduação em universidade gratuita?

Incluir o número total de pessoas nessa situação.

\* Apresentar comprovante de pagamento da matrícula.

#### 7) DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A relação dos servidores selecionados para o programa do auxílio escolar será disponibilizada no Mural da Prefeitura, por ato da Comissão de Seleção e Classificação do Auxílio Escolar.

#### 8) EXCLUSÃO DO BENEFÍCIO

São causas que cessam automaticamente o benefício:

- I - não conclusão do curso no período de tempo previsto para o seu término regular, salvo motivo justificado;
- II - punição administrativa com pena de suspensão;
- III - punição administrativa com pena de demissão;
- IV - desistência, mesmo que temporária, frequência insuficiente

- ou reprovação em mais de 03 ( três) disciplinas ao longo do curso;
- V - concessão de licença para tratamento de interesses particulares ou cessão, para outro órgão;
- VI - aposentadoria, disponibilidade ou exoneração;
- VII - comprovada falsidade nas informações prestadas no ato de inscrição;
- VIII - não renovação do pedido nos termos do edital de inscrição;
- IX - não comprovação do pagamento das mensalidades até o primeiro dia útil do mês subsequente à quitação;
- X - possuir outra bolsa de estudos ou auxílio da mesma natureza.

Além da exclusão, as situações previstas nos itens III a VII e X obrigam o servidor beneficiário a ressarcir ao erário, de uma só vez, o montante despendido pela Prefeitura Municipal de Brusque, com incidência de correção monetária, exceto na hipótese de aposentadoria por invalidez. Na situação prevista no item VII, o servidor estará sujeito ainda às demais cominações legais.

Havendo vagas remanescentes, decorrentes da inclusão de algum servidor nos itens acima descritos, estas serão preenchidas observando-se a ordem classificatória do processo de seleção do semestre.

Concluído o curso, o servidor deverá apresentar cópia do respectivo diploma à ESAP - Escola de Administração Pública, vinculada à Secretaria de Orçamento e Gestão, para anotação nos assentamentos funcionais e para comprovação da conclusão do curso no processo seletivo.

#### 9) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O candidato poderá interpor recurso junto a Secretaria de de Orçamento e Gestão, solicitando revisão, no prazo de dois dias (quarenta e oito horas) úteis, contados a partir da publicação/divulgação do indeferimento da inscrição ou da relação final dos candidatos selecionados.

Os recursos interpostos em desacordo com o estabelecido no item anterior serão indeferidos de plano, sem análise de mérito. **SÓ SERÃO ACEITOS RECURSOS COM CONSISTENCIA NA ARGUMENTAÇÃO.**

Não terão direito de resposta os recursos protocolados fora do prazo.

As dúvidas que porventura vierem a surgir e os casos não previstos neste edital serão resolvidos pelo Secretário de Administração.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Novembro de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

#### EDITAL Nº 052/2014

Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 052/2014

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

#### 1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, as vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 7 deste edital.

1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado; atendimento ao público.

1.4- O Processo Seletivo terá por critério de seleção o tempo de serviço em atividades correlacionadas ao cargo.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 (um) ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores.

## 2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

2.1- Ter ensino fundamental incompleto.

## 3- DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1- O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, CÓPIA dos seguintes documentos:

- a) CTPS (folhas da identificação);
- b) PIS;
- c) CPF;
- d) Carteira de Identidade;
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência;
- g) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- i) Comprovação relativa a quitação militar;
- j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br));
- k) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
- m) Declaração de bens (anexo III deste Edital);
- n) Certificado Escolar;
- o) Certidão de tempo de serviço/declaração ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas que comprovem tempo de serviço), expresso em anos e meses considerado até a data de publicação do edital;
- p) Foto 3X4.

## 4- DA INSCRIÇÃO

4.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

4.2 As inscrições serão realizadas no setor de recursos humanos, na Prefeitura de Brusque, no período de 17 de novembro de 2014 a 21 de novembro de 2014, nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min.

4.3 O candidato deverá comparecer ao setor de recursos humanos e preencher a ficha de inscrição (Anexo IV deste edital). Também deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

4.4 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

## 5- DA LISTA DE INSCRIÇÃO

5.1 - A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 25 de Novembro de 2014, em ordem alfabética sem classificação, no Site da Prefeitura ([www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)), no DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/)) e afixada no mural da Prefeitura.

4.2. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado na Secretaria de Educação, Setor de Gestão de Pessoal, no dia 26 de Novembro de 2014.

## 6- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

6.1- Ter o ensino fundamental incompleto, cuja comprovação dar-se-á por meio da apresentação do histórico escolar ou, no caso de candidato formado, pelo certificado de conclusão de curso;

6.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;

6.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

6.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;

6.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

6.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

6.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;

6.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal;

## 7- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Servente de Serviços Gerais	05 + *CR	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 986,49 (mais R\$ 200,00 auxílio alimentação)

\*CADASTRO DE RESERVA.

## 8- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

8.1- Agente de Serviços Especiais:

8.1.1 - Atribuições:

- Realizar atividades pertinentes ao cultivo de flores e plantas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, limpando o local, aplicando inseticidas, bem como realizando podas e aparando-as em épocas preestabelecidas pelos superiores, de modo a conservar e embelezar canteiros, parques, jardins, entre outros.

- Promover a execução, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água.

- Auxiliar trabalhos de construção, manutenção, reparação, conserto e adequação em alvenaria, concreto, carpintaria, pintura, entre outros, utilizando instrumentos diversos.

- Integrar a equipe de trabalho nos setores de obras e serviços públicos, como os de viação, manutenção de estradas, ruas, entre outros, bem como auxiliando em caminhão-pipa.

- Auxiliar no serviço de levantamentos, medições - topográficos e agrimensor - montando e/ou segurando equipamentos e/ou instrumentos utilizados, a fim de otimizar o serviço de alinhamento.

- Auxiliar nos serviços de encanação, mecânica, eletricidade, entre outros, atuando como suporte para o profissional habilitado sempre que necessário ou conforme solicitação do superior imediato.

- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

## 9- DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

9.1- Estará classificado o candidato que comprovar, no mínimo, 02 (dois) meses de exercício no cargo para o qual se inscreveu, comprovando o tempo de trabalho por meio de declaração, certidão de tempo de serviço (em papel timbrado), ou cópia dos contratos registrados na CTPS devidamente assinada pelo responsável pela emissão do documento considerado até 30/10/2014).

9.2- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. Pontos
01 (um) mês completo no cargo ou trabalho em atividade correlacionada ao cargo	01 ponto

8.3- Será automaticamente desclassificado do certame o candidato que obteve rescisão de contrato de trabalho por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque.

#### 10- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1- Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

- a) Candidato mais idoso;
- b) Que possuir maior tempo de experiência no trabalho na educação na rede municipal de Brusque.;

#### 11. DO RESULTADO

10.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas no dia 27 de Novembro de 2014, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), bem como em listas afixadas no mural da Prefeitura.

#### 12- DOS RECURSOS E DO RESULTADO FINAL

12.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados na Secretaria Orçamento e Gestão setor de Recursos Humanos, sito na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, Brusque/SC (Sede da Prefeitura Municipal), nos seguintes horários: das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h00min.

12.2- A divulgação do resultado final será na data de 01 de Dezembro de 2014, publicado através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), bem como em listas afixadas no mural da Prefeitura.

#### 13 - DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

12.1 Os candidatos classificados serão comunicados, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional, por ocasião da contratação.

#### 14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios legais.

14.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

14.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

14.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

14.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

14.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

14.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

14.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 14 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

#### ANEXO I - EDITAL 052/2014

##### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Assinatura do Candidato.

#### ANEXO II - EDITAL 052/2014

##### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, e inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Assinatura do Candidato.

## ANEXO III- EDITAL 052/2014

## DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

(    ) Não possuo bens a declarar

(    ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	

Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual

Outros				

## Fontes de renda


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura

## ANEXO IV - EDITAL 052/2014

## FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO DO CANDIDATO:	
ENDEREÇO COMPLETO DO CANDIDATO:	
RUA:	Nº:
COMPLEMENTO:	
BAIRRO:	CEP:
CIDADE:	UF:
TELEFONE RESIDENCIAL:	CELULAR:
E-MAIL:	
ESTADO CIVIL:	
CPF:	
RG/CI:	
CARGO:	

## TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	Pontos	Seleção

Brusque(SC) \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Candidato



**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2014  
RECURSO ADM.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 147/2014  
CONCORRÊNCIA nº 014/2014  
RECURSO ADMINISTRATIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DAS AVENIDAS ARNO CARLOS GRACHER E BEPE ROSA (BEIRA RIO), MUNICÍPIO DE BRUSQUE.  
RECORRENTE: TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI  
RESULTADO DO RECURSO: Pelo exposto, recebo o recurso interposto pela Empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, para no mérito considerá-lo IMPROCEDENTE, mantendo a decisão de habilitação de todos os concorrentes.

10/11/2014.

RAFAEL LIUZ PINTO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 147/2014  
CONCORRÊNCIA nº 014/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DAS AVENIDAS ARNO CARLOS GRACHER E BEPE ROSA (BEIRA RIO), MUNICÍPIO DE BRUSQUE.  
RESULTADO DA PROPOSTA: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global para os Lotes 01, 02 e 03 a empresa MULTIPLOS SERVICOS E OBRAS LTDA com valor global de R\$ 2.428.301,50 (dois milhões e quatrocentos e vinte e oito mil e trezentos e um reais e cinquenta centavos) que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.  
Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

14/11/2014

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão de Licitação

**PORTARIA Nº 2.465/2014**

PORTARIA Nº 2.465/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Retificar em parte a portaria de concessão de progressão funcional horizontal nº 819/2014 da servidora CINARA TACHINI DALCEGIO,

onde se lê: ocupante do cargo de Professora enquadrada no quadro permanente de pessoal do magistério do município de Brusque, no padrão de vencimento C, faixa nível II, passando para o padrão de vencimento D, faixa nível II,

leia-se: ocupante do cargo de Professora enquadrada no quadro permanente de pessoal do magistério do município de Brusque, no padrão de vencimento B, faixa nível II, passando para o padrão de vencimento C, faixa nível II,

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 9.422, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.422, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo IV-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Arilson Fagundes, matrícula 398152-3, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Fundação Municipal de Meio Ambiente, a partir de 06 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de novembro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.423, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.423, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo IV - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Francielle da Camino Marchi para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Fundação Municipal de Meio Ambiente, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.424, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014**  
PORTARIA Nº 9.424, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Arilson Fagundes para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Ao servidor será concedida gratificação de representação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria n.º 9.234/2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

## Caçador

### PREFEITURA

**PORTARIA Nº 24.821**

PORTARIA Nº 24.821, de 07 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

**RESOLVE:**

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo a fim de apurar a efetiva realização de despesa não empenhada e não paga, bem como para apuração da legitimidade da despesa em razão do contrato nº 92/2012, vinculado ao processo licitatório nº 48/2012, do Fundo Municipal de Saúde, para a recuperação da UBS Central.  
§ 1º - A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA, matrícula nº 10.780, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; MARIA APARECIDA BOSCATTO, matrícula 3.271, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; CAROLINA FRUET DE LIMA, matrícula nº 13, ocupante do cargo Engenheira Civil, lotada junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, para, sob a presidência do primeiro, e secretariada pela última, comporem a Comissão de Processo Administrativo nº 04/2014.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos a contar do recebimento da portaria publicada no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º- Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.703**

PORTARIA Nº 24.703, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal da Fazenda, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome da servidora e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
10496	Gerusa Belo	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

### PORTARIA Nº 24.737

PORTARIA nº 24.737, de 23 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
12140	Rodrigo Collussi Cordeiro	Assessor de Secretário	023	01/01/2013 a 31/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

### RESOLUÇÃO 23/2014 CMDCA

Resolução 23/2014 de 17 de novembro de 2014

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo 2014-2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a Lei 12.594/2012, artigo 5º, parágrafo 3º que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sina-se), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os

Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

CONSIDERANDO as 16 reuniões realizadas pela comissão de elaboração do Plano e entidades e órgãos parceiros.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Extraordinária do CMDCA realizada no dia dezessete de novembro de dois mil e quatorze, Ata nº 305.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo 2014-2024.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 17 de novembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### RESOLUÇÃO 24/2014 CMDCA

Resolução 24/2014 de 17 de novembro de 2014

Dispõe sobre a convocação de suplentes do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO o Ofício 245/2014 do Conselho Tutelar do qual informa que a Conselheira Tutelar Marilaine Witiuk Chaves encontra-se em atestado médico desde 21/10/2014 com perspectiva de cirurgia. Solicitando que seja chamada a suplente.

CONSIDERANDO o Ofício 265/2014 do Conselho Tutelar do qual solicita Licença Maternidade, conforme "Termo de Guarda e Responsabilidade Provisória - para fins de adoção", emitida na data de 05/11/14 da Conselheira Tutelar Janete Aparecida Zaccaron Thomazi.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Extraordinária do CMDCA realizada no dia dezessete de novembro de dois mil e quatorze, Ata nº 305.

Resolve:

Art. 1º - Convocar e nomear a conselheira suplente Sra. Adriana Pegoraro Donatti para que substitua a Conselheira Marilaine Witiuk Chaves, no período de 20/11/2014 a 20/12/2014 e convocar e nomear a conselheira suplente Sra. Caroline Rocha de Paula para que substitua a Conselheira Janete Aparecida Zaccaron Thomazi, no período de 18/11/2014 a 18/03/2014, com um prazo de 72 horas para pronunciamento no RH da Prefeitura Municipal de Caçador e CMDCA Caçador. Caso as mesmas não aceitem, será seguida a lista de chamamento das suplentes conforme Ata de eleição dos membros do Conselho Tutelar Gestão 2012-2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 17 de novembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### RESOLUÇÃO 25/2014 CMDCA

Resolução 25/2014 de 17 de novembro de 2014

Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos membros que compõem o Conselho Tutelar do Município de Caçador/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO a Lei nº 12.696 de 25 de julho de 2012, que altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei no 8.069, de 13 de julho



de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.

CONSIDERANDO a Resolução 152 de 09 de agosto de 2012 do CONANDA, que dispõe sobre as diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da vigência da lei 12.696/12.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Extraordinária do CMDCA realizada no dia dezessete de novembro de dois mil e quatorze, Ata nº 305.

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar o mandato das conselheiras Tutelares: Andreia Teresinha de Almeida, Elvira Kruger, Marilaine Chaves Witiuk, Sirlei Heinemann Weber e Janete Aparecida Zaccaron Thomazi para o prazo de 4 anos (art. 132, com a nova redação dada pelo art. 1º, da citada Lei), com o mandato expirando-se em 10.01.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 17 de novembro de 2014.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **PORTARIA Nº 48, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA nº 48, de 01 de outubro de 2014.

Concede Progressão Funcional, por antiguidade, a servidora efetiva da Câmara Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 26 e 27 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por antiguidade, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2011 a 02 de novembro de 2014, à servidora STÉFANI CIVIDINI BACK, ocupante do cargo de tesoureira, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, empossada em 03/10/2011, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/Referência I-A para I-D, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 14 de novembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,  
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,  
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos  
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur  
2º SECRETÁRIA.

#### **PORTARIA Nº 049, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA nº 049, de 14 de novembro de 2014.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em pecúnia à servidora Stéfani Cividini Back.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo de 03/10/2013 a 02/10/2014, à servidora STÉFANI CIVIDINI BACK, ocupante do cargo de tesoureira, com pagamento juntamente com a remuneração mensal da competência 11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 14 de novembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,  
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,  
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos  
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur  
2ª SECRETÁRIA.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO PR 88/14 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
ANULAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2014-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 147/2014 cujo objeto é: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE NOBREAKS, MICRO-COMPUTADORES E TABLETES DESTINADOS AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES QUE SERÃO UTILIZADOS NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 14 de Novembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### PR 92/14 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 092/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, APLICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS E GRAMA NAS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 17 de Novembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### LEI COMPLEMENTAR N.º 074/2014

LEI COMPLEMENTAR N.º 074/2014

Altera dispositivo na Lei Complementar n.º 38/2012, que dispõe sobre a estrutura, cargos e vencimentos da Câmara Municipal de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O quadro do anexo, I e II da Lei Complementar 38/2012,

fica alterado e passando a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO I

#### QUADRO DE CARGOS EFETIVOS DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMBORIÚ

DENOMINAÇÃO	QTD.	HORAS SEMANA	VENCIMENTO	LOTAÇÃO	HABILITAÇÃO
Assistente Administrativo	06	40	1.450,00	CMDAD	Ensino Médio
Auxiliar de Limpeza e Conservação	03	40	1.022,00	CMDAD	Alfabetizado
Motorista	02	40	1.405,00	CMDAD	Ensino Fundamental
Telefonista	01	40	1.450,00	CMDAD	Ensino Médio
Vigia	02	40	1.305,00	CMDAD	Ensino Fundamental

#### ANEXO II

#### QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMBORIÚ

DENOMINAÇÃO	QTD.	HORAS SEMANA	VENCIMENTO	LOTAÇÃO	HABILITAÇÃO
Chefe de Gabinete	01	40	3.860,00	CMGAP	Ensino Médio
Diretor Financeiro	01	20	2.395,00	CMDFI	Graduado em Contabilidade
Diretor Parlamentar	01	20	2.395,00	CMADP	Advogado
Diretor Administrativo	01	20	2.395,00	CMDAD	Graduado em Adm./Economia/Contabilidade
Assessor Administrativo	04	40	1.450,00	CMDAD	Ensino Médio
Assessor de Gabinete	30	20	1.500,00	CMDAD	Ensino Médio
Procurador Geral	01	20	2.820,00	CMPJG	Advogado
Diretor de Comunicação	01	20	2.395,00	CMADI	Graduado em Jornalismo
Diretor de Compras e Licitações	01	20	2.395,00	CMADC	Graduado em Economia/Administração

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 13 de novembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **LEI N.º 2.737/2014**

LEI N.º 2.737/2014

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO CHAPECÓ", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada "L", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7411, na Cidade de Camboriú.  
Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 13 de novembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **LEI N.º 2.738/2014**

LEI N.º 2.738/2014

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO CARREIRO", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada "M", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7412, na Cidade de Camboriú.  
Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 13 de novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **LEI N.º 2.739/2014**

LEI N.º 2.739/2014

Cria o Projeto "FEST - Festival Estudantil de Teatro" e cria a Comenda KIKIDO na Rede Pública de Ensino do Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei criado o projeto "FEST - Festival Estudantil de Teatro" na rede pública de ensino do município de Camboriú, que será realizado anualmente, na primeira semana do mês de novembro, preferencialmente no final de semana.

§ 1º O FEST não terá caráter competitivo, mas sim de confraternização entre os participantes.

§ 2º Todas as escolas deverão obrigatoriamente se inscrever e participar do FEST.

Art. 2º São objetivos do "FEST - Festival Estudantil de Teatro":

I - difundir e promover o gosto teatral;

II - promover um espaço para a troca de experiências entre os diversos discentes e de idades variadas;

III - promover o conhecimento do conjunto das estruturas sociais onde vive como manifestações artísticas, intelectuais, políticas e religiosas da sociedade;

IV - estimular o desenvolvimento e a discussão de ideias, o resgate de virtude, valores e normas de convivência em sociedade;

V - promover o conhecimento interpessoal para melhor relacionamento entre os estudantes, professores, profissionais de educação e familiares;

VI - despertar a criatividade e capacitar o indivíduo a desenvolver o estudo, a prática e a análise das artes (teatro);

VII - trabalhar a desenvoltura dos alunos a fim de criar uma boa capacidade de comunicação;

VIII - possibilitar aos discentes o contato e a troca de experiências com os profissionais envolvidos na atividade teatral e;

IX - promover ainda, quando possível e necessário, a realização de palestras, debates, seminários, congressos, "workshops", exposições, exibições audiovisuais, conferências ou outras atividades que possibilitem a difusão da atividade teatral.

Art. 3º A organização e a coordenação do FEST ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação e da Fundação Cultural do Município de Camboriú.

Art. 4º O Poder Executivo poderá premiar por participação os trabalhos, assim como aceitar que a premiação seja feita por instituições ou empresas interessadas em fazê-lo.

§ 1º A instituição ou empresa que promover a premiação prevista no caput terá direito a divulgar sua colaboração para o evento.

§ 2º Preferencialmente, os prêmios serão livros, material escolar e de informática, viagens, cursos, entre outros, vedado quaisquer produtos ou materiais que possam prejudicar, física ou moralmente, os estudantes.

Art. 5º A organização do FEST será feita por uma comissão formada por:

I - Prefeitura do Município de Camboriú, através da Secretaria de Educação e da Fundação Cultural;

II - instituições educacionais e professores de ensino fundamental e médio, públicas, existentes no Município de Camboriú e;

III - entidades, sociedades, agremiações, organizações, associações, fundações, entre outras que trabalhem, no Município de Camboriú, com artes cênicas ou as apoiem.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Organizadora não receberão remuneração de espécie alguma pelas atividades desenvolvidas pelos mesmos, sendo seus serviços considerados da mais alta relevância para a municipalidade.

Art. 6º Poderão participar do projeto de forma voluntária e mediante aceitação da comissão organizadora, artistas, atores, professores e acadêmicos de artes cênicas, músicos e demais profissionais ligados ao mundo da arte, para darem suporte e transmitirem experiência e conhecimentos aos alunos na feitura de suas peças

a serem apresentadas no FEST.

Art. 7º O "FEST" poderá ser realizado em espaços de livre acesso ao público, sem a cobrança de ingressos, sendo vedada a comercialização de cigarros, "cigarretes", cachimbos, charutos e outros derivados do tabaco de qualquer espécie, bem como de bebidas alcoólicas.

Art. 8º A infraestrutura necessária à realização do FEST poderá ser custeada por meio de patrocínio, apoio cultural e demais leis que favoreçam o fomento, o incentivo ou o amparo às iniciativas de atividades teatrais.

Art. 9º Caso seja de conveniência do Poder Executivo Municipal patrocinar o evento mencionado no caput do art. 1º, as despesas decorrentes correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, que deverão constar das propostas orçamentárias anuais.

Art. 10. Fica criada, no âmbito do "FEST - Festival Estudantil de Teatro", a Comenda KIKIDO, que é a condecoração destinada a homenagear as pessoas que se destacarem na participação no "FEST" ao longo do ano letivo escolar.

Art. 11. O Poder Executivo, no prazo de noventa dias editará os atos necessários para a regulamentação do que dispõe esta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 13 de novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

## LEI N.º 2.740/2014

LEI N.º 2.740/2014

Dispõe sobre a permissão de uso de bem público ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a permissão de uso, em favor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.550.558/0001-78, com sede na Rua José Francisco Bernardes, n.º 144, Centro, Camboriú/SC, dos bens públicos adiante descritos:

I - 02 (duas) torres modulares de 30 metros de altura, com módulos de 03 metros cada e com diâmetro de 0,30cm, sendo todos os módulos das torres galvanizados a fogo e com pintura eletrotática; para os estaios uso de cabo de aço (cordoaria) de 4MM 7 fios, mordentes  $\frac{3}{4}$  e esticador de  $\frac{1}{2}$ , todo o material galvanizado a fogo, com amarração a cada 05 metros (primeiro estai na altura de 05 metros); parafusos e porcas de aço inoxidável na medida de  $\frac{3}{8}$ , devidamente equipadas com para-raio e luz de segurança, com painel de energia solar;

II - 04 (quatro) torres modulares de 42 metros de altura, com módulos de 03 metros cada e com diâmetro de 0,30cm, sendo todos os módulos das torres galvanizados a fogo e com pintura eletrotática; para os estaios uso de cabo de aço (cordoaria) de 4MM 7 fios, mordentes  $\frac{3}{4}$  e esticador de  $\frac{1}{2}$ , todo o material galvanizado a fogo, com amarração a cada 05 metros (primeiro estai na altura de 05 metros); parafusos e porcas de aço inoxidável na medida de  $\frac{3}{8}$ , devidamente equipadas com para-raio e luz de segurança, com painel de energia solar.

Parágrafo único. As torres citadas no caput deste artigo têm a finalidade de possibilitar o acesso à internet e à telefonia na zona

rural do Município.

Art. 2º As torres mencionadas no artigo 1º desta Lei estão instaladas nas localidades abaixo descritas:

I - José Américo Lorencetti, situada na Localidade de Limeira, nas coordenadas aproximadas: latitude - 27º5'57.14"s e longitude - 48º45'35,09"0;

II - João André Silva, situada na Localidade do Braço, nas coordenadas aproximadas: latitude - 27º5'33.79"s e longitude - 48º43'29,35"0;

III - Leonel Arcângelo Pavan, situada na Localidade de Caetés, nas coordenadas aproximadas: latitude - 27º7'27.04"s e longitude - 48º43'22,54"0;

IV - Henrique Rosa, situada na Localidade do Cerro (com visada para a Localidade dos Macacos), nas coordenadas aproximadas: latitude - 27º4'55.71"s e longitude - 48º42'19,07"0;

V - Carlos Alberto Santos Rodrigues, situada na Localidade dos Alemães (Braço/Haras), nas coordenadas aproximadas: latitude - 27º2'46.96"s e longitude - 48º43'51,65"0;

VI - Ailton Lirio da Silva, situada na Localidade do Rio do Meio, nas coordenadas aproximadas: latitude - 27º0'44.76"s e longitude - 48º42'52,42"0.

Art. 3º A permissão de uso prevista nesta Lei consiste na utilização das torres modulares acima descritas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú, o qual implementará o acesso a internet (banda larga) e telefonia rural, bem como realizará a manutenção e gestão destas.

Art. 4º O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú fica obrigado a:

I - não alterar a destinação das torres modulares para fins diversos do estabelecido, bem como não cedê-las a terceiros, a qualquer título, no todo ou em partes;

II - responsabilizar-se pela limpeza, preservação, manutenção e conservação dos bens públicos ora cedidos e das áreas onde serão instaladas as torres modulares;

III - não permitir que terceiros se apossam das torres, bem como dar imediato conhecimento de qualquer eventualidade ao Município de Camboriú.

§ 1º A utilização das torres permissionadas para finalidade diversa da permitida nesta Lei deverá ser objeto de autorização específica e formal do Município.

§ 2º Em razão da natureza técnica dos serviços a serem prestados, fica autorizado ao Sindicato contratar empresa especializada na manutenção das torres e operação do sistema de telefonia e internet rural.

Art. 5º Fica assegurado ao Município o direito inderrogável de supervisionar e fiscalizar o estrito cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, sendo que esta fiscalização não inibe e nem atenua a responsabilidade do permissionário.

Parágrafo único. Ao Município é conferido o direito de acesso ao bem público, objeto desta permissão de uso, a fim de proceder às vistorias e outras diligências que entender necessárias e convenientes.

Art. 6º A presente permissão de uso será outorgada por meio de termo próprio, por prazo indeterminado, a título precário e em caráter gratuito e intransferível.

Art. 7º O Município poderá revogar a permissão objeto desta Lei, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das obrigações estipuladas, ou, ainda, quando o interesse público o exigir, independente do pagamento de indenização de qualquer natureza, inclusive, por benfeitorias introduzidas nas torres modulares, sejam necessárias, úteis ou voluptuárias.

Parágrafo único. Em caso de revogação, o Sindicato deverá restituir o bem público em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 13 de novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

**LEI N.º 2.741/2014**

LEI N.º 2.741/2014  
Denominação de Servidão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a Servidão Pública: "SAMUEL BERNARDINO", a servidão situada no Bairro Lídia Duarte, registrada na Secretaria de Planejamento como "Servidão Pública", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7172, na cidade Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na servidão denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 13 de novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1300/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1300/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKU1778	55726513E	6599/2	23/10/2014	230 * V
DMY8356	55727736E	6912/0	24/10/2014	232
DMY8356	55727737E	6610/2	24/10/2014	230 * VII
DZA5325	54950461E	6637/2	25/09/2014	230 * IX
DZA5325	54950462E	6700/0	25/09/2014	230 * XVI
LOR3896	55726748E	6599/2	17/10/2014	230 * V
LOR3896	55726749E	5045/0	17/10/2014	162 * V
LOR3896	55726750E	6912/0	17/10/2014	232
LUU7015	54949386E	6700/0	17/10/2014	230 * XVI
LUU7015	54949387E	6912/0	17/10/2014	232
LZM3842	55727877E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MBA1414	55727182E	6599/2	17/10/2014	230 * V
MBA1414	55727183E	6912/0	17/10/2014	232
MCT1115	54950480E	6599/2	14/10/2014	230 * V
MCT1115	54950481E	6637/1	14/10/2014	230 * IX
MCW8040	55727485E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MDI2999	55727488E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MDI2999	55727489E	6912/0	26/10/2014	232
MDM8420	55727577E	5053/1	02/10/2014	162 * VI
MDQ0591	55727181E	5010/0	17/10/2014	162 * I
MEH6979	54947340E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MEH6979	55373394C	6912/0	21/10/2014	232
MEM8312	54947471E	5061/0	21/10/2014	163 c/c 162 * I
MEM8312	54947472E	5010/0	21/10/2014	162 * I
MEM8312	54947473E	6653/2	21/10/2014	230 * XI
MEP0668	54949443E	6599/2	23/10/2014	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFV9968	55003086D	5010/0	17/10/2014	162 * I
MGC9918	54949444E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MGC9918	54949445E	5010/0	26/10/2014	162 * I
MGC9918	54949446E	5061/0	26/10/2014	163 c/c 162 * I
MGM0558	54950483E	6637/2	19/10/2014	230 * IX
MGM0558	54950484E	6700/0	19/10/2014	230 * XVI
MGM0558	54950485E	6610/2	19/10/2014	230 * VII
MHD4464	55727179E	6700/0	17/10/2014	230 * XVI
MIB7321	54947469E	5029/2	21/10/2014	162 * II
MIB7321	54947470E	6610/2	21/10/2014	230 * VII
MIN7096	55727204E	6912/0	17/10/2014	232
MIP9515	55727308E	6599/2	13/10/2014	230 * V
MIP9515	55727309E	5010/0	13/10/2014	162 * I
MIX2017	55727482E	5010/0	18/10/2014	162 * I
MJI7336	55727608E	6912/0	23/10/2014	232
MKM6513	55727604E	6599/2	17/10/2014	230 * V
MKP4902	55727205E	6599/2	17/10/2014	230 * V
MKZ4048	55727276E	5320/0	22/10/2014	176 * V
MLG9806	55727180E	6599/2	17/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1301/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1301/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AED8456	55727788E	5185/1	21/10/2014	167
AHZ5293	55727705E	5185/1	17/10/2014	167
AHZ5293	55727776E	5185/1	20/10/2014	167
AMC6152	55727396E	5185/1	16/10/2014	167
AMT2106	55727773E	5185/1	20/10/2014	167
AQT2054	55727953E	5185/1	26/10/2014	167
DMY8356	55727738E	5185/1	24/10/2014	167
EQW9667	55003097D	5525/0	20/10/2014	181 * XV
HIZ8912	55727854E	5185/1	24/10/2014	167
IGS7703	55727874E	5185/1	24/10/2014	167
IHA0654	55727954E	5185/1	26/10/2014	167
ITW6239	54624187E	5843/3	19/10/2014	196
LXL9530	55727732E	5185/1	21/10/2014	167
LZD9118	55727744E	5185/1	24/10/2014	167
LZR6090	55727743E	5185/1	24/10/2014	167
MAJ8280	55727175E	5452/1	16/10/2014	181 * VIII
MAL1694	55727717E	5185/1	20/10/2014	167
MAY4288	55727759E	5185/1	17/10/2014	167
MBN3228	55727706E	5185/1	17/10/2014	167
MBO4361	55727756E	5185/1	17/10/2014	167
MBQ5219	55727704E	5185/1	17/10/2014	167
MCR0746	55727867E	5185/1	24/10/2014	167
MCT1115	54950479E	5835/0	14/10/2014	195
MDG7119	55727760E	5185/1	17/10/2014	167
MDJ1455	55727869E	5185/1	24/10/2014	167
MDM0841	55727871E	5185/1	24/10/2014	167

1 / 2



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDS1055	55727742E	5185/1	24/10/2014	167
MFU8666	54623581E	6050/1	30/09/2014	208
MFV5943	55727783E	5185/1	21/10/2014	167
MGD8476	55727955E	5185/1	26/10/2014	167
MGY3071	55727602E	5185/1	16/10/2014	167
MHE9216	55727561E	5738/0	28/09/2014	186 * II
MHM4520	55727952E	5185/1	26/10/2014	167
MHW2231	55727780E	5185/1	21/10/2014	167
MIS9153	55727397E	5185/1	16/10/2014	167
MJZ4736	54948950E	5738/0	15/10/2014	186 * II
MMC1882	55727731E	5185/1	21/10/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 276 DE 30 DE ABRIL DE 1984

DECRETO Nº 0276

PRORROGA O PRAZO PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS ATÉ A DATA DE 10 DE MAIO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1984.

JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

### DECRETO Nº 275 DE 38 DE ABRIL DE 1984

DECRETO Nº 0275

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADACÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1984.

JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

### DECRETO Nº 274 DE 19 DE ABRIL DE 1984

DECRETO Nº 0274

DECLARA PONTO FACULTATIVO NO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE 1984.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de abril de 1984.

JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

### DECRETO Nº 273 DE 13 DE ABRIL DE 1984

DECRETO Nº 0273

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - NEUZELI MARIA WOLLNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de abril de 1984.

JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

### DECRETO Nº 272 DE 13 DE ABRIL DE 1984

DECRETO Nº 0272

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADACÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de abril de 1984.

JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

### DECRETO Nº 271 DE 13 DE ABRIL DE 1984

DECRETO Nº 0271

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de abril de 1984.

JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

**DECRETO Nº 270 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1984**

DECRETO Nº 0270

NOMEIA JUAREZ THADEU CUNHA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de fevereiro de 1984.

JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária**DECRETO Nº 269 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1984**

DECRETO Nº 0269

HOMOLOGA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE - FECAMPO, EM TODOS SEUS ARTIGOS E ITENS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de fevereiro de 1984.

JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária**DECRETO Nº 267 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1984**

DECRETO Nº 0267

NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de fevereiro de 1984.

JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária**DECRETO Nº 086 DE 30 DE JUNHO DE 1960**

DECRETO Nº 0086

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES - THEREZA ZILLAH MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de junho de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de junho de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 085 DE 30 DE JUNHO DE 1960**

DECRETO Nº 0085

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFESSORA - RENATA JOHANSON.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de junho de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de junho de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 084 DE 30 DE JUNHO DE 1960**

DECRETO Nº 0084

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROFESSORA - ZELMY MARCÍLIA MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de junho de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de junho de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 083 DE 02 DE MAIO DE 1960**

DECRETO Nº 0083

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFESSORA - ZELMY MARCÍLIA MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 082 DE 02 DE MAIO DE 1960**

DECRETO Nº 0082

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A PROFESSORA - ZENAIDE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 081 DE 02 DE MAIO DE 1960**

DECRETO Nº 0081

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NO CARGO DE PROFESSOR - ROSA KOHLBECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 080 DE 20 DE ABRIL DE 1960**

DECRETO Nº 0080

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NO CARGO DE PROFESSOR - MARIA IVANILDES MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de abril de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de abril de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 079 DE 20 DE ABRIL DE 1960**

DECRETO Nº 0079

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROFESSORA - MARIA SELMA ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de abril de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de abril de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 078 DE 17 DE ABRIL DE 1960**

DECRETO Nº 0078

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À PROFESSORA - URSULA SCHMALZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 077 DE 05 DE ABRIL DE 1960**

DECRETO Nº 0077

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE PROFESSORA - RAQUEL BENTA PEREIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de abril de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 076 DE 31 DE MARÇO DE 1960**

DECRETO Nº 0076

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFESSORA - ANA GOMES DA ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 075 DE 31 DE MARÇO DE 1960**

DECRETO Nº 0075

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFFESSORA - RAQUEL BENTA PEREIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 074 DE 31 DE MARÇO DE 1960**

DECRETO Nº 0074

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE Á PROFESSORA - URSULA SCHMALZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 073 DE 31 DE MARÇO DE 1960**

DECRETO Nº 0073

LUTO OFICIAL POR TÊS DIAS FALECIMENTO DO EX-PREFEITO CARLOS BRANDES E VEREADOR DA ATUAL LEGISLATURA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1960.

JOSÉ GOMES MUNHOZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1960.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 072 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1959**

DECRETO Nº 0072

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NO CARGO DE PROFESSOR - ANA MARIA CORDEIRO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**DECRETO Nº 071 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1959**

DECRETO Nº 0071

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR - SE-BASTIANA VAZ BUENO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 070 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1959**

DECRETO Nº 0070

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR - MARIA DIVANIR ROZÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 069 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1959**

DECRETO Nº 0069

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR - TEREZINHA MUNHOZ ROZÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 068 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1959**

DECRETO Nº 0068

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADUÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 067 DE 15 DE AGOSTO DE 1959**

DECRETO Nº 0067

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NO CARGO DE TESOUREIRA - MATILDE NARLOCH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de agosto de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de maio de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 066 DE 31 DE JULHO DE 1959**

DECRETO Nº 0066

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR - MARIA DRANKA CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de julho de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de julho de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 065 DE 31 DE MAIO DE 1959**

DECRETO Nº 0065

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE TESOUREIRA - ALDAYR EBERT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de maio de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de abril de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 064 DE 15 DE ABRIL DE 1959**

DECRETO Nº 0064

DISPÕE COLOCAÇÃO A DISPOSIÇÃO O MOTORISTA - JOÃO SCHUCHOVSKY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 063 DE 10 DE ABRIL DE 1959**

DECRETO Nº 0063

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE TRATORISTA - WALMIR DUARTE SILVA MACHADO SCHROEDER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de abril de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de abril de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 062 DE 10 DE ABRIL DE 1959**

DECRETO Nº 0062

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE TRATORISTA - JOSÉ ODAIR MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de abril de 1959.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de abril de 1959.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 061 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958**

DECRETO Nº 0061

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FISCAL LANÇADOR - THEREZA ZILLAH MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 060 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958**

DECRETO Nº 0060

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE FISCAL LANÇADOR - NORMA PATRUNI HERBST.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 059 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958**

DECRETO Nº 0059

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE TRATORISTA - JOSÉ ODAIR MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 058 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958**

DECRETO Nº 0058  
CONCEDE EXONERAÇÃO DA FUNÇÃO DE TRATORISTA - ALDAMIRO EBERT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 057 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958**

DECRETO Nº 0057

APROVA A RECEITA E A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1959.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 056 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958**

DECRETO Nº 0056

ANULA SALDO REMANESCENTES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 055 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958**

DECRETO Nº 0055  
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A TESOUREIRA - ALDAYR EBERT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de agosto de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 054 DE 21 DE AGOSTO DE 1958**

DECRETO Nº 0054  
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A TESOUREIRA - ALDAYR EBERT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de agosto de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 053 DE 31 DE JULHO DE 1958**

DECRETO Nº 0053  
CONCEDE EXONERAÇÃO AO PROFESSOR - ANDRÉ FERREIRA DE PAULA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de julho de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de julho de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário



**DECRETO Nº 052 DE 30 DE JUNHO DE 1958**

DECRETO Nº 0052

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES O TRATORISTA - ALDOMIRO EBERT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de junho de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de junho de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 051 DE 01 DE JUNHO DE 1958**

DECRETO Nº 0051

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA PROFESSORA - TEREZINHA MUNHOZ DO ROZÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de junho de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de junho de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 050 DE 16 DE MAIO DE 1958**

DECRETO Nº 0050

CONCEDE EXONERAÇÃO DA PROFESSORA - MARIA DE LOURDES MULIKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de maio de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 049 DE 02 DE MAIO DE 1958**

DECRETO Nº 0049

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA PROFESSORA - ZENAIDE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 048 DE 02 DE MARÇO DE 1958**

DECRETO Nº 0048

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE AO PROFESSOR - ANTONIO GOMES DA ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de março de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de março de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 047 DE 01 DE MARÇO DE 1958**

DECRETO Nº 0047

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA PROFESSORA - SEBASTIANA VAZ BUENO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**DECRETO Nº 046 DE 01 DE MARÇO DE 1958**

DECRETO Nº 0046

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFESSOR - OSVALDO EDMUNDO SCHÜTZLER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1958.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 045 DE 10 DE FEVEREIRO DE 1958**

DECRETO Nº 0045  
CONCEDE EXONERAÇÃO A PROFESSORA - JURACY FERNANDES VIEIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de fevereiro de 1958.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de fevereiro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 044 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1957**

DECRETO Nº 0044  
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE RENDAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1958.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de dezembro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de dezembro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 043 DE 16 DE OUTUBRO DE 1957**

DECRETO Nº 0043  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA PROFESSORA - MARIA DRANKA CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de outubro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 042 DE 09 DE OUTUBRO DE 1957**

DECRETO Nº 0042  
CONCEDE EXONERAÇÃO A PROFESSORA - DIRCÉIA DUARTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de outubro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de outubro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 041 DE 01 DE SETEMBRO DE 1957**

DECRETO Nº 0041  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO ASSISTENTE VETERINÁRIO - Dr. ALFREDO SCHMIDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de setembro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 040 DE 17 DE MAIO DE 1957**

DECRETO Nº 0040  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE AGENTE FLORESTAL - ANTONIO DOMIGOS CORRÊA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de maio de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de maio de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 039 DE 17 DE MAIO DE 1957**

DECRETO Nº 0039  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - ANTONIO DOMINGOS CORRÊA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de maio de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de maio de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 038 DE 02 DE MAIO DE 1957**

DECRETO Nº 0038  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA - DIRCÉIA DUARTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de maio de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 037 DE 17 DE ABRIL DE 1957**

DECRETO Nº 0037  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - ANTONIO DOMINGOS CORRÊA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de abril de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de abril de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 036 DE 02 DE ABRIL DE 1957**

DECRETO Nº 0036  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL GERAL - JOÃO FERREIRA DE LIMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de abril de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 035 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1957**

DECRETO Nº 0035  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFESSOR - ANDRÉ FERREIRA DE PAULA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de fevereiro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 034 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1957**

DECRETO Nº 0034  
DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DA PROFESSORA - MARIA DE LOURDES MULIKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de fevereiro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 033 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1957**

DECRETO Nº 0033  
DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DA PROFESSORA - LÚCIA BLASZKOWSKY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de fevereiro de 1957.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1957.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 032 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1956**

DECRETO Nº 0032

ESTABELECE NOVA TABELA DE CLASSES PARA COBRANÇA DO IMPOSTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 031 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956**

DECRETO Nº 0031

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE FISCAL LANÇADOR - NORMA PATRUNI HERBST.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 030 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956**

DECRETO Nº 0030

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE FLORESTAL - ANTONIO DOMINGOS CORRÊA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 029 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956**

DECRETO Nº 0029

DISPÕE SOBRE COBRANÇA DAS RENDAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1957.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de dezembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de dezembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 028 DE 07 DE OUTUBRO DE 1956**

DECRETO Nº 0028

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA PROFESSORA - JURACY FERNANDES VIEIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de outubro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de outubro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 027 DE 05 DE SETEMBRO DE 1956**

DECRETO Nº 0027

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA PROFESSORA - MARIA SELMA ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de setembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 026 DE 05 DE SETEMBRO DE 1956**

DECRETO Nº 0026

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA PROFESSORA - NORALDINA ALVES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de setembro de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 025 DE 16 DE JULHO DE 1956**

DECRETO Nº 0025  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE AGENTE FLORESTAL - ALFREDO  
EDUARDO FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de julho de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dezesesseis dias do mês de julho de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 024 DE 01 DE MAIO DE 1956**

DECRETO Nº 0024  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFESSORA - MARIA DE LOURDES  
MULIKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de maio de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de maio de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 023 DE 01 DE MAIO DE 1956**

DECRETO Nº 0023  
CONCEDE EXONERAÇÃO A PROFESSORA - INILDA CAMARGO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de maio de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de maio de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 022 DE 01 DE MAIO DE 1956**

DECRETO Nº 0022  
CONCEDE EXONERAÇÃO A PROFESSORA - OLINDA ALVES DOS  
SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de maio de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de maio de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 021 DE 01 DE MARÇO DE 1956**

DECRETO Nº 0021  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A PROFESSORA -  
INILDA CAMARGO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1956.

EUGÊNIO JOÃO HERBST  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de março de 1956.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 020 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1955**

DECRETO Nº 0020  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DO SALDO DO EXERCÍCIO  
ANTERIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1955.

SEBASTIÃO LEECK  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
trinta e um dias do mês de junho de 1955.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 019 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1956**

DECRETO Nº 0019  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DO SALDO DO EXERCÍCIO  
ANTERIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1955.

SEBASTIÃO LEECK  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de junho de 1955.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 018 DE 01 DE JUNHO DE 1955**

DECRETO Nº 0018  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - THEREZA ZILLAH MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de junho de 1955.

SEBASTIÃO LEECK  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de junho de 1955.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 017 DE 31 DE MAIO DE 1955**

DECRETO Nº 0017  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO - ENEZILDA DE LOURDES SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de maio de 1955.

SEBASTIÃO LEECK  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1955.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 016 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1955**

DECRETO Nº 0016  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - LÚCIA BLASZKOVSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1955.

SEBASTIÃO LEECK  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de fevereiro de 1953.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 015 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1953**

DECRETO Nº 0015  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECA-  
DAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1953.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1953.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 014 DE 11 DE MAIO DE 1952**

DECRETO Nº 0014  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - URSULA SCHMALZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de maio de 1952.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de maio de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 013 DE 31 DE MARÇO DE 1952**

DECRETO Nº 0013  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - ANTONIO GOMES DA ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de março de 1952.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 012 DE 29 DE MARÇO DE 1952**

DECRETO Nº 0012  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - OLINDA LOPES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de março de 1952.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de março de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 011 DE 29 DE FEVEREIRO DE 1952**

DECRETO Nº 0011

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO - MARIA FARIAS DA CRUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de fevereiro de 1952.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 010 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1952**

DECRETO Nº 0010

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO INTERINAMENTE - ANA GOMES DA ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 1952.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 009 DE 31 DE JANEIRO DE 1952**

DECRETO Nº 0009

CONCEDE EXONERAÇÃO A ESTELA NENEVÊ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1952.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 008 DE 05 DE JANEIRO DE 1952**

DECRETO Nº 0008

CLASSIFICA POR RUAS OS TERRENOS SITUADOS NOS PERÍMETROS URBANOS E SUBURBANOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de janeiro de 1952.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de janeiro de 1952.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 007 DE 01 DE SETEMBRO DE 1951**

DECRETO Nº 0007

CONCEDE EXONERAÇÃO - MARIA FARIAS DA CRUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de setembro de 1951.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de setembro de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 006 DE 03 DE MAIO DE 1951**

DECRETO Nº 0006

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - INILDA CAMARGO .

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de maio de 1951.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de maio de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 005 DE 30 DE ABRIL DE 1951**

DECRETO Nº 0005

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - ENEZILDA DE LOURDES SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1951.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal



Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 004 DE 30 DE ABRIL DE 1951**

DECRETO Nº 0004

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - ELANDI MARIA SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de abril de 1951.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 003 DE 15 DE MARÇO DE 1951**

DECRETO Nº 0003

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - LEONDINA KOVALCZUCK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de março de 1951.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 002 DE 15 DE MARÇO DE 1951**

DECRETO Nº 0002

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - ZULEIMA DE FRANÇA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de março de 1951.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 001 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1951**

DECRETO Nº 0001

CONCEDE EXONERAÇÃO - ANIBAL RIBAS RIBEIRO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 1951.

CARLOS BRANDES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**PORTARIA Nº 11.314 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.314 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, TERESINHA BAECHTOLD, Matrícula Funcional nº 000555, Registro no Sistema sob nº 954669, por motivo de doença, pelo período 29 de Outubro de 2014 a 30 de Novembro de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 29 de Outubro de 2014 á 12 de Novembro de 2014, já o período de 13 de Novembro de 2014 á 30 de Novembro de 2014, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 29 de Outubro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
04 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 11.315 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.315 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público, ANTONIO MAURI CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000564, Registro no Sistema sob nº 954694, ocupante do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, por motivo de doença, pelo período 01 de Novembro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres do IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 01 de Novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
04 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.316 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.316 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, TERESINHA BAECHTOLD, Matrícula Funcional nº 000555, Registro no Sistema sob nº 954669, por motivo de doença, pelo período 29 de Outubro de 2014 a 12 de Novembro de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 29 de Outubro de 2014 á 12 de Novembro de 2014, já o período de 13 de Novembro de 2014 á 30 de Novembro de 2014, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 29 de Outubro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
04 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.317 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.317 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Contador, exercendo a função de Enfermeira, CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA TREML, Matrícula Funcional nº 000729, Registro no Sistema sob nº 955243, referente ao período aquisitivo 16 de Abril de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 04 de Novembro de 2014 á 13 de Novembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
31 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 31/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.318 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.318 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo III, exercendo a função Gratificada de Chefe da Casa da Cidadania e Junta do Serviço Militar, GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, Matrícula Funcional nº 000495, Registro no Sistema sob nº 954517, referente ao período aquisitivo 15 de Janeiro de 2013 a 14 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 10 de Novembro de 2014 á 29 de Novembro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
07 de Novembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 07/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## ATA PREGÃO ELETRÔNICO 105/2014

### RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 105/2014)

Às 10:00 do dia 17/11/2014, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de computadores, notebook e impressora para a Delegacia de Polícia Civil e 1º Grupamento de Bombeiros Militares do município.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

## PREGÃO 110/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2014  
MODALIDADE PREGÃO (presencial)

A licitação tem como objeto a aquisição de veículo para transporte de merenda na rede municipal de ensino, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
01	01	UN	Veículo automotor para transporte de merenda escolar, zero quilômetro (novo), modelo furgão compacto, ano: 2014 ou 2015, modelo: 2014 ou 2015, cor branca, motorização: 1.4 ou superior, potência mínima: 85cv, combustível: álcool e gasolina, altura mínima: 1.700mm, largura mínima: 1.600mm, capacidade mínima do tanque de combustível: 50 litros, capacidade mínima de carga: 620 KG, capacidade volumétrica mínima de carga: 3m³, porta lateral deslizante do lado do passageiro, ar condicionado, direção hidráulica, rádio USB/MP3 com alto falantes instalados, travas elétricas, vidros elétricos e demais equipamentos exigidos pelo CBT - Código Brasileiro de Trânsito.	R\$ 60.000,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 28/11/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 09 horas e 45 minutos, do dia 28/11/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.05	Serviço de Controle de Merenda Escolar
Função	12	Educação
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição
Programa	0012	Merenda Escolar
Projeto	2.015	Merenda Escolar
Elemento de Despesa	3.4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 110/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos

documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 18 de novembro de 2014.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

### PREGÃO 114/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2014

A licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição alimentos não perecíveis para o preparo da merenda para os alunos das escolas, creches e pré-escolar da Rede Municipal de ensino no ano de 2015, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	300	pacote	Açúcar, tipo Branco, refinado, pacote de 5 Kg, produzido com matéria-prima selecionada. Recomendado para adoçar bebidas em geral e preparar receitas culinárias. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	11,00	3300,00
02	400	pacote	Arroz, tipo 1 Branco, parboilizado, com grãos inteiros, isentos de sujidades e materiais estranhos. Deve possuir validade mínima de 4 meses contados a partir da data de entrega do produto. Acondicionados em pacotes de 5Kg. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	10,00	4000,00
03	100	caixa	Amido de Milho, tipo de farinha derivado do milho, utilizado como espessante, em mingaus e cremes, para ser usado em processos culinários como ligante. Embalado em caixas de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. ENTREGA SEMESTRAL, conforme cronograma.	3,00	300,00
04	150	pacote	Farinha de Mandioca, tipo especial, de primeira qualidade, fina, seca, ligeiramente torrada e peneirada. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 7 meses contados a partir da data de entrega, acondicionados em embalagem de plástico de 1 Kg e atóxico.	4,50	675,00
05	350	pacote	Farinha de Trigo - tipo Especial, branca, de primeira qualidade, enriquecida com ferro e ácido fólico, em pacotes de 5 Kg. Validade mínima de 3 meses a partir da entrega.	10,00	3500,00

06	900	pacote	Farinha de Milho (polenta) - tipo especial, fina, sem grânulos e pré-cozida (tipo polenta). Armazenada em pacotes de 500g e com data de validade mínima de 3 meses contados a partir da entrega.	2,00	1800,00
07	600	pacote	Molho de tomate, natural com pedaços de tomate e temperos básicos, tais como alho, sal, salsinha e cebolinha. Em embalagem longa vida de 340g a 400g. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	2,00	1200,00
08	350	lata	Extrato de tomate, tipo concentrado, acondicionado em embalagem de 800g, limpa, sem ferrugens, sem amassados, íntegra e provida de informações nutricionais e data de validade mínima de 4 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	6,00	2100,00
09	30	pacote	Fermento biológico, em pó, embalagem de 400g, à vácuo. ENTREGA MENSAL.	10,00	300,00
10	250	pote	Fermento químico, em pó, branco, embalados em potes de 100g. ENTREGA MENSAL.	2,00	500,00
11	400	pote	Margarina, de 60% a 80% de lipídios e 0% de gordura trans. De origem vegetal, cremosa, sem sal, em embalagem de 500g e com data de validade não inferior a 4 meses partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	3,50	1400,00
12	700	frasco	Óleo de Soja, óleo comestível de soja, obtido de espécie vegetal, isenta de ranço e substâncias estranhas, com validade mínima de 10 meses a contar a data de entrega do produto, em embalagem plástica (frasco) ou em lata de 900 ml. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	3,00	2100,00
13	200	pacote	Sal, refinado e iodado na dosagem mínima de 10mg de iodo não tóxico e máxima de 15mg por quilo de sal – de acordo com legislação federal específica – em embalagem de 1 Kg. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	1,20	240,00

14	120	frasco	Vinagre, tipo AGRIN, branco, feito por até 90 de fermentados acéticos e 10% de outros ingredientes, tais como maçã, limão, acerola, arroz ou cana de açúcar. Embalado em frasco íntegro, transparente e com conteúdo de 750ml. O rótulo deve conter a validade do produto (não inferior a 6 meses a partir da entrega) bem como dados da procedência e do fabricante. ENTREGA conforme cronograma.	1,20	144,00
15	500	lata	Milho - enlatado ou em embalagem longa vida, tipo milho verde, em conserva ou enlatado, com peso líquido de 300g e peso drenado de 200g. Sem conservantes. Sem perfurações e sujidades na embalagem. Validade superior a 5 meses.	1,90	950,00
16	400	lata	Ervilha, enlatado ou em embalagem longa vida, ervilha reidratada em conserva ou enlatado, com peso líquido de 300g e peso drenado de 200g. Sem conservantes. Sem perfurações e sujidades na embalagem. Validade superior a 5 meses	1,90	760,00
17	700	pote	Requeijão, cremoso, em embalagem plástica e conteúdo de 200g até 250g. Limpa, íntegra, sem violações do lacre ou do pote em si, limpa e com validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	4,00	2800,00
18	1500	caixa	Gelatina em pó, embalado em caixa de 85g, íntegra e limpa, nos sabores variados. Prazo de validade não inferior a 180 dias contados a partir da data de entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	1,00	1500,00
19	800	pacote	Achocolatado, em pó, instantâneo, em pacotes de 400g, elaborado com cacau em pó, baixo teor de açúcar e de sal, contendo minerais e vitaminas. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega. Rótulo contendo as informações nutricionais. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	3,50	2800,00

20	600	pacote	Macarrão, tipo talharim – massa com ovos, acondicionados em embalagem de 500g, íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	4,00	2400,00
21	800	pacote	Macarrão, tipo Parafuso de massa Integral – massa feita de farináceos integrais, escuros, com ovos, acondicionada em embalagens de 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	2,80	2240,00
22	400	pacote	Macarrão, tipo Aletria (com as letrinhas do alfabeto); massa com ovos, acondicionados em embalagem de 400 a 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	3,50	1400,00
23	600	pacote	Macarrão espaguete, massa com ovos, acondicionados em embalagem de 500g, íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	2,60	1560,00
24	1.000	pacote	Biscoito salgado tipo "cream cracker" ou água e sal, crocante, com zero % de gordura trans, dupla embalagem, mínimo 375 gramas, prazo de validade mínimo de 5 meses a partir da data de entrega	3,50	3500,00

25	1.100	pacote	Biscoito doce, sabor leite - crocante, com embalagem dupla, mínimo 800 gramas, zero gordura trans com prazo de validade mínimo de 5 meses a partir da data de entrega.	7,00	7700,00
26	12.000	litro	Leite de vaca - tipo Integral, processado em UHT, em embalagem longa vida de 1 litro. Deve conter a tabela de informação nutricional, selo de inspeção e prazo de validade não inferior a 3 meses a partir da data de entrega. Em embalagens de 12 litros - 400 caixas com 12 litros cada caixa. Será entregue 400 caixas de 12 litros de cada.	2,70	32400,00
27	800	dúzia	Ovos - de galinha, tipo caipira, de coloração vermelha, classe A, armazenados em embalagem própria, com carimbo de inspeção SIF, pesando aproximadamente 60g a unidade e 720g a dúzia.	4,00	3200,00
28	400	pote	Doce de frutas cremoso, tipo muss, com polpa de frutas, embalagem com 400g, íntegra, provida de informações nutricionais, com data de validade mínima de 04 meses a partir da data de entrega. Entrega de acordo com cronograma.	3,40	1360,00
29	300	pacote	Café, torrado e moído, grãos selecionados, torrados em suspensão que proporciona mais aroma e sabor ao café, moídos e embalados a vácuo, com selo de pureza ABIC, 500 g	8,50	2550,00
30	80	embalagem	Cereal Pré-Cozido de ARROZ E AVEIA infantil, cereal tipo farináceo utilizado na alimentação infantil (de 0 a 3 anos) como enriquecedor, contendo farinha de arroz e farinha de aveia, minerais e 9 vitaminas. Embalado em latas de 400g, apresentando validade de 12 meses. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	12,00	960,00
31	80	embalagem	Farinha láctea, Em pó, instantânea, em pacotes de 400g, enriquecido com minerais e vitaminas. Validade mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega. Rótulo contendo as informações nutricionais. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma.	11,00	880,00

32	240	embalagem	Leite de vaca 0% lactose, tipo Integral, processado em UHT, em embalagem longa vida de 1 litro. Deve conter a tabela de informação nutricional, selo de inspeção e prazo de validade não inferior a 3 meses a partir da data de entrega. Sem Lactose Embalagens de 12 litros de leite em cada caixa. O pedido será de acordo com a necessidade.	5,50	1320,00
33	30	pacote	Rosquinhas de Polvilho - salgado - Biscoito de polvilho, sem glúten.	6,50	195,00
34	40	pacote	Biscoito de polvilho doce sem glúten - Biscoito tipo sequinhos sem glúten. Embalagens de 200g. validade superior a 3 meses contados a partir da data de entrega. Não conter glúten.	6,30	252,00
35	10	pacote	Farinha de Arroz branco - , tipo especial, de primeira qualidade, fina, seca, ligeiramente torrada e peneirada. De sabor neutro, indicada para celíacos. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 7 meses contados a partir da data de entrega, acondicionados em embalagem de plástico de 1 Kg e atóxico. Não conter glúten.	5,50	55,00
36	10	pacote	Fécua de batata - , tipo de farináceo derivado da batata, utilizado em mingaus, bolo, tortas, biscoito. Embalado em caixas de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Sem Glúten.	6,50	65,00
37	10	pacote	Crema de Arroz - , tipo de farináceo, amido de arroz. Produto utilizado em preparações como mingau e para celíacos. Não contém Glúten. Embalagens de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Não conter glúten.	8,00	80,00
38	10	pacote	Polvilho doce - , tipo de farináceo derivado da fécula de mandioca. Produto amiláceo extraído da mandioca. Embalagens de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Não conter glúten.	5,00	50,00



39	10	pacote	Polvilho Azedo - Produto amiláceo extraído da mandioca. Embalagens de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Com teor de acidez que o classifique como azedo. Não conter glúten.	5,00	50,00
40	20	pacote	Coco Ralado (sem glúten) - polpa de coco ralado desidratado e parcialmente desengordurado. Não acrescido de açúcar. Embalagens de 100g. Validade superior a 3 meses contanto da data de entrega. Não conter glúten.	3,70	74,00
41	10	pacote	Macarrão sem Glúten com ovos - Massa alimentícia de arroz com ovos massa feita a partir do arroz, com ovos, acondicionados em embalagem de 400 a 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. Formato parafuso, penne ou fusilli. Não conter glúten.	5,00	50,00
42	10	pacote	Macarrão sem Glúten sem ovos - Massa alimentícia de arroz sem ovos massa feita a partir do arroz, sem ovos, acondicionados em embalagem de 400 a 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. Formato parafuso, penne ou fusilli. Não conter glúten.	11,00	110,00
43	10	Pote	Emulsificante Emustab - emulsificante e estabilizante neutro. Utilizado na fabricação de sorvete e em receitas para celíacos. Pasta utilizada como ligante em preparações sem glúten. Validade mínima de 3 meses. Frascos de 200g. Não conter glúten.	6,00	60,00
TOTAL ESTIMADO.....					R\$ 92.880,00

13:45h do dia 28/11/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 28/11/2014 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

**I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2014 e 2015, na seguinte classificação:

- 3.3.90.33.00.00.00.00 - Material de Consumo;

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 17 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 08h do dia 18/11/2014, às

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº. 7.178/14 DE 11/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

DECRETO Nº 7.178/14 DE 11/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 1.860,00 (Mil oitocentos e sessenta reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 -Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 179-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0059 - Aplicações diretas R\$1.860,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação de Recursos do PDDE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 11 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 7.180/14 DE 17/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

DECRETO Nº 7.180/14 DE 17/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 36.500,00 (Trinta e seis mil e quinhentos reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 34- FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 -Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente

Elementos de despesa: 02-3.3.50.00.00.00.00.00.01.0043-

Transferências a Instituições Privadas  
sem fins lucrativos R\$36.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação de recursos de instituições privadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 14 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 7.181/14 DE 17/11/2014 CORRIGE VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.181/2014 DE 17/11/2014

CORRIGE VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o INPC/ IBGE, acumulado no período de novembro de 2013 a outubro de 2014 de 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento);

Com amparo no artigo 100, incisos II, VIII, XI da Lei Orgânica, c/c artigo 426 - parágrafo único da Lei Complementar nº 001/2002 de 27 de dezembro de 2002 - Código Tributário Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. É fixado em R\$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos) o valor da unidade fiscal do município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto nº 6.852 de 19 de novembro de 2013.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

17 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## Canelinha

### PREFEITURA

#### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2014 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2014

OBJETO: Contratação de instituição financeira integrante da Administração Pública, em caráter de exclusividade, para prestar os serviços de natureza bancária envolvendo a centralização, processamento e movimentação de todas as receitas do Município de Canelinha, Administração direta e indireta, inclusive dos Fundos e Autarquia, recursos provenientes de transferência legais e constitucionais, salvo nos casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial em contrário, aplicação das disponibilidades de caixa, depósitos judiciais em que o Município possua autonomia na definição do banco depositário, pagamento de credores, arrecadação de tributos e taxas, compreendendo ainda a centralização e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos e inativos deste Município, concessão de crédito aos servidores municipais mediante consignação em folha de pagamento. CONTRATADA: Caixa Econômica Federal. VALOR DO CONTRATO: R\$ 405.000,00 (Quatrocentos e cinco mil reais).

Canelinha, 17 de novembro de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município.

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### **REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 183/2014

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2014

REPUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 09/12/2014 às 09h15min, na sede da Prefeitura, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, LEILÃO PÚBLICO DO TIPO MAIOR OFERTA para VENDA DO DIREITO DE EXTRAIR E REVENDER ERVA MATE NATIVA NOS TERRENOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADOS NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE E BAIRRO PIEDADE (PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE), E NO TERRENO DO QUARTEL DO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 09/12/2014. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações. Cópia do edital poderá ser obtida no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 19/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 199/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 19/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/12/2014, às 09h15min, licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 18/12/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/14

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/14

CONTRATADO: DANNA COMERCIAL EIRELI ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS



(ACUMULADORES DE ELETRICIDADE), DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS, VANS, ONIBUS, AMBULANCIAS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.350,00 (seis mil trezentos e cinquenta reais)

DATA: 17/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/14

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/14

CONTRATADO: COMERCIAL INCERTI LTDA EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS (ACUMULADORES DE ELETRICIDADE), DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS, VANS, ONIBUS, AMBULANCIAS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.898,00 (vinte e três mil oitocentos e noventa e oito reais)

DATA: 17/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/14

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/14

CONTRATADO: RODRIGO LUIS HOBI

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

DATA: 17/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito E.e..

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 128/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/14

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/14

CONTRATADO: RODRIGO LUIS HOBI

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

DATA: 17/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PORTARIA Nº 804/2014**

PORTARIA Nº. 804/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

### **DESIGNAR**

Art. 1º - Ficam designados os servidores da Rede Municipal de Ensino abaixo relacionados para as Unidades Educacionais a partir do dia 10/11/2014, conforme comunicação interna nº 199/SME/2014.

### **EDUCAÇÃO INFANTIL**

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Ana Ester Kepp Pscheidt	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Cecília Meireles
Eunice das Dores Souza	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Fernando Pessoa
Iolanda Terezinha Muller	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Maria Izabel de Lima Cubas
Rosa Aparecida Massaneiro	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	GEM Menino Jesus
Zeneide Aparecida Carvalho do Prado Wolf	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Landi Ama Neppel

### **ANOS INICIAIS**

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Denilda Aparecida Alves Corrêa	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Maria Izabel de Lima Cubas
Eliane Sudosky de Oliveira	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Alberto Wardenski
Elis Sarita Antonovicz Zorek	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	ERM Bonetes de Cima
Josiane Aparecida Artner	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Maria de Lima Cubas
Marcia Brozski Ulthes	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Severo de Andrade
Maria de Lourdes de Lima Pereira	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Severo de Andrade
Maria Eurlí Jungles Hudzinski	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Benedito Therezio de Carvalho
Marilu de Fátima Tacheski	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	ERM Professora Edemita da Conceição Rosa
Regiane Artner Gevieski	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Maria Izabel de Lima Cubas
Regiane Paulo	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Presidente Castelo Branco
Rita de Cássia Porta Gudas	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Rio do Pinho
Silvia Wiczorkiewicz Cavalheiro	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho

Viviane Ramthum	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	GEM Reinaldo Krüger
-----------------	----------	----------------------------------	---------------------

## CIÊNCIAS

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Tatiana Gogola Linkowski	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM José Grosskopf

## GEOGRAFIA

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Rosi Aparecida Piotrowski Crestani	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Benedito Thérézio de Carvalho

## HISTÓRIA

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Josmar Kaschuck	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Benedito Thérézio de Carvalho

## LÍNGUA PORTUGUESA

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Vagner José Detoni	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e EBM Evaldo Dranka

## ARTE

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Ediane Streit de Almeida Nogath	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Benedito Thérézio de Carvalho

## EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Eli Francisco Friedrich	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Presidente Castelo Branco EBM Alberto Wardenski

## PEDAGOGO

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Salete Alves de Oliveira Schiessl	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Maria Izabel de Lima Cubas

Silvana Voigt	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Rio do Pinho
---------------	----------	----------------------------------	------------------

## MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Elisete Simone Voos	30 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Ruth Rocha
Rosana Terezinha Paulo Burgardt	30 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Fernando Pessoa
Juracy de Fátima Barbosa da Silva	30 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Nathan Zugmam
Selma Eliete Muller Boeno	30 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Emília Ferrero
Rosângela Rodrigues Duarte	30 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Nathan Zugmam

## MONITOR DE BIBLIOTECA

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Jéssica Aparecida Ferreira dos Santos	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Rio do Pinho
Karine Adanski Slugowieski	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EBM Alberto Wardenski
Sueli dos Santos Schupel	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	GEM Xeila Elizabete Cornelsen

## SERVENTE FEMININO

NOME	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	UNIDADE EDUCACIONAL DESIGNADA
Luciane Aparecida Vilki	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Fernando Pessoa
Teresa Durau Saidel	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	ERM Bonetes de Cima

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 813/2014**

PORTARIA Nº. 813/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;  
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

**ALTERAR TEMPORARIAMENTE**

Art. 1º - Fica alterado temporariamente o local de trabalho a partir de 10/11/2014 da profissional BEATRIS DE OLIVEIRA FRANCO PAZDA, efetiva no cargo de Servente Feminino, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº341/SMS/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 815/2014**

PORTARIA Nº. 815/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Leila Cristina Siems dos Santos, Lourdes Pilaty e Roseli Dobroshinskei, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida Comissão deverá apurar os fatos apresentados na Comunicação Interna nº280/SEMAS de 04/11/2014, demais documentos em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II, e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 820/2014**

PORTARIA Nº. 820/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;  
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

**ALTERAR TEMPORARIAMENTE**

Art. 1º - Fica alterado temporariamente o local de trabalho a partir de 11/11/2014 do profissional SAMUEL PINHEIRO DOS SANTOS, efetivo no cargo de Motorista, para atuar na Secretaria Municipal de Habitação, conforme comunicação interna nº054/SMH/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 821/2014**

PORTARIA Nº. 821/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 4.279/2007; resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

Art. 1º - Fica nomeado SAMUEL PINHEIRO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Habitação, a partir de 11/11/2014, conforme comunicação interna nº 055/SMH/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº 835/2014**

PORTARIA Nº. 835/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 e da Lei Municipal nº 3.893/2005; resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional LUCIMARA PEPES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0432, e convocada conforme Edital nº 058 de 20 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 17/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº 279/2014**

DECRETO Nº. 279/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.013,70 m<sup>2</sup> (Um mil e treze metros e setenta decímetros quadrados), procedido por SERGIO ZELLA, situado na Rua Otto Friedrich, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.564, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 510,82 m<sup>2</sup> e lote nº 09 com área de 502,88 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 189, conforme requerimento protocolado sob nº. 6067/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 31/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº 280/2014**

DECRETO Nº. 280/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 70.524,39 m<sup>2</sup> (Setenta mil, quinhentos e vinte e quatro metros e trinta e nove decímetros quadrados), procedido por COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S.A, situado na Rua Alvaro Soares Machado, no Bairro Industrial Nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.936, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 04 com área de 45.097,60 m<sup>2</sup> e lote nº 05 com área de 25.426,79 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 1.740, conforme requerimento protocolado sob nº. 6044/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 31/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**DECRETO Nº 281/2014**

DECRETO Nº. 281/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.416 de 07/11/2014, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.416 de 07/11/2014, no valor de R\$ 60.711,07 (sessenta mil, setecentos e onze reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 361: Ensino Fundamental  
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
 Atividade: 2.007 - Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... 60.711,07  
 Recurso 322 - Recursos Convênio União - Educação - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 60.711,07 (sessenta mil, setecentos e onze reais e sete centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2013, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
322	Recursos Convênio União – Educação – Superávit	60.711,07
TOTAL		60.711,07

Fonte: SMAFO-2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 282/2014**

DECRETO Nº. 282/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.417 de 07/11/2014, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.417 de 07/11/2014, no valor de R\$ 33.590,89 (trinta e três mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer  
 Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer  
 Função 27: Desporto e lazer  
 Subfunção 812: Desporto comunitário  
 Programa 16: Esporte como qualidade de vida  
 Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes.  
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... 33.590,89  
 Recurso 220 - Recursos Ordinários - Superávit

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar o valor de R\$ R\$ 33.590,89 (Trinta e três mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado no exercício de 2013, por fonte de recurso, conforme anexo a tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Cód. Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
220	Recursos ordinários – Superávit	33.590,89
TOTAL		33.590,89

Fonte: SMAFO-2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 283/2014**

DECRETO Nº. 283/2014

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.419 de 07/11/2014, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.419 de 07/11/2014, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 15: FUMREBOMPM DE CANOINHAS  
Unidade 15.02: FUNPOM DE CANOINHAS  
Função 6: Segurança Pública  
Subfunção 181: Policiamento  
Programa 15: Segurança pública eficiente  
Atividade 2.031 - Ações do FUNPOM  
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
..... 10.000,00  
Recurso 535 - Recursos ordinários - PM - FUNPOM

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 15: FUMREBOMPM DE CANOINHAS  
Unidade 15.02: FUNPOM DE CANOINHAS  
Função 6: Segurança Pública  
Subfunção 181: Policiamento  
Programa 15: Segurança pública eficiente  
Atividade 2.031 - Ações do FUNPOM  
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
..... 10.000,00  
Recurso 535 - Recursos ordinários - PM - FUNPOM

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.419 de 07/11/2014, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
Atividade 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito  
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
..... 5.000,00  
Recurso 3204 - Recurso Superávit SSP/SC - Polícia Militar

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus

anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
Atividade 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito  
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
..... 5.000,00  
Recurso 3204 - Recurso Superávit SSP/SC - Polícia Militar

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 285/2014**

DECRETO Nº. 285/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**RETIFICAR O DECRETO Nº. 225/2014**

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 225/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, a partir da presente data até 13 de setembro de 2016, conforme nomes a seguir:

**REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Titular: Diogo Carlos Seidel  
Suplente: Pedro Teodorico Araújo  
Titular: Luciane Aparecida Darmorus Zucco  
Suplente: Cibele Neudorf Batista

**REPRESENTANTES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

Titular: Elcia Aparecida Chimangosewski Gevieski  
Suplente: Eliane Sudosky de Oliveira

**REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS**

**PÚBLICAS**

Titular: Eduardo Carvalho do Prado

Suplente: Thalita Pereira Bosse

**REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS**

Titular: Luciane Wagner

Suplente: Liliane Knop Alves Machado

**REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Titular: Jocilda Clarice da Silva

Suplente: Vanessa Ferreira

Titular: Cirlene Felicio de Oliveira Zella

Suplente: Janete Terezinha Machado

**REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

Titular: Dinaci Klutchovski

Suplente: Vera Lucia de Melo Meis

**REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

Titular: Paulo Odair Moreira

Suplente: Izane Maria Pereira

**REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA**

Titular: Paulo Odair Moreira

Suplente: Izane Maria Pereira

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

**Total dos Itens Vencedores: 289.000,00**

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 188/2014

Licitação.....: 125/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GASOLINA COMUM ABASTECIDA NOS VEÍCULOS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 5584 - GASOLINA COMUM - Unidade: LT

13009	STANG & STANG LTDA	STANG	100.000.000	0,0000	2,8900	289.000,00	Venceu	1 *****
-------	--------------------	-------	-------------	--------	--------	------------	--------	---------

Canoinhas,	Em
PAULO CESAR SAFANELLI -	...../...../..... - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	..... - SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	..... - PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	..... - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	..... - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	..... - 28.754/SC
VANESSA LANGER -	..... - CRC/SC 028524/O-0



PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 131/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	194/2014	Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 652.528,00			
Licitação.....:	131/2014 - PR					
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL					
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E FINAIS).					

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 148917	- KIT ESCOLA	- Unidade: UN					
16202	MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA		4.000	0,0000	45.533,9050	182.135,62	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 148918	- KIT ALUNO ANUAL	- Unidade: UN					
16202	MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA		2.304.000	0,0000	177,1555	408.166,27	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 148919	- KIT PROFESSOR ANUAL	- Unidade: UN					
16202	MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA		126.000	0,0000	493,8580	62.226,11	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... SUPLENTE

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... PREGOEIRO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... EQUIPE DE APOIO

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... 28.754/SC

VANESSA LANGER - ..... CRC/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### 152/2014

DECRETO No 152, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0901.08.243.0180.2113	PREVENÇÃO DE DEPENDÊNCIAS CRUZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-014	Material de consumo	000	00	R\$	5.000,00
	Total	000	00	R\$	5.000,00

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na forma do quadro a seguir.

0901.08.243.0180.2113	PREVENÇÃO DE DEPENDÊNCIAS CRUZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-015	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	5.000,00
	Total	000	00	R\$	5.000,00

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 13 de outubro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 148/2014

DECRETO No 148, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 78.029,65 (setenta e oito mil, vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 78.029,65 (setenta e oito mil, vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31901300-006	Obrigações patronais	002	00	R\$	62.000,00
33903000-010	Material de consumo	002	00	R\$	2.000,00
33903900-012	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	002	00	R\$	14.029,65
	Total	002	00	R\$	78.029,65

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 78.029,65 (setenta e oito mil, vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-005	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	002	00	R\$	62.000,00
33903900-013	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	064	67	R\$	14.029,65
33909200-016	Despesas de exercícios anteriores	002	00	R\$	2.000,00
	Total			R\$	78.029,65

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 6 de outubro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 147/2014

DECRETO Nº 147, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 87.585,88 (oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 87.585,88 (oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0201.04.122.0005.2005	MANUTENÇÃO DO GAB DO PREFEITO E VICE PRE	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-005	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	26.000,00
0301.04.122.0015.2006	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$	0,00
33903600-019	Outros serviços de terceiros – pessoa física	000	00	R\$	4.000,00
33903900-020	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	18.000,00
33909300-024	Indenizações e restituições	000	00	R\$	119,13
33909300-445	Indenizações e restituições	022	55	R\$	1.480,71
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-186	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	001	00	R\$	10.000,00
0701.04.122.0150.2074	MANUT DA SECRET DA SAÚDE E DES SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903600-332	Outros serviços de terceiros - pessoal física	000	00	R\$	9.500,00
0601.26.782.0145.2071	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-441	Material de consumo	024	55	R\$	486,04

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-136	Material de consumo	058	49	R\$	2.000,00
0601.15.452.0120.2062	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-287	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	12.500,00
0501.13.392.0095.2049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-214	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	3.500,00
	Total			R\$	87.585,88

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 87.585,88 (oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), na forma do quadro a seguir:

0201.04.122.0005.2005	MANUTENÇÃO DO GAB DO PREFEITO E VICE PRE	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-002	Diárias – civil	000	00	R\$	26.000,00
0301.04.122.0015.2006	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-008	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	000	00	R\$	10.000,00
31901600-010	Outras despesas variáveis – pessoal civil	000	00	R\$	2.000,00
31909400-012	Indenizações e restituições trabalhistas	000	00	R\$	6.000,00
33903300-017	Passagens e despesas com locomoção	000	00	R\$	500,00
33903500-018	Serviços de consultoria	000	00	R\$	3.500,00
33909200-023	Despesas de exercícios anteriores	000	00	R\$	1.599,84
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-184	Material de consumo	001	00	R\$	10.000,00
0701.04.122.0150.2074	MANUT DA SECRET DA SAÚDE E DES SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-330	Diárias – civil	000	00	R\$	3.500,00
33903900-333	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	000	00	R\$	6.000,00
0601.26.782.0145.2071	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-324	Material de consumo	000	00	R\$	486,04
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-139	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	019	00	R\$	2.000,00
0601.15.452.0120.2062	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-286	Material de consumo	000	00	R\$	12.500,00
0501.13.392.0095.2049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
33903600-213	Outros serviços de terceiros – pessoa física	000	00	R\$	3.500,00
	Total			R\$	87.585,88

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 6 de outubro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

#### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº.....: TA 01/14 C36 - Contrato Nº: 0036/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: FONTANA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA		
Valor.....: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)		
Vigência.....: Início: 17/11/2014 Término: 05/03/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014		
Processo_Licitatório.....: 00037 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescentando o valor do contrato original em R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).		
Capinzal, 17 de Novembro de 2014		

**RREO 5º BIMESTRE DE 2014**

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>68.875.517,95</b>	<b>68.875.517,95</b>	<b>9.028.720,58</b>	<b>12,92</b>	<b>49.635.476,92</b>	<b>71,03</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>68.307.822,95</b>	<b>68.307.822,95</b>	<b>9.028.720,58</b>	<b>13,22</b>	<b>49.505.476,92</b>	<b>72,47</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.730.166,92	4.730.166,92	636.731,14	13,46	4.240.947,59	89,66
IMPOSTOS	3.286.257,40	3.286.257,40	607.809,79	18,50	3.977.126,35	121,02
TAXAS	429.778,84	429.778,84	28.921,35	6,73	263.821,24	61,39
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	785.939,13	62.039,25	7,89	586.745,31	74,66
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB POCUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	770.890,00	770.890,00	62.039,25	8,05	586.745,31	76,11
RECEITA PATRIMONIAL	647.035,19	647.035,19	105.526,95	16,31	508.906,30	78,65
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	38.988,86	38.988,86	3.603,92	9,24	7.534,71	19,33
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	606.623,85	606.623,85	96.836,32	15,96	476.206,64	78,50
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	614,52	614,52	5.086,71	827,75	25.164,95	095,06
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93	73.846,93	20.894,17	28,29	117.072,71	158,53
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	68,26	68,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	73.041,24	73.041,24	20.894,17	28,61	117.072,71	160,28
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.098.679,40	5.098.679,40	964.776,95	18,92	4.540.892,14	89,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.990.411,59	53.990.411,59	7.049.068,62	13,06	36.907.523,97	68,36
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.702.392,49	45.702.392,49	6.610.694,19	14,46	33.953.738,45	74,29
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	8.360,24	41,10
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	2.000,00	47,34
Transf. de Conv.	8.263.454,10	8.263.454,10	438.374,43	5,30	2.943.425,28	35,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.981.060,97	2.981.060,97	189.683,50	6,36	2.603.388,90	87,33
Multas e Juros de Mora	408.630,92	408.630,92	81.413,04	19,92	318.454,16	77,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165.214,25	165.214,25	10.941,39	6,62	34.521,01	20,89
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	679.500,67	679.500,67	21.981,81	3,23	380.388,41	55,98
RECEITAS DIVERSAS	1.727.715,13	1.727.715,13	75.347,26	4,36	1.870.025,32	108,24
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.567.695,00</b>	<b>1.567.695,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>8,29</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	155.695,00	155.695,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	128.029,18	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>9.028.720,58</b>	<b>12,92</b>	<b>49.635.476,92</b>	<b>71,03</b>
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	27.665,82	27.665,82	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	512.000,00	512.000,00	0,00	0,00	130.000,00	25,39
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	512.000,00	512.000,00	0,00	0,00	130.000,00	25,39
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>9.028.720,58</b>	<b>12,92</b>	<b>49.635.476,92</b>	<b>71,03</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>9.028.720,58</b>	<b>12,92</b>	<b>49.635.476,92</b>	<b>71,03</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>9.028.720,58</b>	<b>12,92</b>	<b>49.635.476,92</b>	<b>71,03</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>2.134.673,45</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>866.538,09</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	2.134.673,45	—	—	866.538,09	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>7.698.871,70</b>	<b>77.574.389,65</b>	<b>8.781.167,42</b>	<b>46.517.516,03</b>	<b>59,40</b>	<b>32.274.059,87</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>48.121.538,72</b>	<b>4.263.564,66</b>	<b>52.385.103,38</b>	<b>7.584.111,54</b>	<b>41.003.257,26</b>	<b>77,51</b>	<b>11.781.347,99</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.764.393,68	1.884.801,52	27.449.195,20	4.532.714,95	22.775.335,54	82,85	4.708.042,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	304.000,00	0,00	304.000,00	36.849,10	222.343,61	73,14	81.656,39

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>7.698.871,70</b>	<b>77.574.389,65</b>	<b>8.781.167,42</b>	<b>46.517.516,03</b>	<b>8.806.099,05</b>	<b>45.300.329,78</b>	<b>58,40</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.053.145,04	2.578.763,14	24.631.908,18	3.014.547,49	18.005.578,11	3.224.909,83	17.640.258,73	71,62
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>21.728.979,23</b>	<b>3.435.307,04</b>	<b>25.164.286,27</b>	<b>1.197.055,88</b>	<b>5.514.288,77</b>	<b>999.552,72</b>	<b>4.686.574,39</b>	<b>18,66</b>
INVESTIMENTOS	20.521.555,23	3.435.307,04	23.956.862,27	995.342,95	4.506.600,42	797.839,79	3.688.916,04	15,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.207.424,00	0,00	1.207.424,00	201.712,93	1.007.688,35	201.712,93	1.007.688,35	83,46
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>7.698.871,70</b>	<b>77.574.389,65</b>	<b>8.781.167,42</b>	<b>46.517.516,03</b>	<b>8.806.099,05</b>	<b>45.300.329,78</b>	<b>58,40</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>7.698.871,70</b>	<b>77.574.389,65</b>	<b>8.781.167,42</b>	<b>46.517.516,03</b>	<b>8.806.099,05</b>	<b>45.300.329,78</b>	<b>58,40</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>4.335.147,14</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>69.875.517,95</b>	<b>7.698.871,70</b>	<b>77.574.389,65</b>	<b>8.781.167,42</b>	<b>46.517.516,03</b>	<b>8.806.099,05</b>	<b>49.635.476,92</b>	<b>63,98</b>

FONTE:  
Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O



Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	69.875.517,95	77.574.389,65	8.781.167,42	46.517.516,03	8.806.099,05	45.300.329,78	100,00	58,40
Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	237.671,54	1.195.174,88	237.671,54	1.195.174,88	2,64	39,41
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	237.671,54	1.195.174,88	237.671,54	1.195.174,88	2,64	39,41
Administração	9.332.414,00	10.295.079,15	1.357.660,38	7.765.632,37	1.388.389,47	7.338.110,69	16,20	71,28
Administração Geral	9.332.414,00	10.295.079,15	1.357.660,38	7.765.632,37	1.388.389,47	7.338.110,69	16,20	71,28
Segurança Pública	875.584,00	1.154.655,55	66.396,56	450.601,45	66.396,56	450.601,45	0,99	39,02
Policimento	462.200,00	567.556,89	33.135,43	227.725,98	33.135,43	227.725,98	0,50	40,12
Defesa Civil	413.384,00	587.098,66	33.261,13	222.875,47	33.261,13	222.875,47	0,49	37,96
Assistência Social	1.392.528,00	2.074.845,35	165.413,15	693.566,51	165.413,15	693.566,51	1,53	33,43
Assistência ao Idoso	91.360,00	97.016,21	11.442,19	30.570,51	11.442,19	30.570,51	0,07	31,51
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	1.026.964,82	96.751,12	433.069,12	96.751,12	433.069,12	0,96	42,17
Assistência Comunitária	497.544,00	950.864,32	57.219,84	229.926,88	57.219,84	229.926,88	0,51	24,18
Saúde	12.021.687,32	14.860.197,88	1.697.873,42	10.107.656,35	1.698.146,75	10.107.656,35	22,31	68,02
Atenção Básica	10.584.811,52	13.362.582,89	1.521.294,93	9.186.704,85	1.521.568,26	9.186.704,85	20,28	68,75
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	1.686,00	7.706,86	1.686,00	7.706,86	0,02	7,91
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	813.966,71	76.702,03	623.113,17	76.702,03	623.113,17	1,38	76,55
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	7.386,50	16.469,97	7.386,50	16.469,97	0,04	73,95
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	2.180,00	12.577,00	2.180,00	12.577,00	0,03	19,96
Alimentação e Nutrição	479.920,00	500.936,28	88.623,96	261.084,50	88.623,96	261.084,50	0,58	52,12
Educação	15.195.204,20	17.320.233,30	2.524.811,71	11.854.048,02	2.524.811,71	11.854.048,02	26,17	68,44
E ensino Fundamental	11.902.620,20	14.322.090,90	2.096.583,78	9.782.188,62	2.096.583,78	9.782.188,62	21,59	68,30
E ensino Médio	39.904,00	16.704,00	3.729,60	9.116,80	3.729,60	9.116,80	0,02	54,58
E ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	3.057.560,00	2.835.038,40	401.998,33	1.987.742,60	401.998,33	1.987.742,60	4,39	70,11
Educação de Jovens e Adultos	41.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	106.960,00	100.000,00	22.500,00	75.000,00	22.500,00	75.000,00	0,17	75,00
Cultura	1.176.756,00	692.476,00	61.594,52	422.433,82	61.594,52	422.433,82	0,93	61,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	0,00	2.919,14	0,00	2.919,14	0,01	14,60
Difusão Cultural	1.156.756,00	672.476,00	61.594,52	419.514,68	61.594,52	419.514,68	0,93	62,38

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	69.875.517,95	77.574.389,65	8.781.167,42	46.517.516,03	8.806.099,05	46.300.329,78	100,00	58,40
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.883.846,72	979.591,99	5.197.406,75	982.519,99	5.197.406,75	11,47	40,34
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	51.483,49	157.626,55	51.483,49	157.626,55	0,35	3,36
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	7.326.228,63	807.307,50	4.402.405,83	810.235,50	4.402.405,83	9,72	60,09
Habituação	1.092.720,00	870.000,00	120.801,00	637.374,37	120.801,00	637.374,37	1,41	73,26
Habituação Urbana	623.015,00	628.137,48	181.374,65	296.782,70	181.374,65	296.782,70	0,66	47,25
Saneamento	623.015,00	628.137,48	181.374,65	296.782,70	181.374,65	296.782,70	0,66	47,25
Saneamento Básico Rural	5.087.431,19	5.577.889,16	575.493,55	2.997.449,15	557.548,47	2.216.665,78	4,89	39,74
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	137.046,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	5.440.842,86	575.493,55	2.997.449,15	557.548,47	2.216.665,78	4,89	40,74
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	99.040,08	1.445,00	9.328,20	1.445,00	9.328,20	0,02	9,42
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	68.416,08	1.445,00	9.223,20	1.445,00	9.223,20	0,02	13,48
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	13.920,00	13.920,00	0,00	105,00	0,00	105,00	0,00	0,75
Agricultura	1.235.815,96	1.209.319,41	74.512,22	728.993,91	74.512,22	728.993,91	1,61	60,28
Vigilância Sanitária	44.544,00	43.070,00	0,00	43.070,00	0,00	43.070,00	0,10	100,00
Promoção da Produção Vegetal	1.030.727,96	1.072.927,96	61.486,22	618.167,59	61.486,22	618.167,59	1,36	57,62
Defesa Sanitária Animal	46.400,00	9.185,00	0,00	4.185,00	0,00	4.185,00	0,01	45,56
Extensão Rural	55.680,00	55.680,00	6.726,00	40.451,87	6.726,00	40.451,87	0,09	72,65
Comércio e Serviços	58.464,00	28.456,45	6.300,00	23.119,45	6.300,00	23.119,45	0,05	81,25
Promoção Comercial	496.600,00	469.786,25	4.358,84	113.288,18	4.358,84	113.288,18	0,25	24,11
Turismo	419.560,00	138.840,00	4.358,84	46.735,82	4.358,84	46.735,82	0,10	33,66
Comunicações	77.040,00	330.946,25	0,00	66.552,36	0,00	66.552,36	0,15	20,11
Telecomunicações	221.000,00	115.000,00	3.105,70	15.261,40	3.105,70	15.261,40	0,03	13,27
Transporte	221.000,00	115.000,00	3.105,70	15.261,40	3.105,70	15.261,40	0,03	13,27
Transporte Rodoviário	2.216.420,00	2.240.700,00	249.534,50	1.838.357,31	249.534,50	1.838.357,31	4,06	82,04
Desporto e Lazer	2.216.420,00	2.240.700,00	249.534,50	1.838.357,31	249.534,50	1.838.357,31	4,06	82,04
Desporto Comunitário	1.349.188,00	1.829.053,96	150.166,73	437.270,74	150.166,73	437.270,74	0,97	23,91
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.829.053,96	150.166,73	437.270,74	150.166,73	437.270,74	0,97	23,91
Administração Geral	2.901.129,36	3.066.629,36	450.162,96	2.394.264,29	459.109,25	2.385.383,09	5,27	77,79
	2.901.129,36	3.066.629,36	450.162,96	2.394.264,29	459.109,25	2.385.383,09	5,27	77,79

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	77.574.389,65	8.781.167,42	46.517.516,03	8.806.099,05	45.300.329,78	100,00	58,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	69.875.517,95	77.574.389,65	8.781.167,42	46.517.516,03	8.806.099,05	45.300.329,78	100,00	58,40
								32.274.059,87
								25.000,00
								32.274.059,87

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

ANDE VIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/C

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>5.090.731,96</b>	<b>6.022.046,31</b>	<b>5.055.115,64</b>	<b>5.495.362,41</b>	<b>4.924.198,30</b>	<b>5.312.258,82</b>	<b>6.778.681,48</b>	<b>4.837.549,02</b>	<b>7.023.256,70</b>	<b>5.408.250,87</b>	<b>5.197.748,45</b>	<b>4.890.477,04</b>	<b>66.028.116,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	263.887,76	682.162,44	131.214,05	252.338,44	428.006,59	546.294,76	1.053.895,32	395.555,20	438.154,36	356.788,73	313.437,79	323.293,35	5.189.997,79
IP.T.U.	6.704,42	10.796,93	87,87	0,00	0,00	230.340,14	764.833,68	83.977,35	89.072,96	75.183,62	10.800,65	4.357,01	1.276.163,83
IRPJ-F	64.121,40	411.846,37	7.534,30	4.336,08	205.390,71	55.443,92	58.191,01	82.338,42	73.993,60	59.850,68	74.515,90	74.338,85	1.171.993,24
I.S.S.	116.807,57	149.179,05	63.044,46	148.663,31	110.469,99	117.772,01	130.846,32	133.571,30	118.008,02	122.725,61	194.365,14	183.164,99	1.308.465,76
ITBI-I	47.644,47	68.086,05	33.794,08	59.673,02	58.709,62	58.709,62	81.691,63	88.281,22	143.300,39	86.017,06	74.162,49	72.017,76	894.691,79
Outras Receitas Tributárias	31.600,90	42.251,03	26.763,35	16.176,96	52.461,87	86.999,07	16.333,68	7.393,91	12.949,39	12.900,76	19.539,61	9.394,74	439.275,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	63.134,72	81.277,17	66.489,53	63.119,57	67.698,50	66.676,48	64.694,40	0,00	126.803,07	69.034,51	62.039,25	0,00	337.682,17
RECEITA PATRIMONIAL	37.024,31	69.854,42	24.675,14	49.887,06	42.279,78	46.678,02	49.341,11	58.146,31	64.237,77	70.334,16	49.413,70	56.113,25	711.157,20
RECEITA AGROPECUÁRIA	19.093,32	8.471,39	11.116,76	9.751,69	18.438,17	7.373,20	20.505,23	8.941,61	11.507,06	8.542,62	9.800,65	11.091,52	73.946,93
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
RECEITA DE SERVIÇOS	426.949,12	446.192,37	384.539,04	421.396,02	484.606,58	456.034,16	467.172,68	456.540,17	470.827,14	464.599,20	475.181,73	488.595,22	5.413.733,63
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.153.992,70	4.491.154,23	4.300.541,32	4.225.701,12	3.788.460,48	4.073.270,37	4.260.599,95	3.831.857,77	5.786.730,82	3.939.659,42	4.188.940,94	3.918.632,59	50.960.531,71
Cota-Parte do FPM.	981.151,74	1.480.162,79	1.189.662,73	1.270.385,79	753.598,58	860.082,19	1.146.179,61	689.559,97	738.253,26	886.852,12	786.165,65	743.007,70	11.706.079,24
Cota-Parte do ICMS.	1.717.049,70	1.711.304,09	1.647.769,98	1.533.897,19	1.591.327,02	1.527.530,81	1.558.403,88	1.570.593,82	1.461.427,01	1.531.342,89	1.641.409,61	1.694.409,61	18.176.644,96
Cota-Parte do IPVA.	88.712,94	53.628,11	87.753,10	118.731,54	176.160,82	176.596,11	198.528,85	177.659,45	213.321,30	175.184,06	173.470,76	170.574,19	1.808.311,24
Cota-Parte do ITR.	300,81	58,47	41.597,83	110,14	237,88	45,48	9.436,84	135,53	483,24	555,74	2.771,53	22.460,41	78.183,70
Outras Transferências Correntes	539.697,17	419.190,77	428.796,52	431.008,73	468.462,17	683.744,75	448.633,66	372.252,82	2.591.718,18	480.457,22	724.481,12	389.846,28	7.970.282,39
Transferências de LC 61/1969	28.399,62	28.215,50	25.763,23	21.979,90	21.184,06	23.047,95	25.089,42	23.876,35	24.526,45	25.263,41	23.793,00	25.480,30	294.320,19
Transferências de LC 87/1966	7.013,94	7.013,94	6.796,86	6.796,85	0,00	6.796,85	6.796,85	6.796,85	6.796,85	6.796,85	6.796,85	6.796,85	390.118,93
Transferências do FUNDEB	796.665,78	791.590,55	872.442,08	863.120,98	787.502,15	793.493,23	887.572,83	813.217,13	780.232,53	829.801,85	887.084,25	867.084,25	7.789.690,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	123.944,03	262.934,29	166.537,80	473.369,51	84.709,20	114.771,83	861.882,59	78.507,96	125.035,48	508.892,03	98.932,39	90.751,11	2.990.267,22
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>563.725,54</b>	<b>562.441,29</b>	<b>599.890,28</b>	<b>588.314,06</b>	<b>598.620,64</b>	<b>518.813,71</b>	<b>588.876,46</b>	<b>527.718,19</b>	<b>488.955,79</b>	<b>527.196,77</b>	<b>526.965,32</b>	<b>532.539,59</b>	<b>8.293.650,23</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	563.725,54	562.441,29	599.890,28	588.314,06	598.620,64	518.813,71	588.876,46	527.718,19	488.955,79	527.196,77	526.965,32	532.539,59	8.293.650,23
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>4.527.006,42</b>	<b>5.459.605,02</b>	<b>4.455.225,36</b>	<b>4.907.048,35</b>	<b>4.415.577,66</b>	<b>4.794.445,11</b>	<b>6.189.205,02</b>	<b>4.299.830,83</b>	<b>6.534.309,91</b>	<b>4.881.054,10</b>	<b>4.670.783,13</b>	<b>4.357.937,45</b>	<b>59.462.088,36</b>

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

ANDEIR ISCANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARILISA APARECIDA PADILHA  
CONTADOR(A) - CRC SC 017649/O-8

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças  
Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA      MARLISA APARECIDA PADILHA  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
Valor	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
	0,00				

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Capinzal - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças  
Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA      MARLISA APARECIDA PADILHA  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/3

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)		0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor		0,00			
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças  
Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA      MARLISA APARECIDA PADILHA  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/3

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor			0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças  
Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA      MARLISA APARECIDA PADILHA  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTADORA - CRC SC 017849/O



Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS					
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
RECEITAS CORRENTES (VIII)					
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 2/3					

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças  
Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA

MARLISA APARECIDA PADILHA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	900.000,00	0,00		900.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	25.164.286,27	4.696.574,39	0,00	20.467.711,88
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	25.164.286,27	4.696.574,39	0,00	20.467.711,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-24.264.286,27	-4.696.574,39		-19.567.711,88

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art.53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.858.370,85	2.052.425,43	1.850.872,98
DEDUÇÕES (II)	4.529.093,74	8.337.267,51	8.551.996,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.533.280,99	9.359.635,95	9.570.064,50
Demais Haveres Financeiros	0,00	175.244,70	221.223,55
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.187,25	1.197.613,14	1.239.291,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.670.722,89	-6.284.842,08	-6.701.123,27
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.670.722,89</b>	<b>-6.284.842,08</b>	<b>-6.701.123,27</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-416.281,19</b>	<b>-5.030.400,38</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-152.017,93</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>67.702.479,61</b>	<b>8.932.181,54</b>	<b>49.029.623,76</b>	<b>43.657.286,14</b>
Receita Tributária	4.730.166,92	636.731,14	4.240.947,59	3.710.701,37
I.P.T.U.	1.165.147,95	15.166,66	1.258.662,48	1.218.871,83
I.S.S.	1.190.297,40	297.560,13	1.243.480,14	1.194.063,35
I.T.B.I.	438.275,59	146.210,25	778.958,26	772.175,44
I.R.R.F.	492.536,46	148.872,75	696.025,47	291.347,76
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	28.921,35	263.821,24	234.242,99
Receita de Contribuição	785.939,13	62.039,25	586.745,31	592.534,25
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	62.039,25	586.745,31	592.534,25
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	8.987,91	33.053,14	38.727,35
Receita Patrimonial	647.035,19	105.526,95	508.906,30	425.043,03
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	96.539,04	475.853,16	386.315,68
Transferências Correntes	53.990.411,59	7.049.068,62	36.907.523,97	33.448.704,19
F.P.M.	13.515.507,86	1.223.338,90	7.394.996,09	6.845.202,35
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.668.799,85	12.598.512,26	11.942.175,68
Convênios	8.263.454,10	438.374,43	2.943.425,28	2.386.560,11
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.718.555,44	13.970.590,34	12.274.766,05
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.175.354,62	7.261.353,75	5.866.618,98
Dívida Ativa	679.500,67	21.981,81	380.388,41	403.379,24
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.153.372,81	6.880.965,34	5.463.239,74
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.567.695,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>630.686,11</b>
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	297.405,03
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	67.681,08
Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	265.600,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	0,00	130.000,00	265.600,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>512.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>265.600,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>68.214.479,61</b>	<b>8.932.181,54</b>	<b>49.159.623,76</b>	<b>43.922.886,14</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>52.385.103,38</b>	<b>7.806.546,33</b>	<b>40.603.755,39</b>	<b>37.873.943,55</b>
Pessoal e Encargos Sociais	27.449.195,20	4.544.787,40	22.741.153,05	20.970.227,91
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	36.849,10	222.343,61	324.954,09
Outras Despesas Correntes	24.631.908,18	3.224.909,83	17.640.258,73	16.578.761,55
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>52.081.103,38</b>	<b>7.769.697,23</b>	<b>40.381.411,78</b>	<b>37.548.989,46</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>25.164.286,27</b>	<b>999.552,72</b>	<b>4.696.574,39</b>	<b>4.865.450,08</b>
Investimentos	23.956.862,27	797.839,79	3.688.916,04	4.227.668,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.712,93	1.007.658,35	637.782,05
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>23.956.862,27</b>	<b>797.839,79</b>	<b>3.688.916,04</b>	<b>4.227.668,03</b>

Município de Capinzal - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>25.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>76.062.965,65</b>	<b>8.567.537,02</b>	<b>44.070.327,82</b>	<b>41.776.657,49</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-7.848.486,04</b>	<b>364.644,52</b>	<b>5.089.295,94</b>	<b>2.146.228,65</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	856.538,09	0,00
Superávit Financeiro	-	-	856.538,09	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-149.614,34</b>

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

\_\_\_\_\_  
 ANDEVIR ISGANZELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARLISA APARECIDA PADILHA  
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
FUNDO MUNIC. DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS	0,00	4.187,25	4.187,25	0,00	0,00	115.999,61	672.100,29	668.353,16	668.353,16	8.033,20	111.713,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL	0,00	4.187,25	4.187,25	0,00	0,00	115.999,61	300.000,00	328.286,07	328.286,07	0,00	87.713,54
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	980,75	980,75	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SC	0,00	3.206,50	3.206,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SINAE-SERVIM. INTERM. DE ÁGUA E ESGOTO DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.999,61	0,00	28.286,07	28.286,07	0,00	87.713,54
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372.100,29	340.067,09	340.067,09	8.033,20	24.000,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	4.187,25	4.187,25	0,00	0,00	115.999,61	672.100,29	668.353,16	668.353,16	8.033,20	111.713,54

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8



Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	155.695,00	0,00	155.695,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27.665,82	0,00	27.665,82
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	0,00	128.029,18
<b>TOTAL</b>	<b>155.695,00</b>	<b>0,00</b>	<b>155.695,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	139.195,00	2.560,00	0,00	136.635,00
Investimentos	139.195,00	2.560,00	0,00	136.635,00
<b>TOTAL</b>	<b>139.195,00</b>	<b>2.560,00</b>	<b>0,00</b>	<b>136.635,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	8.607,64	-2.560,00	6.047,64

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE: Unidade Responsável Secretária de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	69.875.517,95	
Previsão Atualizada		—	69.875.517,95	
Receitas Realizadas		9.028.720,58	49.635.476,92	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	856.538,09	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	69.875.517,95	
Créditos Adicionais		—	7.698.871,70	
Dotação Atualizada		—	77.574.389,65	
Despesas Empenhadas		8.781.167,42	46.517.516,03	
Despesas Liquidadas		8.806.099,05	45.300.329,78	
Superavit Orçamentário		—	4.335.147,14	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		8.781.167,42	46.517.516,03	
Despesas Liquidadas		8.806.099,05	45.300.329,78	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			59.492.088,36	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-152.017,93	-5.030.400,38	3.309,08
Resultado Primário		-149.614,34	5.089.295,94	-3.401,61
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	788.099,90	8.033,20	668.353,16	111.713,54
EXECUTIVO	788.099,90	8.033,20	668.353,16	111.713,54
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
EXECUTIVO	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
TOTAL:	792.287,15	8.033,20	672.540,41	111.713,54
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		8.228.346,23	25%	26,30
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.120.335,65	60%	73,75
Liquidadas		6.120.335,65		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.696.574,39	20.467.711,88	

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			2.560,00	136.635,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.896.237,74	15,00	25,27	
Liquidadas	7.896.237,74			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Capinzal, 17/11/2014

\_\_\_\_\_  
 ANDEVIR ISGANZELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARLISA APARECIDA PADILHA  
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

**RGF 5º BIMESTRE DE 2014**

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.413.360,98	0,00
Pessoal Ativo	26.025.780,54	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	821.966,75	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	565.613,69	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	27.413.360,98	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	27.413.360,98	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	59.492.088,36	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	46,08	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	32.125.727,71	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	30.519.441,33	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	28.913.154,94	
FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Capinzal, 17/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.469.716,09	0,00
Pessoal Ativo	27.082.135,65	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	821.966,75	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	565.613,69	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.469.716,09	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	28.469.716,09	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	59.492.088,36	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,85	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	35.695.253,02	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	33.910.490,37	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	32.125.727,71	
FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Capinzal, 17/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8



MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>1.780.942,73</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	1.780.942,73
Interna	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	1.780.942,73
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.529.093,74</b>	<b>7.287.253,32</b>	<b>8.337.267,51</b>	<b>10.749.758,20</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.533.280,99	8.249.032,37	9.359.635,95	12.027.322,10
Demais Haveres Financeiros	0,00	152.057,38	175.244,70	607.408,25
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.187,25	1.113.836,43	1.197.613,14	1.884.972,15
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.670.722,89</b>	<b>-4.831.707,85</b>	<b>-6.284.842,08</b>	<b>-8.968.815,47</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>54.030.213,26</b>	<b>55.652.643,54</b>	<b>58.986.720,30</b>	<b>52.858.040,57</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>5,29%</b>	<b>4,41%</b>	<b>3,48%</b>	<b>3,37%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-3,09%</b>	<b>-8,68%</b>	<b>-10,65%</b>	<b>-16,97%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>64.836.255,91</b>	<b>66.783.172,25</b>	<b>70.784.064,36</b>	<b>63.429.648,68</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>58.352.630,32</b>	<b>60.104.855,02</b>	<b>63.705.657,92</b>	<b>57.086.683,82</b>

<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>1.780.942,73</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	1.780.942,73

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	3.861,00	231.211,32	217.761,79	216.005,81
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	788.099,90	1.233.721,45	1.353.831,42	1.244.100,38
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Capinzal, 17/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Bimestre de referência	Até o Bimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	59.492.088,36	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>9.518.734,14</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>8.566.860,72</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.164.446,19</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 17/11/2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/MÊS OUTUBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R\$ 1,00					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	22.938,64	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	4.495,47	0,00	0,00	(2.153,88)	0,00	
Atenção Básica	0,00	13.191,00	0,00	0,00	842.923,21	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	25.399,14	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	3.791,21	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00	88.504,62	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino	0,00	8.798,22	0,00	0,00	463.579,37	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	45.716,82	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	7.263,67	0,00	
Salário Educação	0,00	4.455,11	0,00	0,00	624.506,56	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	603.441,20	0,00	
Transferências de Convênios - Outros	0,00	126.089,16	87.713,54	0,00	351.177,35	0,00	
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	422,40	0,00	0,00	1.701.251,79	0,00	
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.202.727,55)	0,00	
Vigilância em Saúde	0,00	22,50	0,00	0,00	285.779,12	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	157.473,86	87.713,54	0,00	3.861.391,27	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0,00	257.142,26	0,00	547,80	(331.889,95)	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0,00	131.271,03	0,00	0,00	(2.635.192,09)	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	693.404,65	24.000,00	909.099,92	7.118.655,81	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	1.081.817,94	24.000,00	909.647,72	4.151.573,77	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.239.291,80	111.713,54	909.647,72	8.012.965,04	0,00	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/MÊS OUTUBRO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")  
Capinzal, 17/11/2014

R\$ 1,00

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

# Catanduvas

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 113/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 113/2014, de 12 de novembro de 2014.  
"DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 62, 63 E 81 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 19/02 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 62 da Lei Complementar Municipal nº 19, de 4 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62. No mês de dezembro de cada ano, a todo servidor será paga uma gratificação natalina, além da remuneração normal a que fizer jus neste mês.

§ 1º Nos termos do art. 46 deste Estatuto, a remuneração compreende o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

§ 2º A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 3º A fração igual ou superior a quinze (15) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 4º O Adicional por Tempo de Serviço, e demais adicionais e gratificações permanentes, serão computados e servirá de base ao cálculo da Remuneração da Gratificação Natalina, adotando-se o valor atualizado que lhe for devido na data de sua concessão.

§ 5º As Horas Extras e Noturnas; Adicional de Periculosidade, Insalubridade ou Produtividade; Hora Atividade; Regência de Classe; Função Gratificada; Função Gratificada Percentual; Aulas Excedentes; Remuneração em Regime Suplementar; e demais adicionais e gratificações temporárias, recebidas no período aquisitivo, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes, deverão servir como base de cálculo para a média duodecimal e apuração do valor da gratificação natalina".

Art. 2º O art. 63 e § único da Lei Complementar Municipal nº 19, de 4 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. A gratificação natalina será paga até o dia 20 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. Ocorrendo exoneração, o servidor receberá a gratificação devida no ato da exoneração, proporcionalmente aos meses trabalhados, adotando-se, no que não conflitar, os termos do art. 62 desta Lei".

Art. 3º O art. 81 da Lei Complementar Municipal nº 19, de 4 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 81. O servidor perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data de sua concessão, acrescido do adicional de que trata o art. 71 da presente Lei.

§ 1º O servidor incluído em ato de concessão de férias coletivas

terá a respectiva remuneração paga no mês em que completar o período para sua aquisição.

§ 2º O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período de férias a que tiver direito, na proporção de um doze avos (1/12) por mês de efetivo serviço, ou fração igual ou superior a quinze (15) dias.

§ 3º O adicional por tempo de serviço, e demais adicionais e gratificações permanentes, serão computados e servirá de base de cálculo da remuneração das férias, adotando-se o valor atualizado que lhe for devido na data de sua concessão.

§ 4º As Horas Extras e Noturnas; Adicional de Periculosidade, Insalubridade ou Produtividade; Hora Atividade; Regência de Classe; Função Gratificada; Função Gratificada Percentual; Aulas Excedentes; Remuneração em Regime Suplementar; e demais adicionais e gratificações temporárias, recebidas no período aquisitivo, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes, deverão servir como base de cálculo para a média duodecimal e apuração do valor da remuneração das férias".

Art. 4º As alterações determinadas por esta Lei Complementar devem ser consolidadas no texto da Lei Complementar nº 19 de 4 de janeiro de 2002, com a referência legislativa e indicação desta.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, de 12 de novembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Secretário Municipal da Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

### DECRETO Nº 2.030, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.030, de 06 de novembro de 2014.

"ALTERA O DECRETO Nº 2.025/2014, QUE NOMEOU OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 2.025, de 23 de outubro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO criado pela Lei Municipal nº 1.669, publicada em 25 de julho de 2001, a seguir relacionados, em conformidade com o disposto no art. 3º:

I - MEMBROS NATOS:

a) PREFEITA MUNICIPAL: Gisa Aparecida Giacomini

b) VICE-PREFEITO: Alberto Broll

b) PRESIDENTE CÂMARA M. VEREADORES: Odair José Gabrielli

c) SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Claudinei Antonio Sella

d) SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA: Laurentino Ramos de Jesus

e) ASSESSOR JURÍDICO DA PREFEITURA: Claudemir Tchoi Bucco

## II - MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

## a) CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS - CDL:

Titular: Valério Lino Comassetto

Suplente: Nelva Maria Miotto

## b) SINDICATO INDUSTRIA MADEIREIRA:

Titular: Pedrinho Giacomini

Suplente: Alter José Torcatto

## c) SINDICATO TRABALHADORES RURAIS:

Titular: Arlindo Katschor

Suplente: Marcio Almir Hetkowsiki

## d) SINDICATO DOS EMPREGADORES RURAIS:

Titular: Diomar Begnini

Suplente: Aristeu B. Haro

## e) SINDICATO DOS TRANSP. CARGAS CATANDUVAS:

Titular: Antonio Ozório Netto

Suplente: Sérgio Luiz Vivan

## f) PRESTADORES DE SERVIÇO:

Titular: Raul Pancera

Suplente: Joel Luiz da Silva

## g) INDÚSTRIA DE ERVA MATE:

Titular: Clovis José Magnabosco

Suplente: Divo Guerra

## h) INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS:

Titular: Moacir da Silva Muniz

Suplente: Giovani Guilherme Ross

## i) AGROINDÚSTRIA:

Titular: Sérgio Chinatto

Suplente: Volmir Martins de Lima

## j) ENTIDADES CIVIS SEM FINS LUCRATIVOS:

Titular: Fernanda Hermes

Suplente: Marilei Strovipsi Guth

## k) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Titular: Clovis José De Lucca

Suplente: Rejani Maria Bucco

Art. 2º Em conformidade com o disposto no § 3º do art. 3º, os membros ora nomeados terão seus mandatos até o término do mandato da Prefeita Municipal, ou seja, até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Pela participação no Conselho os membros não serão remunerados, sendo considerado serviço de relevância para o Município.

Parágrafo único. Eventuais despesas previamente autorizadas, poderão ser ressarcidas aos membros da Comissão, utilizando-se recursos próprios do Orçamento vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), de 06 de outubro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

## Caxambu do Sul

## PREFEITURA

## ADITIVO 02 CONTRATO 04/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL	
Aditivo 02	/ Contrato nº 04/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada.:	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BERTO LTDA.
Objeto.....:	REAJUSTE CONTRATUAL.
Valor.....:	a) O preço certo e ajustado por litro de Óleo Diesel passa de R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos) para R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) reajuste de 4% (quatro por cento). b) O preço certo e ajustado por litro de Gasolina passa de R\$ 3,12 (três reais e doze centavos) para R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) reajuste de 1% (um por cento).
Licitação....:	Pregão Presencial Nº 10/2013.
CAXAMBU DO SUL, 11 de Novembro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

## ADITIVO 02 CONTRATO 03/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL	
Aditivo 02	/ Contrato nº 03/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada.:	ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA EPP.
Objeto.....:	REAJUSTE CONTRATUAL.
Valor.....:	a) O preço certo e ajustado por litro de Óleo Diesel passa de R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos) para R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) reajuste de 4% (quatro por cento).
Licitação....:	Pregão Presencial Nº 10/2013.
CAXAMBU DO SUL, 11 de Novembro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

**ADITIVO 01 CONTRATO 45/2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL	
Aditivo 01	/ Contrato nº 45/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada.:	ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA EPP.
Objeto.....:	REAJUSTE CONTRATUAL.
Valor.....:	a) O preço certo e ajustado por litro de Óleo Diesel S10 passa de R\$ 2,689 (dois reais e sessenta e oito, nove centavos) para R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos) reajuste de 4% (quatro por cento).
Licitação....:	Pregão Presencial Nº 45/2014.
CAXAMBU DO SUL, 11 de Novembro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATO 48/2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	48/2014
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada.:	RAP – CONSTRUÇÕES E EVENTOS LTDA.
Objeto.....:	EXECUÇÃO OBRA DE AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS, ATRAVÉS DE EXECUÇÃO INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, E DEMAIS ANEXOS.
Valor.....:	R\$ 23.173,62 (vinte e três mil cento e setenta e três reais e sessenta e dois centavos).
Vigência.....:	Início : 14/11/2014 Término : 31/12/2014.
Licitação.....:	Convite p/ obras e Serviços de Engenharia Nº 05/2014.
CAXAMBU DO SUL, 14 de novembro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

**Chapadão do Lageado****PREFEITURA****PORTARIA Nº 444 DE 17.11.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIANº 444/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº. 008, de 23.12.99 e conforme requerimento;

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar a pedido a Servidora Pública ROSANE MELLO, ocupante do cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, Gestão de Trabalho e Educação em Saúde - 40 horas, matriculada sob o nº 2610/02, nos termos do art. 30, inciso I da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, a partir desta data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 445 DE 17.11.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIANº 445/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação da Declaração de Desistência de Vaga;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, e conforme art.16 inciso I, da Lei nº 0085 de 30.06.99.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 076/2014, de 14.02.2014, que admitiu em caráter temporário a Servidora Pública, VALDIRENE MOHR MARQUEZ, para exercer as funções de Professora-ACT-25 horas, na turma do 1º ano, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 17 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 446 DE 17.11.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 446/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com o art. 10 e anexo V da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear VALDIRENE MOHR MARQUEZ, para ocupar o cargo em Comissão de Diretor Nível II, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, conforme Anexo V da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir de 18.11.14.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 17 de novembro de 2014.

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 436 DE 10.11.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 436/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal Decreto nº 050/2009 e de acordo com o art. 18 incisos I e II c/c com o § 1º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional aos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar nº 007, de 23.12.99.

Art. 2º Os servidores relacionados nesta Portaria passarão a receber o vencimento correspondente ao novo Nível, de acordo com o abaixo descrito:

NOME	CARGO	PROGRESSÃO	Do Nível	Para o Nível
Adalto Sypriani	Operário	Desempenho	Nível - II	Nível -III
Roni Capistrano	Op. de Equipamentos	Tempo de Serviço	Nível - II	Nível - III
Pedro Lopes	Op. de Equipamentos	Tempo de Serviço	Nível - II	Nível - III
Neusa F. Luckmann	Administradora	Tempo de Serviço	Nível - VIII	Nível - IX
Zilá de Souza	Agente de Serviços Gerais	Tempo de Serviço	Nível - IV	Nível - V
Zuleide D. Schneider	Agente de Serviços Gerais	Tempo de Serviço	Nível - II	Nível - III

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.10.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 102, DE 17.11.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 102, DE 17.11.2014

Altera o Art. 2º do Decreto nº 05/2014 de 26.02.2014, que Institui o horário de expediente da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas públicas,

CONSIDERANDO que o turno único atende satisfatoriamente as ações inerentes a Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos,

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o § 3º do Art. 23 da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

**DECRETA:**

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 05/2014 de 26.02.2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

" .....  
.....

Art. 2º Excetuam-se do disposto no art. 1º, o expediente da Secretaria Municipal de Saúde que será das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas e da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos que será das 13:30 às 19:30 horas.

.....  
..... "

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 17 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Cocal do Sul****PREFEITURA****AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 11/PMCS/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 116/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Tomada de Preços nº. 11/PMCS/2014, que objetiva a contratação de empresa para fornecimento de material e serviço para construção de Creche, no Bairro Jardim Elizabeth, no Município de Cocal do Sul. A entrega dos envelopes da Tomada de Preços será até as 09h00min do dia 04 de dezembro de 2014 e abertura será as 09h15min do mesmo dia. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 17 de novembro de 2014.

Ademir Magagnin  
Prefeito Municipal

**SAMAE****EXTRATO DE CONTRATO 33/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 33/2014

DATA: 11/NOVEMBRO/2014

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS DO SAMAE AO CISAM-SUL PARA PROMOÇÃO DE OBJETIVOS DIVERSOS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS.

CONTRATADO: CISAM/SUL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

VALOR: R\$ 32.912,39 (TRINTA E DOIS MIL, NOVECIENTOS E DOZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DATA: 11/NOVEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

**Concórdia****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2014 – PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2014- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: Registro de preço para aquisição de utensílios de cozinha em atendimento às necessidades dos Centros de Convivência, CRAS e CREAS, bem como aos Grupos de Idosos com convênio oriundo CREAS Custeio, Básica Custeio e próprios - idosos conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 05/12/2014 no endereço Eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 05/12/2014 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 14 de Novembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Cidadania e Habitação

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2014 – FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2014 - FMS

Objeto: Registro de Preço para possível aquisição durante o exercício de 2015, de leites, complementos alimentares e fraldas, para atendimento de programas do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 08/12/2014.

Início da Sessão: dia 08/12/2014, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 17 de novembro de 2014.

Maria Cristina Berta

Gestora do FMS em exercício

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 – FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMS

Objeto: Aquisição de gás oxigênio medicinal, bem como a locação de equipamentos concentradores de oxigênio para pacientes do SUS do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 28/11/2014.

Abertura: dia 01/12/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 17 de novembro de 2014.

MARIA CRISTINA BERTA

Gestora do FMS em exercício

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 17/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2014 - PMC

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou Construção Civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de camada de concreto da Barragem de Contenção de Cheias, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 10/12/2014, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/12/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 10/12/2014, às 16h00min.

Abertura: dia 11/12/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 17 de novembro de 2014

MAURI MARAN

Secretário Municipal Urbanismo e Obras

**Coronel Freitas****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº60/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 60/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE VIDRO SOB MEDIDA CONFORME ANEXO D.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 09:00 horas do dia 28/11/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 28/11/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 17 de Novembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO 012/2014

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO 012/2014

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2014. NÚMERO CONVÊNIO: 2014 TR 003575

PMCM 012/2014

PROCESSO nº SEF 19516/2014.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/11/2014

DESCRIÇÃO:

CLÁUSULA SEGUNDA- Este Convênio visa à transferência de recursos financeiros para execução do projeto de obras de pavimentação asfáltica sobre pavimentação poliédrica e macadame seco das Ruas Araranguá, Dólio Belatto, Florianópolis, Aires, Saudades e Getúlio Vargas, com a finalidade de melhorar a malha viária urbana, incrementando a estrutura logística e a mobilidade municipal, atendendo as necessidades da sociedade em melhorar a qualidade de vida dos munícipes, conforme Proposta de Trabalho nº 10558 (Anexo I) apresentada pelo CONVENIENTE, devidamente analisada e aprovada pelo MANDATÁRIO, conforme parecer técnico fundamentado, com base nos art. 16, 17 e 18 do Decreto nº 127/2013, doravante denominada de Proposta de Trabalho, a qual integra este Termo de Convênio independente de sua transcrição.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA- Este Convênio terá início de vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e fim de vigência em 28 de setembro de 2015.

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA- As questões decorrentes da execução deste Convênio, não dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca da Capital.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 82.915.229/0001-76

CONCEDENTE: ESTADO DE SANTA CATARINA

DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: 28/09/2015

### DECRETO Nº 252 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 252 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕES SOBRE A NOMEAÇÃO DE LEILOEIROS PARA LEILÃO DOS BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 94 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 25 e suas alterações e da INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 5/12/2013:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Srs. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162, ULISSES DONIZETE RAMOS, matrícula AARC 309, regularmente inscrito na JUCESC, como Leiloeiros Oficiais, convidados por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilão dos bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pela Lei nº 637 de 29 de outubro de 2014, cuja alienação foi Autorizada.

Art. 2º A Inexigibilidade está fundamentada no artigo 25 da Lei

Federal nº 8.666/93 e suas alterações e na INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 5/12/2013 da JUCESC.

Art. 3º O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá do município pelos serviços prestados.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 07 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 175, 07 DE NOVEMBRO 2014.

PORTARIA Nº 175, 07 DE NOVEMBRO 2014.

NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL PARA A VENDA DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no artigo 94, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, bem como do Decreto Federal nº 21.981/1932, Instrução Normativa IN DREI Nº 17/2013, do Departamento Nacional de Registro do Comércio,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor JÚLIO RAMOS LUZ, Leiloeiro Público Oficial, devidamente registrado na Junta Comercial de Santa Catarina sob a matrícula AARC 162 e Senhor ULISSES DONIZETE RAMOS, Leiloeiro Público Oficial, devidamente registrado na Junta Comercial de Santa Catarina sob a matrícula AARC 309, para desempenhar a função de Leiloeiros Oficiais para venda de bens móveis inservíveis e de propriedade deste Município, durante o exercício de 2015, nos termos Artigo 25 da Lei 8666/93, § 1º, combinado com a IN DREI Nº 17/2013, da Presidência da República, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Secretaria de Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração, órgão que regula as Juntas Comerciais do Brasil, artigo 33, § 2º e do Decreto Federal nº. 21.981/1932.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, 07 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 058/2014**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 058/2014  
MÊS/ANO: Novembro de 2014 NÚMERO CONTRATO: 058/2014

VALOR MENSAL CONTRATO: Em remuneração pelos serviços prestados, os CONTRATADOS não receberão nenhuma quantia do CONTRATANTE, salvo algum serviço extra, ou nova visita que tenha que fazê-lo, tendo direito legal de receber o percentual definido em edital de tudo aquilo que for vendido no leilão, valores estes a serem pagos pelos (as) ARREMATANTES.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/11/2014

DESCRIÇÃO: O objeto deste Contrato é a elaboração de serviços autônomos de CONSULTORIA, ASSESSORIA, ESTRUTURAÇÃO, ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS pertencentes ao Município supracitado, que deverão ser executados em data a ser definida posteriormente.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

CONTRATADOS: LEILOEIRO (S) PÚBLICO (S) OFICIAL, SR. JÚLIO RAMOS LUZ, AARC 162 E SR. ULISSES DONIZETE RAMOS, AARC 309.

**Correia Pinto****PREFEITURA****1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 75/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO 75/2014  
1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS EDUCATIVOS, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme segue: alteração na forma de julgamento que se lê: "MENOR PREÇO POR LOTE", e passa a ser lido: "MENOR PREÇO GLOBAL", e alteração no número do processo licitatório, onde se lê: "PREGÃO PRESENCIAL" 75/2014, passa a ser lido: "PREGÃO PRESENCIAL 66/2014". Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 28.11.2014 às 14:00 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 18 de novembro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES  
Pregoeiro Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 14/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 14/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA, PARA ATENDER AOS PACIENTES DOS POSTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS. Tipo: Menor preço por GLOBAL. Abertura dos envelopes: 28/11/2014 às 17:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 18 de novembro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Presidente da Comissão de Licitação  
Pregoeiro Municipal



**PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 15/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 15/2014 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPOEM A LISTA DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, CONFORME TABELA ABCFARMA E O DISPOSTO NESTE EDITAL, PARA O ANO DE 2015. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 28/11/2014 às 10:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 18 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

**Corupá****PREFEITURA****PORTARIA Nº 3073/14**

PORTARIA Nº 3073/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. ANDRIELE GLOWACKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ANDRIELE GLOWACKI, a partir de 20 de outubro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Bomplandt, em virtude de substituição da Auxiliar de Setor ACT Aline Matias da Silva, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de outubro de 2014, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
17 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3074/14**

PORTARIA Nº 3074/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. LETICIA DO NASCIMENTO ROLIM.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. LETICIA DO NASCIMENTO ROLIM, a partir de 21 de outubro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da funcionária Cristiane Alcântara Tamanini, que está

em atestado de saúde e posteriormente substituirá a merendeira ACT Rosa Simões de Souza, que pedirá demissão no final do mês de outubro, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 21 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
17 de novembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº. 793/2014

DECRETO Nº. 793/2014  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 5.927,06 (cinco mil novecentos e vinte e sete reais e seis centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
4.4.90.00.00.00.00	0.3.00.55	Aplicações Diretas	5.927,06
		TOTAL	5.927,06

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2013, fonte 03.00.55 - Convênio Trânsito - Civil, no valor de R\$ 5.927,06 (cinco mil novecentos e vinte e sete reais e seis centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
04 de novembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos quatro dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº. 794/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0\*\*47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC  
www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 794/2014  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.027/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 115.111,82 (cento e quinze mil cento e onze reais e oitenta e dois centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.62	Aplicações Diretas	115.111,82
		TOTAL	115.111,82

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do provável Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.62 - Outros Recursos Educação - FNDE no valor de R\$ 115.111,82 (cento e quinze mil cento onze reais e oitenta e dois centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
04 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos quatro dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

**DECRETO Nº. 796/2014**

DECRETO Nº. 796/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013, DECRETA:

ART. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Suplementares em favor da Autarquia Águas de Corupá, até o limite do valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
16.000		Águas de Corupá	
16.001		Águas de Corupá	
017.512.0072.1008		Manutenção das Atividades Águas de Corupá	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	27.000,00
		TOTAL	27.000,00

ART. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da Autarquia Águas de Corupá, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
16.000		Águas de Corupá	
16.001		Águas de Corupá	
017.512.0072.1008		Manutenção das Atividades Águas de Corupá	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
		TOTAL	27.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
05 de novembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº. 797/2014**

DECRETO Nº. 797/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

ART. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Suplementares em favor da Autarquia Águas de Corupá, até o limite do valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
16.000		Águas de Corupá	
16.001		Águas de Corupá	
017.512.0072.1008		Manutenção das Atividades Águas de Corupá	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
		TOTAL	150.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.03 - Recursos Ordinários - Águas de Corupá, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
05 de novembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº. 798/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0\*\*47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 798/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 4.377,58 (quatro mil trezentos e setenta e



sete reais e cinquenta e oito centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.54	Aplicações Diretas	1.538,79
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.55	Aplicações Diretas	2.838,79
		TOTAL	4.377,58

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.54 - Convênio Trânsito - Militar no valor de R\$ 1.538,79 (um mil quinhentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) e fonte 01.00.55 - Convênio Trânsito - Civil no valor de R\$ 2.838,79 (dois mil oitocentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
05 de novembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

## DECRETO Nº. 799/2014

DECRETO Nº. 799/2014  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 30.800,00( trinta mil e oitocentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	

020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	6.000,00
04.000		Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	24.800,00
		TOTAL	30.800,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	6.000,00
04.000		Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	9.800,00
		TOTAL	30.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
05 de novembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº. 800/2014

DECRETO Nº. 800/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 57.317,08 (cinquenta e sete mil trezentos e dezessete reais e oito centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
025.752.0040.2015		Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
4.4.90.00.00.00.00	0.3.00.17	Aplicações Diretas	57.317,08
		TOTAL	57.317,08

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2013, fonte 03.00.17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública- COSIP, no valor de R\$ 57.317,08 (cinquenta e sete mil trezentos e dezessete reais e oito centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
05 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº. 801/2014

DECRETO Nº. 801/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 105.000,00( cento e cinco mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000		Secretaria de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
018.541.0073.2006		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas	5.000,00
		TOTAL	105.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000		Secretaria de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
018.541.0073.2006		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Aplicações Diretas	5.000,00
		TOTAL	105.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
05 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 263/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 263/2014

Aos dezessete dias do mês de novembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. José Antonio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 263/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO INSTALADOS PARA O FUNDO DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL..

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de

12 (doze) meses.

**CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.
- VIII. Oferecer garantia e Assistência Técnica mínima de 12 (doze) meses;

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**  
Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

**I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:**

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

**II. Por iniciativa do fornecedor:**

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 17 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 279/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 279/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES, PARA USO EM VEÍCULOS DO GABINETE, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, POLÍCIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/12/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 05/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br).

Curitiba, 12 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 118/2014. Objeto: Aquisição de materiais de expediente e materiais pedagógicos para atividades com crianças e adolescentes abrigados nos programas sociais. da secretaria de Assistência Social. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 28/11/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 17/11/2014.  
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 119/2014. Objeto: Aquisição de combustíveis para realização de terraplanagem do terreno para construção de escola do Programa Pró Infância Tipo C - Creche FNDE. Entrega da documentação e propostas até as 11:00 horas do dia 28/11/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.  
Dionísio Cerqueira, 17/11/2014.  
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 053/2014. Objeto: Aquisição de cartazes coloridos e cartilhas personalizadas para divulgação da campanha de hanseníase. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 02/12/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 17/11/2014.  
João Stahl - Gestor do FMS

### RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 115/2014, Objeto: Aquisição de vigas e pranchas de eucalipto para construção e reforma de pontes do Município.. Vencedor: Elírio Olbermann - Valor R\$ 8.690,00 - .Dionísio Cerqueira 17/11/2014.  
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 051/2014, objeto: Aquisição de um computador para a Unidade Básica de Saúde do Distrito de Jorge Lacerda.. Vencedor: Elisabete P. Salla. Valor R\$ 2.299,00 - Dionísio Cerqueira 17/11/2014.  
João Stahl - Gestor do FMS



RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.101.642,90	32.101.642,90	5.754.357,86	17,93	32.635.567,23	101,66
RECEITAS CORRENTES	30.682.502,90	30.682.502,90	5.236.007,91	17,07	25.487.777,46	83,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.817.321,20	4.817.321,20	611.413,09	12,69	3.146.932,83	65,33
IMPOSTOS	3.442.336,20	3.442.336,20	541.236,02	15,72	2.612.176,26	75,88
TAXAS	1.124.985,00	1.124.985,00	70.177,07	6,24	534.756,57	47,53
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	144.200,00	144.200,00	14.265,72	9,89	129.120,80	89,54
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	144.200,00	144.200,00	14.265,72	9,89	129.120,80	89,54
RECEITA PATRIMONIAL	294.614,50	294.614,50	139.740,83	47,43	658.899,98	223,65
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	294.614,50	294.614,50	139.740,83	47,43	658.899,98	223,65
RECEITA DE SERVIÇOS	170.532,90	170.532,90	315.306,55	184,89	799.559,73	468,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.030.502,40	24.030.502,40	4.075.265,49	16,96	20.291.813,88	84,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	23.923.662,40	23.923.662,40	4.042.243,49	16,90	20.226.241,51	84,54
Transf. de Instituições Privadas	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	31.840,00	31.840,00	33.022,00	103,71	65.572,37	205,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.225.331,90	1.225.331,90	80.016,23	6,53	461.450,24	37,66
Multas e Juros de Mora	250.421,00	250.421,00	36.720,35	14,66	156.297,44	62,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.300,00	10.300,00	0,00	0,00	79.112,50	768,08
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	941.450,90	941.450,90	39.572,57	4,20	204.317,34	21,70
RECEITAS DIVERSAS	23.160,00	23.160,00	3.723,31	16,08	21.722,96	93,80
RECEITAS DE CAPITAL	1.419.140,00	1.419.140,00	518.349,95	36,53	7.147.789,77	503,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	154.500,00	154.500,00	0,00	0,00	239.940,00	155,30
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	154.500,00	154.500,00	0,00	0,00	239.940,00	155,01
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.360,00	12.360,00	2.539,76	20,55	9.003,58	72,84
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	52.280,00	52.280,00	515.810,19	986,63	6.898.846,19	195,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	182.244,39	0,00	1.320.926,44	0,00
Transf. de Instituições Privadas	25.000,00	25.000,00	1,00	0,00	31.456,00	125,82
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	27.280,00	27.280,00	333.564,80	222,74	5.546.463,75	331,61
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	32.101.642,90	32.101.642,90	5.754.357,86	17,93	32.635.567,23	101,66

Continua 1/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

[illegible]

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>32.100.542,90</b>	<b>17.373.667,13</b>	<b>49.474.210,03</b>	<b>7.436.841,60</b>	<b>38.305.444,87</b>	<b>6.173.270,10</b>	<b>27.954.235,08</b>	<b>21.519.974,95</b>
<b>SUPERÁVIT (XII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>4.681.332,15</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>32.100.542,90</b>	<b>17.373.667,13</b>	<b>49.474.210,03</b>	<b>7.436.841,60</b>	<b>38.305.444,87</b>	<b>6.173.270,10</b>	<b>32.635.567,23</b>	<b>21.519.974,95</b>

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 17/11/2014

FLÁVIO BERTÉ	CLEONIR L. WELTER	GUIOMAR G.DE CAMPOS
Prefeito Municipal em exercício	C. Interno - CRA/SC 11527	Técn. em Contab.CRC/SC 023050/



RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )				R\$ 1,00.				
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	32.100.542,90	49.474.210,03	7.436.841,60	38.305.444,87	6.173.270,10	27.954.235,08	100,00	21.519.974,95
Ação Legislativa	1.073.500,00	1.073.500,00	118.817,55	793.056,84	141.370,00	747.187,05	2,67	69,60
	1.073.500,00	1.073.500,00	118.817,55	793.056,84	141.370,00	747.187,05	2,67	69,60
Administração	3.706.000,00	4.028.356,38	396.460,28	3.338.910,25	527.922,74	2.961.743,49	10,59	73,52
Contabilidade e Orçamento	48.000,00	72.075,27	22.179,71	43.854,71	22.179,71	43.854,71	0,16	60,85
Administração Geral	3.257.000,00	3.489.889,11	332.434,19	3.018.390,53	462.429,85	2.644.687,75	9,46	75,78
Administração Financeira	200.000,00	200.000,00	7.500,00	67.280,00	7.500,00	67.280,00	0,24	33,64
Controle Interno	77.000,00	94.224,00	13.260,46	76.926,68	14.043,16	76.143,95	0,27	80,81
Administração de Receitas	124.000,00	172.168,00	21.085,92	132.458,33	21.770,02	129.777,08	0,46	75,38
Defesa Nacional	56.000,00	33.221,00	3.338,88	28.343,10	3.578,88	27.983,10	0,10	84,23
Defesa Terrestre	56.000,00	33.221,00	3.338,88	28.343,10	3.578,88	27.983,10	0,10	84,23
Segurança Pública	274.786,00	294.786,00	141.406,76	219.242,97	22.933,70	89.518,04	0,32	30,37
Policimento	63.918,00	63.918,00	6.458,61	53.231,72	9.434,13	51.281,72	0,18	80,23
Defesa Civil	210.868,00	230.868,00	134.948,15	166.011,25	13.499,57	38.236,32	0,14	16,56
Assistência Social	1.632.443,90	2.336.170,98	633.731,63	1.768.479,16	364.856,03	1.364.276,08	4,88	58,40
Administração Geral	570.536,00	938.394,24	212.839,45	731.266,86	237.775,81	706.092,68	2,53	75,24
Assistência à Criança e ao Adolescente	929.407,90	1.184.493,14	401.715,47	912.096,68	105.448,28	541.037,06	1,94	45,68
Assistência Comunitária	132.500,00	213.283,60	19.176,71	125.115,62	21.631,94	117.146,34	0,42	54,93
Saúde	9.638.050,00	16.978.540,80	2.346.214,96	12.258.142,29	2.445.398,50	10.844.074,32	38,79	63,87
Administração Geral	871.400,00	1.180.684,00	157.150,10	913.834,89	162.166,54	824.776,28	2,95	69,86
Atenção Básica	6.215.300,00	9.248.151,00	1.072.806,46	7.201.868,08	1.575.256,02	6.594.297,48	23,59	71,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.440.500,00	6.449.966,80	1.109.978,40	4.063.094,97	701.583,94	3.347.046,21	11,97	51,89
Vigilância Sanitária	80.600,00	76.089,00	0,00	70.006,35	112,00	68.616,35	0,25	90,18
Vigilância Epidemiológica	30.250,00	23.650,00	6.280,00	9.338,00	6.280,00	9.338,00	0,03	39,48
Educação	7.294.303,00	9.013.366,55	956.029,41	7.231.535,86	1.203.045,56	5.914.975,68	21,16	65,62
Administração Geral	490.300,00	433.325,00	55.268,84	319.194,52	66.995,03	296.072,27	1,06	68,33
Administração Financeira	25.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	0,00	9.000,00	0,03	50,00
Ensino Fundamental	4.519.403,50	5.131.307,99	603.630,80	4.042.368,53	789.373,52	3.685.422,88	13,18	71,82
Ensino Médio	244.650,00	238.050,00	0,00	223.621,13	46.482,08	162.018,77	0,58	68,06
Educação Infantil	1.970.949,50	3.153.523,56	297.449,77	2.606.059,88	300.194,93	1.740.169,96	6,23	55,18

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)</b>							
Educação	32.100.542,90	49.474.210,03	7.436.841,60	38.305.444,87	6.173.270,10	27.954.235,08	21.519.974,95
Educação de Jovens e Adultos	7.294.303,00	9.013.366,55	956.029,41	7.231.535,86	1.203.045,56	5.914.975,68	3.098.390,87
	44.000,00	39.160,00	-320,00	22.291,80	0,00	22.291,80	16.888,20
Cultura	187.800,00	279.076,21	70.134,50	189.455,50	66.481,00	188.175,50	110.900,71
Ensino Fundamental	0,00	137.907,58	51.385,50	79.199,50	47.732,00	57.919,50	79.988,08
Difusão Cultural	187.800,00	141.168,63	18.749,00	110.256,00	18.749,00	110.256,00	30.912,63
Urbanismo	2.862.504,00	5.542.429,95	508.898,86	3.549.157,57	707.182,96	2.101.759,25	3.440.670,70
Infra-Estrutura Urbana	1.365.590,00	1.240.887,66	950,00	12.140,00	950,00	12.140,00	1.228.547,66
Serviços Urbanos	1.347.164,00	4.138.160,92	494.117,49	3.378.472,64	677.191,59	1.933.480,32	2.204.680,60
Energia Elétrica	149.750,00	163.581,37	13.831,37	158.544,93	29.041,37	156.138,93	7.442,44
Saneamento	11.000,00	2.942.276,94	1.962.293,80	2.942.265,63	672,70	914.864,49	2.027.412,45
Saneamento Básico Rural	11.000,00	6.000,00	376,00	5.988,69	672,70	5.988,69	11,31
Saneamento Básico Urbano	0,00	2.936.276,94	1.961.917,80	2.936.276,94	0,00	908.875,80	2.027.401,14
Agricultura	1.044.156,00	2.854.451,43	181.291,43	2.426.035,53	221.722,74	867.421,89	1.987.029,54
Administração Geral	1.000.156,00	2.699.351,43	82.291,43	2.299.535,53	221.722,74	845.921,89	1.853.429,54
Promoção da Produção Animal	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	9.000,00	6.000,00
Abastecimento	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	40.000,00	40.000,00	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00	27.500,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	100.100,00	99.000,00	99.000,00	0,00	0,00	100.100,00
Indústria	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	10.000,00	497.535,60	0,00	495.648,30	43.239,93	63.789,93	433.745,67
Promoção Comercial	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	497.535,60	0,00	495.648,30	43.239,93	63.789,93	433.745,67
Transporte	1.463.800,00	1.600.346,14	104.213,48	1.327.450,81	160.162,62	963.545,51	636.800,63
Transporte Rodoviário	1.463.800,00	1.600.346,14	104.213,48	1.327.450,81	160.162,62	963.545,51	636.800,63
Desporto e Lazer	307.200,00	1.501.762,05	9.457,27	1.403.755,32	236.539,70	602.413,70	899.348,35
Desporto Comunitário	307.200,00	1.501.762,05	9.457,27	1.403.755,32	236.539,70	602.413,70	899.348,35
Encargos Especiais	2.524.000,00	493.390,00	4.552,79	333.965,74	28.163,04	322.507,05	170.882,95
Serviço da Dívida Interna	2.000.000,00	312.870,00	4.552,79	153.445,74	4.552,79	150.525,70	162.344,30
Outros Encargos Especiais	524.000,00	180.520,00	0,00	180.520,00	23.610,25	171.981,35	8.538,65

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.100.542,90	49.474.210,03	7.436.841,60	38.305.444,87	6.173.270,10	27.954.235,08	100,00	56,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	32.100.542,90	49.474.210,03	7.436.841,60	38.305.444,87	6.173.270,10	27.954.235,08	100,00	56,50

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 17/11/2014

FLÁVIO BERTÉ	CLEONIR L. WELTER	GUIOMAR G.DE CAMPOS
Prefeito Municipal em exercício	C. Interno - CRA/SC 11527	Técn.em Contab.CRC/SC 023050/1

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RESULTADO PRELIMINAR TESTE SELETIVO 003\_2014****Município de Dionísio Cerqueira**

Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413 - Centro - CEP 89950-000  
Fone (49) 3644-6700 - Fax (49) 3644-6741 - Email gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br**RESULTADO PRELIMINAR DO TESTE SELETIVO Nº003/2014****PROFESSOR HABILITADO – EDUCAÇÃO FÍSICA**

01	ALINE P. DA VEIGA	12.25
02	VOLMAR VANINI	11.76
03	ODIRLEI VIVAN	11.70
04	FRANCIELI MATIOLO	11.62
05	MONIQUE M. T. NICHTIEWITZ	11.42
06	ELSIANE MACHADO	11.20
07	NELCI DE F. M. HOELESCHER	10.35
08	ADRIANE M. FAÉ	10.80
09	OSVALDO URBAN	8.90
10	PAULO DE ALMEIDA	8.52
11	MARCIO DE CAMARGO	8.40
12	TIAGO PIRAN	8.22

**PROFESSOR NÃO HABILITADO – EDUCAÇÃO FÍSICA**

01	GENAIR C. MARTINS	6.93
02	RAFAEL MATOZO BUSSE	3.60
03	SANDER C. SANTOS DA SILVA	2.00

**PROFESSOR HABILITADO – ARTES**

01	MARISTELA RODRIGUES DE AZEVEDO	13.80
02	MARIZANE C. M. AVILA	12.95
03	DENIZE C. DIAS	11.75
04	ANDREIA A. AGATTI	9.01
05	GENI DE ALMEIDA GAIGE	8.98

**PROFESSOR NÃO HABILITADO – ARTES**

01	EDSON DANIEL SIQUEIRA DA VEIGA	5.50
02	VILSON JOSÉ PRESTES	4.88

**PROFESSOR HABILITADO – ESPANHOL**

01	MARLI A. FERREIRA	12.84
02	PATRICIA DE CAMARGO	11.89
03	ENADETE A. DE CARVALHO	11.75
04	LUANA DA SILVA	8.92
05	VALDINÉIA S. TELES	8.89
06	LUCIANA F. M. GUIMARÃES	8.63

**PROFESSOR NÃO HABILITADO – ESPANHOL**

01	JESSICA T. DA SILVA	8.75
02	BRUNA DOS SANTOS	8.40
03	KIARA STEIN	3.75

**PROFESSOR HABILITADO – SÉRIES INICIAIS**

01	MARLI CORTI	15.15
02	ADERLAINE MOGNON	14.95
03	CLAUDETE DE J. DAMBRÓSKI	14.75
04	ROSANE DOS SANTOS	14.60
05	ZANETE BEAL	14.50
06	GESSI CARMINHA DOS SANTOS	14.20
07	SANDRA B. S. BRESKOVICI	14.20
08	MARCIA DE B. DA VEIGA	14.13
09	GISLAINE F. DOS ANJOS SOUZA	14.10
10	MARLI A. DELGAGO	13.80
11	MARZELI DA SILVA	13.60
12	LOIRI MORAIS	13.20
13	MARIZA A. F. J. FAÉ	13.10
14	ANTONIA M. PICHAU	13.05
15	OZIRDA DE LARA	13.02
16	LEANE BONENBERGUER	12.50
17	EDINA ALVES DA ROSA	12.55
18	LOIVA SANTA CATARINA BUSCH	12.50
19	CLAUDIA C. S. BORTOLINI	12.48
20	ROSANE G. ALLEBRAND	12.45
21	ODETE DE LARA LIMA	12.42
22	SILVANA A. DA SILVA	11.37
23	EUNICE DE CAMARGO	11.35
24	SIMONE SCHRADER	11.24
25	EVELIN DE QUEVEDO ALBRECHT	11.16
26	VERIDIANA DUTRA	11.08
27	ROSELI DAMBRÓS	11.02
28	ROSELEI L S. KIELING	10.95
29	GISELENE C. PILLAR	10.89
30	JANES PAULA DOS SANTOS	10.76
31	ANDRÉIA L.VIVAN	10.66
32	MARIVONE BERVIAN	10.51
33	PATRICIA CABRAL	10.48
34	TATIANE DOS SANTOS RIGUI	9.18
35	ROSELI T. E. BARRICHELO	9.00
36	TATIANE DETTER	8.95
37	IVAN DE MARCO	8.51
38	ALINE BREGALDA THIS	8.39
39	MARINÊS M. BAIRROS WEIRICH	8.00

**PROFESSOR NÃO HABILITADO – SÉRIES INICIAIS**

01	CLAUDIA C. BARBOSA	9.96
02	MARCELA SIQUEIRA	8.43
03	MARILEI PETRI	7.54
04	PAULA J . A . DE SÁ	7.35
05	ROSANE G. A. SOUZA	6.70
06	FABIANE C. M DA SILVA	6.45
07	LUCIANA M. DA SILVA	6.11
08	EPHIFANIA A. BARLETTA	3.95
09	JOSIANE BATISTA	3.75
10	ROSENILDA DA SILVA	2.92
11	IVARLEI BORSATO	2.86
12	NEIVA C. DA SILVA	2.20
13	ANA CLAUDIA H. RIBEIRO	2.15
14	PATRICIA DE CAMARGO	2.04
15	IVONE S. ZAMPEZE	2.00
16	DANIELI E. K. PRUCIANO	2.00
17	GRASIELA DE CAMPOS	1.35
18	MARILUCIA DE CRISTO BARP	1.00
19	PAOLA C. BARP	1.00

**PROFESSOR HABILITADO – EDUCAÇÃO INFANTIL**

01	NOEMI V. DA SILVA	14.60
02	SERLI VILANI CORDEIRO	14.40
03	ELIANE KOLLENBERG	13.98
04	VANILDA F. DA PAZ NOVAK	13.96
05	NELVI RAUBER DA COSTA	13.30
06	MARISTELA C. A. SANTANA	12.30
07	ANGELA V. PRIEBE	11.24
08	ELISANE BARBIERI	11.18
09	SILVANIA P. DOS SANTOS	10.98
10	PATRICIA DE MARCHI MATTOS	10.96
11	MARIZETE RUVIARO	10.52
12	VERA T. R. BARP	10.42
13	ELIANE HAEFLIGER	9.71
14	SALETE DE F. GULARTE	9.65
15	RITA A. DOS SANTOS	9.30
16	SANDRA MARA DA ROSA	9.22
17	IRACI I. C. SCHULER	8.90
18	ANA MARIA VARELA	8.50
19	MARISTELA A. DA SILVA	8.42
20	VANESSA INES DE BORTOLI	8.30

**PROFESSOR NÃO HABILITADO – EDUCAÇÃO INFANTIL**

01	MARLEI LORENI B. DE CAMARGO	8.30
02	GILVANE FORMAGINI	7.98
03	FABIELI A. MARTINAZO	7.46
04	ALESSANDRA S. DO NASCIMENTO	7.42
05	ILDA T. BOSCATO	7.10
06	JANETE J. MELO DO NASCIMENTO	7.00
07	MARCIELI L SCHIMIDT	6.00
08	ANA CAROLINA MEDINA	5.88
09	GABRIELA SEFRIN	5.78
10	MAGNA A. D. DE CARVALHO	5.08
11	SOELI M. ROESLER	5.00
12	JULIANA P. KEMPKA	4.20
13	ALINE BEAL	4.20
14	CRISTIELI LAUXEN	4.00
15	FERNANDA L. URBAN	4.00
16	GEOVANI M. A. BRUM	3.52
17	CLEONARA DE LIMA	3.38
18	TEREZINHA IRENE CAZUNI	3.20
19	ALZIRA M. DE LARA	2.64
20	ELISA D. URBAN	2.32
21	CLAUDINÉIA CONFORTI	2.25
22	RUTE BORGES DA SILVA	2.22
23	MARCIA ADRIANA HAEFLIGER	2.20
24	KARINE A. LIESENFELD	2.20
25	CLEORECI G. FORTES	2.20
26	JOSIANE BOLICO DA SILVA	2.20
27	ELISANGELA C. MEOTTI	2.10
28	LEIDIANE S. DE OLIVEIRA	2.10
29	TAUANA C. S. DE MORAIS	2.10
30	GISSELI BORTOLINI	2.05
31	ISOLDE C. S. BORTOLINI	2.00
32	JANINHA DE F. MENEGUEL	2.00
33	DANIELA M. BARBOSA	2.00
34	IVANILDE L. M. LIESENFELD	2.00
35	ANA CAROLINE HAEFLIGER	2.00
36	AMANDA DALAGNOL	2.00
37	LUIZA A. MARIANO	2.00
38	DEBORA MEDEIROS DE SOUZA	2.00
39	ELISANE R. SAPPER	2.00
40	SAMARA NUNES	2.00
41	IVONETE DE CAMARGO PAVIN	1.00
42	JULIANA G. FIM	1.00
43	ZILDA R. S. PINHEIRO	1.00
44	SANDRA DE COUTO	1.00
45	EMILIA R. BRUNSTRUP	1.00
46	ANA CLAUDIA DE LARA	1.00
47	JULIANA L. PACHECO	1.00

---

Marilene de Mello Chitolina

Sec. M. de Educação, Esporte e Cultura



# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### DECRETO 085/2014

DECRETO nº 085 de 17 de novembro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de WALTRAUT RUPRECHT - CPF nº 248.437.259-00; contendo uma área de 17.723,88m² (dezessete mil setecentos e vinte e três metros e oitenta e oito, décimos quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem de um imóvel urbano, situado no lado ímpar da Rua Aparecida, Núcleo Urbano de Salto Donner, Município de Doutor Pedrinho-SC, distante a partir do ponto PP localizado no vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue pelo lado ímpar da mesma 16.80m até a esquina desta com o lado ímpar da Rua Belo Horizonte com área de 17.723,88m² (dezessete mil, setecentos e vinte e três metros e oitenta e oito décimos quadrados), edificado com uma casa de alvenaria sob nº 137, devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC sob a matrícula nº 6.856 do livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel será desmembrado cinco lotes e não restando área remanescente abaixo descrito.

I - Lote nº01: Imóvel urbano com área de 1.604,53m² (um mil, seiscentos e quatro metros e cinquenta e três décimos quadrados), edificado com uma casa de alvenaria sob nº 137, localizado no lado ímpar Rua Aparecida, distante a partir do ponto PP localizado no vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue pelo lado ímpar da mesma 16.80m até a esquina desta com o lado ímpar da Rua Belo Horizonte, Salto Donner, município de Doutor Pedrinho - SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue em direção ao lado direito em linha sinuosa com ângulo interno de 114°56'34" e distância 41.47m até o ponto P1, confrontando com o lado ímpar da Rua Aparecida, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 84°58'45" e distância de 40.76m até o ponto P2, confrontando com terras do lote nº 2 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), sendo este o Lado Direito; deste ponto segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 106°9'4" e distância de 35.73m, dos quais 27.07m confrontando com terras do lote nº 2 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), e 8.66m confrontando com terras do lote nº 5 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), até o ponto P3; deste ponto segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 150°48'5" e distância de 14.13m, confrontando com terras do lote nº 5 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), até o ponto P4, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 72°28'57" e distância de 24.50m,

até o ponto P5; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 221°24'7" e distância de 9,80m, ambas confrontando com terras de Metalúrgica Schuetze Ltda. ME. (Matrícula nº: 6.437, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), até o ponto PP, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

II - Lote nº02 Imóvel urbano com área de 4.039,50m² (quatro mil, trinta e nove metros e cinquenta décimos quadrados), localizado no lado ímpar Rua Aparecida, distante a partir do ponto PP localizado no vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue pelo lado ímpar da mesma 58.27m, até a esquina desta com o lado ímpar da Rua Belo Horizonte, Salto Donner, município de Doutor Pedrinho - SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue em direção ao lado direito em linha sinuosa com ângulo interno de 95°1'15" e distância 53.63m até o ponto P1, confrontando com o lado ímpar da Rua Aparecida, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 90°16'55" e distância de 158.00m até o ponto P2, confrontando com terras de Gebhart Groni, Carlos Groni, Nelson Doege, Helmuth Groni e Edeltraud Ana Groni (Matrícula nº: 2.738, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 32°43'42" e distância de 42.69m, até o ponto P3; deste ponto segue em linha reta defletindo a esquerda com ângulo interno de 242°17'55" e distância de 5.00m, até o ponto P4, ambas confrontando com terras do lote nº 4 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 88°26'5" e distância de 40.52m, até o ponto P5; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 237°34'46" e distância de 4.76m, ambas confrontando com terras confrontando com terras do lote nº 5 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC); deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 84°26'5" e distância de 27.07m, até o ponto P7; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 253°50'56" e distância de 40.76m, ambas confrontando com terras confrontando com terras do lote nº 1 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), até o ponto PP, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

III - Lote nº03 Imóvel urbano com área de 4.777,68m² (quatro mil, setecentos e setenta e sete metros e sessenta e oito décimos quadrados), localizado no lado ímpar Rua João Schlukat, distante a partir do ponto PP localizado no vértice da frente com o lado direito do imóvel segue pelo lado ímpar da mesma 53,00m até a esquina desta com o lado ímpar da Rua Belo Horizonte, Salto Donner, município de Doutor Pedrinho - SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel, segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 104°31'24" e distância 157,00m, dos quais 66,00m confrontando com terras de Lourival Ruprecht (Matrícula nº: 918, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC); mais 21,00m confrontando com terras de Elzira Becker (Matrícula nº: 5.015, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC); mais 70,00m confrontando com terras de Diether Ralf Roeder (Matrícula nº: 4.903, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), até o ponto P1; deste ponto segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 100°44'22" e distância de 4.50m, até o ponto P2; deste ponto segue em linha reta defletindo a esquerda com ângulo interno de 267°27'51" e distância de 30.00m, até o ponto P3, ambas confrontando com terras de Gabriel Simão Lewin (Matrícula nº: 5.041, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC); deste ponto segue em linha reta defletindo a esquerda com ângulo interno de 184°59'18" e distância de 30.00m, até o ponto P4; deste ponto segue em linha reta defletindo a esquerda com ângulo interno de 268°4'18" e



distância de 15.00m, até o ponto P5, ambas confrontando com terras de Maria Aparecida Vieira (Matrícula nº: 5.870, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC); deste ponto segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 98°10'20" e distância de 5.00m, até o ponto P6, confrontando com o lado ímpar da Rua Belo Horizonte, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 81°28'38" e distância de 31.30m até o ponto P7, confrontando com terras do lote nº 4 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), sendo este os Fundos; deste ponto segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 85°16'38" e distância de 236.05m, confrontando com terras do lote nº 4 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), até o ponto P8, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 69°16'0" e distância de 34.24m, confrontando com o lado ímpar Rua João Schlukat, até o ponto PP, início desta descrição, sendo esta a Frente.

IV - Lote nº04 Imóvel urbano com área de 6.521,45m² (seis mil, quinhentos e vinte e um metros e quarenta e cinco décímetros quadrados), localizado no lado ímpar Rua João Schlukat, distante a partir do ponto PP localizado no vértice da frente com o lado direito do imóvel segue pelo lado ímpar da mesma 87.24m até a esquina desta com o lado ímpar da Rua Belo Horizonte, Salto Donner, município de Doutor Pedrinho - SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel, segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 110°44'0" e distância 236.05m, até o ponto P1; deste ponto segue em linha reta defletindo a esquerda com ângulo interno de 274°43'22" e distância de 31.30m, até o ponto P2, ambas confrontando com terras do lote nº 3 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC); deste ponto segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 98°31'22" e distância de 5.00m, até o ponto P3, confrontando com o lado ímpar da Rua Belo Horizonte, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 81°11'47" e distância de 37.60m, dos quais 13.06m confrontando com terras de Metalúrgica Schuetze Ltda. ME. (Matrícula nº: 6.437, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC); mais 19.54m confrontando com terras do lote nº 5 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), e mais 5.00m confrontando com terras do lote nº 2 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), até o ponto P4; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 117°42'5" e distância de 42.69m, confrontando com terras do lote nº 2 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 147°16'18" e distância de 215.69m até o ponto P6, confrontando com terras de Gebhart Groni, Carlos Groni, Nelson Doege, Helmuth Groni e Edeltraud Ana Groni (Matrícula nº: 2.738, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), sendo este Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 69°34'15" e distância de 28.40m, confrontando com o lado ímpar Rua João Schlukat, até o ponto PP, início desta descrição, sendo esta a Frente.

V - Lote nº05 Imóvel urbano com área de 780,72m² (setecentos e oitenta metros e setenta e dois décímetros quadrados), destinada a anexação a matrícula nº 6.437, localizada nos fundos do lado ímpar da Rua Belo Horizonte, distante a partir do ponto PP localizado no vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue pela divisa entre terras do lote nº 4 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), e terras de Metalúrgica Schuetze Ltda. ME. (Matrícula nº: 6.437, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), 13.06m até o lado ímpar da Rua Belo Horizonte, e deste ponto segue pelo lado ímpar da mesma 50.24m

até a esquina desta com o lado ímpar da Rua Aparecida, Salto Donner, município de Doutor Pedrinho - SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição partindo do ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue em direção ao lado direito em linha reta com ângulo interno de 93°43'57" e distância 31.50m até o ponto P1, confrontando com terras de Metalúrgica Schuetze Ltda. ME. (Matrícula nº: 6.437, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 107°31'3" e distância de 14.13m até o ponto P2; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 209°11'55" e distância de 8.66m até o ponto P3, ambas confrontando com terras do lote nº 1 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), sendo este o Lado Direito; deste ponto segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 95°33'55" e distância de 4.76m, até o ponto P4; deste ponto segue em linha reta defletindo a direita com ângulo interno de 122°25'14" e distância de 40.52m, confrontando com terras do lote nº 2 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), sendo estas os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 91°33'55" e distância de 19.54m, confrontando com terras do lote nº 4 á desmembrar de Waltraut Ruprecht (Matrícula nº: 6.856, livro 2 do 2º Of. Com. de Timbó/SC), até o ponto PP, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de novembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 17 de novembro de 2014.  
EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade

**Ermo****PREFEITURA****DECRETO N.º 087, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO N.º 087, de 06 de novembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 70.000,00 ( setenta mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.392.0029.2.013 - Manutenção e divulgação da Cultura

3.3.90.00.00.00.00.0080 (42) - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de novembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**Forquilha****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º. 212/PMF/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

EDITAL DE PREGÃO N.º 212/PMF/2014

DATA DA ABERTURA: 08/12/2014 ÀS 09:00 HORAS

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES

FONE: (48) 3463-8121

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 212/PMF/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 02/2014 de 02/01/2014, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na sala de licitações, na Avenida 25 de julho, 3400 - FORQUILHINHA - SC, onde será realizada licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO". O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 53/2013, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

a) Os envelopes contendo as propostas de preços e habilitações serão recebidos pelo Pregoeiro, na sala de Licitações, no prédio da PREFEITURA - situado a Avenida 25 de julho, 3400 - FORQUILHINHA - SC, até o horário previsto para abertura dos mesmos. Não haverá atendimento aos Sábados, Domingos e feriados.

b) Não serão aceitas nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e ou enviadas por qualquer meio, anteriormente à data do vencimento.

c) Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficara automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses, conforme listagem de itens Anexo VI, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no presente edital e seus anexos.

1.2. Os proponentes vencedores, quando solicitados pelo setor de compras do município, deverão atender as seguintes exigências:

a) Os produtos deverão ser fornecidos e entregues, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da licitante de acordo com

as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

b) O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

c) O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias.

d) Os produtos serão transportados por conta e risco da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.

## 2. DA ABERTURA

2.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 08 DE DEZEMBRO DE 2014

HORA: 09:00 Horas

LOCAL: Sala de licitações, no prédio da PREFEITURA - situado a Avenida 25 de julho, 3400, FORQUILHINHA/SC.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação as interessadas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA Municipal de Forquilha, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio.

## 4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lances, ou apenas acompanhar a licitação, com poderes gerais de representação, deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto n.º 3.555 e demais documentos relacionados a seguir:

4.1.1. A proponente deverá apresentar, inicialmente e em separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

4.1.2. O credenciamento (modelo anexo V) far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou

b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social e documento de identificação do representante, com foto; ou

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

4.1.2.1. Os documentos apresentados nos subitens de 4.1.2, "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada.

4.1.3. A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, Declaração para Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo de uso facultativo - (Anexo II do Edital).

4.1.3.1 - Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo II), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal. Ou, ainda, poderá ser entregue na Sessão Pública caso esteja em poder de pessoa presente;

4.1.4. A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso, de interesse da licitante), na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC).

4.1.4.1. A ausência do documento citado em 4.1.4, não implicará na inabilitação da licitante.

4.1.5. A licitante que não se fizer representar na sessão pública do pregão, deverá entregar os documentos solicitados nos itens 4.1.3. e se for o caso 4.1.4. fora dos envelopes ou em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo:

ENVELOPE N.º 3 (Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de Habilitação)

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/PMF/2014

LICITANTE: CNPJ.:

4.1.5.1. O não atendimento do quesito exigido no item 4.1.5., importará na não aceitação da proposta.

4.1.6 - Não atendidos os itens anteriores (4.1.3), implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não;

4.1.7. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

4.1.8 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.1.9 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.1.10 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante, no mesmo item/lote.

4.1.11 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

4.1.12 - em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, momento que poderá ser devolvido, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1- Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

5.2 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Preços" ou "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE N.º 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/PMF/2014  
LICITANTE: CNPJ:

II - envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE N.º 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/PMF/2014  
LICITANTE: CNPJ:

5.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados: no original; ou por cópia com autenticação procedida por tabelião; por servidor designado pela Administração Municipal; ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis).

5.3.1- Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

5.3.2 - Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.3.3 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os materiais, objeto da presente licitação.

5.4 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

## 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE N.º 1)

6.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

6.1.1. ser apresentada em formulário próprio contendo, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos, devendo suas folhas serem rubricadas;

6.1.2. os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de

peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

6.1.3. constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

6.1.4. indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico ("e-mail"), este último se houver, para contato;

6.1.5. A proposta deverá ser apresentada para cada item dentro dos quantitativos máximos previstos neste edital, sob pena de desclassificação;

6.1.5.1 os preços deverão ser expresso em moeda corrente nacional constando apenas de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.  
6.1.5.2. prazo de validade da Proposta de Preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura, sendo este o prazo considerado em caso de omissão;

6.2. As propostas porventura sem data serão consideradas emitidas para o dia do vencimento deste Edital de Licitação.

6.3 - Todo o produto ofertado deverá estar estritamente dentro da ficha técnica apresentada pelo edital.

6.4 - Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. Ocorrendo discrepância entre o valor unitário e total para o objeto do Edital, será considerado o primeiro.

6.5 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.7 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

6.8 - A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

6.9 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

## 7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)

7.1. O licitante deverá apresentar os documentos a seguir descritos, em original, fotocópia autenticada por Tabelião, por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), todos da sede da proponente, em única via:

7.1.1 Declaração expressa do proponente, sob as penas da Lei, da não ocorrência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98, conforme modelo (anexo III).

7.1.2 Declaração do licitante de que não possui em seu quadro



de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em atendimento ao preceito do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de conformidade com a Lei nº 9.854/99, conforme modelo (anexo IV).

7.1.3. Atestado(s) ou certidão(ões) passado(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que o licitante já tenha executado/fornecimento material semelhante ao objeto desta licitação, de modo satisfatório;

7.1.4. Relativos à Habilitação Jurídica:

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a. registro comercial, no caso de empresa individual;
- b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e,
- d. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.5. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certidão conjunta negativa perante a Fazenda Federal e quanto a Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei ;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. (incluído pela Lei nº 12.440 de 2011) (Vigência).

7.1.6 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.1.7. A apresentação das exigências do item 7.1.4 deste edital no credenciamento, ISENTARÁ a apresentação do mesmo item no envelope nº. 02 (de documentação).

7.2. Disposições Gerais da Habilitação

7.2.1. Serão feitas consulta ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando as proponentes dispensadas de autenticá-las.

7.2.2. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "comprovações de solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.2.3. Na ocorrência de a documentação de habilitação não estar completa e correta e contrariar qualquer dispositivo deste Edital de Licitação e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado, caso não consiga fazer sua correção durante a sessão.

## 8. DO RECEBIMENTO E ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES

8.1 A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro e realizada de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Lei complementar 123/2006, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados.

8.2 A empresa que remeter os envelopes por meio postal, deverá obrigatoriamente anexar a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, (conforme item 4.1.3.), sendo que a falta desta observação desclassificará automaticamente a licitante

8.1.2. A Prefeitura Municipal de Forquilha não se responsabilizará por extravios que por ventura venha a ocorrer, por meio de remessa postal.

8.3. No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado:

8.3.1. Realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Quarta do presente Edital.

8.3.2. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

8.4. Abrir-se-ão os envelopes nº 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicados aprazados no Edital.

8.4.1 O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

8.4.2. O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor, ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 ofertas no intervalo de 10% (dez por cento).

8.4.3 Às proponentes classificadas, conforme sub-item 8.4.2, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

8.4.4. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

8.4.5. Fica a critério do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

8.4.6. O pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

8.4.7. Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.4.8. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

8.4.9. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

8.5. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 4 (quatro) dias úteis, improrrogáveis, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.1. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

8.5.2. Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o item 17 deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 8.5 ou 8.6.

8.6. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

8.6.1. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

a) - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) - não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da letra "a" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) - O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

e) - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

f) - Será assegurada, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.7. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.7.1. Será desclassificada a proponente que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;

c) apresentar preços com valor excessivo ou com preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços praticados no mercado da região.

8.7.2 Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o

Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.7.3. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, lote ou global (conforme o caso), será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

8.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

8.9. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

8.10. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1. o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2. o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 4 (quatro) dias úteis, improrrogáveis, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.10.1. Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2. acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

8.11. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando à seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - art 4º XVIII, da lei 10.520/2002, (03 dias consecutivos).

8.11.1. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

8.12. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

8.13. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8.14. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

8.15 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

8.16. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de MENOR PREÇO por item, desde que atendidas as exigências de habilitação e especificações constantes deste Edital.

#### 9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

9.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão.

9.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.1.2 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.1.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se necessário.

9.2 Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contra razões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

9.2.1. A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

9.2.2. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

9.2.3. Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.3. Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber, examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

9.4. É vedada à licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade Superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações, na Avenida 25 de julho, 3400 - Forquilha - SC.

9.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o

encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contra-razões intempestivamente apresentadas.

#### 10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

10.2 Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

#### 11 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/DAS CONTRATAÇÕES

11.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Forquilha.

11.2. Na hipótese do primeiro colocado da licitação não ofertar quantitativo suficiente para atender à quantidade total estimada pela Administração, poderão ser registrados, por seus respectivos preços, tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, conforme disposto no artigo 6º, parágrafo único do Decreto Municipal nº. 53/2013.

11.3. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o valor do primeiro colocado, ou a critério da Administração, registrar o valor cotado pelos demais licitantes conforme disposto no artigo 6º, parágrafo único do Decreto Municipal nº. 53/2013.

11.4. O licitante vencedor por item deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas nesta licitação.

11.5. A recusa injustificada do licitante 1º colocado em atender o disposto no item 11.1., dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

11.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações e no artigo 7º do Decreto Municipal nº. 53/2013.

11.7. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### 12. DAS ALTERAÇÕES E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.  
12.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de



eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços e/ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.2. O fornecedor poderá ter seu registro cancelado, de acordo com disposto no artigo 13 do Decreto Municipal 53/2013.

12.3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o município.

### 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

### 14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e/ou execução dos serviços, na tesouraria do MUNICÍPIO, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas eletrônica, conforme legislação vigente, acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

14.2. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

14.2.1. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente e número da Autorização de Fornecimento correspondente.

14.2.2. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

14.2.3. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

14.3. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos a Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

14.3.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

14.4. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

14.5. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

14.6. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou

inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1- A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

15.3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

15.4 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

15.5 - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.6 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.



**16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

17.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

17.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

17.5. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

17.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na PREFEITURA, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.7. O Prefeito Municipal de Forquilha/SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

17.8. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

17.10. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Forquilha.

17.11. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

17.12. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

17.13. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Minuta da Ata de registro de preços;

Anexo II - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, cfme art. 4º -VII da lei 10.520;

Anexo III - Declaração de Inexistência de fato impeditivo de habilitação (modelo);

Anexo IV - Declaração cumprimento com o disposto no inciso XX-XIII do art.7º da const.federal (modelo);

Anexo V - Modelo de Credenciamento;

Anexo VI - Detalhamento dos itens.

17.14. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira,

no Departamento de Compras do Município de FORQUILHINHA no Paço Municipal 26 de ABRIL, sito a Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones: (48) 3463-8121 e ou fone/fax (48) 34638123.

PAÇO MUNICIPAL "26 DE ABRIL", 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

PREGOEIRA

ANEXO I - EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/PMF/2014

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/PMF/2014

(Referente Pregão Presencial nº. 212/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX, expedida pelo XXXXX, e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, brasileiro, CI xxxxxx, CPF xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. XXX/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

**Cláusula Segunda - Dos preços Registrados**

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

**Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar,

necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou

fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente

demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 212/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima

##### Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, XX de XXXXXXXX de 20XX.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: XXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXX

**ANEXO II**  
Pregão 212/PMF/2014**DECLARAÇÃO**

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

Empresa: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)**ANEXO III**  
Pregão 212/PMF/2014**"MODELO"****RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**  
C.N.P.J.  
ENDEREÇO**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 212/PMF/2014, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ .

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante.

**ANEXO IV**  
Pregão 212/PMF/2014**"MODELO"****RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**  
C.N.P.J.  
ENDEREÇO**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XX-XIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

Para fins de participação, no Edital de Pregão Nº 212/PMF/2014, em cumprimento com o que determina o Art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ .

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.

**ANEXO V**  
Pregão 212/PMF/2014**Credenciamento**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, a participar da Licitação instaurada pelo Município de Forquilha, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, inscrita sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Carimbo e assinatura do credenciante



## ANEXO VI - DETALHAMENTO DOS ITENS - PREGÃO 212/PMF/2014

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD
1	Água sanitária 5 litros com teor mínimo de 2,0% de cloro ativo, hidróxido de sódio, cloreto, cor incolor, Produto biodegradável, bactericida e germicida, deverá apresentar no rótulo no mínimo: data de validade, dados do fabricante, marca, precauções, modo de usar e composição do produto, embalagem individual em plástico resistente (que não estoure no empilhamento e de acordo com a ABNT/NBR 13390/05/1990) de material flexível e, validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega de cada pedido. Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	GL	2150
2	Alcool gel 70 para higienização, tipo etílico, antisséptico e bactericida, aroma neutro, acondicionado em embalagem de 5 litros (galão). Na embalagem do produto deverá constar data de fabricação, da validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega, e número do lote. Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	GL	300
3	Amaciante para roupas componente ativo cloreto de diesteril dimetil anônio, benzoisotiazolinona, essência, água e corante vermelho rhodamina ci 45170. acondicionados em embalagens de 5 litros; Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	GL	400
4	Balde Plástico 5 litros cor branco ou transparente.	Und	150
5	Balde Plástico 15 litros cor branco ou transparente.	Und	150
6	Bobina em plástico para freezer 5 litros com 100 unidades, composição de 80% de pead e 20% de pebol.	RL	700
7	Cera líquida incolor polietileno, polifilm, coadjuvantes aplicação em pisos em todos os tipos de autotráfego em embalagens de 750ml (frascos); Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	FR	1550
8	Cera automotiva para proteção da tinta do carro, em acordo com a legislação vigente, frascos com 200 g	FR	30
9	Cloro a teor de cloro ativo de 3,9 a 5,6 %, hipoclorito de sódio, tensoativo aniônico, alcalizante e veículo. acondicionados em embalagens de 5 litros; Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	GL	1800
10	Coador de pano para café, tamanho G e com cabo de madeira	UN	100
11	Copo Plástico (material poliestireno) descartável, capacidade 180ml, cor branca, caixa com 25 pacotes com 100 unidades cada, com no mínimo 0,17 mm de espessura. Padrão ABNT/INMENTRO	CX	300
12	Copo Plástico (material poliestireno) descartável, capacidade 50 ml, cor branca, caixa com 25 pacotes com 100 unidades cada, com no mínimo 0,17mm de espessura. Padrão ABNT/INMENTRO	CX	30
13	Desinfetante fragrância pinho com Bactericida e germicida para limpeza e desinfecção em cabine sanitária com ação desodorizante, antialérgico, neutro e não tóxico. Composição: cloreto de benzalcônio, formol inibido, tensoativo não iônico, acidificante, fragrância, corante e água. Princípio Ativo: Cloreto de Benzalcônio, (Tensoativo Catiônico, teor 0,20% a 1,15%) O produto deverá apresentar rotulo com: modo de usar, precauções, composição e validade. Embalagem de 5 litros data de validade e fabricação indicadas no produto validade mínima de 18 meses a contar da data de entrega de cada pedido, Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	GL	2100
14	Desengordurante, limpa e remove rapidamente toda a sujeira e gordura, sem esforço, e ainda deixa um suave perfume. Indicado para limpeza de fogões, azulejos, fórmicas, pias, micro-ondas, exaustores, geladeiras e outras superfícies laváveis. Embalagem com 500 ml.	FR	50
15	Detergente clorado, componente ativo: a quil benzeno, sulfato de sódio linear, tensoativo, aniônico, alvejante, espessante, essência e alcatinizante. acondicionados em embalagens de 5 litros. Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	GL	1500
16	Detergente Líquido, concentrado para lavar louças manualmente, neutro, testado dermatologicamente, biodegradável, concentrado com aspecto líquido viscoso e transparente, PH 5,5 a 8,5, embalado em frasco de 5 litros em plástico flexível, incolor e resistente. Princípio Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio, especificações, indicações, precauções. Constar, CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, registro ou notificação válidos no MS/ANVISA, bem como a composição química, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente validade mínima de 24 meses a partir da data da entrega de cada pedido. Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	GL	2130
17	Detergente Desincrustante Alcalino - Desengraxante líquido altamente alcalino, indicado para a remoção de graxas e gorduras em elevada concentração, deve conter formulação altamente sofisticada, assegurando elevada capacidade de emulsionamento e saponificação das gorduras, matérias-primas totalmente solúveis em água, atuar com a mesma eficiência em água com qualquer nível de dureza de água, biodegradável. Deve conter aspecto Líquido vermelho alaranjado, pH (Puro a 25°C) entre 13,5. Diluição do produto entre 2 e 4%, Componentes: Tensoativos aniônicos, alcalinizantes, espessante, hidrótopo, sequestrante, corantes e veículo. Princípio Ativo: Hidróxido de Sódio. Apresentar Boletim Técnico, FISPQ e Registro junto a ANVISA. Galão de 50 litros.	GL	20
18	Detergente para lavar veículos desde motores e chassis, até a delicada pintura externa. Produto com grande poder de deslizamento, inofensivo a borrachas, plásticos e vinil. PH entre 7,5 e 9,5. Com registro na ANVISA ( Galão de 50 litros )	GL	5
19	Escova para limpeza; sanitária; tipo lavatina (vassourinha); base De madeira; base com 4cm de diâmetro; com cerdas em fibra de nylon Sintético; sem alça; cabo de madeira; medindo no mínimo 20 cm (comprimento); mínimo de 15 cerdas por tufo	UN	70
20	Esponja de fibra sintética em poliuretano, dupla face para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 110 mm X 75 mm X 20 mm. Composição e informação do fabricante estampada na embalagem. Embalada.	Un	8200
21	Esponja de lã de Aço carbono para limpeza de louças, talheres, etc.... Composição e informação do fabricante estampada na embalagem. Pacote contendo 08 unidades, peso líquido 60 gramas	un	1700
22	ESCOVA para mamadeira Composição: 60% polipropileno 22% nylon 18% arame de aço galvanizado pois possui uma esponja na sua ponta que alcança os pontos mais difíceis da mamadeira, removendo resíduos alimentares e evitando o desenvolvimento de bactérias prejudiciais à saúde do seu bebê.	Und	40
23	Escova para vaso sanitário c/ suporte	Und	100

24	Escova de unha	Und	50
25	Esponja de aço reforçada para uso doméstico em pacote com uma unidade.	Und	600
26	Espanador de pó grande	Und.	16
27	Filtro de papel descartável, com micro furos e dupla costura lateral, tamanho médio nº 103 para coar café, caixa com 30 filtros.	Cx	500
28	Flanela tamanho grande aprox. 35X50 cm. 100% algodão. Na cor branca.	Und	600
29	Limpa vidro, tipo líquido. Cor incolor/azul. Frasco plástico de 500 ml, com gatilho.	Fr	250
30	Limpador decapante para alumínio - Limpador líquido ácido, indicado para a remoção da oxidação nas superfícies de alumínio, com matérias ativas e aditivos concentrados, garantindo eficiência de ação, matérias-primas devem ser totalmente solúveis em água, atuar com a mesma eficiência em água com qualquer nível de dureza de água. Deve conter aspecto Líquido semi-viscoso incolor, pH (Puro a 25°C) entre 0,5 a 2,5. Diluição do produto entre 2 e 4%, Componentes: Tenso ativo aniônico, ácidos inorgânicos, corantes, coadjuvantes e veículo. Princípio Ativo: Ácido Fosfórico e Ácido Clorídrico. Apresentar Boletim Técnico, FISPQ e Registro junto a ANVISA. Galão de 50 litros.	GL	12
31	Lixeira plástica de 12 litros s/ tampa	UN	50
32	Lustra móveis 200 ml	Fr	20
33	Multi inseticida aerossol, contra mosquitos, embalagem com 300 ml.	Fr	20
34	Odorizador ambiental, aerossol, sem CFC.Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 400 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde	FR	40
35	Preteador para pneus, galão de 5 lt	GL	30
36	Fósforo. Produto não perecível. Composição: fósforo, donato de potássio cocoglutinantes, aprovado pelo Inmetro, tradicional. Caixa contendo 240 palitos longos.	CAIXA	210
37	Pá coletora de lixo plástico resistente, com coletor medindo aprox.26cm e cabo de 01 metro	UN	90
38	Palha de aço inox reforçada para uso doméstico em pacote com uma unidade.	UN	40
39	Pano de copa e cozinha, em algodão 0,80x0,50cm,100% algodão na cor branca com bainha, com peso mínimo 50g e embaladas individualmente.	UN	500
40	Papel Higiênico 30m, fardo com 64 unidades, folha simples na cor branca, não reciclado, com 100% fibras naturais com gramatura mínima de 18 gr/2 picotado e gofrado, cor branca macio e sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel. Embalagem com boa visibilidade do produto, laudo microbiológico dentro da validade, portaria 1480 de 31/12/1990. Deve apresentar certificado microbiológico referente ao ano 2013.	FARDO	2000
41	Papel toalha com multipicotes contendo 60 folhas duplas de 22 cm X 20cm cada100% fibras celulósicas branco (fardo com 24 rolos)	FARDO	160
42	Papel toalha INTERFOLHADO, gramatura mínima 32g/m2, alta alvura,40 a 60 de celulose, sem pigmentação, com duas dobras, tamanho aproximada 20x21,5cm. Pacote com 1000 folhas, não reciclado. Fardo com 5 pacotes. Deve apresentar certificado microbiológico.		270
43	Papel toalha em bobina, 100% celulose, caixa com 6 rolos com 200 metros cada.	CX	250
44	Passador de cera; modelo aplicador com cabo em alumínio de 1,50m(compr.) Luva de tecido apoluciado sintético; medindo 7/8 x 30(diam.x compr.); formato em T tipo rodo	UN	110
45	Prendedor de roupa madeira c/ 12 unidades;	PCT	110
46	Rodo com tamanho de 35 cm com o corpo fabricado em polipropileno de alta resistência e lâmina dupla de borracha natural. Cabo com 1,40 m, moldado em alumínio anodizado,	Un	190
47	Rodo com tamanho de 55 cm com o corpo fabricado em polipropileno de alta resistência e lâmina dupla de borracha natural. Cabo com 1,40 m, moldado em alumínio anodizado,	UN	200
48	Sabão em barra tipo glicerinado, neutro, acondicionado em embalagem plástica com 5 unidades de 200gramas cada barra; registro na anvisa. validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	PCT	750
49	Sabão em pó com amaciante atomizado (granulado). Composição: tensoativo aniônico o biodegradável, tamponantes, coadjuvantes, corantes, enzimas, sinergista branqueador óptico, essência, água alvejante e carga. Princípio ativo: Linear Alquilo Benzeno Sulfonato de Sódio. O Produto deverá apresentar: Rótulo indicando data de validade, dados do fabricante, marca, precauções, composição do produto e peso líquido. O Produto deverá ter validade de 18 meses a partir da data do pedido de entrega..Embalagens primárias em caixa de cartolina com 1 Kg acondicionado em caixa de papelão resistente. Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	UN	1650
50	Sabão líquido alquil benzeno sulfonato de sódio linear, lauril éter sulfato de sódio, dietanolamina de ácido graxo de coco, tripoli-fosfato de sódio, hidróxido de sódio, sulfato de magnésio, benzoisotiazolinol, branqueador óptico, essência e água.	GI	310
51	Sabonete infantil em barra de 90 gr, na cor branca.	UN	600
52	Sabonete líquido Lauril éter sulfato de sódio, coco amido propil, betaina, perfume, base perolada, ácido cítrico, cloreto de sódio, conservante e corante. Galão contendo 5 litros deve estar em conformidade com normas sanitárias vigentes, devidamente emitidas pelo órgão fiscalizador competente, Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	GL	590
53	Sabonete Refil Para Saboneteiras. Com Bico De Borracha.	UN	200
54	Saca de algodão alvejado 100% algodão, para limpeza, medindo aproximadamente 61 cm e 48 cm e costura nas laterais, super resistente, com peso mínimo de 190 gr.	UN	1350
55	Saca de algodão, cor crua para limpeza, medindo aproximadamente 70 cm de altura e 50 cm de largura e costura nas laterais, com peso mínimo de 190 gr.	UN	500

56	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo com 5 unidades, com capacidade de 100 litros, medindo aproximadamente 75cm x 105cm, na cor preta. Conforme normas da ABNT.	PCT	9650
57	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno, com capacidade de 15 litros, medindo aproximadamente 97cm x 58cm, a cor pode ser todas menos branca. Pacote com 100 unidades, conforme normas da ABNT.	PCT	800
58	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno, com capacidade de 30 litros, medindo aproximadamente 39cm x 62cm, a cor pode ser todas menos branca. Pacote com 100 unidades, com mínimo 5mc, conforme normas da ABNT.	PCT	3450
59	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo com 10 unidades, com capacidade de 50 litros, medindo aproximadamente 63 cm x 80cm, a cor preta Conforme normas da ABNT.	PCT	10.370
60	Saca plástico de lixo preto de 150 litros (Pacote com 50 unid)	PCT	100
61	Saca plástico de lixo reforçado preto de 200 litros (Pacote com 100 unid)	PCT	20
62	Saponário cremoso limpador concentrado, ideal para deixar superfícies esmaltadas, cromadas, de aço inox, porcelana e louças profundamente limpas. Composição: Tensoativo Aniônico, Agente Abrasivo, Agente Branqueador, Alcalinizantes e Fragrância. Componente Ativo: Ácido Tricloroisocianúrico. 300ML. Possuir e Apresentar Registro na ANVISA.	UN	1890
63	Toalha de banho, inferior para limpeza, de 0,60x1,00m	UN	850
64	Toalha de rosto inferior para limpeza 45x70 cm;	UN	220
65	Vassoura esfregão de nylon curto de 35 cm base e cabo de madeira, medindo aproximadamente 1,20 metros fixação do cabo com sistema de rosca.	UN	200
66	Vassoura com cerdas de aparação curva de nylon de aproximadamente 10 cm de comprimento com no mínimo 64 tufos, com 25 fios por tufo, pontas desfiadas (plumadas), base em Polipropileno, fixação do cabo com sistema de rosca, cabo em metal plastificado, medindo aproximadamente 1,20 metros.	UN	970
67	Vassoura plástica para grama, com 22 palhetas. Dimensões da Vassoura: Largura: 56 cm Comprimento: 40 cm. Dimensões do cabo: Comprimento: 1,20 cm, Espessura: 2,3 cm	U N	60

1. A licitante deverá apresentar amostra dos itens que for apresentar proposta 03 (três) dias úteis antes da abertura da Licitação (01/12/2014), para que o setor competente (Secretaria de Administração) teste-os e qualifique ou não, sob pena de desclassificação).

1.1. Para os produtos (marcas) pré-qualificados da listagem constante acima, não é necessário enviar amostras.

2. Antes da abertura da Licitação, todas as licitantes que retiraram o edital, poderão solicitar informações via fax ou e-mail da qualificação, ou não, das amostras que trata o item 1 deste anexo.

## **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 213/PMF/2014**

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 213/PMF/2014.

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada para destinação final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário devidamente licenciado, do município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de dezembro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, por e-mail [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) e [licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:licitacoes@forquilha.sc.gov.br) ou pelo site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br).

Forquilha/SC, 17 de novembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### ADITIVO.593.2014

TERMO ADITIVO Nº 593, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 577/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/07/2014 a 30/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 24 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

BEATRIZ APARECIDA GOMES DOMINSKI RIBEIRO  
Contratado

### ADITIVO.594.2014

TERMO ADITIVO Nº 594, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 506/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/04/2014 a 14/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 28 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

IVETE CORRÊA FRAGOSO SAVIAN  
Contratado

### ADITIVO.595.2014

TERMO ADITIVO Nº 595, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 537/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/06/2014 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na

presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 29 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ADRIANA APARECIDA RODRIGUES  
Contratado

### ADITIVO.596.2014

TERMO ADITIVO Nº 596, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 644/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/10/2014 a 10/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/11/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 31 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

TAMARA BALTEZAN FERREIRA  
Contratado

### ADITIVO.597.2014

TERMO ADITIVO Nº 597, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 584/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/08/2014 a 03/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

CINTIA RAMOS  
Contratado

### ADITIVO.598.2014

TERMO ADITIVO Nº 598, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 580/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/07/2014 a 03/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

JOCELIA CAMARGO DA SILVA

Contratado

#### **ADITIVO.599.2014**

TERMO ADITIVO Nº 599, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 517/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/05/2014 a 03/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 03 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

LUCIANA CORREA BECKER

Contratado

#### **ADITIVO.600.2014**

TERMO ADITIVO Nº 600, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 588/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/08/2014 a 04/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 04 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

CLEUZA DIAS DE OLIVEIRA

Contratado

#### **ADITIVO.601.2014**

TERMO ADITIVO Nº 601, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 623/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/09/2014 a 14/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 06 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

NORACI DE MAIA VANZ

Contratado

#### **ADITIVO.602.2014**

TERMO ADITIVO Nº 602, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 446/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2014 a 20/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 06 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

JULIANA HASS TEODORO

Contratado

#### **ADITIVO.603.2014**

TERMO ADITIVO Nº 596, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 644/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/10/2014 a 10/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/11/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 31 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

TAMARA BALTEZAN FERREIRA

Contratado

**ADITIVO.604.2014**

TERMO ADITIVO Nº 604, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 620/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/09/2014 a 16/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 13 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

RODRIGO DOS ANJOS MOTTA  
Contratado

**ADITIVO.605.2014**

TERMO ADITIVO Nº 605, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 448/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/03/2014 a 30/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

EDMILSON CAMARGO ROQUE  
Contratado

**ADITIVO.606.2014**

TERMO ADITIVO Nº 606, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 421/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/03/2014 a 30/11/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JEFFERSON JULIANO MACHADO CARLIM  
Contratado

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 0029\_2014-SF**

Aviso do Pregão Presencial nº 0029/2014 - SF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de equipamentos para ampliação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), para tratamento conjunto de resíduos de tanques sépticos coletados pelo caminhão limpa fossas e do esgoto sanitário do bairro Jardim América. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 10:15 horas do dia 28.11.2014. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 14 de novembro de 2014.  
Eloi Regalin  
Presidente da SANEFRAI

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0147\_2014-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0147/2014 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de kit câmera para utilização nos veículos ônibus e microônibus de uso do transporte escolar do município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 04.12.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 17 de novembro de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2041/2014**

PORTARIA N.º 2.041 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 01292/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JUSSARA BRIDI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.779.249-66, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DA COORDENAÇÃO ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2042/2014**

PORTARIA N.º 2.042 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01293/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANO PEDRO DA CUNHA, brasileiro, convivente em união estável, inscrito no CPF sob o nº 932.248.859-04, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Galvão****PREFEITURA****PROCESSO FUNSAU 010/2014****EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 010/2014, Edital de Carta Convite 003/2014, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 25 de novembro de 2014, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA NAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO; DETALHAMENTO E/OU REVISÃO, ADAPTAÇÃO DE PROJETOS; ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E APOIO A SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA I, II E III ETAPA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme descrição no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 17 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

**Garopaba****PREFEITURA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 55/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo; ao Contrato nº 55/2013; Processo nº. 155/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 08.801.232/0001-50. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 55/2013 por 180 (cento e oitenta) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 01/09/2014.

**PORTARIA N.º 940/2014.**

PORTARIA N.º 940, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 017/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

**RESOLVE,**

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: SÉLIO DEFREYN, mat. 5516, GILMAR PACHECO, mat. 0016 e TIAGO MEDEIROS, mat. 5609 para, sob a presidência do primeiro, efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 017/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



**PORTARIA N.º 941/2014.**

PORTARIA N.º 941, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Relatório Final referente ao Processo Sindicante, Portaria n.º 554/2014 e Parecer Jurídico nº 59/2014 encerrou-se na denúncia do servidor JULIO DE SOUZA, Motorista, Matrícula Funcional n.º 3711, indicando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Processo Sindicante, Portaria n.º 554/2014.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores LEANDRO IZALDO SILVA, ALESSANDRA DINIZ GREGÓRIO, CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA para sob a presidência do primeiro e secretariada por JULIANA APARECIDA LUIZ, conduzirem o Processo Administrativo, de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. DESIGNAR para assessoramento técnico, a Senhora LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, representando a Assessoria Jurídica.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 17 de novembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**DECRETO Nº 169/2014**

DECRETO N.º 169, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 21.667,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

**DECRETA,**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 21.667,00 (vinte e um mil seiscentos e sessenta e sete reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	15.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	15.000,00
3.3.90.0.1.22.001050 - Aplicações Diretas	15.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.427,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.427,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social	6.427,00
3.3.90.0.1.29.001057 - Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.0.1.29.001058 - Aplicações Diretas	1.427,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	250,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	250,00
3.3.90.0.2.14.000074 - Aplicações Diretas	250,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 21.667,00 (vinte e um mil seiscentos e sessenta e sete reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de novembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 079/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Registro de Preços para contratação de clínica/empresa médica especializada para a realização de exames médicos e complementares para emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) admissional, demissional e periódico de funcionários da Prefeitura Municipal, conforme Memorial Descritivo e Planilha anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 01/12/2014 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 14 de novembro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1848/2014

LEI Nº 1848, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT/BNDES, através do Banco do Brasil, na qualidade de agente financeiro, e dá outras providências."

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Garuva autorizado a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES junto ao Banco do Brasil, até o valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), observadas as disponibilidades legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pelo Banco do Brasil e pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º, do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de

crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretroatável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os arts. 158 e 159, inciso I, alínea "b", e § 3º, da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los. § 1º - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizado a transferir, a conta e ordem do BNDES, os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º - Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, deste artigo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação do Banco do Brasil, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3º - Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4º - Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados com os recursos provenientes do BNDES e com os recursos próprios de contrapartida, quando for o caso, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único, do art. 20, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1847/2014

LEI Nº 1847, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

"ALTERA O PROGRAMA CAMINHO DA ROÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Garuva/SC autorizada a criar, no âmbito do Município de Garuva, o Programa Caminho da Roça, com objetivo de revitalizar e adequar às estradas internas



das propriedades rurais através do fornecimento de material para o revestimento de buracos e atoleiros.

Art. 2º - São objetivos do programa:

I. Melhorar as condições de tráfego das estradas internas às propriedades rurais;

II. Diminuir os custos de produção;

III. Otimizar os meios de trabalho e locomoção;

IV. Preservar o meio ambiente evitando as erosões;

V. Aumentar a renda do produtor;

VI. Incentivar e contribuir para permanência e fixação do homem no campo;

VII. Melhorar a qualidade e agregar valor à alimentação familiar;

VIII. Permitir a inclusão social do pequeno agricultor.

Art. 3º - São beneficiários do programa, os produtores que:

I. Explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II. Gerem renda ou subsistência na propriedade do município;

III. Estejam cadastrados junto a Secretaria de Estratégias Rurais.

IV. Estejam em dia com a Fazenda Municipal.

Art. 4º - A operacionalização do Programa dar-se-á, observando-se necessariamente os itens abaixo:

I. O produtor interessado nos benefícios desse programa deverá se inscrever junto a Secretaria de Estratégias Rurais;

II. Após a inscrição o requerente receberá visita técnica para elaboração de laudo, que mencionará as recomendações ambientais, os locais onde deverá ser utilizado o material (saibro, seixo rolado, bica corrida, rachão, macadame, etc.), bem como indicará a quantidade necessária de material a ser utilizado na propriedade;

III. Os laudos técnicos serão elaborados em duas vias por um profissional qualificado com registro no CREA-SC funcionário da Secretaria de Estratégias Rurais assinado pelo técnico e pelo beneficiário, onde a primeira via será destinada ao beneficiário e a segunda arquivada na Secretaria de Estratégias Rurais;

IV. Cabe ao beneficiário a distribuição do material (saibro, seixo rolado, bica corrida, rachão, macadame, etc.) em sua propriedade de acordo com o laudo elaborado;

V. A Secretária de Estratégias Rurais de Garuva será responsável pela fiscalização da correta utilização do material (saibro, seixo rolado, bica corrida, rachão, macadame, etc.) concedido;

VI. O Programa tem como prioridade a igualdade de tratamento entre todos, sendo limitado ao máximo de 30 m³ (trinta metros cúbicos) por ano de material (saibro, seixo rolado, bica corrida, rachão, macadame, etc.) por propriedade;

VII. O atendimento se dará por ordem cronológica de acordo com a sequência de inscrições, encerrando com o fim de recursos disponíveis ao programa;

VIII. A Secretaria de Estratégias Rurais será responsável pelo depósito do material na propriedade, desde que haja acesso ao transporte.

Art. 5º - O Produtor se compromete a:

I. Receber as águas de escoamento das estradas e caminhos, desde que tecnicamente conduzidas pela Administração Pública;

II. Conservar os marcos de sinalização das estradas e caminhos implantados, comunicando eventuais ocorrências imediatamente à Administração Pública;

III. Manter áreas lindeiras às estradas ou caminhos públicos livres de ervas daninhas, pedras, tocos ou qualquer outro material indesejável e fazer a roçada quando necessário;

IV. Escoar ou despejar excessos de águas pluviais em sua propriedade, nunca nas estradas ou caminhos públicos;

V. Manter transitável o leito carroçável ou acostamentos, nas estradas ou caminhos públicos, não descartando ervas daninhas, restos de culturas ou qualquer outro material que prejudique a sua boa conservação e manutenção;

VI. Manter livre a passagem das águas pluviais pelos canais de escoamento abertos pela Prefeitura Municipal ao longo das estradas e caminhos públicos;

VII. Em hipótese alguma comercializar o saibro recebido.

Art. 6º - O beneficiário do Programa deverá permitir a qualquer momento a fiscalização dos serviços pela administração pública municipal. Verificada irregularidades por parte dos beneficiários ou dos fornecedores de material, será cobrado uma multa de 1.000 UPM's por irregularidade, e o mesmo responderá criminalmente.

Art. 7º - Compete ao Executivo Municipal regulamentar por Decreto, os procedimentos administrativos para a aplicabilidade da presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da sua aprovação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, em especial a Lei 1.686 de 30 de abril de 2013.

José Chaves

Prefeito Municipal

## LEI Nº 1849/2014

LEI Nº 1849, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 154.995,08 (cento e cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e oito centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.243.1026.1030 - Construção da Casa de Acolhimento	4490 - 01.24.55	R\$ 154.995,08
---	--------------------	----------------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 7795.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 169/2014

DECRETO Nº 169 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1849, de 13/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 154.995,08 (cento e cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e oito centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.243.1026.1030 - Construção da Casa de Acolhimento	4490 - 01.24.55	R\$ 154.995,08
---	-----------------	----------------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo

1o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 7795.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

## Gaspar

### PREFEITURA

#### **EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 02/2014 – SEMED**

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 02/2014 - SEMED

CONVENIENTES - O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Educação e a entidade Lar Maria de Nazaré, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 83.779.074/001-03.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais), para o desenvolvimento do Projeto "Manutenção do Lar Maria de Nazaré", conforme plano de trabalho aprovado pela Resolução 04/2014 - COMED.

DESPESA - O pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Valor: R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais)

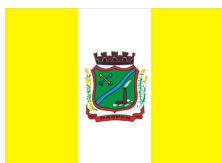
Programa: 0009 - Gestão de Educação Infantil

Atividade: 2038 - Manutenção de Educação Infantil

Elemento da Despesa: 3.3.3.5.0.43.00.00.00

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - Doze meses a partir da publicação desde extrato na imprensa oficial.

DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 18 de novembro de 2014 - Marlene Almeida, pela Secretaria Municipal de Educação, e Sidney Vieira - CPF 963.464.189-04.

**LEI Nº 3.612, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014****MUNICÍPIO DE GASPAR**

**LEI Nº 3.612, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**ALTERA ANEXO DA LEI Nº 3.525, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017.**

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam alterados os Anexos I e II da Lei nº 3.525, de 19 de agosto de 2013, que dispõe sobre o plano plurianual do Município de Gaspar para o quadriênio 2014-2017, em sua totalidade, sendo substituídos pelos os que acompanham a presente Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 04 de novembro de 2014.

**PEDRO CELSO ZUCHI**  
Prefeito

**Código do Programa 0001**

**Descrição do Programa Manutenção do Legislativo**

**Objetivo:** Manutenção e melhoria dos trabalhos do Legislativo na execução de suas atividades com relação às funções de legislar, fiscalizar, julgar, reivindicar e administrar

**Diretriz:** Proporcionar condições ideais à realização dos trabalhos administrativos e do processo legislativo da Casa, via gestão de recursos financeiros, materiais e de pessoal

**Órgão:** Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar

**Público Alvo:** Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2002** Folha de Pagamento e Encargos Sociais 12.762.750,00 Fiscal

**2004** Manutenção das Atividades em Geral 2.807.805,00 Fiscal

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

**2006** Aquisição e Locação de Softwares 204.204,00 Fiscal

**1001** Aquisição de Materiais Permanentes 255.255,00 Fiscal

**2008** Realização de Concurso Público 60.000,00 Fiscal

**2010**

Treinamento e desenvolvimento de

Pessoal 178.678,50 Fiscal

**2012** Publicidade do Legislativo 464.100,00 Fiscal

**Código do Programa 0002**

**Descrição do Programa Programa Vereador Mirim**

**Objetivo:** Possibilitar aos vereadores que compõem a Câmara Mirim meios eficientes para atingir os

objetivos do Programa, em especial ao processo eleitoral que ocorre anualmente com alunos de

5ª a 8ª séries nos educandários do Município.

**Diretriz:** Contratação de serviços terceirizados para o período das eleições escolares e manter as

demaís atividades do processo legislativo mirim.

**Órgão:**Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar e a Coordenação do Programa.

**Público Alvo:**Alunos, professores,diretores e pais das escolas do Município de Gaspar que atendam

5ª a 8ª séries.

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2014** Manutenção do Programa Vereador Mirim 76.576,50 Fiscal

**2016**

Despesas com Processo Eleitoral do Programa

Vereador Mirim 76.576,50 Fiscal

**Código do Programa 0003**

**Descrição do Programa Aquisição/Construção da Sede Própria**

**Objetivo:** Aquisição/Construção de imóvel urbano, sede própria do legislativo, que abrigue todas as

dependências necessárias ao desenvolvimento eficaz das atividades legislativas, de

administração e de apoio, num espaço até de 4.500m².

**Diretriz:**Aquisição/Construção de Imóvel e compra de Mobiliário para futura sede própria.

**Órgão:**Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

**Público Alvo:**Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral.

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1003** Aquisição/Construção de Imóvel 6.845.475,00 Fiscal

**1007** Aquisição de Materiais Permanentes 300.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0025

### **Descrição do Programa Gestão do SAMAE**

**Objetivo:** Ampliar e melhorar os serviços de saneamento para melhor atender os usuários

**Diretriz:** Manter os serviços necessários para um bom desempenho do saneamento no município

**Órgão:** SAMAE

**Público Alvo:** Usuários do SAMAE

### **Anexo I Valores Monetários**

#### **Código da**

### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2110** Manutenção da Estrutura administrativa Autarquia 26.100.000,00 Fiscal

**2112** Construção de Reservatórios 630.000,00 Fiscal

**1153** Aquisição de Veículos 570.000,00 Fiscal

**2114** Coleta de Lixo 19.559.000,00 Fiscal

**2116** Ampliação e Manutenção da rede de água e esgoto 16.208.000,00 Fiscal

**1155** Aquisição de Imóvel e Construção da Sede 750.000,00 Fiscal

**2118** Manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos 1.580.000,00 Fiscal

**1157** Aquisição de Bombas, Equipamentos e Móveis 220.000,00 Fiscal

**1159** Esgoto Sanitário 1.000.000,00 Fiscal

**1141** Consórcio Público AGIR 353.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0007

### **Descrição do Programa Reserva de Contingência**

**Objetivo:** Atender os Passivos Contingentes e as situações de calamidade pública

**Diretriz:** Destinar recursos orçamentários para reservas de contingência

**Órgão:** SAMAE

**Público Alvo:** Administração Indireta e Cidadão Gasparense

### **Anexo I Valores Monetários**

#### **Código da**

### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2999** Reserva de Contingência 200.000,00 Fiscal  
618.000,00 Fiscal

Construção de um Centro de Especialidades em

**1161** Saúde Policlínica

**Código do Programa** 0026

### **Descrição do Programa Gestão do Fundo Municipal de Saúde**



## MUNICÍPIO DE GASPAR

**Objetivo:**Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde

**Diretriz:**Promover ações e serviços na área da saúde envolvendo as três esferas de governo, promover ampliação, manutenção e equipamentos nos serviços de saúde.

**Órgão:**Secretaria Municipal de Saúde

**Público Alvo:**População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2190**

Equipar o Centro de Especialidades em saúde - policlínica 150.000,00 Fiscal

**2122**

Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica 19.134.843,83 Fiscal

**1163** Construção e Reforma das Unidades de Saúde 3.200.000,00 Fiscal

**2128**

Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde 2.303.862,12 Fiscal

**2132**

Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as Ações do CAPS e CAPS AD 1.826.292,65 Fiscal

**2134**

Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro 13.967.172,69 Fiscal

**Código do Programa** 0026

**Descrição do Programa** Gestão do Fundo Municipal de Saúde

**Objetivo:**Desenvolver ações de promoção, prevenção e assistência à saúde

**Diretriz:**Promover ações e serviços na área da saúde envolvendo as três esferas de governo, promover ampliação, manutenção e equipamentos nos serviços de saúde.

**Órgão:**Secretaria Municipal de Saúde

**Público Alvo:**População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2138**

Ampliar, manter e equipar as Ações de Média e Alta Complexidade 7.688.314,63 Fiscal

**2140**

Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos conforme preconiza a NOAS/SUS 3.965.040,21 Fiscal

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)





## MUNICÍPIO DE GASPAR

### **1167**

Ampliar a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde 299.000,00 Fiscal

### **2152**

Ampliar, Manter, Equipar o Fundo Municipal de Saúde 56.829.110,51 Fiscal

**Código do Programa 0007**

**Descrição do Programa Reserva de Contingência**

**Objetivo:** Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública.

**Diretriz:** Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência

**Órgão:** Secretaria Municipal de Saúde

**Público Alvo:** Administração Direta e Cidadão Gasparense

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2999** Reserva de Contingência 50.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0029**

**Descrição do Programa Gestão na Área de Desenvolvimento Social**

**Objetivo:** Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de

vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto

da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso e demais regulamentos da Política de Assistência

Social.

**Diretriz:** Executar os serviços sócio assistenciais com foco na família de maneira descentralizada e

participativa, visando prevenção, promoção e proteção social.

**Órgão:** Fundo Municipal de Assistência Social

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2164** Manter ações de Desenvolvimento Social 11.351.634,00 Fiscal

**2192** Manter Proteção Social Básica 1.016.477,00 Fiscal

### **2194**

Manter Proteção Social Especial Média

Complexidade 1.190.084,00 Fiscal

### **2196**

Manter Proteção Social Especial Alta

Complexidade 9.939.929,00 Fiscal

**1189** Aquisição de Material Permanente 93.240,00 Fiscal

**1191** Aquisição de Veículo 299.000,00 Fiscal

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)





## MUNICÍPIO DE GASPAR

**Código do Programa 0029**

**Descrição do Programa Gestão na Área de Desenvolvimento Social**

**Objetivo:** Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso e demais regulamentos da Política de Assistência Social.

**Diretriz:** Executar os serviços sócio assistenciais com foco na família de maneira descentralizada e participativa, visando prevenção, promoção e proteção social.

**Órgão:** Fundo Municipal de Assistência Social

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1193**

Manter BPC – Benefício de Prestação

Continuada 3.500,00 Fiscal

**2180** Convênios com Entidades 124.319,00 Fiscal

**1231**

Construção da sede da SDS – Secretaria de

Desenvolvimento Social 1.501.000,00 Fiscal

**1199** Construção e Implantação de CRAS 4.403.000,00 Fiscal

**1201** Equipar o Centro de Convivência do Idoso 384.000,00 Fiscal

**2166**

Gestão do IGD – Índice de Gestão

Descentralizada 106.559,00 Fiscal

**2168** Gestão de Benefícios Eventuais 1.505.219,00 Fiscal

**Código do Programa 0029**

**Descrição do Programa Gestão na Área de Desenvolvimento Social**

**Objetivo:** Desenvolver serviços voltados a necessidade da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social previstos pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), SUAS, Estatuto da Criança e adolescente e Estatuto do Idoso e demais regulamentos da Política de Assistência Social.

**Diretriz:** Executar os serviços sócio assistenciais com foco na família de maneira descentralizada e participativa, visando prevenção, promoção e proteção social.

**Órgão:** Fundo Municipal de Assistência Social

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC – CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

### **Anexo I Valores Monetários**

#### **Código da**

#### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

##### **1195**

Garantir o funcionamento dos serviços de fortalecimento de vínculos (proteção Básica, média e alta complexidade) 51.000,00 Fiscal

##### **1197**

Garantir adequação do centro de Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, de acordo com a lei de acessibilidade Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2.000. 270.000,00 Fiscal

#### **Código do Programa 0030**

#### **Descrição do Programa Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks**

**Objetivo:** Resgatar a cidadania das crianças e adolescentes em situação de risco social e a demanda

do programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

**Diretriz:** Desenvolver atividades de apoio ao processo pedagógico; realizar capacitação com curso de informática; favorecer a sociabilidade e autoestima através de atividades artísticas.

**Órgão:** Fundo Municipal de Assistência Social

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

### **Anexo I Valores Monetários**

#### **Código da**

#### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

##### **2184**

Garantir funcionamento, Manutenção e Equipamentos para o Centro de Fortalecimento de Vínculos 1.790.957,00 Fiscal

**1213** Adquirir Equipamentos 254.704,00 Fiscal

##### **2186**

Garantir proteção social especial de média e alta complexidade 164.278,00 Fiscal

##### **2188**

Desenvolver programas de segurança alimentar e nutricional 4.440,00 Fiscal

**1217** Construir Quadra Poliesportiva 2.001.000,00 Fiscal

#### **Código do Programa 0007**

#### **Descrição do Programa Reserva de Contingência**

**Objetivo:** Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública

**Diretriz:** Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência

**Órgão:** Fundo Municipal de Assistência Social

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

**Público Alvo:** Administração Direta e Cidadão Gasparense

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2999** Reserva de Contingência 20.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0027**

**Descrição do Programa Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente**

**Objetivo:** Facilitar a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das Ações de atendimento

à Criança e ao adolescente.

**Diretriz:** Executar ações facilitadoras aos programas de proteção especial à Criança e ao Adolescente em situação de risco.

**Órgão:** Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente

**Público Alvo:** Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1175**

Criar e manter programas, projetos, serviços e ações com Entidades 1.984.900,00 Fiscal

**2156**

Manutenção do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente - FIA 1.535.600,00 Fiscal

**Código do Programa 0007**

**Descrição do Programa Reserva de Contingência**

**Objetivo:** Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública

**Diretriz:** Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência

**Órgão:** Fundo Municipal da Infância e Adolescência

**Público Alvo:** Administração Direta e Cidadão Gasparense

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2999** Reserva de Contingência 40.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0028**

**Descrição do Programa Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar**

**Objetivo:** Exercer perante a sociedade a responsabilidade de planejar, organizar e executar as ações que favoreçam o desenvolvimento do esporte e do lazer no Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

**Diretriz:** Envolver a população da cidade de Gaspar, para elaboração de uma política pública de esportes, que contemple a toda comunidade esportiva.

**Órgão:** Fundação Municipal de Esportes

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código**

**da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2158**

Manutenção e Criação de Projetos de  
Rendimento 277.941,00 Fiscal

**1181** Aquisição de Veículos 250.000,00 Fiscal

**1185**

Construção, Ampliação e reforma de espaços  
esportivos 2.270.000,00 Fiscal

**2162**

Manutenção Da Fundação Municipal de  
Esportes, Ginásios, Programas e Eventos 4.991.526,78 Fiscal

**1187**

Aquisição de Equipamento e Material  
Permanente/Equipamento de Academia  
Popular 1.799.572,74 Fiscal

**Código do Programa 0007**

**Descrição do Programa Reserva de Contingência**

**Objetivo:** Atender os passivos contingentes e as situações de calamidade pública

**Diretriz:** Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência

**Órgão:** Fundação Municipal de Esportes

**Público Alvo:** Administração Direta e Cidadão Gasparense

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2999** Reserva de Contingência 20.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0004**

**Descrição do Programa Gestão do Gabinete e Políticas Públicas**

**Objetivo:** Atender as demandas da População do Município de Gaspar.

**Diretriz:** Estruturar as equipes de trabalho para atender as demandas do Procon, GEMADS (Gerência do Meio Ambiente), Superintendência e Defesa Civil.

**Órgão:** Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeita

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2018** Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas 10.415.000,00 Fiscal

**2202** Manutenção da Defesa Civil 1.025.000,00 Fiscal

#### **1009**

Aquisição de Equipamento e Material

Permanente 40.000,00 Fiscal

**2092** Manutenção da Superintendência do Belchior 3.000.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0005**

### **Descrição do Programa Manutenção da Diretoria de Comunicação**

**Objetivo:** Estabelecer um elo entre a instituição junto à comunidade promovendo esclarecimentos e apresentando as ações desenvolvidas pelo Município. A principal tarefa é produzir materiais informativos, gráficos e audiovisuais que promovam a informação de interesse social.

**Diretriz:** O desenvolvimento de materiais e matérias informativos, bem como campanhas publicitárias serão custeados por meio de recursos próprios e oriundos das secretarias municipais de acordo com a necessidade da divulgação.

**Órgão:** Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeita

**Público Alvo:** População Gasparense e Secretarias do Município de Gaspar

### **Anexo I Valores Monetários**

#### **Código da**

### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2020** Manutenção da Comunicação 1.640.000,00 Fiscal

#### **1011**

Aquisição de Equipamentos e Material

Permanente 20.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0020**

### **Descrição do Programa Gestão da Procuradoria do Município**

**Objetivo:** Realizar assessoria jurídica aos Órgãos do Poder Executivo Municipal

**Diretriz:** Utilizar adequadamente a estrutura oferecida pela Municipalidade

**Órgão:** Procuradoria Geral do Município

**Público Alvo:** Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar

### **Anexo I Valores Monetários**

#### **Código da**

### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2100** Manutenção da Procuradoria Geral 11.335.700,00 Fiscal

#### **1127**

Aquisição de Equipamento e Material

Permanente 20.000,00 Fiscal

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

**1129** Aquisição de Veículo 40.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0006

**Descrição do Programa** Gestão da Secretaria de Administração e Finanças

**Objetivo:** Viabilizar a melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão pela Administração Direta do Município.

**Diretriz:** Aumento permanente de arrecadação, programas de capacitação dos servidores públicos e modernização da administração pública.

**Órgão:** Secretaria de Administração e Finanças

**Público Alvo:** Administração Direta e Cidadão Gasparense.

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1013** Modernização Administrativa e Fiscal 4.000.000,00 Fiscal  
**2022**

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças 37.623.000,00 Fiscal

**1045** Encargos Especiais 6.970.000,00 Fiscal

**1015** Aquisição, Construção e Reforma da Sede 5.000.000,00 Fiscal

**1017**

Aquisição de Equipamento e Material

Permanente 670.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0007

**Descrição do Programa** Reserva de Contingência

**Objetivo:** Atender os Passivos Contingentes e as Situações de Calamidade Pública

**Diretriz:** Destinar recursos orçamentários para reserva de contingência

**Órgão:** Secretaria de Administração e Finanças

**Público Alvo:** Administração Direta e Cidadão Gasparense

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2999** Reserva de Contingência 460.000,00 Fiscal

**1303** Aquisição de Veículos 100.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0016

**Descrição do Programa** Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar

**Objetivo:** Salvar vidas, combater incêndios e atendimento pré-hospitalar

**Diretriz:** Parceria do Poder Executivo Municipal nas ações da corporação, dando suporte através dos

recursos provenientes do convênio e estabelecer parcerias com entidades Públicas e Estaduais

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

além das entidades civis organizadas

**Órgão:**Secretaria de Administração e Finanças

**Público Alvo:**Comunidade Gasparense

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**  
**1071**

Aquisição de Equipamento e Material

Permanente 823.000,00 Fiscal

**2080** Apoio à Segurança Pública 823.000,00 Fiscal

**1073** Construção da Sede 119.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0008

**Descrição do Programa** Gestão da Área da Cultura

**Objetivo:** Proporcionar aos Municípios Gasparenses acesso aos mais variados caminhos da cultura.

**Diretriz:**Buscar parcerias em âmbito estadual, federal e com entidades privadas na realização dos eventos e construção de espaços para o desenvolvimento artístico-cultural de nossa cidade.

**Órgão:**Secretaria de Educação

**Público Alvo:**População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**  
**2024** Eventos Culturais 660.000,00 Fiscal

**2026**

Manutenção do Centro

Cultural,Museu,Biblioteca e Casa das

Oficinas 742.420,00 Fiscal

**1019**

Reforma e Ampliação da Casa das Oficinas

Culturais 240.000,00 Fiscal

**1035**

Construção da Sede Própria Biblioteca

Municipal 2.000.000,00 Fiscal

**2030** Biblioteca Itinerante 260.000,00 Fiscal

**2032** Festival Escolar Regional de Dança 180.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0009

**Descrição do Programa** Gestão de Educação Infantil

**Objetivo:** Atender com qualidade as crianças de 0 a 6 anos do Município de Gaspar.

**Diretriz:** Envolvimento da sociedade nas ações da Educação Infantil e participações do governo

Federal Estadual no financiamento de projetos.

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC – CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)





## MUNICÍPIO DE GASPAR

**Órgão:**Secretaria de Educação

**Público Alvo:** Alunos da Educação Infantil

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1021**

Construção, Ampliação e Reforma de  
CDI e Salas Multifuncionais 7.004.000,00 Fiscal

**2038** Manutenção da Educação Infantil 53.792.600,00 Fiscal

**2040** Merenda Escolar 4.043.500,00 Fiscal

**1099** Aquisição de Material Permanente 801.000,00 Fiscal

**1027** Aquisição de Imóveis 400.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0010**

**Descrição do Programa Gestão de Educação de Ensino Fundamental**

**Objetivo:** Atender com qualidade as crianças e adolescentes de 6 a 14  
anos da rede municipal de  
ensino.

**Diretriz:** Envolver sociedade e pais nas ações da Educação do Ensino  
Fundamental e participação  
dos governos federal e estadual nos projetos.

**Órgão:** Secretaria de Educação

**Público Alvo:** Alunos do Ensino Fundamental

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1029**

Construção, Ampliação e Reforma da  
SEMED, Escolas, Quadras Esportivas  
e Laboratórios e Salas Multifuncionais 6.225.700,00 Fiscal

**2042** Manutenção da Educação Fundamental 103.502.850,00 Fiscal

**2044** Transporte Escolar 3.872.810,00 Fiscal

**2046** Merenda Escolar 2.270.000,00 Fiscal

**1177**

Aquisição de Equipamento e Material  
Permanente 821.650,00 Fiscal

**1255** Aquisição de Veículo 90.000,00 Fiscal

**1031** Caminhos da Escola 200.000,00 Fiscal

**1033** Projetos Pedagógicos 200.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0013**

**Descrição do Programa Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e  
Comércio**

**Objetivo:** Identificar e desenvolver identidade turística econômica para a  
cidade, transformando a



## MUNICÍPIO DE GASPAR

Secretaria em órgão propulsor do desenvolvimento econômico e turístico garantindo bem-estar da sociedade.

**Diretriz:** Conscientização e envolvimento da sociedade civil organizada com a participação dos governos em todas esferas, bem como as parcerias público-privadas e ONGs.

**Órgão:** Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2054** Manutenção das Ações da Secretaria 3.485.950,00 Fiscal

**2056**

Transferências às Entidades privadas sem fins lucrativos 276.040,00 Fiscal

**2058** Incentivo Econômico a Empresas 91.000,00 Fiscal

**2060**

Incentivo à Economia

Solidária/Cooperativas/Incubadoras 91.000,00 Fiscal

**2062** Participação em Feiras e Eventos 100.000,00 Fiscal

**1037** Construção de Centro de Eventos/Pórtico 4.245.000,00 Fiscal

**1041**

Aquisição de Equipamento e Material

Permanente 20.000,00 Fiscal

**2066** Manutenção Sábado na Praça 586.860,00 Fiscal

**Código do Programa** 0013

**Descrição do Programa** Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

**Objetivo:** Identificar e desenvolver identidade turística econômica para a cidade, transformando a

Secretaria em órgão propulsor do desenvolvimento econômico e turístico garantindo bem-estar da sociedade.

**Diretriz:** Conscientização e envolvimento da sociedade civil organizada com a participação dos governos em todas esferas, bem como as parcerias público-privadas e ONGs.

**Órgão:** Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2182** Festival de Inverno 2.162.150,00 Fiscal

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

**2068** Gaspar Natal em Festa 726.100,00 Fiscal

**2070** Semana Aniversário do Município 176.400,00 Fiscal

**1043** Projeto Gaspar Cidade Rio 5.520.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0021

**Descrição do Programa** Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro

**Objetivo:** Capacitar o setor agrícola e pesqueiro

**Diretriz:** Aplicações dos recursos para a manutenção da agricultura e piscicultura do Município

**Órgão:** Secretaria de Agricultura

**Público Alvo:** Agricultores e Piscicultores do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1133**

Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente 789.708,40 Fiscal

**1131** Aquisição de Veículos 200.000,00 Fiscal

**2104** Manutenção das Atividades Agrícolas 9.194.782,00 Fiscal

**1135** Construção de Pontilhões 120.000,00 Fiscal

**1137**

Construção /Aquisição Sede da Secretaria 800.000,00 Fiscal

**2106**

Eventos de Desenvolvimento e

Fomento à Agricultura Familiar 180.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0014

**Descrição do Programa** Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

**Objetivo:** Fazer de Gaspar o município catarinense com a melhor qualidade de vida.

**Diretriz:** Otimizar os recursos físicos e financeiros disponíveis e buscar a participação dos governos estadual e federal nas ações que visem atender as expectativas da população.

**Órgão:** Secretaria de Transportes e Obras

**Público Alvo:** População de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2072**

Manutenção e Ampliação da Iluminação

Pública 10.250.000,00 Fiscal

**2074**

Manutenção da Secretaria de Transportes e

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

Obras 47.208.538,67 Fiscal

**1049** Construção de Vias Públicas 2.000.000,00 Fiscal

**1253** Pavimentação de Ruas 10.243.000,00 Fiscal

**1051** Aquisição de Veículos 375.000,00 Fiscal

**1053**

Aquisição de Equipamento, Material

Permanente e Máquinas 4.065.000,00 Fiscal

**1055**

Construção/Ampliação ou Reforma da

Secretaria 95.000,00 Fiscal

**1057**

Dragagem e Desassoreamento de Cursos de

Água 346.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0017**

**Descrição do Programa Gestão da Polícia Civil**

**Objetivo:** Fazer com que a cidade de Gaspar seja cada vez mais um ótimo lugar para viver,

proporcionar a melhoria do atendimento e da prestação de serviço visando o aprimoramento dos

serviços de segurança e trânsito para população Gasparense.

**Diretriz:** Conscientização da população no exercício da cidadania para melhoria da segurança pública e do trânsito.

**Órgão:** Secretaria de Transportes e Obras

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1075** Aquisição de Veículos 660.000,00 Fiscal

**1077**

Aquisição de Equipamento e

Material Permanente 161.000,00 Fiscal

**2082** Manutenção da Polícia Civil 2.024.000,00 Fiscal

**1079** Construir e Equipar a Nova Sede 40.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0018**

**Descrição do Programa Gestão em Segurança Pública – Polícia Militar em Gaspar**

**Objetivo:** Fazer com que a Polícia Militar preste um serviço de excelência no Município de Gaspar,

visando aumentar a qualidade de vida da comunidade gasparense.

**Diretriz:** Parceria do Poder Executivo Municipal nas ações de Segurança Pública, dando suporte

através dos recursos provenientes dos Convênios de Trânsito e de Radiopatrulha, para fins de

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

investimento em melhorias das áreas físicas, aquisições de materiais e equipamentos, prestação de serviços, aperfeiçoamento técnico, visando o bem estar e a qualidade profissional no desempenho de suas ações.

**Órgão:** Secretaria de Transportes e Obras e Administração e Finanças

**Público Alvo:** Comunidade Gasparense

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1081** Aquisição de Veículos e Motos Trânsito PM 800.000,00 Fiscal

**1083**

Aquisição de Equipamentos e Material

Permanente PM 190.000,00 Fiscal

**2084** Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM 1.745.000,00 Fiscal

**1257** Projeto Obras e Reformas Trânsito PM 150.000,00 Fiscal

**1087**

Aquisição de Equipamentos e Material

Permanente Radiopatrulha 60.000,00 Fiscal

**1089** Projeto Obras e Reformas Radiopatrulha 160.000,00 Fiscal

**2198**

Manutenção do Quartel e Serviço de

Radiopatrulha 146.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0015**

**Descrição do Programa Gestão do Ditran**

**Objetivo:** Humanizar o trânsito de Gaspar - SC

**Diretriz:** Conscientização e envolvimento da sociedade nessas ações e participação dos governos

Federal, Estadual no financiamento de ações como pavimentação de ruas, aquisição de equipamentos, etc.

**Órgão:** Secretaria de Transportes e Obras

**Público Alvo:** Todas as vias Públicas e escolas do Município

**Anexo I Valores Monetários**

**Código**

**da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1059** Desapropriação/Aquisição de Imóvel 200.000,00 Fiscal

**1061** Implantação de Ciclovias 100.000,00 Fiscal

**2076** Implantação de Faixas Elevadas 100.000,00 Fiscal

**2200**

Manutenção de Sistema de Monitoramento

Urbano 260.000,00 Fiscal

**2078** Manutenção da DITRAN 11.729.200,00 Fiscal

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

**1063** Aquisição de Veículos 349.000,00 Fiscal

**1065** Aquisição de Equipamento e Material Permanente 224.000,00 Fiscal

**1147** Manutenção da Área Azul 354.000,00 Fiscal

**1067** Educação para o Trânsito 441.000,00 Fiscal

**1069** Reforma e Ampliação da Sede 60.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0019

**Descrição do Programa**

**Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento**

**Objetivo:** Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

**Diretriz:** Proporcionar melhorias na infraestrutura do município e qualidade de vida da população

**Órgão:** Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**2088** Manutenção das Ações da Secretaria 11.589.500,00 Fiscal

**1091** Aquisição de Veículos 150.000,00 Fiscal

**1095**

Qualificação e Pavimentação de Vias e

Corredores 54.681.551,27 Fiscal

**1221**

Urbanização de Assentamento precário Jardim

Primavera 4.300.000,00 Fiscal

**1249** Construção de Pontos de ônibus 1.100.000,00 Fiscal

**1251**

Construção de Viaduto e seus acessos para

Melhoria de Vias 2.507.850,00 Fiscal

**1259** Estabilização de Talude Morro do Samae 1.500.000,00 Fiscal

**1261** Execução de Trabalhos Socioambiental 550.000,00 Fiscal

**Código do Programa** 0019

**Descrição do Programa**

**Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento**

**Objetivo:** Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município, bem como garantir o bem estar de nossa comunidade.

**Diretriz:** Proporcionar melhorias na infraestrutura do município e qualidade de vida da população

**Órgão:** Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

### **Anexo I Valores Monetários**

#### **Código da**

#### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1263** Infraestrutura de Loteamentos 2.000.000,00 Fiscal

**1267** Serviços de Contenção de Encostas 4.000.000,00 Fiscal

**1269** Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário 42.000.000,00 Fiscal

**1271**

Melhorias do Sistema de Abastecimento  
de Água 8.300.000,00 Fiscal

**1097**

Construção, reforma e ampliação de  
terminais rodoviários urbanos 1.800.000,00 Fiscal

**2090**

Conservação e manutenção do sistema de  
transporte coletivo 1.688.600,00 Fiscal

**1101** Construção do Centro de Convivência 75.000,00 Fiscal

**1107**

Implantação de ciclovias, bicicletários,  
pistas de caminhada e calçadas 3.968.602,00 Fiscal

**Código do Programa 0019**

#### **Descrição do Programa**

**Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município  
por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento**

**Objetivo:** Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município,  
bem como garantir o bem  
estar de nossa comunidade.

**Diretriz:** Proporcionar melhorias na infraestrutura do município e  
qualidade de vida da população

**Órgão:** Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

### **Anexo I Valores Monetários**

#### **Código da**

#### **Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

**1109**

Implantação de sistemas de drenagem pluvial  
e escoamentos de águas superficiais 14.000.000,00 Fiscal

**1111**

Programa de regularização de assentamentos  
informais e cadastro imobiliário 100.000,00 Fiscal

**1113**

Implantação de Equipamentos urbanos e  
melhorias em vias existentes 1.350.000,00 Fiscal

**1115** Contratação de projetos técnicos 940.000,00 Fiscal

**2096**

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)





## MUNICÍPIO DE GASPAR

Revisão e complementação do plano diretor e  
geoprocessamento 250.000,00 Fiscal

**1117** Aquisição de terrenos e desapropriações 3.700.000,00 Fiscal

### **2098**

Educação Ambiental, paisagismo e  
arborização, urbanização de espaços  
públicos e proteção de encostas e áreas  
verdes 1.300.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0019**

### **Descrição do Programa**

**Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município  
por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento**

**Objetivo:** Propiciar um crescimento ordenado e planejado ao município,  
bem como garantir o bem  
estar de nossa comunidade.

**Diretriz:** Proporcionar melhorias na infraestrutura do município e  
qualidade de vida da população

**Órgão:** Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

### **Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

### **1119**

Aquisição de equipamentos de informática,  
software, móveis e materiais permanentes 110.000,00 Fiscal

**1121** Anel Viário e via Interbairros 2.000.000,00 Fiscal

**1123** Reforma da Ponte Hercílio Deeke 50.000,00 Fiscal

### **1125**

Vigilância Eletrônica, Segurança Pública e  
Espaços Públicos 200.000,00 Fiscal

**Código do Programa 0023**

### **Descrição do Programa Construção de Unidades Habitacionais**

**Objetivo:** Propiciar condições de moradias às famílias atingidas na  
catástrofe ocorrida em novembro

de 2008 e as cadastradas no sistema de habitação deste Município

**Diretriz:** Construir 1000 unidades habitacionais

**Órgão:** Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

**Público Alvo:** População do Município de Gaspar

### **Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO**

### **1103**

Construção de Unidades Habitacionais e  
locação social 650.000,00 Fiscal

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

Fiscal

**Código do Programa 0024**

**Descrição do Programa Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açú**

**Objetivo:**Propiciar um melhor ordenamento no trânsito local, bem como facilitar o deslocamento de pessoas e veículos de uma margem para outra

**Diretriz:**Construir Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açú

**Órgão:**Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

**Público Alvo:**População do Município de Gaspar e Região

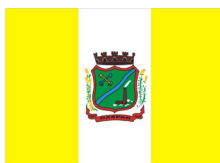
**Anexo I Valores Monetários**

**Código da**

**Ação Descrição da Ação Valor R\$ FINANCIAMENTO  
1093**

Obras de Infra – estrutura do anel viário com

Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí- Açú 18.736.000,00



## MUNICÍPIO DE GASPAR

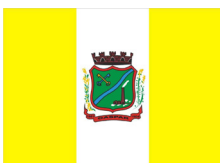
Código do Programa:	0001				
Descrição do Programa:	Manutenção do Legislativo - Físico				
ANEXO II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.0.0.2	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	Servidores Ativos, Inativos, Bolsistas e Vereadores	Servidores	180
0002	2.0.0.4	Manutenção das Atividades em Geral	Sessões	Unidades	240
0002	2.0.0.6	Aquisição e Locação de Softwares	Unidades	Unidades	60
0001	1.0.0.1	Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Unidades	300
0002	2.0.0.8	Realização de Concurso Público.	Unidades	Unidades	2
0002	2.0.1.0	Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal	Unidades	Unidades	100
0002	2.0.1.2	Publicidade do Legislativo	Unidades	Contratos	24

Código do Programa	0002				
Descrição do Programa	Programa Vereador Mirim - Físico				
ANEXO II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.0.1.4	Manutenção do Programa Vereador Mirim	Sessões	Sessões	80
0002	2.0.1.6	Despesas com Processo Eleitoral do Programa Vereador Mirim	Alunos	Alunos	20.000

Código do Programa	0003				
Descrição do Programa	Aquisição da Sede Própria - Físico				
ANEXO II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.0.0.3	Aquisição de imóvel/Construção de Imóvel - Sede Própria	Área	M²	4.500
0001	1.0.0.7	Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Unidades	1.000

Código do Programa :		0.0.1.0			
Descrição do Programa :		Gestão de Educação de Ensino Fundamental			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.0.2.9	Construção, Ampliação e Reforma da SEMED, Escolas, Quadras Esportivas e Laboratórios e Salas Multifuncionais	Área	m²	4.000
0002	2.0.4.2	Manutenção da Educação Fundamental	Alunos	Número	18.300
0002	2.0.4.4	Transporte Escolar	Alunos	Número	3.995
0002	2.0.4.6	Merenda Escolar	Alunos	Número	18.300
0001	1.1.7.7	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Unidade	Unidade	260
0001	1.2.5.5	Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	1
0001	1.0.3.1	Caminho da Escola	Veículo	Unidade	1
0001	1.0.3.3	Projetos Pedagógicos	Projeto	Unidade	8

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
 Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

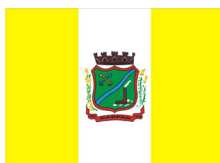


## MUNICÍPIO DE GASPAR

Código do Programa:		0.0.2.8			
Descrição do Programa:		Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
2	2.1.5.8	Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	Modalidades	Unidade	31
1	1.1.8.1	Aquisição de Veículos	Veículos	Unidade	1
1	1.1.8.5	Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	Áreas Esportivas	Unidade	25
2	2.1.6.2	Manutenção da Fundação M. Esportes, Ginásios, Programas e Eventos	Esporte	Unidade	1
1	1.1.8.7	Aquisição de Equip.Mat.Perm./Equip.Academia Popular	Equipamento Perman.	Unidade	84

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Código do Programa :		0.0.1.8			
Descrição do Programa :		GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA MILITAR EM GASPAR			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0001	1.0.8.1	Aquisição Veículos/Motos - Trânsito PM	Veículo	unidade	16
0001	1.0.8.3	Aquisição Equipamentos/Materiais Permanentes-Trânsito PM	Equip.Mat. Perman.	unidade	65
0002	2.0.8.4	Manutenção da Polícia Militar Trânsito-PM	Trânsito	unidade	1
0001	1.2.5.7	Projetos/Obras e Reformas - Trânsito PM	Obras	Unidade	4
0001	1.0.8.7	Aquisição de Equipamentos/Materiais Permanentes - Radio Patrulha	Equip.Mat. Perman.	unidade	15
0001	1.0.8.9	Projetos/Obras e Reformas - Radio Patrulha	Obras	unidade	4
0001	2.1.9.8	Manutenção do Quartel e Serviço de Rádio Patrulha	Radio Patrulha	unidade	1

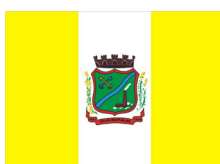


## MUNICÍPIO DE GASPAR

Código do Programa:		0.0.1.4			
Descrição do Programa:		GESTÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.0.7.2	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	Lâmpadas de Iluminação Pública	unidades	39.161
0002	2.0.7.4	Manutenção e da Secretaria de Obras	Secretaria	secretaria	1
0001	1.0.4.9	Construção de vias públicas	Ruas	Rua	4
0001	1.2.5.3	Pavimentação de Ruas	Ruas	m2	102.430
0001	1.0.5.1	Aquisição de Veículos	Veículos	unidades	8
0001	1.0.5.3	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente e Máquinas	Máquinas Equip. Mat. Permanente	unidades	11
0001	1.0.5.5	Construção/ampliação ou reforma do imóvel da secretaria	Edificação	m²	2.000
0001	1.0.5.7	Dragagem e Desassorimento de cursos de água	Desassor. Valas	m	13.216

Código do Programa		0.0.0.5			
Descrição do Programa		Manutenção da Diretoria de Comunicação			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.0.2.0	Manutenção da Comunicação	Imprensa	Unidade	
0001	1.0.1.1	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos Material Permanente	Unidade	20

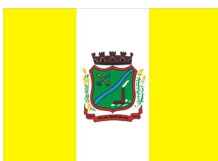
Código do Programa:		0.0.0.4			
Descrição do Programa:		Gestão do Gabinete e Políticas Públicas			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.0.1.8	Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	Secretaria	Unidade	
0002	2.2.0.2	Manutenção da Defesa Civil	Defesa Civil	Unidade	
0002	2.0.9.2	Manutenção da Superintendência Belchior	Superintendência	Unidade	
0001	1.0.0.9	Aquisição de Equipamentos Mat. Permanente	Equipamentos Material Permanente	Unidade	40



## MUNICÍPIO DE GASPAR

Código do Programa :		0.0.2.0			
Descrição do Programa :		GESTÃO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.1.0.0	Manutenção da Procuradoria Geral	Manutenção	Unidade	1
0001	1.1.2.7	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	11
0001	1.1.2.9	Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	1

Código do Programa		0.0.1.3			
Descrição do Programa		Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.0.5.4	Manutenção das ações da secretaria	Manutenção	Unidade	1
0002	2.0.5.6	Transferências as entidades privadas sem fins lucrativos	Entidades	Unidade	30
0002	2.0.5.8	Incentivo Econômico a Empresas	Empresas	Unidade	12
0002	2.0.6.0	Incentivo a economia solidária/cooperativas/incubadoras	Empresas	Unidade	21
0002	2.0.6.2	Participação em Feiras e Eventos	Feiras	Unidade	39
0001	1.0.3.7	Construção de Centro de Eventos/Pórtico	Centro de Eventos	Unidade	1
0001	1.0.4.1	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Equipamentos	Unidade	14
0002	2.0.6.6	Manutenção Sábado na Praça	Edições	Unidade	24
0002	2.1.8.2	Festival de Inverno	Edições	Unidade	4
0002	2.0.6.8	Gaspar Natal em Festa	Edições	Unidade	4
0002	2.0.7.0	Semana Aniversário Município	Edições	Unidade	4
0001	1.0.4.3	Projeto Gaspar Cidade Rio	Projeto	Etapa	1

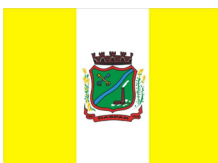


## MUNICÍPIO DE GASPAR

Código do Programa :		0.0.2.1			
Descrição do Programa :		APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PESQUEIRO			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.1.3.3	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Unidade	60
0001	1.1.3.1	Aquisição de veículos	Veículos	unidade	4
0002	2.1.0.4	Manutenção das atividades agrícolas	secretaria	unidade	1
0001	1.1.3.5	Construção de Pontilhões	Pontes	Unidade	4
0001	1.1.3.7	Construção/Aquisição da Sede da Secretaria de Agricultura	secretaria	m2	300m2
0002	2.1.0.6	Eventos de Desenvolvimento e Fomento à Agricultura Familiar	Projeto	Unidade	20

Código do Programa :	0.0.1.5				
Descrição do Programa :	Gestao do Ditrان				
Anexo II Metas Fisicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.0.5.9	Desapropriação/Aquisição de Imóveis	Imóvel	Unidade	4
0001	1.0.6.1	Implantação de Ciclovias	Área	km	36,5
0002	2.0.7.6	Implantação de Faixas Elevadas	Área	M²	600
0002	2.2.0.0	Manutenção de Sistema de Monitoramento Urbano	Sistema Monitoramento	unidade	1
0002	2.0.7.8	Manutenção da DITRAN	Diretoria de Trânsito	unidade	1
0001	1.0.6.3	Aquisição de Veículos da DITRAN	Veículos	Unidade	6
0001	1.0.6.5	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	20
0001	1.0.6.9	Reforma e Ampliação da Sede do DITRAN	Imóvel	Imóvel	1
0002	1.1.4.7	Manutenção de Area Azul	Area Azul	Unidade	1
0001	1.0.6.7	Educação para o Trânsito	Cursos	Unidade	48





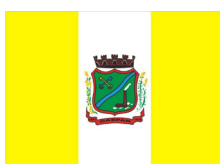
## MUNICÍPIO DE GASPAR

Código do Programa :		0.0.1.6			
Descrição do Programa :		GESTÃO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE GASPAR			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.0.7.1	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	120
0001	1.3.0.3	Aquisição de Veículos	Veículo	Unidade	1
0002	2.0.8.0	Apoio à Segurança Pública	Corpo de Bombeiros	Unidade	1
0001	1.0.7.3	Construção da Sede	Sede	Unidade	1

Código do Programa :		0.0.0.8			
Descrição do Programa :		Gestão Area da Cultura			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.0.2.4	Eventos Culturais	Eventos	Quantidade	60
0002	2.0.2.6	Manutenção do Centro Cultural, Museu, Biblioteca e Casa das Oficinas	Manutenção	Cultura	4
0001	1.0.3.5	Construção sede própria Biblioteca Municipal	Contrução	Unidade	1
0001	1.0.1.9	Reforma e Ampliação da Casa das Oficinas Culturais	Contrução	Unidade	1
0002	2.0.3.0	Biblioteca Itinerante	Alunos	Número	22.500
0002	2.0.3.2	Festival Escolar Regional de Dança	Eventos	Festival	4

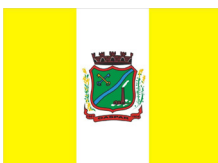
Código do Programa:		0.0.0.6			
Descrição do Programa:		Gestão da Secretaria de Administração e Finanças			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0001	1.0.1.3	Modernização Administrativa e Fiscal	Administração	Unidade	1
0002	2.0.2.2	Manutenção da Secretaria Adm.Finanças	Secretaria	Unidade	1
0009	1.0.4.5	Encargos Especiais	Encargos	Unidade	10
0001	1.0.1.5	Aquisição, Construção e Reforma da Sede	Sede	Unidade	1
0001	1.0.1.7	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Equipamentos Material Permanente	Unidade	200

Código do Programa:		0.0.0.7			
Descrição do Programa:		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1



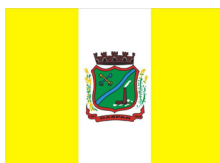
## MUNICÍPIO DE GASPAR

Código do Programa :		0.0.1.9			
Descrição do Programa :		Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretariade Planejamento e Desenvolvimento			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.0.8.9	Manutenção das ações da Secretaria.	Secretaria	Secretaria	
0001	1.0.9.1	Aquisição de veículos.	Veículo	Unidade	3
0001	1.0.9.5	Qualificação e Pavimentação de vias e Corredores	ruas pavimentadas	m2	120.000
0001	1.2.2.1	Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	assentamento	unidade	1
0001	1.2.4.9	Construção de Pontos de Ônibus	ponto de ônibus	unidade	40
0001	1.2.5.1	Construção de Viaduto e seus acessos para Melhoria das Vias	obra	unidade	1
0001	1.2.5.9	Estabilização de Talude Morro do Samae	obra	unidade	1
0001	1.2.6.1	Execução de Trabalhos Sócio Ambiental	trabalho	unidade	4
0001	1.2.6.3	Infraestrutura de Loteamentos	loteamento	unidade	2
0001	1.2.6.7	Serviços de Contenção de Encostas	encosta	unidade	2
0001	1.2.6.9	Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	sistema	unidade	1
0001	1.2.7.1	Melhorias do Sistema de Abastecimento de água	obra	unidade	1
0001	1.0.9.7	Construção, reforma e ampliação de terminais rodoviários urbanos.	Terminais rodoviários	Unidade	1
0002	2.0.9.0	Conservação e manutenção do sistema de transporte coletivo.	Transporte coletivo	Unidade	1
0001	1.1.0.1	Construção do Centro de Convivência.	Centro Convivência	Unidade	1
0001	1.1.0.7	Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada e calçadas.	Ciclovias	m2	21.000
0001	1.1.0.9	Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamentos de águas superficiais.	Drenagem	Bairros	2
0001	1.1.1.1	Programa de regularização de assentamentos informais e cadastro imobiliário.	Assentamento	Unidade	4



## MUNICÍPIO DE GASPAR

Código do Programa:		0.0.2.6			
Descrição do Programa:		Gestão do Fundo Municipal de Saúde			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Global
1	1.1.6.1	Construção de um Centro de Especialidades Policlínica	Centro de Especialidades	M²	4.000
2	2.1.9.0	Equipar o Centro de Especialidades em Saúde - Policlínica	Centro de Especialidades	unidade	303
2	2.1.2.2	Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	Promoção a Saúde	municípios	240.958
1	1.1.6.3	Construção e Reforma das Unidades de Saúde	Unidades de Saúde	unidade	12
2	2.1.2.8	Ampliar, Manter e Equipar os Programas de Vigilância em Saúde	Promoção a Saúde	municípios	240.958
2	2.1.3.2	Ampliar, Implementar, Manter e Equipar as Ações do CAPS e CAPS AD	Redução de Danos e Promoção a saúde	municípios	96.000
2	2.1.3.4	Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro	atendimento dos municípios	hospital	1
2	2.1.3.8	Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	Promoção a Saúde	municípios	240.958
2	2.1.4.0	Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza a NOAS/SUS	Promoção a Saúde	municípios	240.958
1	1.1.6.7	Ampliar a Frota de Veículos do Fundo Municipal de Saúde	Veículo	unidade	5
2	2.1.5.2	Ampliar, Manter, Equipar o Fundo Municipal de Saúde	Gestão em Saúde	unidade	1
Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1



## MUNICÍPIO DE GASPAR

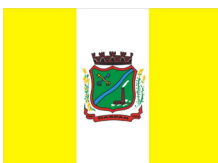
Código do Programa :		0.0.1.7			
Descrição do Programa :		GESTÃO DA POLÍCIA CIVIL			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.0.7.5	Aquisição Veículos	Veículos	unidade	7
0001	1.0.7.7	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos Material Permanente	Unidade	120
0002	2.0.8.2	Manutenção Polícia Civil	Sede	Unidade	1
0001	1.0.7.9	Construir e Equipar Nova Sede	Área	m2	1.900

Codigo do Programa :		0.0.2.5			
Descrição do Programa:		Gestão do SAMAE			
Anexo II Metas Físicas:					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.1.1.0	Manutenção da estrutura administrativa da autarquia	Autarquia	unidade	1
0002	2.1.1.2	Construções de Reservatórios	Reservatório	unidade	3
0001	1.1.5.3	Aquisição de Veículos	Veículo	unidade	10
0002	2.1.1.4	Coleta de Lixo	Resíduo	tonelada	70.000
0002	2.1.1.6	Ampliação/ Manut. da rede de água e esgoto	Extensão	km	350
0001	1.1.5.5	Aquisição de imóvel e construção da sede	Terreno	unidade	1
0002	2.1.1.8	Manutenção da frota de veículos e equipamentos	Veículos/ Equipamentos	unidade	50
0001	1.1.5.7	Aquisição de Bombas, equipamentos e mobília em geral	Equipamentos	Unidade	12
0001	1.1.5.9	Esgoto Sanitário	Residencias	residencias	8000
0001	1.1.4.1	Consórcio Público AGIR	Consórcio	Consórcio	

Código do Programa:		0.0.0.7			
Descrição do Programa:		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva Conting	Unidade	1

Código do Programa:		0.0.2.7			
Descrição do Programa:		Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
1	1.1.7.5	Criar e manter programas, projetos, serviços e ações com Entidades	Convênios	Projetos, programas e ações	20
2	2.1.5.6	Manutenção do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente - FIA	Projeto	Unidade	1

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	Global
0002	2.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1



## MUNICÍPIO DE GASPAR

Código do Programa :		0.0.0.9			
Descrição do Programa :		Gestão de Educação Infantil			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0001	1.0.2.1	Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais	Area	m²	4.400
0002	2.0.3.8	Manutenção da Educação Infantil	Alunos	Número	11.000
0002	2.0.4.0	Merenda Escolar	Alunos	Número	11.000
0001	1.0.9.9	Aquisição Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	300
0001	1.0.2.7	Aquisição de Imóveis	Terreno	Unidade	1

Código do Programa :		0.0.2.9			
Descrição do Programa :		Gestão na Área de Desenvolvimento Social			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
2	2.1.6.4	Manter Ações de Desenvolvimento Social	Ações	Secretaria	1
2	2.1.9.2	Manter Proteção Social Básica	Fortalecimento de Vínculos	Serviços	1
2	2.1.9.4	Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade	Atendimento de Famílias com Direitos Violados	Serviços	1
2	2.1.9.6	Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Acolhimento	Serviços	1
1	1.1.8.9	Aquisição de Material Permanente	Material Permanente	Peças	120
1	1.1.9.1	Aquisição de Veículo	Material Permanente	Veículo	3
1	1.1.9.3	Manter BPC - Benefício de Prestação Continuada	Ação	Projeto	1
2	2.1.8.0	Convênios com Entidades	Convênios	Entidades	16
1	1.2.3.1	Construção da Sede da SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social	Sede	Construção	1
1	1.1.9.9	Construção e Implantação de CRAS	Área	Construção	3
1	1.2.0.1	Equipar o Centro de Convivência do Idoso	Equipamentos e Materiais Permanente	Peças	160
2	2.1.6.6	Gestão do IGD - Índice de Gestão Descentralizada	Bolsa Família	Programa	1
2	2.1.6.8	Gestão de Benefícios Eventuais	Benefícios	Programa	1
1	1.1.9.5	Garantir o Funcionamento dos Serviços de Fortalecimento de Vínculos (Proteção Básica, Média e Alta Complexidade)	Famílias	Projeto	1
1	1.1.9.7	Garantir Adequação do Centro de Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, de acordo com a Lei de Acessibilidade Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2.000	Área	Unidade	1

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000  
 Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02  
[www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)



## MUNICÍPIO DE GASPAR

Código do Programa:		0.0.3.0			
Descrição do Programa:		Gestão Centro Educativo Maria Hendricks			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
2	2.1.8.4	Garantir Funcionamento, Manutenção e Equipamentos para Centro de Fortalecimento de Vínculos	Manutenção	Unidade	1
1	1.2.1.3	Adquirir Equipamentos	Material Permanente	Peças	140
2	2.1.8.6	Garantir Proteção Social Especial de Média Complexidade	Proteção Social	Programa	4
1	2.1.8.8	Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e Nutricional	Alimentação Saudável	Projeto	1
1	1.2.1.7	Construir Quadra Poliesportiva	Área	Quadra	1
Código do Programa:		0.0.0.7			
Descrição do Programa:		Reserva de Contingência			
Anexo II Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Global
0002	2.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL 008/SEMED/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL 008/SEMED/2014

A Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos comunica aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público - Edital 008/SEMED/2014, para contratação de membros do Magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015.

Período de Inscrição: 13 a 28 de novembro de 2014.

Taxa de Inscrição: R\$ 48,00

Inscrições e Informações pelo site: [www.educ2014.pmgr.ieses.org](http://www.educ2014.pmgr.ieses.org)

Governador Celso Ramos (SC), 10 de novembro de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

Adilson Costa

Secretário Municipal de Educação e Cultura

**Grão Pará****PREFEITURA****DECRETO N 21-2014-SUSPENDE PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA**

DECRETO Nº 21/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

"SUSPENDE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que é dever do Poder Executivo o cumprimento dos limites de despesas de pessoal, bem como de demais obrigações legais impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando a precária situação financeira vivenciada pelo Poder Executivo de Grão-Pará, inclusive com o pagamento de mais de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) de obrigações assumidas por Administrações anteriores;

Considerando que são necessárias medidas administrativas de contenção de despesas e investimentos;

**DECRETA:**

Artigo 1º. Fica SUSPENSO, até a data de 31 de março de 2015, o pagamento das funções gratificadas FG-02 e FG-03 atribuídas nas portarias nºs 155/2013, 156/2013, 158/2013, 159/2013, 160/2013, 161/2013, 162/2013, 163/2013, 164/2013, 165/2013, de 29/08/2013, 222/2013 de 06/09/2013 e 264/2014 de 09/09/2014.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
29 de outubro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda



**Guaramirim****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 123/2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 123/2014
Tipo : Menor Preço Global
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, VISANDO A AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA DO DISTRITO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.
Entrega dos Envelopes: 04/12/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 04/12/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 17/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****TERMO ADITIVO Nº 63/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ  
COSATEL - CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA.  
CNPJ/MF Nº 01.106.544/0001-03  
Av. Osvaldo José do Amaral, nº 275 - Bairro Nossa Senhora do Rosário.  
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 063/2014 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa COSATEL - CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Av. Osvaldo José do Amaral, nº 275 - Bairro Nossa Senhora do Rosário - Município de São José - Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ sob o nº 01.106.544/0001-03, neste ato representado por seu Sócio, Senhor José Elson Lopes de Freitas, brasileiro, casado, portador do CPF nº 167.840.576-00, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 049/2012, que tem por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário, compreendendo: execução de redes coletoras de esgoto, ligações domiciliares, caixas concentradoras de inspeção, poços de visita (PV), escavação em solo; reposição em pavimentação no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra em decorrência do Processo Licitatório nº 0052/2012, na Modalidade de Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2012 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Este termo aditivo tem por objeto a supressão de valores da planilha orçamentária contratual, devido a exclusão de serviços no orçamento inicial, devido a alterações nos projetos conforme planilha orçamentária anexa ao presente termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO**

A supressão de serviços constante na Cláusula primeira corresponde a uma redução do quantitativo do objeto na ordem de 17,45% do valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 7.793.655,51 (sete milhões setecentos e noventa e três reais, seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), correspondendo a uma supressão no valor de R\$ 1.360.121,32 (um milhão trezentos e sessenta mil, cento e vinte e um reais e trinta e dois centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO**

Com os acréscimos, decorrentes deste Termo Aditivo, o valor do

contrato original atualizado pelo termo aditivo nº 058/2014 de 30/09/2014, passará de R\$ 7.845.279,73 (sete milhões oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e três centavos) para R\$ 6.485.158,41 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 58 incisos I, II, no artigo 65 inciso I, alínea "a", da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0049/2012, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 12 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Contratante	JOSÉ ELSON LOPES DE FREITAS Sócio Administrador CPF nº 167.840.576-00. Contratado
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

#### CONVOCAÇÃO Nº 90 ANA CARLA PORTH CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora, ANA CARLA PORTH, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 093.631.919-40 aprovada em 90º Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, para assumir 40hs na CMEI VALDETE SOUZA NODARI, período Matutino/Vespertino a partir do dia 17 de novembro de 2014 em substituição à professora ROSEMERI APARECIDA DANIELLI HACK, a qual encontra-se de atestado médico, enquanto perdurar seu afastamento.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC)  
em 17 de novembro de 2014.

Lourdes Ferreira Brandão  
Secretária Municipal de Educação,  
Cultura e Esportes

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
ANA CARLA PORTH

#### PORTARIA Nº 1245/2014

PORTARIA Nº 1245/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora VANESSA PORTO CLOS (Matr. 3081), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, do Nível - 12/1, Referência "A", para o Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 17 de novembro de 2014, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 1246/2014

PORTARIA Nº 1246/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ELVIRA SCHLINDWEIN BELLON (Matr. 1109), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 17 de novembro de 2014 a 28 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 1247/2014

PORTARIA Nº 1247/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor FLORENTINO CIRINO DOS SANTOS (Matr. 948), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de

agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 17 de novembro de 2014 a 28 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1248/2014**

PORTARIA Nº 1248/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CIBELE TEREZINHA COPPI (Matr. 69), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível - 10/2, Referência "H", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de fevereiro de 2013 e 31 de janeiro de 2014, para serem gozadas a contar de 17 de novembro de 2014 a 16 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1249/2014**

PORTARIA Nº 1249/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LÍGIA BACALTCHUK (Matr. 774), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível - 10/2, Referência "E", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2013 e 14 de abril de 2014, para serem gozadas a contar de 17 de novembro de 2014 a 16 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1250/2014**

PORTARIA Nº 1250/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor AUJOR LUIZ RIGHI (Matr. 16), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Técnico em Tributação, Nível - 11, Referência "I", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de março de 2013 e 01 de março de 2014, para serem gozadas a contar de 17 de novembro de 2014 a 16 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1251/2014**

PORTARIA Nº 1251/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MÁRCIA ADRIANE DIAS ANTUNES (Matr. 2735), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2013 e 14 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 17 de novembro de 2014 a 16 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº CM 0123/2014**

RESOLUÇÃO Nº CM 0123/2014

"Concede reajuste nos vencimentos dos Servidores Públicos e Comissionados do Poder Legislativo Municipal de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina e dos agentes políticos do Poder Legislativo a título de reposição salarial e dá outras providências"

EVERTON PARISENTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

**RESOLVE**

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder a reposição salarial no percentual de 3,56% (Três vírgula cinquenta e seis por cento) aos servidores públicos da Câmara Municipal de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina, ocupantes de cargos efetivos, comissionados e contratados, bem como aos agentes políticos do Poder Legislativo, considerando as perdas inflacionárias (INPC/IBGE) do período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013.

Art. 2º A reposição de que trata a presente lei será aplicada sobre o vencimento a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 3º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 4º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores,  
em 17 de novembro de 2014.  
EVERTON PARISENTI  
Presidente

RES: Revisão geral anual ou reajuste de servidor e vereador de Câmara Vereadores

Prezado Paulo,

Conversei com meu diretor, e ele disse que a Câmara pode sim, por meio de Resolução, conceder a diferença na revisão geral anual, nos termos questionados, bem como pode a mesma retroagir a janeiro.

Abaixo, dois prejulgados sobre a matéria.

Att,

Giane Vanessa Fiorini  
Auditora Fiscal de Controle Externo  
Diretoria de Controle de Atos de Pessoal - DAP  
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Prejulgado:1686

Reformado

1. A revisão geral anual é a recomposição da perda de poder aquisitivo ocorrida dentro de um período de 12 (doze) meses com a aplicação do mesmo índice a todos os que recebem remuneração ou subsídio, implementada sempre no mesmo mês, conforme as seguintes características:

a) A revisão corresponde à recuperação das perdas inflacionárias a que estão sujeitos os valores, em decorrência da diminuição, verificada em determinado período, do poder aquisitivo da moeda, incidente sobre determinada economia;

b) O caráter geral da revisão determina a sua concessão a todos os servidores e agentes políticos de cada ente estatal, abrangendo todos os Poderes, órgãos e instituições públicas;

c) O caráter anual da revisão delimita um período mínimo de concessão, que é de 12 (doze) meses, podendo, em caso de tardamento, ser superior a este para incidir sobre o período aquisitivo;

d) O índice a ser aplicado à revisão geral anual deve ser único para todos os beneficiários, podendo a porcentagem ser diferente, de acordo com o período de abrangência de cada caso;

e) A revisão geral anual sempre na mesma data é imposição dirigida à Administração Pública, a fim de assegurar a sua concessão em período não superior a um ano, salvo disposição constitucional adversa.

f) Existindo plano de cargos e salários, vinculando o vencimento do respectivo cargo ao piso salarial do ente, tanto a revisão geral anual, como o reajuste, incidirão sobre o piso.

2. A única forma autorizada pelo ordenamento jurídico para se promover a majoração do subsídio dos Vereadores durante a legislatura é a revisão geral prevista na parte final do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que deve ocorrer sempre na mesma data da revisão anual da remuneração dos servidores públicos municipais, e sem distinção de índices, desde que a lei específica que instituir a revisão geral anual também contenha previsão de extensão aos agentes políticos.

Prejulgado:2102

1. A revisão geral anual aos servidores públicos, direito subjetivo assegurado pelo art. 37, inciso X, da Constituição Federal, tem por objetivo a manutenção do poder aquisitivo da remuneração quando corroído pelos efeitos inflacionários, cujo percentual deve seguir um índice oficial de medida da inflação e ser aplicado indistintamente para todos os servidores do quadro de pessoal do mesmo poder, anualmente, na data-base estabelecida em lei.
2. O reajuste ou aumento de vencimentos ocorre quando há elevação da remuneração acima da inflação, ou seja, acima do percentual da revisão geral anual, ou quando se promove modificação na remuneração para determinados cargos fora da data-base.
3. A iniciativa de lei para revisão geral anual é da competência de cada poder, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal. Assim, a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal e do subsídio dos vereadores, neste último caso, se atendidos aos preceitos contidos nos arts. 29, VI e VII, 29-A, caput e § 1º, e 37, XI, da Constituição Federal, poderá ser realizada por meio de lei de iniciativa do Poder Legislativo, sendo aplicado o mesmo índice para servidores e vereadores.
4. É possível conceder reajuste ou aumento aos servidores e, por ocasião da data-base da revisão geral anual, deduzir o percentual já concedido, desde que previsto na lei que conceder o reajuste. Nesse caso, o reajuste caracterizará antecipação da revisão geral anual.
5. A lei que concede a revisão geral anual também pode conceder reajuste ou aumento suplementar aos servidores, mas é recomendável que os dois índices estejam explicitados de forma clara na lei para evitar futuras discussões acerca da reposição das perdas da inflação. Deve-se evitar o desvirtuamento dos institutos da "revisão geral anual" e do "reajuste ou aumento", o que pode ocorrer quando se utiliza deste último para recomposição da remuneração do servidor em razão da desvalorização da moeda.

De: e-mail Geral [mailto:camara@camarahervaldoeste.sc.gov.br]  
Enviada em: quarta-feira, 12 de novembro de 2014 18:29  
Para: gianevf@tce.sc.gov.br  
Assunto: Revisão geral anual ou reajuste de servidor e vereador de Câmara Vereadores

Boa Tarde,

Conforme contato telefônico, estamos realizando consulta sobre a revisão geral anual dos salários.

Esclarecendo o caso: No município de Herval d'Oeste, a revisão anual geral é estabelecida  
Para o mês de janeiro, ao qual deve ser concedida a reposição da inflação do período anterior.

Neste ano foi concedida pelo Prefeito Municipal a revisão de 2%, porém a inflação ficou em aproximadamente 6%, faltando 4% de reposição. Consta no corpo da lei somente 2% de revisão, não tendo nenhum Dispositivo que o restante seria concedido posteriormente.

Sendo assim, As questões que temos são as seguintes:

- a) O Poder Legislativo pode propor e aprovar lei concedendo reajuste de 4% aos servidores da Câmara Municipal e vereadores para repor esta perda inflacionária?
- b) Esta reposição pode ser retroativa ao mês da revisão geral anual (janeiro)?

Segue abaixo a lei aprovada em 2013 sobre a revisão geral anual.

LEI Nº 3022/2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER A REVISÃO GERAL ANUAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DEMAIS AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Revisão Geral Anual, aos vencimentos e subsídios dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, às funções e cargos de confiança, às funções gratificadas, Conselheiros Tutelares e ao auxílio pecuniário educacional, bem como ao Prefeito, Vice-prefeito e Agentes Políticos com fulcro no art. 37, inciso X da Constituição Federal c/c art. 1º da Lei Municipal nº 2.766/2009, no percentual de 2,0 (dois por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento para o exercício de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 18 de dezembro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

Por gentileza, solicitamos que nos remetido um retorno o mais breve possível.

Att.

PAULO FERRANDIN  
Analista Legislativo  
Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste - SC



# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2710/2014

DECRETO Nº 2710, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 0207 SEC. MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
Projeto/Atividade: 2031 MANUT.DA SECR.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Modalidade de Aplicação: 339000000 APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS  
Valor: R\$ 2.300,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 0207 SEC. MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
Projeto/Atividade: 2031 MANUT.DA SECR.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Modalidade de Aplicação: 319000000 APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS  
Valor: R\$ 2.300,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
EM 28 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

## Imarui

## PREFEITURA

**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO PMI Nº 015/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IMARUÍ

## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO PMI N. 015/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 015/2014, originária do Pregão Eletrônico PMI N. 018/2014, para futuras aquisições de materiais hidráulicos.

Fornecedor: Cesar de Bittencourt Me (CNPJ 72.126.618/0001-03). Signatário, o senhor Cesar de Bittencourt Me.

Item	Descrição	Unid.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
1	Plug roscável 25 mm - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,24	48,00
2	CAP SOLDAVEL 20 MM - Marca: Plastilit	UN	400,00	0,26	104,00
3	CAP ROSCÁVEL 25 MM - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,59	118,00
4	CAP ROSCÁVEL 20 MM - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,39	78,00
5	CAP SOLDAVEL 32 MM - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,54	108,00
6	CAP ROSCÁVEL 32 MM - Marca: Plastilit	UN	200,00	1,26	252,00
7	Plug roscável de 32 mm - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,52	104,00
8	BUCHA REDUÇÃO 25X20 MM - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,12	24,00
9	Bucha redução 32 x 25 mm - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,31	62,00
10	Registro esfera 20 mm soldável - Marca: Plastilit	UN	100,00	4,59	459,00
11	Registro esfera 32 mm soldável - Marca: Plastilit	UN	100,00	9,80	980,00
12	Registro esfera 25 mm soldável - Marca: Plastilit	UN	100,00	5,49	549,00
13	Registro esfera 60 mm soldável - Marca: Plastilit	UN	100,00	34,50	3.450,00
14	ADESIVO PLÁSTICO - Marca: Plastilit	UN	400,00	16,41	6.564,00
15	SERRA AÇO RÁPIDO - Marca: Plastilit	UN	100,00	2,69	269,00
16	Fita vedarosca - Marca: Plastilit	UN	100,00	2,30	230,00
17	TUBO SOLDAVEL 20 MM - Marca: Plastilit	UN	700,00	6,52	4.564,00
18	TUBO SOLDAVEL 25 MM - Marca: Plastilit	UN,	700,00	9,32	6.524,00
19	TUBO SOLDAVEL 32 MM - Marca: Plastilit	UN	600,00	14,32	8.592,00
20	TUBO SOLDAVEL 60 MM - Marca: Plastilit	UN	500,00	43,40	21.700,00
21	Tubo esgoto 100 mm - 6 metros branco - Marca: Plastilit	UN	300,00	35,23	10.569,00
22	TUBO SOLDAVEL 85 MM - Marca: Plastilit	UN	300,00	85,21	25.563,00
23	Tubo soldável 110 mm soldável - Marca: Idercon	UN	50,00	144,17	7.208,50
24	UNIÃO 1/2 MANGUEIRA - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,44	44,00
25	UNIÃO 3/4 MANGUEIRA - Marca: Plastilit	UN	50,00	0,49	24,50
26	UNIÃO 1" MANGUEIRA - Marca: Plastilit	UN	50,00	0,99	49,50
27	Mangueira em metro 1/2 - Marca: Geoplast	UN	300,00	0,68	204,00
28	Mangueira em metro 3/4 - Marca: Geoplast	UN	300,00	0,98	294,00
29	Mangueira em metro 1" - Marca: Plastilit	UN	200,00	1,32	264,00
30	LUVA 20 MM SOLDAVEL - Marca: Plastilit	UN	400,00	0,19	76,00
31	LUVA 25 MM SOLDAVEL - Marca: Plastilit	UN	300,00	0,24	72,00
32	LUVA 32 MM SOLDAVEL - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,66	132,00
33	LUVA 60 MM SOLDAVEL - Marca: Plastilit	UN	50,00	5,03	251,50
34	LUVA LR 20 MM - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,38	38,00
35	Luva LR 25 mm - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,77	77,00
36	LUVA LR 32 MM - Marca: Plastilit	UN	50,00	1,62	81,00
37	Luva correr 20 mm - Marca: Plastilit	UN	50,00	2,92	146,00
38	Luva correr 25 mm - Marca: Plastilit	UN	50,00	3,97	198,50



39	Luva correr 32 mm - Marca: Plastilit	UN	50,00	4,99	249,50
40	Luva correr 60 mm - Marca: Plastilit	UN	50,00	6,49	324,50
41	Luva correr 110 mm - Marca: Plastilit	UN	50,00	18,97	948,50
42	Joelho 20 mm soldável - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,15	30,00
43	Joelho 25 mm soldável - Marca: Plastilit	UN	200,00	0,20	40,00
44	Joelho 32 mm soldável - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,69	69,00
45	JOELHO LR 20 MM - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,69	69,00
46	JOELHO LR 25 MM - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,79	79,00
47	JOELHO 32 MM - Marca: Plastilit	UN	50,00	0,79	39,50
48	TEE 20 mm soldável - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,38	38,00
49	TEE 25 MM SOLDÁVEL - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,29	29,00
50	TEE 32 mm soldável - Marca: Plastilit	UN	50,00	1,14	57,00
51	TEE LR 20 MM - Marca: Plastilit	UN	50,00	1,32	66,00
52	TEE LR 25 MM - Marca: Plastilit	UN	50,00	1,24	62,00
53	TEE LR 32 MM - Marca: Plastilit	UN	25,00	3,99	99,75
54	Adaptador 20 x 1/2 - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,18	18,00
55	Adaptador 25 x 3/4 - Marca: Plastilit	UN	100,00	0,09	9,00
56	Adaptador 32 x 1 - Marca: Plastilit	UN	50,00	0,67	33,50
57	Nipel roscável 20 mm - Marca: Plastilit	UN	30,00	0,20	6,00
58	Nipel roscável 25 mm - Marca: Plastilit	UN	30,00	0,30	9,00
59	Plug roscável 20 mm - Marca: Plastilit	UN	30,00	0,39	11,70
60	Luva 110 mm - Marca: Plastilit	UN	300,00	14,99	4.497,00
61	Luva 113 mm - Marca: Plastilit	UN	300,00	24,99	7.497,00

A presente Ata de Registro de Preço possui validade de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 17 de novembro de 2014. Signatário pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa.

### DECRETO Nº 111, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N. 111, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a autorização contida na Lei nº1.822, de 17 de novembro de 2014, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento vigente, na importância de R\$60.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.91. 00.00.00.00	149	1.000	Sentenças Judiciais	60.000,00
Total Suplementação			60.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.20.00.00.00.00	211	1.000	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	10.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			

UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	300	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	20.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.065	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E PONTILHÕES			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	68	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	69	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.067	CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	77	1.000	Obras e Instalações	1.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.068	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GALERIAS PLUVIAIS E ESGOTO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	80	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	81	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.05.00.00.00.00	335	1.000	Outros Benefícios Previdenciários	5.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	342	1.000	Auxílio Transporte	2.000,00
ÓRGÃO – 13	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
UNIDADE – 13.01	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
PROJ/ATIV. – 2.077	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	371	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	10.000,00
ÓRGÃO – 13	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
UNIDADE – 13.01	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
PROJ/ATIV. – 2.077	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	372	1.000	Obrigações Patronais	4.000,00
Total Suplementação			R\$ 60.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 17 de novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 112, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO N.112, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a autorização contida na Lei n.1.823, de 17 de novembro de 2014, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, DECERTO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento vigente, na importância de R\$43.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	156	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	43.000,00
Total Suplementação			43.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	207	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	20.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	208	1.000	Obrigações Patronais	10.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	385	1.000	Indenizações Restituições Trabalhistas	10.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.067	CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	75	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	2.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	77	1.000	Obras e Instalações	1.000,00
Total Suplementação			R\$ 43.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 17 de novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 113, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO N. 113, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a autorização contida na Lei n. 1.824, de 17 novembro de 2014, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento vigente, na importância de R\$21.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.016	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÕES, CONSÓRCIOS E FEDERAÇÕES DE MUNICÍPIOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.41.00.00.00.00	156	1.000	Contribuições	21.000,00
Total Suplementação			21.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	110	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	10.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.013	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	20	1.000	Obras e Instalações	10.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO NAE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	177	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.000,00
Total Suplementação			R\$ 21.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 17 de novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 114, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N. 114, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a autorização contida na Lei n.1.825, de 17 de novembro de 2014, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$50.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	166	1.000	Outros Serviços Terceiros-Pessoa Jurídica	50.000,00
Total Suplementação			R\$ 50.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO NAE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	171	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	30.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	172	1.000	Obrigações Patronais	7.500,00
3.1.90.16.00.00.00.00	173	1.000	Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	176	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	177	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.000,00
Total Suplementação				R\$ 50.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 17 de novembro de 2014.  
**MANOEL VIANA DE SOUSA**  
 Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº 115, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO N. 115, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a autorização contida na Lei n.1.826, de 17 de novembro de 2014, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$30.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	229	1.058	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
Total Suplementação				R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00.00.00	220	1.058	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00
Total Suplementação				R\$ 30.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Imaruí, 17 de novembro de 2014.  
**MANOEL VIANA DE SOUSA**  
 Prefeito Municipal

**LEI Nº. 1.822, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº. 1.822, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento vigente, na importância de R\$60.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.91.00.00.00.00	149	1.000	Sentenças Judiciais	60.000,00
Total Suplementação			60.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.20.00.00.00.00	211	1.000	Auxilio Financeiro a Pesquisadores	10.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	300	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	20.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.065	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E PONTILHÕES			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	68	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	69	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.067	CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	77	1.000	Obras e Instalações	1.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.068	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GALERIAS PLUVIAIS E ESGOTO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	80	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	81	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.05.00.00.00.00	335	1.000	Outros Benefícios Previdenciários	5.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	342	1.000	Auxilio Transporte	2.000,00
ÓRGÃO – 13	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
UNIDADE – 13.01	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
PROJ/ATIV. – 2.077	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			

Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	371	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	10.000,00
ÓRGÃO – 13	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
UNIDADE – 13.01	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
PROJ/ATIV. – 2.077	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	372	1.000	Obrigações Patronais	4.000,00
Total Suplementação			R\$ 60.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 17 de novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

### LEI Nº. 1.823, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1.823, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento vigente, na importância de R\$43.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	156	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	43.000,00
Total Suplementação			43.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	207	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	20.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	208	1.000	Obrigações Patronais	10.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	385	1.000	Indenizações Restituições Trabalhistas	10.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.067	CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	75	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	2.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	77	1.000	Obras e Instalações	1.000,00
Total Suplementação			R\$ 43.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Imaruí, 17 de novembro de 2014.  
 MANOEL VIANA DE SOUSA  
 Prefeito Municipal

### LEI Nº. 1.824, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1.824, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento vigente, na importância de R\$21.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.016	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÕES, CONSÓRCIOS E FEDERAÇÕES DE MUNICÍPIOS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.41.00.00.00.00	156	1.000	Contribuições	21.000,00
Total Suplementação				21.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	110	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	10.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.013	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00.00.00	20	1.000	Obras e Instalações	10.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO NAE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	177	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.000,00
Total Suplementação				R\$ 21.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 17 de novembro de 2014.  
 MANOEL VIANA DE SOUSA  
 Prefeito Municipal

**LEI Nº. 1.825, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº. 1.825, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$50.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	166	1.000	Outros Serviços Terceiros-Pessoa Jurídica	50.000,00
Total Suplementação			R\$ 50.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO NAE			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	171	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	30.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	172	1.000	Obrigações Patronais	7.500,00
3.1.90.16.00.00.00.00	173	1.000	Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00	176	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	177	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.000,00
Total Suplementação			R\$ 50.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 17 de novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 1.826, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº. 1.826, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$30.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	229	1.058	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
Total Suplementação			R\$ 30.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00.00.00	220	1.058	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00
Total Suplementação			R\$ 30.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 17 de novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 4.473.2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.473, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Institui o Programa de Recuperação Fiscal do município de Imbituba - Refis Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Imbituba - Refis Municipal, com escopo de incentivar a regularização de débitos tributários e não-tributários, inadimplidos junto à Fazenda Pública Municipal, de devedores pessoas físicas ou jurídicas, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2013, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou por ajuizar, através da redução de multa moratória e juros de mora, nos percentuais e prazos estabelecidos pela presente Lei Complementar. Parágrafo único. O benefício, ora concedido, não alcança débitos ajuizados, com decisão judicial reconhecendo-os devidos ao Município.

Art. 2º Os débitos de que tratam o artigo anterior poderão ser pagos em parcelas iguais, mensais e sucessivas, desde que a primeira parcela ou parcela única seja quitada até a data improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de deferimento do requerimento, com redução da multa moratória e juros de mora nos seguintes percentuais:

- I - 99% (noventa e nove por cento), em parcela única;
- II - 70% (setenta por cento), em até doze (12) parcelas;
- III - 60% (sessenta por cento), em até trinta e seis (36) parcelas;
- IV - 50% (cinquenta por cento), em até sessenta (60) parcelas.

§ 1º A opção pelo programa deverá ser formalizada mediante assinatura da parte devedora em termo requerimento que será acompanhado de documentação fiscal específica, conforme a espécie de tributo.

§ 2º As dívidas, conforme disposto no artigo 1º desta lei, que foram objeto de parcelamentos em acordos pretéritos, em curso de pagamento ou não, poderão ser renegociadas nas condições deste artigo, porém limitar-se-ão em seis (06) parcelas.

§ 3º O valor da parcela não poderá ser inferior a 20,00 (vinte) UFM's, em se tratando de contribuinte pessoa física, e 40,00 (quarenta) UFM's, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica, ambos na data da concessão.

Art. 3º Sobre o valor de cada parcela não incidirão novos juros, e será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$P = [(T + C) + ((J + M) \times (1 - a/100))]/b$$

P = valor da parcela

T = valor do tributo

C = valor da correção

M = valor da multa moratória

J = valor dos juros de mora

a = percentual de redução

b = número de parcelas

Art. 4º Serão automaticamente excluídos do Programa, os contribuintes que ficarem inadimplentes no pagamento da cota única na data pré-estabelecida, ou nos casos de parcelamentos, em até 30 (trinta) dias após a data fixada para seu vencimento, ou deixar de pagar:

- a) por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados,

- no caso de parcelamento em até 12 (doze) vezes;
- b) por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses alternados, no caso de parcelamento em até 36 (trinta e seis) vezes;
- c) por 4 (quatro) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados, no caso de parcelamento em até 60 (sessenta) vezes.

Art. 5º Em se tratando de débitos ajuizados, o pedido de parcelamento das dívidas fica condicionado ao pagamento dos correspondentes honorários advocatícios, todavia, estes sem os descontos de que trata a presente lei e cujo valor deverá ser apurado no momento do acordo junto ao Poder Judiciário, ressalvados os beneficiados pela justiça gratuita.

Art. 6º Para ingresso no Programa, o optante deverá indicar expressamente o débito que deseja incluir.

Art. 7º A opção pelo REFIS MUNICIPAL sujeita o contribuinte a:

- I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta Lei;
- II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;
- III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Parágrafo único. A confissão estabelecida no inciso I implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais objeto do acordo.

Art. 8º A adesão ao Programa não produzirá qualquer efeito em relação à eventual preexistência de constrição judicial sobre bens e/ou direitos ocorrida em razão da dívida, exceto se integralmente quitada.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, poderá ser regulamentada por Decreto e terá validade até a data improrrogável de 31 de março de 2015.

Art. 10 Fica revogada a Lei Complementar nº 3.970, de 14 de outubro de 2011.

Imbituba, 13 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

### LEI Nº 4.474.2014

LEI Nº 4.474, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre repasse financeiro à Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL para realização de despesas com a decoração - Natal 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o valor de até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) à Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, com as Festividades Natalinas do ano de 2014, a qual ficará encarregada da decoração natalina.

Art. 2º A CDL prestará contas até 60 (sessenta) dias após o

repassa de cada parcela pelo Poder Público Municipal.  
Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a CDL, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de novembro de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

#### **LEI Nº 4.475.2014**

LEI Nº 4.475, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Declara de Utilidade Pública a Associação Sonhar e Acreditar - ASA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Sonhar e Acreditar - ASA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.917.816/0001-91, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À Associação, referida no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de novembro de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

#### **LEI Nº 4.476.2014**

LEI Nº 4.476, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Desafeta Bens móveis do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a desafetar os bens móveis, constantes do Anexo I da presente Lei, utilizados até esta data nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba, transferindo-os para o patrimônio da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Imbituba, 13 de novembro de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

#### **ANEXO I - BENS DESAFETADOS**

Código	Descrição	Valor de Aquisição: R\$
1	Armário em fórmica cor ovo e vermelho	420,00
5	Conjunto escrivaninha fórmica ovo e vermelho	780,00
7	Cadeira Giratória em tecido vermelho	175,00
272	Cadeira em corino preto com pés de ferro	32,00
268	Cadeira em corino preto com pés de ferro	32,00
279	Cadeira em corino preto com pés de ferro	32,00
280	Cadeira em corino preto com pés de ferro	32,00
290	Cadeira em corino preto com pés de ferro	32,00
297	Cadeira em corino preto com pés de ferro	32,00
164	Estabilizador Bst Mill	55,00
179	Suporte para computador em cor marfim	110,00
442	Bancada para Presidência	3560,00
443	Conjunto de Longarinas para Plenário	14.200,00
444	Bancada para vereadores	1.450,00
448	Bancada para vereadores	1.450,00
536	Estabilizador 300VA	51,00
28	Escrivaninha na cor azul com 06 gavetas	485,00
29	Mesa para reuniões na cor azul	537,00
31	Cadeira estofada na cor azul	108,00
32	Cadeira estofada na cor azul	108,00
33	Cadeira estofada na cor azul	108,00
34	Cadeira estofada na cor azul	108,00
35	Cadeira estofada na cor azul	108,00
36	Cadeira estofada na cor azul	108,00
38	Cadeira estofada na cor azul	108,00
39	Cadeira estofada na cor azul	108,00
40	Cadeira estofada na cor azul	108,00
79	Estabilizador APC Line-R 300	74,00
126	Cadeira estofada giratória na cor azul	115,00
146	Mesa de Centro na cor azul	88,00
182	TV 29" – Marca Sinerall	1.200,00
209	Cadeira Fixa em corino preto	60,00
212	Cadeira Fixa em corino preto	60,00

354	Mesa para computador na cor azul	100,00
493	Mesa redonda	185,00
44	Escritivaninha de madeira cerejeira	80,00
24	CPU	400,00
74	Monitor PHILIPS 17	489,00
157	Cadeira giratória em corino preto	65,00
11	Monitor Samsung 550v	374,00
76	CPU Pentium IV	2300,00
129	Arquivo na cor creme	165,00
131	Cadeira giratória na cor azul	55,00
142	Cadeira giratória na cor azul	55,00
337	Cadeira estofada em corino preto	32,00
347	Cadeira estofada em corino preto	32,00
426	Arquivo com 04 gavetas de ferro	300,00
693	Escritivaninha	124,00
3	Armário na cor ovo e vermelho	420,00
304	Cadeira fixa na cor preta	32,00
334	Cadeira fixa na cor preta	32,00
4	Armário na cor ovo e vermelho	420,00
55	Cadeira giratória na cor preta	120,00
56	Cadeira giratória na cor cinza	150,00
270	Cadeira estofada em corino preto	32,00
303	Cadeira estofada em corino preto	32,00
395	Microcomputador Intel Celeron	2.226,00
397	Mouse óptico	23,50
765	02 Mesas na cor ovo com gaveteiro para sala de xerox	765,00
190	Quadro de fórmica na cor branca	60,00
53	Armário de fórmica na cor azul	470,00
114	Balcão de Fórmica na cor azul	132,00
141	Escritivaninha na cor azul	148,00
273	Cadeira fixa na cor preta	32,00
292	Cadeira fixa na cor preta	32,00
761	Mesa kit com suporte cor azul	454,00
128	Escritivaninha na cor creme	252,00
130	Balcão de Fórmica na cor creme	110,00

**LEI Nº 4.477.2014**

LEI Nº 4.477, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 68.056,85 (sessenta e oito mil e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo da Procuradoria		
02.062.0005-2.150		
3.3.90.00.00.00.00.00.0707 (0002)	Aplicações Diretas	45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0707 (0003)	Aplicações Diretas	23.056,85
Total		68.056,85

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Manutenção da Procuradoria Geral		
02.062.0005-2.039		
3.3.90.00.00.00.00.00.0707 (0185)	Aplicações Diretas	33.056,85
4.4.90.00.00.00.00.00.0707 (0186)	Aplicações Diretas	35.000,00
Total		68.056,85

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**DECRETO PMI Nº 276.2014**

DECRETO PMI Nº 276, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 4.477, de 13 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 68.056,85 (sessenta e oito mil e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo da Procuradoria		
02.062.0005-2.150		
3.3.90.00.00.00.00.00.0707 (0002)	Aplicações Diretas	45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0707 (0003)	Aplicações Diretas	23.056,85
Total		68.056,85



Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Prefeitura Municipal de Imbituba		
Procuradoria Geral do Município		
Manutenção da Procuradoria Geral		
02.062.0005-2.039		
3.3.90.00.00.00.00.0707 (0185)	Aplicações Diretas	33.056,85
4.4.90.00.00.00.00.0707 (0186)	Aplicações Diretas	35.000,00
Total		68.056,85

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

#### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 (SEASH)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEASH  
PROCESSO Nº 15/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 28 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de motocicleta zero km com caixa acoplada para entrega diária de fraldas junto ao centro de referência especializado da assistência social - CREAS. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de novembro de 2014.  
Selma Elias Westphal  
Secretária Municipal

#### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014 (SEASH)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEASH  
PROCESSO Nº 14/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 28 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos para ornamentação do natal 2014 do CRAS, CREAS, SCFV do Município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de novembro de 2014.  
Selma Elias Westphal  
Secretária Municipal

#### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2014 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 147/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 28 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço mensal, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para a locação de veículo automotor com manutenção e seguro, (sem motorista e combustível), por quilometragem livre, para atender as necessidades da secretaria municipal da fazenda e secretaria de desenvolvimento urbano e sustentável do município de Imbituba/SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de novembro de 2014.  
Ivan Vitorio  
Secretário da Fazenda



# Indaial

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 228/2014 REVOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL

REVOGAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 228/2014

Edital de Pregão (Presencial) nº 084/2014-10430.

A Prefeitura Municipal de Indaial comunica a todos os interessados que, através desta, revoga o Processo Licitatório citado retro de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8828 licitador@indaial.sc.gov.br - www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1136/14

DECRETO Nº 1136/14

De 06 de novembro de 2014

Instaura Processo Administrativo Disciplinar /Diogenes Alexandre Liecheski

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seus artigos 107, 109, 112, 113 e 115 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria 90/14, parte integrante deste Decreto,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III da Lei Complementar 105/10, para apuração de responsabilidades do servidor DIOGENES ALEXANDRE LIECHESKI, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão.

Art. 2º - Ficam designados para a condução do Processo Administrativo Disciplinar, a Comissão Permanente designada pelo Decreto 919/14 e o servidor Humberto Cesário Pereira.

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogada por igual período se a circunstância o exigir.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Indaial em 06 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 06 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1137/14

DECRETO Nº 1137/14

. De 06 de novembro de 2014

Instaura Processo Administrativo Disciplinar /Anderson Braciani

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seus artigos 107, 109, 112, 113 e 115 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria 87/14, parte integrante deste Decreto,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III da Lei Complementar 105/10, para apuração de responsabilidades do servidor ANDERSON BRACIANI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - Ficam designados para a condução do Processo Administrativo Disciplinar, a Comissão Permanente designada pelo Decreto 919/14, composta pelos servidores Alexandre Kroeger Reguse, Karina Fabrícia Rebelo Nuber, o servidor Humberto Cesário Pereira e a servidora Simone Keila Bona.

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogada por igual período se a circunstância o exigir.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Indaial em 06 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 06 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1138/14

DECRETO Nº 1138/14

. De 06 de novembro de 2014

Instaura Processo Administrativo Disciplinar /Moacir Sabel

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seus artigos 107, 109, 112, 113 e 115 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria 87/14, parte integrante deste Decreto,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III da Lei Complementar 105/10, para apuração de responsabilidades do servidor MOACIR SABEL, ocupante do cargo de Motorista.

Art. 2º - Ficam designados para a condução do Processo Administrativo Disciplinar, a Comissão Permanente designada pelo Decreto 919/14, composta pelos servidores Alexandre Kroeger Reguse,

Karina Fabrícia Rebelo Nuber, e o servidor Humberto Cesário Pereira e a servidora Simone Keila Bona.

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogada por igual período se a circunstância o exigir.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Indaial em 06 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 06 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1140/14

DECRETO Nº 1140/14

. De 07 de novembro de 2014

Homologa Resolução nº 004/COMED/2014 - Resultado  
Processo Eletivo COMED 2015/2017

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 3.656/07, considerando o Decreto 1074/14 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 004/COMED/2014, que dispõe sobre o Resultado da eleição para a composição do Conselho Municipal de Educação - COMED 2015/2017, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 07 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE INDAIAL

RESOLUÇÃO Nº 004 / COMED/ 2014/

Resultado do Processo Eletivo para escolha dos Conselheiros que irão compor o Conselho Municipal de Educação na Gestão 2015/2017, realizado no dia 05/11/2014 com total de 271 votantes.

#### SEGMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 - 3 ANOS

Nº	NOME	VOTOS
01	Sandra R. Rodrigues Cescon	38- Titular
02	Rosi Batista	27- Suplente
03	Ana Paula Ribeiro de Souza	22

04	Solange A.Silva Pelissari	09
05	Silvia Regina da Silva	09
	TOTAL	105

#### SEGMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 - 6 ANOS

Nº	NOME	VOTOS
01	Sandra Mara Merini Seibt	29- Titular
02	Daniela B. Vanelli	08- Suplente
03	Larissa Silveira Lucas	03
04	Vera Neiva Berri Giovanella	00
	TOTAL	40

#### SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO

Nº	NOME	VOTOS
01	Jairo Gebien	18- Titular
02	Denise Stolmeier de Aviz	17- Suplente
03	Rosângela Maria Nunes	08
04	Rosimari Wachholz	04
05	Celine Poltronieri	02
	TOTAL	49

#### SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 6º AO 9º ANO

Nº	NOME	VOTOS
01	Christl Willrich	09 – Titular
02	Valdecir Reginaldo de Oliveira	04- Suplente
03	Suely Vehmuth	02
	TOTAL	15

#### SEGMENTO DE ACTS

Nº	NOME	VOTOS
01	Luciane Formentim	25 - Titular
02	Isabel C. Marcellino	11 - Suplente
03	Patrícia L. Batista	07
04	Silvio C.C. Andrade	04
	TOTAL	47

#### SEGMENTO DE APPs

Nº	NOME	VOTOS
01	Márcia Tonett Lopes de Oliveira	192 - Titular
02	Marli Maurici Eloterio	65- Suplente
	TOTAL VALIDOS	257
	BRANCOS	14

#### SEGMENTO DE AGENTE EDUCACIONAL

Nº	NOME	VOTOS
01	Rosana Maria Machado	06 - Titular
02	Raquel Patrícia dos Santos	05- Suplente
03	Adelaide Rengel Martins	04
	TOTAL	15

## SEGMENTO DE ALUNOS

## SEM INSCRITOS

Indaial, 06 de novembro de 2014  
Mariângela Antunes  
Presidente da Comissão Eleitoral

**DECRETO Nº 1139/14**

DECRETO Nº 1139/14

De 06 de novembro de 2014

Nomeia Comissão Especial para Processo  
Administrativo - Fernando Pereira da Silva

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que o servidor em Estágio probatório não tem direito adquirido a readaptação,

## DECRETA,

Art. 1º - Fica determinado a abertura de Processo Administrativo para apurar a situação funcional do servidor Fernando Pereira, ocupante do cargo de Professor de Matemática, em estágio probatório, o qual solicita readaptação das funções.

Parágrafo Único - Ficam nomeados para compor a Comissão de Processo Administrativo de que trata o caput deste artigo os servidores abaixo:

- DENISE ALVES  
- KATHIA TERESINHA FINARDI  
SIMONE KEILA BONA

Art. 2º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo, podendo, da eventual necessidade e mediante justificativa, ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Com base no artigo 53, §2º, da Lei Complementar 105/10, será concedido a Comissão nomeada, gratificação da ordem de R\$ 100,00 (cem reais), a ser requerida ao final do processo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 17 de fevereiro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Portaria em 17 de fevereiro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1141/14**

DECRETO Nº 1141/14

. De 11 de novembro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento Anual do Município de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5087/14,

## DECRETA

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 76.104,50 (setenta e seis mil e cento e quatro reais e cinquenta centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.00 21.2303.3339000000 00000	01560000	14.600,00
21.001.0006.0181.00 21.2302.3339000000 00000	01560000	18.282,00
21.001.0006.0181.00 21.2301.3339000000 00000	01560000	25.000,00
21.001.0006.0181.00 21.1300.3449000000 00000	01560000	18.222,50

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.00 21.2306.3339000000 00000	01560000	76.104,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de novembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 11 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1142/14**

DECRETO Nº 1142/14

. De 11 de novembro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento do Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5088,

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 743.165,54 (setecentos e quarenta e três mil e cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
09.001.0015.0451.00 09.2232.3449000000 00000	01000000	260.000,00
08.001.0015.0451.00 08.1202.3449000000 00000	01000000	100.000,00
06.001.0020.0782.00 06.2154.3339000000 00000	01000000	85.000,00
22.001.0017.0512.00 22.1331.3449000000 00000	01245502	48.208,94
22.002.0017.0512.00 22.1337.3449000000 00000	01245502	200.000,00
21.001.0006.0181.00 21.2309.3339000000 00000	01000004	9.956,60
21.001.0006.0181.00 21.2301.3339000000 00000	01000004	25.000,00
21.001.0006.0181.00 21.1305.3339000000 00000	01000004	15.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDIAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.00 21.2308.3339000000 00000	01000004	49.956,60
22.001.0028.0843.00 22.9005.3469000000 00000	01245502	223.708,94
22.001.0028.0843.00 22.9005.3329000000 00000	01245502	24.500,00
09.001.0015.0122.00 09.2240.3319000000 00000	01000000	260.000,00
08.001.0015.0122.00 08.2206.3319000000 00000	01000000	100.000,00
06.001.0020.0122.00 06.2151.3319000000 00000	01000000	85.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de novembro de 2014..

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 11 de novembro de 2014

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 1143/14

DECRETO Nº 1143/14

. De 12 de novembro de 2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, previstas no artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e,

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao



CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçar e colocar para aprovação em Audiência Pública;

DECRETA,

Art. 1º. Nomeia Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

a) Roseli da Silva Peixe, representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Indaial;

b) Tirone Ronald Duwe, titular e Pastor Guilherme Theodoro Friedrich, suplente, representantes do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial;

c) Luci Borges Laurindo, Coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social de Indaial;

d) Osair Reginaldo Anacleto, Coordenador do Abrigo Institucional e da Proteção Social Especial de Indaial;

e) Katiúscia Simone Harbs, Coordenadora da Proteção Social Básica, representante da Secretaria de Assistência Social de Indaial;

f) Cecília Maestri, representante da Secretaria Municipal de Educação de Indaial;

g) Luciane Tomae Klug e Sr. Greicy J. Z. Vanderlinde, representante da Secretaria Municipal de Saúde de Indaial;

h) Ademir Packer, titular e Sr. Luciano Tamanini, suplente, representante da Fundação Municipal de Esportes de Indaial;

i) Arlete Terezinha Baldussi Polidoro, titular e Sra. Elaine Pickler, suplente, representantes da Fundação Indaialense de Cultural.

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 19 de novembro de 2014.

Parágrafo Único - A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos a partir de 02 de outubro de 2014.

Município de Indaial, em 12 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 12 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 1144/14

DECRETO Nº 1144/14

De 12 de novembro de 2014

Homologa alteração composição Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/Gestão 2013/2015

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.540 de 24 de abril de 2007e demais dispositivos legais em vigor, e considerando os novos integrantes na composição do CMDCA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, gestão 2013/2015, com efeitos a abril de 2014, conforme abaixo:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: Denise Stollmeier de Aviz

- Suplente: Sueli Lucia Remane Kriek

II - Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular: Luciane Tomae Klug

- Suplente : Larissa Poletto

III - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Titular: Ivo Schnaider

- Suplente: Gessiane Keila Ignatowicz Pasquali

IV - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- Titular: Roger Michel Knipers

- Suplente:

V - Representante da Fundação Indaialense de Cultura:

- Titular: Rosa Machado Paul

- Suplente: Luiz Claudio S. T. M. Altemburg

VI - Representante da Fundação Municipal de Esportes:

- Titular: Luciano Tamanini

- Suplente: Marcelo Sabel

VII - Representante das Entidades que Prestam Atendimento Direto a Criança e Adolescente no Município:

- Titular: Evandro Vinotti

- Suplente: Helga Ittner

IX - Representante da Associação de Pais e Alunos das Escolas Públicas Estaduais e Municipais:

- Titular: Leonice Theiss

- Suplente: Gérson Hoeltgebaum

X - Representante das Associações de Moradores do Município de Indaial:

- Titular: Tirone Ronald Duwe

- Suplente: Maria da Conceição dos Santos

XI - Representante do Clubes de Serviço ou Associações Comerciais e Industriais:

- Titular: Hercílio P. da Silva  
- Suplente: Lucimara Elias de Souza

XII - Representante das Instituições de Ensino Pesquisa, Estudo e Formação nas Áreas da Criança e do Adolescente ou de Trabalhadores do Setor com Atuação Direta no Atendimento com Crianças e Adolescente:

- Titular: Juliana Maria Lazzarini (Uniassevi)  
- Suplente: Ana Clarice Alencar Barbosa (Uniassevi)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, 12 de novembro de 2015.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 12 de novembro de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 1145/14

DECRETO Nº 1145/14

. De 12 de novembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4.928 de 20 de dezembro de 2013 o Município de Indaial tem a necessidade de suplementar pelo Superávit Financeiro do recurso do apurado no Exercício Financeiro de 2013, o valor de R\$ 2.334,52 no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL para custear despesas da Folha de Pagamento dos servidores da Secretaria - Indaprev Patronal e Servidor recolhido à menor do servidor no período de junho/2009 a set/2013 mais Pagamento de atualização de valores (INPC + 6% a/a) ref. aos dias faltosos ao trabalho e que a parametrização do sistema IPM não estava correta - desconsiderando este valor no cálculo da contribuição previdenciária - segundo apontamento do TCE processo RLA 13/00759906, ofício DMU 2.608 de 13/03/2014 em seu item 3.8. De acordo com a Lei Municipal 4968 de 22/04/2014 em seu art.3º, parágrafo único,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde De Indaial, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.334,52( dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319100000000000	APLICACOES DIRETAS DEC OPER ENTRE ORGÃOS

0300000	RECURSOS ORDINÁRIOS - E.A.
	Valor: ( 2.334,52

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de novembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 12 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 1146/14

DECRETO Nº 1146/14

. De 14 de novembro de 2014

DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SUSPENDE A CONTAGEM DOS PRAZOS INERENTES AOS ATOS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, NO PERÍODO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 A 11 DE JANEIRO DE 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o período de Férias Coletivas aos Servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Indaial.

Parágrafo Único - Os Servidores em gozo das férias coletivas do período compreendido entre 22 de dezembro de 2014 a 11 de janeiro de 2015, inclusive, terão 20 (vinte) dias deduzidos do respectivo período aquisitivo de férias.

Art. 2º Os servidores que, excepcionalmente, trabalharão no período de férias coletivas, para atendimento aos serviços essenciais, gozarão as férias em época oportuna, devendo cada Secretaria encaminhar ao Departamento de RH com cópia ao Gabinete do Prefeito, a listagem com o nome do servidor designado e a descrição dos serviços a ele atribuídos para o período, com a ciência do mesmo, do qual será emitido Portaria do Chefe do Executivo.

Parágrafo Único - Fica determinado ao servidor que estiver trabalhando no período de férias coletivas o cumprimento da carga horária de trabalho estabelecida em lei e a permanência junto ao setor, sendo obrigatório o registro do ponto, para o efetivo controle do saldo de férias a ele atribuído, não sendo permitido revezamento de trabalho entre os servidores.

Art. 3º O período de férias dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, Fundação Indaialense de Cultura e Fundação Municipal de Esportes serão fixadas de acordo com calendário estabelecido pelas respectivas Secretarias, através da emissão de Portaria individual para cada situação e/ou servidor.

Art. 4º - Aos servidores com período de férias diverso do

estabelecido no presente Decreto, as mesmas deverão ser regulamentadas por ato específico.

Art. 5º Ficam suspensos o expediente e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos/sindicâncias em trâmite no Município, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias, certidões e demais documentos públicos, a partir de 22 de dezembro de 2014, até 11 de janeiro de 2015.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 14 de dezembro de 2014)

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1147/14

DECRETO Nº 1147/14

. De 14 de novembro de 2014

Estabelece Horário Especial de Expediente para a Secretaria de Obras, Agricultura e Abastecimento e Saneamento e Meio Ambiente a partir de 1º de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 27, inciso VI, artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica estabelecida horário especial de expediente, no período de 1º de dezembro de 2014 até 21 de fevereiro de 2015, com jornada em turno único, das 7h as 13h, de segunda a sexta-feira, aos servidores que exercem funções/serviços externos junto a Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente.  
Parágrafo Único - Fica estabelecido, de acordo com determinação da chefia imediata, intervalo de trinta minutos para lanche no período matutino.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 14 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 14 de novembro de 2014)

CARLOS HENRIQUE NAGEL

Secretário de Obras

JANIO VILSON DE AVIZ

Secretário de Saneamento e Meio Ambiente

REMIR JOSÉ DE FÁVERI

Secretário de Agricultura e Abastecimento

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1148/14

. DECRETO Nº 1148/14

. De 17 de novembro de 2014

Cancelamento de Restos a Pagar - Município de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas, as despesa empenhada pela Município de Indaial, e não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2013, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPE-NHO	CREDOR	VALOR EMPENHA-DO	VALOR A CANCE-LAR	Nº NOTA FISCAL	MOTIVO
7178/2013	IRINEO LUNELLI 03715765984	R\$ 140,00	R\$ 140,00	8	FORNECEDOR NÃO POSSUI CONTA BANCÁRIA INDIVIDUAL, SÓ CONJUNTA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 17 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 17 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1149/14

. DECRETO Nº 1149/14

. De 17 de novembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 137.066,03 (cento e trinta e sete mil e sessenta e seis reais e três centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.00 05.2102.3319000000 00000	01600005	137.066,03

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação a ser apurado no Exercício Financeiro de 2014.



Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de novembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1151/14

. DECRETO Nº 1151/14

. De 17 de novembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 58.487,00 (cinquenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e sete reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
09.001.0015.0451.00		
09.2234.3339000000	03830004	58.487,00
00000		

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de novembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1150/14

. DECRETO Nº 1150/14

. De 17 de novembro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Indaial.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei 4.928/13,

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.00		
05.2102.3319100000	01010000	240.000,00
00000		

Art. 2º - Para atender o disposto no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento da MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.00		
05.2102.3339000000	01010000	240.000,00
00000		

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de novembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1152/14

. DECRETO Nº 1152/14

. De 17 de novembro de 2014

Cancelamento de Restos a Pagar - Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas, as despesa empenhada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial e não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2013, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPE-NHO/GLOBAL	CREDOR	VALOR EMPE-NHADO	VALOR A CANCELAR	MOTIVO
375/2013	CIEE-SC CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA	R\$ 75.122,64	R\$ 160,75	DESPESA NÃO EFETU- ADA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 17 de novembro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 17 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 358/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MOTORISTA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

#### CONTRATA

ALEX SANDRO LAZZAROTTO, sob a Matrícula 2327-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3643497 e do CPF 051.959.739-70, para ocupar o cargo em caráter temporário de Motorista, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 40, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Urbanismo, para o período de 17/11/2014 a 31/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/11/2014.

Ipumirim - SC, 17 de novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

### EDITAL Nº. 020/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Estabelece as diretrizes para a matrícula e renovação de matrícula nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ipumirim - SC ao ano letivo de 2015.

A administração municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais e com aprovação do Conselho Municipal de Educação, torna público o presente Edital, que estabelece as diretrizes para o processo de matrícula e renovação de matrícula de alunos da Educação Básica da Rede Municipal de ensino para o ano letivo de 2015.

#### 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 Com fundamento na Constituição Federal/88, nas Emendas Constitucionais nº 53/2006 e 59/2009, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, nas Leis Federais nº 11.114/05 e nº 11.274/06 que dispõe a duração do ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade, na Lei nº 1.246/2002 que cria o Sistema Municipal de Ensino, na Lei nº 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras legislações correlatas, ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula e renovação de matrícula na Educação Básica da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2015.

#### 2. APRESENTAÇÃO

2.1 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes estabelece através deste Edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula e renovação de matrícula para o ano letivo de 2015, nas unidades escolares municipais que oferecem o Ensino Fundamental e Educação Infantil.

2.2 O acesso à educação é direito público e subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, sendo vedada a cobrança de qualquer contribuição financeira.

2.3 No Ensino Fundamental de nove anos de duração a organização se dá em 5 anos iniciais e 4 anos finais, sendo que o primeiro, o segundo e o terceiro ano, que atendem crianças de 6, 7, e 8 anos de idade são consideradas turmas de letramento.

2.4 A implantação gradativa do Ensino Fundamental de 9 anos, na rede municipal de Ipumirim, iniciou no ano de 2008, com oferta simultânea do ensino fundamental de 8 anos que terá seu encerramento no ano letivo de 2014 e de 9 anos de duração.

2.5 Em 2015 a Rede Municipal de Ensino oferecerá o ensino fundamental de 9 (nove) anos, conforme quadro abaixo:

Ensino Fundamental Regular de 9 anos de duração									
Séries/Anos oferecidos na Rede Municipal de Ensino de Ipumirim em 2015									
Sistema de 9 anos de duração	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	--

2.6 Na Educação Infantil que compreende a creche para crianças até 3 anos de idade e Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade será oferecida gratuitamente na rede municipal de ensino ainda de forma optativa, sendo dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças.

2.7 Para 2015 a Rede Municipal de Ensino oferecerá a Educação Infantil, conforme quadro a seguir:

Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Ipumirim em 2015			
Creche em tempo Integral de 8 horas diárias	Berçário I Crianças de 4 a 12 meses	Berçário II Crianças de 1 ano a 2 anos	Maternal Crianças de 2 anos a 3 anos
Pré - Escola em tempo parcial de 4 horas diárias	Pré I Alunos de 4 anos	Pré II Alunos de 5 anos	-----

2.8 O período de matrícula é o estabelecido no cronograma previsto no item 9 deste edital.

#### 3. DOS OBJETIVOS

##### 3.1 Do Objetivo Geral

Assegurar o direito a matrícula das crianças e adolescentes na Educação Básica nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, oferecido em unidades escolares da Rede Municipal de Ensino nos termos da legislação vigente.

##### 3.2 Dos Objetivos Específicos

3.2.1 Garantir a oferta da Educação Básica nos Níveis Infantil e Fundamental, oportunizando o acesso à escola para as crianças do município, na faixa etária a partir dos 04(quatro) anos, conforme prevê a Lei 9.394/96 - LDB (Lei de Diretrizes e Bases); Lei nº

11.114/05, Lei nº 11.274/06, Lei nº 1. 246/02 (Sistema Municipal de Ensino), Plano Municipal de Educação e Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.2.2 Inscrever e matricular crianças de Creche a partir dos 04(quatro) meses até 03(três) anos de idade e para nível de Pré-Escola a partir dos 04(quatro) até os 05(cinco) anos completos ou a completar até 31 de dezembro de 2015 obedecendo aos critérios de idade para seleção e classificação, de acordo com o item 4.

3.2.2.1 Os alunos de pré-escola que completam 04 anos até 31 de julho de 2015 a matrícula poderá, opcionalmente, ser efetuada no início do ano letivo, bem como os alunos que completam 04 anos até 31 de dezembro de 2015 poderão efetuar a matrícula em 01 de agosto de 2015.

3.2.3 Garantir para todas as crianças e adolescentes em idade escolar, matrícula na Unidade Escolar mais próxima à residência dos pais ou dos responsáveis legais, a partir dos 06 anos de idade completos ou a completar até 31 de dezembro de 2015.

3.2.4 Recensear a população em idade escolar para o Ensino Fundamental e, àqueles que não tiveram acesso na idade própria.

#### 4. DA CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

4.1 A SMECE garantirá a matrícula em escola municipal próxima à residência do aluno, de acordo com o quadro e critérios a seguir:

4.1.1 Quadro de Idade para matrículas novas:

NASCIDOS EM	DIREITO DE CURSAR
01/01/2010 a 31/12/2010	1º Ano do Ensino Fundamental
01/01/2011 a 31/12/2011	Pré II
01/01/2012 a 31/03/2012	Pré I
01/01/2013 até o dia em que completar 4 anos	Creche
A partir dos 4 meses completos em 2015 até o dia em que completar 4 anos	Creche

4.1.2 O aluno já matriculado na própria escola no ano de 2014;

4.1.3 Terá prioridade o aluno que reside próximo a escola (inciso V, art.53 da Lei Federal nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 2º., inciso VI do Decreto Federal nº 6.094/07);

4.1.4 No caso de não haver vaga na série/ano pretendido, será encaminhado o aluno para outra escola mais próxima e com garantia de transporte escolar se necessário.

#### 5. DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

5.1 O processo de matrícula nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino será realizado conforme segue:

5.1.1 Renovação de Matrícula - garantir a vaga ao aluno matriculado na Educação Básica nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, oferecido na rede municipal de ensino e que pretende continuar seus estudos na mesma unidade escolar. Neste caso, haverá apenas a atualização de dados e a confirmação dos mesmos pelo pai/mãe ou responsável legal. Será compromisso da família, comunicar à escola qualquer alteração de dados existentes na ficha de matrícula. A renovação da matrícula será efetuada na série/ano indicado pelo resultado aferido no processo de avaliação e promoção em vigor.

5.1.2 Matrícula Nova - a matrícula será realizada pelos pais ou responsável legal, por meio de preenchimento da ficha de matrícula conforme o modelo padrão utilizado na rede municipal de ensino de Ipumirim. As matrículas novas serão realizadas conforme o disposto neste Edital. A matrícula deverá ser realizada prioritariamente na 1ª etapa do cronograma que trata este Edital ou em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais.

5.1.3 Matrícula por transferência - será efetuada aos alunos que frequentaram escola no ano anterior ou estavam frequentando escola no ano em curso e mudaram de residência. Nos casos de transferência entre sistemas de ensino, com organização de ensino fundamental com 8 e 9 anos de duração, o aluno poderá ser encaminhado para outra unidade escolar que tenha a vaga solicitada ou será reclassificado, considerando-se o documento apresentado de transferência da escola de origem.

5.1.4 Cancelamento de Matrícula - é o desligamento definitivo do aluno da unidade escolar e decorre:

5.1.4.1 da iniciativa dos pais ou responsável legal, através de requerimento preenchido na secretaria da escola, com exposição de motivos para o cancelamento e apresentação de comprovante de atestado de vaga em outra instituição, não caracterizando evasão;

5.1.4.2 da situação em que o aluno apresentar 60 dias de faltas consecutivas, sem apresentar justificativa para ausência, esgotadas todas as tentativas de localização e reintegração envolvendo família/escola/conselho tutelar/ministério público, caracterizando desta forma abandono/evasão escolar.

#### 6. DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

6.1 A composição de turmas atenderá como parâmetro o disposto no quadro a seguir:

ENSINO FUNDAMENTAL	
1º ao 3º Ano	20 alunos + 6 alunos para desdobramento
4º ao 5º Ano	25 alunos + 6 alunos para desdobramento
6º ao 9º Ano	30 alunos + 6 alunos para desdobramento
EDUCAÇÃO INFANTIL	
IDADE	Nº DE CRIANÇAS
0 a 1 ano	6 a 8 + 4 crianças para desdobramento
1 a 2 anos	8 a 10 + 5 crianças para desdobramento
2 a 3 anos	10 a 12 + 5 crianças para desdobramento
3 a 4 anos	12 a 15 + 5 crianças para desdobramento
4 a 5 anos	15 a 20 + 6 crianças para desdobramento

6.2 Admitir-se-á outra possibilidade de composição de turma, decorrente de questões pedagógicas ou de capacidade física do espaço escolar, com anuência da SMECE e também será considerando número de alunos proporcional ao metro quadrado, sendo 1.6 m2 por aluno.

#### 7. DO DESDOBRAMENTO DE TURMAS

7.1 Para desdobramento de turmas, independente de turno, todas elas deverão ter no mínimo o número de alunos a mais de acordo com o quadro do item 6.1, estabelecido no presente edital. Competirá a SMECE, respeitada a realidade escolar, autorizar o desdobramento de turmas com número de alunos diferente do fixado.

7.2 Somente poderá ser criada nova turma de respectiva série/ano, independente de turno, quando o número de alunos em todas as turmas, exceder aos limites no quadro acima, observando-se os critérios estabelecidos para composição de turmas, existência de

espaço físico e avaliação de SMECE.

## 8. DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 O diretor e o secretário da unidade escolar são responsáveis pela regularidade da documentação escolar dos alunos matriculados, cabendo-lhes também a constante atualização dos registros.

8.2 Destaca-se que a matrícula, além de ser um ato administrativo que vincula o aluno à escola, é uma inclusão pedagógica no processo escolar, levando em consideração o direito de aprender de todos na perspectiva da educação inclusiva/direito à diversidade.

8.3 Toda documentação deverá ser apresentada em via original ou fotocópia autenticada. Salienta-se que a apresentação de documentos somente através de fotocópia sem autenticação, não são considerados legais, devendo-se, portanto, exigir a apresentação da via original para efetuar sua autenticidade. Observar para que não haja rasuras ou falsificações.

8.4 Será considerada nula de qualquer efeito a matrícula que for realizada com a apresentação de documentação falsa, adulterada ou inautêntica, ficando o responsável passível das penas que a lei determinar.

8.5 Será assegurada a matrícula do candidato que não possuir certidão de nascimento, devendo a escola de imediato comunicar, através de ofício, ao conselho tutelar para os encaminhamentos necessários.

8.6 Será assegurada a matrícula e frequência do candidato que não trouxer a documentação completa - histórico e transferência - da escola de origem, sendo que será aguardado o prazo de 30 (trinta) dias para a entrega do histórico e 15 (quinze) dias para a entrega da transferência.

8.7 As matrículas com pendência de documentação devem ser sistematicamente monitoradas para a obtenção de todos os documentos exigidos para efetivação da matrícula.

## 9. DO CRONOGRAMA

Renovação da matrícula: 17/11/2014 a 21/11/2014

Matrícula nova e por transferência: 24/11/2014 a 28/11/2014 e no decorrer do ano letivo para as transferências.

Horário de atendimento: conforme funcionamento da secretaria da unidade escolar

## 10. DA DIVULGAÇÃO

10.1 A Secretaria de Educação e as Unidades Escolares são responsáveis pela divulgação da campanha da matrícula.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A equipe gestora da unidade escolar deverá a partir do ato de matrícula assegurar aos pais, responsáveis e alunos, a orientação quanto às normas de convivência, uso do uniforme escolar, transporte escolar, frequência obrigatória, justificativa de importância do acompanhamento da família nos estudos e da integração escola-família e demais informações contidas no Plano Político Pedagógico.

11.2 A matrícula e a frequência às aulas não poderão ser vinculadas à exigência de qualquer tipo de cobrança financeira.

11.3 É responsabilidade de secretário da escola e na inexistência

deste profissional, é de atribuição do responsável pela unidade escolar, armazenar e manter atualizados os dados no sistema de gestão educacional (EVN), sendo considerado como oficial os dados escolares contidos no referido sistema.

11.4 A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, tendo como prazo máximo de trinta dias, destacando-se a importância de brevidade na expedição das mesmas, a fim de evitar problemas de regularização da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação.

11.5 A transferência de turno somente ocorrerá, mediante requerimento dos pais do aluno ou responsável legal, sob parecer da direção, observada a conveniência didático-pedagógica e existência de vaga.

11.6 Nas situações em que os pais ou responsáveis manifestarem necessidade de troca de turno, será observado a existência de vaga e relevância do pedido de acordo com os critérios abaixo:

11.6.1 Laudo médico especificando a necessidade de o aluno frequentar o turno solicitado;

11.6.2 Situação de vulnerabilidade social ( com possibilidade de evasão, irmão no mesmo turno, compatibilidade de horário de trabalho dos pais ou responsável);

11.7 Nos casos em que a troca de turno envolver remanejamento de alguns alunos, para adequação do parâmetro de alunos na composição de turmas, aplicar-se-á como procedimentos:

11.7.1 Consultar alunos que manifestem interesse, com anuência dos pais ou responsável;

11.7.2 Considerar os critérios previstos no item 11.6 deste edital;

11.8 Na hipótese da inexistência de vaga, as unidades escolares adotarão o preenchimento de formulário de intenção de matrícula, gerando uma lista de espera por vaga e encaminharão o interessado à SMECE para assegurar atendimento em outra escola próxima da residência e tomar as providências cabíveis.

11.9 A lista de intenção de matrícula deve ser monitorada durante todo o ano letivo, a fim de entrar em contato com os interessados sempre que surgir vaga, em decorrência de transferência ou desmembramento de turmas ou composição de nova turma.

11.10 Os pais ou responsáveis deverão informar no ato de matrícula e atualizar sempre que necessário à informação de problemas de saúde, de medicação e restrições.

11.11 A equipe gestora da unidade escolar deverá acompanhar e atualizar as informações deixando os professores cientes do(s) problema(s) de saúde do aluno.

11.12 Os alunos, público alvo da educação especial, poderão no contraturno receber atendimento educacional especializado nas salas multifuncionais - AEE localizadas na própria unidade ou em outra escola.

11.13 Os alunos portadores de deficiência deverão ser identificados, por intermédio de Laudo Médico, na ficha de matrícula.

11.14 O início das aulas do ano letivo de 2015 está previsto para o dia 09 de fevereiro, de acordo com o horário de funcionamento de cada escola, podendo sofrer alterações, o que será amplamente divulgado, se ocorrer.

11.15 Os casos omissos serão resolvidos pela direção escolar em



primeira instância e pela Secretaria de Educação como último recurso.

11.16 Este edital entra em vigor na presente data, podendo sofrer alterações, o que será amplamente divulgado, se ocorrer.

Ipumirim-SC, 17 de novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

Marineide Pick Pilatti

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Sandra Anater

Presidente do Conselho Municipal de Educação

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2014/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 78/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014, Processo de Licitação nº 36/2014, homologado em 26 de maio de 2014.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 49/2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ.

Valor: R\$ 391.500,00 (Trezentos e Noventa e Um Mil Quinhentos Reais)

Assinatura: 12/11/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ, situada na RODOVIA ACESSO A SC 480 Nº 941E, Bairro: QUEDAS DO PALMITAL, cidade de CHAPECO-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.578.202/0001-87.

### **DISTRATO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9585/PM- MB CATARINENSE LTDA ME**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 70/2014

DISTRATO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9585

Aos 07 de novembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada a Rua Dom Pedro II, 230, centro, o Pregoeiro, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D. O. U. de 18 de julho de 2002, e os Decretos nºs 1.344, de 19 de janeiro de 2006 e 1.402, de 02 de agosto de 2006 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2014, do PROCESSO Nº 70/2014, homologado no dia 07 de novembro de 2014. RESOLVE registrar os preços auferidos no certame licitatório ante transcrito, cujo objeto é aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental

e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as descrições anexadas ao Edital., conforme consta no anexo II do certame supra transcrito, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa MB CATARINENSE LTDA-ME, situada na RUA MADRE JULIA Nº 218, Município de MARAVILHA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 16.961.181/0001-52 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 25.685.226-0, cuja proposta foi classificada em 1º lugar para os itens abaixo elencados, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO Em decorrência da não apresentação das amostras, conforme exigência no item 5.3 do presente Edital acima transcrito fica assim cancelada amigavelmente entre as partes a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9585 da empresa acima citada.

CLAUSULA SEGUNDA- Recindido a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9585 as partes declaram estarem quites entre si, nada mais a reclamar uma da outra.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e destratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 4 (quatro) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Ipumirim-SC, em 14 de novembro de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Valdir Zanella

PREFEITO MUNICIPAL

MB CATARINENSE LTDA-ME

FÁBIO MARLON MACHADO

CPF: 066.868.919-67

Irineópolis

PREFEITURA

RREO ANEXO 01 5º BIMESTRE

Município de IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>25.977.770,00</b>	<b>25.977.770,00</b>	<b>4.411.218,87</b>	<b>16,98</b>	<b>23.215.182,46</b>	<b>89,37</b>
RECEITAS CORRENTES	22.908.070,00	22.909.070,00	3.921.618,87	17,12	19.986.978,94	87,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.293.500,00	2.293.500,00	302.150,28	13,17	1.741.923,18	75,95
IMPOSTOS	1.725.000,00	1.725.000,00	277.720,60	16,10	1.443.514,64	83,68
TAXAS	528.500,00	528.500,00	24.429,68	4,62	298.408,54	56,46
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	140.100,00	140.100,00	29.119,20	20,78	162.382,23	115,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	140.000,00	140.000,00	29.119,20	20,80	162.382,23	115,99
RECEITA PATRIMONIAL	258.800,00	258.800,00	57.804,84	22,34	312.851,55	120,89
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	229.800,00	229.800,00	55.804,17	24,28	297.055,78	129,27
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	28.000,00	28.000,00	2.000,00	7,14	15.678,30	55,99
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	0,67	0,07	117,47	11,75
RECEITA DE SERVIÇOS	11.500,00	11.500,00	1.320,00	11,48	85.864,57	746,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.016.850,00	20.016.850,00	3.452.013,57	17,25	17.454.488,35	87,20
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.519.250,00	19.519.250,00	3.387.138,01	17,35	17.144.986,11	87,84
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	492.600,00	492.600,00	64.875,56	13,17	309.502,24	62,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.320,00	188.320,00	79.210,98	42,06	239.469,06	127,16
Multas e Juros de Mora	67.770,00	67.770,00	15.244,73	22,49	83.103,81	122,63
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.500,00	5.500,00	51.726,94	940,49	70.099,31	274,53
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	81.500,00	81.500,00	10.412,02	12,78	73.461,96	90,14
RECEITAS DIVERSAS	33.550,00	33.550,00	1.827,29	5,45	12.803,98	38,16
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.068.700,00</b>	<b>3.068.700,00</b>	<b>489.600,00</b>	<b>15,95</b>	<b>3.218.203,52</b>	<b>104,87</b>
OPERAÇÕES DE CREDITO	992.200,00	992.200,00	0,00	0,00	147.116,90	14,83
OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	992.200,00	992.200,00	0,00	0,00	147.116,90	14,83
ALIENAÇÃO DE BENS	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	174.740,00	832,10
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	174.740,00	832,10
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.055.500,00	2.055.500,00	489.600,00	23,82	2.896.346,62	140,91
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	549.600,00	0,00	549.600,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.055.500,00	2.055.500,00	-60.000,00	0,00	2.346.746,62	114,17
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>422.000,00</b>	<b>422.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>422.000,00</b>	<b>422.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>422.000,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>26.399.770,00</b>	<b>26.399.770,00</b>	<b>4.411.218,87</b>	<b>16,71</b>	<b>23.215.182,46</b>	<b>87,94</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>26.399.770,00</b>	<b>26.399.770,00</b>	<b>4.411.218,87</b>	<b>16,71</b>	<b>23.215.182,46</b>	<b>87,94</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>26.399.770,00</b>	<b>26.399.770,00</b>	<b>4.411.218,87</b>	<b>16,71</b>	<b>23.215.182,46</b>	<b>87,94</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>-</b>	<b>1.611.846,60</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.025.246,69</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	1.531.940,71	-	-	971.021,81	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	79.905,89	-	-	54.224,88	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>25.977.770,00</b>	<b>6.596.093,32</b>	<b>32.573.863,32</b>	<b>4.707.477,38</b>	<b>24.279.271,01</b>	<b>4.065.359,78</b>	<b>21.336.666,46</b>	<b>65,50</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>21.482.820,00</b>	<b>2.814.257,82</b>	<b>24.297.077,82</b>	<b>3.756.839,14</b>	<b>19.292.662,40</b>	<b>3.918.341,91</b>	<b>18.315.374,68</b>	<b>75,38</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.537.000,00	495.294,50	13.032.294,50	2.070.949,19	10.291.419,80	2.028.890,31	9.984.496,53	76,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	214.000,00	-48.208,37	165.791,63	12.700,41	130.526,87	12.700,41	130.526,87	78,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.731.820,00	2.367.171,69	11.098.991,69	1.673.189,54	8.870.715,73	1.876.751,19	8.200.351,28	73,88
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.376.950,00</b>	<b>3.781.835,50</b>	<b>8.158.785,50</b>	<b>950.638,24</b>	<b>4.986.608,61</b>	<b>147.017,87</b>	<b>3.021.291,78</b>	<b>37,03</b>
INVESTIMENTOS	3.943.950,00	3.987.325,50	7.931.275,50	939.704,42	4.872.328,51	136.084,05	2.907.011,68	36,65
INVERSOES FINANCEIRAS	300.500,00	-200.490,00	100.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	132.500,00	-5.000,00	127.500,00	10.933,82	114.280,10	10.933,82	114.280,10	89,63

Continua 2/3



Município de IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.977.770,00	6.596.093,32	32.573.863,32	4.707.477,38	24.279.271,01	4.065.359,78	21.336.666,46	65,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.000,00	0,00	118.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	422.000,00	0,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	237.000,00	0,00	237.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	175.000,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>26.399.770,00</b>	<b>6.596.093,32</b>	<b>32.995.863,32</b>	<b>4.707.477,38</b>	<b>24.279.271,01</b>	<b>4.065.359,78</b>	<b>21.336.666,46</b>	<b>64,66</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)</b>	<b>26.399.770,00</b>	<b>6.596.093,32</b>	<b>32.995.863,32</b>	<b>4.707.477,38</b>	<b>24.279.271,01</b>	<b>4.065.359,78</b>	<b>21.336.666,46</b>	<b>64,66</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.878.516,00</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>26.399.770,00</b>	<b>6.596.093,32</b>	<b>32.995.863,32</b>	<b>4.707.477,38</b>	<b>24.279.271,01</b>	<b>4.065.359,78</b>	<b>23.215.182,46</b>	<b>70,36</b>

FONTE:

**RREO ANEXO 02 05º BIMESTRE**

Município de IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	25.977.770,00	32.573.863,32	4.707.477,38	24.279.271,01	4.065.359,78	21.336.666,46	100,00	65,50
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	9.392,29	572.658,01	10.487,19	572.658,01	2,68	52,06
	1.100.000,00	1.100.000,00	9.392,29	572.658,01	10.487,19	572.658,01	2,68	52,06
Administração	2.070.870,00	3.049.057,00	420.935,20	2.436.845,25	430.627,60	2.353.061,72	11,03	77,17
Planejamento e Orçamento	347.000,00	764.000,00	70.081,37	351.143,10	71.890,16	338.152,22	1,58	44,26
Administração Geral	1.103.870,00	1.531.080,00	232.818,75	1.457.357,40	236.395,92	1.404.913,18	6,58	91,76
Administração Financeira	385.000,00	518.977,00	82.505,78	436.018,17	86.812,22	417.669,74	1,96	80,48
Previdência Básica	235.000,00	235.000,00	35.529,30	192.326,58	35.529,30	192.326,58	0,90	81,84
Segurança Pública	58.700,00	102.472,30	5.574,58	40.234,67	15.537,65	39.804,99	0,19	38,84
Defesa Civil	58.700,00	102.472,30	5.574,58	40.234,67	15.537,65	39.804,99	0,19	38,84
Assistência Social	850.550,00	1.422.499,04	226.242,85	1.142.696,02	225.506,54	872.994,78	4,09	61,37
Assistência ao Idoso	64.000,00	133.004,71	38.587,24	81.578,46	33.693,95	72.135,94	0,34	54,24
Assistência ao Portador de Deficiência	9.000,00	9.000,00	0,00	6.302,08	0,00	6.302,08	0,03	70,02
Assistência à Criança e ao Adolescente	159.550,00	226.334,25	42.005,63	160.321,08	46.127,01	152.357,68	0,71	67,32
Assistência Comunitária	618.000,00	1.054.160,08	145.649,98	894.495,00	145.685,58	642.198,08	3,01	60,92
Saúde	7.044.400,00	8.997.152,15	1.180.198,51	6.941.508,01	1.185.814,87	5.760.868,70	27,00	64,03
Administração Geral	3.500,00	3.500,00	0,00	122,13	0,00	122,13	0,00	3,49
Atenção Básica	5.527.500,00	7.225.758,15	935.601,31	5.888.259,84	998.820,51	4.786.173,18	22,43	66,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.478.400,00	1.661.448,38	189.047,65	971.550,52	182.064,60	943.617,66	4,42	56,79
Vigilância Sanitária	14.000,00	64.539,21	50.585,42	59.362,02	2.951,42	11.728,02	0,05	18,17
Vigilância Epidemiológica	21.000,00	41.906,41	4.964,13	22.213,50	1.978,34	19.227,71	0,09	45,88
Educação	9.056.550,00	9.988.241,36	2.258.336,21	7.250.004,71	1.471.363,96	6.089.854,78	28,54	60,97
Administração Geral	151.000,00	144.240,00	6.562,00	86.235,23	6.562,00	86.235,23	0,40	59,79
Ensino Fundamental	7.414.050,00	7.359.902,86	2.121.855,30	6.387.533,43	1.341.159,96	5.272.672,90	24,71	71,64
Ensino Médio	22.000,00	28.760,00	7.187,50	28.750,00	0,00	14.375,00	0,07	49,98
Ensino Superior	101.000,00	155.000,00	28.000,00	112.000,00	28.000,00	112.000,00	0,52	72,26
Educação Infantil	1.210.000,00	2.047.145,33	71.353,83	471.769,95	65.387,70	450.012,22	2,11	21,98
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	46.383,17	3.430,48	25.784,11	4.162,38	25.450,18	0,12	54,87
Educação Especial	42.500,00	80.800,00	13.600,00	58.034,23	13.600,00	54.734,23	0,26	67,74
Desporto Comunitário	106.000,00	126.010,00	6.347,10	79.897,76	12.491,92	74.375,02	0,35	59,02

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Cultura	25.977.770,00	32.573.863,32	4.707.477,38	24.279.271,01	4.065.359,78	21.336.666,46	100,00	65,50
Difusão Cultural	52.000,00	43.695,00	0,00	175,00	0,00	175,00	0,00	0,40
Urbanismo	52.000,00	43.695,00	0,00	175,00	0,00	175,00	0,00	0,40
Infra-Estrutura Urbana	2.227.700,00	1.745.825,33	217.064,67	1.282.610,49	215.084,80	1.162.277,59	5,45	66,57
Habituação	2.227.700,00	1.745.825,33	217.064,67	1.282.610,49	215.084,80	1.162.277,59	5,45	66,57
Habituação Urbana	165.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	165.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	1.019.500,00	1.294.875,77	52.530,31	663.539,91	101.506,98	632.917,22	2,97	48,88
Indústria	1.019.500,00	1.294.875,77	52.530,31	663.539,91	101.506,98	632.917,22	2,97	48,88
Promoção Industrial	201.500,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	201.500,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	21.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	21.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	200.000,00	313.000,00	47.490,59	219.841,24	47.490,59	219.841,24	1,03	70,24
Transporte	200.000,00	313.000,00	47.490,59	219.841,24	47.490,59	219.841,24	1,03	70,24
Transporte Rodoviário	1.790.000,00	4.282.835,37	289.712,17	3.729.157,10	361.939,60	3.632.212,43	17,02	84,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.790.000,00	4.282.835,37	289.712,17	3.729.157,10	361.939,60	3.632.212,43	17,02	84,81
	118.000,00	118.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Saúde	422.000,00	422.000,00	-	-	-	-	-	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	422.000,00	422.000,00	-	-	-	-	-	422.000,00
Saúde	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.000,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	26.399.770,00	32.995.863,32	4.707.477,38	24.279.271,01	4.065.359,78	21.336.666,46	100,00	64,66
								11.659.196,86

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RREO ANEXO 08 5º BIMESTRE**

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.783.000,00	1.783.000,00	292.296,78	1.527.167,39	85,65
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	523.000,00	523.000,00	28.082,45	393.333,93	75,21
1.1.1- IPTU	480.000,00	480.000,00	16.529,32	338.045,49	70,43
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	18.000,00	18.000,00	5.929,27	24.792,46	137,74
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	5.623,86	30.495,98	121,98
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	315.500,00	315.500,00	30.312,24	104.384,61	33,09
1.2.1- ITBI	315.500,00	315.500,00	30.312,24	100.351,36	31,86
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	0,00	633,24	126,65
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	3.400,01	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	694.500,00	694.500,00	169.437,35	762.956,06	109,86
1.3.1- ISS	680.000,00	680.000,00	166.414,30	738.625,00	108,62
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.500,00	2.500,00	1.784,05	13.850,84	546,03
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	12.000,00	12.000,00	1.239,00	10.680,22	89,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	64.464,74	266.492,79	106,60
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	64.464,74	266.492,79	106,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	13.465.000,00	13.465.000,00	2.215.200,31	11.712.871,53	86,99
2.1- Cota-Parte FPM	7.920.000,00	7.920.000,00	1.019.449,04	6.162.496,56	77,81
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	-	0,00	1.019.449,04	6.162.496,56	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	7.920.000,00	7.920.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.900.000,00	4.900.000,00	1.030.261,79	4.856.342,97	99,11
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	4.176,38	18.793,71	62,65
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	65.000,00	65.000,00	15.217,14	73.963,92	113,79
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	39.549,16	44.108,56	294,06
2.6- Cota-Parte IPVA	535.000,00	535.000,00	106.546,80	557.165,81	104,14
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	15.248.000,00	15.248.000,00	2.507.497,09	13.240.038,92	86,83
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	517.000,00	517.000,00	96.379,25	492.188,93	95,20
5.1- Transferências do Salário-Educação	517.000,00	517.000,00	96.379,25	492.188,93	95,20
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	1.092.600,00	1.092.600,00	64.875,56	566.464,28	51,85
6.1- Transferências de Convênios	1.092.600,00	1.092.600,00	64.875,56	566.464,28	51,85
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	291.350,00	291.350,00	77.756,56	271.444,41	93,17
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	1.900.950,00	1.900.950,00	239.010,37	1.330.097,62	69,97
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.693.000,00	2.693.000,00	443.039,58	2.342.863,95	86,99
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.584.000,00	1.584.000,00	203.889,76	1.232.499,08	77,81
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	980.000,00	980.000,00	206.052,18	971.267,74	99,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	835,26	3.758,67	62,64
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	13.000,00	13.000,00	3.043,41	14.792,79	113,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	7.909,81	8.821,60	294,05
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	107.000,00	107.000,00	21.309,16	111.524,07	104,23
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	5.395.000,00	5.395.000,00	960.609,58	4.824.876,14	89,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.395.000,00	5.395.000,00	960.609,58	4.824.876,14	89,43
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	2.702.000,00	2.702.000,00	547.570,00	2.482.212,19	91,87
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.271.000,00	3.290.991,51	633.588,38	2.807.157,43	85,30
13.1- Com Educação Infantil	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.021.000,00	3.040.991,51	633.588,38	2.807.157,43	92,31
14- OUTRAS DESPESAS	2.158.000,00	2.786.500,00	313.852,19	1.098.370,64	39,42
14.1- Com Educação Infantil	40.000,00	871.625,33	0,00	18.230,93	2,09
14.2- Com Ensino Fundamental	2.118.000,00	1.914.874,67	313.852,19	1.080.139,71	56,41
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.429.000,00	6.077.491,51	947.440,57	3.905.528,07	64,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.905.528,07
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					58,17
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					22,76
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					19,05
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.812.000,00	3.812.000,00	626.874,27	3.310.009,73	86,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.080.500,00	1.942.125,33	40.936,25	396.593,50	20,42
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.722.500,00	5.822.606,18	1.031.223,91	4.438.891,80	76,24
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.138.000,00	4.955.866,18	947.440,57	3.887.297,14	78,44
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	583.500,00	866.740,00	83.783,34	551.594,66	63,64
25- ENSINO MÉDIO	22.000,00	28.760,00	0,00	14.375,00	49,98
26- ENSINO SUPERIOR	101.000,00	155.000,00	28.000,00	112.000,00	72,26
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	46.000,00	84.300,00	13.600,00	54.881,93	65,10
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.972.000,00	8.032.791,51	1.113.760,16	5.016.712,23	62,45
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.482.212,19
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					19.991,51
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.502.203,70
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.333.251,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					17,62
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	519.000,00	519.055,42	131.688,03	447.475,15	86,21
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.420.050,00	1.267.196,51	213.335,95	545.645,04	43,06
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.939.050,00	1.786.251,93	345.023,98	993.120,19	55,60
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.911.050,00	9.819.043,44	1.458.784,14	6.009.832,42	61,21

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.996,60	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.824.876,14	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		4.927.835,74	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		4.168.824,26	0,00
49.2 Restos a Pagar		759.011,48	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		-99.963,00	0,00

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 19.991,51, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



RREO ANEXO 12 5º BIMESTRE

Município de IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.783.000,00	1.783.000,00	1.523.767,38	85,46
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	480.000,00	480.000,00	338.045,49	70,43
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	315.000,00	315.000,00	100.351,36	31,86
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	680.000,00	680.000,00	738.625,00	108,62
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	266.492,79	106,60
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	21.000,00	21.000,00	39.076,54	186,08
Dívida Ativa dos Impostos	37.000,00	37.000,00	41.176,20	111,29
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.465.000,00	13.465.000,00	11.712.871,53	86,99
Cota-Parte FPM	7.920.000,00	7.920.000,00	6.162.496,56	77,81
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	44.108,56	294,06
Cota-Parte IPVA	535.000,00	535.000,00	557.165,81	104,14
Cota-Parte ICMS	4.900.000,00	4.900.000,00	4.856.342,97	99,11
Cota-Parte IPI-Exportação	65.000,00	65.000,00	73.963,92	113,79
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	18.793,71	62,65
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	18.793,71	62,65
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.248.000,00	15.248.000,00	13.236.638,91	86,81

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.611.400,00	2.611.400,00	2.160.398,06	82,73
Provenientes da União	2.353.900,00	2.353.900,00	1.925.067,24	81,78
Provenientes dos Estados	257.500,00	257.500,00	220.330,82	85,57
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	15.000,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	90.500,00	90.500,00	66.685,14	73,69
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.701.900,00	2.701.900,00	2.227.083,20	82,43

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.737.900,00	7.384.603,86	5.707.949,04	77,30	5.423.457,73	73,44
Pessoal e Encargos Sociais	4.233.500,00	4.492.425,71	3.619.778,91	80,58	3.498.281,49	77,87
Juros e Encargos da Dívida	8.500,00	8.500,00	815,34	9,59	815,34	9,59
Outras Despesas Correntes	2.495.900,00	2.883.678,15	2.087.354,79	72,39	1.924.360,90	66,73

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	299.000,00	1.605.048,29	1.231.494,24	76,73	335.346,24	20,89
	299.000,00	1.605.048,29	1.231.494,24	76,73	335.346,24	20,89
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	7.036.900,00	8.989.652,15	6.939.443,28	77,19	5.758.803,97	64,06
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>% (h/IV)x100</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>% (i/IVg)x100</b>
			Até o Bimestre (h)		Até o Bimestre (i)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.263.400,00	3.934.219,28	2.658.703,95	38,31	1.792.615,17	31,13
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.189.400,00	3.841.018,74	2.648.376,09	38,16	1.782.287,31	30,95
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	74.000,00	93.200,54	10.327,86	0,15	10.327,86	0,18
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.263.400,00	3.934.219,28	2.658.703,95	38,31	1.792.615,17	31,13
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	4.773.500,00	5.055.432,87	4.280.739,33	38,88	3.966.188,80	32,93
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6</b>						29,96
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>						1.980.692,96

Continua 2/4

Município de IRINEOPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
0,00		0,00	0,00	
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28				
		LIMITE NÃO CUMPRIDO		
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
-		-	-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	5.527.500,00	7.225.758,15	5.888.259,84	84,85	4.786.173,18	83,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.474.400,00	1.657.448,38	969.607,92	13,97	941.675,06	16,35
Vigilância Sanitária	14.000,00	64.539,21	59.362,02	0,86	11.728,02	0,20
Vigilância Epidemiológica	21.000,00	41.906,41	22.213,50	0,32	19.227,71	0,33
Outras Subfunções	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.053.900,00	9.006.652,15	6.939.443,28	100,00	5.758.803,97	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

6No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 17 de novembro de 2014, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros MARCIANE RECH, VALERIO PACHECO, nomeados pelo(a) , para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 77/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE ITAPOÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
TODT COMERCIAL LTDA - ME	AUSENTE
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA ME	ARTHUR LEOCADIO MAES CORDEIRO
DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME	JOSNEI RODRIGUES

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada(s) para a fase de lances a empresa:

Itens Desclassificados	
TODT COMERCIAL LTDA - ME	DESCLASIFICADA NO ITEM 5.2.5 DO EDITAL

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, Todas as demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresa Ganhadora	Valor Total
DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME	R\$ 17.520,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A proposta da empresa vencedora satisfaz à exigência do edital; b) A empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 17 de novembro de 2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
MARCIANE RECH Membro	VALERIO PACHECO Membro
DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME JOSNEI RODRIGUES	3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA ME ARTHUR LEOCADIO MAES CORDEIRO
TODT COMERCIAL LTDA - ME	

### TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL- PREGÃO Nº72/14- PROCESSO Nº132

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 19 de novembro de 2014. HORÁRIO: 11h:30min (Abertura)

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014 - PROCESSO Nº 132/2014 - Contratação de Instituição Financeira para processar e gerenciar os créditos provenientes da folha de pagamento dos Agentes Públicos e Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

#### AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citados, fica no presente ato suspenso, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa, por razões de interesse público.

Itapoá, 17 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

PREFEITO MUNICIPAL

# ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 17 de novembro de 2014, a partir das 11:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA, SOLAMIR COELHO, nomeados pelo(a), para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 79/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NA PINTURA DE VIAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	PLINIO DORLY WESTPHAL
SSAT SINALIZACAO E ADESIVOS LTDA	FAGNER RODRIGO PASSIG
SINCO SINALIZACAO E COMUNICACAO INDUSTRIAL E COMERCIO LTDA	SERGIO MAIA DE OLIVEIRA
MADEVIA LTDA EPP	WILSON BAIER
SINALCOR PRODUTOS PARA SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA VIÁRIA LTDA EPP	NELMA NOGUEIRA LIMA BORELLI
SINALMAX COMERCIO E INDUSTRIA DE SINALIZAÇÃO LTDA	RUBENS BRAGA FRANCISCO
SDI TINTAS LTDA	

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada(s) para a fase de lances a(s) empresa(s):

Itens Desclassificados		
SDI TINTAS LTDA		Motivo: Descumpriu o item 5.2.5 do edital
1282220 - MADEVIA LTDA EPP		
Item	Descrição	Motivo
5	MICROESFERA DE VIDRO, DROP-ON - AC-12, ACONDICIONADA EM SACOS DE 25 KG	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
6	MICROESFERA DE VIDRO, PREMIX, ACONDICIONADA EM SACOS DE 25 KG	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
1270320 - SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		
Item	Descrição	Motivo

Itens Desclassificados		
SDI TINTAS LTDA		Motivo: Descumpriu o item 5.2.5 do edital
1	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, CONFORME NORMA ABNT 11.862, NA COR BRANCA, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS.	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
2	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, CONFORME NORMA ABNT 11.862, NA COR AMARELA, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS.	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
3	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, CONFORME NORMA ABNT 11.862, NA COR PRETA, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS.	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
5	MICROESFERA DE VIDRO, DROP-ON - AC-12, ACONDICIONADA EM SACOS DE 25 KG	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
6	MICROESFERA DE VIDRO, PREMIX, ACONDICIONADA EM SACOS DE 25 KG	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
11617330 - SINALCOR PRODUTOS PARA SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA VIÁRIA LTDA EPP		
Item	Descrição	Motivo
1	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, CONFORME NORMA ABNT 11.862, NA COR BRANCA, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS.	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
2	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, CONFORME NORMA ABNT 11.862, NA COR AMARELA, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS.	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
3	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, CONFORME NORMA ABNT 11.862, NA COR PRETA, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS.	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
4	SOLVENTE PARA DEMARCAÇÃO, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
5	MICROESFERA DE VIDRO, DROP-ON - AC-12, ACONDICIONADA EM SACOS DE 25 KG	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
6	MICROESFERA DE VIDRO, PREMIX, ACONDICIONADA EM SACOS DE 25 KG	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
11617349 - SINALMAX COMERCIO E INDUSTRIA DE SINALIZAÇÃO LTDA		
Item	Descrição	Motivo
4	SOLVENTE PARA DEMARCAÇÃO, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
1281739 - SINCO SINALIZACAO E COMUNICACAO INDUSTRIAL E COMERCIO LTDA		
Item	Descrição	Motivo
1	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, CONFORME NORMA ABNT 11.862, NA COR BRANCA, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS.	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
2	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, CONFORME NORMA ABNT 11.862, NA COR AMARELA, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS.	Proposta acima de 10% da melhor proposta.
3	TINTA ACRÍLICA A BASE DE SOLVENTE, CONFORME NORMA ABNT 11.862, NA COR PRETA, ACONDICIONADA EM BALDES DE 18 LITROS.	Proposta acima de 10% da melhor proposta.

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das



especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganadoras	Itens/Lotes	Valor Total
MADEVIA LTDA EPP	01	11.120,00
MADEVIA LTDA EPP	02	16.800,00
MADEVIA LTDA EPP	03	3.000,00
MADEVIA LTDA EPP	04	2.900,00
TOTAL DOS ITENS		33.820,00
SSAT SINALIZACAO E ADESIVOS LTDA	05	8.800,00
SSAT SINALIZACAO E ADESIVOS LTDA	06	4.400,00
TOTAL DOS ITENS		13.200,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 17 de novembro de 2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA Membro	SOLAMIR COELHO Membro
SDI TINTAS LTDA	MADEVIA LTDA EPP WILSON BAIER
SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA PLINIO DORLY WESTPHAL	SINALMAX COMERCIO E INDUSTRIA DE SINALIZAÇÃO LTDA RUBENS BRAGA FRANCISCO

SINALCOR PRODUTOS PARA SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA VIÁRIA LTDA EPP  
NELMA NOGUEIRA LIMA BORELLI

SSAT SINALIZACAO E ADESIVOS LTDA  
FAGNER RODRIGO PASSIG

SINCO SINALIZACAO E COMUNICACAO INDUSTRIAL E COMERCIO LTDA  
SERGIO MAIA DE OLIVEIRA



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 123 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 123 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), como segue:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (13) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º. O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 03 de novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### DECRETO Nº. 124 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 124 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 877.587,71 (Oitocentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos), por conta do Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO: 1.043 - Infra-Estrutura de Água e Saneamento

Modalidade de Aplicação: (72) - 4.4.90.00.00.0094.54 - Aplicações Diretas R\$ 877.587,71

TOTAL R\$ 877.587,71

Art. 2º. Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2014, do convênio assinado com a FUNASA, no valor de R\$ 877.587,71 (Oitocentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos), objetivando a execução de Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário, no município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado Agência 2192-X - Banco do Brasil S/A e Conta Corrente n.º 12.363-3 até o limite dos valores da vinculação 01.0094.54, acrescida ao Projeto/Atividade 1.043.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 03 de novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### DECRETO Nº. 125 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 125 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento

da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJETO: 1.049 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para frota Mecanizada

Modalidade de Aplicação: (85) - 4.4.90.00.00.0094 - Aplicações Diretas R\$ 97.500,00

TOTAL ..... R\$ 97.500,00

Art. 2º. O recurso destinado a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, ocorrerá por conta do recurso do convênio assinado com o Governo Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, conforme Contrato de Repasse n.º 809037/2014 no valor de R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais), objetivando a execução de ações relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 00.0094, acrescida ao Projeto/Atividade 1.049.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 03 de novembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## DECRETO Nº. 126 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 126 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 243.750,00 (Duzentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJETO: 1.049 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para frota Mecanizada

Modalidade de Aplicação: (85) - 4.4.90.00.00.0094 - Aplicações Diretas R\$ 243.750,00

TOTAL ..... R\$ 243.750,00

Art. 2º. O recurso destinado a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, ocorrerá por conta do recurso do convênio assinado com o Governo Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, conforme Contrato de Repasse n.º 808553/2014 no valor de R\$ 243.750,00 (Duzentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais), objetivando a execução de ações relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 00.0094, acrescida ao Projeto/Atividade 1.049.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 03 de novembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## LEI Nº. 747 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº. 747 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR e o FUMTUR - Fundo Municipal do Turismo do Município de Jacinto Machado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

### CAPÍTULO I

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 1º. Fica reestruturado o Conselho Municipal de Turismo de Jacinto Machado - COMTUR como órgão colegiado vinculado à (Secretaria ou Departamento ou Diretoria) Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, destinado promover e incentivar as ações de Turismo no Município de Jacinto Machado.

Art. 2º. O Conselho será integrado por pessoas de ilibada conduta social, reconhecido espírito público e interesse no turismo, designado por ato do Prefeito Municipal, com a seguinte estrutura:

I - o Presidente de Honra será o Chefe do Executivo;

II - o Presidente do Conselho será indicado pelo Plenário do Conselho, através de Lista Tríplice para escolha do Prefeito Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, admitindo ser reconduzido por mais uma eleição.

Art. 3º. Esta Lei reestrutura o Conselho Municipal de Turismo

- COMTUR que tem por objetivo auxiliar na orientação, promoção e gerência do desenvolvimento do turismo e nas políticas públicas voltadas ao setor no Município de Jacinto Machado.

Art. 4º O COMTUR é órgão consultivo e de assessoramento à Administração Pública e aos órgãos de representatividade afins ao segmento turístico.

Art. 5º. Ao COMTUR, ressalvadas as competências dos demais órgãos públicos e conselhos municipais, cabem as seguintes atribuições:

I - emitir parecer, quando solicitado sobre os processos, projetos ou planos de desenvolvimento de turismo elaborados por entes públicos e/ou privados;

II - organizar e promover amplos debates sobre a profissionalização do turismo e a sua relevância como fonte de divisas para todo o Município;

III - elaborar o seu Regimento Interno;

IV - auxiliar na coordenação para incentivo e promoção do turismo no Município, melhorando e ampliando a infra-estrutura turística e qualificando os atrativos turísticos;

V - contribuir para a promoção de campanhas de conscientização da comunidade voltadas à atividade turística;

VI - desenvolver programas e projetos de interesse turístico, visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, respeitada sua capacidade receptiva, assim como seus patrimônios ambiental e cultural;

VII - estudar e propor medidas de difusão e fomento ao turismo no Município, em colaboração com os órgãos e entidades especializadas;

VIII - colaborar na elaboração e divulgação de calendário de eventos do Município.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 6º. O Conselho Municipal de Turismo de Jacinto Machado - COMTUR compor-se-á de membros representativos da comunidade, com vínculo e interesse no desenvolvimento turístico do Município.

Art. 7º. O Conselho Municipal de Turismo de Jacinto Machado - COMTUR será formado pelos membros que seguem para o desenvolvimento do Turismo.

I - Membros do Poder Executivo Municipal:

(Esta composição deve ser elaborada de acordo com a necessidade Local, mas lembre-se de que o número final deve ser ímpar)

03 (três) representantes da Administração Pública Municipal;

II - Da Sociedade Civil:

04 (quatro) representantes Trade Turístico;

01 (um) representante da EPAGRI;

01 (um) representante das forças auxiliares

01 (um) representante das associações do município;

01 (um) representante da CDL;

01 (um) representante dos sindicatos e/ ou cooperativas;

01 (um) representante do Parque Nacional da Serra Geral.

§ 1º. Todos os Conselheiros Titulares do COMTUR terão suplentes que deverão pertencer ao mesmo órgão público, sociedade civil ou segmento da iniciativa privada e que substituirão aqueles em suas ausências ou impedimentos.

§ 2º. Os membros titulares e suplentes do Conselho relacionados no item I serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§ 3º. Os membros titulares e suplentes do Conselho relacionados no item II serão indicados pela instituição da qual fazem parte, que indicará também os suplentes que deverão pertencer ao mesmo órgão que os titulares.

Art. 8º. Os Conselheiros não receberão remuneração pelos serviços prestados e terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, com indicação das entidades ou setores que representem.

§ 1º. A coordenação do COMTUR será exercida por 02 (dois) coordenadores, sendo um deles advindo do Poder Público, o qual deverá ser titular da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, e outro da iniciativa privada, ambos auxiliados por 01 (um) Secretário Executivo e 01 (um) Secretário Adjunto, sendo 01 (um) representante do Poder Público e outro das entidades privadas.

§ 2º. A escolha do Coordenador advindo da iniciativa privada e do Secretário e Secretário Adjunto será realizada na 1ª (primeira) reunião ordinária da gestão, através de candidaturas e votação aberta. O 1º (primeiro) exerce a função de coordenador do grupo e o Secretário terá a seu encargo as funções executivas do Conselho.

§ 3º. A Coordenação poderá ser exercida em conjunto, ou de acordo com a Plenária, que poderá ser de 01 (um) ano para cada entidade e membro da coordenação, devendo a documentação emitida pelo Conselho conter a assinatura dos 02 (dois).

## CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E DA PERDA DO MANDATO

Art. 9º. Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Turismo:

I - representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;

II - organizar a ordem do dia das reuniões ordinárias e solicitar ao Secretário que envie a pauta aos membros, no prazo mínimo de 03 (três) dias de antecedência;

III - convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por contato telefônico, por correspondência oficial, correio eletrônico ou pessoalmente;

IV - coordenar as atividades do Conselho;

V - cumprir as determinações do Regimento Interno;

VI - propor ao Conselho as reformas do Regimento Interno;

VII - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;

VIII - responsabilizar-se pela publicação do balanço com os atos do Conselho e dos recursos utilizados;

IX - adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo Conselho, da execução dos projetos e propostas de interesse turístico do Município;

X - convidar pessoas de áreas de interesse turístico para participar

das reuniões, com direito a voz e não a voto, com o objetivo de colaborar com o Conselho;

XI - garantir ampla publicidade aos atos do Conselho, fortalecendo-o como fórum democrático e com o devido controle social;

XII - determinar a verificação de presença de seus membros, através das atas redigidas pelo Secretário;

XIII - conduzir a plenária para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XIV - colocar matéria em discussão e votação em não havendo consenso;

XV - decidir sobre questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos o Regimento;

XVI - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XVII - mandar anotar os precedentes regimentais, para solução de casos análogos;

XVIII - estabelecer relação para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;

XIX - conferir os livros e documentos destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XX - encaminhar o destino do expediente lido nas sessões;

XXI - agir em nome do Conselho, ou delegar representação aos membros, para manter os contatos com as autoridades e órgãos afins;

XXII - propor para o plenário, formação para discussão e análise de câmaras técnicas específicas e temporárias, em virtude da complexidade do tema, ou do tempo requerido para a análise da proposta, de forma que a pauta do Conselho não fique obstruída;

XXIII - após análise e parecer da câmara técnica que deve ter no mínimo 04 (quatro) membros e no máximo 06 (seis) membros, garantida a paridade, fazer retornar ao plenário para decisão sobre o encaminhamento sempre que necessário.

Parágrafo Único. Compete ao Vice-Presidente do COMTUR: substituir, auxiliar e representar o Presidente, quando necessário.

Art. 10 Compete ao Secretário e ao Secretário Adjunto:

I - assessorar a coordenação na elaboração das pautas das reuniões e nas matérias técnicas;

II - secretariar as reuniões do Conselho e das Câmaras Técnicas;

III - redigir as atas das reuniões que serão aprovadas na reunião seguinte;

IV - receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrar e tomar as providências necessárias;

V - responsabilizar-se pelos livros, atas e outros documentos do Conselho.

Parágrafo Único. Ao Secretário Adjunto compete colaborar com o Secretário Executivo, substituindo-o na ausência ou impedimento.

#### CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS E DAS REUNIÕES DO CONSELHO

Art. 11. O Conselho Municipal de Turismo de Jacinto Machado - COMTUR reunir-se-á ordinariamente pelo menos 01 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares.

Art. 12. As reuniões serão conduzidas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente, conforme decidirem entre si, e na ausência de ambos pelo Secretário Executivo ou pelo Secretário Adjunto.

Parágrafo Único. As decisões do Conselho serão tomadas pelos presentes na reunião, que tenha quórum mínimo de maioria absoluta, entendida como 50% (cinquenta) por cento, acrescido do 1º (primeiro) número inteiro na 1ª (primeira) convocação dos membros do COMTUR 15 (quinze) minutos, após não havendo quórum, será decidido por maioria simples.

Art. 13. O COMTUR considerar-se-á constituído, quando empossado os seus membros, que deverão permanecer no cargo até última sessão do "ano par" devendo a reunião de escolha dos conselheiros ser realizada no mesmo dia. O Presidente do Conselho formará a Comissão responsável que participará da indicação dos membros da Sociedade Civil.

#### CAPÍTULO V DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 14. Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo.

Parágrafo Único. O FUMTUR deverá ser regulamentado através de Decreto Municipal.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Turismo, em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR adotarão ações comuns no sentido de:

I - definir mecanismos próprios de gerenciamento, registro e controle do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR;

II - aplicar os parâmetros da Administração Financeira Pública na execução do Fundo, nos termos da legislação vigente;

#### CAPÍTULO VI DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO FUMTUR

Art. 16 O Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, poderá receber recursos orçamentários destinados pelo Município, pelo Estado e pela União, além de:

I - receitas provenientes de cessão de espaços públicos municipais, para eventos de cunho turístico e de negócios;

II - rendas provenientes da cobrança de ingressos e receitas, promovidas por ações dos gestores do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR;

III - poderá receber dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento do Município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

IV - doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras,



legados subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V - contribuições de qualquer natureza, destinadas ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, sejam públicas ou privadas;

VI - recursos provenientes de convênios destinados ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, celebrado com o Município;

VII - produtos de operações de créditos, realizadas pelo Município, observadas a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;

VIII - rendas provenientes da aplicação financeira de seus recursos disponíveis, no mercado de capitais;

IX - outras rendas eventuais.

Parágrafo Único. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em Instituição Financeira Oficial, sob a denominação de "Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR."

Art. 17. As receitas do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, deverão ser processadas de acordo com a Legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos exclusivamente voltadas ao turismo, a ser desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

#### CAPÍTULO VII DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR

Art. 18 Os recursos do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR serão exclusivamente aplicados em:

I - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público privado, para execução de programas, projetos específicos do setor de Turismo;

II - aquisição de material permanente, de consumo, e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos diretamente ligados ao turismo;

III - financiar total ou parcialmente, programas e projetos de turismo, através de convênios;

IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo;

V - aplicação de recursos em quaisquer projetos turísticos e de eventos de iniciativa da Secretaria Municipal de Turismo e do Conselho Municipal de Turismo de Jacinto Machado - COMTUR, que desenvolvam a atividade turística, no Município de Jacinto Machado.

Parágrafo Único. A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, para quaisquer finalidades, fica condicionada ao comprovado atendimento do disposto no artigo 14 desta Lei.

Art. 19. Obedecida à Legislação em vigor, quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades estabelecidas nesta Lei, os recursos do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR deverão ser aplicados no mercado de capitais, cujos resultados a ele reverterão.

Art. 20. Na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, observará:

I - as especificações definidas em orçamento próprio;

II - os planos de aplicação e respectivos demonstrativos de recursos, por origem, observada a Legislação orçamentária.

Parágrafo Único. O orçamento e os planos de aplicação do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pela Secretaria Municipal de Turismo.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. O Executivo Municipal regulamentará, através de Decreto, a presente Lei, caso necessário, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta Lei.

Art. 22. Deverá o Conselho realizar anualmente, ou a qualquer tempo por solicitação do Poder Executivo ou de outros órgãos da sociedade, a prestação de contas do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, criado por esta Lei, após efetuar a publicação da mesma e ainda:

I - auxiliar na promoção de campanhas positivas ao setor local, integrando os diversos setores da cidade para incentivar na população, a cultura para o turismo;

II - auxiliar na captação de recursos de outros órgãos e esferas administrativas para o setor;

III - zelar e propor a elaboração de legislação que propicie o incremento da atividade turística no Município.

Art. 23. A 1ª (primeira) gestão deverá em até 90 (noventa) dias elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 24. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as leis 176/1998; 376/2003; 392/2003 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 10 de novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

#### LEI Nº. 748 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº. 748 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

FIXA O VALOR MÍNIMO PARA A REALIZAÇÃO DA COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE EXECUÇÃO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. A presente Lei fixa o valor mínimo para o ajuizamento de ações ou execuções fiscais de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, abrangendo todo e qualquer débito tributário e não tributário devido à Municipalidade, suas Autarquias e Fundações.

Art. 2º. Fica estabelecido o valor de 01 (um) salário mínimo

nacional, vigente na época do ajuizamento, como valor mínimo da causa que visa à cobrança judicial de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo Único - Para alcançar o valor mínimo determinado no caput, o órgão responsável pela constituição do crédito poderá proceder à reunião de todos os débitos do devedor, com atualização do respectivo débito originário, somado aos encargos e acréscimos legais até a data da apuração, exceto os débitos prescritos.

Art. 3º. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Município, os autos das execuções fiscais de débito inscritos como Dívida Ativa da Fazenda Municipal de valor consolidado igual ou inferior a um salário mínimo.

§ 1º. Os autos de execução a que se refere este artigo serão desarquivados quando em razão de novos valores devidos pelo mesmo contribuinte os valores dos débitos venham a ultrapassar os limites indicados.

§ 2º. No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28, da Lei n.º 6.830/80, para fins de que trata o limite indicado no caput deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.

Art. 4º. A adoção das medidas previstas nesta Lei não afasta a incidência de atualização monetária, multa e juros de mora, nem elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Municipal, quando previstas em Lei.

Art. 5º. Os valores de Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal inferiores a um salário mínimo, ainda não objeto do ajuizamento de Execução Fiscal, serão cobrados administrativamente pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, se necessário, expedirá instruções complementares ao disposto nesta Lei, inclusive quanto à implementação de programas administrativos específicos para a cobrança dos débitos não sujeitos ao ajuizamento das execuções fiscais.

Art.7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),  
10 de novembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### RESOLUÇÃO Nº: 032/2014/CMAS-JBA.

Resolução nº: 032/2014/CMAS-JBA.

Aprova solicitação de remanejamento de recursos:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar remanejamento de recursos destinados à alimentação no projeto Escola e comunidade de mãos dadas com o bem estar da social apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Joaçaba - APAS e o Centro de Educação e Reabilitação da APAS - CER-APAS no valor de R\$2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único - Os recursos de que tratam o caput do artigo 1º serão deduzidos do item alimentação e incluídos no item manutenção de equipamentos.

I - Faz parte da presente resolução o parecer nº019/2014.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de Agosto de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

#### RESOLUÇÃO Nº: 033/2014/CMAS-JBA.

Resolução nº: 033/2014/CMAS-JBA.

Aprova solicitação de remanejamento de recursos:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar remanejamento de recursos no valor de R\$2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) destinados conforme quadro abaixo no projeto Escola e comunidade de mãos dadas com o bem estar da social apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Joaçaba - APAS).

Quantidade	Descrição	Valor
Diversos	Material de limpeza (detergente, desinfetante, cera e outros)	R\$400,00
Diversos	Material de higiene (papel higiênico, sabonete, sabonete líquido e outros)	R\$400,00
Diversos	Água, Luz e telefone	R\$600,00

Diversos	Alimentação para a festiva de natal, confraternização e mostra dos trabalhos.	R\$1.100,00
		R\$2.500,00

Parágrafo Único - Os recursos de que tratam o caput do artigo 1º serão transferidos do item despesas com conserto do aparelho de otoemissões acústicas, constante na resolução nº24/2014.

I - Faz parte da presente resolução o parecer nº033/2014.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os dispositivos da resolução nº24/2014.

Joaçaba (SC), 17 de Novembro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

### **PORTARIA N.º 3340**

PORTARIA Nº 3.340 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) TALIANE REGINA HOFF, do cargo de Técnico de Administração, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § 1º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 3341**

PORTARIA Nº 3.341 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) MARIA DE FATIMA MARTINAZZO durante o período de 05 de novembro de 2014 a 04 de novembro de 2015, para exercer as funções de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em

função da classificação no edital n.º 08/2014/FMS, em especial opção por troca de seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 3342**

PORTARIA Nº 3.342 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) REJANE DOS SANTOS durante o período de 06 de novembro de 2014 a 18 de novembro de 2014, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender para substituição de a Sra. Daniela Patricia Pratto em atestado médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 12 de novembro de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 3343**

PORTARIA Nº 3.343 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ANDREIA APARECIDA RODRIGUES DA CRUZ, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 002/2013 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação, ao findar-se a estabilidade provisória em função do Inciso III da Súmula 244 do TST .

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde de 10 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3344**

PORTARIA Nº 3.344 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 18 de novembro de 2014, do(a) Sr.(a) ANA PAULA COSTENARO, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

## IMPRES

## RELATÓRIO CARTEIRA IMPRES OUTUBRO/2014


**Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC**

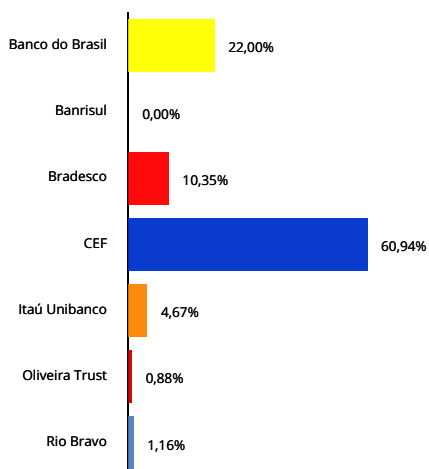
## Relatório da Carteira de Investimentos

OUTUBRO

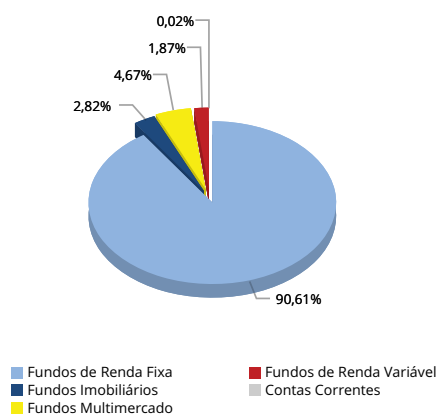
Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

## Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



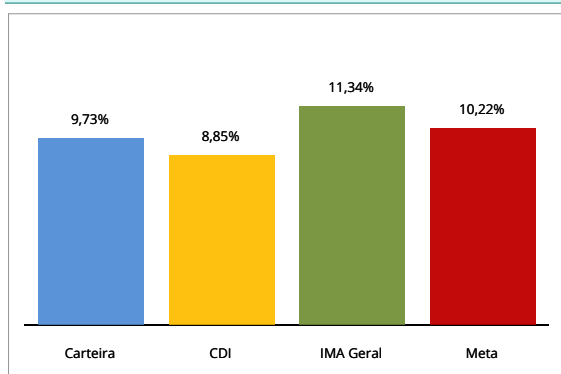
## Distribuição da Carteira por Segmento



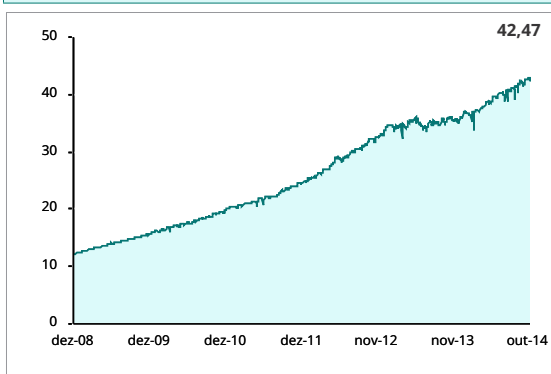
## HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
<b>IMPRES</b>	<b>0,96%</b>	<b>9,73%</b>	<b>8,61%</b>
CDI	0,94%	8,85%	10,47%
IMA Geral	1,44%	11,34%	10,85%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	0,87%	10,22%	12,69%

## Carteira x Indicadores em 2014



## Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



**Análise de Desempenho:** A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos  
Fone: 48 3037 1001  
[www.smiconsult.com.br](http://www.smiconsult.com.br)

**BALANCETE IMPRES OUTUBRO/2014****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.087.943,26	Despesa Orçamentária	434.469,66
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.651,39	Despesas exceto Intra-orçamentárias	432.761,57
RECEITA PATRIMONIAL	406.845,85	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	421.639,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.674,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.122,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	361.301,24	Despesas Intra-orçamentárias	1.708,09
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	129.470,01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.708,09
Receita Extra - Orçamentária	523.167,19	Despesa Extra - Orçamentária	527.046,33
DEPOSITOS	88.695,65	DEPOSITOS	88.097,11
CONSIGNACOES	88.695,65	CONSIGNACOES	88.097,11
PENSAO ALIMENTICIA	979,96	PENSAO ALIMENTICIA	979,96
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	22.297,83	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	22.297,83
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	24.461,95	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	24.461,95
EMPRESTIMOS	34.787,34	EMPRESTIMOS	34.188,80
OUTROS CONSIGNATARIOS	6.168,57	OUTROS CONSIGNATARIOS	6.168,57
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	434.471,54	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	433.340,72
OBRIGACOES A PAGAR	434.471,54	OBRIGACOES A PAGAR	433.340,72
FORNECEDORES	5.152,41	FORNECEDORES	5.152,41
PESSOAL A PAGAR	3.819,05	PESSOAL A PAGAR	3.819,05
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	5.971,72	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.840,90
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	419.528,36	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	419.528,36
		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	5.608,50
		DESINCORPORACOES DE ATIVOS	5.608,50
		OUTRAS BAIXAS DE VALORES	5.608,50
Saldos anteriores	41.821.065,35	Saldos atuais	42.470.659,81
Aplicações do RPPS	41.545.148,10	Aplicações do RPPS	42.461.283,11
BANCO C/ MOVIMENTO	275.917,25	BANCO C/ MOVIMENTO	9.376,70
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	43.432.175,80	Total	43.432.175,80

JOACABA, 12/11/2014

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI  
DIRETORA PRESIDENTE

**SIMAE - JOAÇABA****PORTARIA JHL 206/2014**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 206/2014 DE 14/11/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Destituir, o servidor Murilo Girardi, Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref. E-1, da Função de Condutor do veículo Saveiro Placa MAL -3704 e;

Art. 2º- Designar, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo: Strada, Placa MBH -0317, a partir de 14 de novembro de 2014, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus a um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 14 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 14 de novembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 207/2014**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 207/2014 DE 14.11.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Designar Volnei Jacob Muller, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref. A, sob nº da CNH 03939681023, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo: Strada, Placa MBH -0317, no período de 17 de novembro de 2014 à 16 de dezembro de 2014, por motivo de Férias do titular que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus a um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 17 de novembro

de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 14 de novembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**PREGÃO PRESENCIAL PP 0045/2014 - SIMAE REPUBLICAÇÃO**

REPUBLICAÇÃO EDITAL

EXCLUIDOS EXIGENCIAS DE LAUDOS

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0063/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0045/2014

PROTOCOLO JHL 2889/2014

REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0045/2014 - Licitação 0063/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE PRODUTOS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA AGUA DISTRIBUÍDA PELO SIMAE.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 28/11/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 04/12/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 18/11/2014 a 04/12/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 18 de Novembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**PREGÃO PRESENCIAL PP 0049/2014 - SIMAE REPUBLICAÇÃO**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0066/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048/2014

PROTOCOLO JHL 3078/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0048/2014 - Licitação 0066/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MONTAGEM DE BARRILETE DA ADUTORA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO DISTRITO DE SANTA HELENA

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 26/11/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 26/11/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das

8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 13/11/2014 a 26/11/2014. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 13 de Novembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

### **PREGÃO PRESENCIAL PP 0053/2014 - SIMAE REPUBLICAÇÃO**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0073/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2014  
PROTOCOLO JHL 3240/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0053/2014 - Licitação 0073/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS EM FERRO PARA UTILIZAÇÃO NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA, NA IMPLANTAÇÃO DAS EATS 004 E 023, DE PROPRIEDADE DO SIMAE, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 01/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 01/12/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 18/11/2014 a 01/12/2014. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 18 de Novembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

## **Lages**

### **PREFEITURA**

#### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 34/2013 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 34/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: CONSORCIO PONTE GRANDE, inscrito no CNPJ sob n.º 17.331.768/0001-40, estabelecido à Rua Saldanha Marinho n.º 116 - 3º andar Ed. Liberal Center, Florianópolis/SC - cep: 88.010-450.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para o Gerenciamento, Supervisão, Fiscalização, Supervisão Ambiental e desenvolvimento dos Projetos Executivos, As Built, Readequações e demais Estudos Complementares, relativos ao Plano de Saneamento Integrado - Canalização do Ribeirão Ponte Grande e Construção da Avenida Ponte Grande e Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Lages - SC. De acordo com Cláusula QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, item 5.2 "Os preços serão reajustados pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), a cada doze meses, tendo como data base a da apresentação da proposta na licitação", utiliza-se o percentual de 15,49% para realinhamento dos preços, conforme parecer da Secretaria Municipal da Fazenda.

Lages, 13 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages, SC

#### **PP 47-2014 SMS E PP 06-2014 FUNREBOM**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 47/2014 SMS

Objeto: Aquisição de Materiais

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 02/12/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$34.261,93

Modalidade: PP 06/2014 FUNREBOM

Objeto: Aquisição de Combustíveis

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 02/12/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$9.540,63

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 17 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

## Lauro Muller

### PREFEITURA

#### **INEXGIBILIDADE HMHL Nº44/2014 PROCESSO Nº44/2014**

INEXGIBILIDADE HMHL Nº44/2014 PROCESSO Nº44/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: Contratação de serviços de assistência médico-hospitalar, compreendendo diagnóstico, consultas médicas, plantão médico e tratamentos complementares a serem prestados no Hospital Municipal Henrique Lage conforme credenciados no Edital de chamamento 04/2014.

CONTRATADO: SAMUEL DA SILVA LUNARDI

VALOR GLOBAL: 521.400,00 ( quinhentos e vinte um mil e quatrocentos reais) a ser dividido entre os credenciados.

VIGÊNCIA: até 31/12/2014

Lauro Müller, 17 de novembro de 2014.

#### **EXTRATO DE CONTRATO 69/2014 HMHL**

EXTRATO DE CONTRATO 69/2014 HMHL

Contrato 69/2014

Processo Licitatório nº 44/2014 - Inexgibilidade 12/2014

OBJETO: Contratação de serviços de assistência médico-hospitalar, compreendendo diagnóstico, consultas médicas, plantão médico e tratamentos complementares a serem prestados no Hospital Municipal Henrique Lage conforme credenciados no Edital de chamamento 04/2014. Contratado: SAMUEL DA SILVA LUNARDI

Valor: R\$ 521.400,00 ( quinhentos e vinte um mil e quatrocentos reais) a ser dividido entre os credenciados.

Prazo de Vigência: 17/11/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

#### **EXTRATO DE CONTRATO 193/2014 PMLM**

EXTRATO DE CONTRATO 193/2014 PMLM

Contrato 193/2014

Processo Licitatório nº 115/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 115/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, (diesel e diesel S10) , para manutenção das estradas rurais de Lauro Muller, conforme condições fixadas no proposta 13760, programa de transferência nº2014003578, Convenio nº 2014TR003612 que entre si celebram o do Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Criciúma e Prefeitura Municipal de Lauro Müller processo nº SDR2100007425/0314

Contratado: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

Valor: R\$ 117.297,52 ( cento e dezessete mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Prazo de Vigência: 13/11/2014 à 31/12/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

## Lebon Regis

### PREFEITURA

#### **DISPENSA Nº DL13/2014 PROCESSO Nº 65/2014**

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa Nº DL13/2014 PROCESSO Nº 65/2014

OBJETO: A contratação é justificada tendo em vista o afastamento do Advogado do Município por 15 dias, conforme atestado médico, e indispensabilidade de Advogado para emissão de pareceres em diversos processos de licitação que estão em andamento e outros que devem ser iniciados, sob pena de atraso na aquisição de serviços e produtos e na prestação dos serviços públicos, além de outras questões que possam surgir no decorrer do prazo de afastamento e que necessitem de manifestação jurídica.

Data de ratificação: 12/11/2014

Licitante Ratificado: 551.756.359-72 (EDERSON LUIZ BASTIANI)

Valor Total Homologado: R\$ 900,00

Lebon Régis, 12/11/2014

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº 86/2014. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: EDERSON LUIZ BASTIANI

Valor: R\$ 900,00 Vigência: 12/11/2014 Término: 24/11/2014. Nº da licitação: DL13/2014. Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de assessoria jurídica na área de licitação, com emissão de pareceres, pelo prazo de afastamento do Advogado do Município (de 12/11/2014 a 24/11/2014) e em outras áreas administrativas cujas questões surgirem no decorrer do prazo de afastamento do Advogado, exceto a representação do Município em juízo.

Lebon Régis, 12/11/2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

#### **PREGÃO Nº PR44/2014**

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Nº PR44/2014

Processo Administrativo: 62/2014

OBJETO: Aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para conserto de um Fiat Uno Mille Economy, ano/modelo 2013/2013, placa MKY-4374, pertencente à Secretaria de Educação. Data de Homologação: 14/11/2014

Licitantes Homologados: Juliano Antonio Tomacheski ME - Valor total de R\$ 65.455,00

Lebon Régis, 14/11/2014

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº...: 87/2014

Contratante...: Município de Lebon Régis

Contratada...: Juliano Antonio Tomacheski ME

Valor ..... : R\$ 5.035,00

Vigência ..... : 14/11/2014 Término: 31/12/2014

Nº da licitação: PR44/2014

Objeto ..... : O Presente contrato tem por objeto a aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para conserto de um Fiat Uno Mille Economy, ano/modelo 2013/2013, placa MKY-4374, pertencente à Secretaria de Educação

Lebon Régis, 14/11/2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal



**PREGÃO Nº PR43/2014****HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Pregão Nº PR43/2014. Processo Administrativo: 61/2014. OBJETO: Aquisição de um Computador para a sala de vacina, conforme Deliberações 243/CIB/2014 e 397/CIB/2014 da Secretaria de Estado da Saúde. Data de Homologação: 14/11/2014. Licitantes Homologados: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME - Valor total de R\$ 2.950,00. Francisco Jucelino-Gestor

**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato nº 30/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis. Contratado: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME. Valor: R\$ 2.950,00. Vigência ..... : 14/11/2014 Término: 31/12/2014. Nº licitação...: PR43/2014. Objeto: O Presente contrato tem por objeto o fornecimento de um computador novo para a sala de vacinas, conforme descrição detalhada do Termo de Referência ( Anexo I) e da Proposta Comercial, as quais independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcrito.

Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 04/2014**

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 04/2014. Processo Licitatório nº 02/2014 Pregão Presencial - PR1/2014. Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS - SC. Contratado: FABIAN COM. E REP. LTDA - ME. Objeto: Fica alterada a cláusula SEGUNDA do Contrato n.04/2014 para Aditar o quantitativo dos serviços em 25 %, totalizando 1.700,00 (um mil e setecentos reais), justificado pela necessidade da administração e pelo art. 65, inciso I, letra "b" da Lei 8.666/93.

Lebon Régis, 17 de Novembro de 2014.  
Francisco Jucelino Ribeiro  
Gestor

**Leoberto Leal****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2014 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 063/2014

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Constitui objeto do presente certame a locação de um terreno com área de 1.600 m², encravado em uma área maior de 167.751,22 m², registrada na Comarca de Ituporanga sob nº AV-1-19.056 - Prot. nº 67.048, livro 2, localizada na Rua Hilário Guchert, Centro de Leoberto Leal, para depósito de materiais, guarda e estacionamento dos veículos, caminhões, máquinas da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Leoberto Leal, até 31 de dezembro de 2014. CONTRATADA: ROSELI SCHEIDT LOPES, pessoa física, residente e domiciliada a Rua Hilário Guchert, nº 54, apto. nº 4, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº 715.710.009-68. VALOR: de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais). ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso X, Lei 8.666/93.

Em 17/11/2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LEOBERTO LEAL

**TÍTULO I**

Da Natureza e Competência.

**CAPÍTULO I**

Da Natureza

Art. 1º O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO é um órgão colegiado que reúne representantes do poder público, dos usuários de saneamento básico, dos prestadores de serviço público, das entidades técnicas, das organizações da sociedade civil, devidamente constituído, de natureza temporária, de caráter consultivo no âmbito de suas competências, conforme dispõe a Lei nº 1.072, de 26 de junho de 2014.

**CAPÍTULO II**

Da Competência

Art. 2º Ao CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO é atribuído:

- I - Auxiliar o Poder Executivo na formulação da política municipal de saneamento básico;
- II - Sugerir a criação de comissões ou subcomissões para auxiliar no exercício das suas atribuições;
- III - Facilitar e defender a efetiva participação da sociedade civil no processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- IV - Emitir orientações e recomendações às comissões e subcomissões;
- V - Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas em reuniões comunitárias e audiências públicas;



VI - Elaborar e aprovar a criação das Câmaras Técnicas Especializadas em abastecimento de água, drenagem urbana, tarifas, esgotamento sanitário, resíduos sólidos. As câmaras servirão de apoio e suporte técnico, de acordo com as necessidades do conselho;

VII - Participar ativamente da elaboração e execução da Política Municipal de Saneamento;

VIII - Promover ampla divulgação de suas decisões à população, externando a posição interna do Conselho;

IX - Participar e opinar sobre a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Drenagem, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município de Leoberto Leal;

X - Buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudo sobre o meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;

XI - Apresentar proposta de Projetos de Lei ao Executivo ou Legislativo, versantes sobre a matéria que lhe é de interesse, sempre acompanhados de exposição de motivos;

XII - Opinar, promover e assessorar sobre medidas destinadas a impedir a execução de obras e construções que possam vir a comprometer o solo, os rios, lagoas, aquíferos subterrâneos, a qualidade do ar e as reservas ambientais do Município, buscando o parecer técnico evidenciador do possível dano.

## TÍTULO II

### Da Estrutura Organizacional

#### CAPÍTULO I

Art. 3º A composição do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, assegurada a representação de forma paritária, é composto de 01 (um) representante de Titulares de Serviço, 01 (um) representante dos Órgãos do Governo Municipal relacionados ao Setor de Saneamento Básico, 01 (um) representante do Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo, 01 (um) representante da EPAGRI, 01 (um) representante do Poder Legislativo, 01 (um) representante dos Prestadores do Serviço Público, 01 (um) representante dos Usuários de Saneamento Básico, 01 (um) representante de Organizações da Sociedade Civil e seus respectivos suplentes.

§ 1º A representação seguirá a composição de titulares e suplentes nomeados por Decreto, pelo Chefe do Poder Público Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos;

§ 2º Nas reuniões do Conselho os titulares terão direito a voto, assegurada, entretanto a manifestação do suplente nos debates e discussões. No impedimento, vacância, ausência do titular, o suplente tomará o seu lugar, depois de ser convocado pelo presidente, com direito a voto.

§ 3º Caso o titular esteja ausente após o início da reunião por mais de quinze minutos, o seu suplente será convocado pelo presidente e terá direito ao voto, até o final da reunião.

Art. 4º Cada membro, titular ou suplente, do poder público e sociedade civil, poderá ser substituído, desde que cada segmento, entidade ou órgão, indique seu substituto com antecedência de 15 (quinze dias) úteis.

Art. 5º Todo o apoio logístico, técnico e financeiro será garantido a partir de recursos disponibilizados pelo poder público através do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 6º A Presidência do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, será exercida pelo Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Lei nº 1.072, de 26 de junho de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Único: O Presidente após submeter o assunto a apreciação do Conselho tem autonomia para emitir os seguintes atos:

I - Instruções Normativas;

II - Publicação das atas;

III - Relatório das atividades desenvolvidas;

IV - Nomear Comissões ou subcomissão para auxiliar no exercício

das suas atribuições.

Art. 7º Compete ao Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO:

I - Convocar e coordenar as reuniões do Conselho;

II - Ordenar o uso da palavra ou definir quem o faça;

III - Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento;

IV - Encaminhar ao Prefeito Municipal, Secretarias Municipais e demais órgãos ligados ao saneamento básico projetos, documentos e resoluções tomadas pelo Conselho;

V - Tomar decisões relativas aos trabalhos do Conselho em caráter de urgência, devendo posteriormente ser submetida ao mesmo;

VI - Promover a divulgação das informações e ações do Conselho, garantindo sua transparência e a gestão democrática.

## TÍTULO III

### Do Funcionamento

#### CAPÍTULO I

##### Das Reuniões

Art. 8º O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, extraordinariamente, para discussão e avaliação de matéria de caráter relevante e urgente. O quorum mínimo necessário às instalações das sessões é de 50% mais 1 (um) do conselheiros, independente da paridade.

§ 1º As reuniões ordinárias poderão ser realizadas em qualquer dia da semana e horário, sendo convocadas, sempre com no mínimo 03 (três) dias de antecedência.

§ 2º Qualquer alteração de data, horário ou local das reuniões deverá ser informada a todos os integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º Quando da convocação para participar da reunião do Conselho será dirigida ao titular e ao suplente, respectivamente, por telefone, carta ou correio eletrônico.

#### CAPÍTULO II

##### Da Votação

Art. 9º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros, salvo aquelas determinadas em lei específica.

Art. 10 O Presidente do Conselho poderá exercer o voto de minerva.

## TÍTULO IV

### Das Disposições Finais

Art. 11 As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado serviço de interesse público. Parágrafo Único Fica vedado a contratação remunerada de empresas ou entidades privadas, que poderão prestar serviços ao CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, cujos membros sejam titulares deste conselho.

Art. 12 Em caso de dúvidas sobre as disposições e lacunas do presente regimento interno serão dirimidas pela Plenária, a qual será soberana em suas deliberações.

Art. 13 O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, podendo ser modificado por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 14 Homologo o presente Regimento Interno do Conselho de Saneamento Básico, de acordo com o que dispõe os Artigos 18 a 22 da Lei nº 1.072, de 26 de junho de 2014.

Leoberto Leal, 14 de novembro de 2014.

VITOR NORBERTO ALVES

Presidente do Conselho

# Luzerna

## PREFEITURA

### **AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA - PL 128/2014 - PP 077/2014 - MANUTENÇÃO DE REDE - PML**

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA

Processo Licitatório nº 0128/2014

Pregão nº 0077/2014

O Município de Luzerna torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial 128/2014, cujo objeto é o "Contratação de empresa especializada na prestação serviço de manutenção de rede de computadores e tecnologias da informação e comunicação - TIC para a Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna, mediante demanda, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos."

1) Informar a mudança de data e horário do processamento do pregão do dia 25/10/2014, para o dia 26/11/2014 até as 8 horas para o credenciamento dos e processamento do pregão as 8h10min.

2) As demais disposições permanecem inalteradas.

3) O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) a partir da data de publicação deste aviso

### **AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA - PL 129/2014 - PP 078/2014 - TELEFONISTA - PML**

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA

Processo Licitatório nº 0129/2014

Pregão nº 0078/2014

O Município de Luzerna torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial 128/2014, cujo objeto é o "A presente licitação tem por objeto a contratação da prestação de serviços continuados de telefonistas para atender ao Município de Luzerna, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos."

1) Informar a mudança de data e horário do processamento do pregão do dia 25/10/2014, para o dia 26/11/2014 até as 10 horas para o credenciamento dos e processamento do pregão as 10h10min.

2) As demais disposições permanecem inalteradas.

3) O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) a partir da data de publicação deste aviso

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 14/11/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 14/11/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>2.704,54</b>
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.704,54
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.704,54
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.622,72
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.081,82

Luzerna, 17/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

# Mafra

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº. 4054

Lei municipal nº. 4054

DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

CRIA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído a Unidade Fiscal Municipal - UFM, como valor de referência municipal.

Art. 2º A Unidade Fiscal Municipal - UFM aplicar-se-á nas disposições previstas na Lei Municipal nº. 1.220, de 20 de setembro de 1982, Lei Municipal nº. 1.221, de 20 de setembro de 1982 e demais atos que sejam vinculados a unidade fiscal ou valor de referência.

Art. 3º O valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM será de R\$ 138,44 (cento e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos), e será corrigido anualmente pelo IGMP, a partir de 1º de janeiro de cada ano, através de Decreto Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Mafra, 05 de novembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº. 4055

Lei MUNICIPAL nº. 4055

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE USO DE VEÍCULO COM A ASSOCIAÇÃO CENTRAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES - ACEPAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar termo de cessão de uso gratuita de um veículo com a Associação Central de Pequenos Produtores de Mafra - ACEPAM, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.896.569/0001-40, situada na Avenida Frederico Heyse, nº. 154, centro, Mafra/SC.

Parágrafo Único. O veículo a que se refere esta Lei possui as seguintes características:

Veículo tipo Caminhão, cabine fechada, marca, Iveco, modelo Daily/70C16 CS, categoria oficial, combustível diesel, ano de fabricação 2010, modelo 2010, cor branca, chassi nº. 93ZC-68B01A8414875, placas MIH 5425, equipado com acessórios exigidos pelo CONTRAN, equipado com baú isotérmico refrigerado com acionamento na gabina, com dimensões mínimas de 5,00 m (c)x 2,20 m (l) x 2,20 m (h) em chapa lisa, assoalho em compensado naval à prova de água.

Art. 2º O veículo será cedido para utilização exclusiva da Associação Central de Pequenos Produtores de Mafra - ACEPAM, mediante as seguintes condições resolutorias:

- I - que o veículo ora concedido seja utilizado única e exclusivamente para os fins a que se propõe, ou seja, utilizado nas atividades da Associação,
- II - que o veículo não seja alterado, transferido, cedido e/ou sublocado a terceiros;
- III - que a entidade não tenha suas atividades paralisadas por período superior a 30 (trinta) dias;
- IV - que o veículo seja mantido e conservado em perfeitas condições de uso.

Art. 3º O Cessionário se compromete a restituir ao Cedente o veículo que lhe será cedido, juntamente com os equipamentos, em estado normal de uso, a partir da data da rescisão ou da denúncia deste ajuste.

Parágrafo Único. A restituição de que trata esta cláusula, será formalizada mediante Termo de Recebimento, depois de realizada a devida vistoria do veículo e dos equipamentos, e seu estado de conservação, pelo Cedente.

Art. 4º No período de cedência, a responsabilidade civil, objetiva e subjetiva, no uso e conservação do veículo fica a encargo do Cessionário, bem como pelo fornecimento de pessoal para uso, inclusive licenciamento anual e despesas com eventuais multas de trânsito.

Art. 5º O prazo da Cessão de Uso é fixado em 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado, até o mesmo período, com anuência de ambas as partes.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 3542, de 08 de junho de 2010.

Mafra, 04 de novembro de 2.014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº. 4056

Lei MUNICIPAL nº. 4056

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.014.

DISCIPLINA A DESTINAÇÃO DE VERBAS DE HONORÁRIOS DE SUBSISTÊNCIA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA, CRIA O FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei regulamenta a incidência dos arts. 22 e 23 da Lei Federal nº. 8.906, de 04 de julho de 1.994 e cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Mafra (FEPGM/MFA).

§ 1º O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Mafra (FEPGM/MFA) terá total autonomia administrativa e financeira, e será gerido e administrado pelo Procurador Geral do Município de Mafra, nos limites da legislação em vigor e nos termos desta Lei.

§ 2º A vigência do Fundo de que trata o caput deste artigo será por prazo indeterminado.

Art. 2º O Fundo da Procuradoria Geral do Município de Mafra (FEPGM/MFA) tem por objetivo a concessão de benefício de natureza

alimentar, de caráter indenizatório, aos Procuradores do Município e Advogados Efetivos lotados na Procuradoria Geral do Município.

§ 1º O pagamento do benefício alimentar previsto no caput deste artigo deverá ser efetivado mensalmente.

§ 2º A parcela de honorários de sucumbência, a que tiver direito cada Procurador, será incluída na folha de pagamento do mês subsequente ao de seu recebimento pelo Município.

Art. 3º Constituem-se receitas do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Mafra (FEPGM/MFA):

I - 100% (cem por cento) do total das seguintes receitas:

- a) honorários advocatícios de sucumbência concedidos em qualquer processo judicial em que vitorioso o Município de Mafra, inclusive para ações já ajuizadas e em andamento ou não;
- b) honorários advocatícios decorrentes da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município de Mafra;
- c) honorários advocatícios concedidos em razão de lei, sentença ou convenção.

II - auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas e privadas;

III - doações e legados;

IV - os rendimentos provenientes da aplicação financeira bem como o produto da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

V - quaisquer outras receitas que a ele possam ser legalmente incorporadas.

Parágrafo único. As receitas do Fundo não integram o percentual de receita municipal destinado à Procuradoria Geral do Município de Mafra previsto na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º As receitas do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Mafra (FEPGM/MFA) serão destinados exclusivamente aos Procuradores do Município e Advogados Efetivos.

Art. 5º Os recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Mafra (FEPGM/MFA) serão recolhidos em conta especial de estabelecimento da rede bancária.

§ 1º Os recursos a que se refere o presente artigo serão depositados mês a mês pelas respectivas Escrivanias do Foro competente para o julgamento das ações, ou pelos procuradores beneficiários dos respectivos alvarás judiciais.

§ 2º Caso seja expedido alvará judicial em nome de qualquer Procurador Municipal, seu beneficiário providenciará o depósito total dessa quantia na conta específica no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da retirada do alvará judicial, sob pena de multa de 100% (cem por cento) do valor levantado, e demais acréscimos de juros e correções.

§ 3º Os valores pagos administrativamente serão depositados diretamente na conta especial, mediante expedição de guia de recolhimento de débitos.

Art. 6º Os valores apurados depositados na conta, a título de honorários serão geridos pelo Procurador Geral e um contador do município, responsável por ele indicado.

Art. 7º Os honorários advocatícios serão rateados mensalmente entre o Procurador Geral, os Procuradores e os Advogados Efetivos, aprovados em concurso público, do Município de Mafra, ativos e inativos, em partes iguais.

§ 1º A remuneração e os proventos de inatividade de cada beneficiário desta Lei, acrescidos dos honorários advocatícios, não poderão exceder o limite estabelecido no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 2º Os valores dos honorários não se incorporam aos vencimentos ou aos proventos de inatividade para qualquer efeito, não gerando direitos futuros.

§ 3º Os honorários serão devidos aos Procuradores e Advogados Efetivos, lotados na Procuradoria Geral do Município, que se aposentarem pelo Regime Próprio de Previdência Social, a contar da

data de publicação desta Lei.

Art. 8º O contador responsável pela conta especial informará mensalmente ao Procurador Geral do Município, à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, à Secretaria de Administração e ao Instituto de Previdência do Município de Mafra - IPMM os valores individuais e totais que deverão ser repassados a título de honorários advocatícios aos Procuradores e Advogados Efetivos do Município (ativos e inativos).

§ 1º A Secretaria da Fazenda e Planejamento informará ao Procurador Geral, mensalmente, o montante dos honorários de sucumbência recebidos.

§ 2º A Secretaria Municipal de Administração e o IPMM consignarão os valores dos honorários na folha de pagamento dos beneficiários, ativos e inativos, respectivamente, sob a rubrica "honorários advocatícios".

§ 3º A parcela de honorários de sucumbência, a que tiver direito cada Procurador ou Advogado, será incluída na folha de pagamento do mês subsequente ao de seu recebimento pelo Município.

Art. 9º Aplica-se à administração financeira do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Mafra (FEPGM/MFA), no que couber, o disposto na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, bem como nas normas e instruções do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 10. O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Mafra (FEPGM/MFA) não terá personalidade própria e, para garantir seu status orçamentário, administrativo e contábil diferenciado da Procuradoria, será inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ como matriz, com natureza jurídica de 120.1 Fundo Público, possuindo um número e controle próprio.

Art. 11. O Fundo prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 12. Os recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Mafra (FEPGM/MFA) serão aplicados exclusivamente para os fins previstos no art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. O saldo positivo existente no Fundo no final do exercício será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 13. Caberá à Procuradoria Geral do Município regulamentar os procedimentos internos necessários à organização, estruturação, aplicação e funcionamento do Fundo e aos documentos e procedimentos para arrecadação de suas receitas.

Art. 14. O Procurador Geral, o Procurador Municipal ou o Advogado Efetivo que se considerar prejudicado no rateio ou repasse de honorários, formalizará reclamação à Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, de cuja decisão caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 15. Fica afastado o disposto no art. 4º da Lei Federal nº. 9.527, de 10 de dezembro de 1.997.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Mafra, 04 de novembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal



**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 17.895.893/0001-83

SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA

Nota Fiscal nº 3377 R\$ 275,64

Valor Total: R\$ 275,64

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de peças para a revisão de veículo oficial pertencente à Secretaria Municipal de Administração. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 18 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS.

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS  
CNPJ: 00.165.960/0001-01

Nota Fiscal nº 15543 R\$ 569,47

Nota Fiscal nº 15539 R\$ 4.101,32

Nota Fiscal nº 15127 R\$ 8.917,64

Nota Fiscal nº 15125 R\$ 4.101,32

Nota Fiscal nº 15124 R\$ 569,47

Nota Fiscal nº 15123 R\$ 558,07

Nota Fiscal nº 15122 R\$ 641,16

Nota Fiscal nº 13279 R\$ 641,16

Nota Fiscal nº 13280 R\$ 558,07

VALOR TOTAL: R\$ 20.657,68

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra, 18 de novembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 12.907.609/0001-28

MOVEC CALÇADOS E SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.

Nota Fiscal nº. 1268 R\$ 667,28

Nota Fiscal nº. 1267 R\$ 463,39

Nota Fiscal nº. 1273 R\$ 455,09

Nota Fiscal nº. 1272 R\$ 4.164,04

Nota Fiscal nº. 1274 R\$ 749,23

Valor Total: R\$ 6.499,03

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI's), destinados aos funcionários públicos das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 18 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2014

(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de caminhonete diesel 4x4, destinada ao Departamento de Defesa Civil, através da Secretaria Municipal de Governo e Cidadania, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 04/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de motobomba monofásica, destinada ao Horto, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 11h30min do dia 10/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze	Diego Ricardo Krachinski
Prefeito Municipal	Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado e central telefônica destinado a Polícia Militar com recursos do FUMMPOM, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 11h00min do dia 15/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze	Diego Ricardo Krachinski
Prefeito Municipal	Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos eletrônicos e câmeras de segurança, destinados a Polícia Militar através do FUMMPOM, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 15/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze	Diego Ricardo Krachinski
Prefeito Municipal	Pregoeiro Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº. 4059**

LEI MUNICIPAL Nº. 4059

DE 11 DE NOVEMBRO DE 2.014.

ALTERA OS ANEXOS I E III DA LEI Nº 4051 DE 30 DE OUTUBRO DE 2.014, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2.015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os anexos I e III da Lei nº 4051 de 30 de outubro de 2.014, ficam substituídos pelos anexos que acompanham esta Lei, passando a vigorar com os novos valores nele consignados.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2.015 do Município está totalizada em R\$ 183.640.101,95 (Cento e oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e um reais e noventa e cinco centavos), conforme discriminação dos anexos que acompanham a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.015, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 11 de novembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal



**LEI MUNICIPAL Nº. 4061**

LEI MUNICIPAL Nº. 4061

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.153, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2.006, QUE CRIA A DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - DEISS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº. 3.153, de 28 de dezembro de 2.006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. A obrigação de que trata esta Lei alcança os serviços prestados, tomados ou vinculados aos responsáveis tributários, no período compreendido entre 1º de julho de 2.009 à 31 de agosto de 2.014, que deverão ser declarados para apuração do imposto à recolher até o dia 15 do mês subsequente.

Art. 2º Ficam os contribuintes do Município de Mafra desobrigados de apresentar a DEISS - Declaração Eletrônica de Serviços, relativo aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2.014, conforme previsto no Decreto Municipal nº. 3.739, de 22 de abril de 2.014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 04 de novembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

**NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2014.  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICIPIO DE MAFRA, torna público que em nova data fará realizar no dia 18/12/2014 às 09:05 horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafra sito à Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12, licitação modalidade de Concorrência Pública para contratação de execução de obra de pavimentação em lajota sobre leito carroçável, passeios em concreto, drenagem pluvial e obras complementares, através de empreitada global Tipo Menor Preço Global nas Ruas Alípio Siqueira, Pedro Adélio, Balduino Schultz, Blumenau, Capitão João Bley, Ezidia Konig, Francisco Reitmayer, Fulvio Aducci, Guilherme Buch, Henrique Lage, João Kuss, Lucio Antonio de Farias, Ministro Calógeras, Osvaldo Cruz, Ricardo Voos, Santa Cruz, Tácio Guerreiro, Vereador Antenor Rauen, Vital Brasil e Travessa Gaúcha, conforme projetos e memorial descrito de acordo com a proposta 003970.02.63/2010/65 PAC 2 - Pavimentação dos Bairros Centro I e Vila Ivete, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de custos, modelo da proposta financeira, minuta do contrato, e os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos. O processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e em especial pelo contido no Edital. Poderão participar da licitação, quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto. As propostas deverão ser protocoladas no horário de expediente, no Departamento de Licitações,

encerrando-se o prazo de entrega às 09:00hs do dia 18/12/2014. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelo Fone (47) 3641-4061 ou 4003.

Mafra (SC), 17 de novembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SHLOZE

Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 78/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 78/2014  
Contratante: Município de Maracajá  
Contratado: Fátima Anilde Caetano  
Objeto: Prestação de serviços para ministrar curso de confecção de fraldas geriátricas infantis e adultas, para serem distribuídas gratuitamente para as famílias que possuem crianças, adolescentes e adultos deficientes ou acamados entre estes idosos, que necessitam pelas suas condições de saúde, usar fraldas.  
Valor: R\$ 998,75 (novecentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos) mensail.  
Vigência: de 03/11/2014 até 31/12/2014

### EXTRATO DO CONTRATO 79/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 79/2014  
Contratante: Município de Maracajá  
Contratado: JC Suprimentos Ltda  
Objeto: Aquisição parcelada de material de higiene e limpeza para a Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Educação, Cultura e Esportes, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria do Meio Ambiente e Turismo do município de Maracajá  
Valor: R\$ 2.379,40 (dois mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta centavos) global estimado.  
Vigência: de 12/11/2014 até 31/12/2014

### EXTRATO DO CONTRATO 80/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 80/2014  
Contratante: Município de Maracajá  
Contratado: Orleans Informática Ltda EPP  
Objeto: Aquisição parcelada de material de higiene e limpeza para a Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Educação, Cultura e Esportes, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria do Meio Ambiente e Turismo do município de Maracajá  
Valor: R\$ 7.902,65 (sete mil, novecentos e dois reais e sessenta e cinco centavos) global estimado.  
Vigência: de 12/11/2014 até 31/12/2014

### EXTRATO DO CONTRATO 81/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 81/2014  
Contratante: Município de Maracajá  
Contratado: T.M. Schlickmann & Cia Ltda ME  
Objeto: Aquisição parcelada de material de higiene e limpeza para a Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Educação, Cultura e Esportes, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria do Meio Ambiente e Turismo do município de Maracajá  
Valor: R\$ 3.658,60 (três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos) global estimado.  
Vigência: de 12/11/2014 até 31/12/2014

### EXTRATO DO CONTRATO 82/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 82/2014  
Contratante: Município de Maracajá  
Contratado: Copol Distribuidora de Alimentos Ltda  
Objeto: Aquisição parcelada de material de higiene e limpeza para a Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Educação, Cultura e Esportes, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria do Meio Ambiente e Turismo do município de Maracajá  
Valor: R\$ 4.442,90 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa centavos) global estimado.  
Vigência: de 12/11/2014 até 31/12/2014

### EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO 57/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo  
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2014  
Contratante: Município de Maracajá  
Contratado: Camilo & Ghisi Ltda  
Objeto: Aditivo de valor ao Contrato 57/2014  
Cláusula Primeira - O valor previsto na Clausula Quinta do contrato original, de R\$ 829.706,44 (oitocentos e vinte e nove mil, setecentos e seis reais e quarenta e quatro centavos), fica decrescido de R\$ 13.023,62 (treze mil, vinte e três reais e sessenta e dois centavos), restando em R\$ 816.682,82 (oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

Maracajá, 12 de novembro de 2014

# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 441/2014

PORTARIA n.º 441/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita ANGÉLICA PAGNAN, ocupante da função de Agente Comunitária de Saúde - E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/11/2014.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA N.º 442/2014

PORTARIA n.º 442/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, resolve:

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor MARCOS ANDRE FERNANDES, ocupante do cargo de Motorista - Samu, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/11/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### LEI Nº 1663/2014

LEI Nº 1663/2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Meleiro para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 21.474.000,00 (vinte e um milhões quatrocentos e setenta e quatro mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 6.526.000,00 (seis milhões quinhentos e vinte e seis mil reais).

#### DO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º - O Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 25.210.500,00 (vinte e cinco mil, duzentos e dez mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal - Poder Executivo em R\$ 21.084.000,00 (vinte e um milhões e oitenta e quatro mil reais) e em R\$ 4.126.500,00 (quatro milhões, cento e vinte e seis mil e quinhentos reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o SAMAE e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES	26.560.500,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.423.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	190.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	197.300,00
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	195.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.641.700,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	913.500,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	1.773.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	41.500,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	41.000,00
2.3	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	28.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	1.662.500,00
9	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(3.123.000,00)
9.7	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(3.123.000,00)
	SOMA:	25.210.500,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.300.000,00
----	--	--------------

04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULT. E TURISMO	9.165.000,00
06	SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	5.872.500,00
07	SECRETARIA DE AGRIC., MEIO AMB. E DES. ECONÔMICO	168.500,00
08	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	680.000,00
09	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	179.000,00
11	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1.442.000,00
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.264.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.000,00
SOMA:		21.084.500,00
TRANSF. FINANCEIRAS - F.M.SAÚDE		3.151.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS – SAMAE		75.500,00
TRANSF. FINANCEIRAS – CÂMARA VEREADORES		900.000,00
SOMA:		4.126.500,00
TOTAL:		25.210.500,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	2.300.000,00
08	Assistência Social	1.266.000,00
12	Educação	8.208.000,00
13	Cultura	556.000,00
15	Urbanismo	5.072.000,00
16	Habitação	177.000,00
17	Saneamento	800.500,00
20	Agricultura	1.442.000,00
22	Indústria	168.500,00
27	Desporto e Lazer	401.000,00
28	Encargos Especiais	680.000,00
99	Reserva de Contingência	13.000,00
SOMA:		21.084.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS – F M SAÚDE		3.151.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS – SAMAE		75.500,00
TRANSF. FINANCEIRAS – CÂMARA VEREADORES		900.000,00
SOMA:		4.126.500,00
TOTAL:		25.210.500,00

## III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

00	Encargos Especiais	680.000,00
02	Administração Geral e Finanças	2.300.000,00
03	Educação para Todos	8.640.000,00
05	Água Potável e Saneamento	800.500,00
06	Promoção e Extensão Rural	1.442.000,00
07	Desenvolvimento Urbano	5.072.000,00
08	Meleiro Turismo e Cultura	525.000,00
09	Indústria e Comércio	168.500,00
10	Proteção Social	1.443.000,00
099	Reserva de Contingência	13.000,00
SOMA:		21.084.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS - F.M.Saúde		3.151.000,00

TRANSF. FINANCEIRA – SAMAE	75.500,00
TRANSF. FINANCEIRAS - CÂMARA VEREADORES	900.000,00
SOMA:	4.126.500,00
TOTAL:	25.210.500,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	16.047.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.302.500,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.544.500,00
	DESPESAS DE CAPITAL	5.024.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.544.000,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	480.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.000,00
SOMA:		21.084.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS		4.126.500,00
TOTAL:		25.210.500,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 1.932.000,00 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.151.000,00 (três milhões, cento e cinquenta e um mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 5.083.000,00 (cinco milhões e oitenta e três mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	1.905.500,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	50.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	56.500,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	2.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.786.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	26.500,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.500,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21.000,00
SOMA:		1.932.000,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DA PREFEITURA	3.151.000,00
TOTAL:	5.083.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.083.000,00
TOTAL:		5.083.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	5.083.000,00
TOTAL:		5.083.000,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

04	SAÚDE PARA TODOS	5.083.000,00
TOTAL:		5.083.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	4.788.500,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.669.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.119.500,00
	DESPESAS DE CAPITAL	294.500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.472.000,00
SOMA:		5.083.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

Art. 4º - O Orçamento da Seguridade Social do SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO, para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita em R\$ 857.500,00 (oitocentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 933.000,00 (novecentos e trinta e três mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	825.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	777.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	32.500,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.500,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.000,00

SOMA:	857.500,00
-------	------------

§ 2º - A Despesa da entidade SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

14	SAMAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Meleiro	933.000,00
TOTAL:		933.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17	SANEAMENTO	933.000,00
TOTAL:		933.000,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

05	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	933.000,00
TOTAL:		933.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	765.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	275.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	490.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	168.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	168.000,00
SOMA:		933.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

Art. 5º - O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MELEIRO para o exercício de 2015 estima a Transferência Financeira Recebida do Tesouro Municipal em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	900.000,00
TOTAL:	900.000,00

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MELEIRO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	900.000,00
TOTAL:		900.000,00



## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	LEGISLATIVA	900.000,00
TOTAL:		900.000,00

## III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01	PROCESSO LEGISLATIVO	900.000,00
TOTAL:		900.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	800.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	650.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	100.000,00
SOMA:		900.000,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:  
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99	Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL:		13.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados dentro do mesmo Projeto ou Atividade, até o limite de seu saldo.

Art. 8º - O Chefe do Poder Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - O superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12 - Durante o Exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 13 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município.

Art. 15 - Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 16 - Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64, vinculados ao Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Ficam autorizados os ajustes nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 e da Lei Orçamentária/2015, que se fizerem necessários em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Art. 18 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Meleiro/SC, 17 de novembro de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**LEI Nº 1664/2014**

LEI N.º 1664/2014

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS QUE RELACIONA

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar do Sistema Patrimonial, os bens móveis relacionados nos Anexos I, que é parte integrante desta Lei, por se tratar de bens considerados inservíveis, obsoletos, em desuso e sem valor comercial.

Art. 2º Após a promulgação desta Lei, o setor contábil processará a baixa dos bens contidos na relação anexa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 17 de novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**ANEXO I**

Relação de Bens Patrimoniais Móveis

Nº PATRIMONIO	IDENTIFICAÇÃO DO BEM	Dt.Aquisição	Valor Contábil R\$
46630	MAQ. UTENSILIOS E EQUIP. (CAMARA)		
5013	APARELHO FONE FAX SHARP	01/08/2002	800,00
		Sub Total	800,00
46632	MAQ.INST. E UTENS. ESCRIT. (CAMARA)		
4934	MULTIFUNCIONAL BROTHER DCP 8049 DN	01/02/2011	2.900,00
		Sub Total	2.900,00
46984	APAR.EQ. UTENS.MED.ODONT. LABOR.HOSP. (FMS)		
5535	TORNEIRA ELETRONICA COM SENSOR ZENIT	01/02/2012	550,00
5536	TORNEIRA ELETRONICA COM SENSOR ZENIT	01/02/2012	550,00
5621	ARQUIVO FECHADO DE METAL	22/02/2012	260,00
5631	ESCADA 2 DEGRAUS	22/02/2012	48,00
5685	BIOMBO DUPLO DE TECIDO	24/02/2012	170,00
5937	PRATELEIRO C/27 GAVETAS AZUL	08/05/2012	1.000,00
		Sub Total	2.578,00

47000	MAQ. UTENSILIOS EQUIP. DIVERSOS (FMS)		
0497	REFRIGERADOR CONSUL CONTEST	08/01/2001	230,00
0884	VENTILADOR TETO BRITANIA	22/01/2002	58,68
0885	VENTILADOR TETO BRITANIA	22/01/2002	60,00
0886	VENTILADOR TETO BRITANIA	22/01/2002	60,00
0887	VENTILADOR TETO BRITANIA	22/01/2002	68,00
3315	FOGAO 2 BOCA DAKO AMAZONAS	14/06/2006	69,00
5288	ESPALDAR	11/07/2011	516,00
		Sub Total	1.061,68
47001	EQUIP. PROCESSAMENTOS DE DADOS (FMS)		
4423	MICROCOMPUTADOR	04/05/2010	1.108,00
5473	NOBREAK ADF TRONIK 650 VA	24/10/2011	275,00
		Sub Total	1.383,00
47002	MAQ. INSTL. UTENS. ESCRITORIO (FMS)		
0876	MONITOR TCE	01/08/2002	350,00
2799	VENTILADOR TETO BRITANIA	30/03/2005	83,00
4266	PRATELEIRA MDF C/CREMALHEIRA FERRO	19/08/2009	1.000,00
4312	VENTILADOR PAREDE TUFAO 60 CM BRANCO	14/12/2009	124,99
4313	VENTILADOR PAREDE TUFAO 60 CM BRANCO	14/12/2009	124,99
4314	VENTILADOR PAREDE TUFAO 60 CM BRANCO	14/12/2009	125,03
4416	VENTILADOR PAREDE TUFAO 60 CM BRANCO	11/05/2010	129,00
4417	VENTILADOR PAREDE TUFAO 60 CM BRANCO	11/05/2010	129,00
		Sub Total	2.066,01
47006	MOBILIARIOS EM GERAL (FMS)		
2387	MESA 150X67X77 AZUL	02/04/2003	530,00
2394	BIPLEX AZUL	02/04/2003	100,00
2396	CADEIRA AZUL	02/04/2003	100,00
2397	BIPLEX 2 LUGARES AZUL	02/04/2003	100,00
2400	POLTRONA GIRATORIA AZUL	02/04/2003	200,00
2452	ARQUIVO AÇO 4 GAVETAS	06/05/2003	338,00
2546	POLTRONA GIRATORIA AZUL	05/03/2003	285,00
2550	ARQUIVO AÇO 4 GAVETAS	03/06/2003	238,00
2595	ARQUIVO AÇO 4 GAVETAS	10/07/2003	380,00
2713	TECLADO RETRATIL AZUL/CINZA	20/07/2004	100,00
2714	SUPORTE CPU PAINEL AZUL/CINZA	20/07/2004	100,00
2719	ARMARIO DE AÇO 4 GAVETAS	22/07/2004	360,00
2722	CAMA HOSPITALAR COM GRADE	05/08/2004	3.480,00



2834	MESA A0670X1,500 AZUL	25/04/2005	480,00
2856	GAVETEIRO 3/6 AZUL	30/05/2005	150,00
3301	ARQUIVO AÇO	28/04/2006	400,00
3329	AEREO 120 X 65	26/07/2006	350,00
3341	ARMARIO P/SOM 80X55X55	27/07/2006	500,00
3404	MESA GINECOLOGICA ESTO- FADA 1,80X0,50X0,85	24/08/2006	490,00
3421	BIOMBO DUPLO	24/08/2006	130,00
3457	MESA 0,67 X 1,30 AZUL	28/03/2007	627,00
3466	MESA 0,67 X 0,90 AZUL	28/03/2007	650,00
3949	ARQUIVO AÇO 4 GAVETAS	20/07/2007	350,00
3968	MACA RIGIDA DE MADEI- RA180X41	11/09/2007	455,00
4042	ESTANTE AÇO	11/06/2008	150,00
4309	VENTILADOR PAREDE TUFÃO 60 CM	14/12/2009	124,99
4384	MESA ESCRITORIO BRANCA	11/05/2010	429,00
4388	CADEIRA GIRATORIA ESTO- FAMEC	11/05/2010	303,00
4390	CADEIRA GIRATORIO ESTO- FAMEC	11/05/2010	303,00
4391	CADEIRA GIRATORIO ESTO- FAMEC	11/05/2010	303,00
4392	LONGARINA SECRETARIA 3 LUGARES	11/05/2010	620,00
4393	LONGARINA SECRETARIA 3 LUGARES	11/05/2010	620,00
4399	LONGARINA SECRETARIA 3 LUGARES	11/05/2010	620,00
4401	TOALHEIRO ACRILICO	11/05/2010	42,30
4402	TOALHEIRO ACRILICO	11/05/2010	42,30
4403	TOALHEIRO ACRILICO	11/05/2010	42,30
4404	TOALHEIRO ACRILICO	11/05/2010	42,30
4405	TOALHEIRO ACRILICO	11/05/2010	42,30
4406	BALCAO DE COZINHA BRANCO	11/05/2010	388,90
4410	LIXEIRA BASCULANTE PLASTI- CA 60 LT	11/05/2010	41,09
4576	CAMA SOLTEIRO	14/09/2010	148,00
5743	MESA ESCRIVANINHA	02/03/2012	190,00
5794	CADEIRA DIRETOR C/BRACO	12/03/2012	315,00
5878	POLTRONA DIRETOR AZUL	27/03/2012	260,00
		Sub Total	15.920,48
59066	APAR. UTENSILIOS DOMES- TICOS		
0365	REFRIGERADOR CONSUL	19/05/1993	120,00
3992	LIQUIDIFICADOR ARNO	19/02/2008	100,00
4679	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BCS. C/ FORNO	02/12/2010	1.000,00
5305	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BCS S/ FORNO	29/07/2011	500,00
		Sub Total	1.720,00
59079	EQUIP. AUDIO VIDEO E FOTO		
0867	TELEVISOR SANYO 20"	08/01/2001	450,00

1937	APARELHO CD PORTATIL POWERPACK	01/08/2002	206,00
1124	CAIXA DE SOM	08/01/2001	80,00
1125	CAIXA DE SOM	08/01/2001	80,00
2773	RADIO SEMP TOSCHIBA 8168	22/09/2004	337,00
3272	RADIO BRITANIA BS-77	24/04/2006	129,00
3273	RADIO BRITANIA BS-77	24/04/2006	129,00
4022	RADIO GRAVADOR BRITANIA	04/04/2008	160,00
6316	TELEVISOR SANIO 20"	07/08/2012	450,00
		Sub Total	2.021,00
59080	MAQUINAS UTENS. EQUIP. DIVERSOS		
1117	ESTABILIZADOR NOBREAK KSB 1000	01/08/2002	400,00
2158	VENTILADOR DE TETO BRI- TANIA	22/03/2003	59,00
2160	VENTILADOR TETO BRITANIA	20/03/2003	59,00
3455	CONDICIONADOR DE AR 9000 GREE	27/03/2000	990,00
3962	IMPRESSORA LASER MONO E 120N LEXMARK	15/09/2007	362,15
3990	BEBEDOURO MASTERFRIO MF 40	11/02/2008	600,00
3991	VENTILADOR TETO	19/02/2008	79,00
4023	VENTILADOR DE PAREDE	04/04/2008	145,00
4440	MULTIFUNCIONAL SANSUNG SCX 9521	19/05/2010	1.200,00
4680	MICRO SYSTEM PH671N	02/12/2010	437,04
4685	MICRO SYSTEM PH671N	02/12/2010	437,04
6289	VENTILADOR DE TETO	07/08/2012	60,00
6291	VENTILADOR DE TETO	07/08/2012	60,00
6292	VENTILADOR DE TETO	07/08/2012	60,00
6307	FREEZER ESMALTEC 225	07/08/2012	100,00
		Sub Total	5.048,23
59081	EQUIP. PROCESSAMENTOS DADOS		
0142	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM III	26/03/2002	1.659,00
2100	ESTABILIZADOR 1000 AT NHS	31/10/2002	40,56
2114	KIT MULTIMIDIA 52X LG	31/10/2002	127,00
2141	IMPRESSORA JATO DE TINTA	31/10/2002	418,00
2723	ARQUIVO DE AÇO	13/08/2004	360,00
2885	ESTABILIZADOR	16/08/2005	54,00
2886	ESTABILIZADOR	16/08/2005	54,00
2887	ESTABILIZADOR	16/08/2005	54,00
2963	NOBREAK PERSONAL 650 VA	23/11/2005	269,00
3311	PROJETAR SONY 1800 ANSI LUMENS	22/06/2006	1.100,00
4305	ARQUIVO DE AÇO	06/11/2009	490,00
4430	ESTABILIZADOR ISOLAMAX 50 AUTOMATICO	20/05/2010	105,00
		Sub Total	4.730,56

59082	MAQUINAS INSTAL. UTENS. ESCRITORIO		
0125	MAQUINA ESCRIVER ELETRICA ET 606	10/10/1989	450,00
0191	MAQUINA ESCRIVER ELETRICA TEMPO ET 112	01/08/2002	450,00
3872	IMPRESSORA LASERJET COLOR HP 2600	10/05/2007	1.220,00
3921	MICROCOMPUTADOR INTEL	10/07/2007	1.986,00
3924	MICROCOMPUTADOR INTEL	10/07/2007	1.986,00
3927	IMPRESSORA MATRICIAL LX 300 EPSON	10/07/2007	796,00
3928	IMPRESSORA MATRICIAL LX 300 EPSON	10/07/2007	796,00
4038	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 1,80	17/06/2008	929,00
		Sub Total	8.613,00
59085	MAQ.EQUIPO.UTENS.AGRI/AGROP.RODOV.		
3865	PULVERIZADOR COSTAL 20 L JACTO	18/04/2007	170,00
		Sub Total	170,00
59086	MOBILIARIO EM GERAL (PREF)		
0175	ESCRIVANINHA C/3 GAVETAS	01/08/2002	145,00
0176	ESCRIVANINHA C/3 GAVETAS	01/08/2002	145,00
0136	SUPORTE P/CPU AZUL	18/06/2002	38,00
0179	ARMARIO MDA.C/2 PORTAS CORRER	02/05/1984	70,00
0190	MESA PARA MICRO	03/06/1989	84,00
1111	MESA PARA IMPRESSORA	05/10/1990	45,00
1610	CADEIRA FIXA ESTOFADO PRETA	01/08/2002	20,00
1640	CADEIRA FIXA ESTOFADO PRETA	01/08/2002	20,00
1642	CADEIRA FIXA ESTOFADO PRETA	01/08/2002	20,00
1644	CADEIRA FIXA ESTOFADO PRETA	01/08/2002	20,00
1881	CADEIRA ESCOLAR	27/06/2002	25,50
1882	CADEIRA ESCOLAR	27/06/2002	25,50
1883	CADEIRA ESCOLAR	27/06/2002	25,50
1048	ARMARIO MADEIRA C/8 PORTAS	03/06/1994	90,00
1049	ARMARIO MADEIRA C/8PORTAS	12/05/1994	90,00
0349	MESA MADEIRA 2,20 X 0,60 cm	01/08/2002	33,00
0351	BALCAO DE MADEIRA C/8 GAVETAS	01/08/2002	80,00
0355	ESTANTE DE MADEIRA C/4 PRATELEIRA	01/08/2002	17,00
0369	ARQUIVO AÇO C/4 GAVETAS	19/05/1985	150,00
0243	ARQUIVO AÇO C/4 GAVETAS	01/08/2002	150,00
0272	CADEIRA DE PALHA	02/05/1975	20,00
0273	CADEIRA DE PALHA	02/05/1982	20,00

0274	CADEIRA DE PALHA	02/05/1982	20,00
0275	CADEIRA DE PALHA	02/05/1982	20,00
0276	CADEIRA DE PALHA	03/06/1982	20,00
0277	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0278	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0279	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0280	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0281	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0282	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0283	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0284	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0285	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0286	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0287	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0288	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0289	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0290	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0291	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0292	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0293	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0294	CADEIRA DE PALHA	01/08/2002	20,00
0305	MESA DE MADEIRA 2,50 X 1,00 cm	01/08/2002	27,00
2645	MESA PARA COMPUTADOR	01/08/2002	60,00
3933	QUADRO TELA OLEO	16/07/2007	117,72
3934	QUADRO TELA OLEO	16/07/2007	117,72
3957	MESA PARA COMPUTADOR	14/08/2007	135,00
3993	BALCAO DE PIA	21/02/2008	880,00
3994	MESA	21/02/2008	170,00
3996	PEDRA PIA	21/02/2008	500,00
4009	CADEIRA FIXA SECRETARIA	24/03/2008	64,35
4431	MICROCOMPUTADOR PC4000 2GB	20/05/2007	1.859,95
4465	MESA MICRO COM TECLADO	31/05/2010	110,00
5215	MESA AZUL	06/04/2011	425,00
5228	CADEIRA SECRETARIA FIXA AZUL	06/04/2011	70,00
5240	ESTANTE DE AÇO	06/05/2011	130,00
5416	CADEIRA ESCOLAR AZUL	18/10/2011	78,00
5427	CARTEIRA ESCOLAR BRANCA	18/10/2011	88,00
5448	CARTEIRA ESCOLAR BRANCA	18/10/2011	88,00
5455	MESA DE PROFESSOR BRANCA	18/10/2011	220,00
5456	MESA DE PROFESSOR BRANCA	18/10/2011	220,00
5467	CADEIRA ESCOLAR AZUL	18/10/2011	78,00
6201	MESA PARA PROFESSOR	07/08/2012	50,00
6219	ESCRIVANINHA DE MADEIRA	07/08/2012	30,00
6285	CUBA PIA PEDRA	07/08/2012	50,00
		Sub Total	7.322,24
Total Geral		56.334,20	

Meleiro/SC, 17 de novembro de 2014.  
 JONNEI ZANETTE  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### **LEI Nº 1665/2014**

LEI Nº 1665/2014

INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO**

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Municipal de Ensino de Meleiro.

#### **TÍTULO II DA COMPETÊNCIA**

Art. 2º - Integra o Sistema Municipal de Ensino de Meleiro:

- I - O Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo, deliberativo, fiscalizador e consultivo;
- II - A Secretaria Municipal de Educação, como órgão administrativo, executivo e deliberativo.
- III - As instituições de Educação mantidas pelo poder público municipal, bem como as entidades executoras conveniadas;
- IV - As instituições de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- V - As instituições responsáveis pela execução de cursos livres, em âmbito municipal;

- VI - As instituições municipais de Ensino Fundamental, no atendimento aos jovens e adultos que não tiveram acesso na idade própria ao Ensino Regular;
- VII - O serviço de atendimento fonoaudiólogo e psicológico destinado ao atendimento dos alunos da rede municipal, integrante da Secretaria Municipal de Educação;
- VIII - Serviço de atendimento de apoio educacional aos portadores de necessidades especiais reais ou circunstanciais da rede municipal de ensino, integrante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação incumbir-se-á de:

- I - Fixar normas, nos termos da Lei, por meio de resolução para:
  - A Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
  - O funcionamento, credenciamento e o fechamento das instituições de ensino;
  - A organização para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental destinados a educandos portadores de necessidades especiais;
  - A organização para o Ensino Fundamental, destinado a jovens e adultos, que a ele não tiveram acesso na idade própria;
  - O currículo dos estabelecimentos de ensino;
  - A capacitação de professores para lecionar em caráter suplementar;
  - A criação de estabelecimentos de ensino público de modo a evitar a aplicação inadequada de recursos;
  - A elaboração de regimento dos estabelecimentos de ensino;
  - A progressão parcial, nos termos do Art. 24, III, da LDB;
  - A progressão continuada, nos termos do Art. 32, parágrafo 2º, da LDB.
- Pronunciar-se, previamente, sobre a criação de estabelecimentos municipais de ensino;
- Aprovar:
  - O Plano Municipal de Educação, de duração plurianual, em

conformidade com os planos nacional e estadual de educação, garantida a participação das entidades representativas da comunidade escolar na sua elaboração;

- Os convênios que impliquem em transferências de bens, recursos, serviços a serem firmados na área da educação, entre o município e demais poderes públicos ou com iniciativa privada;
- O regimento das instituições de ensino do Sistema Municipal de Ensino;
- Autorizar o funcionamento de instituições de ensino da rede pública e privada;

- Credenciar, quando couber, as instituições do Sistema Municipal de Ensino;
- Exercer competência recursal em relação às decisões das entidades e instituições do Sistema Municipal de Ensino, esgotadas as respectivas instâncias;
- Representar as autoridades competentes e, se for o caso, requisitar sindicâncias, em instituições educacionais, tendo em vista o fiel cumprimento da lei e das normas do Conselho Municipal de Educação;
- Estabelecer medidas que visem a expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino;
- Acompanhar e avaliar a execução dos planos educacionais do Município;
- Analisar os relatórios da execução financeira das despesas em educação;
- Manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza pedagógica, que lhe forem submetidas pelo Prefeito ou Secretária (o) da Educação e de entidades de âmbito municipal ligadas à educação;
- Estabelecer critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial no âmbito de atuação do Sistema Municipal de Ensino, para fins de apoio técnico e financeiro do Poder Público;
- Manter intercâmbio com Conselhos de Educação;
- Exercer outras atribuições, previstas em Lei, ou decorrentes da natureza de suas funções.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação é formado por:

- Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
- Um representante dos Diretores das Escolas Municipais;
- Um representante dos Professores do Ensino Fundamental das Escolas Municipais; escolhido pelos professores do Ensino Fundamental;
- Um representante dos Professores do Ensino de Educação Infantil da Rede Municipal; escolhido pelos professores do Ensino Infantil;
- Um representante das Unidades de Ensino da Rede Estadual de Ensino;
- Um representante do Conselho Titular;
- Um representante de Instituições Vinculadas aos Portadores de Necessidade Educativas Especiais;
- Um representante dos Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino.

- Um representante das Entidades Comunitárias;
- Um representante vinculado ao Conselho Deliberativo e/ou Conselho Escolar e/ou Associação de Pais e Professores do Sistema Municipal de Ensino.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Educação contará com um corpo técnico e administrativo de apoio necessário ao atendimento de seus serviços;

#### **TÍTULO III DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Art. 5º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência e sucesso na escola, nos estabelecimentos oficiais;

- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- Valorização do profissional da educação escolar;
- Gestão democrática do ensino público, nas instituições públicas municipais do Ensino Fundamental e Infantil, a ser regulamentado nas normas da Lei Federal nº 13.005 de 25 de julho de 2014, a contar no segundo semestre do ano de 2016;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Valorização da experiência extraescolar;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- Garantia do processo de inclusão dos educandos com necessidades especiais, bem como daqueles em risco social;
- Gratuidade do ensino público.

#### TÍTULO IV DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Art. 6º - A educação, como instrumento da sociedade para a promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia e justiça social, tem por finalidade:

- O pleno desenvolvimento do ser humano e seu aperfeiçoamento pela produção e difusão do saber e conhecimento
- A formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social, conscientes de seus direitos e responsabilidades, desenvolvendo lhes os valores éticos e o aprendizado da participação;
- A valorização e a promoção da vida;
- A conscientização do cidadão para a efetiva participação social e política;
- A integração das diversas formas do conhecimento humano.

#### TÍTULO V DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 7º - A educação, direito fundamental de todos e dever do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, cabendo ao poder público municipal:

- Assegurar, enquanto direito subjetivo público, a igualdade de condições de acesso e permanência e sucesso nas instituições públicas de ensino, através da oferta prioritária do ensino fundamental, além da educação infantil e de outras modalidades, quando e onde necessárias e possíveis, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Promover e estimular, através da colaboração da família e da sociedade, a educação extraescolar, pelos processos educativos disponíveis e por lei permitidos;

- O acesso ao Ensino Fundamental obrigatório, gratuito nas instituições oficiais, não sofrerá restrições decorrentes do limite máximo de idade, respeitadas as modalidades e os horários compatíveis com as características do educando, através das formas de financiamento previstas no art. 31 desta lei;
- Estabelecer, em todos os níveis de ensino, parcerias e convênios com entidades públicas ou privadas.

Art. 8º - O dever do Município, no tocante à educação escolar pública, será efetivado mediante a garantia de universalização da educação básica nas seguintes modalidades:

- Oferta de Educação Infantil nos Centros de Educação Infantil (CEI), mantidos diretamente pela Administração Pública Municipal ou através de convênios com entidades executoras, para crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos de idade;
- Oferta de Educação Infantil nos Centros de Educação Infantil

(CEI), mantidos diretamente pela Administração Pública Municipal ou através de convênios com entidades executoras, obrigatoriamente a partir dos 04 (quatro) anos de idade;

- Oferta do Ensino Fundamental, prioritariamente, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, obrigatoriamente a partir dos 06 (seis) anos;
- Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, na rede regular de ensino, através de programas de apoio específico;
- Oferta do Ensino Fundamental presencial no ensino municipal, destinado aos jovens e adultos, assegurando o mesmo padrão de qualidade do ensino diurno, através de modalidades adequadas à sua necessidade e disponibilidade, podendo ser presencial ou semipresencial.

Art. 9º - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças, a partir dos 06 (seis) anos de idade, no Ensino Fundamental.

Art. 10 - Serão assegurados aos educandos com necessidades especiais, em qualquer modalidade de ensino constante nesta lei:

- Currículos, métodos, técnicas, recursos pedagógicos e tecnológicos, para atender às suas necessidades;
- Professores do Ensino Regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

- Acesso prioritário aos benefícios de programas sociais suplementares disponíveis para o ensino regular;
- Apoio pedagógico nas escolas através de coordenadores pedagógicos, Fonoaudiólogo e psicólogo;

#### TÍTULO VI DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE ENSINO CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES

Art. 11 - A educação escolar, nos termos desta lei compõe-se de educação básica, formada pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental.

#### CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 12 - A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 13 - A Educação Infantil no Município de Meleiro será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 14 - As entidades que prestarão atendimento à educação infantil poderão ser:

- - Centros de Educação Infantil (CEI), mantidos pelo poder público municipal;
- - Centros de Educação Infantil Privados (CEIP).
- - Centros de Educação Infantil (CEIPP), mantidos em parceria entre o poder público municipal e outras entidades públicas, privadas ou não governamentais sem fins lucrativos.

Art. 15 - Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

#### CAPÍTULO III DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 16 - O Ensino Fundamental, com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;



- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

- §1º - É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o Ensino Fundamental em ciclos;

- §2º - Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino aprendizagem observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

- §3º - O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

Art. 17 - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurando o respeito a diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Parágrafo único: O Conselho Municipal de Educação, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, estabelecerão com as entidades religiosas os programas a serem ministrados nas aulas.

## SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 18 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental na idade própria.

- §1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

- § 2º - O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

- § 3º - poderão ser oferecidos cursos nas escolas públicas e cursos devidamente criados e autorizados pelo Conselho Municipal de Educação, através de convênios com o setor privado, entidades comunitárias, organizações não governamentais, sindicatos e outros.

## SUBSEÇÃO I DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 19 - A educação profissional, desenvolvida através de modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, proporciona o permanente desenvolvimento e conhecimento para a vida produtiva, bem como para o exercício da cidadania.

Art. 20- A educação profissional tem por objetivos:

- Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, instrumentalizando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

- Especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos, instrumentalizando-os para o trabalho emancipador, promotor da qualidade de vida e da cidadania para todos;

- Qualificar, re-profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho;

trabalho, apresentando-as como frutos de uma construção histórica que pode ser reconstruída e modificada.

Art. 21 - A educação de jovens e adultos poderá contemplar educação profissional, que é a modalidade de educação não formal e de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador, conhecimentos que permitam re-profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo conhecimento técnico, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, seu grau de conhecimento técnico e nível de escolaridade do aluno.

- § 1º - os cursos profissionais não estão sujeitos à regulamentação curricular.

- § 2º - as matrículas dos cursos de que trata o caput deste artigo estão abertas a jovens e adultos, com qualquer nível de escolaridade.

- § 3º - aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional.

Art. 22 - O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para o prosseguimento ou conclusão dos estudos. Parágrafo único. O oferecimento desta modalidade educacional dependerá de regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação.

## CAPÍTULO IV DOS CURSOS LIVRES

Art. 23 - Entende-se como cursos livres os de aperfeiçoamento, diversos dos profissionalizantes, prestados pela Secretaria Municipal de Educação ou outras instituições municipais, nos termos de resolução específica do Conselho Municipal de Educação.

## TÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Art. 24 - A educação básica poderá organizar-se em períodos semestrais, anos, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em

outros critérios, ou forma diversa da organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 25 - A carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Art. 26 - A avaliação do rendimento escolar resulta da reflexão sobre os componentes do processo de ensino-aprendizagem, devendo:

- Ser investigadora, diagnosticadora e emancipadora, concebendo a educação como a construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos;

- Ser um processo permanente, contínuo e cumulativo, que respeite as características individuais e socioculturais dos sujeitos envolvidos;

- Incluir conselhos de classe participativos, envolvendo todos os sujeitos do processo, ou comissões específicas, cabendo-lhes definir encaminhamentos e alternativas;

- Incluir a possibilidade de classes especiais de aceleração para alunos em atraso escolar;

- Incluir a possibilidade de avanço nos cursos e séries mediante verificação do aprendizado, exceto a primeira série de ensino fundamental;

- Garantir que, independente de escolarização anterior, seja possível avaliar o grau de conhecimento do aluno, definindo seu grau de conhecimento e permitindo sua inscrição em série ou etapa adequada, conforme regulamentação do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. Os critérios do aproveitamento escolar, recuperação, avaliação e frequência serão determinados no Projeto

Pedagógico.

Art. 27 - O Ensino Fundamental será presencial, sendo a modalidade à distância realizada como complementação da aprendizagem ou em situação emergencial, estando estas definidas pelo poder público municipal e pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 28 - A Rede Municipal de Ensino deverá, através de assessoramento da Secretaria Municipal de Educação e aprovação do Conselho Municipal de Educação, transformar gradativamente seus currículos, observando as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais legislações correlatas, sendo respeitadas as particularidades de cada comunidade escolar onde inserida está a unidade escolar.

## TÍTULO VIII

### DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 29 - Serão considerados profissionais da educação aqueles com formação específica para as atividades docentes ou técnico-administrativas e pedagógico, de acordo com a legislação vigente.

Art. 30 - Aos profissionais da educação no serviço público municipal serão garantidas as condições dignas e remuneração adequada às suas responsabilidades profissionais e nível de formação, através de plano de carreira, nos termos da lei municipal específica, garantindo, entre outros direitos:

- Ingresso para efetivação por concurso público de provas e/ou títulos, através de processo classificatório, com pontuação de acordo com o edital publicado;
- Aperfeiçoamento remunerado periódico;
- Implantação gradativa de período reservado a estudos, planejamento, avaliação e formação, incluído na jornada de trabalho a ser regulamentado em legislação específica;
- Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho;
- Progressão salarial por tempo de serviço;
- Regime de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais, adotando-se preferencialmente este último, com fim de estimular a dedicação exclusiva;
- Piso salarial da categoria;
- Garantia de hora - atividade de, no mínimo, 33% (trinta e três por cento) da carga horária semanal.

## TÍTULO IX

### DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 31 - Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- Receita de impostos próprios do Município;
- Receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- Receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- Receita de incentivos fiscais;
- Operações de crédito internas e externas;
- Doações e legados;
- Produto das aplicações financeiras dos recursos públicos destinados à educação;
- Receita proveniente de convênios de cooperação;
- Outros recursos previstos em lei.

## TÍTULO X

### CAPÍTULO I

#### DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

Art. 32 - A gestão democrática no ensino público abrangerá:

- Conselho Municipal de Educação;
- Conselhos Escolares e Conselhos dos Centros de Educação Infantil, na forma da lei;
- Elaboração participativa no Projeto Pedagógico da Rede Municipal de Ensino;
- Planos Municipais de Educação;
- Regimentos Escolares na forma da legislação vigente e dos

pareceres e resoluções do Conselho Municipal de Educação;

- Transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros;
  - Respeito a autonomia da organização dos segmentos de pais, professores, servidores e estudantes;
  - Otimização dos recursos públicos na sua distribuição e aplicação;
- Art. 33 - Os Planos Municipais de Educação, de duração plurianual, serão debatidos e aprovados pela comunidade, em consonância com os planos nacional e estadual de desenvolvimento do ensino em diversos níveis e à integração de ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal que conduzam:
- Matrícula de todos os cidadãos do Município, em idade escolar, no ensino fundamental;
  - Matrícula de jovens e adultos, visando a alfabetização, a erradicação do analfabetismo e conclusão do ensino fundamental;
  - Melhoria da qualidade do ensino;
  - Expansão da rede e oferta de atendimento em Educação Infantil;
  - Atendimentos aos portadores de necessidades especiais;

- Promoção humanística, cultural, científica e tecnológica;

- Progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do aluno do Ensino Fundamental.

## CAPÍTULO II

### DO PROJETO PEDAGÓGICO

Art. 34 - O Projeto Pedagógico do ensino público municipal será desenvolvido em dois níveis:

- Da Rede Municipal de Ensino, constituído pela Secretaria da Educação com a participação efetiva dos professores e das comunidades escolares;
- De cada instituição de ensino, constituído com a efetiva participação da comunidade escolar.

Parágrafo único: o Projeto Pedagógico das instituições observadas a autonomia e a realidade da comunidade escolar deverá ter consonância com o Projeto Pedagógico da Rede Municipal de Ensino.

Art. 35 - O Projeto Pedagógico da Rede Municipal de Ensino preverá, dentre outros elementos:

- Os princípios filosóficos e sociológicos para a educação municipal;
- O plano de metas, os fins e os objetivos da educação municipal;
- A construção da gestão e relações democráticas na educação pública municipal;
- A base nacional e municipal comum dos currículos;
- A proposta curricular com as diretrizes para a jornada, o calendário, a organização, as metodologias, a avaliação, o aproveitamento e a promoção escolar da Rede Municipal de Ensino;
- Os mecanismos, instrumentos e processos de aperfeiçoamento profissional do pessoal do Magistério Público Municipal;
- As diretrizes para o trabalho coletivo e as atribuições dos trabalhadores da instituição;
- Os processos de avaliação da aprendizagem dos educandos e da atuação dos trabalhadores e das instituições da Rede Municipal de Ensino;

- As estratégias da rede municipal para a recuperação dos alunos de menor rendimento e/ou dificuldades de aprendizagem;

- § 1º - O processo de aperfeiçoamento profissional será desenvolvido em programas de capacitação, atualização e especialização permanentes, mediante formação em serviço e forma diversa.

- § 2º - O processo de avaliação pela Secretaria Municipal de Educação das instituições da Rede Municipal de Ensino buscará avaliar a qualidade de ensino, considerando o Projeto Pedagógico da rede e as políticas públicas vigentes.

Art. 36 - O Projeto Pedagógico de cada instituição preverá, dentre outros elementos:

- Os princípios filosóficos e sociológicos para a educação da instituição;
- O plano de metas, os fins e os objetivos de cada instituição;
- A construção da gestão e relações democráticas na instituição;

- A base nacional e municipal comum dos currículos e a parte diversificada da escola;
- Proposta curricular com a jornada, o calendário, a organização, as metodologias, a avaliação, o aproveitamento e a promoção escolar;
- Os mecanismos, instrumentos e processos de aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores em educação da instituição;
- As diretrizes para o trabalho coletivo e as atribuições dos trabalhadores da instituição;
- Os processos de avaliação da aprendizagem dos educandos, da atuação dos professores e da instituição;
- As estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento e/ou dificuldades de aprendizagem;

Parágrafo único: O processo de avaliação do desempenho interno das instituições diagnosticará o impacto das ações na cobertura do atendimento, na permanência e aproveitamento dos alunos e na qualidade do ensino ministrado.

#### TITULO XI

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - A Secretaria Municipal de Educação, em comum acordo com a escola poderá firmar convênios com órgãos públicos, entidades comunitárias, empresas industriais, comerciais, serviços e agrícolas e entidades civis e sindicais, para a utilização de uma parte do tempo dos alunos em serviços de caráter comunitário e social, em períodos determinados e sob supervisão da escola, bem como, dispor o estabelecimento, com caráter de estágio ou visitas orientadas.

Art. 38- A Secretaria Municipal de Educação cuidará de credenciar e regularizar todas as escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino desta Lei.

Art. 39 - O registro e a autorização para funcionamento de estabelecimentos integrantes do sistema municipal de ensino, ou curso, poderá ser suspenso ou cassado pelo Conselho Municipal de Educação, após a comprovação de irregularidade, mediante processo administrativo específico, onde serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, preservando-se os direitos dos alunos.

#### TITULO XII

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40- As instituições educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino terão o prazo de 02 (dois) anos após publicada esta Lei para adaptarem o Projeto Pedagógico dos seus colegiados e entidades à presente Lei e demais Leis pertinentes.

Art.41- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42- Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 17 de novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### AVISO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

#### AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 5º bimestre de 2014, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE

PREFEITO MUNICIPAL



## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### REGISTRO DE PREÇO 108/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO 108/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO INSTALADO PARA TODA A PREFEITURA, conforme anexo. Data: 01/12/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari  
Secretário de Finanças.

## Navegantes

### PREFEITURA

#### GABARITO CONCURSO 001/2014

GABARITO PRELIMINAR  
ATO 011/iobv/001/14/AG

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Concurso Público 001/2014 - Administração Geral - 16/11/2014

OBS.: Os cadernos de questões constam divulgados na área do candidato [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)

(Concursos e seletivos, área do candidato, digite seu CPF e confirme seus dados cadastrados no momento da inscrição).

X - questões anuladas de ofício pela banca, por inconsistência na formulação.

Alfabetizado

Agente de Serviços Gerais (Educação - Obras - Saúde)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	C	A	D	X	A	C	B	C	D	A	D	B	C	B	A	D

Vigia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	C	A	D	X	A	C	B	D	A	C	D	B	D	A	C	B

Fundamental

Operador de Equipamentos (grande, médio e pequeno porte)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	A	D	C	A	D	A	D	B	D	C	A	B	A	C	D	B	D
21	22	23	24	25															
C	B	A	C	B															

Médio

Agente Comunitário de Saúde ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	A	B	C	C	D	A	B	D	C	B	D	A

Agente de Combate às Endemias

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	A	C	D	C	A	B	D	C	D	C	B	D	A	B

Agente de Educação

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	C	A	B	C	B	A	D	B	C	C	X	A	B	D	D	C	C

**ANEXOS LEI Nº 1663/2014****Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1  
Data: 17/11/2014

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	27.385.500,00	DESPESAS CORRENTES	17.612.000,00		
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.423.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.227.500,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	190.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	197.300,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.184.500,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	195.000,00				
RECEITA DE SERVIÇOS	777.000,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.641.700,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	961.500,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.123.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.123.000,00				
		Superavit	6.650.500,00		
Total	24.262.500,00	Total	24.262.500,00		
Superavit do orçamento corrente	6.650.500,00				
RECEITAS DE CAPITAL	1.805.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	5.292.000,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	46.500,00	INVESTIMENTOS	4.812.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	46.500,00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	480.000,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	28.000,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.684.500,00				
Deficit	3.486.500,00				
Total	5.292.000,00	Total	5.292.000,00		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	27.385.500,00	90,31 %	DESPESAS CORRENTES	17.612.000,00	64,82 %
RECEITAS DE CAPITAL	1.805.500,00	5,95 %	DESPESAS DE CAPITAL	5.292.000,00	19,48 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.123.000,00	-10,30 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	13.000,00	0,05 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.255.000,00	14,03 %	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.255.000,00	15,66 %
			Superavit do Orçamento	3.151.000,00	
Total	30.323.000,00	100,00 %	Total	30.323.000,00	100,00 %

Meleiro, 17 de novembro de 2014

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E

ANEXOS LEI Nº 1663/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.0	DESPESAS CORRENTES		10.302.500,00	16.047.000,00
3.1.0.00.00.00.00.0	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		7.500,00	
3.1.7.10.00.00.00.0	Transf. a Consórcios Públicos		10.295.000,00	
3.1.9.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		200.000,00	
3.2.0.00.00.00.00.0	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		200.000,00	
3.2.9.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		5.544.500,00	
3.3.0.00.00.00.00.0	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		538.500,00	
3.3.5.00.00.00.00.0	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		9.000,00	
3.3.7.10.00.00.00.0	Transferências a Consórcios Públicos		4.992.500,00	
3.3.9.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		4.500,00	
3.3.9.30.00.00.00.0	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos			
3.3.9.33.90.00.00.0	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.500,00		
4.0.0.00.00.00.00.0	DESPESAS DE CAPITAL			5.024.000,00
4.4.0.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS		4.544.000,00	
4.4.7.10.00.00.00.0	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	
4.4.9.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		4.543.000,00	
4.6.0.00.00.00.00.0	AMORTIZACAO DA DIVIDA		480.000,00	
4.6.9.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		480.000,00	
9.0.0.00.00.00.00.0	RESERVA DE CONTINGENCIA		13.000,00	13.000,00
9.9.0.00.00.00.00.0	RESERVA DE CONTINGENCIA		13.000,00	
9.9.9.00.00.00.00.0	RESERVA DE CONTINGENCIA			
			<b>Total das despesas:</b>	<b>21.084.000,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>21.084.000,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.0	DESPESAS CORRENTES		2.669.000,00	4.788.500,00
3.1.0.00.00.00.00.0	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		30.000,00	
3.1.7.10.00.00.00.0	Transferencias a Consórcios Públicos		2.639.000,00	
3.1.9.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		2.119.500,00	
3.3.0.00.00.00.00.0	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		200.000,00	
3.3.5.00.00.00.00.0	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		300.000,00	
3.3.7.10.00.00.00.0	Transferências a Consórcios Públicos		1.619.500,00	
3.3.9.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas			
4.0.0.00.00.00.00.0	DESPESAS DE CAPITAL			294.500,00
4.4.0.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS		294.500,00	

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.7.10.00.00.00.00.0	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
4.4.9.00.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		289.500,00	
				<b>5.083.000,00</b>
				<b>5.083.000,00</b>
<b>Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.0	DESPESAS CORRENTES			800.000,00
3.1.0.00.00.00.00.00.0	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		650.000,00	
3.1.9.00.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		650.000,00	
3.3.0.00.00.00.00.00.0	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		150.000,00	
3.3.9.00.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		150.000,00	
4.0.0.00.00.00.00.00.0	DESPESAS DE CAPITAL			100.000,00
4.4.0.00.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS		100.000,00	
4.4.9.00.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		100.000,00	
				<b>900.000,00</b>
				<b>900.000,00</b>
<b>Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.0	DESPESAS CORRENTES			765.000,00
3.1.0.00.00.00.00.00.0	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		275.000,00	
3.1.9.00.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		275.000,00	
3.3.0.00.00.00.00.00.0	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		490.000,00	
3.3.9.00.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		490.000,00	
4.0.0.00.00.00.00.00.0	DESPESAS DE CAPITAL			168.000,00
4.4.0.00.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS		168.000,00	
4.4.9.00.00.00.00.00.0	Aplicacoes Diretas		168.000,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
--------	---------------	----------	------------------	---------------------

Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

4.4.9.00.00.00.00.00.0

Aplicacoes Diretas

168.000,00

Total das despesas: 933.000,00

Total da entidade: 933.000,00

Total geral: 28.000.000,00

Meleiro, 17 de novembro de 2014

JONNEI ZANETTE

PREFEITO MUNICIPAL

JAIRO LUIZ CANELA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E

ANEXO LEI Nº 1663/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/10  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA		3.423.000,00	
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS		2.143.000,00	
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.343.000,00		
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	500.000,00		26.560.500,00
4.1.1.1.2.02.01.00.0.0	Imp s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana - 60%	300.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.0.0	Imp s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana - 25%	125.000,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.0.0	Imp s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana - 15%	75.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.0.0	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	713.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	700.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%	420.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%	175.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%	105.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos	13.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.01.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos - 60%	7.800,00		
4.1.1.1.2.04.34.02.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos - 25%	3.250,00		
4.1.1.1.2.04.34.03.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos - 15%	1.950,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	130.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 60%	78.000,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 25%	32.500,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 15%	19.500,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.0.0	Impostos sobre a Produção e a Circulação	800.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	800.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	480.000,00		
4.1.1.1.3.05.02.00.0.0	Adicional ISS - Fundo Municipal Combate à Pobreza	200.000,00		
4.1.1.1.3.05.03.00.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 15%	120.000,00		
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	TAXAS		1.210.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	550.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.0.0	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços	550.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	660.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.0.0	Taxa de Limpeza Pública	150.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.0.0	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	510.000,00		
4.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		70.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.0.0	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares			
4.1.2.0.0.0.0.00.00.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		190.000,00	
4.1.2.3.0.0.0.00.00.0	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		190.000,00	
4.1.3.0.0.0.0.00.00.0	RECEITA PATRIMONIAL		197.300,00	

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/10  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	197.300,00	197.300,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-ALIEI BENS	67.300,00		
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Receita Rem. Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-CEFEM	20.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-FEP	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Receita Rem. Dep. Bancários Rec. Vinculados - MDE	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Receita Rem. Dep. Bancários Rec. Vinculados - PNAE	11.500,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Receita Rem. Dep. Bancários Rec. Vinculados - PNATE	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Receita Rem. Dep. Bancários Rec. Vinculados-TR.ESC.E.	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Receita Rem. Dep. Bancários Rec. Vinculados-SAL. EDU	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados Educação-UNIÃO	2.500,00		
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados Educação-ESTAD	2.500,00		
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-CIDE	2.500,00		
4.1.3.2.5.01.07.00.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-COSIP	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados - FEDERAL	12.000,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-ESTADO	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Receita Remun. Dep. Bancários Rec. Vinculados-FNAS	5.300,00		
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-FNAS/PBT/PAC	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-FNAS/PBT/API	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-FNAS/PMC/PPD	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-FNAS/PMC/PETI	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-FNAS/IGD/B. FAM	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.06.00.00	Receita Rem. Dep. Banc. Rec. Vinculados-FNAS	1.500,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Recursos Não Vinculados	130.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. Outros Depósitos de Recursos Não Vinculados	130.000,00		
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	195.000,00	195.000,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	195.000,00	195.000,00	
4.1.7.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.641.700,00	21.641.700,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	21.067.200,00	21.067.200,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	8.505.200,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.115.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte Fundo de Particip. dos Municípios - 60%	7.100.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte Fundo de Particip. dos Municípios - 25%	4.260.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte Fundo de Particip. dos Municípios - 15%	1.775.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.065.000,00		
		15.000,00		



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/10

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte Imp. s/a Propr.Territorial Rural - 60%	9.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte Imp. s/a Propr.Territorial Rural - 25%	3.750,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte Imp. s/a Propr.Territorial Rural - 15%	2.250,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	192.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	58.500,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	133.500,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	180.700,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAS/PBT/PAC	17.900,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAS/PBT/API	17.900,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAS/PMC/PPD	10.500,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAS/PMC/PETI	17.900,00		
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAS/CRAS	21.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAS/IGD/Bolsa Família	63.000,00		
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAS/IGD/SUAS	17.000,00		
4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Transf. Outras Receitas do FNAS - União	15.500,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação-FDNE	717.500,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	378.000,00		
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	17.500,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	71.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	113.500,00		
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transferências Diretas FNDE referente PNAC/CRECHE	130.000,00		
4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE/EJA	7.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	150.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf.Financ. ICMS-Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60%	90.000,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf.Financ. ICMS-Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25%	37.500,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf.Financ. ICMS-Desoner - L.C. Nº 87/96 - 15%	22.500,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	150.000,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União - Vinculado	150.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.405.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	8.380.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	7.100.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	4.260.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	1.775.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	1.065.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.100.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	660.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	275.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	165.000,00		

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/10

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	150.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%	90.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%	37.500,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%	22.500,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. Interv.no Domínio Econômico	30.000,00		
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	25.000,00		
4.1.7.2.2.34.99.00.00.00	Outras Transferências do FNAS - Estado	25.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.157.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.157.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB -60%	3.030.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.127.000,00	7.000,00	
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas			
4.1.7.3.0.01.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - FIA	6.000,00		
4.1.7.3.0.99.00.00.00.00	Outras Transferências ao FIA	1.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		2.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		565.500,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	174.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	174.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	391.500,00		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	303.500,00		
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Convênio Transporte Escolar	280.000,00		
4.1.7.6.2.02.99.00.00.00	Outras Transf. de Conv.Estados Dest.Progr.Educacao	23.500,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	88.000,00		
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>				
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	913.500,00		
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	283.500,00		
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU			
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	46.000,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	6.000,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	3.600,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.500,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	900,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	15.000,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	9.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	3.750,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	2.250,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	25.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	25.000,00		

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/10  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%	15.000,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%	6.250,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%	3.750,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	7.500,00		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%	4.500,00		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%	1.875,00		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%	1.125,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	100.000,00		
4.1.9.1.500.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	25.000,00		
4.1.9.1.599.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	25.000,00		
4.1.9.1.599.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec. - Principal	25.000,00		
4.1.9.1.900.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	80.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	80.000,00		
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convênio Trânsito - Polícia Militar	21.000,00		
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convênio Trânsito - Polícia Civil	21.000,00		
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Convênio Trânsito - Polícia Prefeitura	18.000,00		
4.1.9.1.9.15.04.00.00.00	Convênio - Bombeiro	20.000,00	100.000,00	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
INDENIZAÇÕES				
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Outras Indenizações	100.000,00		
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00		100.000,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00				
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	280.000,00		
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária			
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	230.000,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	55.000,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	33.000,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	13.750,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	8.250,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	25.000,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	15.000,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	6.250,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	3.750,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	150.000,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	150.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	50.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	50.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	250.000,00	250.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas			
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	250.000,00		
				1.773.000,00

## Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Data: 17/11/2014

-3.123.000,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/10  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-220.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-30.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>25.210.500,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>25.210.500,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		50.000,00	
4.1.1.2.00.00.00.00.00	TAXAS		50.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	50.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	50.000,00		
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		56.500,00	
4.1.3.2.50.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		56.500,00	
4.1.3.2.50.01.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados			
4.1.3.2.50.01.03.00.00	Rec de Remun de Dep Banc de Rec Vinc - Fundo Saúde			
4.1.3.2.50.01.03.01.00	Rem Dep Bancários Rec.Viculados - SAMU			
4.1.3.2.50.01.03.02.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - AT.BÁSICA			
4.1.3.2.50.01.03.03.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - VIGILÂNCIA SAÚDE			
4.1.3.2.50.01.03.04.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - FARMÁCIA BÁSICA			
4.1.3.2.50.01.03.05.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - MAC			
4.1.3.2.50.01.03.06.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - GESTÃO DO SUS			
4.1.3.2.50.01.03.07.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - OUTROS RECUR.FNS			
4.1.3.2.50.01.03.08.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - FEDERAL			
4.1.3.2.50.01.03.09.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - ESTADUAL			
4.1.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		2.000,00	
4.1.6.0.05.00.00.00.00	Serviços de Saúde			
4.1.6.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços de Saúde			
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.637.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	1.637.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.10.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	1.246.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	266.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.01	Saúde da Família	980.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.02	Agentes Comunitários de Saúde	450.000,00		

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/10  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	80.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	293.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.10.00.00	Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	293.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.10.02.00	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	220.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.10.06.00	Transf. de Recursos Gestão Plena em Saúde - MAC	73.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saúde	23.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	13.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	10.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Assistência Farmacêutica	65.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico da Assistência Farmacêutica	65.000,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	10.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	125.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	125.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Programa Farmácia Básica	60.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Programa Co-Financiamento	60.000,00		
4.1.7.2.2.33.99.00.00.00	Outras Transferências do SUS - ESTADO	5.000,00		
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	15.000,00		
4.1.7.2.3.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Municípios - SAMU	15.000,00	9.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.			
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	9.000,00		
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	9.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
4.1.9.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		11.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.000,00	5.000,00	
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.			
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	5.000,00		
RECEITA DA DIVIDAATIVA				
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária		1.000,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	1.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recit - Princ	1.000,00		
RECEITAS DIVERSAS				
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas	5.000,00	5.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			26.500,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS			
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS			
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.500,00	5.500,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Recursos Fundo Saúde-Alienação de Bens	5.500,00		
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		21.000,00	

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/10

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	11.000,00	21.000,00	
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	11.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	10.000,00		
4.2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	10.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>1.932.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>1.932.000,00</b>
<b>Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		777.000,00	825.000,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	752.000,00		
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	15.000,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	10.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		48.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		13.000,00	
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.500,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.500,00		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec. - Principal	2.500,00		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	10.500,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	10.500,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		31.000,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	31.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	31.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recel - Princ	31.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		4.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	4.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			32.500,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		5.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS			
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.500,00		
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.500,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		22.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		22.000,00	



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/10

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	11.000,00		
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	11.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	11.000,00		
4.2.4.7.2.03.00.00.00.00	Transf. Convênios do Estado Dest. Prog. Saneam.Bás	11.000,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>857.500,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>857.500,00</b>
			<b>Total geral:</b>	<b>28.000.000,00</b>

Meleiro, 17 de novembro de 2014

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E

**ANEXO LEI Nº 1663/2014****Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1  
Data: 17/11/2014

Funções	Subfunções
4 Administração	31 Ação Legislativa
8 Assistência Social	122 Administração Geral
	241 Assistência ao Idoso
	242 Assistência ao Portador de Deficiência
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 ASSISTENCIA COMUNITARIA
10 Saúde	301 Atenção Básica
12 Educação	306 ALIMENTACAO E NUTRICAO
	361 Ensino Fundamental
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	481 Habitação Rural
	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	511 Saneamento Básico Rural
	512 Saneamento Básico Urbano
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 PROMOCAO INDUSTRIAL
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	999 Reserva de Contingência

Meleiro, 17 de novembro de 2014

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
PREFEITO MUNICIPAL\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E

## Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/6  
Data: 17/11/2014

Órgão: 04.00 SECRET.DE EDUCACAO,ESP.CULTURA E TURISMO  
Unidade: 04.01 DEPTO.DA EDUCACAO

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/6  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>					
<b>Órgão: 04.00</b>	<b>SECRET.DE EDUCACAO,ESP.CULTURA E TURISMO</b>	<b>4.051.500,00</b>	<b>17.032.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.339.000,00</b>
<b>Unidade: 04.01</b>	<b>DEPTO.DA EDUCACAO</b>	<b>784.000,00</b>	<b>8.381.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.165.000,00</b>
		<b>518.000,00</b>	<b>7.690.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.208.000,00</b>
12	Educação	518.000,00	7.690.000,00		8.208.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		35.000,00		35.000,00
12.366.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS		35.000,00		35.000,00
12.366.0003.2.004	Manutenção do Ensino Jovens e Adultos - EJA		35.000,00		35.000,00
12.367	Educação Especial		60.000,00		60.000,00
12.367.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS		60.000,00		60.000,00
12.367.0003.2.011	Manutenção da Educação Especial		60.000,00		60.000,00
<b>Unidade: 04.02</b>					
<b>DIVISAO DE ESPORTES E LAZER</b>		<b>71.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>401.000,00</b>
27	Desporto e Lazer	71.000,00	330.000,00		401.000,00
27.812	Desporto Comunitário	71.000,00	330.000,00		401.000,00
27.812.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	71.000,00	330.000,00		401.000,00
27.812.0003.1.008	Aquis. Área, Construção e Ampliação de Equipamentos Esportivos	71.000,00			71.000,00
27.812.0003.2.009	Manutenção do Esporte e Lazer		330.000,00		330.000,00
<b>Unidade: 04.03</b>					
<b>DIVISAO DE CULTURA E TURISMO</b>		<b>195.000,00</b>	<b>361.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>556.000,00</b>
13	Cultura	195.000,00	361.000,00		556.000,00
13.392	Difusão Cultural	195.000,00	361.000,00		556.000,00
13.392.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	31.000,00			31.000,00
13.392.0003.1.005	Aquis. Área e Construção da Biblioteca Pública	31.000,00			31.000,00
13.392.0008	MELEIRO TURISMO e CULTURA	164.000,00	361.000,00		525.000,00
13.392.0008.1.019	Aquisição de Área e Construção de Prédios Públicos	141.000,00			141.000,00
13.392.0008.1.020	Aquis. Áreas, Construção e Ampliação de Reservas Ecológica	23.000,00			23.000,00
13.392.0008.2.017	Manutenções Serviços Gerais/Meleiro Turismo e Cultura		361.000,00		361.000,00
<b>Órgão: 06.00</b>					
<b>SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO</b>		<b>2.276.000,00</b>	<b>3.596.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.872.500,00</b>
<b>Unidade: 06.01</b>	<b>DEPTO.DE OBRAS E SERVICOS URBANOS</b>	<b>2.276.000,00</b>	<b>3.596.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.872.500,00</b>
15	Urbanismo	1.516.000,00	3.556.000,00		5.072.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.516.000,00			1.516.000,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO URBANO	1.516.000,00			1.516.000,00
15.451.0007.1.015	Aquis. Área, Construção e Ampliação de Prédios Públicos	350.000,00			350.000,00
15.451.0007.1.016	Construção de Abatedouro Público	103.000,00			103.000,00
15.451.0007.1.017	Obras de Artes, Drenagem, Pavimentação em Ruas e Logradouros	811.500,00			811.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/6  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>					
<b>Órgão: 06.00 SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO</b>					
<b>Unidade: 06.01 DEPTO.DE OBRAS E SERVICOS URBANOS</b>			<b>17.032.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.339.000,00</b>
15	Urbanismo				5.072.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.516.000,00	3.556.000,00		1.516.000,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO URBANO	1.516.000,00			1.516.000,00
15.451.0007.1.018	Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos				251.500,00
15.452	Serviços Urbanos	251.500,00			3.556.000,00
15.452.0007	DESENVOLVIMENTO URBANO		3.556.000,00		3.556.000,00
15.452.0007.2.014	Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano		3.118.500,00		3.118.500,00
15.452.0007.2.015	Manutenção da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil		46.000,00		46.000,00
15.452.0007.2.016	Manutenção da Iluminação Pública		391.500,00		391.500,00
17	Saneamento				800.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	760.000,00	40.500,00		800.500,00
17.512.0005	ÁGUA POTÁVEL e SANEAMENTO	760.000,00	40.500,00		800.500,00
17.512.0005.1.009	Ampliação de Sistemas de Água e Esgoto		40.500,00		390.000,00
17.512.0005.1.010	Construção Melhorias de Unidades Sanitárias	390.000,00			370.000,00
17.512.0005.2.012	Manutenção do Fundo Saneamento Básico	370.000,00	40.500,00		40.500,00
<b>Órgão: 07.00 SECRET.DE AGRIC.MEIO AMB.E DESENV.ECON.</b>					
<b>Unidade: 07.02 DIVISAO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO</b>			<b>117.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>168.500,00</b>
			<b>117.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>168.500,00</b>
22	Indústria				168.500,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL	117.500,00	51.000,00		168.500,00
22.661.0009	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	117.500,00			168.500,00
22.661.0009.1.021	Aquisição de Área, Construção e Ampliação de Parque Industrial				117.500,00
22.661.0009.2.018	Manutenção dos Serviços Gerais	117.500,00	51.000,00		51.000,00
<b>Órgão: 08.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO</b>					
<b>Unidade: 08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>680.000,00</b>
			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>680.000,00</b>
28	Encargos Especiais				680.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna				680.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS				680.000,00
28.843.0000.2.026	Manutenção dos Encargos Especiais				680.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/6  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>					
<b>Órgão: 09.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA</b>					
<b>Unidade: 09.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA</b>		<b>4.051.500,00</b>	<b>17.032.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.339.000,00</b>
		0,00	179.000,00	0,00	179.000,00
		0,00	179.000,00	0,00	179.000,00
08	Assistência Social		179.000,00		179.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		179.000,00		179.000,00
08.243.0010	PROTEÇÃO SOCIAL		179.000,00		179.000,00
08.243.0010.2.023	Manutenção do Fundo Infância e Adolescencia - FIA		179.000,00		179.000,00
<b>Órgão: 11.00 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL</b>					
<b>Unidade: 11.01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL</b>		<b>762.000,00</b>	<b>680.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.442.000,00</b>
		762.000,00	680.000,00	0,00	1.442.000,00
20	Agricultura		680.000,00		1.442.000,00
20.606	Extensão Rural		680.000,00		1.442.000,00
20.606.0006	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		680.000,00		1.442.000,00
20.606.0006.1.011	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos	195.000,00			195.000,00
20.606.0006.1.012	Pavimentação de Ruas, Estradas e Praças	185.000,00			185.000,00
20.606.0006.1.013	Construção de Pontes e Pontilhões	141.500,00			141.500,00
20.606.0006.1.014	Aquisição de Áreas, Construção e Ampliação de Prédios Públicos	240.500,00			240.500,00
20.606.0006.2.013	Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural		680.000,00		680.000,00
<b>Órgão: 12.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>92.000,00</b>	<b>1.172.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.264.000,00</b>
		92.000,00	1.172.000,00	0,00	1.264.000,00
08	Assistência Social	41.000,00	1.046.000,00		1.087.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		158.000,00		158.000,00
08.241.0010	PROTEÇÃO SOCIAL		158.000,00		158.000,00
08.241.0010.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Idoso		158.000,00		158.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		32.000,00		32.000,00
08.242.0010	PROTEÇÃO SOCIAL		32.000,00		32.000,00
08.242.0010.2.021	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - PPD		32.000,00		32.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		32.000,00		32.000,00
08.243.0010	PROTEÇÃO SOCIAL		161.000,00		161.000,00
08.243.0010.2.022	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Criança		161.000,00		161.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	41.000,00	695.000,00		736.000,00
08.244.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	41.000,00	695.000,00		736.000,00
08.244.0010.1.022	Aquisição de Área, Construção e Ampliação de Centro de Convivência				41.000,00
08.244.0010.2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Comunitária				370.000,00
08.244.0010.2.025	Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS		370.000,00		325.000,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/6  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>					
<b>Órgão: 12.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>4.051.500,00</b>	<b>17.032.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.339.000,00</b>
16	Habitação				
16.481	Habitação Rural	51.000,00	126.000,00		177.000,00
16.481.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	51.000,00			51.000,00
16.481.0010.1.023	Aquisição de Área, Construção de Unidades Habitacionais	51.000,00			51.000,00
16.482	Habitação Urbana		126.000,00		126.000,00
16.482.0010	PROTEÇÃO SOCIAL		126.000,00		126.000,00
16.482.0010.2.019	Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional		126.000,00		126.000,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA</b>					
<b>Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGENCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.000,00</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA				
99.999	Reserva de Contingência	0,00	13.000,00		13.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA		13.000,00		13.000,00
99.999.0099.2.027	Reserva de Contingência da Prefeitura		13.000,00		13.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>					
<b>Órgão: 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>					
<b>Unidade: 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>		<b>127.500,00</b>	<b>4.955.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.083.000,00</b>
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica	127.500,00	4.955.500,00		5.083.000,00
10.301.0004	SAUDE PARA TODOS	127.500,00			5.083.000,00
10.301.0004.1.050	Aquis. Área, Construção e Ampliação de Unidade de Saúde				
10.301.0004.1.051	Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais				
10.301.0004.2.050	Manutenção da Ações Básica de Saúde				
10.301.0004.2.051	Manutenção do Programa ESF/PACS				
10.301.0004.2.052	Manutenção Assistência Farmacêutica Básica				
10.301.0004.2.053	Manutenção da Vigilância em Saúde				
10.301.0004.2.054	Manutenção de Outros Programas de Saúde				
10.301.0004.2.055	Manutenção do SAMU				
10.301.0004.2.056	Manutenção do PMAQ/NASF				



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/6  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>					
<b>Órgão: 01.00 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>					
<b>Unidade: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>					
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa	67.000,00	833.000,00	0,00	900.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	67.000,00	833.000,00	0,00	900.000,00
01.031.0001.1.001	Aquis. Area, Construção, Ampliação da Sede Administrativa	67.000,00	833.000,00		900.000,00
01.031.0001.1.002	Aquisição de Veículo e Equipamentos Funcionais	10.000,00			10.000,00
01.031.0001.2.001	Manutenção da Câmara Municipal	57.000,00	833.000,00		890.000,00
<b>Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO</b>					
<b>Órgão: 14.00 SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO</b>					
<b>Unidade: 14.01 SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO</b>					
17	Saneamento	138.000,00	795.000,00	0,00	933.000,00
17.511	Saneamento Básico Rural	70.000,00	795.000,00	0,00	865.000,00
17.511.0005	ÁGUA POTÁVEL e SANEAMENTO	70.000,00			70.000,00
17.511.0005.1.060	Ampliação da Rede de Água e Esgoto	70.000,00			70.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	68.000,00	795.000,00		863.000,00
17.512.0005	ÁGUA POTÁVEL e SANEAMENTO	68.000,00	795.000,00		863.000,00
17.512.0005.1.061	Infraestrutura de Água e Saneamento	33.000,00			33.000,00
17.512.0005.1.062	Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	35.000,00			35.000,00
17.512.0005.2.060	Manutenção dos Serviços do SAMAE		795.000,00		795.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>32.255.000,00</b>

Meleiro, 17 de novembro de 2014

JONNEI ZANETTE  
PREFEITO MUNICIPAL

JAIRO LUIZ CANELA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E

**ANEXO LEI Nº 1663/2014**

**Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 1/4

Data: 17/11/2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa				900.000,00
01.031	Ação Legislativa	67.000,00	833.000,00		900.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	67.000,00	833.000,00		900.000,00
04	Administração				2.300.000,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	2.280.000,00		2.300.000,00
04.122.0002	ADMINISTRATIVA GERAL E FINANÇAS	20.000,00	2.280.000,00		2.300.000,00
08	Assistência Social				1.266.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	41.000,00	1.225.000,00		1.266.000,00
08.241.0010	PROTEÇÃO SOCIAL		158.000,00		158.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		158.000,00		158.000,00
08.242.0010	PROTEÇÃO SOCIAL		32.000,00		32.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		32.000,00		32.000,00
08.243.0010	PROTEÇÃO SOCIAL		340.000,00		340.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	41.000,00	340.000,00		340.000,00
08.244.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	41.000,00	695.000,00		736.000,00
			695.000,00		736.000,00
10	Saúde				5.083.000,00
10.301	Atenção Básica	127.500,00	4.955.500,00		5.083.000,00
10.301.0004	SAUDE PARA TODOS	127.500,00	4.955.500,00		5.083.000,00
12	Educação				8.208.000,00
12.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	518.000,00	7.690.000,00		8.208.000,00
12.306.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS		540.000,00		540.000,00
12.361	Ensino Fundamental		540.000,00		540.000,00
12.361.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	457.000,00	4.710.500,00		5.167.500,00
12.364	Ensino Superior	457.000,00	4.710.500,00		5.167.500,00
12.364.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS		115.500,00		115.500,00
12.365	Educação Infantil		115.500,00		115.500,00
12.365.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	61.000,00	2.229.000,00		2.290.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	61.000,00	2.229.000,00		2.290.000,00
12.366.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS		35.000,00		35.000,00
12.367	Educação Especial		35.000,00		35.000,00
12.367.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS		60.000,00		60.000,00
			60.000,00		60.000,00
13	Cultura				556.000,00
13.392	Difusão Cultural	195.000,00	361.000,00		556.000,00
13.392.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	31.000,00	361.000,00		31.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural	195.000,00	361.000,00		556.000,00
13.392.0008	MELEIRO TURISMO e CULTURA	195.000,00	361.000,00		556.000,00
		164.000,00	361.000,00		525.000,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.516.000,00	3.556.000,00		5.072.000,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO URBANO	1.516.000,00			1.516.000,00
15.452	Serviços Urbanos	1.516.000,00			1.516.000,00
15.452.0007	DESENVOLVIMENTO URBANO		3.556.000,00		3.556.000,00
			3.556.000,00		3.556.000,00
16	Habitação				
16.481	Habitação Rural	51.000,00	126.000,00		177.000,00
16.481.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	51.000,00			51.000,00
16.482	Habitação Urbana	51.000,00			51.000,00
16.482.0010	PROTEÇÃO SOCIAL		126.000,00		126.000,00
			126.000,00		126.000,00
17	Saneamento				
17.511	Saneamento Básico Rural	898.000,00	835.500,00		1.733.500,00
17.511.0005	ÁGUA POTÁVEL e SANEAMENTO	70.000,00			70.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	70.000,00			70.000,00
17.512.0005	ÁGUA POTÁVEL e SANEAMENTO	828.000,00	835.500,00		1.663.500,00
		828.000,00	835.500,00		1.663.500,00
20	Agricultura				
20.606	Extensão Rural	762.000,00	680.000,00		1.442.000,00
20.606.0006	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	762.000,00	680.000,00		1.442.000,00
22	Indústria				
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL	117.500,00	51.000,00		168.500,00
22.661.0009	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	117.500,00	51.000,00		168.500,00
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário	71.000,00	330.000,00		401.000,00
27.812.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	71.000,00	330.000,00		401.000,00
28	Encargos Especiais				
28.843	Serviço da Dívida Interna		680.000,00		680.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		680.000,00		680.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	RESERVA DE CONTINGENCIA		13.000,00		13.000,00
99.999	Reserva de Contingência		13.000,00		13.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		13.000,00		13.000,00
Total:		4.384.000,00	23.616.000,00	0,00	28.000.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/4  
Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDA P/O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				3.300.000,00
	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDA P/O SAMAE				70.000,00
	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDA P/A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				885.000,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.255.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>4.384.000,00</b>	<b>23.616.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.255.000,00</b>

Meleiro, 17 de novembro de 2014

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E

ANEXO LEI Nº 1663/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 1/3  
Data: 17/11/2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	900.000,00		900.000,00
01.031	Ação Legislativa	900.000,00		900.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	900.000,00		900.000,00
04	Administração	2.300.000,00		2.300.000,00
04.122	Administração Geral	2.300.000,00		2.300.000,00
04.122.0002	ADMINISTRATIVA GERAL E FINANÇAS	2.300.000,00		2.300.000,00
08	Assistência Social	1.035.000,00	231.000,00	1.266.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	139.000,00	19.000,00	158.000,00
08.241.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	139.000,00	19.000,00	158.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	20.000,00	12.000,00	32.000,00
08.242.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	20.000,00	12.000,00	32.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	294.000,00	46.000,00	340.000,00
08.243.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	294.000,00	46.000,00	340.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	582.000,00	154.000,00	736.000,00
08.244.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	582.000,00	154.000,00	736.000,00
10	Saúde	3.212.000,00	1.871.000,00	5.083.000,00
10.301	Atenção Básica	3.212.000,00	1.871.000,00	5.083.000,00
10.301.0004	SAÚDE PARA TODOS	3.212.000,00	1.871.000,00	5.083.000,00
12	Educação	3.230.000,00	4.978.000,00	8.208.000,00
12.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	330.000,00	210.000,00	540.000,00
12.306.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	330.000,00	210.000,00	540.000,00
12.361	Ensino Fundamental	2.155.000,00	3.012.500,00	5.167.500,00
12.361.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.155.000,00	3.012.500,00	5.167.500,00
12.364	Ensino Superior	110.000,00	5.500,00	115.500,00
12.364.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	110.000,00	5.500,00	115.500,00
12.365	Educação Infantil	550.000,00	1.740.000,00	2.290.000,00
12.365.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	550.000,00	1.740.000,00	2.290.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	25.000,00	10.000,00	35.000,00
12.366.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	25.000,00	10.000,00	35.000,00
12.367	Educação Especial	60.000,00		60.000,00
12.367.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	60.000,00		60.000,00
13	Cultura	512.000,00	44.000,00	556.000,00
13.392	Difusão Cultural	512.000,00	44.000,00	556.000,00
13.392.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	20.000,00	11.000,00	31.000,00
13.392.0008	MELEIRO TURISMO e CULTURA	492.000,00	33.000,00	525.000,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	4.063.500,00	1.008.500,00	5.072.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	663.000,00	853.000,00	1.516.000,00
15.451.0007	DESENVOLVIMENTO URBANO	663.000,00	853.000,00	1.516.000,00
15.452	Serviços Urbanos	3.400.500,00	155.500,00	3.556.000,00
15.452.0007	DESENVOLVIMENTO URBANO	3.400.500,00	155.500,00	3.556.000,00
16	Habitação	105.000,00	72.000,00	177.000,00
16.481	Habitação Rural	40.000,00	11.000,00	51.000,00
16.481.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	40.000,00	11.000,00	51.000,00
16.482	Habitação Urbana	65.000,00	61.000,00	126.000,00
16.482.0010	PROTEÇÃO SOCIAL	65.000,00	61.000,00	126.000,00
17	Saneamento	1.095.500,00	638.000,00	1.733.500,00
17.511	Saneamento Básico Rural	54.000,00	16.000,00	70.000,00
17.511.0005	ÁGUA POTÁVEL e SANEAMENTO	54.000,00	16.000,00	70.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.041.500,00	622.000,00	1.663.500,00
17.512.0005	ÁGUA POTÁVEL e SANEAMENTO	1.041.500,00	622.000,00	1.663.500,00
20	Agricultura	1.070.000,00	372.000,00	1.442.000,00
20.606	Extensão Rural	1.070.000,00	372.000,00	1.442.000,00
20.606.0006	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	1.070.000,00	372.000,00	1.442.000,00
22	Indústria	52.000,00	116.500,00	168.500,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL	52.000,00	116.500,00	168.500,00
22.661.0009	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	52.000,00	116.500,00	168.500,00
27	Desporto e Lazer	390.000,00	11.000,00	401.000,00
27.812	Desporto Comunitário	390.000,00	11.000,00	401.000,00
27.812.0003	EDUCAÇÃO PARA TODOS	390.000,00	11.000,00	401.000,00
28	Encargos Especiais	680.000,00		680.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	680.000,00		680.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	680.000,00		680.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA			13.000,00
99.999	Reserva de Contingência			13.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			13.000,00
Total:		18.658.000,00	9.342.000,00	28.000.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 17/11/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDA P/ O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.255.000,00		4.255.000,00
	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDA P/ O SAMAE	3.300.000,00		3.300.000,00
	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDA P/ A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	70.000,00		70.000,00
		885.000,00		885.000,00
	<b>Total:</b>	<b>4.255.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.255.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>18.658.000,00</b>	<b>9.342.000,00</b>	<b>32.255.000,00</b>

Meleiro, 17 de novembro de 2014

JONNEI ZANETTE  
PREFEITO MUNICIPAL

JAIRO LUIZ CANELA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E

ANEXO LEI Nº 1663/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Página: 1/20  
Data: 17/11/2014

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	2.300.000,00	0,00	0,00
04.00 - SECRET.DE EDUCACAO,ESP.CULTURA E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRET.DE AGRIC.MEIO AMB.E DESENV.ECON.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	2.300.000,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/20  
Data: 17/11/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRET.DE EDUCACAO.ESP.CULTURA E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.208.000,00
06.00 - SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRET.DE AGRIC.MEIO AMB.E DESENV.ECON.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA		0,00	179.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.087.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.266.000,00	0,00	0,00	0,00	8.208.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/20  
Data: 17/11/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRET.DE EDUCACAO.ESP.CULTURA E TURISMO		556.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO		0,00	0,00	5.072.000,00	0,00	800.500,00	0,00
07.00 - SECRET.DE AGRIC.MEIO AMB.E DESENV.ECON.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	177.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		556.000,00	0,00	5.072.000,00	177.000,00	800.500,00	0,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/20  
Data: 17/11/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRET.DE EDUCACAO,ESP.CULTURA E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRET.DE AGRIC.MEIO AMB.E DESENV.ECON.		0,00	0,00	0,00	168.500,00	0,00	0,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL		0,00	1.442.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.442.000,00	0,00	168.500,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/20  
Data: 17/11/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	RESERVA DE CONTINGENCIA	TOTAL
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300.000,00
04.00 - SECRET.DE EDUCACAO,ESP.CULTURA E TURISMO		0,00	0,00	401.000,00	0,00	0,00	9.165.000,00
06.00 - SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.872.500,00
07.00 - SECRET.DE AGRIC.MEIO AMB.E DESENV.ECON.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168.500,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.442.000,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.264.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
Total:		0,00	0,00	401.000,00	680.000,00	13.000,00	21.084.000,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	5.083.000,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	5.083.000,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	RESERVA DE CONTINGENCIA	TOTAL
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.083.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.083.000,00

Total:

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/20  
Data: 17/11/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE MELEIRO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	RESERVA DE CONTINGENCIA	TOTAL
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 16/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 17/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 18/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
14.00 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00		933.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	933.000,00
						0,00
						0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 19/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO							
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 20/20

Data: 17/11/2014

Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	RESERVA DE CONTINGENCIA	TOTAL
14.00 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	933.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	933.000,00
	Total geral:						28.000.000,00

Meleiro, 17 de novembro de 2014

JONNEI ZANETTE

PREFEITO MUNICIPAL

JAIRO LUIZ CANELA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E



**ANEXO LEI Nº 1663/2014****Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 1/10

Data: 17/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						<b>21.084.000,00</b>
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS						2.300.000,00
Unidade: 03.03 - DEPTO.DE CONTABILIDADE E CONTROLE						2.300.000,00
Proj./Ativ.: 1.003 - Aquisição de veículo e equipamentos funcionais			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
1	04.122.2	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>20.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.002 - Manutenção da Administração Geral e Finanças.			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
2	04.122.2	3.1.7.10.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Pú	Não	Sim	Não	500,00
2	04.122.2	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.350.000,00
2	04.122.2	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	200.000,00
2	04.122.2	3.3.7.10.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consó	Não	Não	Não	9.000,00
2	04.122.2	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	665.000,00
2	04.122.2	3.3.9.33.90.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Outros Serviços de Terc	Não	Não	Não	4.500,00
2	04.122.2	4.4.7.10.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consó	Não	Não	Não	1.000,00
2	04.122.2	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.280.000,00</b>
Órgão: 04.00 - SECRET.DE EDUCACAO,ESP.CULTURA E TURISMO						9.165.000,00
Unidade: 04.01 - DEPTO.DA EDUCACAO						8.208.000,00
Proj./Ativ.: 1.004 - Aquis. Área, Construção e Ampliação de Escolas do Ensino Básico			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
3	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
3	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0058.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
3	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
3	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0096.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.000,00
3	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0097.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.000,00
<b>Total:</b>						<b>312.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.006 - Aquisição de Veículo, Ônibus e Equipamentos Funcionais			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
4	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0087.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
4	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0097.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
4	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0081.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
4	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
4	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
4	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0096.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>145.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.007 - Aquis. Área, Construção, Ampliação e Aquis. Equip. de Escolas do Ensino Infantil			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
5	12.365.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
5	12.365.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0096.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
5	12.365.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0097.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>61.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.003 - Manutenção do Ensino Básico			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
6	12.361.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	700.000,00
6	12.361.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0018.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.825.000,00
6	12.361.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	340.000,00
6	12.361.3	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	10.000,00
6	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
6	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
6	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0022.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
6	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0059.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
6	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0096.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
6	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0097.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
6	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0058.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
6	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0058.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
6	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
6	12.361.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.470.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/10  
 Data: 17/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						<b>21.084.000,00</b>
Órgão: 04.00 - SECRET.DE EDUCACAO,ESP.CULTURA E TURISMO						9.165.000,00
Unidade: 04.01 - DEPTO.DA EDUCACAO						8.208.000,00
Proj./Ativ.: 2.004 - Manutenção do Ensino Jovens e Adultos - EJA			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
7	12.366.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0018.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	5.000,00
7	12.366.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	20.000,00
7	12.366.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0058.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
7	12.366.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>35.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.005 - Manutenção do Transporte Escolar			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
8	12.361.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	400.000,00
8	12.361.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	90.000,00
8	12.361.3	3.2.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
8	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
8	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
8	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0058.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	115.000,00
8	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0061.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	115.000,00
8	12.361.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0022.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	280.000,00
8	12.361.3	4.6.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.240.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.006 - Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Básico			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
9	12.306.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	230.000,00
9	12.306.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0060.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
<b>Total:</b>						<b>290.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.007 - Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Infantil			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
10	12.306.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
10	12.306.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0060.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
<b>Total:</b>						<b>250.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.008 - Manutenção do Ensino Infantil			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
11	12.365.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	490.000,00
11	12.365.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	270.000,00
11	12.365.3	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0018.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.200.000,00
11	12.365.3	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	40.000,00
11	12.365.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	170.000,00
11	12.365.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	17.000,00
11	12.365.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0059.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
11	12.365.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
11	12.365.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.229.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.010 - Manutenção de Outros Níveis de Ensino/Especial/Superior			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
12	12.364.3	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	20.000,00
12	12.364.3	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	5.500,00
12	12.364.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
<b>Total:</b>						<b>115.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.011 - Manutenção da Educação Especial			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
13	12.367.3	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	59.000,00
13	12.367.3	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
<b>Total:</b>						<b>60.000,00</b>
Unidade: 04.02 - DIVISAO DE ESPORTES E LAZER						401.000,00
Proj./Ativ.: 1.008 - Aquis. Área, Construção e Ampliação de Equipamentos Esportivos			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
14	27.812.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
14	27.812.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
14	27.812.3	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>71.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 3/10  
 Data: 17/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						<b>21.084.000,00</b>
Órgão: 04.00 - SECRET.DE EDUCACAO,ESP.CULTURA E TURISMO						9.165.000,00
Unidade: 04.02 - DIVISAO DE ESPORTES E LAZER						401.000,00
Proj./Ativ.: 2.009 - Manutenção do Esporte e Lazer			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
15	27.812.3	3.1.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	210.000,00
15	27.812.3	3.3.5.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Institui	Não	Não	Não	10.000,00
15	27.812.3	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
15	27.812.3	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>330.000,00</b>
Unidade: 04.03 - DIVISAO DE CULTURA E TURISMO						556.000,00
Proj./Ativ.: 1.005 - Aquis. Area e Construção da Biblioteca Pública			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
16	13.392.3	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
16	13.392.3	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
16	13.392.3	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>31.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.019 - Aquisição de Área e Construção de Prédios Públicos			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
17	13.392.8	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.000,00
17	13.392.8	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
17	13.392.8	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>141.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.020 - Aquis. Áreas, Construção e Ampliação de Reservas Ecológica			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
18	13.392.8	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
18	13.392.8	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
18	13.392.8	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>23.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.017 - Manutenções Serviços Gerais/Meleiro Turismo e Cultura			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
19	13.392.8	3.1.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	210.000,00
19	13.392.8	3.3.5.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Institui	Não	Não	Não	20.000,00
19	13.392.8	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
19	13.392.8	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.500,00
19	13.392.8	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.500,00
19	13.392.8	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
19	13.392.8	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
<b>Total:</b>						<b>361.000,00</b>
Órgão: 06.00 - SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO						5.872.500,00
Unidade: 06.01 - DEPTO.DE OBRAS E SERVICOS URBANOS						5.872.500,00
Proj./Ativ.: 1.009 - Ampliação de Sistemas de Água e Esgoto			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
20	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
20	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
20	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
<b>Total:</b>						<b>390.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.010 - Construção Melhoria de Unidades Sanitárias			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
21	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
21	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
21	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
<b>Total:</b>						<b>370.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.015 - Aquis. Área, Construção e Ampliação de Prédios Públicos			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
22	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
22	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
22	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>350.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.016 - Construção de Abatedouro Público			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
23	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	23.000,00
23	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 4/10

Data: 17/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						<b>21.084.000,00</b>
Órgão: 06.00 - SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO						5.872.500,00
Unidade: 06.01 - DEPTO.DE OBRAS E SERVICOS URBANOS						5.872.500,00
Proj./Ativ.: 1.016 - Construção de Abatedouro Público						Localizador: Descrição gerada pela conver:
23	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>103.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.017 - Obras de Artes, Drenagem, Pavimentação em Ruas e Logradouros						Localizador: Descrição gerada pela conver:
24	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	450.000,00
24	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
24	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
24	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0083.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
24	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0089.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.000,00
<b>Total:</b>						<b>811.500,00</b>
Proj./Ativ.: 1.018 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos						Localizador: Descrição gerada pela conver:
25	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0083.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
25	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
25	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0089.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.000,00
25	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
25	15.451.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>251.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.012 - Manutenção do Fundo Saneamento Básico						Localizador: Descrição gerada pela conver:
26	17.512.5	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
26	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
26	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>40.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.014 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano						Localizador: Descrição gerada pela conver:
27	15.452.7	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.240.000,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0016.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	32.500,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0044.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	135.000,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0045.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0054.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.000,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0055.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.000,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0056.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
27	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
27	15.452.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.118.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.015 - Manutenção da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil						Localizador: Descrição gerada pela conver:
28	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
28	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	35.000,00
28	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>46.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.016 - Manutenção da Iluminação Pública						Localizador: Descrição gerada pela conver:
29	15.452.7	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	10.000,00
29	15.452.7	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	5.000,00
29	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	175.000,00
29	15.452.7	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	171.500,00
29	15.452.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
29	15.452.7	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>391.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

Página: 5/10

Data: 17/11/2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						<b>21.084.000,00</b>
Órgão: 07.00 - SECRET.DE AGRIC.MEIO AMB.E DESENV.ECON.						168.500,00
Unidade: 07.02 - DIVISAO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO						168.500,00
Proj./Ativ.: 1.021 - Aquisição de Área, Construção e Ampliação de Parque Industrial			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
30	22.661.9	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
30	22.661.9	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
30	22.661.9	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>117.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.018 - Manutenção dos Serviços Gerais			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
31	22.661.9	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	5.000,00
31	22.661.9	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	28.000,00
31	22.661.9	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
31	22.661.9	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.000,00
31	22.661.9	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>51.000,00</b>
Órgão: 08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO						680.000,00
Unidade: 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO						680.000,00
Proj./Ativ.: 2.026 - Manutenção dos Encargos Especiais			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
32	28.843.0	3.2.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	170.000,00
32	28.843.0	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.000,00
32	28.843.0	4.6.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	380.000,00
<b>Total:</b>						<b>680.000,00</b>
Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA						179.000,00
Unidade: 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA						179.000,00
Proj./Ativ.: 2.023 - Manutenção do Fundo Infância e Adolescência - FIA			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
33	08.243.10	3.1.7.10.00.00.00.00.0 .00.01.0078.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Pú	Não	Sim	Não	2.000,00
33	08.243.10	3.1.7.10.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Pú	Não	Sim	Não	5.000,00
33	08.243.10	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	85.000,00
33	08.243.10	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Institui	Não	Não	Não	35.000,00
33	08.243.10	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0078.000000.00.00.00 - Transferencias a Institui	Não	Não	Não	1.000,00
33	08.243.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0078.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
33	08.243.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	35.000,00
33	08.243.10	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
33	08.243.10	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0078.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
<b>Total:</b>						<b>179.000,00</b>
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL						1.442.000,00
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL						1.442.000,00
Proj./Ativ.: 1.011 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
34	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	65.000,00
34	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
34	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
34	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0083.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
34	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0089.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
<b>Total:</b>						<b>195.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.012 - Pavimentação de Ruas, Estradas e Praças			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
35	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	65.000,00
35	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
35	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>185.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.013 - Construção de Pontes e Pontilhões			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
36	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
36	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 6/10  
 Data: 17/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						<b>21.084.000,00</b>
Órgão: 11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL						1.442.000,00
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL						1.442.000,00
Proj./Ativ.: 1.013 - Construção de Pontes e Pontilhões						Localizador: Descrição gerada pela conver:
36	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.500,00
<b>Total:</b>						<b>141.500,00</b>
Proj./Ativ.: 1.014 - Aquisição de Áreas, Construção e Ampliação de Prédios Públicos						Localizador: Descrição gerada pela conver:
37	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	180.000,00
37	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
37	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	55.000,00
<b>Total:</b>						<b>240.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.013 - Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural						Localizador: Descrição gerada pela conver:
38	20.606.6	3.1.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	340.000,00
38	20.606.6	3.3.5.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	30.000,00
38	20.606.6	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	270.000,00
38	20.606.6	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
<b>Total:</b>						<b>680.000,00</b>
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						1.264.000,00
Unidade: 12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						1.264.000,00
Proj./Ativ.: 1.022 - Aquisição de Área, Construção e Ampliação de Centro de Convivência						Localizador: Descrição gerada pela conver:
39	08.244.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
39	08.244.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
39	08.244.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>41.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.023 - Aquisição de Área, Construção de Unidades Habitacionais						Localizador: Descrição gerada pela conver:
40	16.481.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
40	16.481.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
40	16.481.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>51.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.019 - Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional						Localizador: Descrição gerada pela conver:
42	16.482.10	3.1.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	10.000,00
42	16.482.10	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
42	16.482.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
42	16.482.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	55.000,00
42	16.482.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.000,00
<b>Total:</b>						<b>126.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Idoso						Localizador: Descrição gerada pela conver:
43	08.241.10	3.1.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	60.000,00
43	08.241.10	3.3.5.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	30.000,00
43	08.241.10	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0047.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
43	08.241.10	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0052.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
43	08.241.10	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	39.000,00
43	08.241.10	4.4.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>158.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.021 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - PPD						Localizador: Descrição gerada pela conver:
44	08.242.10	3.3.5.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	10.000,00
44	08.242.10	3.3.5.00.00.00.00.00.00.00.01.0049.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	10.000,00
44	08.242.10	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
44	08.242.10	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0049.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
<b>Total:</b>						<b>32.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.022 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Criança						Localizador: Descrição gerada pela conver:
45	08.243.10	3.1.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	80.000,00
45	08.243.10	3.3.5.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	8.000,00
45	08.243.10	3.3.9.00.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	29.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 7/10

Data: 17/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						<b>21.084.000,00</b>
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						1.264.000,00
Unidade: 12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						1.264.000,00
Proj./Ativ.: 2.022 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Criança			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
45	08.243.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0048.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
45	08.243.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0050.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
45	08.243.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0052.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
45	08.243.10	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.000,00
<b>Total:</b>						<b>161.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.024 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - Comunitária			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
46	08.244.10	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	180.000,00
46	08.244.10	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	50.000,00
46	08.244.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
46	08.244.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0052.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	23.000,00
46	08.244.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0063.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	34.000,00
46	08.244.10	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0063.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.000,00
46	08.244.10	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0052.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
46	08.244.10	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>370.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.025 - Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
47	08.244.10	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0052.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	20.000,00
47	08.244.10	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	150.000,00
47	08.244.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
47	08.244.10	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0052.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
47	08.244.10	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0052.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
47	08.244.10	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>325.000,00</b>
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA						13.000,00
Unidade: 99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						13.000,00
Proj./Ativ.: 2.027 - Reserva de Contingência da Prefeitura			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
48	99.999.99	9.9.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	Não	Não	Não	13.000,00
<b>Total:</b>						<b>13.000,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>						<b>5.083.000,00</b>
Órgão: 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						5.083.000,00
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						5.083.000,00
Proj./Ativ.: 1.050 - Aquis. Área, Construção e Ampliação de Unidade de Saúde			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
1	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	66.000,00
1	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0098.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
1	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0099.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>77.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.051 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
2	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	34.000,00
2	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0088.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
2	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0098.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
2	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0099.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>50.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.050 - Manutenção da Ações Básica de Saúde			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
3	10.301.4	3.1.7.10.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Transferencias a Consórcio	Não	Sim	Não	30.000,00
3	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	900.000,00
3	10.301.4	3.3.5.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituir	Não	Não	Não	200.000,00
3	10.301.4	3.3.7.10.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Transferências a Consórcio	Não	Não	Não	300.000,00
3	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	534.000,00
3	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000026.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
3	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	51.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 8/10

Data: 17/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>						<b>5.083.000,00</b>
Órgão: 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						5.083.000,00
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						5.083.000,00
Proj./Ativ.: 2.050 - Manutenção da Ações Básica de Saúde			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
3	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0099.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
3	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0012.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
3	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0071.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	17.000,00
3	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0098.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
3	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000025.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
3	10.301.4	4.4.7.10.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Transferências a Consó	Não	Não	Não	5.000,00
3	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
3	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0071.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
3	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
3	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000026.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	52.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.534.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.051 - Manutenção do Programa ESF/PACS			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
4	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	480.000,00
4	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000023.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	400.000,00
4	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000024.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	350.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.230.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.052 - Manutenção Assistencia Farmacêntica Básica			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
5	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
5	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0067.000027.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
5	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0067.000028.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>280.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.053 - Manutenção da Vigilância em Saúde			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
6	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	90.000,00
6	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0066.000029.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
6	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0066.000030.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
6	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
6	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0066.000030.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.000,00
6	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0066.000029.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.000,00
6	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0066.000030.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.000,00
6	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
6	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0066.000029.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.000,00
<b>Total:</b>						<b>140.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.054 - Manutenção de Outros Programas de Saúde			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
7	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	150.000,00
7	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	42.000,00
7	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0065.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	80.000,00
7	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0070.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	55.000,00
7	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
7	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0070.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>347.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.055 - Manutenção do SAMU			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
8	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0057.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	140.000,00
8	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	70.000,00
8	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
8	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0057.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
8	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
8	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0057.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>340.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.056 - Manutenção do PMAQ/NASF			Localizador: Descricao gerada pela conver:			
9	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	5.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 9/10

Data: 17/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>						<b>5.083.000,00</b>
Órgão: 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						5.083.000,00
Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						5.083.000,00
Proj./Ativ.: 2.056 - Manutenção do PMAQ/NASF			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
9	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000031.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	25.000,00
9	10.301.4	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000032.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
9	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
9	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000031.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.000,00
9	10.301.4	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000032.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.000,00
9	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0002.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
9	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000031.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
9	10.301.4	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0064.000032.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
<b>Total:</b>						<b>84.000,00</b>
<b>Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						<b>900.000,00</b>
Órgão: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						900.000,00
Unidade: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						900.000,00
Proj./Ativ.: 1.001 - Aquis. Area, Construção, Ampliação da Sede Administrativa			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
1	01.031.1	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>10.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.002 - Aquisição de Veículo e Equipamentos Funcionais			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
2	01.031.1	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	57.000,00
<b>Total:</b>						<b>57.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.001 - Manutenção da Câmara Municipal			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
3	01.031.1	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	650.000,00
3	01.031.1	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
3	01.031.1	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	33.000,00
<b>Total:</b>						<b>833.000,00</b>
<b>Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO</b>						<b>933.000,00</b>
Órgão: 14.00 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO						933.000,00
Unidade: 14.01 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO						933.000,00
Proj./Ativ.: 1.060 - Ampliação da Rede de Água e Esgoto			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
1	17.511.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0083.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
1	17.511.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	33.500,00
1	17.511.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.500,00
1	17.511.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
1	17.511.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>70.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.061 - Infraestrutura de Água e Saneamento			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
3	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
3	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.500,00
3	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
3	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
3	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0089.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
<b>Total:</b>						<b>33.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.062 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
4	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
4	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>35.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.060 - Manutenção dos Serviços do SAMAE			Localizador: Descrição gerada pela conver:			
5	17.512.5	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	25.000,00
5	17.512.5	3.1.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	250.000,00
5	17.512.5	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
5	17.512.5	3.3.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	480.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**

Página: 10/10

Data: 17/11/2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor	
Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO						933.000,00	
Órgão: 14.00 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO						933.000,00	
Unidade: 14.01 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO						933.000,00	
Proj./Ativ.: 2.060 - Manutenção dos Serviços do SAMAE			Localizador: Descricao gerada pela conver				
5	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
5	17.512.5	4.4.9.00.00.00.00.00.0 .00.02.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
Total:						795.000,00	
Total Geral:						28.000.000,00	

---

JONNEI ZANETTE  
PREFEITO MUNICIPAL

---

JAIRO LUIZ CANELA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E

ANEXO LEI Nº 1663/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Receita

Página: 1/5

Data: 17/11/2014

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						
1	4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imp.s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	25.210.500,00
2	4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imp.s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	300.000,00
3	4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imp.s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	125.000,00
4	4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	75.000,00
5	4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	420.000,00
6	4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	175.000,00
7	4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	105.000,00
8	4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	7.800,00
9	4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	3.250,00
10	4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.950,00
11	4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	78.000,00
12	4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	32.500,00
13	4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	19.500,00
14	4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Adicional ISS - Fundo Municipal Combate à Pobreza	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	480.000,00
15	4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	200.000,00
16	4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	120.000,00
17	4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	550.000,00
18	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	150.000,00
19	4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	510.000,00
20	4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	70.000,00
21	4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-ALIEN.BENS	00.01.0017.000000.00.00.00	Não	Não	190.000,00
22	4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Recelita Rem.Dep.Bancários Rec.Vinculados - FUNDEB	00.01.0089.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
23	4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-CEFEM	00.01.0019.000000.00.00.00	Não	Não	20.000,00
24	4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-FEP	00.01.0045.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
25	4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Recelita Rem.Dep.Bancários Rec.Vinculados - PNAE	00.01.0044.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
26	4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Recelita Rem.Dep.Bancários Rec.Vinculados - PNATE	00.01.0060.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
27	4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Recelita Rem.Dep.Bancários Rec.Vinculados-TR.ESC.E.	00.01.0061.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
28	4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Recelita Rem.Dep.Bancários Rec.Vinculados-SAL.EDU	00.01.0022.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
29	4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados Educação-UNIÃO	00.01.0058.000000.00.00.00	Não	Não	2.000,00
30	4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados Educação-ESTAD	00.01.0096.000000.00.00.00	Não	Não	2.500,00
31	4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-CIDE	00.01.0097.000000.00.00.00	Não	Não	2.500,00
32	4.1.3.2.5.01.07.00.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-COSIP	00.01.0016.000000.00.00.00	Não	Não	2.500,00
33	4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados - FEDERAL	00.01.0017.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
34	4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-ESTADO	00.01.0094.000000.00.00.00	Não	Não	12.000,00
35	4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-FNAS/PBT/PAC	00.01.0095.000000.00.00.00	Não	Não	10.000,00
36	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-FNAS/PBT/API	00.01.0048.000000.00.00.00	Não	Não	100,00
37	4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-FNAS/PWC/PPD	00.01.0047.000000.00.00.00	Não	Não	100,00
38	4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Recelita Rem.Dep.Banc.Rec.Vinculados-FNAS/PWC/PETI	00.01.0049.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
			00.01.0050.000000.00.00.00	Não	Não	100,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 2/5  
Data: 17/11/2014

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						
39	4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Receita Rem.Desp.Banc.Rec.Vinculados-FNAs/IGD/B.FAM	00.01.0063.000000.00.00.00	Não	Não	25.210.500,00
40	4.1.3.2.5.01.10.06.00.00	Receita Rem.Desp.Banc.Rec.Vinculados-FNAs	00.01.0052.000000.00.00.00	Não	Não	2.000,00
41	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun.Outros Depósitos de Recursos Não Vinculados	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
42	4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	130.000,00
43	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte Fundo de Particip. dos Municípios - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	195.000,00
44	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte Fundo de Particip. dos Municípios - 25%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	4.260.000,00
45	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte Fundo de Particip. dos Municípios - 15%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	1.775.000,00
46	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte Imp. s/a Propr. Territorial Rural - 60%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	1.065.000,00
47	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte Imp. s/a Propr. Territorial Rural - 25%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	9.000,00
48	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte Imp. s/a Propr. Territorial Rural - 15%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	3.750,00
49	4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	2.250,00
50	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	00.01.0045.000000.00.00.00	Não	Não	58.500,00
51	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAs/PBT/PAC	00.01.0044.000000.00.00.00	Não	Não	133.500,00
52	4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAs/PBT/API	00.01.0048.000000.00.00.00	Não	Não	17.900,00
53	4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAs/PMC/PPD	00.01.0047.000000.00.00.00	Não	Não	17.900,00
54	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAs/PMC/PETI	00.01.0049.000000.00.00.00	Não	Não	10.500,00
55	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAs/IGD/Bolsa Família	00.01.0050.000000.00.00.00	Não	Não	17.900,00
56	4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAs/CRAS	00.01.0063.000000.00.00.00	Não	Não	21.000,00
57	4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	Transf. Rec. Do FNAs/IGD/SUAS	00.01.0052.000000.00.00.00	Não	Não	63.000,00
58	4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Transf. Outras Receitas do FNAs - União	00.01.0063.000000.00.00.00	Não	Não	17.000,00
59	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	00.01.0052.000000.00.00.00	Não	Não	15.500,00
60	4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	00.01.0058.000000.00.00.00	Não	Não	378.000,00
61	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	00.01.0059.000000.00.00.00	Não	Não	17.500,00
62	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	00.01.0060.000000.00.00.00	Não	Não	71.500,00
63	4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transferências Diretas FNDE referente PNAC/CRECHE	00.01.0061.000000.00.00.00	Não	Não	113.500,00
64	4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE/EJA	00.01.0060.000000.00.00.00	Não	Não	130.000,00
65	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf.Financ. ICMS-Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60%	00.01.0060.000000.00.00.00	Não	Não	7.000,00
66	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf.Financ. ICMS-Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	90.000,00
67	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf.Financ. ICMS-Desoner - L.C. Nº 87/96 - 15%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	37.500,00
139	4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União - Vinculado	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	22.500,00
69	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	00.01.0094.000000.00.00.00	Não	Não	150.000,00
70	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	4.260.000,00
71	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	1.775.000,00
72	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	1.065.000,00
73	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	660.000,00
74	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	275.000,00
75	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	165.000,00
76	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	90.000,00
			00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	37.500,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 3/5  
Data: 17/11/2014

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						
77	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	25.210.500,00
78	4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	00.01.0016.000000.00.00.00	Não	Não	22.500,00
79	4.1.7.2.2.34.99.00.00.00	Outras Transferências do FNAS - Estado	00.01.0052.000000.00.00.00	Não	Não	30.000,00
80	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB -60%	00.01.0018.000000.00.00.00	Não	Não	25.000,00
81	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	00.01.0019.000000.00.00.00	Não	Não	3.030.000,00
82	4.1.7.3.0.01.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - FIA	00.01.0078.000000.00.00.00	Não	Não	1.127.000,00
83	4.1.7.3.09.00.00.00.00	Outras Transferências ao FIA	00.01.0078.000000.00.00.00	Não	Não	6.000,00
149	4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	00.01.0078.000000.00.00.00	Não	Não	1.000,00
85	4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	00.01.0094.000000.00.00.00	Não	Não	2.000,00
86	4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Convênio Transporte Escolar	00.01.0022.000000.00.00.00	Não	Não	174.000,00
87	4.1.7.6.2.02.99.00.00.00	Outras Transf.de Conv.Estados Dest.Progr.Educacao	00.01.0022.000000.00.00.00	Não	Não	280.000,00
88	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	00.01.0095.000000.00.00.00	Não	Não	23.500,00
89	4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	88.000,00
90	4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	3.600,00
91	4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
92	4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	900,00
93	4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	9.000,00
94	4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	3.750,00
95	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	2.250,00
96	4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	25.000,00
97	4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
98	4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	6.250,00
99	4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS -60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	3.750,00
100	4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS -25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	4.500,00
101	4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS -15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	1.875,00
102	4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.125,00
103	4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	100.000,00
104	4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convênio Trânsito - Polícia Militar	00.01.0054.000000.00.00.00	Não	Não	25.000,00
105	4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convênio Trânsito - Polícia Civil	00.01.0055.000000.00.00.00	Não	Não	21.000,00
106	4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Convênio Trânsito - Polícia Prefeitura	00.01.0056.000000.00.00.00	Não	Não	18.000,00
150	4.1.9.1.9.15.04.00.00.00	Convênio - Bombeiro	00.01.0095.000000.04.00.00	Não	Não	20.000,00
107	4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	100.000,00
108	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	33.000,00
109	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	13.750,00
110	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	8.250,00
111	4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
112	4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	6.250,00
113	4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	3.750,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 4/5  
Data: 17/11/2014

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO</b>						
114	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	25.210.500,00
115	4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	150.000,00
116	4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	50.000,00
117	4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	00.01.0081.000000.00.00.00	Não	Não	250.000,00
118	4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	00.01.0083.000000.00.00.00	Não	Não	5.500,00
119	4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Recursos do FUNDEB	00.01.0087.000000.00.00.00	Não	Não	36.000,00
120	4.2.2.1.9.99.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	00.01.0089.000000.00.00.00	Não	Não	5.500,00
121	4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	00.01.0089.000000.00.00.00	Não	Não	25.000,00
122	4.2.3.0.0.70.02.00.00.00	Amortizações de Empréstimos - Em Contratos	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	10.500,00
147	4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	00.01.0096.000000.00.00.00	Não	Não	28.000,00
148	4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	00.01.0094.000000.00.00.00	Não	Não	28.500,00
137	4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	00.01.0094.000000.00.00.00	Não	Não	405.500,00
126	4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	00.01.0097.000000.00.00.00	Não	Não	600.000,00
127	4.2.4.7.2.03.00.00.00.00	Transf. Convênios do Estado Dest. Prog. Saneam.Bás	00.01.0095.000000.00.00.00	Não	Não	28.500,00
128	4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	00.01.0095.000000.00.00.00	Não	Não	200.000,00
141	9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	400.000,00
142	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-1.420.000,00
143	9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-3.000,00
144	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-30.000,00
145	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-1.420.000,00
146	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-220.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>						
1	4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-30.000,00
2	4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - SAMU	00.02.0057.000000.00.00.00	Não	Não	50.000,00
3	4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - AT.BÁSICA	00.02.0064.000026.00.00.00	Não	Não	5.000,00
4	4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - VIGILÂNCIA SAÚDE	00.02.0066.000030.00.00.00	Não	Não	10.000,00
5	4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - FARMÁCIA BÁSICA	00.02.0067.000027.00.00.00	Não	Não	7.000,00
6	4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - MAC	00.02.0065.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
7	4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - GESTÃO DO SUS	00.02.0070.000000.00.00.00	Não	Não	7.000,00
8	4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - OUTROS RECUR.FNS	00.02.0071.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
9	4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - FEDERAL	00.02.0098.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
10	4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Rem.Dep Bancários Rec.Viculados - ESTADUAL	00.02.0099.000000.00.00.00	Não	Não	6.000,00
11	4.1.6.0.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços de Saúde	00.02.0012.000000.00.00.00	Não	Não	6.500,00
12	4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	00.02.0064.000026.00.00.00	Não	Não	2.000,00
13	4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	00.02.0064.000023.00.00.00	Não	Não	266.000,00
14	4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	00.02.0064.000024.00.00.00	Não	Não	450.000,00
15	4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	00.02.0064.000025.00.00.00	Não	Não	450.000,00
16	4.1.7.2.1.33.12.10.02.00	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	00.02.0057.000000.00.00.00	Não	Não	80.000,00
						220.000,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 5/5  
Data: 17/11/2014

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO</b>						
17	4.1.7.2.1.33.12	10.06.00 Transf. de Recursos Gestão Plena em Saúde - MAC	00.02.0065.000000.00.00.00	Não	Não	1.932.000,00
18	4.1.7.2.1.33.13	10.00.00 Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	00.02.0066.000030.00.00.00	Não	Não	73.000,00
19	4.1.7.2.1.33.13	20.00.00 Vigilância Sanitária	00.02.0066.000029.00.00.00	Não	Não	13.000,00
20	4.1.7.2.1.33.14	10.00.00 Componente Básico da Assistência Farmacêutica	00.02.0067.000027.00.00.00	Não	Não	10.000,00
21	4.1.7.2.1.33.99	00.00.00 Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	00.02.0071.000000.00.00.00	Não	Não	65.000,00
22	4.1.7.2.2.33.01	00.00.00 Programa Farmácia Básica	00.02.0067.000028.00.00.00	Não	Não	10.000,00
23	4.1.7.2.2.33.02	00.00.00 Programa Co-Financiamento	00.02.0070.000000.00.00.00	Não	Não	60.000,00
24	4.1.7.2.2.33.99	00.00.00 Outras Transferências do SUS - ESTADO	00.02.0071.000000.00.00.00	Não	Não	60.000,00
25	4.1.7.2.3.99.00	00.00.00 Outras Transferências dos Municípios - SAMU	00.02.0057.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
26	4.1.7.6.2.01	00.00.00 Transf. Conv. Estados p/ SUS	00.02.0098.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
27	4.1.9.1.5.99.01	00.00.00 Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	9.000,00
28	4.1.9.3.2.99.01	00.00.00 Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
29	4.1.9.0.9.99.00	00.00.00 Outras Receitas	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.000,00
30	4.2.2.1.9.02	00.00.00 Recursos Fundo Saúde-Alienação de Bens	00.02.0088.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
31	4.2.4.7.1.01	00.00.00 Transf. de Convênio p/ SUS	00.02.0098.000000.00.00.00	Não	Não	5.500,00
32	4.2.4.7.2.01	00.00.00 Transf. de Convênio p/ SUS	00.02.0099.000000.00.00.00	Não	Não	11.000,00
<b>Entidade: 8 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO</b>						
1	4.1.6.0.0.41	00.00.00 Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	10.000,00
2	4.1.6.0.0.42	00.00.00 Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	752.000,00
3	4.1.6.0.0.48	00.00.00 Serviços de Religamento de Água	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
8	4.1.9.1.5.99.01	00.00.00 Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	10.000,00
9	4.1.9.1.8.99.00	00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	2.500,00
10	4.1.9.3.2.99.01	00.00.00 Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	10.500,00
11	4.1.9.0.9.99.00	00.00.00 Outras Receitas	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	31.000,00
12	4.2.1.1.4.99.00	00.00.00 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	4.000,00
13	4.2.2.1.9.00	00.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis	00.02.0083.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
16	4.2.4.7.1.03	00.00.00 Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	00.02.0089.000000.00.00.00	Não	Não	5.500,00
15	4.2.4.7.2.03	00.00.00 Transf. Convênios do Estado Dest. Prog. Saneam. Bás	00.02.0094.000000.00.00.00	Não	Não	11.000,00
			00.02.0095.000000.00.00.00	Não	Não	11.000,00
<b>Total geral:</b>						<b>28.000.000,00</b>

JONNEI ZANETTE  
PREFEITO MUNICIPAL

JAIRO LUIZ CANELA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.615.000,00	24.615.000,00	3.148.269,52	12,79	17.746.957,91	72,10	6.868.042,09
RECEITAS CORRENTES	24.290.000,00	24.290.000,00	2.995.790,76	12,33	15.166.131,48	62,44	9.123.868,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.140.000,00	3.140.000,00	296.279,05	9,44	1.383.863,57	44,07	1.756.136,43
IMPOSTOS	1.960.000,00	1.960.000,00	238.600,49	12,17	1.037.298,13	52,92	922.701,87
TAXAS	1.120.000,00	1.120.000,00	57.039,69	5,09	311.573,89	27,82	808.426,11
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	60.000,00	60.000,00	638,87	1,06	34.991,55	58,32	25.008,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	170.000,00	170.000,00	45.546,34	26,79	168.775,85	99,28	1.224,15
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	170.000,00	170.000,00	45.546,34	26,79	168.775,85	99,28	1.224,15
RECEITA PATRIMONIAL	186.000,00	186.000,00	30.091,13	16,18	117.086,71	62,95	68.913,29
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	186.000,00	186.000,00	30.091,13	16,18	117.086,71	62,95	68.913,29
RECEITA AGROPECUÁRIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	755.500,00	755.500,00	109.256,73	14,46	534.303,32	70,72	221.196,68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.143.000,00	19.143.000,00	2.479.330,51	12,95	12.704.899,24	66,37	6.438.100,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.810.000,00	18.810.000,00	2.382.314,90	12,67	12.368.436,79	65,75	6.441.563,21
Transf. de Instituições Privadas	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	52.225,22	803,46	-45.725,22
Transf. de Pessoas	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Transf. de Conv.	325.000,00	325.000,00	97.015,61	29,85	284.237,23	87,46	40.762,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	815.500,00	815.500,00	35.287,00	4,33	257.202,79	31,54	558.297,21
Multas e Juros de Mora	211.000,00	211.000,00	8.013,49	3,80	45.204,46	21,42	165.795,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	2.905,50	4,47	62.094,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	243.500,00	243.500,00	24.651,09	10,12	100.090,96	41,11	143.409,04
RECEITAS DIVERSAS	296.000,00	296.000,00	2.622,42	0,89	109.001,87	36,82	186.998,13
RECEITAS DE CAPITAL	325.000,00	325.000,00	152.478,76	46,92	2.580.826,43	794,10	-2.255.826,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	66.400,00	147,56	-21.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	66.400,00	166,00	-26.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	230.000,00	230.000,00	152.478,76	66,30	2.514.426,43	093,23	-2.284.426,43
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	230.000,00	230.000,00	152.478,76	66,30	2.514.426,43	093,23	-2.284.426,43
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.615.000,00	24.615.000,00	3.148.269,52	12,79	17.746.957,91	72,10	6.868.042,09

Continua 1/3

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>24.615.000,00</b>	<b>24.615.000,00</b>	<b>3.148.269,52</b>	<b>12,79</b>	<b>17.746.957,91</b>	<b>72,10</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	405.526,48	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>24.615.000,00</b>	<b>24.615.000,00</b>	<b>3.148.269,52</b>	<b>12,79</b>	<b>18.152.484,39</b>	<b>72,10</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>988.447,97</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>848.685,76</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	988.447,97	—	—	848.685,76	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
<b>DESPESAS</b>						
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>24.615.000,00</b>	<b>10.959.802,04</b>	<b>35.574.802,04</b>	<b>2.019.662,11</b>	<b>25.154.093,27</b>	<b>51,03</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>21.035.000,00</b>	<b>995.564,78</b>	<b>22.030.564,78</b>	<b>1.994.420,66</b>	<b>15.865.582,74</b>	<b>62,07</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.710.000,00	-10.506,55	11.699.493,45	1.586.759,20	7.852.047,77	67,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	225.000,00	0,00	225.000,00	4.881,22	21.561,80	60,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.100.000,00	1.006.071,33	10.106.071,33	402.780,24	7.826.653,75	56,28
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.570.000,00</b>	<b>9.964.237,26</b>	<b>13.534.237,26</b>	<b>25.241,45</b>	<b>9.288.510,53</b>	<b>33,08</b>
INVESTIMENTOS	2.680.000,00	10.003.128,80	12.683.128,80	25.241,45	8.486.324,73	29,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	890.000,00	-38.891,54	851.108,46	0,00	802.185,80	80,50
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>24.615.000,00</b>	<b>10.959.802,04</b>	<b>35.574.802,04</b>	<b>2.019.662,11</b>	<b>25.154.093,27</b>	<b>51,03</b>
					<b>18.152.484,39</b>	<b>51,03</b>
					<b>17.422.317,65</b>	<b>51,03</b>
					<b>8.355.244,30</b>	<b>51,03</b>
					<b>3.847.445,68</b>	<b>51,03</b>
					<b>89.626,42</b>	<b>51,03</b>
					<b>4.418.172,20</b>	<b>51,03</b>
					<b>9.057.073,35</b>	<b>51,03</b>
					<b>8.891.129,27</b>	<b>51,03</b>
					<b>165.944,08</b>	<b>51,03</b>
					<b>10.000,00</b>	<b>51,03</b>
					<b>—</b>	<b>51,03</b>
					<b>17.422.317,65</b>	<b>51,03</b>

Continua 2/3

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>24.615.000,00</b>	<b>10.959.802,04</b>	<b>35.574.802,04</b>	<b>2.019.662,11</b>	<b>25.154.093,27</b>	<b>4.055.096,36</b>	<b>18.152.484,39</b>	<b>17.422.317,65</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>24.615.000,00</b>	<b>10.959.802,04</b>	<b>35.574.802,04</b>	<b>2.019.662,11</b>	<b>25.154.093,27</b>	<b>4.055.096,36</b>	<b>18.152.484,39</b>	<b>17.422.317,65</b>

FONTE:

MELEIRO, 13/11/2014

JONNEI ZANETTE	ADAIR PASINI	DIOGENES PAZINI MANFREDINI	JAIRO LUIZ CANELA
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC 022984/0-3	Agente Controle Interno	Secretário de Administração e Fin

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

Município de MELEIRO - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>								
Legislativa	24.615.000,00	35.574.802,04	2.019.662,11	25.154.093,27	4.055.096,36	18.152.484,39	100,00	51,03
Ação Legislativa	885.000,00	885.000,00	85.689,72	520.643,19	96.727,65	509.975,22	2,81	57,62
ADMINISTRACAO	885.000,00	885.000,00	85.689,72	520.643,19	96.727,65	509.975,22	2,81	57,62
ADMINISTRACAO GERAL	2.360.000,00	2.360.000,00	220.240,89	1.866.279,68	279.689,34	1.667.941,19	9,19	70,68
ASSISTENCIA SOCIAL	2.360.000,00	2.360.000,00	220.240,89	1.866.279,68	279.689,34	1.667.941,19	9,19	70,68
Assistência ao Idoso	1.030.000,00	1.115.383,15	110.060,04	634.885,14	116.271,81	559.198,18	3,08	50,14
Assistência ao Portador de Deficiência	91.000,00	91.000,00	13.704,60	45.094,43	13.799,78	36.944,88	0,20	40,60
ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	21.000,00	21.000,00	0,00	7.296,00	0,00	4.864,00	0,03	23,16
Assistência Comunitária	295.000,00	341.020,29	65.073,62	190.676,09	55.921,37	164.276,25	0,90	48,17
SAUDE	623.000,00	662.362,86	31.281,82	391.828,62	46.550,66	353.113,05	1,95	53,31
ATENCAO BASICA	4.830.000,00	5.165.743,36	472.347,66	3.778.251,09	719.094,84	3.231.893,56	17,80	62,56
Vigilância Sanitária	4.705.000,00	5.046.290,49	460.910,36	3.711.747,48	708.337,49	3.169.387,43	17,46	62,81
Vigilância Epidemiológica	105.000,00	81.068,86	10.517,30	37.892,99	10.407,35	34.415,51	0,19	42,45
EDUCACAO	20.000,00	38.384,01	920,00	28.670,62	340,00	28.090,62	0,15	73,18
ALIMENTACAO E NUTRICAO	7.394.000,00	8.076.816,99	660.268,72	5.457.622,25	1.061.264,38	4.673.332,83	25,74	57,86
ENSINO FUNDAMENTAL	531.000,00	536.848,11	21.526,00	406.297,09	81.234,28	285.932,72	1,58	53,26
ENSINO SUPERIOR	4.403.000,00	4.971.944,23	366.710,80	3.427.731,51	624.872,31	2.833.662,74	15,61	56,99
EDUCACAO INFANTIL	135.000,00	135.000,00	1.620,00	98.970,00	19.088,30	72.650,70	0,40	53,82
Educação de Jovens e Adultos	2.225.000,00	2.333.024,65	270.411,92	1.486.623,65	328.469,49	1.446.886,67	7,97	62,02
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	60.000,00	60.000,00	0,00	38.000,00	7.600,00	34.200,00	0,19	57,00
DIFUSAO CULTURAL	410.000,00	954.999,98	9.855,84	529.269,94	54.445,79	500.210,85	2,76	52,38
URBANISMO	410.000,00	954.999,98	9.855,84	529.269,94	54.445,79	500.210,85	2,76	52,38
INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.020.000,00	8.718.353,54	273.365,47	6.939.734,90	1.132.514,29	3.733.783,85	20,57	42,83
SERVICOS URBANOS	641.000,00	4.975.548,55	0,00	4.334.712,88	673.509,42	1.770.671,63	9,75	35,59
HABITACAO	3.379.000,00	3.742.804,99	273.365,47	2.605.022,02	459.004,87	1.963.112,22	10,81	52,45
Habituação Rural	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITACAO URBANA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	1.100.000,00	3.213.505,02	53.707,17	1.028.751,67	97.786,43	803.146,51	4,42	24,99
Saneamento Básico Urbano	37.500,00	37.500,00	0,00	4.230,00	0,00	4.230,00	0,02	11,28
	1.062.500,00	3.176.005,02	53.707,17	1.024.521,67	97.786,43	798.916,51	4,40	25,15

Continua 1/2

Continuação 22

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	24.615.000,00	35.574.802,04	2.019.662,11	25.154.093,27	4.055.096,36	18.152.484,39	100,00	51,03
AGRICULTURA	935.000,00	3.084.000,00	63.033,39	2.790.492,02	270.768,46	1.442.624,26	7,95	46,78
EXTENSÃO RURAL	935.000,00	3.084.000,00	63.033,39	2.790.492,02	270.768,46	1.442.624,26	7,95	46,78
INDÚSTRIA	65.000,00	65.000,00	0,00	3.630,00	0,00	2.830,00	0,02	4,35
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	65.000,00	65.000,00	0,00	3.630,00	0,00	2.830,00	0,02	4,35
Desporto e Lazer	376.000,00	726.000,00	66.211,99	609.574,83	63.132,20	211.605,37	1,17	29,15
DESPORTO COMUNITARIO	376.000,00	726.000,00	66.211,99	609.574,83	63.132,20	211.605,37	1,17	29,15
ENCARGOS ESPECIAIS	1.100.000,00	1.100.000,00	4.881,22	994.958,56	163.431,17	815.942,57	4,49	74,18
SERVICO DA DÍVIDA INTERNA	1.100.000,00	1.100.000,00	4.881,22	994.958,56	163.431,17	815.942,57	4,49	74,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	24.615.000,00	35.574.802,04	2.019.662,11	25.154.093,27	4.055.096,36	18.152.484,39	100,00	51,03

FONTE:

MELEIRO, 13/11/2014

ADAIR PASINI	JONNEI ZANETTE	DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Contador CRC/SC 022984/0-3	Prefeito Municipal	Agente Controle Interno
<hr/>		
JAIRO LUJIZ CANELA	Secretário de Administração e Finanças	

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (II)	1.718.489,06	2.002.153,19	1.685.689,53	1.781.460,08	1.572.336,87	1.670.389,98	1.760.577,55	1.718.918,63	1.652.763,76	2.000.836,45	1.695.519,81	1.690.836,87	20.890.091,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	109.202,36	68.461,98	28.116,38	158.464,48	68.707,87	69.257,88	107.990,89	68.150,16	115.800,42	473.014,64	151.515,04	144.764,01	1.561.467,91
IRPJ	647,87	1.561,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.640,35	298.313,77	28.138,65	14.153,53	323.446,30
IR-RJ	13.983,08	24.466,18	16.882,99	23.345,69	23.568,00	16.554,82	18.038,43	17.265,07	17.115,39	17.197,87	11.144,38	17.141,34	216.741,24
ISS	81.821,09	31.159,44	9.779,12	50.033,41	25.375,04	30.611,01	39.726,57	35.900,62	49.786,68	47.958,81	63.220,35	60.244,46	533.806,60
ITBI	8.376,64	2.894,02	551,10	8.359,06	1.160,42	8.880,90	21.617,34	5.883,34	21.116,96	13.644,28	22.126,32	13.431,46	128.223,64
Outras Receitas Tributárias	4.373,68	8.340,81	905,17	76.726,32	18.604,41	13.210,59	28.588,35	7.831,13	18.230,24	124.700,31	30.793,22	399.279,93	1.180.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.630,30	22.301,75	1.979,28	12.134,70	11.783,56	13.350,59	14.313,80	22.016,18	24.279,74	23.371,66	21.510,23	24.036,11	202.707,90
RECEITA PATRIMONIAL	5.609,66	6.543,82	6.009,36	8.060,59	7.263,62	8.339,30	9.094,19	12.044,92	17.503,45	18.690,15	15.137,56	14.953,57	186.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	52.019,97	55.727,30	48.776,59	52.822,66	56.295,83	44.872,96	56.355,37	54.320,20	55.525,46	54.075,50	54.330,51	54.956,22	642.049,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.530.438,66	1.756.544,98	1.599.454,31	1.531.953,54	1.398.798,63	1.496.349,49	1.556.479,71	1.502.373,08	1.412.870,75	1.418.281,17	1.436.843,38	1.433.153,05	18.035.140,93
Cota-Parte do FPM	480.575,88	740.091,40	594.831,96	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.099,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.062,94	371.550,84	5.862.539,68
Cota-Parte do ICMS	510.726,66	508.590,95	480.316,81	466.154,47	485.576,34	461.116,66	468.723,63	475.351,53	441.904,28	463.606,14	497.096,14	512.509,91	5.784.890,52
Cota-Parte do IPVA	45.647,47	27.307,70	37.895,18	56.880,71	57.314,37	75.517,84	93.176,49	90.897,93	90.530,59	73.128,59	75.635,63	68.952,12	793.055,62
Cota-Parte do ITR	37,38	59,30	87,47	12,53	100,54	93,09	23,00	0,00	85,28	644,70	9.334,52	5.790,59	16.608,20
Outras Transferências Correntes	200.123,00	198.398,47	188.659,93	104.039,70	219.635,41	277.726,98	145.331,50	246.235,41	269.089,05	174.901,62	198.284,46	196.284,17	2.401.695,70
Transferências da LC 81/1989	7.956,68	8.903,98	7.833,21	6.631,79	6.480,12	7.064,82	7.673,27	7.308,40	7.508,02	7.799,09	7.282,76	7.799,37	88.771,51
Transferências da LC 87/1996	2.113,96	2.113,96	2.069,96	2.069,96	0,00	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	22.857,59
Transferências do FUNDEB	272.917,63	271.509,22	267.789,39	260.971,68	240.898,76	242.720,04	265.392,56	251.149,84	232.555,94	248.785,02	253.888,97	265.243,09	3.073.782,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.589,11	92.803,36	11.949,61	18.024,11	38.467,16	38.168,96	16.343,79	61.415,11	26.703,92	12.403,13	16.223,09	19.063,91	369.356,26
DEDUÇÕES (III)	211.479,41	210.507,72	226.900,92	233.368,21	185.987,43	195.179,85	228.950,92	201.117,38	182.244,72	198.122,70	195.940,98	193.724,94	2.465.245,18
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	211.479,41	210.507,72	226.900,92	233.368,21	185.987,43	195.179,85	228.950,92	201.117,38	182.244,72	198.122,70	195.940,98	193.724,94	2.465.245,18
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.507.009,65	1.791.645,47	1.458.688,61	1.548.071,87	1.386.349,44	1.475.179,13	1.531.626,63	1.517.802,25	1.470.519,04	1.801.703,75	1.498.578,83	1.497.211,93	18.464.798,60
FONTE													
MELEIRO, 13/11/2014													

ADAIR PASINI  
Controlador ORÇSC 022894-03

DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

JOINEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA  
Secretário de Administração e Finanças





## Auxiliar Consultório Dentário ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	A	C	D	C	A	B	D	C	D	C	B	D	A	B

## Cuidador Social

Nenhum candidato presente

## Intérprete de Libras

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	C	A	B	C	B	A	D	B	C	C	D	A	B	D	D	C	C

## Monitor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	B	A	C	B	C	B	D	A	C	A	C	X	C	A	D	D	C	C

## Monitor do Abrigo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	B	A	C	B	C	B	D	A	C	A	C	X	C	A	D	D	C	B

## Motorista Socorrista SAMU

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	A	B	C	C	D	A	B	D	C	B	D	A

## Orientador Social

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	C	A	B	C	B	A	D	B	C	C	D	A	B	D	D	C	C

## Recepcionista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	B	C	A	B	D	B	A	D	C	C	D	A	D	B	C	B	D	C

## Técnico Agropecuária

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	A	B	C	C	D	A	B	D	C	B	D	A

## Técnico em Enfermagem

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	A	C	D	C	A	B	D	C	D	C	B	D	A	B

## Técnico em Saúde Bucal

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	B	C	A	B	D	B	A	D	C	C	D	A	D	B	C	B	D	C

Superior  
Arquiteto

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	C	D	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	B	C	D	A	D	B	D	C	B	B	A	D	A	C

## Assistente Social

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	B	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	A	D	C	A	B	B	C	D	C	A	D	B

## Enfermeiro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	B	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	A	D	B	B	C	D	A	D	B	C	A	C

## Farmacêutico

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	B	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	C	D	B	A	C	C	A	D	C	B	D	B	A	D

## Fiscal de Defesa do Consumidor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	C	D	B	A	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	A	D	C	A	B	C	D	D	A	B	C	B	A	B

## Fiscal de Vigilância Sanitária

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	C	D	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	C	B	A	D	B	A	C	A	C	D	B	C	B	A	D

## Fisioterapeuta

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	B	C	A	D	B	A	C	D	C	A	B	C	B

## Fonoaudiólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	B	D	A	C	C	B	A	D	B	C	A	C	D

## Médico Anestesista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

## Médico Auditor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

## Médico Cirurgião Geral

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

## Médico Clínico Geral e ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	A	D	B	B	C	D	A	D	B	C	A	C

## Médico Endocrinologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

## Médico Oftalmologista

Nenhum candidato presente

## Médico Otorrinolaringologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	A	D	B	B	C	D	A	D	B	C	A	C

## Médico Pediatra

Nenhum candidato presente

## Médico Psiquiatra

Nenhum candidato presente

## Médico Radiologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	A	D	B	B	C	D	A	D	B	C	A	C

## Médico Urologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

## Nutricionista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	B	A	C	B	B	A	D	C	B	A	C	D

## Odontólogo (Endodontista - ESF - Periodontista - Traumatologista Bucamaxilofacial)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	C	A	B	C	A	D	C	B	A	D	B	C	A	B

## Psicólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

D	B	A	C	B	A	D	B	C	A	D	B	D	A	C	C	B	A	B	C
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

**Veterinário**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	C	B	A	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	C	B	A	D	C	A	D	B	C	A	B	C	B	D	A

**Professor Anos Iniciais**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	B	D	A	B

**Professor Artes**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	B	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	A	D	A	D	B	C	B	A	C	A	B

**Professor Educação Física**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	B	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	B	D	A	B

**Professor Educação Infantil**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	B	A	D	D	A	C	A	D	B	C	B	B	A

**Professor Ensino Religioso**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	B	D	A	B

**Professor Geografia**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	B	D	A	B

Navegantes, 17 de Novembro de 2014.

**GABARITO CONCURSO 002/2014****GABARITO PRELIMINAR**

ATO 008/iobv/002/14/FMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Concurso Público 002/2014 - FMC - 16/11/2014

OBS.: Os cadernos de questões constam divulgados na área do candidato [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)  
(Concursos e seletivos, área do candidato, digite seu CPF e confirme seus dados cadastrados no momento da inscrição).

Médio

Técnico de Teatro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	D	B	D	A	D	C	A	B	C	B	C	A

Navegantes, 17 de Novembro de 2014.

**GABARITO CONCURSO 003/2014****GABARITO PRELIMINAR**

ATO 008/iobv/003/14/FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Concurso Público 003/2014 - FME - 16/11/2014

OBS.: Os cadernos de questões constam divulgados na área do candidato [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)  
(Concursos e seletivos, área do candidato, digite seu CPF e confirme seus dados cadastrados no momento da inscrição).

Médio

Técnico de Serviços Complementares

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	D	A	B	C	D	D	B	C	A	B	C	A

Superior

Professor de Educação Física

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	B	D	A	D	C	B	D	D	A	A	C	B	C	D	B	A	B

Coordenador Técnico

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	B	D	A	D	A	B	D	A	C	D	B	B	D	C	A	B	C

Navegantes, 17 de Novembro de 2014.

**GABARITO CONCURSO 004/2014****GABARITO PRELIMINAR**

ATO 009/iobv/004/14/FUMAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Concurso Público 004/2014 - FUMAN - 16/11/2014

OBS.: Os cadernos de questões constam divulgados na área do candidato [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)

(Concursos e seletivos, área do candidato, digite seu CPF e confirme seus dados cadastrados no momento da inscrição).

Médio

Fiscal Ambiental

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	A	B	B	D	C	C	B	D	A	C	D	C	A

Técnico de Serviços Complementares

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	C	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	D	A	B	C	D	D	B	C	A	B	C	A

X - questão anulada de ofício pela banca, por conter inconsistência em sua formulação.

Superior

Engenharia Agrônoma

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	D	B	A	C	B	D	B	C	D	C

Engenharia Agrimensura

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	B	C	D	A	D	C	D	C	B	B

Engenharia Ambiental

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	C	A	B	D	C	B	C	B	D	B

Engenharia Sanitária

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	C	D	C	B	D	C	B	D	B	D

Geologia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	B	C	D	A	D	C	D	C	B	B

Medicina Veterinária

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	C	B	D	B	D	C	A	D	B	C

Procurador Fundacional

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	B	C	D	A	C	B	D	C	D	B

Navegantes, 17 de Novembro de 2014.

**GABARITO PROCESSO SELETIVO 005/2014****GABARITO PRELIMINAR**

ATO 013/iobv/005/14/PS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Processo Seletivo 005/2014 - 15/11/2014

OBS.: Os cadernos de questões constam divulgados na área do candidato [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)

(Concursos e seletivos, área do candidato, digite seu CPF e confirme seus dados cadastrados no momento da inscrição).

Alfabetizado

Agente de Serviços Gerais (Educação - Obras - Saúde)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	D	C	B	D	A	D	B	C

Vigia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	D	C	B	C	D	A	B	D

Fundamental

Instrutor de Artes Aplicadas - Crochê e Tricô - Pintura em MDF - Pintura em Tecido

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	B	C	A	C	B	D	A	C	D	B	B	C	D	A	C	B	A

Instrutor de Corte de Cabelo - Instrutor de Manicure

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	B	C	A	C	B	D	A	C	D	B	B	C	D	A	C	B	A

## Instrutor de Informática 20h e 40h

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	B	C	A	C	B	D	A	D	C	B	D	A	B	C	A	B	C

## Médio

## Agente Comunitário de Saúde ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	B	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	B	D	A	C															

## Agente Comunitário às Endemias

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	B	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	B	D	A	C															

## Agente de Educação

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
C	B	D	A	D															

## Educador de Artes Plásticas

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	A															

## Educador de Balé - Circo - Dança de Rua - Dança de Salão

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	A															

## Educador de Teatro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	A															

## Educador de Violão

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	A															

## Auxiliar de Consultório Dentário

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	B	D	A	D															

## Intérprete de Libras

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	B
21	22	23	24	25															
D	C	D	C	A															

## Leiturista DAE

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	B	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
C	B	C	A	D															

## Monitor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	B	D	C	D	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
A	B	D	C	B															

## Motorista Socorrista SAMU

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	B	D	A	B	C	A	C
21	22	23	24	25															
D	A	C	D	B															

## Recepcionista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	A	B	B	C	D	C
21	22	23	24	25															
A	D	B	A	B															

## Técnico em Enfermagem

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	A	D	A	B	C	B	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	C															

## Técnico em Radiologia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	B	D	A	C															

## Técnico em Saúde Bucal

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	A	D	A	B	C	B	D
21	22	23	24	25															
C	A	B	D	C															

Superior  
Assistente Social

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	B	C	D	A	B	A	D	C	C
21	22	23	24	25															
A	B	D	C	B															

## Enfermeiro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	C	B
21	22	23	24	25															
D	B	C	C	D															

## Farmacêutico

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	B	C	D	A	B	A	D	C	B
21	22	23	24	25															
C	A	C	D	B															

## Fisioterapeuta

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	A	C
21	22	23	24	25															
C	D	B	C	B															

## Fonoaudiólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

## Médico Anestesista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
A	B	D	C	D															

## Médico Auditor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C

21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

## Médico Cardiologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

## Médico Cirurgião Geral

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

## Médico Clínico Geral e ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	C	C															

## Médico Endocrinologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

## Médico Oftalmologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

## Médico Ortopedista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	A															

## Médico Otorrinolaringologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	A
21	22	23	24	25															
D	C	B	D	C															

## Médico Pediatra

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	A
21	22	23	24	25															
D	C	B	D	C															

## Médico Psiquiatra

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	A
21	22	23	24	25															
D	C	B	D	C															

## Médico Radiologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	C	C															

## Médico Urologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	A															

## Médico Vascular

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	A															

## Nutricionista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	D	B
21	22	23	24	25															
A	C	C	B	C															

## Odontólogo (Pacientes com Necessidades Especiais - Endodontista - ESF - Periodontista - Traumatologista Bucomaxilofacial)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	C	D
21	22	23	24	25															
B	C	B	C	D															

## Psicólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C

21	22	23	24	25															
D	A	C	B	C															

## Veterinário

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	D	B
21	22	23	24	25															
A	C	C	B	C															

## Professor Artes

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															

## Professor Ciências

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															

## Professor Educação Física

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	C	C
21	22	23	24	25															
D	B	C	A	D															

## Professor Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	A
21	22	23	24	25															
B	D	C	C	D															

## Professor Ensino Religioso

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															

## Professor Geografia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															



## Professor História

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	B	A
21	22	23	24	25															
C	D	D	B	D															

## Professor Inglês

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															

## Professor Língua Portuguesa

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	A
21	22	23	24	25															
B	D	C	C	D															

## Professor Matemática

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	B	A
21	22	23	24	25															
C	D	D	B	D															

## Professor Sala Recursos Multifuncionais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	A
21	22	23	24	25															
B	D	C	C	D															

## Professor Séries Iniciais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	C	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	C															

Navegantes, 17 de Novembro de 2014.

**ADVERTÊNCIA****ADVERTÊNCIA**

Fica, através desta, o servidor municipal Sr. (a) JULIANO NILDO DE MARIA, ANALISTA CONSULTOR ADMINISTRATIVO, nomeado por concurso em 02/03/2012, ADVERTIDO por escrito, penalidade capitulada no artigo 130 c/c 128, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (lei complementar 007 de 11 de novembro de 2003).

Outrossim, caso haja incidência na infração acima mencionada, estaremos infligindo a V.S.<sup>a</sup> sanções mais duras, conforme prevê

a lei.

Navegantes, 07 de novembro de 2014.

BENILDE PERÃO

Secretária da Administração e Logística

ALESSANDRA MÜLLER

Diretoria de Gestão de Pessoas

**LEI 2943 ERRATA CONVÊNIO COM A AMFRI**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2943 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES A FIRMAR CONVÊNIO COM A AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí -, tendo por objeto tem por objeto a Cooperação Técnica e Financeira para Desenvolvimento de Projetos Básicos e Executivos para Qualificação e Urbanização de Praças, Ruas, Avenidas e Obras de Macrodrenagem, conforme descrição dos estudos e planos do Anexo I, integrante desta lei.

Art. 2º Para a execução do objeto deste Convênio, a AMFRI receberá do município de Navegantes a importância até R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), que deverão ser pagos em 9 (nove) parcelas mensais conforme Cronograma de Desembolso, Anexo III integrante desta lei.

Art. 3º A AMFRI disponibilizará, a título de contrapartida, as instalações físicas necessárias à elaboração dos trabalhos e restituirá, ao Município de Navegantes, os recursos que porventura não forem utilizados para a consecução do objeto do Convênio, através de prestação de contas.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 - Gabinete do Prefeito

01 - Gabinete do Prefeito

2.002 - Manut. e Func. do Gabinete do Prefeito

3.3.50.00.00.00.00 - Trans. Inst. Privadas Sem fins Lucrativos

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88370-446 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500

#### ANEXO I DA LEI 2943 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

##### Descrição dos Estudos e Projetos a Serem Executados

Item	Serviço	Quantidade	Unidade
1	Avenida Conselheiro João Gaya - Trecho entre Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral e R. Anibal Gaya	01	unid.
1.1	Projeto Geométrico e Pavimentação	1.480,00	m
1.2	Projeto de Drenagem Pluvial	1.480,00	m
1.3	Projeto de Sinalização Viária	1.480,00	m
1.4	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
2	Avenida Prefeito José Juvenal Mafra - Trecho entre R. Roberto Reiser e Av. João Sacavém	01	unid.
2.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	1.650,00	m
2.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	1.650,00	m
2.3	Projeto de Sinalização Viária	1.650,00	m
2.4	Projeto de Drenagem Pluvial	1.650,00	m
2.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
3	Ruas João Emílio, 26 de Agosto e R. Presidente Nereu Ramos - Trecho entre Av. Santos Dumont e Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral	01	unid.
3.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	1.170,00	m
3.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	1.170,00	m
3.3	Projeto de Sinalização Viária	1.170,00	m
3.4	Projeto de Drenagem Pluvial	1.170,00	m
3.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.

3.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
4	Rua Arnaldo Passos - Trecho entre Av. Santos Dumont e Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral	01	unid.
4.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	1.230,00	m
4.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	1.230,00	m
4.3	Projeto de Sinalização Viária	1.230,00	m
4.4	Projeto de Drenagem Pluvial	1.230,00	m
4.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
5	Avenida Vereador Nereu Liberato Nunes - Trecho entre R. Manoel Felício Adriano e Av. Conselheiro João Gaya	01	unid.
5.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	840,00	m
5.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	840,00	m
5.3	Projeto de Sinalização Viária	840,00	m
5.4	Projeto de Drenagem Pluvial	840,00	m
5.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
6	Projeto de Acesso ao Aeroporto - Binário- Av. Portuária / R. Gracilides C. Reiser / Av. Ver. Nereu L. Nunes / R. Manoel L. Rocha	01	unid.
6.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	3.480,00	m
6.2	Projeto Geométrico e Pavimentação	3.480,00	m
6.3	Projeto de Sinalização Viária	3.480,00	m
6.4	Projeto de Drenagem Pluvial	3.480,00	m
6.5	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.
7	Macro drenagem Av. Santos Dumont - Ligação entre Av. Conselheiro João Gaya e Rio Itajaí	01	unid.
7.1	Estudo Hidrológico e Memorial de Cálculo Hidráulico	52,00	ha
7.2	Projeto executivo de Macro drenagem	700,00	m
7.3	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.

8	Urbanização da Praça Central e Acesso ao Ferry Boat	01	unid.
8.1	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	7.500,00	m²
8.2	Projeto executivo de urbanização	1,00	unid.
8.3	Orçamento, Cronograma e Especificações	1,00	unid.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88370-446 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500

## ANEXO II DA LEI 2943 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

## Cronograma de Execução

Item	Serviço	Mês								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	Avenida Conselheiro João Gaya - Trecho entre Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral e R. Anibal Gaya	X	X	X	X					
2	Avenida Prefeito José Juvenal Mafra - Trecho entre R. Roberto Reiser e Av. João Sacavém		X	X	X					
3	Ruas João Emílio, 26 de Agosto e R. Presidente Nereu Ramos - Trecho entre Av. Santos Dumont e Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral				X	X	X			
4	Rua Arnaldo Passos - Trecho entre Av. Santos Dumont e Av. Pref. Cirino Adolfo Cabral						X	X		
5	Av. Vereador Nereu Liberato Nunes - Trecho entre R. Manoel Felício Adriano e Av. Conselheiro João Gaya							X	X	

6	Projeto de Acesso ao Aeroporto - Binário- Av. Portuária / R. Gracilides C. Reiser / Av. Ver. Nereu L. Nunes / R. Manoel L. Rocha						X	X	X	X
7	Macro drenagem Av. Santos Dumont - Ligação entre Av. Conselheiro João Gaya e Rio Itajaí				X	X	X			
8	Urbanização da Praça Central e Acesso ao Ferry Boat	X	X							

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88370-446 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500

## ANEXO III DA LEI 2943 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

## Cronograma de Desembolso

Para execução dos serviços inerentes ao objeto deste convênio a AMFRI receberá do MUNICÍPIO a importância de até R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais) que deverão ser pagos em 09 (nove) parcelas mensais conforme cronograma de desembolso:

- I. 1ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de dezembro de 2014;
- II. 2ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de janeiro de 2015;
- III. 3ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de fevereiro de 2015;
- IV. 4ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de março de 2015;
- V. 5ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de abril de 2015;
- VI. 6ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de maio de 2015;
- VII. 7ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de junho de 2015;
- VIII. 8ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de julho de 2015; e
- IX. 9ª parcela de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) até a data de 10 de agosto de 2015.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 212/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTECNICO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE FOGOS ARTIFÍCIOS, PARA A FESTA DE REVEILLON A SER REALIZADA NO DIA 31/12/2014 E DEMAIS FESTIVIDADES NO ANO DE 2015 QUE SERÃO REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 28/11/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 28/11/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 17 de novembro de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

## DECISÃO- PEDIDO TROCA DE MARCA. INDEFERIMENTO COM POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DE LICITAR 169/2014 PMN

DECISÃO- PEDIDO TROCA DE MARCA.  
INDEFERIMENTO COM POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DE LICITAR

Aos 17 (dezesete) dias, do mês de novembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.169/2014, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE INDEFERIR o pedido de troca de marca referente o item 11 (sal refinado) tendo em vista:

Em 14/11/2014 chegou ao departamento de Compras a solicitação encaminhada pela LICITAL COMERCIAL LTDA CNPJ 11.447.252/0001-80, de troca do item 11 (sal refinado) da marca FINO SAL para POP junto com 1 kg deste, entretanto a justificativa não foi plausível, pois a alegação da contratada era de que sua fornecedora somente venderia cargas fechadas, ficando inviável seu fornecimento.

Quando solicitado uma troca de marca o contratado deve apresentar fato superveniente não imputável, concomitantemente com a apresentação de uma nova marca igual ou superior a inicialmente cotada, no caso em tela, não houve o preenchimento de nenhum requisito, dando ensejo à imediata reprovação do pedido.

Desta forma além desta Comissão NÃO aceitar o pedido de troca, INTIMA-SE o contratado LICITAL COMERCIAL LTDA CNPJ 11.447.252/0001-80 para fornecer os produtos contidos na AF 2628 encaminhada pela Secretaria de Educação no dia 04/11/2014 no prazo de 02 (dois) dias uteis a partir da publicação deste no Diário Oficial dos Municípios (tendo em vista que desde o dia 04/11 houve a remessa da AF e o prazo dos 5 dias corridos para entrega a partir da emissão da AF já foi extrapolado), sob pena de SUSPENSÃO DE LICITAR COM O MUNICÍPIO devido o descumprimento de cláusulas Contratuais e Legais art 78 c/c 87 LEI 8666/93.

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria B. Correa - Pregoeira Substituta

Equipe de apoio -

Fernanda Hassmann

Carla Claudino

Josezite dos Santos

Corroborando

Benilde Perão  
Secretária de Administração

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN convoca, em segunda chamada, todos os membros do Conselho Municipal de Saneamento para reunião visando à aprovação da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Navegantes conforme Decreto Municipal 750 de 23.08.2010. A primeira reunião ocorrida em 14.11.2014 não obteve o quórum necessário, razão pela qual nova reunião acontecerá dia 04.12.2014 às 15h00min no Auditório do Paço Municipal, Rua João Emílio nº 100, centro, Navegantes/SC, na qual será avaliada e aprovada a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Navegantes, em razão das obrigações legais determinadas pela Lei 11.445/2010.

Navegantes, 17 de novembro de 2014.  
Secretaria Municipal de Saneamento de Navegantes

## EXTRATO CONTRATUAL Nº 271/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 271/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada.: TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.

Valor ..... : 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil e reais).

Vigência ..... : Início: 11/11/2014 Término: 11/11/2015.

Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 190/2012

Recursos ..... : Dotação: 2054 3.3.90.00.000.00.00.00, 2.037 3.3.90.00.00.00.00, 2.009 3.3.90.00.00.00.00, 2.075 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.067 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.097 3.3.900.00.00.00.00, 2.082 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.094 3.3.90.00.00.00.00, 2.089 3.3.90.00.00.00.00, 2.108 3.3.90.00.00.00.00, 2.088 3.3.90..00.00.00.00, 2.098 3.3.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : Primeiro Termo Aditivo visando a Renovação do Contrato nº 194/2013, referente à Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda para serviços de planejamento, pesquisa, criação, produção e veiculação, de material para televisão, rádio e internet no Município de Navegantes/SC, conforme Concorrência Pública nº190/2012.

Navegantes, 11 de Novembro de 2014.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### RESULTADO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO Nº 012/2014

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta - Processo Licitatório nº 108/2014 - Tomada de Preço nº 012/2014 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material para realizar drenagem e pavimentação na Rua Maria Menon Marcolla, distrito de Claraíba, município de Nova Trento, houve a participação das seguintes empresas: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. e ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME, da análise da documentação restaram habilitadas para a sequência do certame as empresas: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. e ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item cinco, IV, do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, passou-se a abertura das PROPOSTAS: restou vencedora a empresa C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.. Concedido o direito de uso da lei 123/2006 (lei da micro), a empresa ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM - ME, reduziu o preço restando vencedora do certame com o valor de R\$ 57.100,99 (Cinquenta e sete mil, cem reais e noventa e nove centavos). Encerrada a sessão concedeu-se o prazo legal para apresentação de nova proposta.

Nova Trento (SC), 13 de novembro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### DECRETO Nº 220/2014

DECRETO nº 220/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 09/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao setor de Recursos Humanos, no dia 19 de novembro de 2014, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar,

se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 17 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 220/2014)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - HIC

Classificação	Nome completo
01	Elenice Ferrari
02	Cristiane Silva Nunes
03	Juliana Aparecida dos Santos

CARGO: TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM - HIC

Classificação	Nome completo
01	Aide Prado Alvares
02	Lucimari Brizolla de Vargas Marques

### RESPOSTA IMPUGNAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

RESULTADO JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2014

IMPUGNANTE: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

"(...) Ante o exposto, JULGAMOS PROCEDENTE a impugnação apresentada pela empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA., autorizando o desmembramento do Lote 07 conforme o solicitado. Mantêm-se a mesma data de abertura visto que esta alteração amplia a concorrência não impedindo os já interessados na participação..

Nova Trento/SC, 17 de novembro de 2014."

Aprigio José Botameli

Pregoeiro



**PORTARIA Nº 924/2014**

PORTARIA Nº 924/ 2014

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 93 da Lei nº 1207 de 30 de agosto de 1992,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal AFONSO INÁCIO DALRI, matrícula nº 219, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 25 de outubro de 2014 a 23 de dezembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 28/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 28 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 925/2014**

PORTARIA Nº 925/ 2014

Prorroga Portarias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere art. 94, VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR as Portarias de Designações dos Servidores, conforme Edital de Processo Seletivo nº 04/2014, de 28/02/2014, ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde ESF, Agente de Endemias, Assistente Administrativo, Assistente Técnico Administrativo, Auxiliar de Consultório Odontológico ESF, Auxiliar de Enfermagem ESF, Auxiliar de Enfermagem HIC, Auxiliar de Serviços Gerais, Dentista ESF, Educador Físico NASF, Enfermeiro ESF, Enfermeiro HIC, Fisioterapeuta, Farmacêutico NASF, Fonoaudiólogo, Médico (10 horas), Médico (20 horas), Médico (30 horas), Médico (60 horas), Médico ESF, Médico Plantonista, Motorista I, Nutricionista HIC, Psicólogo, Técnico de Enfermagem HIC, atuantes na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 28 de outubro de 2014 a 25 de abril de 2015, podendo ser rescindido antes do prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, previsto pela Cláusula Primeira, do TAC firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014, conforme especificações do quadro abaixo:

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 28 de outubro 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 28 de outubro 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 927/2014**

PORTARIA Nº 927/ 2014

Prorroga Portarias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere art. 94, VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR as Portarias de Designações dos Servidores, ocupantes dos cargos de Assistente Administrativo, Assistente Técnico Administrativo, Auxiliar Contábil Financeiro, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista I, Motorista II, Operador de Máquina, Psicólogo CRAS e Vigia, em exercício nas Secretarias Municipais de Administração e Finanças; Bem Estar Social e Habitação; Cultura e Turismo; Agricultura e Meio Ambiente; e Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 28 de outubro de 2014 a 25 de abril de 2015, podendo ser rescindido antes do prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, previsto pela Cláusula Primeira, do TAC firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014, conforme especificações do quadro abaixo:

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 28 de outubro 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 28 de outubro 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 931/2014**

PORTARIA Nº 931/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Outubro/2014, o Servidor Público Municipal LUIZ CARLOS ORSI, matrícula nº 5551, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Educação e Esportes Nível CC-1, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo

de 07/01/2013 a 06/01/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 29 de outubro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 29 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 934/2014**

PORTARIA Nº 934/ 2014  
Altera Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

#### **RESOLVE:**

ALTERAR a Portaria nº 712/2014 "A", do Servidor Público Municipal JAIME DA SILVA, matrícula nº 6420, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, passando a Gratificação de 50% (cinquenta por cento) para 80% (oitenta por cento), sobre seu vencimento, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único, a partir de 01 de novembro de 2014, retroativo a 01 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 03 de novembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 03 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **RESULTADO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2014**

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2014.  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 067/2014

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 067/2014, tendo por objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de Laudos Radiológicos (Raio X), destinados ao Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, situado à Rua Floriano Peixoto nº 151, Município de Nova Trento/SC, e que teve sua sessão realizada em 17/11/2014, com abertura iniciada às 14:30 horas e encerrada às 14:40, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito a Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267 3213; 48 3267 3211.

Nova Trento/SC, 17 de novembro de 2014.  
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI  
Pregoeiro



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO TA 001 AO CA 077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 077/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME  
Valor ..... : 310,16 (trezentos e dez reais e dezesseis centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de Preço em 5% (cinco por cento) do valor do litro do Óleo Diesel S10 constante no item 01 da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Primeira: DO OBJETO-1.1 - (...)Item 01 - Óleo Diesel S10 - R\$ 2,86 (dois reais e oitenta seis centavos) ao litro.

Novo Horizonte/SC, 17 de Novembro de 2014-  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO TA 002 AO CA Nº 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº ..... : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 007/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME  
Valor ..... : 8.385,32 (oito mil trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2013  
Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),  
2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),  
2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117),  
2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de Preço em 5% (cinco por cento) do valor do litro do Óleo Diesel e Óleo Diesel S10 e de 3% (três por cento) do valor do litro da Gasolina da CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO que passa a ter a seguinte Redação:(...)- 2.1 - Gasolina Comum - R\$ 3,21 ao litro; 2.2 - Óleo Diesel - R\$ 2,67 ao litro e 2.3 - Óleo Diesel S10 - R\$ 2,86 ao litro.

Novo Horizonte/SC, 17 de Novembro de 2014  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO TA 001 AO CA FMS Nº002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 002/2014  
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME  
Valor ..... : 318,41 (trezentos e dezoito reais e quarenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2013  
Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (11),  
2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (14)  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de Preço em 5% (cinco por cento) do valor do litro do Óleo Diesel e de 3% (três por cento) do valor do litro da Gasolina da CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Segunda: DO PREÇO-2.1 - Gasolina Comum - R\$ 3,21 (três reais e vinte um centavos) ao litro; 2.2 - Óleo Diesel - R\$ 2,67 (dois reais e sessenta sete centavos) ao litro.

Novo Horizonte/SC, em 17 de Novembro de 2014-  
TANIA MARA WAGNER MURARO  
Gestora FMS.

### EXTRATO TA 002 AO CA FMS Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº ..... : 002 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 002/2014  
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME  
Valor ..... : 6.420,00 (seis mil quatrocentos e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2013  
Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (11) Saldo: 13.413,05  
Objeto ..... : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de 2.000 (dois mil) litros de gasolina, constante da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2014.

Novo Horizonte/SC, em 17 de Novembro de 2014  
TANIA MARA WAGNER MURARO  
Gestora FMS.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº23/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 17/11/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA

FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.620,00 (vinte e cinco mil seiscientos e vinte reais)

Novo Horizonte, 17/11/2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 014/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 17/11/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual aquisição de Tubos de Concreto e Meio-fios para uso da Secretaria Municipal de Agricultura, Transporte, Obras e Meio Ambiente, conforme descrição e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital.

CONTRATADO: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.847,00 (Cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais)

DATA: 17/11/2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

## **Orleans**

### **PREFEITURA**

#### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº014/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 014/2014

TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA OS PROFESSORES EFETIVOS NO MAGISTÉRIO, NA ETAPA EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Prefeitura Municipal de Orleans, por meio da Secretaria Municipal de Educação torna público que realizará Concurso de Alteração de Carga Horária para os Professores da Rede Pública Municipal, lotados na Secretaria Municipal de Educação, na Educação Básica, Etapa Educação Infantil, regido pelas Leis Complementares Nº1929/2005 e Nº 2076/2007, o qual dar-se-á de acordo com as instruções que fazem parte deste Edital.

#### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. É vedada a participação no Concurso de Alteração de Carga Horária:

1.1.1. Servidor afastado do serviço por motivo de licença para tratar de assuntos particulares;

1.1.2. Servidor afastado do exercício, do cargo efetivo, para exercer cargo de provimento em comissão na Administração Estadual ou Federal, respectivas autarquias, fundações e entidades para-estatais;

1.1.3. O servidor a disposição de entidade fundacional e autarquia do município ou órgão não pertencentes a Estrutura da Secretaria Municipal da Educação;

1.1.4. O servidor que tiver sofrido penalidade de advertência ou suspensão, respectivamente, nos últimos 5 (cinco) anos, contados até a data de publicação do presente Edital;

1.2. Caberá aos diretores ou responsáveis pelas unidades educacionais a divulgação deste Edital aos seus profissionais efetivos na Educação Básica - Etapa de Educação Infantil.

#### **2. INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o Concurso estarão abertas no período compreendido entre 19 e 20 de novembro de 2014, no horário das 7h e 30 min às 11h e 30 min, na Secretaria Municipal de Educação.

2.2. Não serão admitidas novas inscrições após o término desse período.

2.3. A efetivação da inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

2.4. As informações constantes do Formulário de Inscrição serão prestadas sob inteira responsabilidade do servidor.

2.5. A constatação de má fé nas declarações prestadas pelos candidatos acarretará as cominações legais pertinentes, além da anulação do ato de alteração, se já efetivado, sem qualquer ônus para a Administração.

**2.6. Deverão ser anexados à ficha de inscrição:**

2.6.1. Cópia da Carteira de Identidade;

2.6.2. Atestado de tempo de serviço na rede municipal, expedido pela Secretaria Municipal de Educação;

2.6.3. Cópia dos certificados de cursos de aperfeiçoamento do período de 02/01/2012 a 30/10/2014, na área da educação, acompanhadas do original;

2.6.4. Cópia da certidão de nascimento dos dependentes.

**3. AVALIAÇÃO**

3.1. A avaliação e a classificação dos candidatos serão efetuadas por Comissão responsável pela elaboração do Concurso, constituída através do Decreto Nº 3730/2014 da Prefeitura Municipal de Orleans.

**4. CLASSIFICAÇÃO**

4.1. A classificação no concurso obedecerá os seguintes critérios:  
I - ao lotado na unidade escolar onde há a existência da vaga e, havendo mais de um interessado obedecer o tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Orleans;

II - ao de maior tempo de serviço prestado no Magistério Público Municipal de Orleans, que será computado até 30 de outubro de 2014;

III - ao de maior tempo de serviço no magistério;

IV - ao de maior número de horas de aperfeiçoamento no período de 02/01/2012 a 30/10/2014.

V - idade

4.2. Para efeito de classificação será considerado 1 (um) ponto por mês de serviço prestado no Magistério Público Municipal.

4.2.1. Considera-se-á 1 (um) mês de serviço, o tempo igual ou superior a 15 (quinze) dias.

4.3. Não será computado como tempo de serviço o afastamento em virtude de:

4.3.1. Licença para tratar de interesses particulares;

4.3.2. Suspensão disciplinar.

4.4. É vedado o tempo de serviço:

4.4.1. Paralelo;

4.4.2. Utilizado para aposentadoria;

4.4.3. Prestado à entidade fundacional e autarquia do município ou órgão não pertencentes a Estrutura da Secretaria Municipal da Educação;

4.4.4. A classificação será divulgada no dia 21 de novembro de 2014 e a reclassificação decorrente dos recursos será divulgada no dia 25 de novembro de 2014, no mural da Secretaria Municipal de Educação.

**5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

5.1. O profissional mais idoso;

5.2. O profissional que possuir o maior número de dependentes;

5.3. Sorteio.

**6. VAGAS DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA**

6.1. As vagas para alteração de carga horária nas unidades educacionais decorrem de:

6.1.1. Exoneração, demissão, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento;

6.1.2. Ampliação do número de alunos matriculados.

**7. PUBLICAÇÃO DAS VAGAS**

7.1. O quadro de vagas será publicado no mural da Secretaria Municipal de Educação no dia 21/11/2014.

**8. PRAZOS PARA RECURSOS**

8.1. Caberá recurso à Comissão do Concurso:

8.1.1. Com relação a classificação dos candidatos no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do dia da publicação, no horário de expediente da Secretaria de Educação do município;

8.1.2. Com relação ao resultado final, no prazo de 01 (um) dia útil a contar de sua publicação, no horário de expediente da Secretaria de Educação do município;

8.2. A Comissão do Concurso decidirá sobre os recursos interpostos.

8.3. Será indeferido liminarmente o recurso interposto fora do prazo.

**9. ESCOLHA DE VAGAS**

9.1. A escolha de vagas realizar-se-á no dia 26 de novembro de 2014, às 8 horas, tendo como local o auditório da Secretaria Municipal de Educação.

9.2. É vedada a escolha de vaga mediante procuração.

9.3. O servidor que não estiver presente no ato da chamada, porém comparecer antes do término dos trabalhos, somente poderá efetuar a escolha após o último colocado da ordem de classificação.

9.4. A ausência do servidor, no dia da escolha de vagas, implicará na sua eliminação do concurso.

9.5. A escolha de vagas disponibilizadas no concurso obedecerá, rigorosamente, a classificação do servidor, observada a ordem decrescente das pontuações e a exigência prevista no item 4.

**10. HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONCURSO**

10.1. O resultado final do Concurso de Remoção será divulgado pela Secretaria Municipal de Educação no dia 26/11/2014, às 13h.

10.2. A homologação se publicada no dia 28/11/2014.

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. A Secretaria Municipal de Educação divulgará no local do concurso a relação do tempo de serviço prestado ao Magistério Público do Município de todos os servidores inscritos.

11.2. Caberá a Comissão do Concurso de Alteração a organização, o planejamento e a execução dos trabalhos relativos ao concurso, bem como analisar e julgar os recursos interpostos e deliberar

sobre os casos omissos.

11.3.Os efeitos legais deste concurso terão vigência a partir do primeiro dia das atividades letivas do ano de 2015.

11.4. Este Edital estará disponível no site [www.oreans.sc.gov.br](http://www.oreans.sc.gov.br), no mural da Secretaria Municipal de Educação e publicado em jornal de circulação local sem prejuízo da divulgação nas Unidades Educacionais.

11.5.Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Comissão Responsável pelo Concurso de Alteração.

Orleans, 17 de novembro de 2014.

Marco Antonio Bertoncini Cascaes  
Prefeito Municipal

Elisabete Menegasso Bagio  
Presidente da Comissão

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 014/2014 CONCURSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA OS PROFESSORES EFETIVOS NO MAGISTÉRIO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: Rua: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

COMPLEMENTO: Edifício: \_\_\_\_\_

Apto: \_\_\_\_\_

TELEFONE(s) PARA CONTATO: \_\_\_\_\_ .

E-MAIL: \_\_\_\_\_ .

OBS: Preencher a ficha de inscrição de forma clara, legível e sem rasuras.

Anexar à inscrição os documentos comprobatórios, conforme edital, item 2.6.

DECLARO formalmente, preencher as condições de inscrições relacionadas ao processo seletivo e estar de acordo com as exigências do edital.

Orleans, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura

## LISTA DE APROVADOS CONCURSO PUBLICO Nº003/2014

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº003/2014

A Comissão Permanente do Concurso Público nº003/2014, torna publico a nota e classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº003/2014, conforme estabelecido no EDITAL.

#### AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
015	PATRICIA WANDERLIND DE FAVERI	13/06/1982	8,4	1º LUGAR
009	MARIA APARECIDA RAMOS	21/07/1967	8,0	2º LUGAR
006	NADIR APARECIDA HANN SPRICIGO	11/08/1967	8,0	3º LUGAR
003	TAMIRES DE ESPINDOLA DASSOLER	20/01/1988	7,2	4º LUGAR
019	RUBIA FERNANDES BORGES	30/03/1990	6,8	5º LUGAR
014	MAYARA CRISTINA MARTINS	05/10/1990	6,4	6º LUGAR
017	TATIANE DA ROSA DE LIMA	16/09/1981	5,6	7º LUGAR
008	BEATRIZ FARIAS MARCOS	02/10/1993	5,2	8º LUGAR
002	BEATRIZ DAMIANI	22/08/1990	4,4	REPROVADO
004	MARIA APARECIDA JOSE PILON	02/10/1962	4,0	REPROVADO

#### AGENTE DE APOIO E ZELADORIA DA SF

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
016	VALDIRENE BASCHIROTTO	14/06/1976	8,0	1º LUGAR
011	IZABEL CRISTINA ECHILE	29/12/1980	7,6	2º LUGAR

005	ADRIANA DE SOUZA MENDES MOTTA	08/02/1973	6,4	3º LUGAR
020	CACILDA DELAVEDOVA JUNG	24/08/1974	6,4	4º LUGAR
001	LUZIA ANGELINA KESTRING FACHIN	12/12/1966	5,6	5º LUGAR
010	MIRIAM REGINA ELIAS	11/01/1969	5,6	6º LUGAR
018	MARILEIA COSTA	20/04/1975	5,6	7º LUGAR
021	SONIA APARECIDA RIBEIRO	15/10/1972	5,2	8º LUGAR
013	MARIVALDA APARECIDA CARBONI OLIVEIRA	17/04/1972	4,0	REPROVADO
012	MARIA APARECIDA CORREIA CROZETA	13/05/1990	2,8	REPROVADO

O candidato que se sentir prejudicado com sua nota e classificação, tem o prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação deste resultado para entrar com recurso de acordo com Edital de Concurso Público Nº003/2014.

Orleans, 17 de novembro de 2014.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº2554

DECRETO N.º 2454/2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar, anulação de dotação e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 873/2013, de 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
01 - SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL		
244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
0804 – Assistência Comunitária Geral		
2.000031 – Manutenção das Atividades de Assistência Social		
51 – 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
0100 – Recursos Ordinários	R\$	10.000,00
TOTAL GERAL	R\$	10.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado recurso da seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
01 - SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL		
244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
0804 – Assistência Comunitária Geral		
2.000031 – Manutenção das Atividades de Assistência Social		
50 – 3.3.1.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
0100 – Recursos Ordinários	R\$	10.000,00
TOTAL GERAL	R\$	10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de novembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O Presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão



**EXTRATO CONTRATOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0093/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: COMPUMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP,

Objeto: Aquisição de mesas e climatizadores instalados para a Escola Municipal Benvenuto Tacca do município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:26.850,00 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta reais). Amparo legal PP nº0073/2014 e P.L.nº0073/2014 e Lei Federal nº. 8.666/93 e lei nº10.520/02. Ouro Verde, 17 de novembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0094/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ANDRÉIA LORENZI ME

Objeto: Aquisição de mesas e climatizadores instalados para a Escola Municipal Benvenuto Tacca do município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:2.900,00 (dois mil e novecentos reais). Amparo legal PP nº0073/2014 e P.L. nº0073/2014 e Lei Federal nº. 8.666/93 e lei nº10.520/02. Ouro Verde, 17 de novembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0095/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: MAQTER TERRAPLANAGEM LTDA - EPP

Objeto: locação por hora trabalhada de máquinas para manutenção da Malha Viária trecho com início na saída da SC 480 com extensão de 8000m.valor certo e ajustado de R\$:99.850,00 (noventa e nove mil oitocentos e cinquenta reais). Amparo legal PP nº0074/2014 e P.L.nº0074/2014 e Lei Federal nº. 8.666/93 e lei nº10.520/02. Ouro Verde, 17 de novembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0007/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: TRR GILIOLI LTDA

Objeto: Contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustíveis (óleo diesel BS500 comum;óleo diesel especial S-10,gasolina comum,álcool hidratado),para manutenção das máquinas e veículos da frota municipal para o exercício de 2014. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 14 de novembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0007/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: SIVIERO DIESEL LTDA

Objeto: Contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustíveis (óleo diesel BS500 comum;óleo diesel especial S-10,gasolina comum,álcool hidratado),para manutenção das máquinas e veículos da frota municipal para o exercício de 2014. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 14 de novembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0056/2014

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MAQTER TERRAPLANAGEM LTDA - EPP.

Objeto: Registro de preço para locação por hora trabalhada de máquinas para manutenção da Malha Viária trecho com início na saída da SC 480 com extensão de 8000m. Valor total registrado R\$:99.850,00.Data da assinatura:13/11/2014.Prazo de vigência 12 meses.

Ouro Verde, 13 de novembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

**Paial****PREFEITURA****PP 10/2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL  
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2014

Objeto: aquisição de cadeira de rodas motorizada destinada para Unidade Básica de Saúde conforme relações de itens constantes no Anexo "E" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08:15hs do dia 28/11/2014

Abertura: 28/11/2014 as 08:30hs

Demais informações, estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial - SC em 12 de novembro de 2014.  
Elisete Esposito Wortmann  
Secretária de Saúde

**Palhoça****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL 217/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 28 de novembro de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de materiais de Limpeza e Higiene para Faculdade Municipal de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 17 de novembro de 2014.  
PREGOEIRA.

**EDITAL 02/2014 - SECRETARIA DE RECEITA - PONTO FIXO**

CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015  
PONTO FIXO - EDITAL 02/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
1º	João José Pinheiro	135	23099/2014
2º	João Pereira	120	23131/2014
3º	Alcione Pereira	120	23262/2014
4º	Maria Edi Mota	105	23054/2014
5º	Luiz Carlos Luz ( Indefirido)	090	23056/2014
6º	Valdemar Silveira Filho	090	23918/2014
7º	Zelita Aparecida Ribeiro	080	23271/2014
8º	Uilto Jose Silva da Rosa	080	23914/2014
9º	Dhaimom Conceição Barbosa	075	23437/2014
10º	Jean Rielton Vieira	075	24058/2014
11º	Kleber Gustavo Colombo Varela	070	23952/2014
12º	Marcelo Auerback	070	24009/2014
13º	Eva Eliza de Lima C. da Silva	070	23185/2014
14º	Vanilda Alaide da Silveira	070	23580/2014
15º	Ivami Salet KRULIKOSKI	060	23186/2014
16º	Idezia Martins da Silveira	060	23782/2014
17º	Werley Caetano de Brito	060	24071/2014
18º	Jefferson Maia de Andrades	060	24133/2014
19º	Ariane de Abreu	060	23739/2014
20º	Claudionor da Silva	045	23386/2014
21º	Avanir Souza Moraes	040	23191/2014
22º	Robson Eduardo Garcia	040	23788/2014
23º	Débora Maier	040	24075/2014
24º			
25º			



**EDITAL 03/2014 - SECRETARIA DE RECEITA-  
LICENÇA PARA AMBULANTE**CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VE-  
RÃO 2014/2015

Licença para Ambulante (LA) - EDITAL 03/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
1º	JOÃO OTAVIO MARQUES	130	23349/2014
2º	LUIZ RENATO SILVA DE SOUZA	100	24127/2014
3º	THAIS SALVO FERREIRA	075	23936/2014
4º	IVONE IZABEL GONCALVES	070	23933/2014
5º	VINICIUS FRANCA DE FREITAS	070	24123/2014
6º	ANDERSON ALVES	070	24076/2014
7º	PAULO ROBERTO DA SILVA JUNIOR	065	24029/2014
8º	JOÃO LUIS SILVA DE ANDRADE	065	23965/2014
9º	NARCIZO CORDEIRO DOS SANTOS	060	23698/2014
10º	JOSE CARLOS CONSTANTE	060	23969/2014
11º	MIKE STANCOWICH	060	23929/2014
12º	FABRICIO FEITOZA DOS SANTOS	060	23963/2014
13º	MARINA CLENI CRESCENCIO	060	23520/2014
14º	JOÃO ANTONIO AZEVEDO	060	24026/2014
15º	ZAIDA FOGAÇA DE SOUZA	060	23911/2014
16º	MARIA MARGARETE DA SILVA	060	23552/2014
17º	EMERSON PAULO DE CASTRO JUCA	060	23166/2014
18º	JONAS VINICIUS SALVADOR	060	23378/2014
19º	JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA	060	24134/2014
20º	RUDY MARCOS MINELLI	055	23649/2014
21º	JOÃO PAULO VARELA DE MORAES	055	24079/2014
22º	RENATO MARCELO LIZE POSSAMAI	050	23379/2014
23º	JAIR DA SILVA VIEIRA E MARIA JOSETE	050	23101/2014
24º	RODRIGO LOZANO	045	23885/2014
25º	GELSON DOS SASNTOS	045	23960/2014

CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VE-  
RÃO 2014/2015

Licença para Ambulante (LA) - EDITAL 03/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
26º	PEDRO ELIAS GOES	045	23959/2014
27º	FABRICIO ARAUJO DOS SANTOS	045	23961/2014
28º	LUSMARINO GOES	045	23968/2014
29º	NIVERSON RIBEIRO BORGES	045	23966/2014
30º	WANEÇA GOES DE PAULA	045	23964/2014
31º	ADÃO LUIZ GOES	040	23967/2014

32º	JOÃO ADORNO FREITAS	040	24049/2014
33º	CHALES CESAR BAUZA	040	23925/2014
34º	ANDERSON GONÇALVES DA SILVA	040	23962/2014
35º	ODILIO SALOMÃO FELISBERTO	030	23265/2014
36º	FRANCISCA SILVA LIMA VARELA	030	23526/2014
37º			
38º			
39º			
40º			
41º			
42º			
43º			
44º			
45º			
46º			
47º			
48º			
49º			
50º			

CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VE-  
RÃO 2014/2015

Licença para Ambulante (LA) - EDITAL 03/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
51º			
52º			
53º			
54º			
55º			
56º			
57º			
58º			
59º			
60º			
61º			
62º			
63º			
64º			
65º			
66º			
67º			
68º			
69º			
70º			
71º			
72º			
73º			
74º			
75º			

## CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015

Licença para Ambulante (LA) - EDITAL 03/2014

[illegible]

**EDITAL 04/2014 - SECRETARIA DE RECEITA -  
PONTO NÁUTICO**

### CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015

PONTO NÁUTICO - EDITAL 04/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
1º	ARCELINO LUIZ SOARES	090	23947/2014
2º	EUCLIDES GERCINO DA SILVEIRA	090	23701/2014
3º	LUCINEI ANTONIO ROSA	080	23848/2014
4º	GUSTAVO GONZAGA DE AZEVEDO	070	23846/2014
5º	IVANISE REGINA JURGUELEWCZ	065	24109/2014
6º	ANTONIO SOUZA ROSA	060	23849/2014
7º	NILTON JOSÉ DA SILVA	060	23984/2014
8º	LUCIANO FERNANDO DA SILVA	060	23700/2014
9º	PAULO SERGIO VENTURA	060	24187/2014
10º	ADERBAL CIRIACO DO NASCIMENTO	035	24188/2014

11°			
12°			
13°			
14°			
15°			
16°			
17°			
18°			
19°			
20°			
21°			
22°			
23°			
24°			
25°			

**EDITAL 05/2014 - SECRETARIA DE RECEITA -  
PONTO FIXO ARTESÃO**

### CLASSIFICAÇÃO POR PONTOS ALCANÇADOS TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015

PONTO FIXO ARTESÃO - EDITAL 05/2014

Classificação	Nome	Pontos	Processo nº
1º	Terezinha M. da Rosa Rodrigues	110	23662/2014
2º	Maria das D. C. Gomes	095	23753/2014
3º	Roseli da Silva	065	23538/2014
4º	Marcia Aparecida dos Santos	060	23978/2014
5º	Olivia de Castro Juca	060	23167/2014
6º	Jamilla Araujo Jeske Heinig	035	23199/2014
7º	Luzeni de Menezes Vilaça	030	23614/2014
8º			
9º			
10º			
11º			
12º			
13º			
14º			
15º			

**ERRATA N 002**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA Nº 002

Edital nº 04/2014 - Ponto de Locação de Equipamento Náutico (PN)  
Temporada de Verão 2014/2015

O Município de Palhoça torna público que o Edital 04/2014 - Ponto de locação de Equipamento Náutico (PN) Temporada de Verão 2014/2015, sofreu alteração no item 3.4, na letra "h", passando a ter nova redação: Laudos de Vistorias de embarcações feitos pela Capitania dos Portos de Santa Catarina (embarcação e rebocadora). Diante da Capitania dos Portos não conseguir realizar as vistorias das embarcações dos inscritos deste Edital até o dia 10/11/2014, prorroga-se a apresentação do descrito acima para o dia 01/12/2014 até o dia 08/12/2014, antecedente a retirada dos boletos bancários referente a Taxa de Fiscalização e ocupação permanente. Para critério de desempate, altera-se também o item 4.3 - Em caso de permanência de empate, será escolhido por idade do requerente em ordem decrescente.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 13 de novembro de 2014.  
Nilson João Espíndola  
Secretário de Receita  
Vice Prefeito Palhoça

**RESOLUÇÃO N º 074 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 074/ 2014

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de agosto de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 075 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 075 / 2014

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de setembro de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 076 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 076/ 2014

Dispõe sobre a prestação de contas físico financeiro ano base 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas a prestação de contas físico financeiro dos Serviços, Programas do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social ano base 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 077 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 077/ 2014

Dispõe sobre a prestação de contas físico financeiro IGD BOLSA ano base 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas a prestação de contas físico financeiro IGD BOLSA ano base 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 078 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 078/ 2014

Dispõe sobre a prestação de contas físico financeiro IGD SUAS ano base 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas a prestação de contas físico financeiro Demonstrativo de Gestão do SUAS do Governo Federal ano

base 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 079 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 079/ 2014

Dispõe sobre a alteração da Resolução 001/2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que compete ao CMAS definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito Municipal;

Considerando que compete ao CMAS aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento (resolução 237/2006, CNAS, art. 3º inciso X)

Resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 4º, parágrafo único da Resolução nº. 001/2014, que dispõe sobre o cofinanciamento para as entidades privadas de Assistência Social para o ano de 2014.

Art. 4º Onde se lê:

Art. 4º. Para a liberação dos recursos financeiros, a entidade privada conveniada deverá comprovar através de relatório mensal a execução da atividade proposta neste edital.

Parágrafo único. A liberação dos recursos será feita em 04 parcelas, sendo essas liberadas após demonstrativo contendo o número de inscritos nos serviços cofinanciados, sendo liberado, assim, apenas o montante financeiro que corresponde ao número de atendimento mês, sendo este vinculado ao número máximo conforme Art. 3º deste edital.

Leia se:

Art. 4º. Para a liberação dos recursos financeiros, a entidade privada conveniada deverá comprovar através de relatório mensal a execução da atividade proposta neste edital.

Parágrafo único. A liberação dos recursos será feita em 02 parcelas, sendo essas liberadas após demonstrativo contendo o número de inscritos nos serviços cofinanciados, sendo liberado, assim, apenas o montante financeiro que corresponde ao número de atendimento mês, sendo este vinculado ao número máximo conforme Art. 3º deste edital.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça 12 de novembro de 2014.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**DECRETO Nº 1.733, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**  
DECRETO Nº 1.733, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

CÓDIGO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS. Regulamentação dos Arts. 94-A e 105-A, acrescido a Lei Complementar nº 018, de 30 dezembro de 2002 - CTM, pelo Art. 1º, da Lei Complementar nº 0154 de 26 de dezembro de 2013. Implantação do Código Municipal de Atividades Econômicas - CNAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso das atribuições, considerando o disposto nos artigos 222 a 224, da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE, conforme Anexo I, deste Decreto, previsto nos artigos 94-A e 105-A, acrescido a Lei Complementar nº 018, de 30 dezembro de 2002 - CTM, pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 0154, de 26 de dezembro de 2013, de utilização efetivamente municipal.

I - A partir de 03 de novembro de 2014, é obrigatória a utilização do Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE, definido no Anexo I, deste Decreto, para fins de utilização e enquadramento do Objeto/Atividade das pessoas físicas ou jurídicas, ou a esta equiparada.

II - A incidência e lançamento das Taxas da TLL ou TFF, e inclusive o Adicional de 10% para cada atividade, previsto nos arts. 84, 85, § 3º, do Art. 87, arts. 95 e 96 da Lei Complementar nº 018/02 e regularização do Alvará de funcionamento, será tomado com base o enquadramento no inciso I, deste Decreto.

III - Todo Cadastro Mobiliário das pessoas físicas e jurídicas, definida pela legislação tributária, envolvendo a inscrição ou inclusão de alteração cadastral, ficará sujeita ao enquadramento das atividades previstas do disposto no inciso I, deste Decreto.

Art. 2º Sempre que houver necessidade de inclusão ou exclusão de novas atividades econômicas no Anexo I, deste Decreto, somente poderá ocorrer após a vigência nas tabelas do CNAE estabelecido pelo IBGE, acrescido a este Decreto, atendendo aos interesses, público e da Administração Tributária municipal.

Art. 3º Qualquer procedimento fiscal, quanto as obrigações principais e acessórias, quanto a(s) atividade(s) econômicas, deverá ser fundamentado pela Lei Complementar nº 018, de 30/12/2002 e subsidiariamente por este Decreto.

Art. 4º Todo Agente Público, deverá seguir as disposições deste Decreto, enquadrando as atividades vigentes ao objeto do ato constitutivo e do Cadastro Nacional da Pessoa Física - CNPJ, da entidade requerente ou não, vinculado ao Anexo I deste Decreto, podendo ser aplicado ao infrator, as regras que dispõe a legislação administrativa municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 12 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal.

Anexo I			
Código Municipal	CANAE FISCAL 2.0	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
	1012-1/01	Abate de aves	1.149,46
	1012-1/02	Abate de pequenos animais	1.149,46
	1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	459,78
	5231-1/01	Administração da infra-estrutura portuária	459,78
	8550-3/01	Administração de caixas escolares	459,78
	6613-4/00	Administração de cartões de crédito	459,78
	6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	459,78
	6611-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	689,68
	4399-1/01	Administração de obras	459,78
	8411-6/00	Administração pública em geral	ISENTO
000104007	5250-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	229,89
000001086	7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	459,78
000001662	7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	459,78
	6434-4/00	Agências de fomento	459,78
	6391-7/00	Agências de notícias	229,89
000101008	7311-4/00	Agências de publicidade	459,78
000002903	7911-2/00	Agências de viagens	459,78
	9609-2/02	Agências matrimoniais	459,78
	6911-7/03	Agente de propriedade industrial	229,89
	6612-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	229,89
	8730-1/02	Albergues assistenciais	ISENTO
	5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais	459,78
000001043	9609-2/03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	459,78



000002926	7732-2/02	Aluguel de andaimes	459,78
	7729-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	459,78
	7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	459,78
000000936	7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	459,78
000000348	7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	344,84
000003004	6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios	459,78
	7731-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	459,78
	7732-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	459,78
000003059	7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios	459,78
	7739-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	459,78
	7729-2/03	Aluguel de material médico*	459,78
000000944	7729-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	229,89
	7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	229,89
000002942	7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	459,78
000000278	7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	229,89
000002560	7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	459,78
	1340-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	344,84

	2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	1.149,46
	2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	1.149,46
	5510-8/02	Apart-hotéis	689,68
000000005	0159-8/01	Apicultura	229,89
000002919	4330-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	459,78
000002018	5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	459,78
000001141	6440-9/00	Arrendamento mercantil	1.724,19
000003045	9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente	229,89
	6435-2/02	Associações de poupança e empréstimo	1.724,19
000001226	8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	459,78
000001023	8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	459,78
000002598	8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	459,78
000001024	8630-5/04	Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	459,78
	8630-5/05	Atividade odontológica	459,78
000003104	9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	ISENTO
	6911-7/02	Atividades auxiliares da justiça	ISENTO
	6629-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificados anteriormente	229,89
	5240-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	229,89

	5239-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificados anteriormente	229,89
	8690-9/03	Atividades de acupuntura	229,89
	6630-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	459,78
	5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	459,78
	0161-0/99	Atividades de apoio à agricultura não anteriormente	229,89
	0322-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	229,89
	0321-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	229,89
	8550-3/02	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	459,78
	0990-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não -metálicos	1.149,46
	0990-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não -ferrosos	1.149,46
	0990-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	1.149,46
000003122	8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	459,78
000000823	0162-8/99	Atividades de apoio à pecuária não anteriormente	229,89
	0312-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	229,89
000003105	0311-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	229,89
000001063	0230-6/00	Atividades de apoio à produção florestal	459,78
	9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	229,89
	8711-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	ISENTO
000002092	8720-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	ISENTO

000001196	8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	ISENTO
	9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	ISENTO
	8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não anteriormente	459,78
	8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	459,78
000001037	8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	459,78
	8690-9/02	Atividades de banco de leite humano	459,78
	9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	459,78
	8720-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	ISENTO
000000983	8291-1/00	Atividades de cobranças e informações cadastrais	229,89
000000866	9313-1/00	Atividades de condicionamento físico	459,78
000000332	6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	229,89
000003068	7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	229,89
000001174	6920-6/01	Atividades de contabilidade	229,89
	3511-5/02	Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica	2.298,92
	5250-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros	229,89
000001018	8650-0/01	Atividades de enfermagem	459,78
	9602-5/02	Atividades de estéticas e outros serviços de cuidados com a beleza	229,89
	7119-7/02	Atividades de estudos geológicos	229,89
000001095	5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	459,78
000000879	8650-0/04	Atividades de fisioterapia	459,78



000001020	8650-0/06	Atividades de fono-audiologia	459,78
	8712-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	459,78
000001195	5310-5/02	Atividades de franquias e permissionárias do Correio Nacional	689,68
000000891	5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	344,84
000003052	7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	229,89
000000288	8030-7/00	Atividades de investigação particular	229,89
	9103-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	ISENTO
000002483	8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	459,78
	8020-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	459,78
	9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	ISENTO
	9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	ISENTO
000000299	9411-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	ISENTO
000003100	9412-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	ISENTO
	9492-8/00	Atividades de organizações políticas	ISENTO
000000302	9491-0/00	Atividades de organizações religiosas	ISENTO
	9420-1/00	Atividades de organizações sindicais	ISENTO
	8690-9/04	Atividades de podologia	459,78
	0163-6/00	Atividades de pós-colheita	229,89

	5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	459,78
	8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	459,78
000003044	5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	459,78
	7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	229,89
000003128	7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	229,78
000003027	8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	459,78
000001022	8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	459,78
000000883	8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	459,78
000000280	6010-1/00	Atividades de rádio	919,57
000001039	8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	459,78
	9609-2/05	Atividades de sauna e banhos	459,78
	8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não anteriormente	459,78
000003149	9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	344,84
000001323	8414-1/00	Atividades de suporte à administração pública	459,78
000000940	8220-2/00	Atividades de teleatendimento	229,89
	6021-7/00	Atividades de televisão aberta	919,57
	8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	459,78
000001021	8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional	459,78
	8012-9/00	Atividades de transporte de valores	459,78
000001726	8011-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada	919,57

000000239	5310-5/01	Atividades do Cor-reio Nacional	689,68
000000263	9603-3/99	Atividades fune-rárias e serviços relacionados não funerárias anterior-mente	689,68
000003087	8130-3/00	Atividades paisa-gísticas	229,89
000003107	3702-9/00	Atividades relacio-nadas a esgoto, exceto a gestão de redes	2.298,92
	6022-5/02	Atividades relacio-nadas à televisão por assinatura, exceto programa-doras	919,57
000001066	7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não anteriormente	229,89
000000880	7500-1/00	Atividades veteri-nárias	459,78
000001171	6621-5/02	Auditoria e consul-toria atuarial	229,89
	6410-7/00	Banco Central	ISENTO
	6421-2/00	Bancos comerciais	3.448,38
	6424-7/01	Bancos cooperativos	3.448,38
	6433-6/00	Bancos de desen-volvimento	3.448,38
	6432-8/00	Bancos de investi-mento	3.448,38
	6438-7/01	Bancos de Câmbio	459,78
000000222	6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira co-mercial	3.448,38
	6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira co-mercial	3.448,38
000000206	5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	344,84
	1061-9/01	Beneficiamento de arroz	1.149,46
000000130	1081-3/01	Beneficiamento de café	1.149,46
	0500-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	1.149,46
000000079	0810-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim as-sociado à extração	1.149,46
	0721-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	1.149,46
	0722-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	1.149,46
	0723-5/02	Beneficiamento de minério de man-ganês	1.149,46
	0724-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	1.149,46

000000024	0729-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não anteriormente	1.149,46
	6611-8/02	Bolsa de merca-dorias	459,78
	6611-8/03	Bolsa de mercado-rias e futuros	459,78
000000230	6611-8/01	Bolsa de valores	459,78
000000016	2391-5/01	Britamento de pedras, exceto as-sociado à extração	1.149,46
000000855	9602-5/01	Cabeleiros	229,89
	0170-9/00	Caça e serviços relacionados	459,78
	6499-9/04	Caixas de financia-mento de corpora-ções	3.448,38
	6423-9/00	Caixas econômicas	3.448,38
	6619-3/04	Caixas eletrônicos	3.448,38
000000845	5590-6/02	Campings	459,78
	5620-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	344,84
000000179	3600-6/01	Captção, trata-mento e distribuição de água	2.298,92
000003066	5212-5/00	Carga e descarga	229,89
000003047	6912-5/00	Cartórios	459,78
	9200-3/01	Casas de bingo	1.149,46
000000316	8230-0/02	Casas de festas e eventos	459,78
000000231	8299-7/06	Casas lotéricas	459,78
	8711-5/04	Centros de apoio a pacientes com cân-cer e com AIDS	459,78
000002565	9529-1/02	Chaveiros	229,89
000002592	9609-2/01	Clínicas de estética esilares	229,89
	8711-5/01	Clínicas e residên-cias geriátricas	459,78
	6499-9/01	Clubes de investi-mento	459,78
000000303	9312-3/00	Clubes sociais, es-portivos e similares	ISENTO
	0220-9/03	Coleta de castanha-do-pará em flores-tas nativas	459,78
	0220-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	459,78
	0312-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	459,78
	0311-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	459,78
	0220-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	459,78

	0220-9/99	Coleta de produtos não -madeireiros não especificado anteriormente em florestas nativas	459,78
000003109	3811-4/00	Coleta de resíduos não -perigosos	2.298,92
	3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	2.298,92
	4511-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	686,68
	4511-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	686,68
	4541-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	686,68
	4541-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	686,68
000003007	4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	686,68
	4541-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	686,68
000002961	4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	686,68
000003131	4530-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	574,73
	4637-1/02	Comércio atacadista de açúcar	459,78
000000992	4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral	459,78
	4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	1.379,35
	4623-1/03	Comércio atacadista de algodão	919,57
000002618	4623-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	919,57
	4623-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	919,57
000002907	4649-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	919,57

	4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	919,57
	4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	919,57
	4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	919,57
	4649-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	919,57
	4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	919,57
	4634-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	919,57
	4633-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	919,57
000000915	4635-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	1.379,35
	4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	459,78
	4649-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	459,78
	4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	919,57
	4669-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	919,57
	4623-1/05	Comércio atacadista de cacau *	919,57
	4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão	459,78
	4637-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	459,78
	4643-5/01	Comércio atacadista de calçados	919,57
	4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	919,57
	4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	919,57
	4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	919,57

	4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	919,57
	4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	1.379,35
	4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitados, balas, bombons e sementes	919,57
	4636-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarilhas e charutos	1.379,35
000001220	4674-5/00	Comércio atacadista de cimento	919,57
	4633-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	919,57
	4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	1.379,35
	4681-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	1.379,35
	4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	1.379,35
000003038	4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	919,57
000000187	4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	1.379,35
	4623-1/02	Comércio atacad de couros, lãs, peles e outros subprodutos não -comestíveis de origem animal	919,57
	4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	459,78
000000837	4686-9/02	Comércio atacadista de embalagens	919,57
	3513-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	459,78
000002984	4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	459,78

000003049	4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	919,57
	4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	919,57
	4672-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	919,57
	4649-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	459,78
000003130	4689-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados *	919,57
000000838	4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	919,57
	4636-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	919,57
	4623-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	919,57
	4682-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	1.379,35
000000908	4645-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	459,78
	4649-4/10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	919,57
	4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	919,57
000003015	4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	919,57
	4681-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	1.379,35
	4649-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	919,57
000003129	4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	919,57
	4665-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	919,57
	4663-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	919,57

000000208	4661-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	919,57
000003018	4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	919,57
	4662-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	919,57
	4679-6/02	Comércio atacadista de mármore e granitos	919,57
	4637-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	919,57
000000924	4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	919,57
000000183	4673-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	919,57
	4623-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	919,57
	4623-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	919,57
	4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	1.379,35
	4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	1.379,35
	4692-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	919,57
	4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	919,57

	4693-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	919,57
	4649-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	919,57
	4637-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	919,57
	4669-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	919,57
000003075	4649-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	919,57
	4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	1.379,35
	4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	919,57
000003014	4686-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	459,78
	4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	919,57
000000217	4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	919,57
	4639-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	919,57
	4689-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	919,57
	4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	919,57
	4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	919,57

000002950	4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	919,57
	4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	459,78
	4685-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	919,57
	4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	459,78
000000980	4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	459,78
	4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	459,78
	4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	459,78
	4684-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	459,78
	4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	919,57
	4623-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	459,78
	4623-1/07	Comércio atacadista de sisal	459,78
	4622-2/00	Comércio atacadista de soja	459,78
	4684-2/02	Comércio atacadista de solventes	919,57
	4637-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	919,57
000002970	4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	459,78
	4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos	919,57
000104010	4679-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	919,57
000003111	4679-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	459,78

	4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	919,57
000003083	4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	459,78
000002577	4689-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificado anteriormente *	459,78
	4511-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	919,57
	4511-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	919,57
	4541-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	919,57
	4511-1/06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	919,57
000002637	4530-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	919,57
000002953	4541-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	919,57
	4530-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	919,57
	4511-1/05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	919,57
000002935	4542-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	459,78
000003153	4512-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	459,78
000002987	4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	459,78
	4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades	229,89
000003103	4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições	459,78



000003092	4755-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho	459,78
000000929	4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	459,78
000003097	4755-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	459,78
000000211	4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	459,78
	4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	574,73
000000818	4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	459,78
000000921	4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	459,78
000000811	4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	229,89
000000219	4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	459,78
000000835	4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	459,78
000002965	4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	459,78
000003110	4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	459,78
000003091	4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	459,78
000002985	4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	459,78
000002561	4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	459,78
	4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	459,78
000000819	4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	459,78
000003099	4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	459,78
000002952	4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	574,73
000002624	4782-2/01	Comércio varejista de calçados	459,78
000000813	4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	459,78
000000188	4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	919,57

000002954	4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	459,78
000002980	4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	459,78
000002990	4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	459,78
000002996	4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	686,68
	4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	459,78
000003102	4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	574,73
000000829	4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	459,78
000000984	4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	919,57
000002924	4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	459,78
	4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	229,89
	4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	459,78
000003016	4761-0/01	Comércio varejista de livros	229,89
	4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	919,57
	4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	459,78
	4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	574,73
000002934	4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não anteriormente	574,73
000003033	4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	574,73
000000209	4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	459,78
000003101	4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	459,78
000000192	4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	2.298,92



000002951	4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - mini-mercados, mercearias e armazéns	459,78
000003114	4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	1.149,46
000003134	4754-7/01	Comércio varejista de móveis	459,78
000000839	4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	459,78
000000896	4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não anteriormente	459,78
000000909	4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	229,89
000000824	4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não anteriormente	459,78
	4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento	574,73
000003090	4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	459,78
000000190	4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não anteriormente	459,78
	4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	459,78
000000213	4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	459,78
000000981	4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	459,78
000003060	4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	574,73
000002982	4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	229,89
	4755-5/01	Comércio varejista de tecidos	459,78
000003023	4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	574,73

000002564	4743-1/00	Comércio varejista de vidros	574,73
	4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	459,78
000003084	4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	459,78
000000989	4751-2/00	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	459,78
	4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	459,78
000003040	4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	459,78
000003076	5250-8/01	Comissaria de despachos	459,78
	6435-2/03	Companhias hipotecárias	459,78
000000228	6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	459,78
	6499-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	459,78
	5221-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	459,78
000003017	8112-5/00	Condomínios prediais	229,89
	8711-5/05	Condomínios residenciais para idosos	229,89
000003116	1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	459,78
	1411-8/01	Confecção de roupas íntimas	689,68
	1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	459,78
000000261	1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	459,78
	1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	459,78
	0220-9/06	Conservação de florestas nativas	229,89

	4221-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	459,78
000000174	4120-4/00	Construção de edifícios	459,78
000000053	3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte	459,78
	3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	459,78
000000054	3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	459,78
000000038	4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	459,78
	4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	459,78
	4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	459,78
	4212-0/00	Construção de obras de arte especiais	229,89
000000170	4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	459,78
	4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	459,78
000000173	4211-1/01	Construção de rodovias e ferrovias	459,78
	7319-0/04	Consultoria em publicidade	229,89
000001005	6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	229,89
	6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito	3.448,38
000002630	6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	3.448,38
	6424-7/04	Cooperativas de crédito rural	3.448,38
	1910-1/00	Coquerias	459,78
000003063	6619-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	459,78
000002585	6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	229,89
000003133	6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	229,89
	6612-6/03	Corretoras de câmbio	459,78

	6612-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	459,78
	6612-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	459,78
	6622-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	229,89
	0159-8/02	Criação de animais de estimação	229,89
	0152-1/03	Criação de asininos e muas	229,89
	0155-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	229,89
	0159-8/04	Criação de bicho-da-seda	229,89
	0151-2/01	Criação de bovinos para corte	459,78
	0151-2/02	Criação de bovinos para leite	229,89
	0151-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	459,78
	0152-1/01	Criação de bufalinos	459,78
	0322-1/02	Criação de camarões em água doce	229,89
	0321-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	229,89
	0153-9/01	Criação de caprinos	229,89
	0152-1/02	Criação de equinos	229,89
	0159-8/03	Criação de escargô	229,89
	0155-5/01	Criação de frangos para corte	229,89
	0322-1/06	Criação de jacaré	229,89
	0322-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	229,89
	0321-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	229,89
000000201	0159-8/99	Criação de outros animais não anteriormente	229,89
	0155-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	229,89
	0153-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	229,89
	0322-1/01	Criação de peixes em água doce	229,89
000000008	0321-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	229,89
	0322-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	229,89
	0321-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	229,89
	0154-7/00	Criação de suínos	229,89

	7319-0/01	Criação e montagem de estandes para feiras e exposições	459,78
	0119-9/01	Cultivo de abacaxi	229,89
	0210-1/02	Cultivo de acácia-negra	459,78
	0133-4/01	Cultivo de açaí	229,89
	0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	229,89
	0119-9/02	Cultivo de alho	229,89
	0116-4/01	Cultivo de amendoim	229,89
	0111-3/01	Cultivo de arroz	229,89
	0133-4/02	Cultivo de banana	229,89
	0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa	229,89
	0135-1/00	Cultivo de cacau	229,89
	0134-2/00	Cultivo de café	229,89
	0133-4/03	Cultivo de caju	229,89
	0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	229,89
	0119-9/04	Cultivo de cebola	229,89
	0139-3/01	Cultivo de chá-da-índia	229,89
	0133-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	229,89
	0133-4/05	Cultivo de coco-da-baía	229,89
	0139-3/05	Cultivo de dendê	229,89
	0139-3/02	Cultivo de erva-mate	229,89
	0210-1/05	Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	459,78
	0210-1/01	Cultivo de eucalipto	459,78
	0119-9/05	Cultivo de feijão	229,89
	0133-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não anteriormente	229,89
	0114-8/00	Cultivo de fumo	229,89
	0116-4/02	Cultivo de girassol	229,89
	0133-4/06	Cultivo de guaraná	229,89
	0112-1/02	Cultivo de juta	229,89
	0131-8/00	Cultivo de laranja	229,89
	0133-4/07	Cultivo de maçã	229,89
	0133-4/08	Cultivo de mamão	229,89
	0116-4/03	Cultivo de mamona	229,89
	0119-9/06	Cultivo de mandioca	229,89
	0133-4/10	Cultivo de manga	229,89
	0133-4/09	Cultivo de maracujá	229,89
	0119-9/08	Cultivo de melancia	229,89
	0119-9/07	Cultivo de melão	229,89
	0111-3/02	Cultivo de milho	229,89
	0121-1/02	Cultivo de morango	229,89
	0210-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	459,78

	0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificada anteriormente	229,89
	0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não anteriormente	229,89
	0139-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não anteriormente	229,89
	0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	229,89
	0111-3/99	Cultivo de outros cereais não anteriormente	229,89
	0133-4/11	Cultivo de pêssego	229,89
	0139-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	229,89
	0210-1/03	Cultivo de pinus	459,78
	0139-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	229,89
	0139-3/06	Cultivo de seringueira	229,89
	0115-6/00	Cultivo de soja	229,89
	0210-1/04	Cultivo de teca	229,89
	0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	229,89
	0111-3/03	Cultivo de trigo	229,89
	0132-6/00	Cultivo de uva	229,89
	0322-1/99	Cultivos e semicultivos da aquícultura em água doce não anteriormente	229,89
	0321-3/99	Cultivos e semicultivos da aquícultura em água salgada e salobra não anteriormente	229,89
	3211-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	459,78
	8599-6/02	Cursos de pilotagem	459,78
000003010	8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos	459,78
000000086	1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	1.149,46
000000286	7410-2/02	Decoração de interiores	229,89
000000159	2399-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	229,89
	8422-1/00	Defesa	ISENTO
	8425-6/00	Defesa Civil	ISENTO

000001053	4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	459,78
000000278	5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	229,89
	3900-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	2.298,92
000002973	6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	459,78
000002960	6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	459,78
000002959	6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	459,78
	7410-2/01	Design	459,78
000000329	9329-8/01	Discotecas, dançeterias, salões de dança e similares	1.149,46
000000876	5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	919,57
	3600-6/02	Distribuição de água por caminhões	459,78
000000178	3520-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	2.298,92
000000177	3514-0/00	Distribuição de energia elétrica	2.298,92
	6612-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	459,78
000002265	5819-1/00	Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	229,89
000000152	5812-3/00	Edição de jornais	229,89
	5811-5/00	Edição de livros	229,89
	5813-1/00	Edição de revistas	229,89
	5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos	229,89
	5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	229,89
000003013	5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros	229,89
	5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	229,89
000003093	8511-2/00	Educação infantil - creche	459,78

000000884	8512-1/00	Educação infantil - pré-escola	459,78
000002944	8541-4/00	Educação profissional de nível técnico	459,78
	8542-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	459,78
000002949	8531-7/00	Educação superior - graduação	1.149,46
	8532-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	1.149,46
	8533-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	1.149,46
	2019-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares	1.149,46
	8299-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e	229,89
000001759	8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	459,78
	8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	459,78
	8592-9/01	Ensino de dança	459,78
000002636	8591-1/00	Ensino de esportes	459,78
000000885	8593-7/00	Ensino de idiomas	459,78
000000893	8592-9/03	Ensino de música	459,78
000002999	8513-9/00	Ensino fundamental	459,78
000002937	8520-1/00	Ensino médio	1.149,46
	8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	459,78
	7490-1/02	Escafandria e mergulho	459,78
000000919	5223-1/00	Estacionamento de veículos	459,78
000000897	1340-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	459,78
	5911-1/01	Estúdios cinematográficos	1.149,46
	9200-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	1.149,46
	9329-8/02	Exploração de boliches	459,78
	9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificamente anteriormente	1.149,46
	9329-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	459,78
000002946	9329-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	1.149,46
	9609-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	1.149,46

	0899-1/03	Extração de amianto	1.149,46
	0810-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	1.149,46
000003143	0810-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	1.149,46
000000010	0810-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	1.149,46
	0810-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	1.149,46
	0810-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	1.149,46
000000009	0500-3/01	Extração de carvão mineral	1.149,46
	0893-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	1.149,46
	0810-0/05	Extração de gesso e caulim	1.149,46
	0899-1/01	Extração de grafita	1.149,46
	0810-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	1.149,46
	0220-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	459,78
000000007	0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	459,78
	0810-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	1.149,46
	0891-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	1.149,46
000000014	0725-1/00	Extração de minerais radioativos	1.149,46
	0721-9/01	Extração de minério de alumínio	1.149,46
	0722-7/01	Extração de minério de estanho	1.149,46
	0710-3/01	Extração de minério de ferro	1.149,46
	0723-5/01	Extração de minério de manganês	1.149,46
	0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos	1.149,46
	0729-4/03	Extração de minério de níquel	1.149,46
	0729-4/02	Extração de minério de tungstênio	1.149,46
000000013	0729-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos NÃO - ferrosos não anteriormente	1.149,46

	0729-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	1.149,46
000000011	0899-1/99	Extração de outros minerais não metálicos não anteriormente	1.149,46
	0600-0/01	Extração de petróleo e gás natural	1.149,46
	0899-1/02	Extração de quartzo	1.149,46
	0810-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	1.149,46
	0892-4/01	Extração de sal marinho	1.149,46
	0892-4/02	Extração de salgema	1.149,46
	0600-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	1.149,46
	0600-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	1.149,46
000000403	0810-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiam associado	1.149,46
	2399-1/02	Fabricação de abrasivos	1.149,46
	1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	1.149,46
	1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	459,78
000000136	1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	1.149,46
	1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	1.149,46
	1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	1.149,46
000001960	2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	1.149,46
000002995	2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	1.149,46
	1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	919,57
000000099	2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	1.149,46
	3041-5/00	Fabricação de aeronaves	1.149,46
	1111-9/01	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	1.149,46
000003144	1121-6/00	Fabricação de águas envasadas	1.149,46
000000141	1931-4/00	Fabricação de álcool	1.149,46
000000951	1096-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	459,78



000000140	1066-0/00	Fabricação de alimentos para animais	919,57
	1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	919,57
000003034	2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	1.149,46
	2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não -industrial	1.149,46
	2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	1.149,46
	2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	1.149,46
	2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	1.149,46
000000157	3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	1.149,46
000000156	3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	1.149,46
000000040	2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	1.149,46
	2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletro-médicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	1.149,46
000000158	2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	1.149,46
000000042	2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	1.149,46

	2550-1/02	Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições	1.149,46
000000084	2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificamente anteriormente	689,68
000000015	2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	1.149,46
000000021	2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	1.149,46
	1353-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	1.149,46
000000089	1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	574,73
	2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	1.146,46
	3211-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	1.149,46
	2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	459,78
	2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	459,78
000000110	2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	459,78
000000109	2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	459,78
	1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	459,78
	1352-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	1.149,46
	3250-7/08	Fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odontológico-hospitalar	459,78
000000065	1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	459,78

000000064	1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	459,78
	3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	1.149,46
000000123	1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	459,78
	2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	1.149,46
	2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	1.149,46
000002916	2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	1.149,46
000000023	2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro	1.149,46
000003117	1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	459,78
	3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos	1.149,46
000000088	1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	574,73
	2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	1.149,46
	2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	1.149,46
	3299-0/05	Fabricação de aviamentos para costura	459,78
000000017	2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	1.149,46
	2949-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	459,78
	2722-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	1.149,46
	1122-4/04	Fabricação de Bebidas Isotônicas	1.149,46
	3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não -motorizados, peças e acessórios	1.149,46
	3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	1.149,46
	1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	1.149,46
	1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	919,57

	2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	1.149,46
	2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	1.149,46
000000019	2392-3/00	Fabricação de cal e gesso	1.149,46
	1531-9/01	Fabricação de calçados de couro	459,78
000000126	1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	919,57
	1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	459,78
	2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	1.149,46
	2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	1.149,46
000000114	3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	459,78
000000055	2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	1.149,46
000000076	1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	459,78
000000344	1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	459,78
	2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	459,78
	2094-1/00	Fabricação de catalisadores	1.149,46
000000074	1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	459,78
000000144	1113-5/02	Fabricação de cervejas e chopes	1.149,46
	1122-4/02	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	919,57
	1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	459,78
	2099-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	459,78
	2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	1.149,46



000000150	1220-4/02	Fabricação de cigar- rilhas e charutos	1.149,46
000000149	1220-4/01	Fabricação de cigarros	1.149,46
000000022	2320-6/00	Fabricação de cimento	1.149,46
	2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	1.149,46
000000069	3104-7/00	Fabricação de colchões	689,68
	2610-8/00	Fabricação de componentes ele- trônicos	1.149,46
	2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios	1.149,46
	2814-3/01	Fabricação de com- pressores para uso industrial, peças e acessórios	1.149,46
000000131	1031-7/00	Fabricação de con- servas de frutas	689,68
	1032-5/99	Fabricação de con- servas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	689,68
000002958	1032-5/01	Fabricação de con- servas de palmito	689,68
	1020-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	689,68
000000104	2063-1/00	Fabricação de cos- méticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	1.149,46
000000035	2652-3/00	Fabricação de cro- nômetros e relógios	1.149,46
	2051-7/00	Fabricação de de- fensivos agrícolas	1.149,46
	2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	1.149,46
	2033-9/00	Fabricação de elas- tômeros	1.149,46
	2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isola- dores	1.149,46
	1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel- cartão	459,78
000000112	2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	459,78
	1731-1/00	Fabricação de em- balagens de papel	459,78
	2312-5/00	Fabricação de em- balagens de vidro	1.149,46
	2591-8/00	Fabricação de em- balagens metálicas	1.149,46

	2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	1.149,46
000003140	2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	1.149,46
	2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	1.149,46
	3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados ante- riormente	1.149,46
	3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	1.149,46
	2670-1/01	Fabricação de equipamentos e ins- trumentos ópticos, peças e acessórios	1.149,46
	2812-7/00	Fabricação de equi- pamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	1.149,46
	2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	689,67
000003035	2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	1.149,46
	2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	1.149,46
000000161	3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	1.149,46
	1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condi- mentos	689,68
000000061	1622-6/02	Fabricação de esquadrias de ma- deira e de peças de madeira para insta- lações industriais e comerciais	459,78
	2512-8/00	Fabricação de es- quadrias de metal	1.149,46
000000028	2511-0/00	Fabricação de estru- turas metálicas	1.149,46
	2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-mol- dadas de concreto armado, em série e sob encomenda	459,78

	2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	459,78
	1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	919,57
	1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	919,57
	1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	919,57
	2543-8/00	Fabricação de ferramentas	1.149,46
000000077	2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	1.149,46
	1220-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	1.149,46
000000920	2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	1.149,46
	2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	1.149,46
000003011	1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	229,89
	2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não -elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	1.149,46
	2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	1.149,46
	1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	459,78
	1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	1.149,46
	2014-2/00	Fabricação de gases industriais	1.149,46
	1099-6/04	Fabricação de gelo comum	459,78
	2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	1.149,46
	3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas esimilares	1.149,46
	2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	1.149,46

	3250-7/01	Fabricação de instrumentos não -eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	1.149,46
000000160	3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	1.149,46
	2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	1.149,46
	2022-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	459,78
	3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	1.149,46
000000108	2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	459,78
	2740-6/01	Fabricação de lâmpadas	1.149,46
	1052-0/00	Fabricação de laticínios	919,57
000003115	3299-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	229,89
	1314-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	459,78
	3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	1.149,46
000000039	2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	1.149,46
000000062	1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	689,68
	1113-5/01	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	1.149,46
	2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não -eletrônicos para escritório, peças e acessórios	1.149,46
000000958	2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	1.149,46

	2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	689,67
	2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	1.149,46
	2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	1.149,46
	2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	1.149,46
	2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	1.149,46
	2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	1.149,46
	2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	1.149,46
	2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	1.149,46
	2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	689,67
000104002	2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	1.149,46

	2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	1.149,46
000002978	2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	1.149,46
	2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	1.149,46
	2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	1.149,46
	1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não - comestíveis de animais	919,57
	2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	1.149,40
000000139	1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias	919,57
	3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	1.149,46
	2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	1.149,46
	2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	1.149,46
	2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	1.149,46
	2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	1.149,46
	2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para o uso humano	1.149,46
	2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	1.149,46
000000102	2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	1.149,46
	1421-5/00	Fabricação de meias	459,78

	3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	459,78
	3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	459,78
	2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	1.149,46
	3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	1.149,46
	3091-1/00	Fabricação de Motocicletas, peças e acessórios	1.149,46
	3091-1/01	Fabricação de Motocicletas	1.149,46
	3091-1/02	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	1.149,46
	2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	1.149,46
	2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	1.149,46
	2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	1.149,46
	2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	1.149,46
000000068	3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	459,78
000000071	3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	459,78
000000111	3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	459,78
	2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	1.149,46
	1065-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	919,57
	1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	919,57
000000095	1041-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	919,57
	1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	919,57

	1111-9/02	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	1.149,46
000000145	1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não alcoólicas não especificadas anteriormente	1.149,46
000000959	2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	1.149,46
	2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	1.149,46
000000083	2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	1.149,46
	2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	1.149,46
000000018	2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	1.149,46
	1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	459,78
000000163	3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	1.149,46
000002957	2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	1.149,46
000000129	1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não anteriormente	919,57
000000032	2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	1.149,46

	2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não -metálicos não especificados anteriormente	1.149,46
	1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	1.149,46
	1220-4/99	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarilhas e charutos	1.149,46
000000100	2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	1.149,46
000001118	2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	1.149,46
000000121	1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	459,78
000000991	3299-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	1.149,46
000000075	1721-4/00	Fabricação de papel	459,78
	1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	459,78
	2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	1.149,46
	2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	1.149,46
	2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	1.149,46
	2942-5/00	Fabricação de peças e acessór. para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	1.149,46
	3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	1.149,46
	2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	1.149,46

	2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	1.149,46
000000080	2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	689,68
000000094	2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	1.149,46
	1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios	919,57
	2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	1.149,46
	1082-1/00	Fabricação de produtos à base de café	689,68
	2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não -refratários não especificados anteriormente	1.149,46
	2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	1.149,46
	1013-9/01	Fabricação de produtos de carne	919,57
000000097	2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	1.149,46
000000104	1091-1/00	Fabricação de produtos de panificação	689,68
	1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	459,78
	1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso industrial, comercial e de escritório	459,78
	1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	459,78
	2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	1.149,46
	2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	1.149,46

000000137	1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	1.149,46
000000025	3299-0/99	Fabricação de produtos diversos não anteriormente	1.149,46
	1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz	229,89
000000092	1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	1.149,46
	2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	1.149,46
	1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	1.149,46
	2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	1.149,46
000000091	2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	1.149,46
	1122-4/03	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	1.149,46
	1122-4/01	Fabricação de refrigerantes	1.149,46
	2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas	1.149,46
	2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	1.149,46
	2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	1.149,46
	3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	459,78
000000105	2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	1.149,46
000000809	1053-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	919,57
000000096	1033-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	1.149,46
	1033-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	1.149,46
	2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	1.149,46
000000120	1330-8/00	Fabricação de tecidos de malha	686,68

	1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	459,78
	1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	919,57
	2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão	1.149,46
	2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	1.149,46
	2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	1.149,46
	2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	1.149,46
000000036	2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	689,67
000000113	2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	459,78
	3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	1.149,46
	2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	1.149,46
	3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	1.149,46
	2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	1.149,46
	1099-6/01	Fabricação de vinagres	919,57
000000142	1112-7/00	Fabricação de vinho	1.149,46
000001913	1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	459,78
000003118	1411-8/02	Facção de roupas íntimas	689,68
	1413-4/03	Facção de roupas profissionais	459,78
000000117	1313-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	459,78
000002616	7420-0/04	Filmagem de festas e eventos	459,78
000000003	0122-9/00	Floricultura	459,78
000002583	8599-6/01	Formação de condutores	459,78
	1922-5/01	Formulação de combustíveis	459,78



	5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	459,78
	5620-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	459,78
	7830-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	229,89
000002931	8219-9/01	Fotocópias	229,89
	1011-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	1.149,46
	1011-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	1.149,46
	1011-2/02	Frigorífico - abate de eqüinos	1.149,46
	1011-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	1.149,46
	1012-1/03	Frigorífico - abate de suínos	1.149,46
	2451-2/00	Fundição de ferro e aço	1.149,46
	2452-1/00	Fundição de metais não -ferrosos e suas ligas	1.149,46
	6499-9/03	Fundo garantidor de crédito	459,78
	6470-1/03	Fundos de investimento imobiliários	689,68
	6470-1/02	Fundos de investimento previdenciários	ISENTO
	6470-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	689,68
	3511-5/00	Geração de energia elétrica	2.298,92
000003003	7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	459,78
000001113	9003-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	229,89
000003151	9311-5/00	Gestão de instalações de esportes	459,78
000002112	3701-1/00	Gestão de redes de esgoto	2.298,92
	6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária*	689,68
	9603-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	689,68
000001090	5211-7/02	Guarda-móveis	229,89
	6462-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	459,78
000003098	6461-1/00	Holdings de instituições financeiras	459,78

	0121-1/01	Horticultura, exceto morango	229,89
000002939	5510-8/01	Hotéis	689,68
	4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	459,78
	1811-3/01	Impressão de jornais	229,89
000002572	1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	229,89
	1812-1/00	Impressão de material de segurança	229,89
000000153	1813-0/99	Impressão de material para outros usos	229,89
	1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	229,89
000003106	8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	689,68
000000229	4110-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	459,78
	4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre	459,78
	3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	459,78
000002099	3329-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	459,78
	4329-1/01	Instalação de painéis publicitários	459,78
000003055	4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	459,78
000002573	4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	459,78
000003088	4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	459,78
	4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria	459,78
	4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	459,78
000002988	4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	229,89



	8711-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	ISENTO
	8423-0/00	Justiça	ISENTO
	8640-2/02	Laboratórios clínicos	459,78
	8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	459,78
000000874	7420-0/03	Laboratórios fotográficos	229,89
000002922	5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	574,73
	3211-6/01	Lapidação de gemas	459,78
000000862	9601-7/01	Lavanderias	229,89
000001168	8299-7/04	Leiloeiros independentes	229,89
000003108	8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	229,89
	7719-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	344,84
000002955	7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	344,84
	7719-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	344,84
000104004	7820-5/00	Locação de mão-de-obra temporária	344,84
000002283	7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	459,78
000000195	4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines	1.149,46
000002967	4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	459,78
	4713-0/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	459,78
	6810-2/03	Loteamento de imóveis próprios	459,78
	3316-3/02	Manutenção de aeronaves na pista *	229,89
000000975	4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	229,89
000003089	4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	229,89
	3316-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	229,89
000003037	3312-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	229,89

000002921	3312-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	229,89
	3313-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	229,89
000003032	3314-7/04	Manutenção e reparação de compressores	229,89
	3317-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	229,89
	3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	229,89
	3314-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	229,89
	3312-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	229,89
	3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	229,89
	3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	229,89
	3312-1/01	Manutenção e reparação de equipamentos transmissores de comunicação	229,89
	3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	229,89
	3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	229,89
	3314-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	229,89

	3314-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	229,89
	3314-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	229,89
000002229	3314-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	229,89
	3314-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	229,89
	3314-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	229,89
	3314-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	229,89
	3314-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	229,89
000000351	3314-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	229,89
	3314-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	229,89
	3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	229,89
	3314-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	229,89

	3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	229,89
000002258	3313-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificadamente anteriormente	229,89
000001919	3314-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	229,89
000002164	3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	229,89
	4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	229,89
000000037	3314-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	229,89
	3311-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	229,89
	3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	229,89
	3314-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	229,89
	3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	229,89
	3315-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	229,89
	7319-0/03	Marketing direto	229,89
000000133	1011-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato - exceto abate de suínos	1.149,46
	1012-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	1.149,46
	8299-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	459,78
	2449-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não anteriormente	1.149,46
	2443-1/00	Metalurgia do cobre	1.149,46
	2532-2/02	Metalurgia do pó	1.149,46

	2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	1.149,46
	1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	689,68
	1069-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal NÃO especificados anteriormente	689,68
000000171	4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas	459,78
	4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	459,78
	4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	459,78
000001076	5510-8/03	Motéis	1.149,46
	5030-1/01	Navegação de apoio marítimo	459,78
	5030-1/02	Navegação de apoio portuário	459,78
000003072	4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	459,78
000002915	4399-1/03	Obras de alvenaria	459,78
	4391-6/00	Obras de fundações	459,78
	4222-7/02	Obras de irrigação	459,78
	4292-8/02	Obras de montagem industrial	459,78
000002449	4313-4/00	Obras de terraplenagem	459,78
000003021	4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	459,78
000000169	4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	459,78
	5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	459,78
	5231-1/02	Operações de terminais	459,78
	5250-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM	459,78
	6619-3/05	Operadoras de cartões de débito	459,78
	6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	459,78
	6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	459,78
	6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	459,78
	7912-1/00	Operadores turísticos	459,78

000006297	8730-1/01	Orfanatos	ISENTO
	9900-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	ISENTO
000003086	4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	459,78
000000840	4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	459,78
000003135	5250-8/04	Organização logística do transporte de carga	459,78
000001134	6619-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	459,78
	5229-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não anteriormente	229,89
000000941	8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	459,78
000003002	8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	459,78
000002609	6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	459,78
000000324	7319-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	344,84
000000836	9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	459,78
000002600	6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	459,78
000003062	9609-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificados anteriormente	229,89
000000154	8299-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empres. não especificadas anteriormente	229,89
000003141	6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	1.149,46

000000265	9602-5/02	Outras atividades de tratamento de beleza	229,89
000000888	9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	459,78
000002620	7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	229,89
000003057	4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção	459,78
000001054	4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não anteriormente	459,78
000003008	4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não anteriormente	459,78
000003077	6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	459,78
	5590-6/99	Outros alojamentos não anteriormente	459,78
000002474	4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não anteriormente	229,89
	1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	459,78
000001133	5112-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros	574,73
	5099-8/99	Outros transportes aquaviários não anteriormente	459,78
	4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não anteriormente	1.149,46
000002979	4721-1/01	Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	689,68
	4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	689,68
000001098	9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	459,78
000000831	4722-9/02	Peixaria	229,89
	0710-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	1.149,46
000001077	5590-6/03	Pensões (alojamento)	459,78
	4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água	459,78

000000168	4312-6/00	Perfurações e sondagens	459,78
000001164	6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	229,89
	0312-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	229,89
	0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	229,89
	0312-4/01	Pesca de peixes em água doce	229,89
	0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada	229,89
	7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	459,78
	7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	459,78
	7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	229,89
000003020	4211-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	459,78
000001193	6511-1/02	Planos de auxílio-funeral	689,68
000001044	6550-2/00	Planos de saúde	459,78
000003024	6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	459,78
000003022	4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	459,78
000003071	8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não anteriormente	229,89
000003146	2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	459,78
	1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate	919,57
000000135	1051-1/00	Preparação do leite	229,89
	1311-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	459,78
	1312-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	459,78
000000134	1020-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	689,68
	6542-1/00	Previdência complementar aberta	459,78
	6541-3/00	Previdência complementar fechada	459,78

000000148	1210-7/00	Processamento industrial do fumo	1.149,46
	2441-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	1.149,46
000000913	2424-5/01	Produção de arames de aço	1.146,46
	2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	1.149,46
	0220-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	459,78
000000006	0210-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	459,78
	0210-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	459,78
000000982	9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	229,89
	9001-9/03	Produção de espetáculos de dança	229,89
	9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	459,78
	2411-3/00	Produção de ferro-gusa	1.149,46
	2412-1/00	Produção de ferro-ligas	1.149,46
000003046	5911-1/02	Produção de filmes para publicidade	1.149,46
	2531-4/01	Produção de forjados de aço	1.149,46
	2531-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	1.149,46
	3520-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural	2.298,92
	2441-5/02	Produção de laminados de alumínio	1.149,46
	2449-1/02	Produção de laminados de zinco	1.149,46
	2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	1.149,46
	2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	1.149,46
	2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	1.149,46
	0142-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	459,78
	2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	1.149,46
	0155-5/05	Produção de ovos	229,89

	0155-5/02	Produção de pintos de um dia	229,89
	0210-1/99	Produção de produtos não -madeiros não específicos. Anteriormente em florestas plantadas	459,78
	2424-5/02	Produção de laminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	1.149,46
	0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	459,78
	0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	459,78
	2421-1/00	Produção de semi-acabados de aço	1.149,46
	2449-1/03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	1.149,46
000003139	2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura	1.149,46
	2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	1.149,46
	2449-1/01	Produção de zinco em formas primárias	1.149,46
	3530-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	1.149,46
000002913	9319-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	459,78
000104008	9001-9/02	Produção musical	459,78
	9001-9/01	Produção teatral	229,89
000001001	6022-5/01	Programadoras	229,89
000003136	7319-0/02	Promoção de vendas	229,89
000002607	6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	459,78
	6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	459,78
	0322-1/05	Ranicultura	229,89
	4751-2/02	Recarga de Cartuchos para equipamentos de informática	229,89
	2722-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	229,89
000001121	2950-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	229,89
	3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	1.149,46

000001056	3839-4/99	Recuperação de materiais não anteriormente	459,78
000000858	3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos	459,78
	0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	459,78
000001122	2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados	229,89
	8412-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	229,89
000001215	8413-2/00	Regulação das atividades econômicas	229,89
	8421-3/00	Relações exteriores	459,78
000000249	9529-1/05	Reparação de artigos do mobiliário	229,89
000000255	9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	229,89
000000256	9529-1/01	Reparação de calçados, de bolsas e artigos de viagem*	229,89
000000258	9529-1/06	Reparação de jóias	229,89
	9529-1/03	Reparação de relógios	229,89
000002964	9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	229,89
000000043	9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	229,89
000000247	9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	229,89
000002176	9529-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	229,89
	6619-3/03	Representações de bancos estrangeiros	459,78
	4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	229,89
000003095	4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	229,89

000104006	4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odontológico-hospitalares	229,89
	4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	229,89
	4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	229,89
000104005	4614-1/00	Represent. comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipam., embarcações e aeronaves	229,89
	4611-7/00	Represent. comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	229,89
	4618-4/01	Represent. comerciais e agentes do comércio de medicam., cosméticos e produtos de perfumaria	229,89
000001080	4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	229,89
	4542-1/01	Represent. comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	229,89
	4530-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	229,89
000002614	4617-6/00	Represent. comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	229,89
	4616-8/00	Represent.antes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	229,89



	4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	229,89
	1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	459,78
000002356	1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	459,78
000003031	1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	459,78
	1922-5/02	Rerrefino de óleos lubrificantes	1.149,46
	6530-8/00	Resseguros	1.724,19
	9002-7/02	Restauração de obras-de-arte	229,89
	9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	ISENTO
000000346	5611-2/01	Restaurantes e similares	574,73
000003094	8299-7/07	Salas de acesso à internet	344,84
	6492-1/00	Securitização de créditos	459,78
	8424-8/00	Segurança e ordem pública	ISENTO
	8430-2/00	Seguridade social obrigatória	459,78
000000224	6512-0/00	Seguros não-vida	459,78
	6511-1/01	Seguros de vida	459,78
	6520-1/00	Seguros-saúde	459,78
000003126	7810-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	229,89
000000060	1610-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira	459,78
	1610-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira	459,78
	2599-3/02	Serviços de corte e dobra de metais	459,78
	0162-8/01	Serviço de inseminação artificial de animais *	229,89
	3250-7/09	Serviço de Laboratório Ópticos	459,78
	0162-8/03	Serviço de manejo de animais	229,89
000001814	0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	229,89
	0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	229,89
	0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	229,89
000001219	4923-0/01	Serviço de táxi	459,78

000001184	5112-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	574,73
	0162-8/02	Serviço de tosquia-mento de ovinos	459,78
000002632	4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	459,78
	6120-5/02	Serviço móvel especializado - SME	459,78
000000976	6911-7/01	Serviços advocatícios	229,89
000000970	5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	459,78
000001214	8550-3/02	Serviços auxiliares à educação	459,78
000000949	8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	229,89
000003065	8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	229,89
000000904	1822-9/00	Serviços de acabamentos gráficos	229,89
	1822-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	229,89
	8011-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	229,89
	7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	229,89
	5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	459,78
	4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	229,89
	5229-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	459,78
000001872	7111-1/00	Serviços de arquitetura	229,89
	8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	ISENTO
	8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	459,78
	4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	229,89
	4520-0/08	Serviços de capotaria	229,89
	7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	229,89



000003081	6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SMC	1.149,46
000002111	2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	459,78
000001192	9603-3/02	Serviços de cremação	459,78
000000326	7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	229,89
	8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	459,78
	8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	459,78
	8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	459,78
	8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	459,78
	8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	459,78
	5912-0/01	Serviços de dublagem	459,78
	1822-9/01	Serviços de encadernação e plastificação	229,89
000002929	7112-0/00	Serviços de engenharia	229,89
000003069	5320-2/02	Serviços de entrega rápida	459,78
000001191	9603-3/04	Serviços de funerárias	459,78
000001126	8299-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	229,89
	8640-2/12	Serviços de hemoterapia	459,78
000000927	4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	229,89
000002484	4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	229,89
000002599	4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	229,89

	8299-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	459,78
	6619-3/01	Serviços de liquidação e custódia	459,78
	8640-2/13	Serviços de litotripsia	459,78
	5320-2/01	Serviços de malote	689,68
000001404	4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	229,89
000000254	4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	229,89
	7420-0/05	Serviços de microfilagem	459,78
	5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	459,78
000001433	3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	229,89
000002976	4399-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	459,78
000003096	8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	229,89
	7119-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	229,89
000001500	4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	459,78
000003012	1821-1/00	Serviços de pré-impressão	229,89
	4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não anteriormente	459,78
000001026	3250-7/06	Serviços de prótese dentária	459,78
	8640-2/10	Serviços de quimioterapia	459,78
	8640-2/11	Serviços de radioterapia	459,78
000001213	5229-0/02	Serviços de reboque de veículos	459,78
	6110-8/02	Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT	1.149,46
	8622-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	459,78

	7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	459,78
	8640-2/06	Serviços de ressonância magnética	459,78
	9603-3/03	Serviços de sepultamento	459,78
	9603-3/05	Serviços de somato-conservação	459,78
	6110-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	1.149,46
000001322	6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	1.149,46
	6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	1.149,46
	8640-2/04	Serviços de tomografia	459,78
000002389	7490-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares	459,78
000003064	2539-0/00	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	229,89
	2539-0/01	Serviços de Usinagem, tornearia e solda	229,89
	2539-0/02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	229,89
	8630-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	459,78
000001223	9700-5/00	Serviços domésticos	229,89
000000950	4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	459,78
	8621-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	459,78
000000225	6450-6/00	Sociedades de capitalização	1.724,19
	6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	459,78
000001150	6435-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	1.724,19
	6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	1.424,19
000000903	6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	459,78
	6499-9/02	Sociedades de investimento	3.448,38

000002956	6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	229,89
	4729-6/01	Tabacaria	459,78
	1321-9/00	Tecelagem de fios de algodão	686,68
000000119	1323-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	689,68
000000122	1322-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	689,68
	6130-2/00	Telecomunicações por satélite	1.149,46
	6120-5/01	Telefonia móvel celular	1.149,46
	5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	459,78
	7120-1/00	Testes e análises técnicas	459,78
	9601-7/02	Tinturarias	458,78
	9601-7/03	Toalheiros	229,89
	1081-3/02	Torrefação e moagem de café	689,68
	3512-3/00	Transmissão de energia elétrica	2.298,92
000000237	5120-0/00	Transporte aéreo de carga	574,73
	5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	574,73
	5099-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	459,78
000003148	4940-0/00	Transporte dutoviário	459,78
000002941	4924-8/00	Transporte escolar	459,78
	5130-7/00	Transporte espacial	459,78
000001153	4911-6/00	Transporte ferroviário de carga	574,73
	4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	574,73
	4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	574,73
	5011-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	459,78
	5011-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	459,78
	5012-2/01	Transporte marítimo de longo curso - Carga	459,78
	5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	459,78
	4912-4/03	Transporte metroviário	459,78

	5091-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	459,78
	5091-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	459,78
	5021-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	459,78
	5021-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	459,78
	5022-0/02	Transporte por naveg. interior de passageiros em linhas regulares, intermun., interestadual e internac., exceto travessia	459,78
	5022-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	459,78
	4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	1.149,46
	4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	1.149,46
	4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	1.149,46
	4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	1.149,46
	4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	1.149,46
000000234	4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	1149,46

	4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	1.149,46
000002992	4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	574,73
000002991	4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	574,73
000003067	4930-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	1.149,46
000002993	4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	574,73
000002994	6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	1.149,46
	3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não -perigosos	2.298,92
	3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	2.298,92
	4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	229,89
000003082	8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	459,78
000003137	8599-6/03	Treinamento em informática	459,78
	4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e	459,78
	3839-4/01	Usinas de compostagem	229,89
	8621-6/01	UTI móvel	459,78

**DECRETO Nº 1.734, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.734, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

SOLO CRIADO. Revoga Decreto nº 1.712, de 01 de outubro de 2014, que da nova redação ao artigo 4º do Decreto nº 1.443, de 29 de outubro de 2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, no uso de suas atribuições, No uso das atribuições legais, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 1.712, de 01 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos anteriores.

Palhoça, em 12 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 1.735, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.735, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

TRIBUTOS. Atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso das atribuições que lhe confere o artigo 433 da Lei Complementar n. 18, de 30 de dezembro de 2002, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica autorizado a aplicar a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC apurada nos últimos doze meses (outubro/2013 a outubro/2014), de 6,34 % (seis vírgula trinta e quatro por cento) sobre todos os lançamentos tributários, para exercício de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 13 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ÍNDICE DO INPC - IBGE				
Mês	Do mês	Índice acumulado do Ano	INPC Acumulado dos últimos 12 meses	Numero índice acumulado apartir de jan/93
out/13	0,61	4,2451	5,5836	1.002,74
nov/13	0,54	4,808	5,5836	1.008,16
dez/13	0,72	5,5627	5,5627	1.015,41
jan/14	0,63	0,63	5,2593	1.021,81
fev/14	0,64	1,274	5,385	1.028,35
mar/14	0,82	2,1045	5,6154	1.036,78
abr/14	0,78	2,9009	5,8149	1.044,87
mai/14	0,6	3,5183	6,0786	1.051,14
jun/14	0,26	3,7874	6,0574	1.053,87
jul/14	0,13	3,9224	6,3335	1.055,24
ago/14	0,18	4,1094	6,3547	1.057,14
set/14	0,49	4,6196	6,5881	1.062,32
out/14	0,38	5,0171	6,3444	1.066,36

### **DECRETO Nº 1.736, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.736, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal vigente do Fundo Municipal de Saúde, na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.143- Vigilância em Saúde R\$ 20.000,00

Red. 502 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.240623 - Sup. Finan. - Prog. Dst/Aids R\$ 20.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.143- Vigilância em Saúde R\$ 20.000,00

Red. 503 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03. 240623 - Sup. Finan. - Prog. Dst/Aids R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 13 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 1.737, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.737, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma atividade.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

16.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

2.010- Contribuição Tributária e Contributivas R\$ 600.000,00

Suplementa

275 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1000142 - Aplicações Diretas  
R\$ 600.000,00

Anula

276 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1160157 - Aplicações Diretas  
R\$ 600.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 13 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.738, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.738, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação do orçamento fiscal da Prefeitura para o exercício de 2014, na ordem de 180.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 180.000,00, (cento e oitenta mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.165 - Functo e Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 100.000,00

327 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

24.00 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO ESP.E CULTURA

24.01 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO ESP.E CULTURA

1.196 - Reforma do Ginásio Garanguejão R\$ 80.000,00

266 4.4.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotação orçamentária abaixo:

25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL

25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL

2.114 - Functo e Manut.da Secretaria da Região Sul R\$ 180.000,00

318 4.4.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 13 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.739, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.739, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Dispõe sobre o encerramento do Exercício Financeiro e Orçamentário do Município de Palhoça para 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
O Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei, Orgânica do Município de Palhoça,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o dia 12 de dezembro de 2014, como prazo final para realização e respectivo empenhamento das despesas da Prefeitura Municipal, das Fundações, das Autarquias, e dos Fundos para o exercício corrente.

Parágrafo único. Excetuam-se desta data limite as despesas referentes a folha de pagamento, os encargos sociais e trabalhistas, os

contratos da dívida fundada, as originárias do consumo de energia elétrica, telefonia e outras despesas eventuais de ajustes das despesas com saúde e educação, desde que devidamente justificadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º Fica suspenso a partir do dia 28 de novembro deste exercício a solicitação, concessão e a emissão do respectivo empenho referente a despesas com adiantamentos, subvenções sociais, diárias e passagens.

Parágrafo único. Nenhum adiantamento será concedido após o dia 30 de novembro de 2014, e a prestação de contas dos conselhos comunitários referente a última parcela recebida, com aplicação da despesa no mês de dezembro de 2014, deverão ser entregues no departamento de contabilidade até o dia 15 de janeiro de 2014.

Art. 3º Todas as despesas realizadas neste exercício, juntamente com os respectivos documentos fiscais, devem ser encaminhados até o dia 15 de dezembro de 2014 à Secretaria Municipal Finanças, para devida análise e liquidação.

Art. 4º Os empenhos referentes ao exercício de 2014, cujas despesas não foram efetivamente realizadas devem ser anulados, impreterivelmente até o dia 17 de dezembro de 2014.

Art. 5º Serão reempenhadas automaticamente somente as despesas contratuais de obras não executadas até 31 de dezembro e que ultrapassarem o exercício de 2014.

Art. 6º As despesas já empenhadas previamente para obras e serviços de engenharia, com notas fiscais datada do exercício de 2014, entregues até dia 31 de dezembro e não liquidadas serão inscritas em restos a pagar não processados.

Art. 7º As despesas previamente empenhadas de mercadorias e serviços e não liquidadas, ou seja não entregues até 31 de dezembro, serão automaticamente canceladas e deverá ser emitida nova autorização de fornecimento por conta do orçamento de 2015, sendo que as autorizações de fornecimento de materiais e serviços emitidos em 2014, deverão ser canceladas, por descumprimento do prazo de entrega e que por força de Lei tem que ocorrer até 31 de dezembro de 2014, obedecendo a Lei que determina que as despesas públicas sejam por competência de exercício.

Art. 8º Os procedimentos licitatórios e contratos, à conta de recursos consignados no orçamento de 2015, despesas estas somente as de caráter continuado, poderão ser iniciados no corrente exercício, e finalizados no mês de janeiro de 2015, por conta da aprovação do orçamento para o exercício de 2015, mediante aprovação e homologação do Prefeito Municipal por conta do orçamento do exercício de 2015 após a aprovação pela câmara.

Art. 9º A adjudicação do objeto de licitação a que se refere o parágrafo precedente só terá eficácia após a entrada em vigor da Lei de Orçamento Anual do Exercício de 2015 quando, então, o respectivo processo deverá ser remetido para empenhamento prévio e posterior emissão da Autorização de Fornecimento.

Art. 10 Fica suspenso os bloqueios de dotações e empenhamento por ordem de secretarias, fundos fundações e autarquias, a aquisição de novas contratações de obras, serviços, e materiais para o exercício de 2015, até a comprovação da eficácia de pedidos de compras por prioridade das despesas de caráter continuado por estimativa de janeiro a dezembro de 2015, através de planilha de gastos em 2014, com aquisição/serviços de merenda, passe de aluno, vale transporte, vale alimentação, telefone, água, luz, contratos de aluguel, combustível, sistemas de informática, de operação da água, lixo, pensão, contratos de dívida, e outros não relacionados e que se faz prioridade.



Art. 11 Fica determinado o dia 14 de janeiro de 2015, data limite para o fechamento dos Balancetes/ Balanços Contábeis dos Fundos, Fundações, e Autarquias relativos ao exercício de 2.014.

Art. 12 As despesas consignadas no orçamento do exercício de 2015, ficarão contingenciadas em 30%, e liberadas gradualmente após a avaliação das metas fiscais da receita e despesas do primeiro quadrimestre de 2015.

Art.13 As eventuais exceções às regras contidas no presente Decreto somente terão validade com o aval do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 13 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administração e Gestão

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Governo

Secretaria Municipal de Receita

Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura

Secretaria Municipal da Educação

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria Municipal de Habitação

Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Secretaria Municipal de Serviço Público - SESP

Secretaria Municipal da Região Sul

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura

Superintendente do IPPA

Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente

Superintendência da SAMAE

Comando do FUNREBOM

## **DECRETO Nº 1.740, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº. 1.740, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

FÉRIAS COLETIVAS. Determina.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no § 5º do artigo 153 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica determinada férias coletivas, aos servidores públicos do Poder Executivo Municipal, nos períodos de 19 à 24 de dezembro de 2014, 26 à 31 de dezembro de 2014 e de 02 à 04 de janeiro de 2015, totalizando 15 (quinze) dias de férias coletivas.

§ 1º O último dia de expediente do ano será em 18 de dezembro de 2014 e o retorno das atividades será no dia 05 de janeiro de 2015;

§ 2º Os períodos de férias usufruídas nos termos do caput deverão ser compensados quando do usufruto de férias regulares pelo servidor, salvo o previsto no art. 2º deste Decreto.

Art. 2º O titular de cada órgão deverá definir quais serviços e servidores ficarão excluídos do disposto no caput do artigo 1º cabendo-lhe:

I - notificar formalmente os servidores alcançados pelo disposto no caput, especificando com clareza em quais dias cada um irá trabalhar; e

II - encaminhar a notificação à Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

Parágrafo único. O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no caput artigo 1º serão garantidos pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração e Gestão deverá elaborar relatório que demonstre a situação das férias de cada servidor, indicando o nome, matrícula, órgão, período aquisitivo, número de dias usufruídos como férias coletivas e saldo de dias a usufruir.

Art. 4º Este Decreto entra em vigência a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração e Gestão

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****PREGÃO PRESENCIAL 44/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014.**

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 44/2014 - SRP, objeto: aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores, 28 de novembro de 2014, às 13:30h, recebimento dos envelopes e amostras e abertura das propostas e no dia 08 de dezembro de 2014, às 13:30h, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Reuniões da Diretoria de Licitações da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br). Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 18 de novembro de 2014.  
Rosiméri Hilda Coelho  
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

**PREGÃO PRESENCIAL 45/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014.**

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 45/2014 - SRP, objeto: serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento de todos os materiais necessários, 01 de dezembro de 2014, às 13:30h, recebimento dos envelopes e abertura das propostas e no dia 10 de dezembro de 2014, às 13:30h, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Reuniões da Diretoria de Licitações da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br). Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 18 de novembro de 2014.  
Rosiméri Hilda Coelho  
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

**PREGÃO PRESENCIAL 46/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014.**

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 46/2014 - SRP, objeto: aquisição de equipamentos de informática e eletroeletrônicos para o NEPS - Núcleo de Educação Permanente da Saúde e CAPS II, UPA Centro, UBSS, Setor de Endemias e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, 02 de dezembro de 2014, às 13:30h, recebimento dos envelopes e abertura das propostas e no dia 12 de dezembro de 2014, às 13:30h, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Reuniões da Diretoria de Licitações da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br). Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 18 de novembro de 2014.  
Rosiméri Hilda Coelho  
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde



# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 130/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 130/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 62/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM REGISTRO NA ANS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, PARA A PRESTAÇÃO/COBERTURA DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, NA SEGMENTAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, EXAMES LABORATORIAIS E CONSULTAS MÉDICAS, AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E SEUS DEPENDENTES, EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO, CONFORME DISCIPLINA A LEI MUNICIPAL Nº 3.520/201. Data da entrega dos envelopes: 28/11/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 28/11/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 17 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 861/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 861/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIP2977	54096040E	5185/1	22/06/2014	167
CIP2977	54096041E	5185/2	22/06/2014	167
JUR8873	54096044E	5835/0	29/06/2014	195
JUR8873	54096045E	5185/1	29/06/2014	167
JUR8873	54096047E	5193/0	29/06/2014	168
JUR8873	54096048E	5185/2	29/06/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 862/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 862/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJN6987	54096372E	5010/0	10/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
APF3976	54095811E	6920/0	25/05/2013	R\$ 127,69	233
BNC4933	54095812E	6920/0	30/05/2013	R\$ 127,69	233
BUA3711	54925721D	6920/0	19/02/2013	R\$ 127,69	233
DFL1226	54925931D	6548/0	18/05/2013	R\$ 85,12	229
ISX6551	54096454E	6920/0	09/05/2014	R\$ 127,69	233
LXT8467	54095543E	5010/0	09/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXT8467	54925732D	6556/5	09/06/2013	R\$ 191,53	230 * I
LYC3403	54095523E	5010/0	10/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYC3403	54095524E	5169/1	10/02/2013	R\$ 1.915,38	165
LZT5678	54925716D	5010/0	09/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZT5678	54925717D	5118/0	09/02/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZT5678	54925719D	5169/1	09/02/2013	R\$ 1.915,38	165
LZV6901	54095598E	6920/0	29/05/2013	R\$ 127,69	233
MAA3040	54926517D	5010/0	15/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAA3040	54926518D	6599/2	15/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBI2342	54805837C	5010/0	07/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDS0063	54925720D	6920/0	19/02/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 863/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 863/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJN6987	54096375E	6050/1	10/05/2014	R\$ 191,53	208
APQ6268	54095529E	7030/1	24/02/2013	R\$ 191,53	244 * I
BNO7965	54804494C	5568/0	12/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBE1205	54095542E	5460/0	29/05/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MCF8636	54926537D	5460/0	11/05/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MJE1143	54925894D	5967/0	25/10/2012	R\$ 191,53	203 * V
MJF5087	54095541E	7366/2	22/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 864/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 864/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CAE7110	54096397E	5428/2	29/06/2014	181 * V
LXQ4682	54096398E	5428/2	29/06/2014	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 865/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 865/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBI4551	54095904E	7048/1	26/07/2013	R\$ 191,53	244 * II
NWI1473	54095902E	5738/0	26/07/2013	R\$ 191,53	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 866/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 866/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ4414	54095741E	6920/0	10/06/2014	233
MCF0805	54096159E	6920/0	26/05/2014	233
MEM2356	54095731E	6920/0	26/06/2014	233
MEO9192	55490582E	6920/0	18/06/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 867/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 867/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CXU9868	54095883E	6920/0	21/08/2013	R\$ 127,69	233
DEE3478	54095630E	6645/0	19/08/2013	R\$ 127,69	230 * X
DYF4818	54096219E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
IMW1256	54095916E	5010/0	15/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
IOR3534	54095914E	5010/0	09/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYS1127	54095859E	6912/0	22/08/2013	R\$ 53,20	232
LYS1127	54095860E	5045/0	22/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAY7948	54095636E	5045/0	27/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAY7948	54095637E	6637/2	27/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAY7948	54095927E	6599/2	27/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBK6058	54926534D	6920/0	12/04/2013	R\$ 127,69	233
MCV9602	54095928E	5010/0	27/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJO0316	54095880E	6920/0	16/08/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 868/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 868/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW8951	54095705E	7366/2	28/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 869/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 869/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AST8548	54095783E	5010/0	11/07/2014	162 * I
DIM2061	55490593E	5274/1	06/07/2014	175
MGD0729	54096049E	5010/0	04/07/2014	162 * I
MGD0729	54096050E	6610/2	04/07/2014	230 * VII
MKR5488	54095784E	5010/0	11/07/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 870/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 870/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JUR8873	54096400E	5428/2	29/06/2014	181 * V
MJL6280	55490592E	5614/4	06/07/2014	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 871/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 871/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIK6128	54095600E	6920/0	28/05/2013	R\$ 127,69	233
MBT1280	54095958E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
MCX9102	54925724D	5010/0	17/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEC6415	54095942E	5010/0	13/09/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 872/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 872/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAE2338	54096207E	5720/0	07/05/2014	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 2014

#### CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Resolução 01/2014

Fixa normas para o funcionamento da Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e conforme estabelece o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, Lei do Sistema Municipal de Ensino do Município 748 de 15 de junho de 2011, Lei do Conselho Municipal de Educação, nº 905/2013, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, resolução do CNE/CEB 05 de 17 de dezembro de 2009, Resolução CNE/CEB 06 de 20 de outubro de 2010 e Resolução 04 de 13 de julho de 2010, tendo em vista a deliberação da sessão plenária do dia 26 de agosto de 2014:

RESOLVE:

#### CAPÍTULO I

##### DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 1º - A Educação Infantil, é a primeira etapa da Educação Básica, constitui o direito da criança de 0(zero) a 06(seis) anos, sendo atendida em instituições de Educação Infantil.

Parágrafo Único. No âmbito desta Resolução, criança de 06(seis) anos é aquela que completa 06(seis) anos após o dia 31 de março do ano letivo.

Art. 2º - A Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social bem como educar e cuidar a criança de 0(zero) a 06(seis) anos em complementariedade a ação da família, considerando-a sujeito de direitos, oferecendo-lhe condições materiais, pedagógicas e culturais.

§1º - Consideradas as particularidades do desenvolvimento da criança de 0(zero) a 06(seis) anos, a educação infantil cumpre duas funções indissociáveis - Educar e Cuidar.

§2º - Provenientes de diferentes e singulares contexto socioculturais, socioeconômicos e éticos das crianças, devem ter a oportunidades de serem acolhidas e respeitadas pela escola e pelos profissionais da educação, com base nos princípios da individualidade, iguais, liberdade, diversidade e pluralidade.

§3º - independentemente das diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais, linguísticas, étnico-raciais, socioeconômicas, de origem, de religião, entre outras, as relações sociais e inter-subjetivas no espaço escolar requerem a atenção intensiva dos profissionais de educação, durante o tempo de desenvolvimento das atividades pelas crianças, pois este é o momento em que a curiosidade deve ser estimulada.

§4º - Os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e do respeito mútuo em que se assenta a vida social devem iniciar na educação infantil e sua intensificação deve ocorrer ao longo de toda a educação básica.

§5º - Os sistemas educativos devem envidar esforços promovendo ações a partir das quais as unidades de educação infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças em estreita relação com a família, com agentes sociais e com a sociedade, prevendo programas e projetos em parceria, formalmente estabelecidos.

§6º - A gestão da convivência e as situações em que se torna necessária a solução de problemas individuais e coletivos das crianças devem ser previamente programadas, com foco nas motivações estimuladas e orientadas pelos profissionais das educação e de outras de áreas pertinentes, respeitados os limites, as potencialidades e os vínculos com a família.

Art. 3º A autorização de funcionamento e a supervisão das

Instituições Públicas e Privadas de Educação Infantil que atuam na educação de crianças de 0(zero) a 6(seis) anos serão regulamentadas pelas normas desta Resolução.

§1º Entende-se por Instituições Públicas de Educação Infantil as criadas, incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal.

§2º Entende-se por Instituições Privadas de Educação Infantil as mantidas e administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado, enquadradas nas categorias:

I - particular, aquela instituída e mantida por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, que não apresente as características dos incisos abaixo;

II - comunitária, aquela instituída por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que inclua, na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessional, aquela instituída por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, que atende a orientação confessional e ideologia específica e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópica, a que ofereça gratuitamente serviços educacionais a pessoas carentes e atende aos demais requisitos previstos em lei.

Art. 4º - A Educação Infantil será oferecida em todas instituições que atendem diretamente crianças de 0(zero) a 6(seis) anos, independente de denominação e regime de funcionamento.

Art. 5º - A Educação Infantil será oferecida em:

I - Creche, para atendimento de crianças de 04(quatro) meses a 03(três) anos e 11(onze) meses;

II - Pré-escolar, para crianças de 04(quatro) a 06(seis) anos.

III - Centro de Educação Infantil, para Crianças de 04(quatro) meses a 06(seis) anos.

IV - Escola de Educação Básica, instituição que atende a educação infantil e outros níveis de ensino;

§1º - As crianças com deficiência serão preferencialmente atendidas na rede regular da Educação infantil, respeitando o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos por profissionais qualificados para a execução desta função.

§2º - A criança poderá frequentar instituições de Educação Infantil por período integral ou parcial.

#### CAPÍTULO II

##### DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Art. 6º - A Proposta pedagógica da instituição de educação infantil, na forma de lei, tem garantia de fundamentação no pluralismo de ideias e na consequente concepção pedagógica.

§1º - A proposta pedagógica deverá estar fundamentada numa concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu conhecimento, como sujeito social e histórico marcado pelo meio em que se desenvolve e que também o marca.

§2º - A proposta pedagógica, respeitando as diversidades, deverá garantir a participação das crianças, professores, famílias e comunidade.

Art. 7º - Compete às Instituições de Educação Infantil, respeitada a legislação vigente, elaborar e executar sua proposta pedagógica que deverá explicitar:

I - Fins e objetivos da proposta;

II - concepção de criança, de desenvolvimento infantil e de aprendizagem que a fundamenta.

III - Características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere;

IV - Regime de Funcionamento;

V - Espaço físico, instalações e equipamentos;

VI - Relação de recursos humanos, especificando cargos e funções, habilitação e níveis de escolaridade, com previsão de atualização e aperfeiçoamento;

VII - Organização de grupos e relações professor/criança;

VIII - Formas e propostas de organização do cotidiano de trabalho junto às crianças;

IX - Proposta de articulação da instituição com a família e a comunidade;

X - Proposta de Avaliação do desenvolvimento da criança;

XI - Proposta de planejamento geral e avaliação institucional;

XII - Proposta de articulação da educação infantil com o ensino fundamental;

XIII - Formas de capacitação contínua dos profissionais;

XIV - A História da Instituição.

Art. 8º - O regime de funcionamento das Instituições de Educação Infantil atenderá às necessidades da comunidade, podendo ser ininterrupto no ano civil, respeitando os direitos trabalhistas e estatutários dos profissionais que nelas exercem atividades;

Art. 9º - A avaliação da Educação Infantil realizar-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para esta etapa da educação, não tendo como função a seleção/promoção e não constituindo pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental.

§1º - A avaliação na educação infantil deverá possibilitar diagnosticar os avanços, possibilidades e dificuldades dos educandos, educadores, do coletivo de profissionais da instituição e de cada criança em relação a sua aprendizagem e desenvolvimento;

§2º - A família receberá semestralmente um parecer descritivo contendo o registro do desenvolvimento da criança;

Art. 10 - A relação do número de crianças e profissionais por período não poderá exceder a seguinte tabela:

Faixa etária	Nº de crianças	Professor	Auxiliar de sala
4 meses até 18 meses	até 15	1 (um)	1 (um)
de 18 meses até 3 anos	de 11 até 20	1 (um)	1 (um)
de 3 até 4 anos	até 20	1 (um)	1(um)
de 4 até 6 anos	até 25	1 (um)	----

§1º - Fica facultado forma diversa de organização, desde que a estrutura física e humana, mantida pela instituição garanta o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos físico, afetivo, cognitivo e social, respeitado o previsto no caput deste artigo;

§2º - Em casos da existência de crianças com deficiências matriculados no pré-escola o número acima será reduzido em 10% ou incluirá mais um auxiliar de Ensino da Educação Infantil quando diagnosticado a efetiva necessidade;

§3º - A data de referência para as idades citadas acima é de 31 de março;

### CAPÍTULO III

#### DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 11. - A Instituição de Educação Infantil deve possuir um quadro básico de profissionais com formação específica, coerente com a proposta pedagógica, com as características do espaço físico e com o número e características das crianças atendidas.

Art. 12º - A direção da Instituição de Educação Infantil será exercida por profissional formado em Licenciatura em Pedagogia com habilitação preferencialmente em Educação Infantil.

Art. 13. - O docente Titular da Educação Infantil deve ter habilitação de nível superior, licenciatura em pedagogia com habilitação em Educação Infantil.

Art. 14. - O docente das disciplinas específicas da Educação Infantil deverá ter habilitação de nível superior, licenciatura na disciplina específica.

Art. 15. - Aos professores em exercício da docência será garantido 33% da jornada de trabalho, tempo reservado para os estudos, avaliação, planejamento e outras atividades.

Art. 16. - O Auxiliar de Ensino da Educação Infantil deverá ter habilitação de nível superior, em Pedagogia, admitisse como formação mínima Nível médio Magistério na possibilidade de não haver profissional de nível superior.

Art. 17. - O profissional da Educação Infantil responsável pela Coordenação pedagógica deverá ter curso superior com licenciatura

plena em pedagogia com habilitação em Educação Infantil, orientação, supervisão e ou coordenação pedagógica.

Art. 18. - As instituições que oferecem Educação Infantil deverão dispor de assessoria e acompanhamento de equipe multiprofissional: pediatra, nutricionista, psicólogo, fonoaudiólogo e odontólogo e outros visando ações complementares às atividades educativas no atendimento dos educandos, tais como profissional de AEE.

§1º O profissional que for exercer o Atendimento Educação Especializado deverá ser professor com curso de capacitação mínima de 400 horas em Educação Especial ou habilitação em nível de graduação ou pós graduação em Educação Especial.

### CAPÍTULO IV

#### DO ESPAÇO, DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS

Art. 19 - Os espaços serão projetados de acordo com a proposta pedagógica da instituição de educação infantil a fim de favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças de 0(zero) a 6(seis) anos, respeitando a capacidade, necessidades e características.

Parágrafo único. Em se tratando de turmas de Educação Infantil em instituições que ofertam outros níveis de ensino, devem-se assegurar espaços de uso exclusivo às crianças de 0(zero) a 6(seis) anos, podendo outros serem compartilhados com os demais níveis de ensino, desde que asseguradas condições de segurança e em conformidade com a proposta pedagógica e ou legislação vigente.

Art. 20. Na construção, adaptação, reforma ou ampliação das edificações destinadas à Educação Infantil Pública e Privada, deverão ser garantidas as condições de localização, acessibilidade, segurança, salubridade e saneamento.

§1º - Todo imóvel destinado à Educação Infantil Pública e Privada dependerá de aprovação do órgão oficial competente.

§2º - O prédio deverá adequar-se ao fim a que se destina e atender às normas e especificações técnicas da legislação pertinente.

§3º - O imóvel deverá apresentar condições adequadas de localização, acessibilidade, segurança, salubridade, saneamento e higiene, em total conformidade com a legislação que rege a matéria.

Art. 21. Os espaços internos deverão atender as diferentes funções da Instituição de Educação Infantil e conter uma estrutura básica que contemple:

I - Espaços para recepção, administração e apoio;

II - Sala para professores;

III - Sala para coordenação pedagógica;

IV - Salas de aula para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação, e visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados;

V - Instalações e equipamentos para o preparo e oferta de alimentos, que atendam às exigências de saúde, higiene e segurança, nos casos de oferecimento de alimentação;

VI - Instalações sanitárias suficientes e apropriadas para uso das crianças e dos adultos;

VII - O berçário, deverá ter espaço adequado para o sono e descanso das crianças, área livre para a movimentação, locais para a amamentação, higienização, com balcão trocador, pia, chuveiro, e espaço específico para o banho de sol.

VIII - Área coberta para atividades externas compatíveis com a capacidade de atendimento, por turno da instituição.

Parágrafo único - Sala de Aula deverão possuir proporção mínima de 1,2m2 (um metro e meio quadrado) por criança, sendo permitida a ocupação máxima correspondente a 80% (oitenta por cento) da área física;

Art. 22 - As áreas ao ar livre devem possibilitar as atividades de expressão física, artísticas e de lazer, contemplando também áreas verdes.

Art. 23 - Em se tratando de turmas de pré-escola em instituições de ensino que ofertam outros níveis de ensino, o banheiro e a sala de atividades deverão ser de uso exclusivo das crianças de pré-escola, podendo outros serem compartilhados com os demais níveis de ensino, desde que a ocupação se dê em horários diferenciados, respeitando a proposta pedagógica da escola.

**CAPÍTULO V****DA CRIAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO**

Art. 24 - Entende-se por criação o ato próprio pelo qual o mantenedor formaliza a intenção de criar e manter uma instituição de Educação Infantil e se compromete a sujeitar seu funcionamento às normas do Sistema Municipal de Ensino.

§1º - O ato de criação se efetiva para as instituições de Educação Infantil, mantidas pelo poder público, por ato governamental e para a iniciativa privada, por manifestação expressa do mantenedor em ato jurídico ou declaração própria.

§2º - O ato de criação que se refere o parágrafo primeiro deste artigo não autoriza o funcionamento, que depende da aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 25 - A autorização de funcionamento para a oferta da Educação Infantil é de responsabilidade do Conselho Municipal de Educação através de parecer conclusivo e sua homologação é realizada através de Portaria de Autorização de Funcionamento emitido pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 26 - À Secretaria Municipal de Educação cabe emitir:

I - Parecer Técnico constituído de análise da documentação e visita 'in loco';

II - Portaria de Autorização de Funcionamento.

Art. 27 - Ao Conselho Municipal de Educação cabe:

I - emitir parecer conclusivo;

II - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação parecer relativo à autorização de funcionamento.

Art. 28 - O Processo para autorização de funcionamento será instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento dirigido à Presidência do Conselho Municipal de Educação, subscrito pelo representante legal da entidade mantenedora;

II - registro da entidade mantenedora, se da iniciativa privada, junto aos órgãos competentes: Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

III - documentação que possibilite verificar a capacidade de autofinanciamento e prova de idoneidade econômica financeira da entidade mantenedora e de seus sócios, consistindo de certidão negativa do cartório de distribuição pertinente, com validade na data de apresentação do processo;

IV - identificação da Instituição de Educação Infantil e endereço;

V - planta baixa ou croqui dos espaços e das instalações;

VI - relação dos recursos humanos e comprovação de sua habilitação;

VII - previsão de crianças a serem atendidas com demonstrativo da organização de grupos;

VIII - proposta pedagógica;

IX - Alvará de inspeção sanitária expedida pela Vigilância Sanitária;

X - Atestado de vistoria de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiro;

XI - Comprovação da propriedade do imóvel ou de sua locação ou cessão, por prazo não inferior a 3(três) anos;

XII - Relação de mobiliário, equipamentos, material didático-pedagógico e acervo bibliográfico;

XIII - Regimento que expresse a organização pedagógica, administrativa e disciplinar da instituição de educação infantil;

XIV - Alvará Expedido por órgão próprio da prefeitura municipal;

XV - Outros que venham a ser exigidos por lei;

§ 1º O Processo de que trata este artigo será analisado pelo Conselho Municipal de Educação e encaminhará para Secretária Municipal de Educação para que seja emitido o parecer técnico.

§ 2º Recebido este Processo, a Secretaria Municipal de Educação, terá o prazo de 30(trinta) dias, prorrogável por igual período, para encaminhar o processo com parecer técnico ao Conselho Municipal de Educação.

§ 3º O Conselho Municipal de Educação, após recebimento do

respectivo Processo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para encaminhar Parecer Conclusivo à Secretaria Municipal de Educação, para esta expedir e publicar Portaria de Autorização de Funcionamento.

Art. 29 - A Instituição de Educação Infantil só poderá funcionar mediante a Portaria de Autorização de Funcionamento expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 30 - Na hipótese de suspensão, interrupção e cassação do direito de funcionamento da instituição educacional, e/ou simulação de fraude e falsidade ideológica do instrumento - Portaria de Autorização de Funcionamento, será aplicado ao responsável legal ou ao seu preposto as penalidades previstas em lei sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, e ainda fazendo-se remessa do Processo Administrativo ao Órgão do Ministério Público.

Art. 31 - O Ato de Autorização para o funcionamento deverá ser renovado a cada 5 anos.

**CAPÍTULO VI****DA MUDANÇA DE MANTENEDORA, DE SEDE E DENOMINAÇÃO**

Art. 32 - As modificações que alteram a organização de estabelecimentos autorizados e reconhecidos em relação a mantenedor, sede ou denominação deverão ser submetidas ao Conselho Municipal de Educação para análise e aprovação, em processo, instruído de:

I - quanto à mudança de mantenedor(a), atender ao disposto nos incisos I, II, III e VIII do Art. 28, da presente Resolução;

II - quanto à mudança de denominação, atender ao disposto nos incisos I e II do Art. 28, da presente Resolução;

III - quanto à mudança de sede o(a) mantenedor(a) deverá atender o disposto nos incisos I, V, VII, IX, X, XI, XII, XIV e XV no Art. 28, da presente Resolução.

§ 1º Nos casos de mudança de mantenedora ou de sede de estabelecimento já reconhecido, deverá haver manifestação formal do Conselho Municipal de Educação;

§ 2º A aprovação da mudança de mantenedor, de sede ou de denominação, obriga o estabelecimento a fazer as adaptações regimentais e de escrituração escolar correspondente e, inclusive, estatutária, quando couber;

Art. 33 - A Secretaria Municipal de Educação examinará os processos referentes à mudança de mantenedor, de sede, e, de denominação julgando-os em conformidade com esta resolução e os encaminhará à aprovação do Conselho Municipal de Educação;

**CAPÍTULO VII****DA DESATIVAÇÃO E REATIVAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Art. 34 - A desativação das atividades educacionais de estabelecimentos de Educação Infantil autorizados a funcionar ou reconhecidos, poderá ocorrer:

I - por decisão da entidade mantenedora, entendida como voluntária;

II - por determinação da autoridade competente, entendida como desativação compulsória;

Parágrafo único - A desativação das atividades, em ambas as formas previstas neste artigo, poderá ocorrer em caráter temporário ou definitivo.

Art. 35 - A Secretaria Municipal de Educação poderá desativar, temporária ou definitivamente, as atividades escolares das instituições de educação infantil reconhecidas ou não se for verificada a inobservância dos preceitos legais administrativos e pedagógicos do Sistema Municipal de Ensino, apurada de acordo com as disposições desta resolução nos seus capítulos IV e V.

Art. 36 - A desativação de atividades por iniciativa do Poder Público, só poderá ser aplicada pelo Secretário Municipal de Educação, mediante parecer aprovado pela Plenária do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único - O parecer referido no caput deste artigo tomará por base as informações contidas no Parecer Conclusivo, exarado por comissão especialmente constituída para essa finalidade.

Art. 37 - Para a desativação voluntária de atividades, o mantenedor



encaminhará, no prazo prévio de 90(noventa) dias o processo próprio à Secretaria Municipal de Educação constituído de:

I - Justificativa;

II - Cronograma de desativação;

III - Descrição dos procedimentos relativos à continuidade da oferta de atendimento até a desativação;

IV - Garantia da regularidade de escrituração escolar e arquivo;

V - Cópia da ata de reunião de comunicação aos pais e responsáveis quando à desativação;

§ 1º A regularidade do processo de desativação será verificada in loco por comissão especial, designada para este fim pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Após a efetiva formalização do processo de desativação cabe à Secretaria Municipal de Educação expedir a portaria e comunicar ao Conselho Municipal de Educação

Parágrafo único - Do ato de desativação compulsória caberá pedido de reconsideração à autoridade que o determinar, dentro do prazo de 30(trinta) dias, a partir da publicação.

Art. 38 - A desativação de atividades educacionais, por qualquer motivo, importará na revogação da autorização para funcionamento e/ou de reconhecimento por ato expresso da Secretária Municipal de Educação.

§ 1º No caso de desativação definitiva e total, a documentação escolar será recolhida pela Secretaria Municipal de Educação, para efeito de arquivamento.

Art. 39 - A reativação de estabelecimento de Ensino independente da causa da desativação, dependerá de nova autorização.

## CAPÍTULO VIII

### DA SUPERVISÃO

Art. 40 - A supervisão, que compreende o acompanhamento do processo de autorização e a avaliação sistemática do funcionamento da Instituição de Educação Infantil, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, a quem cabe a observância das leis de ensino e as decisões do Conselho Municipal de Educação.

Art. 41 - Compete aos órgãos específico da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação definir e implementar procedimentos da supervisão, Avaliação e Controle das Instituições de Educação Infantil, promovendo a cooperação técnica na perspectiva de aprimoramento da qualidade do processo educacional.

Art. 42 - À supervisão compete:

I - acompanhar e avaliar:

a) o cumprimento da legislação educacional;

b) a execução da proposta pedagógica;

c) condições de matrícula e permanência das crianças na Instituição de Educação infantil;

d) a qualidade dos espaços físicos, instalações, equipamentos e a adequação às suas finalidades;

e) a regularidade dos registros de documentação e arquivo.

f) o processo de melhoria da qualidade dos serviços prestados, considerando o previsto na proposta pedagógica da instituição de educação infantil e o disposto na regulamentação vigente;

g) a oferta e execução de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde nas instituições de educação infantil, mantidas pelo poder público;

h) articulação das instituições de educação infantil com a família e a comunidade

II - propor às autoridades competentes:

a) o cessar efeitos dos atos de autorização;

b) a cessação temporária ou permanente das atividades quando comprovadas irregularidades que comprometem o seu funcionamento

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. As Instituições de Educação Infantil públicas municipais

e privadas, em funcionamento, deverão ajustar-se às disposições desta Resolução no período de 120 dias.

Parágrafo único. Os órgãos executivos do sistema, conjugarão esforços, junto às diferentes instâncias municipais envolvidas no atendimento a criança de 0(zero) a 6(seis) anos, visando à integração das Instituições de Educação Infantil ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 44. O Conselho Municipal de Educação poderá, a partir do parecer técnico da Secretaria Municipal de Educação, designar conselheiros para verificar in loco o cumprimento dos requisitos legais à concessão da autorização de funcionamento.

Art. 45. A Secretaria Municipal de Educação poderá baixar instruções complementares necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Art. 46. Os casos omissos serão resolvidos em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação.

Art. 47. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 48. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a esta resolução.

Passo de Torres, 26 de agosto de 2014

Maria Eloiza Vargas da Costa

Presidente do Conselho Municipal de Educação

## ERRATA/2014

ERRATA Nº 01 - EDITAL Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE MATRÍCULA E REMATRÍCULA, NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2015.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, no uso de

suas atribuições legais, torna pública a Errata nº 01 do edital nº: 001/2014, referente ao

ao subitem, 3.2.1 alínea a, retificando-a de Creche I: 06(seis) meses de idade no ato da matrícula; e, ratificando-a para de Creche I: 04( quatro) meses de idade no ato da matrícula;

**Penha****PREFEITURA****PP30/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014- FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS PARA USO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 01/12/2014

HORÁRIO ATÉ AS:17h00min.

Local de Entrega: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, no Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/12/2014

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 18 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Pinheiro Preto****PREFEITURA****TERMO ADITIVO 044/2014**

(Ementa)

TERMO ADITIVO 044/2014

CONTRATO N.º: 222/2014

OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL. 26/2014

EMPRESA CONTRATADA: SAFRA DIESEL LTDA

VALOR Tendo em vista a necessidade para suprir demanda, fica o contrato nº 222/2014 aditado em mais 2.824 litros de combustível tipo Óleo Diesel S500, e mais 1200 litros de óleo diesel S10, totalizando R\$ 9.997,84 (nove mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 13 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 301/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 301/2014

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, função de ANALISTA DE LICITAÇÕES E ATOS ADMINISTRATIVOS, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 003/2014

CONTRATADA: HELIN PERAZZOLI

VALOR: A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.906,20.

DATA DO CONTRATO: 17 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 302/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 302/2014

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOACIAL função de Fisioterapeuta, em caráter temporário e sob regime Administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.001/2014

CONTRATADA: Osmarina de Fátima Almeida

VALOR: A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 2.183,28.

DATA DO CONTRATO: 17 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 303/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 303/2014

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA função de Servente, em caráter temporário e sob regime Geral da Previdência Social, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.001/2014.

CONTRATADA: Ivonete Zanferrari

VALOR: A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.044,17

DATA DO CONTRATO: 17 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 304/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 304/2014

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS função de Operário Braçal, em caráter temporário e sob regime Geral da Previdência Social, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.001/2014

CONTRATADA: Waldomiro Osorio

VALOR: A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.047,34

DATA DO CONTRATO: 17 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 305/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 305/2014

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA função de Servente, em caráter temporário e sob regime Administrativo Especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.001/2014,

CONTRATADA: Marlene da Silva Bottega

VALOR: A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.044,17

DATA DO CONTRATO: 17 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Pomerode****PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 112/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 112/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJS1965	54486240A	18/01/2002	66700	230 * XIII	127.69
CFI4031	54486242A	18/01/2002	55680	181 * XIX	127.69
LWR9743	54486675A	16/01/2002	65990	230 * V	191.53
LWR9743	54486675A	16/01/2002	67260	230 * XVIII	127.69
LWR9743	54486675A	16/01/2002	69120	232	53.20
LXB4422	54487177A	20/01/2002	70560	244 * III	191.53
LXE1765	54486674A	16/01/2002	57200	186 * I	127.69
LXN8772	54487173A	20/01/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LXO1751	54486676A	24/01/2002	58270	194	127.69
LXP5352	54487174A	20/01/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LXU6520	54487175A	20/01/2002	52070	169	53.20
LXU6520	54487175A	20/01/2002	59670	203 * V	191.53
LYE2837	54487172A	20/01/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LYQ7505	54486880A	18/01/2002	55680	181 * XIX	127.69
LZG0123	54487170A	19/01/2002	50100	162 * I	574.61
LZI4380	54487169A	19/01/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LZX9632	54487176A	20/01/2002	55410	181 * XVII	53.20
MAF0505	54486881A	18/01/2002	55680	181 * XIX	127.69
MAV5230	54487178A	23/01/2002	50450	162 * V	191.53
MAV5230	54487179A	23/01/2002	65990	230 * V	191.53
MAW4853	54486619A	25/01/2002	73660	252 * VI	85.12
MAX7144	54486244A	18/01/2002	60760	210	191.53
MCB7999	54486241A	18/01/2002	55680	181 * XIX	127.69
MDH6060	54487171A	20/01/2002	55500	181 * XVIII	85.12
MIR3280	54486284A	23/01/2002	73580	252 * V	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 409/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 409/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MVC9759	55190056B	01/12/2006	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 217/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 217/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXM7901	55599706A	06/03/2004	51690	165	957.69
MAE8656	55600208A	05/03/2004	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 385/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 385/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JNW7420	55601976A	05/01/2007	69200	233
LZU3820	55601165A	15/12/2006	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 168/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 168/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHH9284	54488000A	07/03/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AHH9284	54487999A	07/03/2003	50100	162 * I	574.61
LXG3263	54487201A	08/03/2003	72340	250 * I * a	85.12
MAB7177	54488401A	10/03/2003	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 47/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 47/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACT7946	55541767	19/07/1999	50530	162 * VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 346/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 346/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CAF2682	55601361A	19/03/2006	72340	250 * I * a	85.12
MAO1407	55600595A	22/01/2006	51850	167	127.69
MBT5412	55600148A	11/01/2005	59750	204	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 334/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 334/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVV2109	55600973A	20/02/2006	65990	230 * v	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 418/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 418/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGF1953	55190662B	10/01/2007	54520	181 * VIII	127.69
LWW0954	55190160B	09/12/2006	72340	250 * I * a	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.126 228/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 228/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXS1709	55600278A	14/06/2004	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU  
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-  
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 309/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 309/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JNC6837	55600535A	13/03/2006	62380	218 * II * a
LWX0228	55600493A	13/02/2006	65560	230 * I
MFJ1061	55600533A	09/03/2006	50100	162 * I
MFJ1061	55600534A	09/03/2006	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 80/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 80/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------



LYN4399	55559380	20/12/2000	57380	186 * II	191.53
LYN4399	55559379	20/12/2000	51690	165	957.69
MBF8670	55541837	23/12/2000	51690	165	957.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 349/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 349/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKK7104	55600494A	21/03/2006	51850	167	127.69
MDX1649	55600989A	06/04/2006	51850	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 353/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 353/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACG4287	55601539A	10/07/2006	69200	233	127.69
LYK8786	55601473A	19/06/2006	69200	233	127.69
LZL7546	55601551A	18/04/2006	50100	162 * I	574.61
LZL7546	55601552A	18/04/2006	65990	230 * V	191.53
MAJ7640	55599887A	20/06/2006	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 354/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 354/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYD7528	55601477A	19/06/2006	55680	181 * XIX	127.69
MAG3672	55601297A	04/05/2006	62380	218 * II * a	127.69

MLD1313	55601616A	04/08/2006	54600	181 * IX	85.13
MLD1313	55601617A	04/08/2006	58350	195	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 471/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 471/2007**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP8673	55191788B	22/06/2007	72340	250 * I * a
LXP8673	55191789B	22/06/2007	58350	195
LXP8673	55191790B	22/06/2007	60500	208
LYM5401	55191024B	21/06/2007	51850	167
MAT7003	55191767B	16/06/2007	55250	181 * XV
MDK5527	55191754B	16/06/2007	55680	181 * XIX
MIN2190	55191862B	12/07/2007	55500	181 * XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 39/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 39/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABV9553	55560275	18/11/1998	51850	167	127.69
AEB8357	55560287	29/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
AGX9338	55560563	24/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXA1518	55560288	29/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXB1151	55560659	30/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXD2786	55560534	30/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
LXE8642	55560524	16/11/1998	73400	252 * IV	85.12
LXF0496	55560451	12/11/1998	54600	181 * IX	85.12
LXH9045	55560409	26/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXR8360	55561149	12/11/1998	67690	230 * XXII	85.12
LYE2837	55560278	25/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYM7780	55560284	10/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYP1246	55560790	28/10/1998	54600	181 * IX	85.12
LYQ1285	55560519	16/11/1998	69120	232	53.20
LYV5619	55561150	13/11/1998	72420	250 * I * b	85.12
LZN9240	55560280	25/11/1998	73150	252 * I	85.12
LZU6191	55560258	05/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZX8583	55560562	24/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZX8618	55560792	17/11/1998	50290	162 * II	957.69
MAC6576	55560558	20/11/1998	70300	244 * I	191.53
MBM4490	55560572	25/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
MBV4670	55560548	04/11/1998	55410	181 * XVII	53.20
MGL9999	55560404	22/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
MMI1961	55560542	11/11/1998	55410	181 * XVII	53.20
MP505	55560520	16/11/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 364/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 364/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXW1580	55601953A	25/09/2006	69200	233
MBA2532	55601853A	11/09/2006	69200	233
MCS5085	55599812A	22/09/2006	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 404/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 404/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEW2842	55602011A	16/10/2006	54520	181 * VIII	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 96/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 96/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXZ5332	54486560A	27/09/2001	66020	230 * VI	191.53
LYS1945	54486562A	01/10/2001	69120	232	53.20
LYY5167	54486564A	05/10/2001	65560	230 * I	191.53
LYY5167	54486564A	05/10/2001	65990	230 * V	191.53
LZN1083	54486853A	02/10/2001	50450	162 * V	191.53
LZS1860	54486503A	03/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAP9047	54487052A	01/10/2001	69120	232	53.20
MBQ0501	54486504A	03/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBT3148	54486755A	03/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBZ2232	54486563A	05/10/2001	55090	181 * XIII	85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 531/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 531/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KCZ5956	55255730B	29/11/2007	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO



**Porto Belo****PREFEITURA****PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 022/2014 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 022/2014 FMAS

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa de panificação para fornecimento de coffee-break aos alunos dos cursos PRONATEC do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 01/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 01/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 17 de novembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**Porto União****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 100/2014**

Edital de convocação 100/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 14/11/2014 a 20/11/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocópia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocópia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 02**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
JUSSARA FAGUNDES DA ROSA COLITA	24º		

Porto União (SC), 14 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 033/2014**

PORTARIA Nº 033, de 14 de novembro de 2014.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, instaurada pela Portaria nº 028, de 14 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

**DETERMINA:**

Art. 1º PRORROGA por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, instaurada pela Portaria nº 028, de 14 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de novembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 049/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 098/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 049/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para a Aquisição de Patrulha Mecanizada (retroescavadeira e trator agrícola). O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 01 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 005/2014 - FAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 031/2014 - FAS

Extrato de Edital de Tomada de Preços 005/2014 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço, para a Contratação de Assistente Social para Compor a Equipe do CRAS/Bela vista. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 04 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

## Pouso Redondo

### PREFEITURA

**ACORDO COLETIVO**

TIMBRE DO SINDICATO

TERMO DE ACORDO DE FÉRIAS COLETIVAS 2014

Termo de Acordo Coletivo de Ferias que entre si firmam o MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, representado por sua Prefeita Municipal, Sr. Nair Goulart e o Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Pouso Redondo - SITRASP, entidade sindical representada por sua Presidente Luciana Alvarenga, conforme os seguintes termos:

No dia 05 de novembro de 2014 reuniram-se todos os membros do sindicato para assembleia coletiva, nessa decidiram sobre férias coletivas do fim de ano de 2014 e início do ano de 2015 dos funcionários da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo.

Mediante ofícios enviados pela Prefeitura ao Sindicato o qual requeria e informava a forma estabelecida para negociação de férias coletivas conforme segue na integra abaixo:

Ao SITRASP

POUSO REDONDO - SANTA CATARINA

Prezada Senhora,

Vimos através de o presente encaminhar proposta de programação de férias, esta prevista para acontecer da seguinte forma:

Secretaria de Educação:

Professores e demais funcionários - férias coletiva de 18/12 a 31/01.

Motoristas - recesso de 22/12 a 04/01 e férias coletivas de 05/01 a 03/02.

Secretaria - recesso de 22/12 a 04/01 e férias coletivas de 05/01 a 03/02. (Obs: tendo plantão de um funcionário sem datas específicas até o momento).

Fundo Municipal de Saúde:

Postos de saúde - recesso de 22/12 a 04/01. Férias coletivas de 05/01 a 19/01. (Obs: Funcionário com férias vencida 30 dias).

Pronto Atendimento - trabalho normal, retira as férias quando vencer.

Motoristas - tiram as férias conforme vence.

Assistência Social - CRASS

Todos os funcionários da secretaria - recesso de 22/12 a 04/01 e férias coletivas de 05/01 a 19/01.

Secretaria de Planejamento (instalada na prefeitura):

Todos os funcionários - recesso de 22/12 a 04/01 e férias coletiva de 05/01 a 03/02. (Obs: saíram neste período pois agora ainda há muita demanda de projetos).

Secretaria de obras:

Férias coletivas de 20/11 a 19/12 e recesso de 22/12 a 04/01.

Obs: nesta secretaria não entram todos os funcionários, pois há a necessidade de se ter durante este período um grupo de vigias, motorista, operador e agente de serviços gerais para atender as necessidades do município. Os mesmos que realizarem estas atividades saíram de férias assim que vencer as mesmas).

Secretaria de Administração:

Férias coletivas de 20/11 a 19/12 e recesso de 22/12 a 04/01.

Obs: nesta secretaria não entram todos os funcionários, pois há a necessidade de se ter durante este período um grupo de

servidores para atender as necessidades do município. Os mesmos que realizarem estas atividades saíram de férias assim que vencer as mesmas).

Secretaria de Agricultura:

2 grupos de férias: 1º de 20/11 a 19/12

2º de 05/01 a 03/02

No período de recesso de 22/12 a 04/01 será feito revezamento dos grupos para atendimento.

Obs. NÃO PARA NO RECESSO DE 22/12 A 04/01

- PRONTO ATENDIMENTO

- CONSELHO TUTELAR

- GRUPO DE OBRAS

Esta previsão de férias pode vir a sofrer mudanças, uma vez que a mesma ainda não possui ato definido/publicado.

Vimos através de o presente encaminhar proposta de pagamento, referente as férias vencidas dos servidores municipais:

PAGAMENTO EM MARÇO - REF. AOS MESES DE JANEIRO á JUNHO.

PAGAMENTO EM ABRIL - REF. AOS MESES DE JULHO á DEZEMBRO.

O pagamento das férias não vencidas ocorrerá no mês de vencimento de cada uma.

#### DECISÃO DA REUNIÃO COLETIVA

Conforme explanado na reunião, e por decisão unânime dos associados do sindicato e dirigentes, firmamos e aceitamos a proposta ora apresentada pelo Poder Público Municipal, para os funcionários que tem férias integrais serão concedidos 30 dias de férias coletivas, os mesmos receberam o salario normal do mês junto com os demais funcionários, o abono de férias será pago no mês 03/2015 para os que venceram férias de janeiro a Junho de 2014 e no mês 04/2014 para os que venceram férias de julho a dezembro de 2014. E os funcionários que ainda não tem seu período de férias vencidos serão antecipados, todos ficaram 30 dias de férias, receberam o salario normal do mês junto com os demais funcionários, o abono será pago no mês de vencimento das férias de cada um.

Assim sendo o Sindicato - SITRASP - em acordo com os associados e diretoria, nos termos da legislação vigente, vem através deste consolidar o acordo coletivo de férias acima descrito, anexando ata da reunião e lista de presença dos associados e renunciando a toda e qualquer outra forma de negociação proposta.

E assim, por estarem justos e acordados, celebram o presente termo de acordo coletivo de férias 2014, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, para que surta os devidos efeitos jurídicos e legais.

Pouso Redondo, .... de novembro de 2014.

LUCIANA ALVARENGA

NAIR GOULART

Representante sindicato

Prefeita Municipal

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

DRA. ELISANGELA....

OAB/SC

Advogada do SITRAPS

#### EDITAL DE ELEIÇÃO

Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke

CNPJ 83.632.828/0001-90

Rod. BR 470, Snº - KM 176 - Arroio Grande - Caixa posta 14

Pouso Redondo/SC - 89.172-000 - (47)3545-1229

hospitalcomun@brturbo.com.br

#### Edital de convocação

A Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke de Pouso Redondo, fundamentada no Estatuto Social da Entidade em vigência, CONVOCA através do presente edital todos os associados (são considerados sócios da Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke de Pouso Redondo todos os habitantes residentes no Município de Pouso Redondo/SC, que tenham idade superior a dezoito anos), para Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 01 de dezembro de 2014, às 20h na Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, com a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de contas;

2. Eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal.

2.1. A inscrição das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke até o dia 01 de dezembro de 2014, às 12h, formada de 9 membros para compor a diretoria (Presidente, 1º Vice-presidente, 2º Vice-presidente, Tesoureiro, 1º Vice-tesoureiro, 2º Vice-tesoureiro, Secretário, 1º Vice-secretário, 2º Vice-secretário) e 6 membros para compor o conselho fiscal (três efetivos e três suplentes).

2.2. Poderão votar e serem votados todos os habitantes residentes no Município de Pouso Redondo/SC, que tenham idade superior a dezoito anos, salvo quando o candidato tiver sido condenado por crime doloso, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (Art. 7 e alínea b e d do Art. 10, do Estatuto).

2.3. Havendo uma única chapa, a mesma poderá ser eleita por aclamação.

2.4. Os participantes do pleito deverão comprovar sua condição de residentes em Pouso Redondo/SC.

A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 20h, com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, 30 minutos depois (Art. 24, §2º, do Estatuto).

Pouso Redondo, 17 de novembro de 2014.

Luiz Nelson Borghesan

Presidente da Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret

#### PROCESSO 075 2014 PP 39 2014 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº.075/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 28.11.2014, para Fornecimento de mão de obra para conserto de calçamentos em paralelepípedo e lajotas em diversas ruas do município de Pouso Redondo, qualquer dúvida e o edital completo através do e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 17 de novembro de 2014.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 156/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2014

OBJETO: Registro de preço para aquisição de material de higiene, limpeza e cozinha para atender a Secretaria de Assistência Social.  
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.  
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 01/12/2014, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:00h do dia 02/12/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.  
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 11 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### PREGÃO PRESENCIAL 161/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos rodoviários para atender a Secretaria de Obras.  
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.  
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/11/2014, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 28/11/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.  
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 11 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### PREGÃO PRESENCIAL 162/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2014

OBJETO: Aquisição de caçambas e equipamentos para atender a Secretaria de Obras.  
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.  
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/11/2014, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 28/11/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.  
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 11 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### PREGÃO PRESENCIAL 163/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2014

OBJETO: Aquisição de caminhões e camionete para atender a Secretaria de Obras.  
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.  
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/11/2014, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.  
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 28/11/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.  
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 11 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### PORTARIA Nº 1172/2014

PORTARIA Nº. 1172/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria n. 1158, de 07 de novembro de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, à servidora pública municipal THAYSE HELENA MROWSKOWSKI,



matrícula nº 173428, portadora do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, no período de 14/11/2014 até 20/11/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2014.

Carlos Alberto Luithardt

Secretário Municipal de Administração Interino

Apmf

## **DECRETO Nº 4408, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº de 11 de novembro de 2014.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/14.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 0148/14 09.10.2014.

Parágrafo único - A anulação decidida no “caput”, se dá por não haver interessado em participar do presente certame licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração em Exercício

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO - 359/2014 - PROCESSO SELETIVO 006/2014- NASF - ASSISTENTE SOCIAL 40H - ZITA MAY**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 359/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Senhor CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário Municipal de Administração Interino, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ZITA MAY, portador(a) do CPF nº 638.955.019-72 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Juca Thieves, nº 067, Bairro Jardim América - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Assistente Social, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria de Saúde - NASF, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.402,03 (três mil, quatrocentos e

dois reais e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 12/11/2014 e encerrando-se em 12/12/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de agosto de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT	ZITA MAY
Secretário Municipal de Administração Interino	Contratado (a)

## **PORTARIA Nº 1.144/2014**

PORTARIA Nº. 1.144/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, conforme artigo 473, inciso II, do Decreto Lei nº 5.452/43, da Consolidação das Leis do Trabalho, para Josimeri Stel Brusque, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, no período de 20/10/2014 a 22/10/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Apmf

**PORTARIA Nº 1164/RH**  
PORTARIA Nº. 1164/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores:

NOME	LOTAÇÃO
ADRIANA DOLZAN	CE Daniel Maschio
ADRIANA MARA SCHNEIDER DA SILVA	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
ALCIONE ARAÚJO DE CAMPOS	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
ANA PATRICIA DA SILVA	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
ARLETE CAMPOS	CE Aníbal de Barba
BEATRIZ MATINS GOULART	CE Aníbal de Barba
BRUNA FÁTIMA DE OLIVEIRA DA ROSA	CE Ricardo Marchi
CLAUDIMAR FERREIRA DE SOZA JUNIOR	Secretaria de Educação
CLEIDE SCHREIBER	Secretaria de Educação
ELIANE BRAATZ	CE Ricardo Marchi
ELISETE CONZATTI	CE Ricardo Marchi
EUNICE GUEDES	CEI Belmarli da Silva
FRANCILENE FERNANDES DA SILVA	Escola Modelo Ella Kurt
INDIAMARA CHAVES ROSA	CEI Aquarela
JOANA MARILIA MACHADO	VEI Belmarli da Silva
JULIANA CATAFESTA SCHMIDT	CE Aníbal de Barba
LIZETE MARTINS RENGEL	CEI Canta Galo
LUCIANA NUNES	CE Roberto Machado
MARIA HELENA ANTONIO	CEI Cinderela
MARIA HELENA HENKE	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA	CEI Déa Bornhausen
MARIA HELENA PALHANO	CEI Sebastião Back
MARIA INES AVILLA CARPES	CEI Adelaide Ledra
MARILDA REGIA CORREA PASSERO	CE Pedro Santos
MARILEI SOARES WOLTZ DA SILVA	CE Ulrich Ubsch
MARLISE ROCHA DA SILVA	CE Ricardo Marchi
MIRIAN BRODWOLF PADILHA	CEI Francisco Fleissner
NAIR KREUSCH	CEI Raio de Luz
NILMA LUCIA DOS SANTOS	CEI Canta Galo
NORMA PINHEIRO	CE Roberto Machado
ORLANDINA PASCOALINA CHEQUETTO	CEI Belmarli da Silva
RICARDO FILAGRANA	Secretaria de Educação

ROSENILDA KUSTER	VEI Pref. Danilo Lourival Schmidt
ROSENILDA TEREZINHA SIMÃO	CE Guilherme Butzke
SABRINA BACK DE GOIS	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
SABRINA KRUEGER	CEI Favinho de Mel I
SALETE ALVES PAES	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
SCHIRLEI REGINA HIRT RECALDE	CEI Sebastião Back
SIMONE MARI CARDOSO	CE Ricardo Marchi
SIMONE MARIA DOS SANTOS	CEI Pref. Matheus Alves da Conceição
SIRLEI TEREZINHA SENS	CEI Raio de Luz
SONIA REGINA POLI	CEI Navegantes
VALMIRIA DE AMORIM NUNES	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
VANESSA DOS SANTOS LEDRA	CEI Danilo Lourival Schmidt
ZENILDA RODRIGUES	CEI Dr. Romão Trauczynski

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

**PORTARIA Nº 1165/RH**  
PORTARIA Nº. 1165/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	LOTAÇÃO
CELIA APARECIDA CAPISTRANO	Secretaria Municipal de Saúde
CLAUDINEIA FRANCINE DOS SANTOS PESSOA	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
ELISETE FERREIRA	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
FABIANO ZACARIAS	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
LEIRSON FARIAS PEREIRA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
MARIA DAS NEVES PEREIRA	Secretaria Municipal de Saúde
MARIA SOLANGE CLAUDIANO	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
OSNILDA ODERDENGE	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
PATRICIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA DE SOUZA	Secretaria Municipal de Saúde
ROSA MARIA MATEUS	Secretaria Municipal de Saúde
SUELEN HEDEL CORREIA	Secretaria Municipal de Saúde

SUELI ANTONIETA STREY	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
TEREZINHA FATIMA BIZ PICOLI	SECRETARIA Municipal de Administração

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csfv

#### **PORTARIA 1167/RH**

PORTARIA Nº 1167/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 27/10/2014 até 09/01/2015, a servidora municipal LAIR BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

#### **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - DANIEL DA SILVA** TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DANIEL DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 1100/RH, de 09/10/2014, publicada no DOM na data de 20/10/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 12/11/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 1168/RH**

PORTARIA Nº 1168/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 08/11/2014 até 06/05/2015, concedida por meio da Portaria n. 0926/RH, de 20/08/2014, ao servidor municipal VOLNI ROGERIO SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

#### **PORTARIA 1169/RH**

PORTARIA Nº 1169/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 06/11/2014 até 04/01/2015, concedida por meio da Portaria n. 1135/RH, de 23/10/2014, a servidora municipal MARGARETE DUBIELA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2014  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr



**PORTARIA 1170/RH**

PORTARIA Nº 1170/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 03/11/2014 até 08/01/2015, a servidora municipal RITA DE CÁSSIA GUTJAHR, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA 1171/RH**

PORTARIA Nº 1171/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 13/11/2014 a 12/03/2015, a JAQUELINE DALCASTAGUE, ocupante da função de Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de novembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

**PORTARIA Nº 1146/RH**

PORTARIA Nº 1146/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Fiscalização Tributária, da Secretaria Municipal da Fazenda e, designar como membros: JOSE LUIZ DO NASCIMENTO, matrícula 76074-1, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos e designado para exercer as funções de Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária, LUIZ OSVALDO MEIRELLES PAHL, matrícula 76996-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal

de Obras, JACKSON OSMAR NUNES DA SILVA, matrícula 105899-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos e, designar como seus respectivos suplentes RAFAEL IRINEU FACHINI, matrícula 166286-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Obras e CLAUDIA SIMARA BEBER, matrícula 78581-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestar-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, no período de 03/11/2014 a 03/11/2017.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 1147/RH**

PORTARIA N. 1147/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a servidora SANDRA APARECIDA DELA JUSTINA, matrícula n. 104965-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 1.173/2014**

PORTARIA Nº. 1.173/RH

CARLOS ALBERTO LUTHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria n. 1158, de 07 de novembro de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Paternidade, no dia 03/11/2014, de

acordo com o inciso III, Art. 473 da CLT - Decreto Lei nº5.452 de 01 de Maio de 1943, ao servidor JAISON MARCELO DOMINGOS, ocupante do emprego público de Agente de Combate às Endemias, conforme certidão de nascimento n.º 0020765 93 do cartório de registro civil do município e comarca de Ituporanga - SC, onde encontra-se o assento de VALENTINA PEIXE DOMINGOS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2014.

Carlos Alberto Luithardt

Secretário Municipal de Administração Interino

Apmf

### **PORTARIA Nº 1177/2014**

PORTARIA Nº 1177/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria n. 1158, de 07 de novembro de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a SÔNIA COMPER BRANDALIZE, (Protocolo 150485/2014), em virtude do falecimento ocorrido no dia 25/10/2014, do servidor público municipal, SILVIO TOBIAS BRANDALIZE, conforme Certidão de óbito Nº 0016484 65, de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2014.

Carlos Alberto Luithardt

Secretário Municipal de Administração Interino

Apmf

### **DECRETO Nº 4397, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4397, de 05 de novembro de 2014.

"NOMEIA NOVO MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Nomeia a servidora ROSELI BONFANTE, como novo membro da Comissão Especial de Processo Seletivo - Edital nº 010/2014, nomeados pelo Decreto nº 4377, de 23 de outubro de 2014 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Assistente Social e Psicólogo, em caráter temporário, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 73**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 73

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelo seu gestor, a Secretário Municipal de Saúde, Sr Luiz Carlos, denominado CONTRATANTE e de outro lado, a Empresa: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI, neste ato representada por seu Preposto, Sr:Jorge Goetten de Lima, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - Fundamento Legal:**

01.1- A presente adjudicação decorre do Pregão Presencial 54/2014, de 07/11/2014, na forma de Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, com homologação do Sr. Prefeito Municipal, conforme Decreto nº 4403, datado de 07 de novembro de 2014, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, regendo-o, no que for omissivo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - Objeto:**

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de vigilância humana para o prédio onde localiza-se a Policlínica de Referência Regional de Saúde de Rio do Sul - SC.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - Valor e Dotação:**

03.1- O valor para a execução dos serviços, objeto deste contrato, é de R\$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais) valor global, sendo que serão pagos mensalmente R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais mensalmente após o envio da nota fiscal.

03.2- As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

54 2078.3339000000000000.1020000 Recursos Saúde

86 2093.3335000000000000.1640054 Atenção Básica - União

350 2096.3339000000000000.3640054 Sup. Rec. Atenção Básica

352 2090.3339000000000000.3650055 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Ex. Ant.

#### **CLÁUSULA QUARTA - Preço e Pagamento:**

04.1- Pagará a CONTRATANTE à CONTRATADA, pela execução dos serviços contratada e efetivamente realizada, os preços constantes da proposta.

04.2- Fica expressamente estabelecido que os preços transcritos incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços.

04.3- A Tesouraria da CONTRATANTE pagará, em até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Prazo Andamento e Prorrogação dos Serviços:**

##### **05.1. PRAZO:**

(a) Os serviços objeto do presente contrato, deverão ser executados conforme a necessidade, dentro do prazo de um ano, contados a partir da assinatura do contrato.

(b) A recusa injustificada, em assinar o presente instrumento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.66/93, de 21.06.93.

**05.2. PRORROGAÇÃO:**

1 A prorrogação do prazo de que trata o item 05.1 (a) fica ao critério da Administração da CONTRATANTE, obedecida a Lei 8.666/93 com reajuste com base no IGP-M

**CLÁUSULA SEXTA - Controle e Normas de Execução:**

06.1- Caberá à CONTRATANTE a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos inerentes a este Edital e, ainda, fornecer, à CONTRATADA, os dados e elementos necessários à sua realização.

**CLÁUSULA SÉTIMA - Penalidades e Proibição:**

07.1- Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, poderá a CONTRATANTE sujeitar a CONTRATADA às seguintes penalidades:

(a) suspensão do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo que for fixado pelo Sr.º Prefeito Municipal, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

(b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CONTRATANTE, consideradas, para tanto, reincidência da falta, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será publicado no "Diário Oficial do Estado".

**07.2- MULTAS**

(a) O Prefeito Municipal da CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA, multas de até 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, nos seguintes casos:

(I) por dia consecutivo que exceder ao prazo para conclusão dos serviços, a ser constatado na verificação do cronograma;

(II) por dia, pelo não cumprimento de qualquer ordem de serviço da fiscalização da CONTRATANTE no prazo por ela determinado e estas multas serão descontadas das respectivas faturas, podendo ser restituídas se, na medição final dos serviços, for constada a recuperação do atraso.

**Parágrafo Único:**

(a) A aplicação das multas previstas nesta cláusula, independe de qualquer interpelação administrativa, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

(b) as multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

(c) a CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes dos serviços, até o limite admitido pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA OITAVA - Rescisão:**

O contrato poderá ser rescindido:

(a) por mútuo acordo entre as partes.

(b) a critério da CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer:

(c) falência ou concordata;

(d) descumprimento pela CONTRATADA de qualquer cláusula contratual.

**INDENIZAÇÃO**

(a) em caso algum a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da legislação trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre a mesma e seus empregados prepostos ou terceiros.

**CLÁUSULA NOVA - Tributos:**

09.1- É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste contrato.

09.2- A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

**9.3- SEGUROS:**

(a) a CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal, das instalações de serviços e edificações que construir e de todo o equipamento para a execução dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA - Foro**

10.1- Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento, não se admitindo qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Rio do Sul, SC, 07 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS ZANIS MINISTRE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL CONTRATADA DE SAÚDE DE RIO DO SUL

**CONTRATO Nº.072/2014**

CONTRATO Nº.072/2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) JULIANA MACHADO COSTA VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLÍNICA MÉDICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor em Exercício do Fundo Municipal de Saúde, Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Juliana Machado Costa inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 860.955.362-00, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010064	Consulta Médica em Atenção Básica	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico (a) Juliana Machado Costa, inscrito (a) no CPF sob nº 860.955.362-00 com registro no conselho CREMESC sob o nº. 19795, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica de Referência Regional do município de Rio do Sul.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

#### CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula

estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.



**CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO**

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independarão de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR**

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.**

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na

**Cláusula Décima Segunda.**

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS**

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO**

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2014 com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 13 de Novembro de 2014.

Luiz Carlos Zanis  
Secretário Municipal de Saúde

Juliana Machado Costa

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana  
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria  
CPF 882.569.600-00

1) Fabíola kreusch  
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria  
CPF 037.134.899-47

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL - SC

OBJETO: Aquisição de material para exercício físico que será utilizado na Academia de Saúde do Bairro Laranjeiras.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:  
28/11/2014 às 08:30.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:  
01/12/2014 às 08:30

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Luis Henrique  
e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Direção administrativa e financeira e Secretário Municipal de Saúde

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
40.00.4.1047.3.33.90.00.00.00.00 - Projeto Time mais Saúde

# Salto Veloso

## PREFEITURA

**LEI Nº 1.522**

LEI Nº 1.522, DE 17 de novembro DE 2014.

Altera o artigo 2º da Lei Municipal 965/99, de 19 de agosto de 1999, que dispõe sobre o regime de adiantamento e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2º, da Lei Municipal 965/99, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

Artigo 2º. O regime de adiantamento de que trata o artigo anterior, consiste na entrega de numerário a servidor, cuja prestação de contas far-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento, sob pena de correção, multa e juros de mora.

Parágrafo único. O recebimento de adiantamento poderá ocorrer por meio de cartão magnético.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 17 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 12/2014 - IPRESVEL**

PORTARIA N.º 012/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, A MARIA ABATI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora Executiva do IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL,

De acordo com o art. 40, § 1º, inciso III, "a" da CF, com redação da EC nº 41/2003, à

MARIA ABATI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a totalidade da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994, perfazendo a importância de R\$1.251,87 (um mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos), a contar de 18 de novembro de 2014, conforme Processo nº 010/2014.

Salto Veloso, 17 de novembro de 2014.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI  
Diretora Executiva

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### RESULTADO DE LICITAÇÃO PL 84/2014 CC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL  
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação nº 84/2014-Concorrência Pública  
Objeto: EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, composto de serviços preliminares, ligações domiciliares, estações elevatórias, caixas de distribuições, wetland(filtro plantado), Baffled, emissários, e urbanização e paisagismo. Tudo será executado de conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares em anexo.(memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro).

Empresa Vencedora: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.  
TOTAL: R\$: 5.526.008,80, (Cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oito reais e oitenta centavos).

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### EXTRATO PL 2642014 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 264/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 14/2014, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A UNIDADE DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 28/11/14, até às 09:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 17/11/14.  
Jacob Gilmar Junges  
Prefeito Municipal.

#### LEI Nº 1229 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1229 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO A DEVOLVER IMÓVEL PARTICULAR DADO EM COMODATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que dispõe o art. 41 c/c o art. 26, ambos da Lei Orgânica do Municipal;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Município de Santa Terezinha do Progresso, autorizado a devolver o imóvel matriculado sob o número 2.550 junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê, compreendendo uma área ideal de 13.0000 m2 (treze mil metros quadrados), dado em comodato pelos proprietários Roberto Aloísio Jacoby e sua esposa Cenira Vieira da Silva Jacoby, conforme Averbação nº 7-2.550 do referido Registro de Imóvel.

Art. 2º. O imóvel descrito no artigo anterior é devolvido aos seus proprietários sem quaisquer ônus ou benfeitorias, o que se faz em razão do interesse público.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Terezinha do Progresso, 17 de Novembro de 2014.

Publicada e registrada em data supra

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 79/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 79/2014

Processo Administrativo Nº  
106/2014

Pregão Presencial Nº. 79/2014

2.014.3390.00 - 158 - 44/2014 - MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

#### 1 - DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 185/2014 de 31 de julho de 2014, comunica aos interessados que está realizando o Processo Licitatório nº. 106/2014, na modalidade Pregão Presencial nº. 79/2014, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes nº.01, contendo os documentos para proposta e envelope nº.02 para habilitação, para o dia 01/12/2014 às 08:00 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 01/12/2014 às 08:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, nesta cidade de SANTIAGO DO SUL-SC.

#### 2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto prestação de serviço de capacitação de professores da rede municipal de ensino do município de Santiago do Sul, a ser realizada nos dias 18 a 22 de dezembro de 2014, tendo como local a Escola Municipal Pequeno Cidadão com abordagem dos temas e carga horária descrita no ANEXO IV, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I - Lista de Itens, do presente Edital.

#### 3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo II), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante, Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.3 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

3.4. Toda empresa que apresentar proposta deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo

do licitante e Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) sob pena de inabilitação sendo que a ausência dos demais documentos estabelecidos no item 3.2, para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.5. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº.01 e 02, Certidão Comercial ou Registro Civil de Pessoa Jurídica emitido pela Junta Comercial de sua comarca.

#### 4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, podendo ainda ser utilizado o formulário pré-impresso anexo I do presente edital, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 106/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 01/12/2014.

ENVELOPE "PROPOSTA"

4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.

4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional.

4.6. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

4.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários a perfeita identificação do Objeto licitado.

#### 5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA DE INSS

CERTIDÃO NEGATIVA DE FGTS

CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL

CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO-INCISO V, ART.27 LEI 8666/93 E 9854/99

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

**CARTÃO CNPJ**

DECLARAÇÃO QUE REALIZA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES COMPREENDIDA COMO CURSOS LIVRES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, CONFORME REGULAMENTAÇÃO PRESENTE NO ARTIGO 39 DA LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDBEN) E NO DECRETO FEDERAL Nº 5.154/2004 – ARTIGOS 1º E 3º E INCISO 1º.

DECLARAÇÃO DA EMPRESA, QUE POSSUI PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE HABILITADOS PARA O EXERCÍCIO DA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES, DISCRIMINANDO OS NOMES DOS PROFISSIONAIS LISTANDO SUA FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL).

5.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.02

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 106/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014.

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 01/12/2014

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

5.3. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, exceto os documentos extraídos através da internet, que poderão ser consultados e verificados através dos "sites" dos quais foram expedidos.

5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

## 6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III), a referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, em seguida proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR LOTE. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

6.3. Serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial e por item,

a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e em ordem seqüencial para esses lances, será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá:

I - definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;

II - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;

III - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.14. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.15. Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta não for

aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e motivos apresentados pelo recorrente, deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## 7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

## 8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

## 9 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

9.1. No prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação para assinatura do contrato, o licitante deverá contratar com o Município de SANTIAGO DO SUL o objeto licitado.

9.2. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato será convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. A prestação de serviços do objeto de que trata esta licitação deverá ser iniciada imediato, condicionando-se à assinatura de contrato cfe. Estabelecido no presente edital e após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Compra., considerando ainda: Que a prestação de serviços será efetuada, mediante solicitação por parte do Município, atendendo as necessidades de consumo, com vigência de 18 de dezembro a 22 de dezembro de 2014.

## 10 - DO PAGAMENTO

10.1. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL compromete-se a efetuar o pagamento no prazo de até 07 dias após a entrega do objeto licitado/serviços prestados, pelo proponente.

10.2 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

10.3 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

## 11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações:

11.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) dissolução da empresa;

h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e

exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 12 - PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

12.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

12.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

12.1.5. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

12.2. Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.4. Faz parte integrante deste Edital:

13.4.1. ANEXO I - Lista de Itens com os preços máximos admitidos por item/Modelo da proposta.

13.4.2. ANEXO II - Minuta de Carta de Credenciamento;

13.4.3. ANEXO III - Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação;

13.4.4. ANEXO IV - Minuta de Contrato

13.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15)

minutos do horário previsto.

13.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, situada à Rua Angelo Toazza, de segundas à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone Nº (49) 3345-3000 ou pelo site [www.santiaodosul.sc.gov.br](http://www.santiaodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 14 de Novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

PREFEITO MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

O presente edital, preenche os requisitos da Legislação Vigente, em especial a Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações. Publique-se conforme determinações legais.

Este é o entendimento Salvo Melhor Juízo.

Santiago do Sul \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### ANEXO I

LISTA DE ITENS COM PREÇO MÁXIMO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta para atendimento ao objeto do presente edital referente à prestação de serviço de capacitação de professores da rede municipal de ensino do município de Santiago do Sul, a ser realizada nos dias 18 a 22 de dezembro de 2014, tendo como local a Escola Municipal Pequeno Cidadão, modalidade de licitação Pregão Presencial Nº. 79/2014, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: Prestação de serviço de capacitação de professores da rede municipal de ensino do município de Santiago do Sul, a ser realizada nos dias 18 a 22 de dezembro de 2014, tendo como local a Escola Municipal Pequeno Cidadão.

\*\*\*Os valores deverão ser cotados por preços unitários\*\*\*

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Total	Marca	Preço Unitário	Preço Total Item
1	Prestação de serviço de capacitação de professores, com carga horária de 40 horas, conforme anexo IV do Edital.	un	1,00	7.980,00			

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.



VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias .  
 PRAZO DE ENTREGA: 18 de dezembro a 22 de dezembro de 2014.

Local e Data

NOME E ASSINATURA  
 REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA  
 ANEXO II

#### CARTA DE CREDENCIAMENTO

À  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014  
 OBJETO: Prestação de serviço de capacitação de professores da rede municipal de ensino do município de Santiago do Sul, a ser realizada nos dias 18 a 22 de dezembro de 2014, tendo como local a Escola Municipal Pequeno Cidadão.  
 ABERTURA: 01/12/2014 - 08:00 h.

A \_\_\_\_\_  
 (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_ credencia como seu representante o Sr. \_\_\_\_\_ (nome e qualificação), CPF Nº \_\_\_\_\_ e CI Nº \_\_\_\_\_ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.  
 Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente. (para cadastro) \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014.

NOME E ASSINATURA  
 REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA  
 ANEXO III

#### DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

À  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014  
 OBJETO: Prestação de serviço de capacitação de professores da rede municipal de ensino do município de Santiago do Sul, a ser realizada nos dias 18 a 22 de dezembro de 2014, tendo como local a Escola Municipal Pequeno Cidadão.

A \_\_\_\_\_  
 (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014.

NOME E ASSINATURA  
 REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO IV CRONOGRAMA

OFICINAS	DATA/TURNO	CARGA HORÁRIA
Oficina de Blocos Lógicos – I Correspondência, classificação e seriação.	18/12/2014 Manhã	04 Horas
Oficina de Blocos Lógicos – II Pertinência, sequência e conjuntos.	18/12/2014 Tarde	04 Horas
Oficina de Linguagem – I As Múltiplas Linguagens.	19/12/2014 Manhã	04 Horas
Oficinas de Estudos Sociais – I A Construção do Espaço.	19/12/2014 Tarde	04 Horas
Oficina de Literatura – I Clássica	20/12/2014 Manhã	04 Horas
Oficina de Literatura – II Popular	20/12/2014 Tarde	04 Horas
Oficina de Matemática – I A Construção do Número	21/12/2014 Manhã	04 Horas
Oficina de Matemática – II As Quatro Operações	21/12/2014 Tarde	04 Horas
Oficina de Ciências – I Concepções e tipos de conhecimento	22/12/2014 Manhã	04 Horas
Oficina de Feira de Ciências Grav./Ar/Calor/Magnetismo/Cresc./Energia	22/12/2014 Tarde	04 Horas

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 323/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 323/2014  
MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 04 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DESGASTES DIVERSOS PARA USO NOS EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS CONFORME RELAÇÃO COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 320/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 320/2014  
MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 02 de dezembro 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA INSTALAÇÃO NA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao) e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### LEI Nº 3444/2014

LEI Nº 3444, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

ACRESCENTA OS ARTS. 3º-A E 4º-A NA LEI Nº 1.392, DE 15 DE SETEMBRO DE 2005, ACRESCENTANDO PUNIÇÕES AO DESCUMPRIMENTO DA LEI

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu Prefeito Municipal, Sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado o Art. 3º-A e seu Parágrafo único, na Lei nº 1.392, de 15 de Setembro de 2005, com a seguinte redação:

“Art. 3º-A. O descumprimento do disposto na presente Lei sujeitará o infrator as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 250 (duzentas e cinquenta) UFM (Unidade Fiscal Municipal);

III - Multa de 350 (trezentos e cinquenta) UFM (Unidade Fiscal Municipal) em caso de reincidência.

Parágrafo único: Será garantido ao infrator o devido processo administrativo, com observância dos princípios da ampla defesa e contraditório.

Art. 2º. Fica acrescentado o Art. 4º-A na Lei nº 1.392, de 15 de Setembro de 2005, com a seguinte redação:

“Art. 4º-A. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei.”

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 3445/2014

LEI Nº 3445, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

ESTABELECE NORMAS PARA DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A MEIA NOITE ATÉ ÀS 05:00 HRS, NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal decreta e eu Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os veículos utilizados para a prestação do serviço de transporte coletivo urbano no Município de São Bento do Sul, no período da meia noite até às 05:00 hrs. da manhã, deverão possibilitar o desembarque de quaisquer passageiros em qualquer local onde seja permitido o estacionamento, no trajeto regular da respectiva linha, mesmo que não haja ponto de parada regulamentada.

Art. 2º O desembarque será realizado sempre que solicitado ao motorista, em local da via que apresente condições de segurança ao passageiro e veículo de transporte coletivo.

Art. 3º As empresas de transporte coletivo urbano ficam obrigadas a afixar adesivos em local de alta visibilidade, no espaço interno de todos os ônibus e microônibus utilizados no sistema viário, bem como nos terminais urbanos de passageiros, informando o conteúdo e número desta lei.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 3.410, de 18 de agosto de 2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1965/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1965/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEW9625	55906126E	6912/0	23/10/2014	232
AGG3737	55906064E	6599/2	29/10/2014	230 * V
AGH4234	54593826E	6610/2	09/10/2014	230 * VII
AGH4234	54597346E	6670/0	08/10/2014	230 * XIII
AHJ9135	54596889E	6912/0	10/09/2014	232
ARB5010	54591643E	6912/0	29/10/2014	232
ARB5010	54593835E	5045/0	29/10/2014	162 * V
ARB5010	54593836E	5142/0	29/10/2014	164 c/c 162 * V
BEK0015	55906141E	6912/0	30/10/2014	232
BEK0015	55906142E	5045/0	30/10/2014	162 * V
BEK0015	55906143E	5142/0	30/10/2014	164 c/c 162 * V
CNW5496	54595470E	5045/0	23/10/2014	162 * V
DHW0552	54594370E	6912/0	01/10/2014	232
DJA8690	55906360E	6912/0	29/10/2014	232
ICM5831	55906134E	6912/0	29/10/2014	232
ICN9716	54596912E	6599/2	29/10/2014	230 * V
ICN9716	54596913E	6912/0	29/10/2014	232
ICN9716	54596914E	6629/0	29/10/2014	230 * VIII
IKL5836	54594400E	6599/2	24/10/2014	230 * V
IKL5836	55906301E	5045/0	24/10/2014	162 * V
IOF3728	54594048E	6726/1	05/11/2014	230 * XVIII
LWU0965	54594332E	5010/0	11/10/2014	162 * I
LWU0965	54594333E	6610/2	11/10/2014	230 * VII
LWU4681	54593957E	5010/0	28/10/2014	162 * I
LXC2588	54596281E	5169/1	25/10/2014	165
LXC2588	54596282E	6653/2	25/10/2014	230 * XI

1 / 2



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXV7762	54593953E	5169/1	04/10/2014	165
LXW1937	54596692E	5010/0	11/10/2014	162 * I
LXW1937	54596693E	5118/0	11/10/2014	164 c/c 162 * I
LXW1937	54596694E	6599/2	11/10/2014	230 * V
MBE1769	55906065E	5010/0	29/10/2014	162 * I
MBE1769	55906066E	5118/0	29/10/2014	164 c/c 162 * I
MBU4576	54594073E	6599/2	02/10/2014	230 * V
MCA4057	55906404E	6599/2	30/10/2014	230 * V
MCG7005	54595400E	6556/4	09/10/2014	230 * I
MDT0889	54594095E	6556/1	23/10/2014	230 * I
MFV4231	55906352E	6599/2	25/10/2014	230 * V
MFV4231	55906353E	5010/0	25/10/2014	162 * I
MFV4231	55906354E	5118/0	25/10/2014	164 c/c 162 * I
MFZ1802	54594262E	6912/0	01/10/2014	232
MGF2393	54596235E	6637/1	23/10/2014	230 * IX
MGO3287	55906401E	6912/0	24/10/2014	232
MIK0639	55906140E	6670/0	29/10/2014	230 * XIII
MLR0628	55906402E	6912/0	29/10/2014	232
MXB5153	55906132E	6670/0	24/10/2014	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1966/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1966/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADH8648	55906071E	6564/0	06/11/2014	230 * II
AEP1710	54926980E	5819/6	30/10/2014	193
AHJ9135	54926716E	5541/2	16/08/2014	181 * XVII
AOC7350	54594044E	5207/0	28/10/2014	169
ARB5010	54591644E	5207/0	29/10/2014	169
ATB2458	54927075E	5541/2	24/09/2014	181 * XVII
AUJ2443	54926971E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
AWK6728	54926142E	7366/2	02/10/2014	252 * VI
AWK6728	54926143E	5185/1	02/10/2014	167
DEV2147	54927032E	5541/2	24/09/2014	181 * XVII
ICM5831	54596280E	7234/0	25/10/2014	250 * I * a
MAG4747	54594101E	5215/2	02/10/2014	170
MCZ4694	55723934D	5738/0	03/11/2014	186 * II
MDX7097	54926677E	7366/2	29/10/2014	252 * VI
MEP9886	54926681E	6068/1	29/10/2014	209
MEY7329	55724207D	7366/2	06/10/2014	252 * VI
MFJ7155	54596908E	5185/1	13/10/2014	167
MFX9880	55906361E	6858/0	29/10/2014	231 * VII
MFX9880	55906362E	5193/0	29/10/2014	168
MFY9126	54927033E	5541/2	24/09/2014	181 * XVII
MHC5941	54926679E	7366/2	29/10/2014	252 * VI
MHL2134	54926979E	5819/6	30/10/2014	193
MIT8313	54596529E	5738/0	26/10/2014	186 * II
MKN1325	54596284E	6858/0	05/11/2014	231 * VII
MKN1325	54596285E	7048/1	05/11/2014	244 * II
MKN1325	54596286E	5207/0	05/11/2014	169

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NEX4334	55906003E	5541/1	10/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1967/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1967/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACX9872	54857245C	5169/1	12/08/2014	R\$ 1.915,38	165
APL6366	54596850E	5045/0	16/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
AUE0102	54596960E	6912/0	21/08/2014	R\$ 53,20	232
AUE0102	54596961E	6726/1	21/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
BQL5827	54592091E	5320/0	02/08/2014	R\$ 957,69	176 * V
CAH9611	54596643E	5053/1	02/09/2014	R\$ 191,53	162 * VI
DPS7192	54594255E	7340/0	17/09/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LXQ6176	54595665E	6599/2	20/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXQ6176	54595666E	5010/0	20/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXQ6176	54595667E	5118/0	20/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXQ6176	54595668E	6726/1	20/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXQ6176	54595669E	6629/0	20/07/2014	R\$ 127,69	230 * VIII
LYJ0265	54593548E	6726/1	11/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYJ0265	54593549E	6912/0	11/07/2014	R\$ 53,20	232
MBN3083	54596956E	5045/0	21/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBN3083	54596957E	6912/0	21/08/2014	R\$ 53,20	232
MBN3083	54596958E	5142/0	21/08/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MBN3083	54596959E	6637/2	21/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDF2258	54593856E	6912/0	10/09/2014	R\$ 53,20	232
MDF2258	54593857E	5045/0	10/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDF2258	54593858E	5142/0	10/09/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MDU6066	54596796E	6912/0	11/09/2014	R\$ 53,20	232
MDZ8446	54593851E	6912/0	28/08/2014	R\$ 53,20	232
MGP0806	54596984E	6408/0	03/09/2014	R\$ 85,12	221
MIO0002	54594847E	6912/0	09/08/2014	R\$ 53,20	232
MJC7185	54596672E	6670/0	11/09/2014	R\$ 127,69	230 * XIII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJH0632	54596847E	6599/2	12/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJH0632	54596848E	5010/0	12/09/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1968/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1968/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEE9100	54596513E	5380/0	20/08/2014	R\$ 85,12	181 * I
AGY7164	54594016E	6122/0	18/09/2014	R\$ 191,53	214 * I
AOC7350	54926747E	5185/1	18/09/2014	R\$ 127,69	167
BAY9988	54593246E	5185/1	12/09/2014	R\$ 127,69	167
CIE8408	54594759E	5800/0	26/08/2014	R\$ 127,69	192
HKT7985	54594017E	5185/1	18/09/2014	R\$ 127,69	167
LVC0065	54926703E	5541/2	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAX4133	54596969E	5185/1	28/08/2014	R\$ 127,69	167
MAX6528	54596645E	5185/1	03/09/2014	R\$ 127,69	167
MBS1475	54926806E	7366/2	26/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCP1008	54595005E	5185/1	12/07/2014	R\$ 127,69	167
MDU6066	54596845E	7048/1	11/09/2014	R\$ 191,53	244 * II
MEF0853	54593247E	5185/1	12/09/2014	R\$ 127,69	167
MHB9747	54597097E	5525/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MIJ6069	55514800D	5541/2	20/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJR2095	54596776E	7234/0	28/08/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MLL4568	54593754E	5207/0	27/08/2014	R\$ 53,20	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 944/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 944/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACX4168	8492066710	6050/3	25/10/2014	208
AIC1135	8492066723	6050/3	27/10/2014	208
AIX0604	8492066676	7455/0	26/10/2014	218 * I
AOB0086	8492066765	7455/0	26/10/2014	218 * I
ARO6089	8492066471	7455/0	14/10/2014	218 * I
AST0473	8492066527	5673/2	19/10/2014	183
AUA6934	8492066722	6050/3	26/10/2014	208
AYT0516	8492066382	5673/2	12/10/2014	183
BAB5758	8492066659	7455/0	22/10/2014	218 * I
BVB6180	8492066804	7471/0	25/10/2014	218 * III
DWT4542	8492066226	7455/0	27/09/2014	218 * I
DXE2945	8492066255	7463/0	04/10/2014	218 * II
DXE2945	8492066609	7455/0	16/10/2014	218 * I
EDD6098	8492066682	7455/0	22/10/2014	218 * I
ENM8667	8492066744	7463/0	23/10/2014	218 * II
FBT7934	8492066709	6050/3	24/10/2014	208
HNMO226	8492066701	7455/0	27/10/2014	218 * I
HOG9026	8492066720	6050/3	25/10/2014	208
IBE3235	8492066322	7455/0	04/10/2014	218 * I
IRL7806	8492066583	6050/3	21/10/2014	208
ITA3530	8492066047	7455/0	23/09/2014	218 * I
KAF0307	8492066781	7455/0	26/10/2014	218 * I
LBO6918	8492066778	7455/0	22/10/2014	218 * I
LWU7079	8492066577	6050/3	19/10/2014	208
LWU7079	8492066712	5673/2	27/10/2014	183
LWU7079	8492066713	6050/3	27/10/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXJ7810	8492066724	5673/2	23/10/2014	183
LXP6705	8492066670	5673/2	25/10/2014	183
LXX9130	8492066685	7455/0	26/10/2014	218 * I
LYL4575	8492066758	7455/0	28/10/2014	218 * I
MAB4902	8492066719	5673/2	25/10/2014	183
MAE8376	8492066707	6050/3	26/10/2014	208
MBN3542	8492066662	6050/3	24/10/2014	208
MBN3542	8492066726	7455/0	25/10/2014	218 * I
MBN3542	8492066727	7463/0	25/10/2014	218 * II
MBR1063	8492066776	7455/0	28/10/2014	218 * I
MBW0972	8492066660	5673/2	22/10/2014	183
MBW6661	8492066770	7455/0	27/10/2014	218 * I
MCF6185	8492066769	7455/0	27/10/2014	218 * I
MCH7196	8492066671	6050/3	23/10/2014	208
MCP8562	8492066552	7455/0	20/10/2014	218 * I
MCY3959	8492066768	7455/0	25/10/2014	218 * I
MCY7597	8492066672	7463/0	24/10/2014	218 * II
MDM3996	8492066729	7455/0	28/10/2014	218 * I
MDU4013	8492066728	6050/3	27/10/2014	208
MEL0286	8492066784	7455/0	23/10/2014	218 * I
MEQ2525	8492066678	7455/0	26/10/2014	218 * I
MER1647	8492066782	7455/0	28/10/2014	218 * I
MFB9535	8492066774	7455/0	26/10/2014	218 * I
MGB5334	8492066708	7455/0	28/10/2014	218 * I
MGF0857	8492066734	7455/0	25/10/2014	218 * I
MHE9206	8492066753	7463/0	24/10/2014	218 * II
MIL5873	8492066695	7455/0	22/10/2014	218 * I
MJE8948	8492066699	7455/0	26/10/2014	218 * I
MLC1688	8492066667	7455/0	27/10/2014	218 * I
MLO8052	8492066702	7463/0	27/10/2014	218 * II
MMH4453	8492066706	7455/0	25/10/2014	218 * I
QHA2787	8492066700	7455/0	26/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 945/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 945/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIO6301	8492065769	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJL6895	8492065310	7455/0	24/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJT9080	8492065675	7455/0	03/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOV8786	8492065293	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
APK6064	8492065462	7455/0	08/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUG8596	8492065114	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BEE1503	8492065740	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
BEE1503	8492065808	7455/0	03/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
BKI6254	8492065266	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BQC9396	8492063970	5673/2	29/06/2014	R\$ 85,12	183
BQP7123	8492065490	6050/3	08/09/2014	R\$ 191,53	208
DYF4197	8492065539	7463/0	04/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
DYH0990	8492065835	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
HUX2932	8492064328	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IEZ1543	8492065542	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
IKR4585	8492065527	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
JFF2621	8492065085	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
KWD2663	8492065235	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXI2740	8492065820	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYI0718	8492065237	6050/3	24/08/2014	R\$ 191,53	208
LYO3085	8492065671	7455/0	03/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZR2563	8492065173	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU7414	8492065246	7455/0	24/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU7414	8492065260	7455/0	24/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBR3415	8492065289	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ5494	8492065313	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBZ6680	8492065576	7455/0	05/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH0913	8492065551	7455/0	03/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEB4600	8492065721	7455/0	05/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEB4600	8492065753	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEB4600	8492065767	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER2039	8492065484	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE2550	8492065616	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE2550	8492065617	7463/0	07/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFE2550	8492065716	7455/0	05/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFK9253	8492065030	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO0899	8492065304	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC0837	8492065161	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGM4705	8492065196	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGS3313	8492065171	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU2741	8492065174	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV2413	8492065158	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHY8461	8492064741	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC4976	8492065064	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL1445	8492064031	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ9824	8492065144	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL4582	8492064673	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP2162	8492065264	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
QIM2000	8492065195	6050/3	24/08/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**IPRESBS****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2014**

Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2014

OBJETO: Contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada, sistemas operacionais Transparência, Patrimônio e Frotas.

CONTRATADO: Betha Sistemas Ltda.

VALOR: R\$ 10.200,00

SÃO BENTO DO SUL, 14 de novembro de 2014.

CAMILA DE OLIVEIRA PAULI

COORDENADORA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

PAULO ROBERTO SCHEIDE

DIRETOR PRESIDENTE

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 4/2014

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: de licença de uso de solução para gestão pública informatizada, sistemas operacionais Transparência, Patrimônio e Frotas.

II - Contratado: Betha Sistemas Ltda

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e se justifica diante da inviabilidade de competição existente.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: Considerando que os sistemas operacionais contratados onde a empresa é a única a prestar o serviço objetivado com a qualidade e eficiência pretendida, uma vez que, consoante os termos do Certificado ABES é a única desenvolvedora e mantenedora dos demais aplicativos para gestão pública instalados nesse ente público como também nessa municipalidade.

Por fim, deve-se ressaltar a inviabilidade de competição, uma vez que há a necessidade de integração do aplicativo que se pretende contratar aos sistemas de Compras, Licitações, Contabilidade Pública (implantados nesse Instituto como também de todos os entes dessa municipalidade, pela empresa Betha Sistemas Ltda., vencedora de certame licitatório deflagrado para tal contratação), o que somente se demonstra possível com a identificação precisa das linguagens de comunicação utilizadas, com plena compatibilidade entre os sistemas, surge a necessidade de contratação de empresa cujos softwares cumpram tais requisitos, sendo portanto, inviável a competição, conforme caput do art. 25 da lei nº 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é o praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

DIRETOR PRESIDENTE

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de

retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

**PORTARIA IPRESBS Nº 404/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 404/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 19/11/2014 a 02/01/2015, a servidora SANDRA APARECIDA LEANDRO GONÇALVES FERREIRA FARIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 04/11/2014 a 18/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/11/2014.

São Bento do Sul, 13/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 405/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 405/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/11/2014 a 10/11/2014, a servidora CORIA HELENA VIEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 22/10/2014 a 05/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/11/2014.

São Bento do Sul, 13/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 406/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 406/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 03/11/2014 a 07/11/2014, a servidora ANA NELY HANSCH ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/10/2014 a 29/10/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/11/2014.

São Bento do Sul, 13/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 407/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 407/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº386/2014, ao servidor PAULO SERGIO GONÇALVES DE PAULA ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Radiologia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/11/2014, em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/11/2014.

São Bento do Sul, 13/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 408/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 408/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 21/11/2014 a 27/02/2014, concedido ao servidor ANTONIO VILMAR CHAVES ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Portaria IPRESBS nº. 457/2013, conforme perícia

médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/11/2014.

São Bento do Sul, 13/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 409/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 409/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/11/2014 a 31/12/2014, ao servidor JOÃO OSMAIR SCHIFFER ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 22/10/2014 a 05/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/11/2014.

São Bento do Sul, 13/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 410/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 410/2014

Dispõe sobre a nomeação de perito médico ad hoc, no processo administrativo de concessão de auxílio por incapacidade temporária da segurada: Rosalinda Custódio Rais e Vera Lucia Weihermann Ilg e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

Considerando a complexidade da matéria fática, bem como da necessidade de nova perícia médica, e com vistas a oportunizar à segurada o acesso à opinião de profissional especialista na doença atestada pela médica assistente;

Considerando o disposto no artigo 48 da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dr. CLAUDIO JOSÉ TREZUB, médico perito, CRM/PR 4095, CPF. 171.080.639-72, para atuar como perito ad hoc deste Instituto de Previdência, para proceder a perícia médica nas seguradas, Rosalinda Custódio Rais e Vera Lucia Weihermann Ilg

Art. 2º. A perícia será realizada dia 18/11/2014, no consultório do



profissional nomeado, sito na Rua Jacob Macanhã, nº 83, Centro - Pinhais - Estado do Paraná, sendo para tanto disponibilizado às seguradas, transporte em veículo do IPRESBS.

Art. 3º. Fixar o valor de R\$ 560,00 (Quinhentos e sessenta reais), como remuneração aos serviços profissionais do perito.

São Bento do Sul, 13/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 411/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 411/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar, IVO JOSE GONÇALVES, matrícula 035272, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, no dia 18/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 412/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 412/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/11/2014 a 18/01/2015, concedido a servidora TEREZINHA DE OLIVEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 350/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/11/2014.

São Bento do Sul, 14/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 413/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 413/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/11/2014 a 09/01/2015, ao servidor RODINEI DRANKA FERREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo lotado na Secretaria Municipal Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/11/2014 a 21/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/11/2014.

São Bento do Sul, 14/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

#### **PORTARIA IPRESBS Nº 414/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 414/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2014 a 27/02/2015, concedido a servidora APARECIDA MARIA DE BRITO COSTA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 136/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2014.

São Bento do Sul, 14/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

---

### **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 42/2014

Contrato Nº: 89/2014 - 1º T. A. ao Contrato nº 60/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: SANEBRÁS SANEAMENTO LTDA

Vigência: Início: 15/10/2014 - Término: 15/04/2015

Recursos: Dotação:

(25) 1.0002.4.4.90.51 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços de locação de retroescavadeira com operador.

Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL

### AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOBRE O 2º QUADRIMESTRE DE 2014

EDITAL

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que a Secretária Municipal de Saúde, Senhor Deodato Raul Hruschka, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, o Relatório do 2º Quadrimestre de 2014.

Data: 18 de Novembro de 2014

Hora: 16:00 hs

Local: Sede do Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 14 de Novembro de 2014.

César Augusto Accorsi de Godoy

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Tirso Gladimir Hummelgen

Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento

## São Cristóvão do Sul

### PREFEITURA

#### EDITAL 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

CHAMADA PÚBLICA Nº 4/2014

A Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, torna público, a Chamada Pública nº 4/2014, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar para o ano de 2014, Lei n.º 11.947/2009, Resolução n.º 26/2013 do FNDE. Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 - Centro - São Cristóvão do Sul - SC, ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br).

São Cristóvão do Sul (SC), 10 de novembro de 2014.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

#### EDITAL 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2014 DISPENSA Nº 13/2014

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 13/2014, Processo de Licitação nº 40/2014 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar para o ano de 2014, Lei n.º 11.947/2009, Resolução n.º 26/2013 do FNDE, em favor de VILSON DE JESUS NEVES, inscrito no CPF sob nº 247.045.479-49.

São Cristóvão do Sul (SC), 10 de novembro de 2014.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

#### EDITAL 41/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 41/2014 DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2014

O Município de São Cristóvão do Sul - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL Nº 41/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2014, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA RITA DE CÁSSIA E EGÍDIO DEITOS, CONFORME MEMORIAL DISCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PLANTAS EM ANEXO, RECURSOS FUNDAM.

Vencimento: 04/12/2014 às 14:00 (quatorze horas)

Maiores informações, e edital completo, no site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 - Centro - São Cristóvão do Sul - SC, pelo telefone (49) 3253-1200 (das 13 às 18 horas) ou pelo e-mail: [toniel@sao-cristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@sao-cristovao.sc.gov.br).

SISI BLIND

Prefeita Municipal

## São Domingos

### PREFEITURA

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 035/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 035/2014  
TOMADA DE PREÇOS FMS N. 004/2014

O Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 09:00 horas do dia 05 de dezembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE: UM MÉDICO CLÍNICO-GERAL PARA COMPOR A EQUIPE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA ESF-02/ÁREA-002 E UM MÉDICO CLÍNICO-GERAL PARA COMPOR A EQUIPE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA ESF-03/ÁREA-003. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: [licitacao@saodomingos.sc.gov.br](mailto:licitacao@saodomingos.sc.gov.br).

São Domingos, SC, 10 de novembro de 2014.  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

## São João do Sul

### PREFEITURA

**LICITAÇÃO Nº 082/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

**LICITAÇÃO Nº 082/2014**

Modalidade - Pregão Presencial nº 035/2014

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 07h 30 min do dia 28/11/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 07h 45 min do dia 28/11/2014. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07:00 às 13:00, ou pelo e-mail [licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br)

São João do Sul - SC, em 18 de Novembro de 2014.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

## São Joaquim

### PREFEITURA

#### PROCESSO 38/2014 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 38/2014

Pregão Presencial 29/2014

Objeto: Contratação de empresa para construção de rampa do prédio do CRAS e garagem da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Tipo: Menor preço global por lote

Abertura: 28/11/2014 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 22.778,48

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 17 de novembro de 2014

MIRIAN CHIOCA VALTRICK

Secretária Municipal de Assistência Social

## São José

### PREFEITURA

#### LEI N.º 5.442 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA Nº. 4.720 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 1º, da Lei nº. 4.720, de 03 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública o "GRÊMIO RECREATIVO ESPORTIVO CULTURAL E CARNAVALESCO - BLOCO GUARDIÕES DE AREIAS", com sede à Rua Antônio Cândido, nº. 1242, no Bairro Areias, CEP 1113 786, no Município de São José, inscrita no CNPJ sob nº 08.916.312/0001-51, fundado em 15 de abril de 2007, registrado no livro de Pessoas Jurídicas e outros Papéis da Comarca de São José, em 12 de junho de 2007, sob o termo nº. 4380, fls. 80 do Livro A-37.

Art. 2º - Redação Original. [...]"

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Prefeito Municipal

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, usando da competência que lhe confere o artigo 3º, § 3º da Lei nº 4.047, de 17 de novembro de 2003, resolve CONVOCAR os representantes das Entidades Comunitárias e Associações de Pais de escolas sediadas no município, juridicamente constituída e em regular funcionamento, para participarem do Fórum Municipal Antidrogas, com vistas à eleição de um representante suplente, no seguimento de Entidades Comunitárias e um titular e um suplente, no seguimento de Associação de Pais de escolas, para compor o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD/SJ, para o biênio 2013/2015, que será realizado no dia 25 de novembro de 2014, às 13 horas, na Casa dos Conselhos de Direitos de São José, situado à Rua Coronel Américo, nº25, Barreiros, São José, fone (48)3249-3668.

Paço Municipal de São José, 17 de novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Prefeito Municipal

FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL PARA A COMPOSIÇÃO DO COMAD DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE

ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A COMPOSIÇÃO DO COMAD/SJ BIÊNIO 2013 - 2015.

#### INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 25 de novembro de 2014

Local: Casa dos Conselhos de Direitos de São José

Endereço: Rua Coronel Américo, 25 - Barreiros - São José/SC.

Horário: início: 13 horas término: 14 horas

- Cada entidade participará com um Delegado;
- Somente poderão participar as entidades que estejam juridicamente constituídas e em regular funcionamento e atendam os requisitos legais, conforme Lei nº4.047/2003, com sede no município de São José;
- A entidade deverá comprovar a forma de atendimento, através de declaração assinada pelo Representante Legal;
- O candidato indicado pela Entidade ao Conselho deverá ter disponibilidade e priorizar a atenção ao Conselho Municipal Antidrogas de São José - COMAD/SJ;
- Serão eleitos um representante suplente, no seguimento de entidades comunitárias e um titular e um suplente, no seguimento de Associação de pais de escolas sediadas no município;
- Cada delegado poderá votar no máximo em até 01 (uma) entidade, por seguimento, para compor o COMAD.

**CRITÉRIOS PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL DO FÓRUM E CANDIDATAR-SE A COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ - COMAD/SJ**

Entregar até às 13h do dia 25 de novembro no local indicado para o Fórum os documentos abaixo relacionados:

I. Cópia do Estatuto da entidade devidamente registrado;

II. CNPJ atualizado com no máximo 30 dias;

III. Ata da última eleição;

IV. Ofício do Presidente da Entidade, indicando o representante desta. No caso da Entidade se candidatar, deverá ser mencionado no ofício à intenção desta candidatura para o COMAD e/ou Fórum (pode se candidatar a ambos).

OBS: 1- Não serão aceitas inscrições após às 13h do dia.  
2- Maiores esclarecimentos pelo Fone: (48) 3249-3668, com Joice - Secretaria Executiva.

Paço Municipal de São José, 17 de novembro de 2014  
SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Prefeito Municipal

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, usando da competência que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, vem, pelo presente edital, convocar todas as entidades da Sociedade Civil registradas no Conselho Municipal do Idoso de São José, conforme estipula Resolução nº. 007/2008, juridicamente constituídas e em regular funcionamento no município, para participarem do "Foro Próprio Eletivo da Sociedade Civil e Promoção da Pessoa Idosa", para Assembléia de escolha dos 06 (seis) representantes titulares e 06 (seis) representantes suplentes, conforme a Lei nº.4.599/2007, artigo 9º, parágrafo II e III, para comporem o Conselho Municipal do Idoso de São José, para o próximo biênio 2015/2017 segundo os critérios estipulados pela Comissão Organizadora do Foro Próprio Eletivo das Entidades Cíveis e Promoção da Pessoa Idosa, a realizar-se no dia 05 de Dezembro do ano de 2014, no horário compreendido entre 09:00h e 11:00horas no

CATI - Centro de Atendimento à Terceira Idade, situado na Avenida Beira Mar de São José, Bairro Praia Comprida, São José/SC, coordenada pela Comissão organizadora do Foro Próprio Eletivo da Sociedade Civil e Promoção da Pessoa Idosa, conforme eleitos no dia 09 de Agosto de 2012.

Paço Municipal de São José, 17 de novembro de 2014.  
SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL 118/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 118/2014 - Processo nº 310/2014: Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes, equipamentos e materiais de consumo, para a ampliação de 03 (três) salas do CATI e criação de 06 (seis) novas salas para o Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 28/11/2014 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 28/11/2014 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

## **PREGÃO PRESENCIAL 109/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 109/2014 - Processo nº 281/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de transportes rodoviário destinados as atividades da Fundação Educacional de São José/SC - USJ. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 28/11/2014 às 16h45min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 28/11/2014 às 17h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

## **PREGÃO PRESENCIAL 083/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 083/2014 - Processo nº 235/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de filmadora, flash e lentes para atender a rede municipal de ensino e a Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 28/11/2014 às 16h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 28/11/2014 às 16h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.



**PREGÃO PRESENCIAL 124/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 124/2014 - Processo nº 323/2014: Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de um link dedicado de acesso a internet de alta velocidade, destinado a Primeira Companhia de Bombeiros Militar do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 28/11/2014 às 15h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 28/11/2014 às 15h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2014 - PROPOSTAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2014 - PROPOSTAS - Processo nº 270/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução da reforma e ampliação do CEI José Nitro, compreendendo refeitório / pátio coberto, direção, sala de professores, lavanderia, playground - Serraria, Município de São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; 2ª ASTECA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA; 3ª SMO EMPREITEIRA PRECISÃO EPP; 4ª CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI - EPP; e 5ª MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP; e. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br).

Carlos Alfredo Schmidt  
Presidente/CPL.

**São José do Cedro****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS \*\*\***

\*\*\* As vagas disponibilizadas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais destinam-se para lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

ROGÉRIO ISOTTON.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 254/2014 - SF**

DECRETO Nº. 254/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03	DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008	DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"62"	3.3.90.39.00.00.1.0000 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....
	R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 13 de novembro

de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 255/2014 - SF**

DECRETO Nº. 255/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.629,28 (dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.A  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA  
"28" 3.3.90.36.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 2.629,28

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 2.629,28 (dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos), Recursos Transferências de Impostos - Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.A  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA  
"26" 3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo .....  
..... R\$ 2.629,28

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de novembro de 2014.  
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 13 de novembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 256/2014 - SF**

DECRETO Nº. 256/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.A  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A

### **QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA**

"46" 3.1.90.11.00.00.1.0064  
Vencimentos e Vantagens Fi-  
xas - Pessoal Civil..R\$ 7.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), Recursos Atenção Básica, Fonte 1.0064, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.A  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.092 PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA  
"47" 3.1.90.13.00.00.1.0064 Obrigações Patronais .....  
.....R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de novembro de 2014.  
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 14 de novembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 257/2014 - SF**

DECRETO Nº. 257/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S  
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR  
2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF  
"1" 3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fijas-Pessoa Civil .....R\$ 16.100,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Transferências de Impostos - Saúde, Fonte 1.0002 no valor R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de novembro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 14 de novembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.



**DECRETO Nº. 258/2014 - SF**

DECRETO Nº. 258/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 155.750,00 (cento e cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPARTAMENTO DE ADMIN. PLANEJ. EDUCACIONAL

"107" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil....R\$ 110.250,00

"108" 3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais .....  
..... R\$ 23.000,00

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"121" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil....R\$ 17.400,00

"122" 3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais .....  
..... R\$ 3.100,00

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"140" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0001 no valor R\$ 155.750,00 (cento e cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 14 de novembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 259/2014 - SF**

DECRETO Nº. 259/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 46.900,00 (quarenta e seis mil e novecentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DE MAG. FUNDEB

"114" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado ..... R\$15.800,00

"115" 3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$4.700,00

"116" 3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais .....  
..... R\$19.400,00

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"139" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado ..... R\$ 7.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FUNDEB 60%, Fonte 1.0018 no valor R\$ 46.900,00 (quarenta e seis mil e novecentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 14 de novembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.110/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº110/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 110/2014, Edital de Pregão Nº 110/2014, Objeto: Aquisição de doces diversos, para distribuição aos educandos da rede municipal de ensino, em comemoração ao natal, conf. lei municipal n.4.067/2013, bem como, aquisição de cestas de natal, para serem distribuídas a título de premiação, para os participantes do 13º natal luz, realizado pela prefeitura municipal de são José do cedro, conf. lei municipal nº. . 4.309/2014. Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 28/11/2014. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 28/11/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.

Antonio Plinio de Castro Silva  
Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.984, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.984, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.26.782.4511.2.059	117	Aplicação Direta	R\$ 9.100,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.985, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.985, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 52.177,00 (cinquenta e dois mil, cento e setenta e sete reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.26.782.4511.2.059	117	Aplicação Direta	R\$ 52.177,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.26.782.4511.2.059	118	Aplicação Direta	R\$ 52.177,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2014, CC Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 19/12/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2014, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 006/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE RUAS DO LOTEAMENTO ALLIEVI, COM ÁREA TOTAL DE 20.915,49 M², RUAS DO LOTEAMENTO CARDOSO, COM ÁREA TOTAL DE 9.528,01 M² E RUAS DOS LOTEAMENTOS NESPOLO E CARBONI, COM ÁREA TOTAL DE 13.434,54 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONVENIO Nº 2014TR003597 CELEBRADO ENTRE ESTADO DE SANTA CATARINA E MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE POR INTERMÉDIO DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 4.986, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.986, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de R\$ 1.683,00 (um mil, seiscentos e oitenta e três reais), correspondente a 18,70 (dezoito vírgula setenta) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento a ser promovido na data de 28 de novembro de 2014, pela empresa Cristina Molossi ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.181.341/0001-03.

Parágrafo único. Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a pessoa jurídica que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.372.846,79	17,42	47.091.108,48	6.729.323,52
	51.820.410,00	51.820.410,00	9.286.180,12	17,92	45.828.460,05	5.991.949,95
RECEITAS CORRENTES	6.298.500,00	6.298.500,00	1.201.247,99	19,07	5.960.740,98	337.759,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.670.000,00	4.670.000,00	1.137.770,28	24,36	5.492.274,99	-822.274,99
IMPOSTOS	1.208.500,00	1.208.500,00	63.477,71	5,25	468.465,99	740.034,01
TAXAS	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	970.000,00	970.000,00	168.667,78	17,39	827.614,64	142.385,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	970.000,00	970.000,00	168.667,78	17,39	827.614,64	142.385,36
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	339.800,00	339.800,00	104.932,28	30,88	616.241,22	-276.441,22
RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00	15.000,00	715,50	4,77	11.907,00	3.093,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	324.800,00	324.800,00	104.216,78	32,09	604.334,22	-279.534,22
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	30.000,00	30.000,00	5.043,56	16,81	6.027,06	23.972,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	30.000,00	30.000,00	5.043,56	16,81	6.027,06	23.972,94
Outras Receitas Agropecuárias	332.000,00	332.000,00	268.012,31	80,73	704.253,82	-372.253,82
RECEITA DE SERVIÇOS	42.726.010,00	42.726.010,00	7.421.178,08	17,37	36.340.400,37	6.385.609,63
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.295.010,00	42.295.010,00	7.003.453,55	16,56	35.173.725,44	7.121.284,56
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	1.000,00	0,00	2.000,00	-2.000,00
Transf. de Pessoas	431.000,00	431.000,00	416.724,53	96,69	1.164.674,93	-733.674,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.124.100,00	1.124.100,00	117.098,12	10,42	1.373.181,96	-249.081,96
Multas e Juros de Mora	155.100,00	155.100,00	51.388,48	33,13	283.128,43	-128.028,43
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	11.996,24	28.003,76
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	364.000,00	364.000,00	43.843,16	12,04	344.944,57	19.055,43
RECEITAS DIVERSAS	565.000,00	565.000,00	21.866,48	3,87	733.112,72	-168.112,72
RECEITAS DE CAPITAL	2.000.022,00	2.000.022,00	86.666,67	4,33	1.262.648,43	737.373,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
ALIEÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	31.910,00	-31.910,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	31.910,00	-31.910,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,00	22,00	86.666,67	939,41	1.230.738,43	-1.230.716,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	86.666,67	0,00	985.277,84	-985.277,84
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	22,00	22,00	0,00	0,00	245.460,59	-245.438,59
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.372.846,79	17,42	47.091.108,48	6.729.323,52

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.372.846,79	17,42	47.091.108,48	87,50	6.729.323,52
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	53.820.432,00	53.820.432,00	9.372.846,79	17,42	47.091.108,48	87,50	6.729.323,52
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.253.999,33	—	—	2.591.509,73	—	—
Superávit Financeiro	—	3.253.999,33	—	—	2.591.509,73	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.820.832,00	7.054.283,62	60.875.115,62	7.717.503,52	48.374.162,76	10.117.643,90	43.303.427,13	71,13	17.571.688,49
DESPESAS CORRENTES	45.522.349,00	2.900.541,17	48.422.890,17	5.798.565,38	39.975.348,74	7.697.860,52	36.245.086,95	74,85	12.177.803,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.190.949,00	-1.963.148,99	20.227.800,01	3.228.180,08	15.408.761,78	3.230.271,08	15.402.686,78	76,15	4.825.113,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	33.376,57	193.044,08	33.376,57	193.044,08	96,52	6.955,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.131.400,00	4.863.690,16	27.995.090,16	2.537.008,73	24.373.542,88	4.434.212,87	20.649.356,09	73,76	7.345.734,07
DESPESAS DE CAPITAL	8.268.483,00	4.153.742,45	12.422.225,45	1.918.938,14	8.398.814,02	2.419.783,38	7.058.340,18	56,82	5.363.885,27
INVESTIMENTOS	6.818.483,00	4.828.742,45	11.647.225,45	1.794.157,62	7.775.002,97	2.295.002,86	6.434.529,13	55,25	5.212.696,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.450.000,00	-675.000,00	775.000,00	124.780,52	623.811,05	124.780,52	623.811,05	80,49	151.188,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.820.832,00	7.054.283,62	60.875.115,62	7.717.503,52	48.374.162,76	10.117.643,90	43.303.427,13	71,13	17.571.688,49

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>53.820.832,00</b>	<b>7.054.283,62</b>	<b>60.875.115,62</b>	<b>7.717.503,52</b>	<b>48.374.162,76</b>	<b>10.117.643,90</b>	<b>43.303.427,13</b>	<b>17.571.688,49</b>
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	3.787.681,35	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.820.832,00	7.054.283,62	60.875.115,62	7.717.503,52	48.374.162,76	10.117.643,90	47.091.108,48	17.571.688,49

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOGENEI WAISS DOS
ANALISTA DE CONTROLE INTER	PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	53.820.832,00	60.875.115,62	7.717.503,52	48.374.162,76	10.117.643,90	43.303.427,13	100,00	71,13
Legislativa	1.570.000,00	1.570.000,00	308.343,05	1.076.814,16	191.334,93	884.935,55	2,04	56,37
Ação Legislativa	1.570.000,00	1.570.000,00	308.343,05	1.076.814,16	191.334,93	884.935,55	2,04	56,37
Judiciária	1.016.000,00	741.000,00	81.599,42	470.404,27	57.012,00	426.241,06	0,98	57,52
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	416.000,00	341.000,00	49.797,80	258.054,76	52.604,40	254.573,66	0,59	74,66
Defesa Civil	600.000,00	400.000,00	31.801,62	212.349,51	4.407,60	171.667,40	0,40	42,92
Administração	4.729.000,00	4.420.820,00	361.910,62	3.789.187,28	626.295,62	3.323.983,07	7,68	75,19
Administração Geral	4.042.000,00	4.095.062,23	340.095,34	3.490.721,10	586.639,02	3.064.158,61	7,08	74,83
Controle Interno	346.000,00	115.000,00	16.815,28	87.708,41	17.376,60	83.805,69	0,19	72,87
Outras Transferências	341.000,00	210.757,77	5.000,00	210.757,77	22.280,00	176.018,77	0,41	83,52
Defesa Nacional	50.000,00	50.000,00	13.030,61	17.021,31	6.841,49	10.801,29	0,02	21,60
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	13.030,61	17.021,31	6.841,49	10.801,29	0,02	21,60
Segurança Pública	320.000,00	657.503,54	35.180,21	472.746,94	43.326,59	444.512,10	1,03	67,61
Administração Geral	320.000,00	657.503,54	35.180,21	472.746,94	43.326,59	444.512,10	1,03	67,61
Assistência Social	1.819.401,00	2.033.833,15	181.870,53	1.633.709,10	308.601,59	1.445.725,87	3,34	71,08
Assistência à Criança e ao Adolescente	263.000,00	212.722,73	20.651,80	137.803,94	24.119,72	130.911,19	0,30	61,54
Assistência Comunitária	1.556.401,00	1.821.110,42	161.218,73	1.495.905,16	284.481,87	1.314.814,68	3,04	72,20
Saúde	10.781.551,00	13.764.094,71	1.818.778,55	11.602.062,62	2.264.087,26	10.257.188,24	23,69	74,52
Atenção Básica	8.899.951,00	11.577.508,03	1.694.139,08	9.829.234,29	2.005.681,88	8.716.879,57	20,13	75,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.790.600,00	1.987.210,41	101.987,47	1.630.715,84	232.555,90	1.402.084,30	3,24	70,56
Vigilância Epidemiológica	91.000,00	199.376,27	22.652,00	142.112,49	25.849,48	138.224,37	0,32	69,33
Educação	16.996.566,00	20.443.530,27	3.584.152,07	16.709.686,54	4.222.704,63	15.426.989,28	35,63	75,46
Ensino Fundamental	11.945.064,00	15.910.806,60	3.042.933,38	13.055.188,47	3.418.899,52	11.905.027,66	27,49	74,82
Ensino Médio	20.000,00	20.000,00	8.315,00	18.355,00	8.315,00	18.355,00	0,04	91,78
Ensino Superior	161.000,00	76.000,00	0,00	73.616,40	16.359,20	57.257,20	0,13	75,34
Educação Infantil	4.870.502,00	4.436.723,67	532.903,69	3.562.526,67	779.130,91	3.446.349,42	7,96	77,68
Cultura	818.001,00	1.203.330,15	120.930,28	815.555,87	65.744,32	732.604,70	1,69	60,88
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	50.001,00	50.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	768.000,00	1.153.329,15	120.930,28	815.535,87	65.744,32	732.604,70	1,69	63,52

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	53.820.832,00	60.875.115,62	7.717.503,52	48.374.162,76	10.117.643,90	43.303.427,13	100,00	71,13
Difusão Cultural	6.911.804,00	6.895.424,15	133.816,20	4.488.899,85	1.134.093,90	3.820.842,94	8,82	55,41
Infra-Estrutura Urbana	460.000,00	280.750,00	14.791,52	240.234,10	58.915,61	174.358,65	0,40	62,10
Serviços Urbanos	4.931.803,00	6.269.473,15	519.024,68	3.903.477,76	1.031.776,93	3.412.283,29	7,88	54,43
Habitação	1.520.001,00	345.201,00	-400.000,00	345.187,99	43.401,36	234.201,00	0,54	67,84
Habitação Urbana	308.001,00	58.001,00	6.635,09	37.185,79	7.757,73	35.647,09	0,08	61,46
Saneamento	308.001,00	58.001,00	6.635,09	37.185,79	7.757,73	35.647,09	0,08	61,46
Saneamento Básico Rural	230.702,50	1.229.176,30	400.000,00	1.217.973,80	358.969,21	1.113.935,91	2,57	90,62
Saneamento Básico Urbano	11.202,50	11.202,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	219.500,00	1.217.973,80	400.000,00	1.217.973,80	358.969,21	1.113.935,91	2,57	91,46
Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	2.815.799,50	3.999.920,34	378.396,52	2.736.229,36	257.959,86	2.416.510,43	5,58	60,41
Promoção da Produção Agropecuária	2.588.799,50	3.842.920,34	378.396,52	2.613.077,52	243.548,07	2.305.445,80	5,32	59,99
Indústria	227.000,00	157.000,00	0,00	123.151,84	14.411,79	111.064,63	0,26	70,74
Promoção Industrial	805.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	595.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	1.023.000,00	1.123.000,00	49.740,23	1.114.077,87	147.771,21	908.862,53	2,10	80,93
Transporte	1.023.000,00	1.123.000,00	49.740,23	1.114.077,87	147.771,21	908.862,53	2,10	80,93
Transporte Rodoviário	366.004,00	283.181,01	0,00	158.575,39	65.097,94	112.215,33	0,26	39,63
Desporto e Lazer	366.004,00	283.181,01	0,00	158.575,39	65.097,94	112.215,33	0,26	39,63
Desporto Comunitário	1.050.002,00	847.301,00	84.963,05	750.497,48	120.760,57	711.963,33	1,64	84,03
Lazer	880.002,00	630.002,00	84.963,05	533.198,48	120.760,57	494.664,33	1,14	78,52
Encargos Especiais	170.000,00	217.299,00	0,00	217.299,00	0,00	217.299,00	0,50	100,00
Outros Encargos Especiais	2.130.000,00	1.475.000,00	158.157,09	1.283.555,13	239.285,05	1.230.468,41	2,84	83,42
	2.130.000,00	1.475.000,00	158.157,09	1.283.555,13	239.285,05	1.230.468,41	2,84	83,42

Continua 2/3



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.832,00	60.875.115,62	7.717.503,52	48.374.162,76	10.117.643,90	43.303.427,13	100,00	71,13	17.571.688,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.820.832,00	60.875.115,62	7.717.503,52	48.374.162,76	10.117.643,90	43.303.427,13	100,00	71,13	17.571.688,49

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES      GERALDINO CARDOSO

ANALISTA DE CONTROLE INTER      PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS

CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
	<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.804.609,20</b>	<b>4.323.338,90</b>	<b>5.033.930,99</b>	<b>4.921.819,08</b>	<b>6.846.122,36</b>	<b>4.612.316,69</b>	<b>4.378.663,61</b>	<b>4.302.133,57</b>	<b>4.370.623,99</b>	<b>5.952.811,85</b>	<b>5.282.210,83</b>	<b>4.930.284,62</b>	<b>59.757.965,29</b>	
	RECEITA TRIBUTÁRIA	449.849,11	378.503,42	295.526,86	724.313,08	1.703.049,28	400.349,42	361.358,34	343.725,45	453.942,88	513.227,58	626.631,61	574.616,38	6.288.500,00	
	I.P.T.U.	48.509,24	34.386,65	2.398,95	263.620,99	1.328.425,75	64.546,44	59.668,06	69.204,28	66.613,73	74.748,36	60.140,23	59.391,31	1.250.000,00	
	I.R.R.F.	83.597,31	86.763,79	31.988,73	38.983,77	42.172,65	53.744,35	52.441,40	46.765,72	47.774,94	49.650,51	51.532,10	56.093,33	660.000,00	
	I.S.S.	174.281,61	167.362,47	153.323,65	237.533,31	132.876,99	200.760,41	161.519,69	134.853,36	218.798,18	253.477,22	324.986,93	316.040,99	1.940.000,00	
	I.T.B.I.	127.430,71	73.086,29	40.495,14	121.088,39	70.052,39	32.864,28	52.619,61	62.945,79	81.693,12	107.255,65	148.286,04	121.299,35	820.000,00	
	Outras Receitas Tributárias	16.030,24	16.884,22	31.322,59	63.466,62	129.521,50	48.433,94	35.109,58	29.956,30	39.061,91	28.095,84	41.686,31	21.791,40	1.628.500,00	
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	69.053,30	-806.415,67	65.219,09	81.539,23	145.611,97	76.172,22	71.653,73	71.541,33	73.133,23	74.076,06	80.373,99	88.293,79	970.000,00	
	RECEITA PATRIMONIAL	43.170,91	32.510,74	28.099,16	42.506,84	64.749,71	63.664,65	65.017,97	105.862,00	38.149,53	103.259,08	40.697,20	64.235,08	339.800,00	
	RECEITA AGROPECUÁRIA	505,16	20,00	0,00	72,50	100,00	25,00	54,00	246,00	0,00	486,00	3.520,00	1.523,56	30.000,00	
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	RECEITA DE SERVIÇOS	50.913,38	550,00	7.689,53	120.833,18	400,00	66.140,48	180.226,22	6.478,34	0,00	54.393,76	184.617,36	83.394,95	755.717,20	
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.120.990,86	4.588.431,61	4.593.120,60	3.875.773,46	4.989.107,59	3.950.935,28	3.657.033,67	3.720.380,16	3.720.220,61	4.407.892,73	4.270.915,99	4.076.577,42	48.675.550,00	
	Cota-Parte do FPM	981.151,74	1.480.182,79	1.189.662,73	1.270.385,79	753.596,58	860.092,19	1.146.178,61	859.559,97	738.253,26	896.852,12	801.355,66	743.007,70	11.950.000,00	
	Cota-Parte do I.C.M.S.	1.328.583,45	1.322.948,68	1.275.024,27	1.212.174,62	1.229.718,11	1.198.484,90	1.218.250,77	1.235.945,20	1.148.545,18	1.197.545,38	1.299.405,71	1.332.054,88	15.200.000,00	
	Cota-Parte do I.P.V.A.	92.746,04	56.552,94	141.237,54	186.890,72	243.074,43	227.628,30	249.890,42	214.402,62	253.922,23	238.940,55	207.500,57	204.269,07	2.300.000,00	
	Cota-Parte do ITR	175,49	6,57	8,73	117,27	63,96	98,97	91,32	50,66	62,54	199,86	3.523,15	5.596,40	7.700,00	
	Outras Transferências Correntes	648.800,93	663.167,03	632.875,55	333.725,01	1.632.195,23	639.781,25	-77.049,98	350.143,70	595.330,01	1.022.893,69	887.703,79	671.965,65	6.577.850,00	
	Transferências de LC 61/1989	20.698,22	22.121,92	20.369,29	17.245,14	16.850,73	18.336,09	19.843,51	18.995,14	19.513,30	20.114,54	18.928,80	20.271,18	220.000,00	
	Transferências de LC 87/1996	5.499,17	5.499,17	5.392,65	5.392,65	5.392,65	5.392,65	5.392,65	5.392,65	5.392,65	5.392,65	5.392,65	5.392,65	70.000,00	
	Transferências do FUNDEB	1.043.335,82	1.037.951,51	1.328.599,84	849.852,26	993.618,55	1.001.130,93	1.094.646,37	1.035.900,22	959.211,44	1.026.063,94	1.047.115,66	1.094.029,89	12.350.000,00	
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.126,48	129.738,80	79.395,25	76.880,79	63.103,81	55.029,64	43.319,68	53.900,29	85.177,74	799.476,64	75.454,68	41.643,44	1.124.100,00	
	<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>485.813,09</b>	<b>483.823,46</b>	<b>526.336,85</b>	<b>538.439,06</b>	<b>448.821,82</b>	<b>462.004,42</b>	<b>527.870,93</b>	<b>466.917,82</b>	<b>433.135,13</b>	<b>471.715,78</b>	<b>464.199,14</b>	<b>462.116,19</b>	<b>5.995.940,00</b>	
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	485.813,09	483.823,46	526.336,85	538.439,06	448.821,82	462.004,42	527.870,93	466.917,82	433.135,13	471.715,78	464.199,14	462.116,19	5.949.540,00	
	M/J de Mora de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	
	M/J Mora Divida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	
	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>4.318.796,11</b>	<b>3.839.515,44</b>	<b>4.506.693,74</b>	<b>4.383.380,02</b>	<b>6.397.300,54</b>	<b>4.150.312,27</b>	<b>3.850.792,68</b>	<b>3.835.215,75</b>	<b>3.937.488,86</b>	<b>5.481.096,07</b>	<b>4.818.011,69</b>	<b>4.468.168,43</b>	<b>53.986.771,60</b>	
	FONTE:														
	SÃO LOURENÇO DO OESTE - 12/11/2014														

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 0316340-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.267.012,32	1.842.519,20	1.721.330,00
DEDUÇÕES (II)	4.588.763,54	10.192.477,36	9.938.203,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.629.535,94	10.192.477,36	9.938.203,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.772,40	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.321.751,22	-8.349.958,16	-8.216.873,38
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.321.751,22</b>	<b>-8.349.958,16</b>	<b>-8.216.873,38</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>133.084,78</b>	<b>-5.895.122,16</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-1.173.149,34</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>51.495.610,00</b>	<b>9.181.963,34</b>	<b>45.225.530,92</b>	<b>40.620.688,70</b>
Receita Tributária	6.298.500,00	1.201.247,99	5.960.740,98	4.952.996,92
I.P.T.U.	1.250.000,00	119.531,54	2.048.758,00	1.891.826,17
I.S.S.	1.940.000,00	641.027,92	2.134.171,73	1.563.228,24
I.T.B.I.	820.000,00	269.585,39	838.599,76	562.737,77
I.R.R.F.	660.000,00	107.625,43	470.745,50	420.588,15
Outras Receitas Tributárias	1.628.500,00	63.477,71	468.465,99	514.616,59
Receita de Contribuição	970.000,00	168.667,78	827.614,64	737.362,37
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	970.000,00	168.667,78	827.614,64	737.362,37
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	715,50	13.312,09	1.468,99
Receita Patrimonial	339.800,00	104.932,28	616.241,22	387.201,41
(-) Aplicações Financeiras	324.800,00	104.216,78	602.929,13	385.732,42
Transferências Correntes	42.726.010,00	7.421.178,08	36.340.400,37	33.428.149,60
F.P.M.	9.560.000,00	1.238.528,70	7.410.185,89	6.845.202,35
I.C.M.S.	12.160.000,00	2.105.168,63	9.877.720,05	9.309.418,84
Convênios	431.000,00	416.724,53	1.164.674,93	1.169.005,26
Outras Transferências Correntes	20.575.010,00	3.660.756,22	17.887.819,50	16.104.523,15
Demais Receitas Correntes	1.486.100,00	390.153,99	2.083.462,84	1.500.710,82
Dívida Ativa	364.000,00	43.843,16	344.944,57	296.466,63
Diversas Receitas Correntes	1.122.100,00	346.310,83	1.738.518,27	1.204.244,19
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>2.000.022,00</b>	<b>86.666,67</b>	<b>1.262.648,43</b>	<b>2.725.978,81</b>
Operações de Crédito (III)	2.000.000,00	0,00	0,00	2.208.455,78
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	31.910,00	23.325,00
Transferências de Capital	22,00	86.666,67	1.230.738,43	494.198,03
Convênios	22,00	0,00	245.460,59	494.198,03
Outras Transferências de Capital	0,00	86.666,67	985.277,84	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>22,00</b>	<b>86.666,67</b>	<b>1.230.738,43</b>	<b>494.198,03</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>51.495.632,00</b>	<b>9.268.630,01</b>	<b>46.456.269,35</b>	<b>41.114.886,73</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>48.422.890,17</b>	<b>7.697.860,52</b>	<b>36.245.086,95</b>	<b>32.687.961,05</b>
Pessoal e Encargos Sociais	20.227.800,01	3.230.271,08	15.402.686,78	13.835.394,96
Juros e Encargos da Dívida (IX)	200.000,00	33.376,57	193.044,08	164.964,35
Outras Despesas Correntes	27.995.090,16	4.434.212,87	20.649.356,09	18.687.601,74
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>48.222.890,17</b>	<b>7.664.483,95</b>	<b>36.052.042,87</b>	<b>32.522.996,70</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>12.422.225,45</b>	<b>2.419.783,38</b>	<b>7.058.340,18</b>	<b>6.523.608,08</b>
Investimentos	11.647.225,45	2.295.002,86	6.434.529,13	5.795.121,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	775.000,00	124.780,52	623.811,05	728.486,56
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>11.647.225,45</b>	<b>2.295.002,86</b>	<b>6.434.529,13</b>	<b>5.795.121,52</b>

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>59.900.115,62</b>	<b>9.959.486,81</b>	<b>42.486.572,00</b>	<b>38.318.118,22</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-8.404.483,62</b>	<b>-690.856,80</b>	<b>3.969.697,35</b>	<b>2.796.768,51</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	2.591.509,73	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.591.509,73	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-2.705.000,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00		
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Saldo	Pagos	Cancelados	Saldo	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
		Em 31 de Dezembro de 2013	Em 31 de Dezembro de 2013									
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>			40.772,40	-	40.772,40	-	-	-	-	-	-	-
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	40.772,40	40.772,40	0,00	40.772,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	25.822,76	25.822,76	0,00	25.822,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO	0,00	8.349,64	8.349,64	0,00	8.349,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	6.600,00	6.600,00	0,00	6.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>40.772,40</b>	<b>40.772,40</b>	<b>0,00</b>	<b>40.772,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO
ANALISTA DE CONTROLE INTERNC	PREFEITO MUNICIPAL
ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SA	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.938.700,00	4.938.700,00	1.194.892,54	5.912.174,71	119,71
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.461.700,00	1.461.700,00	162.253,52	2.397.042,21	163,99
1.1.1- IPTU	1.250.000,00	1.250.000,00	119.531,54	2.051.824,40	164,15
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.700,00	3.700,00	1.576,70	9.258,64	250,23
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	160.000,00	160.000,00	23.499,86	222.048,48	138,78
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	48.000,00	48.000,00	17.645,42	113.910,69	237,31
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	820.000,00	820.000,00	276.585,39	851.084,76	103,79
1.2.1- ITBI	820.000,00	820.000,00	276.585,39	851.084,76	103,79
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.997.000,00	1.997.000,00	648.428,20	2.193.302,24	109,83
1.3.1- ISS	1.940.000,00	1.940.000,00	642.286,37	2.136.452,30	110,13
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.000,00	6.000,00	1.015,99	3.692,95	61,55
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	36.000,00	36.000,00	3.161,88	29.675,32	82,43
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	1.963,96	23.481,67	156,54
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	660.000,00	660.000,00	107.625,43	470.745,50	71,33
1.4.1- IRRF	660.000,00	660.000,00	107.625,43	470.745,50	71,33
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	29.747.700,00	29.747.700,00	4.646.678,42	24.022.264,51	80,75
2.1- Cota-Parte FPM	11.950.000,00	11.950.000,00	1.544.363,36	9.258.934,61	77,48
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.950.000,00	11.950.000,00	1.544.363,36	9.258.934,61	77,48
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	2.631.460,59	12.347.149,02	81,23
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	10.765,30	48.443,85	69,21
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	39.199,98	190.567,72	86,62
2.5- Cota-Parte ITR	7.700,00	7.700,00	9.119,55	9.812,86	127,44
2.6- Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	411.769,64	2.167.356,45	94,23
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>34.686.400,00</b>	<b>34.686.400,00</b>	<b>5.841.570,96</b>	<b>29.934.439,22</b>	<b>86,30</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.635.000,00	1.635.000,00	346.440,96	1.570.569,54	96,06
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.120.000,00	1.120.000,00	220.466,83	1.126.462,32	100,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	380.000,00	380.000,00	89.280,00	273.192,00	71,89
5.4- Transferências Diretas - PNATE	105.000,00	105.000,00	20.737,58	72.581,53	69,13
5.5- Outras Transferências do FNDE	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.000,00	10.000,00	15.956,55	98.333,69	983,34
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	220.005,00	220.005,00	326.584,53	832.342,37	378,33
6.1- Transferências de Convênios	220.005,00	220.005,00	326.584,53	832.342,37	378,33
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	1.000,00	1.000,00	2.642,13	14.736,45	1.473,65
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.856.005,00</b>	<b>1.856.005,00</b>	<b>675.667,62</b>	<b>2.417.648,36</b>	<b>130,26</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.949.540,00	5.949.540,00	926.315,33	4.801.557,14	80,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.390.000,00	2.390.000,00	305.834,66	1.848.748,72	77,35
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.040.000,00	3.040.000,00	526.291,96	2.469.428,97	81,23
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	2.153,06	9.688,77	69,21
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	44.000,00	44.000,00	7.840,00	38.113,07	86,62
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.540,00	1.540,00	1.823,88	1.962,47	127,43
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	460.000,00	460.000,00	82.371,77	433.615,14	94,26
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	12.380.000,00	12.380.000,00	2.152.492,26	10.472.648,43	84,59
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.350.000,00	12.350.000,00	2.141.145,55	10.430.129,10	84,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	11.346,71	42.519,33	141,73
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>6.400.460,00</b>	<b>6.400.460,00</b>	<b>1.214.830,22</b>	<b>5.628.571,96</b>	<b>87,94</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.428.000,00	7.428.000,00	1.280.766,17	5.594.530,62	75,32
13.1- Com Educação Infantil	3.428.000,00	2.328.000,00	373.139,18	1.618.749,21	69,53
13.2- Com Ensino Fundamental	4.000.000,00	5.100.000,00	907.626,99	3.975.781,41	77,96
14- OUTRAS DESPESAS	4.952.000,00	4.961.821,67	1.064.872,94	4.470.060,20	90,09
14.1- Com Educação Infantil	1.240.000,00	1.359.821,67	233.092,49	1.254.066,19	92,22
14.2- Com Ensino Fundamental	3.712.000,00	3.602.000,00	831.780,45	3.215.994,01	89,28
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.380.000,00	12.389.821,67	2.345.639,11	10.064.590,82	81,23
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					10.064.590,82
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					53,42
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					42,68
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					3,90
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	8.671.600,00	8.671.600,00	1.460.392,74	7.483.609,81	86,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.810.500,00	3.980.321,67	677.860,18	3.084.715,70	77,50
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.979.060,00	12.328.060,00	2.666.336,87	9.828.725,23	79,73
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.712.000,00	8.702.000,00	1.739.407,44	7.191.775,42	82,65
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.267.060,00	3.626.060,00	926.929,43	2.636.949,81	72,72
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.789.560,00	16.308.381,67	3.344.197,05	12.913.440,93	79,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					5.628.571,96
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					42.519,33
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					9.821,67
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					5.680.912,96
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					7.232.527,97
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,16

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.126.000,00	1.126.000,00	60.748,97	323.027,76	28,69
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	730.006,00	2.308.148,60	649.591,89	1.619.572,15	70,17
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.856.006,00	3.434.148,60	710.340,86	1.942.599,91	56,57
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.645.566,00	19.742.530,27	4.054.537,91	14.856.040,84	75,25

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		9.821,67	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		10.430.129,10	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		9.883.790,61	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		9.883.790,61	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		42.519,33	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		598.679,49	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS S
ANALISTA DE CONTROLE INTERI	PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 9.821,67, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.000.000,00	0,00		2.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.422.225,45	7.058.340,18	0,00	5.363.885,27
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.422.225,45	7.058.340,18	0,00	5.363.885,27
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.422.225,45	-7.058.340,18		-3.363.885,27

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	31.910,00	-31.910,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	31.910,00	-31.910,00
<b>TOTAL</b>	0,00	31.910,00	-31.910,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	25.175,41	31.910,00	57.085,41

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.938.700,00	4.938.700,00	5.912.174,71	119,71
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.250.000,00	1.250.000,00	2.051.824,40	164,15
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	820.000,00	820.000,00	851.084,76	103,79
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.940.000,00	1.940.000,00	2.136.452,30	110,13
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	660.000,00	660.000,00	470.745,50	71,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.700,00	9.700,00	12.951,59	133,52
Dívida Ativa dos Impostos	196.000,00	196.000,00	251.723,80	128,43
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	63.000,00	63.000,00	137.392,36	218,08
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.747.700,00	29.747.700,00	24.022.264,51	80,75
Cota-Parte FPM	11.950.000,00	11.950.000,00	9.258.934,61	77,48
Cota-Parte ITR	7.700,00	7.700,00	9.812,86	127,44
Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	2.167.356,45	94,23
Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	12.347.149,02	81,23
Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	190.567,72	86,62
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	48.443,85	69,21
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	48.443,85	69,21
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>34.686.400,00</b>	<b>34.686.400,00</b>	<b>29.934.439,22</b>	<b>86,30</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.084.852,00	4.084.852,00	3.460.640,78	84,72
Provenientes da União	3.768.852,00	3.768.852,00	3.218.751,47	85,40
Provenientes dos Estados	316.000,00	316.000,00	241.889,31	76,55
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.000,00	1.000,00	651,84	65,18
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>4.085.852,00</b>	<b>4.085.852,00</b>	<b>3.461.292,62</b>	<b>84,71</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	10.542.549,00	12.648.876,21	10.678.335,96	84,42	9.496.829,52	75,08
Pessoal e Encargos Sociais	5.069.949,00	4.900.070,01	3.993.871,79	81,51	3.992.071,79	81,47

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	10.542.549,00	12.648.876,21	10.678.335,96	84,42	9.496.829,52	75,08
Outras Despesas Correntes	5.472.600,00	7.748.806,20	6.684.464,17	86,26	5.504.757,73	71,04
DESPESAS DE CAPITAL	239.002,00	1.115.218,50	923.726,66	82,83	760.358,72	68,18
Investimentos	239.002,00	1.115.218,50	923.726,66	82,83	760.358,72	68,18
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	10.781.551,00	13.764.094,71	11.602.062,62	84,29	10.257.188,24	74,52
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.084.852,00	6.139.485,71	4.808.142,20	41,44	4.212.618,21	41,07
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.084.850,00	5.579.892,39	4.307.629,19	37,13	3.833.175,19	37,37
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2,00	559.593,32	500.513,01	4,31	379.443,02	3,70
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	4.084.852,00	6.139.485,71	4.808.142,20	41,44	4.212.618,21	41,07
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	6.696.699,00	7.624.609,00	6.793.920,42	42,85	6.044.570,03	33,45
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE SAÚDE (VII) = (VI / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						20,19
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>						1.554.404,15

Continua 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
-	-	-	-	-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Bimestre (l)	% (l/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
8.899.951,00	11.577.508,03	9.829.234,29	84,72	8.716.879,57	84,98
1.790.600,00	1.987.210,41	1.630.715,84	14,06	1.402.084,30	13,67
91.000,00	199.376,27	142.112,49	1,22	138.224,37	1,35
10.781.551,00	13.764.094,71	11.602.062,62	100,00	10.257.188,24	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da L.C. 141/2012

Continua 3/4



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

- De acordo com o plano de contas, o valor deve ser informado no campo "Outros" do formulário.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V[(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9
---	---	--

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	53.820.432,00	
Previsão Atualizada		—	53.820.432,00	
Receitas Realizadas		9.372.846,79	47.091.108,48	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.591.509,73	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	53.820.832,00	
Créditos Adicionais		—	7.054.283,62	
Dotação Atualizada		—	60.875.115,62	
Despesas Empenhadas		7.717.503,52	48.374.162,76	
Despesas Liquidadas		10.117.643,90	43.303.427,13	
Superavit Orçamentário		—	3.787.681,35	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		7.717.503,52	48.374.162,76	
Despesas Liquidadas		10.117.643,90	43.303.427,13	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			53.986.771,60	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.173.149,34	-5.895.122,16	502,50
Resultado Primário		-2.705.000,00	3.969.697,35	-146,75
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	40.772,40	0,00	40.772,40	0,00
EXECUTIVO	40.772,40	0,00	40.772,40	0,00
TOTAL:	40.772,40	0,00	40.772,40	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		7.232.527,97	25%	24,16
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.594.530,62	60%	53,42
Liquidadas		5.594.530,62		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		7.058.340,18	5.363.885,27	

Continua 1/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	31.910,00	-31.910,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.044.570,03	15,00	20,19
Liquidadas	6.044.570,03		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/11/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 21 - HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DE INSCRIÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DE INSCRIÇÃO  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 021/2014

O prefeito do Município de São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina, João Carlos Valar, no uso de suas atribuições torna pública a homologação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, de que trata o Edital de Concurso Público nº 021/2014 e suas retificações:

Inscrição	Nome	Cargo	Situação
0074	Cleidiane Rossarolla	Professor - Português	Indeferida (Item 5.2.2 do Edital)
0082	Elisa Altenhofen	Auxiliar de Creche	Deferida
0115	Jaqueline Machado	Professor - Matemática	Deferida
0002	Liliana Crivelatti	Auxiliar de Creche	Deferida
0007	Morgana Kremer da Silva	Auxiliar de Creche	Deferida
0079	Viviane Bonatto	Auxiliar de Creche	Deferida

Os candidatos que tiveram seu pedido de isenção indeferido, deverão, nos termos do Item 5.3.2, efetuar o pagamento da taxa de inscrição, até a data de 02/12/2014, sob pena de indeferimento da mesma.

Seguem inalteradas as demais disposições e etapas do Edital de Concurso Público nº 021/2014 e suas retificações.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido e publicado o presente ato.

São Miguel do Oeste/SC, em 14 de Novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito do Município de São Miguel do Oeste

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 22 - HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DE INSCRIÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DE INSCRIÇÃO  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 022/2014

O prefeito do Município de São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina, João Carlos Valar, no uso de suas atribuições torna pública a homologação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, de que trata o Edital de Concurso Público nº 022/2014 e suas retificações:

Inscrição	Nome	Cargo	Situação
0701	Adriana Rodrigues da Silva	Técnico Administrativo	Deferida
0062	Ana Borth Arnold	Enfermeiro	Deferida
0607	Andrei Rodrigues de Azevedo	Motorista	Deferida
0563	Andressa Wiebbelling	Fiscal de Tributos	Deferida
0654	Araci Lucia Gruber	Agente de Limpeza e Serviços Gerais	Deferida

0681	Cirlene Mathiello	Nutricionista	Deferida
0476	Cleidiane Rossarola	Técnico em Enfermagem	Indeferida (Item 5.2.2 do Edital)
0422	Cristiane Milan	Nutricionista	Indeferida (Item 5.2.2 do Edital)
0547	Cristiane Sirlei Rost Medeiros	Auxiliar de Consultório Dentário	Indeferida (Item 5.2.1 e 5.2.2 do Edital)
0513	Elisa Altenhofen	Agente Comunitário de Saúde – ESF	Deferida
0152	Franciely Aparecida da Silva	Fiscal de Tributos	Deferida
0632	Graciele Dal Magro	Atendente Social	Deferida
0523	Graciele Lucia Bagnara	Técnico Administrativo	Deferida
0719	Jaqueline Elisa Maldaner	Psicólogo	Indeferida (Item 5.2.1 do Edital)
0672	Jaqueline Machado	Técnico Administrativo	Deferida
0570	Kelin Cristina Bedin	Técnico Agrícola	Deferida
0609	Leridiana Raatz	Técnico Administrativo	Deferida
0517	Liege Micheli Trescher	Técnico Administrativo	Deferida
0730	Ligia Aparecida Cavallin	Enfermeiro	Indeferida (Item 5.2.1 e 5.2.2 do Edital)
0135	Liliana Crivelatti	Agente Comunitário de Saúde – ESF	Deferida
0050	Lucas Cerezer e Sousa	Técnico Administrativo	Deferida
0703	Mateus Roni Hoffmann	Fiscal de Tributos	Deferida
0188	Normélia Reckziegel	Técnico Administrativo	Deferida
0481	Patrick Ferrão Custódio	Fiscal de Tributos	Indeferida (Item 5.2.2 do edital)
0245	Ricardo Zanatta	Fiscal Sanitário	Deferida
0593	Ruan Fernandes Varela	Agente Comunitário de Saúde – Controle de Endemias (Dengue)	Deferida
0077	Rudinei Milesky	Contador	Deferida
0121	Taissana Dezanetti	Enfermeiro	Deferida
0090	Vanderlei Andreola	Motorista	Deferida
0510	Viviane Bonatto	Técnico Administrativo	Deferida

Os candidatos que tiveram seu pedido de isenção indeferido, deverão, nos termos do Item 5.3.2, efetuar o pagamento da taxa de inscrição, até a data de 02/12/2014, sob pena de indeferimento da mesma.

Seguem inalteradas as demais disposições e etapas do Edital de Concurso Público nº 022/2014 e suas retificações.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido e publicado o presente ato.

São Miguel do Oeste/SC, em 14 de Novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito do Município de São Miguel do Oeste

# Schroeder

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 133/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 133/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 84/2014-FMS

Dispensa de Licitação nº. 57/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOALHERIA ZABER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.402.005/0001-40, estabelecida Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 173, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-701.

Objeto: Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de duas lentes progressivas, conforme legislação vigente.	1	UNIDADE	300,00	300,00
VALOR R\$ TOTAL					300,00

Valor do Contrato: R\$ 300,00 (trezentos reais).

Data da Assinatura: 17/11/2014 - Vigência: 31/12/2014

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em exercício

### LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº156/2014

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº004/1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar no 004/1998, que passa a vigorar com a redação que lhes dá esta lei.

Art. 2º Fica alterado o número de vagas do Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder para o seguinte cargo:

I - Auxiliar de Sala, passando de 10 (dez) para 20 (vinte) vagas disponíveis;

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições dos cargos do Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder, constante no anexo I.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### LEI COMPLEMENTAR Nº156/2014

#### ANEXO I

#### QUADRO PERMANENTE E GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO	ATIVIDADE	Nº. DE VAGAS	NÍVEL
I	Atividades de Nível Superior		
	Analista de Informática	01	50 a 70
	Analista de Recursos Humanos	01	50 a 70
	Assistente Social	06	60 a 90
	Contador	01	80 a 100
	Educador Físico	01	40 a 60
	Enfermeiro	04	50 a 70
	Engenheiro Agrônomo	02	75 a 95
	Engenheiro Ambiental	01	75 a 95
	Engenheiro Civil	04	75 a 95
	Farmacêutico	02	50 a 70
	Fiscal Ambiental	01	40 a 60
	Fiscal de Tributos Municipais	02	65 a 85
	Fiscal Sanitarista I	03	50 a 70
	Fonoaudiólogo	01	50 a 70
*	Médico Auditor	01	110 a 130
*	Médico Cardiologista	01	110 a 130
	Médico Clínico Geral	15	106 a 126
*	Médico do Trabalho	01	110 a 130
*	Médico Ginecologista	01	110 a 130
*	Médico Pediatra	01	110 a 130

	Médico Plantonista	01	131 a 151
*	Médico Psiquiatra	01	110 a 130
	Médico Veterinário	02	75 a 95
	Músico Regente I	01	50 a 70
	Nutricionista	03	50 a 70
	Odontólogo	10	106 a 126
	Psicólogo	06	50 a 70
	Psicopedagogo	03	50 a 70
	Técnico em Esportes	03	50 a 70
	Terapeuta Ocupacional	01	50 a 70

\* Gratificação de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme regras a serem definidas por Decreto Municipal.

II	Atividades de Nível Médio e Técnico		
	Agente de Endemias	01	21 a 41
	Almoxarife	01	25 a 45
	Auxiliar de Administração	15	25 a 45
	Auxiliar de Biblioteca	04	25 a 45
	Auxiliar de Consultório Dentário	02	20 a 40
	Auxiliar de Contabilidade	10	25 a 45
	Auxiliar de Enfermagem	05	25 a 45
	Auxiliar de Expediente	15	21 a 41
	Auxiliar de Fiscalização	03	25 a 45
	Auxiliar de Recursos Humanos	02	25 a 45
	Auxiliar de Sala	20	21 a 41
	Auxiliar de Topógrafo	01	15 a 35
	Coordenador de Desportos	01	25 a 45
	Desenhista	01	25 a 45
	Fiscal de Obras e Posturas	03	45 a 65
	Fiscal de Relações de Consumo	01	25 a 45
	Fiscal Sanitarista II	02	25 a 45
	Instrutor de Dança	01	25 a 45
	Músico Regente II	01	30 a 50
	Operador de ETA/ETE	08	35 a 55
	Recepcionista	16	21 a 41
	Técnico Agrícola	01	30 a 50
	Técnico em Contabilidade	01	65 a 85
	Técnico em Enfermagem	08	30 a 50
	Técnico em Informática	02	40 a 60
	Técnico em Química	01	45 a 65
	Telefonista	04	21 a 41
	Topógrafo	02	25 a 45

III	Atividades de Nível Básico		
	Agente de Saúde	02	21 a 41
	Auxiliar de Mecânico	02	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – I	30	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – II	15	07 a 27
	Carpinteiro	03	15 a 35
	Coveiro	01	24 a 44
	Cozinheiro	02	07 a 27
	Eletricista	01	15 a 35
	Encanador	04	28 a 48

	Jardineiro	02	07 a 27
	Mecânico	02	15 a 35
	Merendeira	10	07 a 27
	Motorista	10	19 a 39
	Motorista de Ambulância	06	19 a 39
	Motorista de Caminhão	12	19 a 39
	Motorista de Microônibus	01	19 a 39
	Operador de Máquina I	12	24 a 44
	Operador de Máquina II	05	40 a 60
	Operador de Máquina III	03	50 a 70
	Pedreiro	05	15 a 35
	Pintor	01	15 a 35
	Servente	56	07 a 27
	Técnico em Inseminação	02	15 a 35
	Viveirista Florestal	02	07 a 27

## LEI COMPLEMENTAR Nº 157/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº157/2014

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR No 004/1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexo I da Lei Complementar no 004/1998, passa a vigorar com a redação que lhes dá esta lei.

Art. 2º O enquadramento de níveis dos profissionais de enfermagem da saúde básica do Município de Schroeder, constante no anexo I, será processada por meio de Decreto considerando o nível inicial alterado e as progressões já deferidas ao servidor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº157/2014

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE E GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO	ATIVIDADE	Nº. DE VAGAS	NÍVEL
I	Atividades de Nível Superior		
	Analista de Informática	01	50 a 70
	Analista de Recursos Humanos	01	50 a 70
	Assistente Social	06	60 a 90
	Contador	01	80 a 100
	Educador Físico	01	40 a 60
	Enfermeiro	04	61 a 81

	Engenheiro Agrônomo	02	75 a 95
	Engenheiro Ambiental	01	75 a 95
	Engenheiro Civil	04	75 a 95
	Farmacêutico	02	50 a 70
	Fiscal Ambiental	01	40 a 60
	Fiscal de Tributos Municipais	02	65 a 85
	Fiscal Sanitarista I	03	50 a 70
	Fonoaudiólogo	01	50 a 70
*	Médico Auditor	01	110 a 130
*	Médico Cardiologista	01	110 a 130
	Médico Clínico Geral	15	106 a 126
*	Médico do Trabalho	01	110 a 130
*	Médico Ginecologista	01	110 a 130
*	Médico Pediatra	01	110 a 130
	Médico Plantonista	01	131 a 151
*	Médico Psiquiatra	01	110 a 130
	Médico Veterinário	02	75 a 95
	Músico Regente I	01	50 a 70
	Nutricionista	03	50 a 70
	Odontólogo	10	106 a 126
	Psicólogo	06	50 a 70
	Psicopedagogo	03	50 a 70
	Técnico em Esportes	03	50 a 70
	Terapeuta Ocupacional	01	50 a 70

\* Gratificação de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme regras a serem definidas por Decreto Municipal.

II	ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO		
	Agente de Endemias	03	21 a 41
	Almoxarife	01	25 a 45
	Auxiliar de Administração	15	25 a 45
	Auxiliar de Biblioteca	04	25 a 45
	Auxiliar de Consultório Dentário	02	20 a 40
	Auxiliar de Contabilidade	10	25 a 45
	Auxiliar de Enfermagem	05	25 a 45
	Auxiliar de Expediente	15	21 a 41
	Auxiliar de Fiscalização	03	25 a 45
	Auxiliar de Recursos Humanos	02	25 a 45
	Auxiliar de Sala	10	21 a 41
	Auxiliar de Topógrafo	01	15 a 35
	Coordenador de Desportos	01	25 a 45
	Desenhista	01	25 a 45
	Fiscal de Obras e Posturas	03	45 a 65
	Fiscal de Relações de Consumo	01	25 a 45
	Fiscal Sanitarista II	02	25 a 45
	Instrutor de Dança	01	25 a 45
	Músico Regente II	01	30 a 50
	Operador de ETA/ETE	08	35 a 55
	Recepcionista	16	21 a 41
	Técnico Agrícola	01	30 a 50
	Técnico em Contabilidade	01	65 a 85
	Técnico em Enfermagem	08	30 a 50

	Técnico em Informática	02	40 a 60
	Técnico em Química	01	45 a 65
	Telefonista	04	21 a 41
	Topógrafo	02	25 a 45

III	ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO		
	Agente de Saúde	02	21 a 41
	Auxiliar de Mecânico	02	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – I	30	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – II	15	07 a 27
	Carpinteiro	03	15 a 35
	Coveiro	01	24 a 44
	Cozinheiro	02	07 a 27
	Eletricista	01	15 a 35
	Encanador	04	28 a 48
	Jardineiro	02	07 a 27
	Mecânico	02	15 a 35
	Merendeira	10	07 a 27
	Motorista	10	19 a 39
	Motorista de Ambulância	06	19 a 39
	Motorista de Caminhão	12	19 a 39
	Motorista de Microônibus	01	19 a 39
	Operador de Máquina I	12	24 a 44
	Operador de Máquina II	05	40 a 60
	Operador de Máquina III	03	50 a 70
	Pedreiro	05	15 a 35
	Pintor	01	15 a 35
	Servente	56	07 a 27
	Técnico em Inseminação	02	15 a 35
	Viveirista Florestal	02	07 a 27

## LEI Nº 2.056/2014

LEI Nº2.056/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER GRATIFICAÇÃO NATALINA.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder gratificação aos servidores efetivos, contratados em caráter temporário, comissionados, estagiários e inativos da Prefeitura Municipal de Schroeder, bem como aos membros do Conselho Tutelar, no valor de R\$100,00 (cem reais), a ser paga juntamente com o salário do mês de dezembro de 2014.

Art. 2º As despesas para execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária do exercício 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:



TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.057/2014**

LEI Nº2.057/2014

AUTORIZA A DOAÇÃO DE UM CAMINHÃO BASCULANTE PARA A UNIDADE DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DE SANTA CATARINA - SENAI, DE SCHROEDER.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder público municipal autorizado a efetuar a doação à unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina - SENAI de Schroeder, de um veículo Caminhão Basculante usado/inservível, marca VW, modelo 13.130, ano 1984, modelo 1985, chassi VO 11063, de placas LWV-2527, código Renavan nº 540102938.

Art. 2º O veículo descrito no Art. 1º destina-se ao uso exclusivo do SENAI de Schroeder, cuja finalidade de utilização será na didática nas aulas de Mecânica Diesel.

Art. 3º O não cumprimento no disposto do artigo 2º, ensejará na reintegração imediata do bem móvel ao Doador.

Art. 4º O Donatário receberá o veículo no estado que se encontra com a devida baixa nos órgãos competentes, não cabendo ao Doador custos de manutenção, sendo estes de responsabilidade do Donatário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.058/2014**

LEI Nº2.058/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Rui Barbosa, inscrita no CNPJ sob o nº 00.539.537/0001-24, fundada em 29 de abril de 2008, com sede na Rua 23 de Março, nº 3028, localidade de Itoupava Açu, no município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.059/2014**

LEI Nº2.059/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SANTOS TOMASELLI.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Professor Santos Tomaselli, inscrita no CNPJ sob o nº 00.518.319/0001-03, fundada em 29 de abril de 1994, com sede na Rua Cândido Tomaselli, nº. 884, localidade Tomaselli, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.060/2014**

LEI Nº2.060/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SARITA BECK REZENDE.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende, inscrita no CNPJ sob o nº 03.750.895/0001-70, fundada em 26 de fevereiro de 2000, com sede na Rua Dom Pedro, nº820, localidade de Rio Hern, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.061/2014**

LEI Nº2.061/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA VALI JORCK VOIGT.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Professora Vali Jorck Voigt, inscrita no CNPJ sob o nº 00.518.320/0001-38, fundada em 20 de junho de 2013, com sede na Estrada Rancho Bom, s/n, na localidade de Rancho Bom, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.062/2014**

LEI Nº2.062/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INÊS ZERBIN.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Municipal Cristiane Inês Zerbin, inscrita no CNPJ sob o nº 08.956.433/0001-27, fundada em 26 de abril de 2006, com sede na Rua Mário Zerbin, s/n, localidade de Rio Hern, no município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.063/2014**

LEI Nº2.063/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA CLARICE LANGE JACOBI.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Clarice Lange Jacobi, inscrita no CNPJ sob o nº 08.893.007/0001-91, fundada em 7 de julho de 2008, com sede na Rua Rio de Janeiro, s/n, na localidade de Schroeder I, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.064/2014**

LEI Nº2.064/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL EZÉLIA CORREIA LOMBARDI.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Municipal Ezélia Correia Lombardi, inscrita no CNPJ sob o nº 17.473.217/0001-11, fundada em 26 de novembro de 2012, com sede na Rua Guaramirim, nº 313, na localidade de Schroeder I, no município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.065/2014**

LEI Nº2.065/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Castro Alves, inscrita no CNPJ sob o nº 00.518.322/0001-27, fundada em 26 de abril de 1994, com sede na Estrada Duas Mamas, s/n, na localidade de Duas Mamas, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.066/2014**

LEI Nº2.066/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO JARDIM DE INFÂNCIA ABELHINHA FELIZ.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores do Jardim de Infância Abelhinha Feliz, inscrita no CNPJ sob o nº00.518.473/0001-85, fundada em 26 de fevereiro de 1994, com sede na Rua Erich Froehner, 820, na localidade de Schroeder I, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.067/2014**

LEI Nº2.067/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR EMÍLIO DA SILVA.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Pais e Professores da Escola Municipal Professor Emílio da Silva, inscrita no CNPJ sob o nº 05.341.620/0001-08, fundada em 17 de agosto de 2002, com sede na Rua Paulo Jahn, nº 215, Centro, no município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.068/2014**

LEI Nº2.068/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL FRIDA HEIN KRAUSE E JARDIM DE INFÂNCIA BRANCA DE NEVE.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Frida Hein Krause e do Jardim de Infância Branca de Neve, inscrita no CNPJ sob o nº 00.518.321/0001-82, fundada em 28 de outubro de 1938, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, nº 8382, na localidade de Bracinho, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.069/2014**

LEI Nº2.069/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GIRASSOL.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, inscrita no CNPJ sob o nº 06.236.078/0001-96, fundada em 10 de março de 2004, com sede na Rua Guilherme Zastrow, nº 58, Centro, no município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI  
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.070/2014**

LEI Nº2.070/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA KISMARA LISLEI WALKINIR MOREIRA.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Professora Kismara Lislei Walkinir Moreira, inscrita no CNPJ sob o nº 00.518.477/0001-63, fundada em 09 de outubro de 2007, com sede na Rua 03 de Outubro, nº 299, na localidade de Braço do Sul, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI  
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.071/2014**

LEI Nº2.071/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LEONETE BAUER WALZ.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Professora Leonete Bauer Walz, inscrita no CNPJ sob o nº 00.518.318/0001-69, fundada em 10 de março de 1953, com sede na Rua Estrada Bracinho, nº 11076, na localidade de Bracinho, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI  
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.072/2014**

LEI Nº2.072/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E PROFESSORES DO JARDIM DE INFÂNCIA PINGO DE GENTE.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Pais e Professores do Jardim de Infância Pingo de Gente, inscrita no CNPJ sob o nº 00.518.315/0001-25, fundada em 4 de abril de 1994, com sede na Rua Paulo Jahn, nº 215, Centro, no município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI  
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**LEI Nº 2.073/2014**

LEI Nº2.073/2014

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE ITROUPAVA-AÇU.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a Associação de Moradores e Amigos de Itoupava-Açu, inscrita no CNPJ sob o nº 16.677.595/0001-54, fundada em 31 de março de 2012, com sede na Rua 23 de março, 2978, na localidade de Itoupava-Açu, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.074/2014**

LEI Nº2.074/2014

ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº.02.051/2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADOTAR O PROGRAMA DE INTERESSE SOCIAL VOLTADO A PERMITIR EDIFICAÇÕES EM LOTES INDIVIDUALIZADOS QUE TENHAM INICIADO O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 2º da Lei nº 2.051/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Poderá o possuidor de imóvel, solicitar a aprovação de seus projetos de edificação ou regularização de edificação, obter alvará de construção, atendendo os seguintes requisitos:

I - o possuidor do imóvel possua apenas um imóvel em seu nome a regularizar;

II - que o possuidor do imóvel, comprove que se encontra cadastrado no projeto de regularização fundiária, bem como apresente croqui do referido lote;”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 255/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 255/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 99/2014-PMS

Processo nº. 214/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 07.266.48/0001-27, estabelecida na Rodovia SC 448, nº 500, KM 38, Centro, na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.930-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ENROFLOXACINO 10% EM FRASCO DE 50 ML	80	Unidade	11,90	952,00
02	BENZILPENICILINA BENZATINA 3.000.000 UI + BENZILPENICILINA PROCAÍNA 1.500.000 UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 1.500.000 UI + DIIDROESTREPTOMICINA BASE (SULFATO) 1.250 MG + ESTREPTOMICINA BASE (SULFATO) 1.250 MG CADA FRASCO AMPOLA (8,6G) COM PÓ	300	Unidade	12,90	3.870,00
03	OXITETRACICLINA-LA BASE EM FRASCOS DE 50 ML	40	Unidade	7,90	316,00
04	DIACETURATO DE 4,4' DIAZOAMINO DIBENZAMIDINA EM FRASCOS DE 30 ML	15	Unidade	16,90	253,50
05	DICLOFENACO SÓDIO EM FRASCOS DE 50 ML	50	Unidade	21,90	1.095,00
06	FLUNIXINA MEGLUMINA EM FRASCOS DE 50 ML	60	Unidade	54,90	3.294,00
07	DIPIRONA SÓDICA EM FRASCOS DE 50 ML	60	Unidade	9,90	594,00
08	OCITOCINA EM FRASCOS DE 50ML	4	Unidade	12,90	51,60
09	CLORIDRATO DE XILAZINA EM FRASCOS DE 10 ML	5	Unidade	19,90	99,50

10	TÔNICO REVIGORANTE: VITAMINA E ACETATO + VITAMINA B12 + MONOGLUTAMATO DE SÓDIO + CLORIDRATO DE L-LISINA + GLICINA + DL-METIONINA + CLORIDRATO DE L-ARGININA + L-VALINA + L-TRIPTOFANO + CLORIDRATO DE L-HISTAMINA + L-LEUCINA SELENITO DE SÓDIO ANIDRO + SULFATO DE COBRE + CLORETO DE COBALTO + CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE ZINCO + IODETO DE POTÁSSIO + HIPOFOSFITO DE CÁLCIO + CLORETO DE MAGNÉSIO EM ÁGUA DE INJEÇÃO EM FRASCOS DE 100 ML.	80	Unidade	11,90	952,00
11	IVERMECTINA 1% EM FRASCOS DE 50ML	30	Unidade	8,90	267,00
12	DORAMECTIN 15 EM FRASCO DE 50ML	40	Unidade	17,90	716,00
13	ALBENDAZOL MICRO- NIZADO VIA ORAL EM FRASCOS DE 1 L	5	Unidade	59,90	299,50
14	VITAMINA K HIDROSOLÚVEL VIA ORAL EM FRASCOS DE 20 ML	15	Unidade	14,90	223,50
15	BOROGLUNATO DE CÁLCIO + GLICEROFOSFATO DE SÓDIO + CLORETO DE MAGNÉZIO + CAFEÍNA + DEXTROSE EM FRASCOS DE 200ML	30	Unidade	11,90	357,00
16	ACETIL-D-L METIONINA + CLORETO DE COLINA + CLORETO DE TIAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CLORETO DE L-ARGININA + RIBOFLAVINA + NICOTINAMINA + PANTOTENATO DE CÁLCIO + GLICOSE EM FRASCO DE 100ML	100	Unidade	27,90	2.790,00
17	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + EPINEFRINA EM FRASCOS DE 50 M	100	Unidade	9,90	990,00
18	SULFADIAZINA PRATA + CIPERMETRINA + DDVP = ALUMÍNIO + BUTANO + EXCIPIENTE EM FRASCOS SPRAY DE 500 ML	25	Unidade	29,90	747,50
TOTAL R\$					17.868,10

Valor do contrato: R\$ 17.868,10 (dezesete mil oitocentos e sessenta e oito reais e dez centavos)

Data da Assinatura: 17/11/2014 - Vigência: 17/11/2015

Moacir Zamboni  
Prefeito Municipal em Exercício

### TERMO ADITIVO Nº. A56/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A56/2014 - PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Moacir Zamboni.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Otkar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001, neste ato representada pelo senhor Odair José Mannrich, inscrito no CPF sob o nº 348.090.589-72 e Carteira de Identidade nº 8/R 592.121-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 56/2012-PMS, celebrado em 02 de maio de 2012, proveniente Modalidade de Concorrência nº 01/2012-PMS, Processo nº 29/2012-PMS, para contratação da empresa especializada em serviços de limpeza pública, do ramo de Engenharia Sanitária, para executar a Gestão dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais produzidos pelo município de Schroeder (SC), conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o disposto no Artigo 57, II, e Artigo 65, b, I, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação de aditivo feita pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental Planejamento, com reajuste com percentual equivalente a 6,3444%, com base no INPC de outubro, totalizando o valor de R\$ 1.019.414,40 (um milhão e dezenove mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta centavos), para o ano de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a cláusula primeira "do objeto do contrato, e descrição", no item 1,1 e cláusula quarta "do valor do contrato", no item 4.1, aditivado o valor total de R\$ 1.019.414,40 (um milhão e dezenove mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta centavos), alterando o valor do contrato inicial para R\$ 3.793.841,88 (Três milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTA- DO	VALOR R\$ TOTAL
01	Coleta de resíduos sólidos compreendendo em todas etapas (coleta, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos)	2.520	TON/ ANO	313,14	789.112,80
02	Coleta Seletiva.	12	EQUIPE	14.203,71	170.444,52
03	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde	12	EQUIPE	2.324,24	27.890,88
04	Capina e varrição mecanizada	60	KM	532,77	31.966,20
TOTAL R\$					1.019.414,40

Cláusula 2ª - Fica alterada a partir deste, a cláusula décima quarta "da vigência", no item 14.1, prorrogando-se a vigência do contrato para 1º. de janeiro de 2015 até dia 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 56/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de novembro de 2014.  
CONTRATADA:

SERRANA ENGENHARIA LTDA  
Odair José Mannrich  
CPF nº 348.090.589-72  
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
MOACIR ZAMBONI  
Prefeito Municipal em exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 047.563.299-00 CPF nº. 053.350.739-18

### **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2014-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

### **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2014-FAS PROCESSO Nº. 25/2014-FAS TIPO: MENOR POR ITEM**

O Prefeito Municipal em Exercício no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 17 de novembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando a aquisição livros para o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 13/2014-FAS, realizar-se-á em 01 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 17 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal em Exercício

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 104/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000  
- SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 104/2014-PMS  
PROCESSO Nº. 233/2014-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de dezembro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 03 de dezembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.



Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 18 de novembro de 2014.  
MOACIR ZAMBONI  
Prefeito Municipal em exercício

**I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 13/2014 – PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 13/2014 - PMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 221/2014-PMS -TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal em exercício no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Tomada de Preços nº. 13/2013-PMS, para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do prédio na Escola Municipal Vali Jorck Voigt, localizada na Estada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 186,48m<sup>2</sup>, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, ficando assim determinado:

Leiam-se:

I - DO LOCAL, DA DATA, DO HORÁRIO DA ABERTURA DO PROCESSO:

1.1.Os envelopes nº. 01 - Habilitação, nº. 02 - Proposta Comercial, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

a)Data: 03 de dezembro de 2014.

b)Local: Prefeitura de Schroeder (SC).

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

III - DOS VALORES:

3.1. Fica estabelecido, nos termos do inciso III do art. 31 e art. 56 § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, a garantia e manutenção da proposta, no valor de 1% (um por cento) do valor total estimado do objeto da contratação, a saber: R\$ 89.861,28 (oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos), podendo o proponente optar pelas seguintes modalidades:

4.2- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 03 de dezembro de 2014 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1.

O Anexo III - Orçamento alterado o valor total para R\$ 89.861,28 e o Anexo IV - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, alterado os valores dos itens 8 e 11, ambos ficarão disponibilizados na íntegra no site: <http://www.schroeder.sc.gov.br/>

Schroeder, 17 de novembro de 2014.  
Moacir Zamboni  
Prefeito Municipal em exercício

**DISPENSA Nº 57/2014-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 57/2014 - DL**Processo Nr.: 84/2014  
Data: 17/11/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: JOALHERIA ZABER LTDA.-ME

Código: 6299

Endereço: AV. MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 173

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 00.402.005/0001-40

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de duas lentes progressivas, conforme legislação vigente.	UN	300,00	300,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Conforme indicação médica, referente a concessão das lentes progressivas para o usuário, garantindo assim, o acesso a seus direitos previstos em lei e a possibilidade de uma qualidade de vida melhor.

Schroeder, 17 de Novembro de 2014

-----  
MOACIR ZAMBONI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 57/2014 - DL**

Processo Nr.: 84/2014  
Data: 17/11/2014

Folha: 2/2

14/11/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Novembro de 2014

---

**Valor da Despesa:** 300,00 (trezentos reais)

---

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

---

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 99/2014-PMS (SEQUÊNCIA 06)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 99/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 214/2014 <b>Data do Processo:</b> 17/10/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 156/2014 (Sequência: 6)**

Ao(s) 17 de Novembro de 2014, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55382014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 214/2014, Licitação nº 99/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se após recebimento dos envelopes de habilitação das empresas VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP, protocolados dentro do prazo estabelecido anteriormente na ata nº. 152/2014 (sequência 01) de 11 de novembro de 2014. Sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora em primeiro lugar a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP, cujos documentos foram rubricados e examinados pela pregoeira e equipe de apoio. Constatando que a empresa VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - EPP, apresentou a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando habilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata aos participantes.

**Participante:** 12710 - VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ENROFLOXACINO 10% EM FRASCO DE 50 ML	UN	80,00	Floxacin 50ml/Biofa	0,0000	11,90	952,00
2	BENZILPENICILINA BENZATINA 3.000.000 UI + BENZILPENICILINA PROCAÍNA 1.500.000 UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 1.500.000 UI + DIIDROESTREPTOMICINA BASE (SULFATO) 1.250 MG + ESTREPTOMICINA BASE (SULFATO) 1.250 MG CADA FRASCO AMPOLA (8,6G) COM PÓ	UN	300,00	Mogipen /Mogivet	0,0000	12,90	3.870,00
3	OXITETRACICLINA-LA BASE EM FRASCOS DE 50 ML	UN	40,00	Biogental LA 50ml/Mo	0,0000	7,90	316,00
4	DIACETURATO DE 4,4' DIAZOAMINO DIBENZAMIDINA EM FRASCOS DE 30 ML	UN	15,00	Beroseg 30ml/Chemite	0,0000	16,90	253,50
5	DICLOFENACO SÓDIO EM FRASCOS DE 50 ML	UN	50,00	Vetflogin 50ml/Valle	0,0000	21,90	1.095,00
6	FLUNIXINA MEGLUMINA EM FRASCOS DE 50 ML	UN	60,00	Flunixin 50ml/UCB	0,0000	54,90	3.294,00
7	DIPIRONA SÓDICA EM FRASCOS DE 50 ML	UN	60,00	Dipirona 50ml/Ibasa	0,0000	9,90	594,00
8	OCITOCINA EM FRASCOS DE 50ML	UN	4,00	Ocitocina 50ml/UCB	0,0000	12,90	51,60
9	CLORIDRATO DE XILAZINA EM FRASCOS DE 10 ML	UN	5,00	Xilazin 10ml/Syntec	0,0000	19,90	99,50
10	TÔNICO REVIGORANTE: VITAMINA E ACETATO + VITAMINA B12 + MONOGLUTAMATO DE SÓDIO + CLORIDRATO DE L-LISINA + GLICINA + DL-METIONINA + CLORIDRATO DE L-ARGININA + L-VALINA + L-TRIPTOFANO + CLORIDRATO DE L-HISTAMINA + L-LEUCINA SELENITO DE SÓDIO ANIDRO + SULFATO DE COBRE + CLORETO DE COBALTO + CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE ZINCO + IODETO DE POTÁSSIO + HIPOFOSFATO DE CÁLCIO + CLORETO DE MAGNÉSIO EM ÁGUA DE INJEÇÃO EM FRASCOS DE 100 ML.	UN	80,00	Organovit 100ml/Brav	0,0000	11,90	952,00
11	IVERMECTINA 1% EM FRASCOS DE 50ML	UN	30,00	Biomectina 50ml/Biof	0,0000	8,90	267,00
12	DORAMECTIN 15 EM FRASCO DE 50ML	UN	40,00	Exceller/Vallee	0,0000	17,90	716,00
13	ALBENDAZOL MICRONIZADO VIA ORAL EM FRASCOS DE 1 L	UN	5,00	Calbendazole 1L/Calb	0,0000	59,90	299,50
14	VITAMINA K HIDROSSOLÚVEL VIA ORAL EM FRASCOS DE 20 ML	UN	15,00	Hipovita K 20ml/Ibas	0,0000	14,90	223,50
15	BOROGLUNATO DE CÁLCIO + GLICEROFOSFATO DE SÓDIO + CLORETO DE MAGNÉSIO + CAFEÍNA + DEXTROSE EM FRASCOS DE 200ML	UN	30,00	Calfoz/Calbos	0,0000	11,90	357,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 99/2014 - PR**
**Processo Administrativo:**
**Processo de Licitação: 214/2014**
**Data do Processo: 17/10/2014**

Folha: 2/2

**Participante: 12710 - VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	ACETIL-D-L METIOMINA + CLORETO DE COLINA + CLORETO DE TIAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CLORETO DE L-ARGININA +RIBOVLAVINA +NICOTINAMINA + PANTOTENATO DE CÁLCIO + GLICOSE EM FRASCO DE 100ML	UN	100,00	Mercepton 100ml/Brav	0,0000	27,90	2.790,00
17	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + EPINEFRINA EM FRASCOS DE 50 M	UN	100,00	Anestex 50ml/Fagra	0,0000	9,90	990,00
18	SULFADIAZINA PRATA + CIPERMETRINA + DDVP = ALUMÍNIO + BUTANO + EXCIPIENTE EM FRASCOS SPRAY DE 500 ML	UN	25,00	Bactrovet Prata 500m	0,0000	29,90	747,50

**Total do Participante ----->** 17.868,10

**Total Geral ----->** 17.868,10

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 17 de Novembro de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samuleski - ..... - Pregoeiro(a)  
 Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio  
 Gelson Stein - ..... - Equipe de Apoio  
 Leonice Engler Kafer - ..... - Equipe de Apoio  
 Cheila Adriane klitzke - ..... - Equipe de Apoio

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 99/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 73/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ENROFLOXACINO 10% EM FRASCO DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Floxidin 50ml/l	0	11,9000	1
2	BENZILPENICILINA BENZATINA 3.000.000 UI + BENZILPENICILINA PROCAÍNA 1.500.000 UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 1.500.000 UI + DIIDROESTREPTOMICINA BASE (SULFATO) 1.250 MG + ESTREPTOMICINA BASE (SULFATO) 1.250 MG CADA FRASCO AMPOLA (8,6G) COM PQ	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Mogipen /Mogi	0	12,9000	1
3	OXITETRACICLINA-LA BASE EM FRASCOS DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Biogental LA 5	0	7,9000	1
4	DIACETURATO DE 4,4' DIAZOAMINO DIBENZAMIDINA EM FRASCOS DE 30 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Beroseg 30ml/	0	16,9000	1
5	DICLOFENACO SÓDIO EM FRASCOS DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Vertflogin 50ml/	0	21,9000	1
6	FLUNIXINA MEGLUMINA EM FRASCOS DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Flunixin 50ml/l	0	54,9000	1
7	DIPIRONA SÓDICA EM FRASCOS DE 50 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Dipirona 50ml/	0	9,9000	1
8	OCITOCINA EM FRASCOS DE 50ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Ocitocina 50ml	0	12,9000	1
9	CLORIDRATO DE XILAZINA EM FRASCOS DE 10 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Xilazin 10ml/S;	0	19,9000	1
10	TÔNICO REVIGORANTE: VITAMINA E ACETATO + VITAMINA B12 + MONOGLUTAMATO DE SÓDIO + CLORIDRATO DE L-LISINA + GLICINA + DL-METIONINA + CLORIDRATO DE L-ARGININA + L-VALINA + L-TRIOPTOFANO + CLORIDRATO DE L-HISTAMINA + L-LEUCINA SELENITO DE SÓDIO ANÍDRO + SULFATO DE COBRE + CLORETO DE COBALTO + CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE ZINCO + IÓDETO DE POTÁSSIO + HIPOFOSFITO DE CÁLCIO + CLORETO DE MAGNÉSIO EM ÁGUA DE INJEÇÃO EM FRASCOS DE 100 ML.	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Organovit 100r	0	11,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 73/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	IVERMECTINA 1% EM FRASCOS DE 50ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Biomectina 50r	0	8,9000	1
12	DORAMECTIN 15 EM FRASCO DE 50ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Exceller/Vallee	0	17,9000	1
13	ALBENDAZOL MICRONIZADO VIA ORAL EM FRASCOS DE 1 L	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Calberdazole	0	59,9000	1
14	VITAMINA K HIDROSSOLÚVEL VIA ORAL EM FRASCOS DE 20 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Hipovita K 20rr	0	14,9000	1
15	BOROGLUNATO DE CÁLCIO + GLICEROFOSFATO DE SÓDIO + CLORETO DE MAGNEZIO + CAFEÍNA + DEXTROSE EM FRASCOS DE 200ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Calfoz/Calbos	0	11,9000	1
16	ACETIL-D,L METIOMINA + CLORETO DE COLINA + CLORETO DE TIAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CLORETO DE L-ARGININA +RIBOVLAVINA +NICOTINAMINA + PANTOTENATO DE CÁLCIO + GLICOSE EM FRASCO DE 100ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Merception 100	0	27,9000	1
17	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA + EPINEFRINA EM FRASCOS DE 50 M	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Anestex 50ml/l	0	9,9000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 73/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	SULFADIAZINA PRATA + CIPERMETRINA + DDVP = ALUMÍNIO + BUTANO + EXCIPIENTE EM FRASCOS SPRAY DE 500 ML	UN	VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP (12710)	Bactrovet Prati	0	29,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 73/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 73/2014		Data do Registro: 17/11/2014		Válido até: 17/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especifi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2014  
PROCESSO Nº 214/2014

(12710) - VETERINARIA SUL CATARINENSE LTDA - EPP

Schroeder, 17 de Novembro de 2014.

**ATA PREGÃO 13/2014-FAS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 13/2014 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b>
	<b>Processo de Licitação:</b> 25/2014 <b>Data do Processo:</b> 20/10/2014

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 19/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição livros para o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 17 de Novembro de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 24/2014-FMS (SEQUÊNCIA 02)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 24/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 76/2014 Data do Processo: 13/10/2014

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 44/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para Curso de Reanimação Cardiopulmonar e Desfibrilador para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa GETÚLIO AUGUSTO CESAR MOROSO RODRIGUES, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa GETÚLIO AUGUSTO CESAR MOROSO RODRIGUES está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa GETÚLIO AUGUSTO CESAR MOROSO RODRIGUES. O item será cancelado devido o valor cotado e ofertado pela empresa estar acima do valor de referência do edital. Será devolvido o envelope de habilitação da empresa GETÚLIO AUGUSTO CESAR MOROSO RODRIGUES. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 17 de Novembro de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Gisele Frisene	- ..... - Representante
Laércio Luciano	- ..... - Setor Solicitante

**ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 24/2014-FMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 24/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 76/2014  
Data do Processo: 13/10/2014

**Objeto:** contratação de empresa especializada para Curso de Reanimação Cardiopulmonar e Desfibrilador para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 7 / 2014**

**Motivo:** Devido duas tentativas de abertura de licitação, ambas frustradas.

Schroeder, 17 de Novembro de 2014

-----  
Moacir Zamboni  
Prefeito Municipal em Exercício

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 190/2014

DECRETO Nº 190/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

"HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 003/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta(em exercício), no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado Edital nº. 003/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica publicado a homologação do resultado final de classificação do Processo Seletivo simplificado Edital nº 003/2014, para o cargo de MOTORISTA. Com a respectiva classificação:

#### RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO / FUNÇÃO: AGENTE EDUCATIVO			
Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova Objetiva	SITUAÇÃO
001	VILSON PAULETO	9,64	Classificado
002	ALDERI NAZARI	9,12	Classificado
003	JARDELINO ANTUNES	6,54	Classificado
004	MARINO PROVENCI	Ausente	-
005	JUNIOR CARLOS	Ausente	-
006	DOUGLAS DE MORAIS	6,36	Classificado

Art. 2º. - A contratação se dará mediante processo de escolha de vaga, de acordo com o Edital de Chamamento 002/2014 que segue em anexo, e de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 17 de Novembro de 2014.  
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO  
Prefeito Municipal De Serra Alta(em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2014

Edital de chamamento do quadro de vagas do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014 conforme resultado final , divulgado no Decreto Nº190/2014 de 17 de Novembro de 2014.

A Prefeita de Serra Alta/SC, Srº Belamar Lucia Ghidini Teodoro no uso de suas atribuições legais conforme lei 692 de 13 de abril de 2006.

1- ficam convocados todos os classificados do processo Seletivo Simplificado nº 003/2014 para a escolha de vagas .

Dia - 18/11/2014

Horário - 8:00 mim

Local - Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeito Municipal Serra Alta(em exercício)

## Timbé do Sul

### CÂMARA MUNICIPAL

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2014

Decreto Legislativo Nº 01/2014

Homologa Termo de Cooperação Técnica Nº 01/2014 que entre si celebram o Município de Timbé do Sul e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul no uso de suas atribuições faz saber que o Plenário aprovou e ele Decreta:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Cooperação Técnica Nº 01/2014 de 17/11/2014 que entre si celebram o Município de Timbé do Sul e a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá visando à manutenção da Rodovia SC-285, trechos entre a divisa dos Municípios de Turvo e Timbé do Sul até o Pórtico de entrada da cidade de Timbé do Sul (trecho pavimentado) e Vila Belmiro até a igreja de Pé da Serra (trecho não pavimentado).

Art. 2º O presente Termo de Cooperação Técnica consta de dez cláusulas que ficam homologadas em todas as suas disposições.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 18 de novembro de 2014  
Vereador Cassiano Ghelere - Presidente

Publicado o Presente Decreto Legislativo na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

Luiz José Warnier  
Agente Legislativo

## Timbó

### PREFEITURA

#### EDITAL DE PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011 DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

O Prefeito de Timbó/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó/SC, torna público que:

- Considerando que o Concurso Público n. 01/2011 terá seu prazo de validade expirado em 20 de novembro de 2014;

- Considerando que o item 12.2 do Edital de Concurso Público n. 01/2011 - Administração Direta e Indireta prevê que a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do referido Concurso;

- Considerando a conveniência e oportunidade de se proceder à prorrogação, resguardando a economicidade da Administração Pública Municipal em prover o acesso aos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Administração Direta e Indireta (Prefeitura/SAMAE/FCT e FME);

#### RESOLVE

PRORROGAR, por 2 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público n. 01/2011 da Administração Direta e Indireta (Prefeitura/SAMAE/FCT e FME), homologado em 20 de novembro de 2012, consoante publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição n. 1121, de 20 de novembro de 2012.

Timbó, 17 de novembro de 2014.  
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR  
Prefeito de Timbó

#### EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE TIMBÓ/SC

EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE TIMBÓ/SC

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Timbó/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 1.375/1992 e alterações, Resolução n.º 01 de 16/09/2010 e demais legislações aplicáveis à espécie (em especial a Lei n.º 8.069/1990), torna público que estão abertas as inscrições para escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar de Timbó/SC, nos seguintes termos:

NÚMERO DE VAGAS, MANDATO, RECONDUÇÃO, CARGA HORÁRIA E DEMAIS CONDIÇÕES PARA EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

1. O número de vagas para suplentes do Conselho Tutelar será no total de 05 (cinco).

2. O mandato destes conselheiros tutelares suplentes será até 09/02/2015 à 31/12/2015.



3. Os conselheiros suplentes ficam submetidos a carga horária semanal de 20 (vinte) horas de expediente, mantendo o regime de sobreaviso, conforme escala a ser definida nos moldes da legislação aplicável à espécie.

4. O exercício da função de conselheiro suplente constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e submeterá seu titular a carga horária semanal prevista no item anterior.

4.1. Os conselheiros suplentes não terão nenhum vínculo empregatício com o Município de Timbó, não estando submetidos ao regime jurídico e previdenciário dos servidores públicos municipais, assegurando-lhes tão somente:

4.1.1. O direito até 30 (trinta) dias contínuos de licença remunerada, por ano de atividade, vedada a cumulação ou indenização parcial ou total.

4.1.2. A percepção de subsídios mensais pelo desempenho da função de suplente de conselheiro, em quantia equivalente a R\$ 1.352,51 (um mil e trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos), nesta data, reajustados pelos mesmos índices gerais aplicáveis aos servidores públicos municipais, sem prejuízo dos descontos legais.

5. O conselheiro será eleito mediante regular processo eleitoral, composto pelas etapas constantes deste edital, observadas as demais disposições legais aplicáveis à espécie.

#### ETAPA I

#### INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS A SUPLENTE DO CONSELHEIRO TUTELAR

6. As inscrições para composição das vagas para suplentes do Conselho Tutelar terão 24/11/2014 e término em 28/11/2014.

6.1. O horário de atendimento para as inscrições será das 07:30hs às 12:30hs, junto as dependências da Secretaria de Assistência Social (Avenida Sete de Setembro, n.º 595, Centro, Timbó/SC), com a Secretária dos Conselhos.

6.2. O interessado preencherá a ficha de inscrição e o requerimento padrão, devendo cumprir obrigatoriamente com todos os requisitos e demais condições estabelecidas neste edital e legislação aplicável a espécie.

#### REQUISITOS

7. Poderão se inscrever para o cargo de conselheiro tutelar suplente as pessoas que preencham, cumpram e apresentem os seguintes requisitos/documentos:

7.1. Atestado comprobatório de idoneidade moral (através de certidão expedida pelo Fórum da Comarca de Timbó/SC);

7.2. Cópia da carteira de identidade;

7.3. Cópia do diploma de nível médio (2º grau completo);

7.4. Curriculum Vitae;

7.5. Comprovação de residência no Município de Timbó/SC, através de documento hábil (conta energia elétrica, água ou outra).

8. Toda a documentação constante do item 7 deverá instruir a ficha de inscrição.

8.1. A não apresentação, pelo candidato, de quaisquer dos

documentos poderá culminar no não recebimento da inscrição ou no seu imediato cancelamento.

9. Fica sob a inteira responsabilidade do interessado o preenchimento e a veracidade acerca de todos os dados/documentos inseridos no requerimento padrão e ficha de inscrição.

10. Na data de 02/12/2014 será publicada e divulgada a relação dos inscritos na imprensa oficial desta municipalidade, podendo ainda ser publicada no mural do Fórum, CMDCA e/ou em jornal de circulação local e/ou rádio.

#### IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

11. Fica impedido de atuar no mesmo conselho tutelar o marido e a mulher (casados em qualquer regime ou ainda na condição de união estável), ascendente, descendente, sogro(a), genro, nora, irmão(ã), cunhado (durante o cunhado), tio(a), sobrinho(a), padrasto, madrastra e enteado(a). De igual forma, estende-se o impedimento ao candidato em relação à autoridade judiciária e/ou representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício na comarca, Fórum Regional ou Distrito local.

12. O servidor público de qualquer ente federativo (Federal, Estadual e Municipal) apenas poderá se inscrever nos termos das normas atinentes à espécie e desde que não haja vedação ou impedimento.

12.1. O exercício da função de conselheiro tutelar suplente por servidor público municipal deverá se dar em conformidade com as previsões legais e estatutárias aplicáveis à espécie.

#### IMPUGNAÇÃO

13. Até as 12:30hs data de 03/12/2014 qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis e políticos poderá, através de documento escrito, fundamentado e devidamente encaminhado a Presidente do CMDCA ou à Comissão de Eleição (protocolo junto Secretaria de Assistência Social (Secretaria dos Conselhos - Avenida Sete de Setembro, n.º 595, Centro, Timbó/SC) impugnar as inscrições, observadas as demais condições estabelecidas neste edital, sem prejuízo das exigências legais aplicáveis à espécie.

14. O candidato que tiver sua inscrição impugnada será comunicado pelo CMDCA e/ou pela Comissão de Eleição, podendo apresentar até a data de 05/12/2014, através de documento escrito e fundamentado, manifestação acerca da impugnação.

15. Ao CMDCA e/ou à Comissão nomeada caberá julgar as impugnações.

15.1. Na data de 09/12/2014 será publicada a relação dos candidatos a participarem da fase para homologação das candidaturas. HOMOLOGAÇÃO

16. A inscrição para participação na eleição dos membros suplentes do Conselho Tutelar apenas se consolida após a homologação.

16.1. A homologação da inscrição fica sujeita a aprovação na seguinte fase:

#### AVALIAÇÃO OBJETIVA

O(s) candidatos(s) inscritos deverão realizar a avaliação objetiva, nos seguintes termos:

- A avaliação objetiva será ministrada na data de 24/01/2015, no horário compreendido entre 08:00hs às 12:00hs, junto as

dependências do Auditório da Prefeitura de Timbó/SC.

- O conteúdo programático versará em torno da Lei Federal n.º 8.069/1990 (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente);

- Para atingir a aprovação nesta fase o inscrito deverá acertar ao menos 50% (cinquenta por cento) da avaliação.

Na data de 27/01/2015 serão divulgados o gabarito e a classificação dos candidatos, sendo que o mesmo terá até as 12:00hs do dia 30/01/2015 para interpor recurso.

Na data de 02/02/2015 será publicada (através da imprensa oficial do Município de Timbó e/ou publicação em jornal de circulação local) a classificação dos aprovados nesta Fase, sendo que apenas os 15 (quinze) primeiros colocados terão sua inscrição homologada para participar como candidato na eleição do Conselho Tutelar.

#### CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

17. A inscrição do candidato fica automaticamente cancelada diante do não cumprimento de qualquer das condições estabelecidas neste edital e na legislação aplicável à espécie, inclusive no caso do inscrito não atingir os 50% (cinquenta por cento) exigidos na avaliação objetiva a ser ministrada ou no caso de não apresentar quaisquer dos documentos necessários.

#### ETAPA II

##### CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES ORGANIZADAS E ESCOLHA/VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

18. Os conselheiros tutelares suplentes serão escolhidos pelo voto direto, secreto e facultativo dos representantes das Entidades Organizadas devidamente inscritas/cadastradas perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

19. As Entidades Organizadas são aquelas comprovadamente sem fins lucrativos e de representação da comunidade local.

20. O CMDCA e/ou a Comissão de Eleição promoverá divulgação (através da imprensa oficial do Município de Timbó e/ou publicação em jornal de circulação local e/ou rádio e/ou e-mail/ofício) acerca do credenciamento de Entidades Organizadas para fins de votação para composição do Conselho Tutelar.

21. Do período compreendido entre 24/11/2014 à 28/11/2014 das 07:30hs às 12:30hs as Entidades Organizadas interessadas poderão promover seu credenciamento perante o CMDCA (Secretaria de Assistência Social - Avenida Sete de Setembro, n.º 595, Centro, Timbó/SC), através do seu Presidente ou de representante/delegado com poderes específicos para exercer o voto para escolha de membro suplente para compor o Conselho Tutelar, comprovado através de procuração da Entidade.

21.1. Constituem documentos necessários ao credenciamento da Entidade Organizada a cópia do Estatuto Social/Ato de Constituição, Ata de Eleição da última diretoria e documento de identidade e CPF do Presidente ou do representante legal/delegado.

22. Cada Entidade Organizada terá direito a 01 (um) voto, podendo escolher 01 (um) dentre os candidatos que tiveram sua inscrição homologada.

23. A Entidade Organizada apenas poderá votar munida da credencial fornecida pela CMDCA, a qual será subscrita pelo Presidente e por 02 (dois) conselheiros e/ou pela comissão nomeada para conduzir os atos relacionados a presente eleição.

24. A escolha será presidida pela Presidente do CMDCA, sob a fiscalização/supervisão do Juízo da Infância e Juventude e pelo Ministério Público.

25. Estão aptos/habilitados a votar a Presidente ou o representante legal/delegado da entidade regularmente credenciada perante o CMDCA.

26. Serão eleitos os 05 (cinco) candidatos que alcançarem maior número de votos.

27. A votação dar-se-á na data, local e horário previstos neste edital, através de cédula única elaborada pelo CMDCA.

#### ETAPA III

##### DATA, LOCAL E HORÁRIO DA ELEIÇÃO/ESCOLHA/VOTAÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR E DA APURAÇÃO

28. A eleição realizar-se-á na data de 04/02/2015, no horário compreendido entre as 08:00hs as 12:00hs, junto ao Auditório da Prefeitura de Timbó (Avenida Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC).

29. A apuração dos votos dar-se-á imediatamente após a eleição e será realizada pelo CMDCA e/ou pela comissão nomeada, lavrando-se, em momento posterior, competente ATA, proclamando como eleitos os suplentes do Conselho Tutelar.

##### DIVULGAÇÃO DO RESULTADO, POSSE E INÍCIO DAS ATIVIDADES

30. A partir de 06/02/2015 será promovida pelo CMDCA a divulgação do resultado da eleição dos membros suplentes do Conselho Tutelar, através da imprensa oficial do Município de Timbó e/ou publicação em jornal de circulação local.

31. A posse será efetiva pelo CMDCA no dia 09/02/2015, consolidada através de atos do chefe do Poder Executivo Municipal.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

32. Os casos omissos serão analisados e julgados pelo CMDCA ou pela Comissão de Eleição.

33. Poderá ser nomeada Comissão, através de ato do chefe do poder executivo municipal, dentre os membros do CMDCA, para acompanhar/executar todos os trâmites necessários a realização da referida eleição.

34. Todo e qualquer pedido/solicitações relacionadas a referida eleição, deverão ser efetuadas junto à Secretaria de Assistência Social (Avenida Sete de Setembro, n.º 595, bairro Centro, Timbó/SC).

Timbó/SC, 17 de novembro de 2014.  
DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Presidente do CMDCA

##### FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO A ELEIÇÃO DO MEMBRO SUPLENTE AO CONSELHO TUTELAR

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

**DAS CONDIÇÕES GERAIS**

O candidato DECLARA, para os devidos fins, que têm pleno e integral conhecimento e concorda expressamente com todos os termos e condições estabelecidas no EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE TIMBÓ/SC e demais documentos, legislações (em especial a Lei Municipal N.º 1.375/1992, alterações e a Lei Federal n.º 8.069/1990 - ECA) a ele relacionados.

O preenchimento e entrega da presente ficha de inscrição não confere nem tampouco garante ao candidato direito a participar do processo eleitoral, ficando o mesmo integralmente sujeito ao cumprimento de todos os termos e condições estabelecidas do EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE TIMBÓ/SC e demais documentos, legislações (em especial a Lei Municipal n.º 1.375/1992, alterações e a Lei Federal n.º 8.069/1990 - ECA).

O candidato deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE TIMBÓ/SC, sob pena de impedimento no recebimento da inscrição ou no seu imediato cancelamento.

Timbó/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014.

**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES ORGANIZADAS PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR****1. DA ENTIDADE**

1.1. NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

1.2. OBJETO SOCIAL: \_\_\_\_\_

1.3. ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

1.4. PRESIDENTE OU REPRESENTANTE/DELEGADO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA EXERCER O VOTO:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/RG: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

**2. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

2.1. A Entidade e o seu presidente e/ou representante/delegado DECLARAM, para os devidos fins, que têm pleno e integral conhecimento e concordam expressamente com todos os termos e condições estabelecidas no EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE TIMBÓ/SC e demais documentos, legislações (em especial a Lei Municipal n.º 1.375/1992, alterações e a Lei Federal n.º 8.069/1990 - ECA) a ele relacionados.

2.2. O preenchimento e entrega da presente ficha de inscrição não confere ao interessado (entidade e/ou representante/delegado) direito a voto na eleição do Conselho Tutelar, o qual dar-se-á apenas e tão somente com a entrega, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Timbó, do competente CREDENCIAMENTO.

2.3. O interessado deverá apresentar cópia do Estatuto Social, Ata de Eleição da última diretoria e do documento de identidade

e CPF do Presidente ou do representante legal/delegado (neste caso, Procuração).

Timbó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014.

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 147 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE TOALHAS, PANOS DE LOUÇA, LIXEIRAS, SABONETEIRAS E PORTA-PAPEIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 147/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de toalhas, panos de louça, lixeiras, saboneteiras e porta-papeis para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 01 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 01 de dezembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 17/11/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 149 2014 PMT - REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO GERAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 149/2014 - PMT

OBJETO: registro de preços de mão de obra profissional para realização de serviços de manutenção em geral, manutenção em telhados e calhas, carpintaria, marcenaria, serviços de pintura e serviços elétricos e hidráulicos preventivos e corretivos para todos os edifícios da administração direta e indireta, com fornecimento de todas as ferramentas necessárias à sua completa execução. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 02 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 02 de dezembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 17/11/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário da Fazenda e Administração

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 144/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de protetor solar destinado a atender as necessidades da administração direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 01 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 01 de dezembro de 2014 as 09h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 17/11/2014  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

WIEGOLD STARKE  
Coordenador da Defesa Civil

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente do SAMAE Timbó/SC

### **EXTRATO CONTRATO 2014\_167 - FCT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/167  
AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó  
AUTORIZADO: Michel Martins de Souza Me  
OBJETO: execução da recuperação, manutenção, criação, confecção, instalação, montagem e desmontagem de peças artísticas decorativas em estrutura metálica e outros materiais a serem utilizados como decoração de natal durante o período de 29/11/14 a 06/01/14, correspondente aos lotes 01 e 02, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº. 21/2014 - FCT.  
VALOR: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2014  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

### **ATA TOMADA DE PREÇOS N.º 141 2014 PMT - DESERTA**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA TOMADA DE PREÇOS Nº. 141/2014/PMT - LICITAÇÃO DESERTA

Às oito horas, do décimo sétimo dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, (17/11/2014) na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger para proceder a sessão de abertura dos trabalhos para recebimento/abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 141/2014 - PMT, que tem por objeto a Contratação de empresa(s) especializada(s) para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), das seguintes obras: pavimentação do passeio dos Núcleos de Educação Infantil LAR DA CRIANÇA e MARIA LUIZA BELL (DONA CLARA) localizados, respectivamente, na Rua Otto Wolter, bairro Quintino e Rua Dona Clara, bairro Dona Clara, neste município, em atendimento às necessidades da secretaria de educação. Aberta a sessão, às 08h10min., constatou-se que nenhuma empresa se fez presente e nem enviou/protocolou os envelopes de Documentação/Habilitação e Proposta de Preços, razão pela qual a Comissão decidiu aguardar por mais 30min. Às 08h:40min., sem que houvessem interessados em participar dessa Tomada de Preços 141/2014, a

Comissão declarou a LICITAÇÃO DESERTA. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pelos presentes, encaminhando-se os autos à autoridade instauradora do certame para as providências de estilo. Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

## **SAMAE**

### **PORTARIA NO SAMAE -131 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA No SAMAE -131 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
Concede Exoneração, a pedido, ao Servidor CRISTIANO DA SILVA, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar da presente data

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal CRISTIANO DA SILVA, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 102 de 14 de agosto de 2014, a contar de 12 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 132, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 132, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

RESOLVE:



Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ANDRÉ JOSÉ PRUST (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	31/03/1989	065.346.559-93	44 horas	17/11/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL

### PARECER DA COMISSÃO DE URBANISMO - PLO Nº 42/2014

COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS PÚBLICAS, IND, COM, AGRICULT, TURISMO E M. AMBIENTE

Projeto de Lei Ordinária nº 42/2014 - Denomina e define as ruas Projetadas do Loteamento Strey.

Iniciativa: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.  
Relator: Vereador Guilherme Voigt Júnior.

#### I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa definir e denominar as ruas projetadas do Loteamento Strey, como forma de dar continuidade aos procedimentos para sua regularização.

O Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 14 de outubro, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 04 de novembro, em Sessão Ordinária, conforme determina o §1º do art. 122 do Regimento Interno, após manifestação por sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.  
Esse é o relatório.

#### II) FUNDAMENTAÇÃO

Observa-se que o objetivo definir e denominar as ruas projetadas localizadas no Loteamento Strey. Segundo a exposição de motivos tal pretensão se faz necessária para dar continuidade aos procedimentos afetos a referida regularização do loteamento referido, para posterior prosseguimento dos trâmites, dentre os quais se destacam a conclusão do ajustamento de conduta, definição de compensações, regularização das edificações, etc. A denominação das vias projetadas serão nomes de cidades paranaenses, visando harmonizar a nomenclatura com as das vias do entorno.

Sendo assim, se faz necessária a adoção das providências pretendidas pelo Poder Executivo, de modo a possibilitar uma rápida e correta regularização da situação dos loteamentos em questão, razão pela qual, este Relator não encontra óbices a aprovação da presente proposição.

#### III) CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.  
Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Waldemar Gebauer  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 04 de Novembro de 2014.

Waldemar Gebauer
Presidente

Guilherme Voigt Júnior	John Adriano Schwartz
Relator	Membro

### PARECER DA COMISSÃO DE URBANISMO - PLO Nº 43/2014

COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS PÚBLICAS, IND, COM, AGRICULT, TURISMO E M. AMBIENTE

Projeto de Lei Ordinária nº 43/2014 - Denomina e define as ruas Projetadas do Loteamento Borchardt.

Iniciativa: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.  
Relator: Vereador Guilherme Voigt Júnior.

#### I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa definir e denominar as ruas projetadas do Loteamento Borchardt, o qual se encontra em fase de aprovação.

O Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 14 de outubro, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 04 de novembro, em Sessão Ordinária, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II) FUNDAMENTAÇÃO

Observa-se que o objetivo definir e denominar as ruas projetadas localizadas no Loteamento Borchardt. Segundo a exposição de motivos tal pretensão se faz necessária para dar continuidade aos procedimentos de denominação dos logradouros no loteamento referido. A denominação das vias projetadas serão nomes de arbustos, visando harmonizar a nomenclatura com as das vias do entorno.

Sendo assim, se faz necessária a adoção das providências pretendidas pelo Poder Executivo, de modo a possibilitar uma rápida e correta regularização da situação dos loteamentos em questão, razão pela qual, este Relator não encontra óbices a aprovação da presente proposição.

### III) CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.  
Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Waldemar Gebauer  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 04 de Novembro de 2014.

Waldemar Gebauer
Presidente

Guilherme Voigt Júnior	John Adriano Schwartz
Relator	Membro

### PARECER DA COMISSÃO DE URBANISMO - PLO Nº 45/2014

COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS PÚBLICAS, IND, COM, AGRICULT, TURISMO E M. AMBIENTE

Projeto de Lei Ordinária nº 45/2014 - Denomina a Rodovia Municipal TBO-483.

Iniciativa: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.  
Relator: Vereador Guilherme Voigt Júnior.

#### I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa definir e denominar o caminho existente no lado ímpar da Rodovia Municipal TBO-429, o qual possui características de rodovia porém, não está oficializado. O Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 10 de outubro, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 04 de novembro, em Sessão Ordinária, após manifestação por sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.  
Esse é o relatório.

#### II) FUNDAMENTAÇÃO

Ao se analisar o respectivo Projeto, verifica-se que a via em questão localiza-se no lado ímpar da Rodovia Municipal TBO-429, possuindo as mesmas características desta, porém, não estando ainda denominada/oficializada, fazendo-se necessária a edição de Lei para tanto. Com relação ao gabarito da via, verifica-se na Lei Complementar nº 344, de 13 de dezembro de 2007, que estabelece a nova mobilidade urbana do Município de Timbó, no seu art. 9º que "as rodovias municipais rurais - TBO's têm gabarito oficial de 14,00m (quatorze metros)". Portanto, o projeto está de acordo com o que determina o Plano Diretor municipal. Assim, vislumbra-se que o projeto vai ao encontro dos conceitos urbanísticos da cidade. Quanto à nomenclatura das vias, não apresentamos ressalvas face às razões apresentadas na justificativa que acompanha o respectivo projeto.

### III) CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.  
Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Waldemar Gebauer  
Vereador John Adriano Schwartz.

Sala das Comissões, em 04 de Novembro de 2014.

Waldemar Gebauer
Presidente

Guilherme Voigt Júnior	John Adriano Schwartz
Relator	Membro

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2014.

A Câmara Municipal de Timbó, por seu Presidente, ao final assinado, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão, forma presencial, observado o disposto na Lei nº 10.520/2002; na Lei nº 8.666/1993; na Lei nº 8.078/1990 e na Lei Complementar nº 123/2006, conforme as especificações e condições a seguir:

Critério de Julgamento: menor preço por item

Prazo limite para impugnação do edital:

Até 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas

Sessão Pública do Pregão: dia 28/11/2014 as 9 horas

Local da Sessão Pública do Pregão: Auditório da Câmara Municipal de Timbó, localizada na Rua Inglaterra s/n, Bairro das Nações, Timbó(SC).

#### 1. DO OBJETO

1.1. A licitação objetiva a aquisição de cobertura para veículos do tipo toldo e sua instalação no estacionamento do edifício sede da Câmara Municipal de Timbó, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

#### 2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos para o pagamento das despesas decorrentes deste certame correm a conta das seguintes dotação orçamentária:

0001.0001. - Câmara de Vereadores

0001.0001. - Atividades Legislativas

001.031.0001.1005 - Obras e Construções do Poder Legislativo

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações

4.4.90.51.98.00.00.00.10000 - Obras Contratadas. Recursos Ordinários.

↑

#### 3. PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e anexos.

3.2. Serão admitidos a participar desta licitação os que estejam legalmente estabelecidos na forma da lei, para os fins do objeto pleiteado.

3.3. É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração direta ou indireta do município de timbó ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso.

3.4. É vedado a qualquer pessoa a representação de mais de uma empresa num mesmo item ou lote nesta licitação.

3.5. Será admitida, em todas as etapas da licitação, a presença de apenas um representante de cada licitante.

3.6. Só os representantes das licitantes credenciados poderão se manifestar na sessão pública do pregão.

3.7. Não será aceita a participação de empresa que tenha agente público do município de Timbó, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico ou que possua em seu quadro de pessoal, empregados, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, de chefia e de assessoramento e de agentes políticos do município de Timbó.

#### 4. IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

4.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

4.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

#### 5. ENVELOPE DA PROPOSTA

5.1. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Pregão Presencial nº 6/2014

Envelope nº 1 - PROPOSTA

Abertura: Dia 28/11/2014 as 9 horas

Licitante: (denominação social completa da empresa e nº. do CNPJ)

5.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando a procuração.

5.3. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos: Nome da licitante, endereço completo, CNPJ e inscrição estadual, telefone, e-mail;

Número do Pregão;

Descrição do objeto da licitação em conformidade com o Anexo I;

5.4. Preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. O preço proposto compreende, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da licitação.

5.5. A licitante deverá informar na proposta os dados bancários sendo Banco, Agência e Conta Corrente em nome da licitante para pagamento e Nome, CPF e Endereço do sócio que irá assinar o contrato quando for o caso.

5.6. Prazo de validade da proposta: 60 dias

5.7. Declaração da licitante comprometendo-se a cumprir o prazo de entrega, sob pena de sofrer penalidades a serem aplicadas por esta Administração.

5.8. A proposta deve atender integralmente as especificações requeridas, vedada a desistência de quaisquer dos itens no decorrer da sessão pública do pregão.

5.9. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário para fins de classificação da proposta de preços.

5.10. A licitante que não observar as determinações acima será desclassificada do certame.

5.11. A apresentação de proposta presume que a licitante tomou pleno conhecimento das condições estabelecidas e que os objetos cotados apresentam todas as características e especificações exigidas neste edital.

5.12. A apresentação de proposta implica plena aceitação, pela licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

#### 6. ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Pregão Presencial nº 6/2014

#### Envelope nº 2 - HABILITAÇÃO

Abertura: Dia 28/11/2014 as 9 horas

Licitante: (denominação social completa da empresa e nº. do CNPJ)

6.1.1. A licitante apresentará os documentos necessários à habilitação no original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro.

6.2. O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.3. Habilitação jurídica:

6.3.1. registro comercial, no caso de empresa individual;

6.3.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.3.3. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.3.4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil competente, em caso de pessoas jurídicas não empresárias.

Obs: Os contratos sociais emitidos através do site da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos somente se emitidos com data inferior a 60 (sessenta) dias.

6.4. Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

6.3.5. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.3.6. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.3.7. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.3.8. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de Timbó conforme Art. 193 da Lei do Código Tributário Nacional e Art. 50 da Lei Complementar Municipal 142/98.\*

6.3.9. Para obter a Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó, a empresa interessada poderá solicitar da seguinte forma:

6.3.10. E-mail: [negativas@timbo.sc.gov.br](mailto:negativas@timbo.sc.gov.br);

6.3.11. Telefone: 47.3382.3655, ramal 2032.

6.3.12. A Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó deve ser solicitada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de não ser entregue em tempo para a licitação.

7. Das declarações obrigatórias:

7.1. Deverá conter no envelope de habilitação declaração subscrita pela empresa licitante, onde ateste, conforme modelo constante do anexo II deste edital, no mínimo:

7.1.1. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos. (Licitações, art. 27, V);

7.1.2. Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.1.3. Que o ato constitutivo é vigente;

7.1.4. Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

7.1.5. Que conhece e aceita todas as condições do edital.

7.2. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da licitante, ou seja, se a matriz, todos da matriz, se alguma filial, todos da filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e filiais.

7.3. A ausência ou ilegibilidade de quaisquer dos documentos/declarações obrigatórias elencados acima, acarretará a inabilitação da empresa para participação do certame.

7.4. No caso de participação em consórcio, os documentos acima deverão ser apresentados também das empresas participantes do consórcio.

#### 8. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1. Pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão,



procedendo aos seguintes atos, em sequência:

#### 8.2. Credenciamento:

8.2.1. No dia, hora e local designados para a sessão pública de recebimento das propostas, o interessado deverá identificar-se exibindo documento de identidade civil e apresentar cópia autenticada dos atos constitutivos, no caso de pessoa jurídica, trando-se de representante, deverá comprovar estar investido dos poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2.2. A comprovação dos poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os atos inerentes ao certame far-se-á por meio de procuração, por instrumento público ou particular, neste caso com firma reconhecida em cartório, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, além da apresentação de cópia autenticada do ato constitutivo.

8.2.3. Os contratos sociais emitidos através do site da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos somente se emitidos com data inferior 60 (sessenta) dias.

8.2.4. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que pretenda tratamento diferenciado das demais empresas, será obrigatória a apresentação da Certidão expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 06 (seis) meses, para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC, na fase de credenciamento. Caso a empresa opte por não se credenciar poderá entregar este documento juntamente com a proposta.

8.2.5. Os documentos acima deverão ser apresentados preferencialmente em envelope próprio.

8.2.6. Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento da licitante, porém ela estará impedida de participar da etapa de lances ou recorrer.

8.2.7. Os documentos necessários serão apresentados no original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro.

8.2.8. Para agilização da sessão pública do pregão, tendo em vista o tempo necessário para conferência de documentos e horário de protocolo de envelopes, fica estabelecido que:

8.2.9. Para autenticação de documentos pelo Pregoeiro, a licitante deverá fazê-lo até o último dia útil anterior à data de entrega dos envelopes, durante o horário de expediente. No dia da sessão pública do pregão não serão realizadas autenticações de documentos para o certame.

8.2.10. Para a autenticação na Câmara Municipal, os licitantes deverão apresentar os documentos originais e as cópias, a Câmara não fornecerá cópias de documentos.

#### 8.3. Análise preliminar de aceitabilidade das propostas:

8.3.1. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo o pregoeiro à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

8.3.2. Classificação das propostas para a etapa de lances.

8.3.3. O Pregoeiro classificará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

8.3.3.1. Primeiro critério: serão classificadas a menor proposta e todas as que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

8.3.3.2. Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas classificadas no critério anterior, serão ainda classificadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

8.4. A licitante que tiver a proposta classificada e representante credenciado poderá oferecer lances orais.

8.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.6. Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes, a partir da menor proposta.

8.7. Poderá o Pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

8.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes do item declinarem da formulação de lances.

8.9. Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas - selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances - na ordem crescente dos valores, considerando-se para as propostas selecionadas, o último lance ofertado.

8.10. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

8.11. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, o pregoeiro decidirá motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

8.12. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.

#### 9. HABILITAÇÃO

9.1. O Pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

9.2. Os documentos serão rubricados pelo Pregoeiro e anexados ao processo de licitação.

9.3. Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

9.4. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda as exigências de habilitação do edital.

#### 10. RECURSOS

10.1. Habilitado o proponente, o Pregoeiro instará os licitantes credenciados para, querendo, imediata e motivadamente, recorrer.

10.2. O recurso deve identificar, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos autoridade superior.

10.3. Cabe ao Pregoeiro deliberar sobre a aceitação do recurso.

10.4. Aceito o recurso a licitante terá o prazo de três dias para a apresentação das razões, as quais deverão ser protocolizadas na Câmara Municipal de Timbó e dirigidas à autoridade superior.

10.5. Os licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar as contrarrazões no prazo de três dias a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade decidirá o recurso no prazo de até dez dias úteis.

10.6. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.7. Declarado o vencedor da licitação, não havendo interposição de recurso, o pregoeiro adjudicar-lhe-á o objeto licitado.

10.8. Interposto recurso caberá à autoridade superior, decidido o recurso, adjudicar o objeto licitado ao vencedor da licitação.

10.9. Adjudicado o objeto ao licitante vencedor ou havendo a interposição de recurso, o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

#### 11. HOMOLOGAÇÃO

11.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação e convocará o vencedor para assinar o Contrato.

11.2. A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ poderá, quando o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a sessão pública do pregão e convidar os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

#### 12. CONTRATO

12.1. A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ disporá do prazo de 30 (trinta) dias para convocar o licitante vencedor para assinar o contrato e expedir a ordem de compra/serviço, contados a partir da data da homologação do processo licitatório.

12.2. Convocado, o licitante terá prazo de 5 dias para comparecer para assinatura do contrato.

12.3. O contrato reger-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução e rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

12.4. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Câmara Municipal de Timbó a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

12.5. Integram o contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo licitante.

12.6. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

### 13. ENTREGA E PAGAMENTO

13.1. A entrega e instalação dos equipamentos deverá ocorrer no prazo de máximo de 20 dias a contar da assinatura do contrato.

13.2. O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através da Caixa Econômica Federal, em até 10 (dez) dias, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura/recibo, devidamente certificada pelo fiscal da contratação;

13.3. Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais (INRFB nº 1.234/2012), principalmente as relativas às retenções tributárias.

13.4. Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estejam em nome da proponente vencedora.

13.5. As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

13.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço.

13.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

### 14. PENALIDADES

14.1. O proponente vencedor estará sujeito, por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos estipulados, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

14.1.1. Advertência por escrito;

14.1.2. Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de dois(02) anos, observadas as disposições legais;

14.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição;

14.1.4. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor efetivo do contrato, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e do contrato;

14.2. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer tempo, pela CÂMARA MUNICIPAL.

14.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas acima será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

14.4. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado.

### 15. OBRIGAÇÕES

#### 15.1. DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ:

15.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

15.1.2. Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

15.1.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta

solicitação, necessária à perfeita execução do Contrato;

15.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor responsável;

15.1.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

#### 15.2. DA EMPRESA VENCEDORA:

15.2.1. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

15.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

15.2.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

15.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

15.2.5. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

15.2.6. Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

#### 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis na Secretaria da Câmara Municipal de Timbó para retirada por seus respectivos licitantes, no prazo de trinta dias depois da assinatura do contrato decorrente desta licitação. Caso não sejam retirados no prazo assinalado, serão inutilizados.

16.2. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação ou proposta relativa a este certame.

16.3. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.4. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. No interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, sem que caiba às licitantes qualquer recurso ou indenização, poderá ainda a licitação ter:

16.6. Adiada sua abertura;

16.7. Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.8. As fases internas da licitação, assim sendo as atas, convocações e demais atos relativos ao processo licitatório serão divulgados através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no site: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), quando necessário, ficando desde a data da publicação convocados os licitantes a apresentarem recurso ou demais manifestações cabíveis.

16.9. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste certame licitatório, fica estabelecido o foro da cidade e comarca de Timbó (SC), nos termos do § 2º, do art. 55, da Lei 8.666/93.

16.10. Faz parte deste Edital:

a) ANEXO I - Termo de Referência.

b) ANEXO II - Modelo de Declarações obrigatórias.

c) ANEXO III - Minuta Contratual

Timbó (SC), 12 de Novembro de 2014.

Jorge Augusto Krüger  
Presidente

#### ANEXO I

##### TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto: aquisição de cobertura para veículos do tipo toldo e sua instalação no estacionamento do edifício sede da Câmara Municipal de Timbó.

A cobertura de veículos tipo toldo, modelo reto, abrangendo 20 vagas de estacionamento, com área de cobertura de 280m².

A estrutura terá 56,00m de comprimento por 5m de largura,

executada em avanço - fixada ao solo em apenas um lado, confeccionada em aço galvanizado (colunas e chumbadores).  
A cobertura deverá ser de tela de PVC com micro furos, confeccionada em malha de urdidura com intersecção de trama utilizando fios de poliéster de alta tenacidade. Modelo BMD Net G4/1.

#### ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

##### Estrutura

Estrutura confeccionada em aço SAE 1020 galvanizado. Perfil da base da cobertura na bitola 30x70mm (156,00m de tubo), 11 colunas na bitola 4" (33,00m de tubo) treliça na bitola 2.1/2" (110,00m), 1" (30,00m) e 11 Flanges confeccionadas em aço maciço 3/8 e barras rosqueadas 3/4, Porcas 3/4, 280m<sup>2</sup> de tela PVC.

##### Pintura

Proteção e acabamento da estrutura com pintura líquida. Aplicação de fundo especial para galvanizados  
- Aplicação de Fundo vinílico aderente e antioxidante;  
- Aplicação de duas camadas de esmalte sintético dupla função

##### Cobertura

Cobertura confeccionada em tela de PVC com micro furos, confeccionada em malha de urdidura com intersecção de trama utilizando fios de poliéster de alta tenacidade. Modelo BMD Net G4/1.

A Empresa deverá apresentar ART de execução assinada por um engenheiro mecânico.

O prazo para a execução do objeto é de 30 dias a partir da assinatura do contrato.

Valor estimado da contratação R\$ 32.000,00.

#### ANEXO II

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

##### DECLARAÇÃO

Ref. (identificação da licitação)

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, declara:

- Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.584, de 27 de outubro de 1999, não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos. Ressalva: ( ) empregar menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. Em caso afirmativo, assinalar esta ressalva.
- não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- estar o ato constitutivo vigente.
- não ser impedido de transacionar com a Administração Pública
- conhecer e aceitar as condições do edital.
- cumprir os requisitos de habilitação.

(local e data)

(nome e número do documento de Identidade do Declarante)

#### ANEXO III

#### MINUTA DE CONTRATO CONTRATO Nº .../2014.

Aos .... (..) dias do mês de ..... do ano de 2014, a Camara

Municipal de Timbó, órgão independente da administração direta do município, com sede na Rua Inglaterra, s/n, Bairro das Nações, Timbó (SC), representada neste ato por seu presidente, vereador Jorge Augusto Krüger, denominada contratante e a empresa ....., estabelecida na cidade de ....., na Rua ..... nº ..., inscrita no CNPJ sob nº ....., denominada contratada, representada neste ato por seu ....., Sr. ...., celebram este Contrato, de conformidade com o Pregão Presencial nº 06/2014 de 04 de Setembro de 2014 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 10.520/2002; nº 8.666/1993; nº 8.078/1990 e Lei Complementar nº 123/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

##### 1. Do Objeto

1.1. O objeto deste contrato é a aquisição de cobertura para veículos do tipo toldo e sua instalação no estacionamento do edifício sede da Câmara Municipal de Timbó.

##### 2. Do Regime de Execução:

2.1. A contratação é pelo regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei 8.666/93, art. 10, inciso II, alínea "a", conforme processo licitatório nº 15/2014.

##### 3. Do Preço

3.1. O preço dos equipamentos objeto deste contrato é de R\$ \_\_\_\_ ( \_\_\_\_ reais).

##### 4. Do Pagamento:

4.1. O pagamento será realizado até dez dias depois da entrega e instalação dos equipamentos.

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas com valores em separado de cada componente, projetor, tela, suporte, cabos, instalação, para fins de lançamento contábil.

4.3. Os valores apurados serão pagos após apresentação da fatura.

4.4. A fatura deverão ser entregue na Câmara com antecedência mínima de 5 dias úteis da data de seu vencimento.

##### 5. Do Reajuste:

5.1. Os preços dos serviços serão reajustados a cada 12 meses de contrato com base no IPCA-IBGE ou aquele que o substituir.

5.2. As alterações decorrentes de reajustes serão formalizadas por meio de apostilamento.

##### 6. Da Atualização Monetária:

6.1. Se a contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto no item 3.4 deste Contrato sujeitar-se-á, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, às seguintes sanções:

6.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura no mês de atraso;

6.3. Juros de mora de 1% (um por cento) a.m.; ec) correção Monetária, calculada pro rata die, com base na variação do IGP-DI (FGV)

##### 7. Da Dotação Orçamentária:

7.1. Os recursos para o pagamento das despesas decorrentes deste contrato correm a conta das seguintes dotação orçamentária:

0001.0001. - Câmara de Vereadores

0001.0001. - Atividades Legislativas

001.031.0001.1005 - Obras e Construções do Poder Legislativo

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações

4.4.90.51.98.00.00.00.10000 - Obras Contratadas. Recursos Ordinários.

##### 8. Dos Direitos e Responsabilidades das Partes:

##### 8.1. Das Prerrogativas da Contratante:

8.1.1. A contratante reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

8.1.2. Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da contratada;

8.1.3. Rescindir-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;

8.1.4. Fiscalizar-lhe a execução;

8.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

8.1.6. A contratada fica responsável pelo ressarcimento dos prejuízos materiais e/ou pessoais que causar à contratante ou à terceiros, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

8.2. Das obrigações da contratante:

8.3. São obrigações da contratante:

8.3.1. Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato até a data de vencimento;

8.3.2. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

8.3.3. Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

8.3.4. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitação, necessária à perfeita execução do Contrato;

8.3.5. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, depois da entrega da Nota Fiscal na Câmara;

8.3.6. Notificar por escrito à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

9. Das obrigações da contratada:

9.1. São obrigações da contratada:

9.1.1. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

9.1.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

9.1.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

9.1.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

9.1.5. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

9.1.6. Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

10. Das Penalidades:

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato estará a contratada sujeita às seguintes sanções:

10.2. advertência;

10.3. multa;

10.4. de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa da contratada.

10.5. de 0,2% sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte da contratada no cumprimento dos prazos de início de execução dos serviços ou da conclusão final da obra ou, ainda, para a solução de vícios ou imperfeições constatadas na obra, até o limite de 20%.

10.6. de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nos itens 8.1.2.1 e 8.1.2.2 desta cláusula.

10.7. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Timbó pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

10.8. declaração de inidoneidade, na forma da Lei 8.666/93, art. 87, inciso IV.

10.9. Por eventuais atrasos no pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a contratante fica sujeita às seguintes penalidades:

10.10. Compensação financeira devida entre a data estabelecida no item 3.3 deste contrato e a data do adimplemento da obrigação, calculada conforme Portaria nº. 1960/96, do Ministério das Comunicações, aplicada de forma isonômica para todas as operadoras, ou seja: aplicação de multa moratória de 2% sobre o valor do débito e os juros moratórios determinados pela Lei Brasileira.

10.11. A compensação financeira prevista no 8.2.1 será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

11. Da Rescisão:

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

11.2. Dos Direitos da Contratante em caso de Rescisão Unilateral:

11.3. Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado à contratante:

11.4. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

11.5. ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

11.6. execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

11.7. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

12. Do Prazo:

12.1. O prazo para a execução total do objeto contratado será de 30 dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério da administração.

12.2. Considera-se justificado o atraso da execução dos serviços contratados ocorrendo:

12.2.1. greves;

12.2.2. epidemias;

12.2.3. cortes frequentes de energia elétrica e água;

12.2.4. enchentes.

13. Do Foro:

13.1. Fica estabelecido o foro da cidade e comarca de Timbó (SC), para adoção de medidas judiciais pertinentes à execução deste Contrato, nos termos do § 2º, do art. 55, da Lei 8.666/93.

Firmam este Contrato em vias de igual teor e forma.

Timbó (SC), \_\_\_\_ de Novembro de 2014.

Jorge Augusto Krüger  
Presidente

Contratada



# Três Barras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.421 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.421 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA A EXTRAÇÃO E RECEBIMENTO EM DOAÇÃO DE ARGILA PARA ATERRO DE ORLANDO DOS SANTOS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a extração e recebimento em doação pelo Município de argila para aterro no volume aproximado de 1.800,00 m³, de Orlando dos Santos - do imóvel situado na Av. Rigesa esquina com a Rua Andrea Max Muller, matrícula nº 33.088 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Canoinhas.

Art. 2º. O material será depositado com a finalidade de aterro nos seguintes locais:

I - Rua João Manoel Sardá - academia de saúde - junto a Fundação Hospitalar de Três Barras;

II - Rua Boleslau Polanski - Complexo Esportivo João Paulo II.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de setembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

### DECRETO Nº 4.422 DE 03 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.422 DE 03 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR

TOTAL DE

R\$ 984.839,93, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar de excesso de arrecadação por convênios ao orçamento do Município de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 419.376,00 (Quatrocentos e dezenove mil e trezentos e setenta e seis reais), como segue:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
017.512.0021.1004 – Macrodrenagem Canal São Cristóvão			
4490.00.00	12453	Aplic. Diretas/ Conv. Estado Dren. Canal São Cristóvão	299.376,00

015.451.0021.1015 – Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infra-estrutura

4490.00.00	12462	Aplic. Diretas/ Transf. Conv. Estado Trevo Barra Grande	120.000,00
------------	-------	---	------------

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação por convênios como segue:

-Convênio nº 008/SDC/2014, Processo nº 1570/SDC/2013, Estado de Santa Catarina/ Secretaria de Estado da Defesa Civil no valor de R\$ 299.376,00 (Duzentos e noventa e nove mil, trezentos e setenta e seis reais) no vínculo 12453.

-Convênio nº 2014TR000631, Processo nº SDR26 4330/2013, Estado de Santa Catarina/ Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas, no valor de R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais) no vínculo 12462.

Art. 3º Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 234.079,68 (Duzentos e trinta e quatro mil setenta e nove reais e sessenta e oito centavos), como segue:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – Secretaria de Finanças			
028.843.0004.2007 – Amortização da Dívida			
4690.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	86.000,00
08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte			
012.361.0025.2041 – Manutenção do Transporte Escolar			
3390.00.00	12255	Aplic. Diretas/ Transfer. Conv. Estado – Transp. Escolar	30.000,00
012.365.0013.2063 – Manutenção dos CMEIS – Educação Infantil			
3390.00.00	12251	Aplic. Diretas/ Transfer. FNDE Brasil Carinhoso	95.079,68

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
006.181.0034.2075 – Apoio a Segurança Pública			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	10.000,00
3390.00.00	15400	Aplic. Diretas/ Convênio Trânsito Militar	6.000,00
3390.00.00	15500	Aplic. Diretas/ Convênio Trânsito Civil	7.000,00

Art. 4º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta Receita nº 417220102000000 - Cota-Parte IPVA, vínculo 10000, no valor de R\$ 96.000,00.

-Conta Receita nº 417220200020000 - Transf. Estado Transp. Escolar, vínculo 12255, no valor de R\$ 30.000,00.

-Conta Receita nº 417213599020000 - Transf União FNDE Brasil Carinhoso, vínculo 12251, no valor de R\$ 95.079,68.

-Conta Receita nº 419191500010000 - Conv. Transito - Policia Militar, vínculo 15400, no valor de R\$ 6.000,00.

-Conta Receita nº 419191500020000 - Conv. Transito - Polícia Civil, vínculo 15500,00 no valor de R\$ 7.000,00.

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para

exercício 2014, no valor de R\$ 71.000,00 (Setenta e um mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – Secretaria de Finanças			
028.843.0004.2007 – Amortização da Dívida.			
3469.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	11.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
004.122.0017.2074 – Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	20.000,00

10 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL DE SÃO CRISTÓVÃO			
01 – Intendência Distrital			
004.122.0022.2036 – Manutenção da Intendência			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	40.000,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 71.000,00 (Setenta e um mil reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – Secretaria de Finanças			
028.843.0004.2007 – Amortização da Dívida.			
3329.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	11.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
004.122.0017.2074 – Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	20.000,00

10 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL DE SÃO CRISTÓVÃO			
01 – Intendência Distrital			
004.122.0022.2036 – Manutenção da Intendência			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	40.000,00

Art. 7º Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 209.390,10 (Duzentos e nove mil, trezentos e noventa reais e dez centavos), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3390.00.00	16460	Aplic. Diretas/ ESF –Transf. Estado p/ Saúde da Família	30.000,00
010.303.0009.2078 – MAC – Média e Alta Complexidade			
3390.00.00	12359	Aplic. Diretas/ Transf. Conv. Estado MAC- CIS	120.000,00
3390.00.00	12358	Aplic. Diretas/ Transf. Estado Exames e Consultas Esp.	38.390,10
3390.00.00	16566	Aplic. Diretas/ Transf. Estado MAC. Cirurg. Eletivas	21.000,00

Art. 8º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta Receita nº 4172233000200000 - Transferência do Estado - ESF, vínculo 16460, no valor de R\$ 30.000,00.  
 -Conta Receita nº 4172299000500000 - Transferência Estado MAC, vínculo 12358 e 12359, no valor de R\$ 158.390,10.  
 -Conta Receita nº 4172299040000000 - Transf. do Estado Cirurgias Eletivas, vínculo 16566, no valor de R\$ 21.000,00.

Art. 9º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3390.00.00	10200	Aplic. Diretas/ Rec. de Impostos e de Transf. Imp -Saúde	11.000,00

Art. 10º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3391.00.00	10200	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Orgaos/ Rec. de Impostos e de Transf. Imp -Saúde	10.000,00
3350.00.00	10200	Transferências a Inst. Priv. s/Fins Lucr/ Rec. de Impostos e de Transf. Imp -Saúde	1.000,00

Art. 11º Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 33.608,15 (Trinta e três mil, seiscentos e oito reais e quinze centavos), como segue:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.244.0010.2085 – Manutenção programa CRAS			
3390.00.00	15302	Aplic. Diretas / Transf. Estado PSB - CRAS	26.678,15
008.243.0010.2023 – Atenção à Criança e ao Adolescente			
4490.00.00	15303	Aplic. Diretas / Transf. Est.- Alta Compl. Desp. Capital	6.930,00

Art. 12º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso, como segue:

-Conta Receita nº 4172299000300000 - Trans. Estado - CRAS, vínculo 15302, no valor de R\$ 26.678,15.  
 -Conta Receita nº 4172299000100000 - Transf. Est. p/ Alta Complex. p/ F.M.A.S. vínculo 15303, no valor de R\$ 6.930,00.

Art. 13º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 6.386,00 (seis mil, trezentos e oitenta e seis reais), como segue:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.244.0010.2086 – Manutenção Programa Bolsa Família			
4490.00.00	16300	Aplic. Diretas / IGD-PBF – Bolsa Família	5.000,00
008.243.0010.2023 – Atenção à Criança e ao Adolescente			
4490.00.00	15303	Aplic. Diretas / Transf. Est. – Alta Compl. Desp. Capital	1.386,00

Art. 14º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 6.386,00 (seis mil, trezentos e oitenta e seis reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.244.0010.2086 – Manutenção Programa Bolsa Família			
3390.00.00	16300	Aplic. Diretas / IGD-PBF – Bolsa Família	5.000,00
008.243.0010.2023 – Atenção à Criança e ao Adolescente			
3390.00.00	15301	Aplic. Diretas / Transf. Conv. Estado FMAS –Alta Complex.	1.386,00

Art. 15º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 03 de outubro de 2014.  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

## DECRETO Nº 4.425 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.425 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 230.000,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº. 3.145 de 10 de outubro de 2014.

### DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por transposição no orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), como segue:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB			
01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB			
017.512.0037.2093 – Manut. das Atividades do Fundo Municipal de Saneamento			
3390.00.00	20000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	50.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será

utilizado como fonte de recursos a transposição/anulação de dotação da Prefeitura Municipal de Três Barras, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) como segue:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – Secretaria de Administração			
004.122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração			
3350.00.00	10000	Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucr/ Recursos Ordinários	50.000,00

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA, para exercício 2014, no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), como segue:

16 – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E SANEAMENTO - SAMASA			
01 – Serviço Autônomo Municipal Água e Saneamento - SAMASA			
017.512.0036.2081 – Manutenção da Administração SAMASA			
3390.00.00	20000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	180.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

16 – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E SANEAMENTO - SAMASA			
01 – Serviço Autônomo Municipal Água e Saneamento - SAMASA			
017.512.0036.2083 – Serviços Encargos da Dívida			
4690.00.00	20000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	120.000,00
3290.00.00	20000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	30.000,00
017.512.0036.2047 – Tubulação Águas Pluviais			
4490.00.00	20000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	30.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 13 de outubro de 2014.  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

## DECRETO Nº 4.427 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.427 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE SYBILA GEMRA CANANI E JOÃO FRANCISCO CANANI, SITUADO NO KM 02, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Sybila Gemra Canani e João Francisco Canani, localizada na esquina formada pelas Ruas Vereador Silvino Geacomio De Luca e a Rua Carlos Müller, Km 02, Três Barras - SC,



devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 9.745 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 04-A com 330,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vereador Silvino Geacom De Luca se encontra; à Frente, com a Rua Vereador Silvino Geacom De Luca na extensão de 22,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 03 na extensão de 22,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 04-B na extensão de 15,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Carlos Müller na extensão de 15,00 metros lineares. Com uma construção residencial com área de 96,00 metros quadrados.

II - Lote 04-B com 270,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vereador Silvino Geacom De Luca se encontra; à Frente, com a Rua Vereador Silvino Geacom De Luca na extensão de 18,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 03 na extensão de 18,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 07 na extensão de 15,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 04-A na extensão de 15,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.428 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.428 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE DANIELA ALBERTI GONÇALVES, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Daniela Alberti Gonçalves, localizada na esquina formada pelas Ruas João Batista Pacheco e Vereador Medouro Neves de Medeiros, bairro Vila Nova, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 9.876 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 562,50 m<sup>2</sup> (quinhentos e sessenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 16-A com 281,25 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vereador Medouro Neves de Medeiros se encontra; à Frente, com a Rua Vereador Medouro Neves de Medeiros na

extensão de 15,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 16-B na extensão de 15,00 metros lineares; ao Lado Direito, com a Rua João Batista Pacheco na extensão de 18,75 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 17, de propriedade de Ataíde de Andrade, na extensão de 18,75 metros lineares.

II - Lote 16-B com 281,25 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua João Batista Pacheco se encontra; à Frente, com a Rua João Batista Pacheco na extensão de 18,75 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 17, de propriedade de Ataíde de Andrade, na extensão de 18,75 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 12 na extensão de 15,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 16-A na extensão de 15,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.429 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.429 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MARIA DE FATIMA DE PAULA GABARDO, BERTOLINO JOSÉ GABARDO, GILSON DE PAULA E SILVA E MÁRCIA MARIA LESSACK DE PAULA E SILVA, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Maria de Fatima de Paula Gabardo, Bertolino José Gabardo, Gilson de Paula e Silva e Márcia Maria Lessack de Paula e Silva, localizada na Avenida Abrahão Mussi, Distrito de São Cristóvão, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 36.815 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 18.710,64 m<sup>2</sup> (dezoito mil, setecentos e dez metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), subdividido em 10 (dez) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 09 com 1.218,89 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi se encontra; à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 35,11 metros; aos Fundos, com o Lote nº 10 na extensão de 17,33 metros e com o Lote nº 18 na extensão de 17,33 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 18 na extensão de 28,68 metros; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Alexandre de Paula e Silva na extensão de 40,71 metros.

II - Lote 10 com 507,36 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem

da Rua Alexandre de Paula e Silva se encontra; à Frente, com a Rua Alexandre de Paula e Silva na extensão de 26,86 metros; aos Fundos, com o Lote nº 18 na extensão de 29,24 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 09 na extensão de 17,33 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 11 na extensão de 17,60 metros.

III - Lote 11 com 509,17 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Alexandre de Paula e Silva se encontra; à Frente, com a Rua Alexandre de Paula e Silva na extensão de 28,70 metros; aos Fundos, com o Lote nº 18 na extensão de 28,70 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 10 na extensão de 17,60 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 12 na extensão de 17,88 metros.

IV - Lote 12 com 509,39 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Alexandre de Paula e Silva se encontra; à Frente, com a Rua Alexandre de Paula e Silva na extensão de 28,28 metros; aos Fundos, com o Lote nº 18 na extensão de 28,28 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 11 na extensão de 17,88 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 13 na extensão de 18,15 metros.

V - Lote 13 com 509,09 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Alexandre de Paula e Silva se encontra; à Frente, com a Rua Alexandre de Paula e Silva na extensão de 27,85 metros; aos Fundos, com o Lote nº 18 na extensão de 27,85 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 12 na extensão de 18,15 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 14 na extensão de 18,41 metros.

VI - Lote 14 com 509,37 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Alexandre de Paula e Silva se encontra; à Frente, com a Rua Alexandre de Paula e Silva na extensão de 27,47 metros; aos Fundos, com o Lote nº 18 na extensão de 27,47 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 13 na extensão de 18,41 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 15 na extensão de 18,67 metros.

VII - Lote 15 com 509,38 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Alexandre de Paula e Silva se encontra; à Frente, com a Rua Alexandre de Paula e Silva na extensão de 27,31 metros; aos Fundos, com o Lote nº 18 na extensão de 26,87 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 14 na extensão de 18,67 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 16 na extensão de 18,93 metros.

VIII - Lote 16 com 454,05 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua José Nunes Cavalheiro se encontra; à Frente, com a Rua José Nunes Cavalheiro na extensão de 33,27 metros; aos Fundos, com o Lote nº 15 na extensão de 18,93 metros e com o Lote nº 18 na extensão de 5,96 metros; ao Lado Direito, com a Rua Alexandre de Paula e Silva na extensão de 7,31 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 17 na extensão de 28,90 metros.

IX - Lote 17 com 435,73 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua José Nunes Cavalheiro se encontra; à Frente, com a Rua José Nunes Cavalheiro na extensão de 15,52 metros (em duas linhas 6,73 metros e 8,79 metros); aos Fundos, com o Lote nº 18 na extensão de 12,98 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 16 na extensão de 28,90 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 18 na extensão de 37,00 metros.

X - Lote 18 com 13.548,21 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi se encontra; à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 15,60 metros; aos Fundos, com a Rua José Nunes Cavalheiro na extensão de 6,74 metros e com o terras pertencentes a Marcos Antonio Gonçalves na extensão de 50,51 metros (em duas linhas com 29,75 metros e 20,76 metros); ao Lado Direito, com terras pertencentes a Maria de Fátima de Paula Gabardo e outros (Lotes nº 01, 02, 03, 04, 05 e 06) na extensão de 74,51 metros; ângulo à direita com o Loteamento de Estefano Wrublevski na extensão de 3,00 metros; ângulo à esquerda com o Loteamento de Estefano Wrublevski na extensão de 124,31 metros; ângulo à direita com terras de Maria

de Fátima de Paula Gabardo (Lotes nº 07 e 08), na extensão de 27,98 metros e ângulo à esquerda com terras de Maria de Fátima de Paula Gabardo (Lote 08) na extensão de 31,07 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 09 na extensão de 28,68 metros; ângulo à esquerda com o Lote nº 09 na extensão de 17,33 metros; ângulo à direita com o Lote nº 10 na extensão de 29,24 metros; com o Lote nº 11 na extensão de 28,70 metros; com o Lote nº 12 na extensão de 28,28 metros; com o Lote nº 13 na extensão de 27,85 metros; com o Lote nº 14 na extensão de 27,47 metros; com o Lote nº 15 na extensão de 26,87 metros; ângulo à direita com o Lote nº 16 na extensão de 5,96 metros; com o Lote nº 17 na extensão de 12,98 metros e ângulo à esquerda com o Lote nº 17 na extensão de 37,00 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

#### **DECRETO Nº 4.430 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.430 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE ABEGAIR DOS SANTOS SAWISKI, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Abegair dos Santos Sawiski, localizada na Rua Otávio Tabalipa, bairro Vila Nova, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 36.653 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 8.631,25 m<sup>2</sup> (oito mil, seiscentos e trinta e um metros e vinte cinco centímetros quadrados), subdividido em 03 (três) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 01 com 7.604,32 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Otávio Tabalipa se encontra; à Frente, com a Rua Otávio Tabalipa na extensão de 20,50 metros; com o Lote nº 02 na extensão de 30,00 metros; com o Lote nº 02 na extensão de 13,00 metros; com o Lote 02 na extensão de 4,00 metros; com terras pertencentes ao Centro Espírita Seara do Bem na extensão de 15,00 metros; com o Lote nº 03 na extensão de 14,00 metros; com o Lote nº 03 na extensão de 14,00 metros e com terras pertencentes a Elson Zabloski na extensão de 16,00 metros lineares; aos Fundos, com um arroio na extensão de 21,00 metros lineares; ao Lado Direito, com terras pertencentes à Rigesa, Celulose, Papel e Embalagens Ltda. na extensão de 46,51 metros; com terras pertencentes à Rigesa, Celulose, Papel e Embalagens Ltda. na extensão de 38,96

metros; com terras pertencentes à Rigesa, Celulose, Papel e Embalagens Ltda. na extensão de 76,93 metros e com a Rua Ernesto Bishop na extensão de 24,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes a Geraldo Markos na extensão de 84,50 metros lineares.

II - Lote 02 com 390,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Otávio Tabalipa se encontra; à Frente, com a Rua Otávio Tabalipa na extensão de 13,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 01 na extensão de 13,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 01 na extensão de 30,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes ao Centro Espírita Seara do Bem na extensão de 26,00 metros e com o Lote nº 01 na extensão de 4,00 metros lineares.

II - Lote 03 com 560,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Otávio Tabalipa se encontra; à Frente, com a Rua Otávio Tabalipa na extensão de 14,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 01 na extensão de 14,00 metros lineares; ao Lado Direito, com terras pertencentes ao Centro Espírita Seara do Bem na extensão de 26,00 metros e com o Lote nº 01 na extensão de 14,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes Elson Zabloski na extensão de 40,00 metros lineares.

Art. 2º. Fica excluída da matrícula imobiliária descrita no artigo anterior, a área correspondente a 76,93 (setenta e seis metros e noventa e três centímetros quadrados), para efeito a alinhamento da Rua Ernesto Bishop.

Art. 3º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 4º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.431 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.431 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA EMPRESA MILI S/A E CLUBE DE CAÇA, TIRO E PESCA MAJOR TOMAZ VIEIRA, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área de imóveis de propriedade da empresa Mili S/A. e Clube de Caça, Tiro e Pesca Major Tomaz Vieira, localizadas às margens da Rodovia SC-303, no Distrito de São Cristóvão, Três Barras - SC, devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 37.827, 37.828 e 37.829 - livro de registro geral nº 02. Área

total dos imóveis 335.414,12 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quatorze metros e doze centímetros quadrados), subdividido em 03 (três) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 01 com 175.012,78 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rodovia SC-303 se encontra; à Frente, com terras pertencentes à empresa Mili S/A na extensão de 353,79 metros e com a Rodovia SC-303 na extensão de 115,92 metros; aos Fundos, com o Lote nº 03 na extensão de 113,24 metros; ao Lado Direito, com terras pertencentes à empresa Mili S/A na extensão de 317,03 metros e com o Rio Canoinhas na extensão de 167,97 metros; e, ao Lado Esquerdo, com uma Rua Sem Denominação na extensão de 673,97 metros lineares.

II - Lote 02 com 40.619,11 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Sem Denominação se encontra; à Frente, com a Rua Sem Denominação na extensão de 446,29 metros lineares; aos Fundos, com terras pertencentes à empresa A. Scultetus Engenharia Civil Ltda na extensão de 444,62 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 03 na extensão de 139,71 metros.

II - Lote 03 com 119.782,23 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Sem Denominação se encontra; à Frente, com a Rua Sem Denominação na extensão de 206,07 metros; aos Fundos, com o Rio dos Pardos na extensão de 327,54 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 01 na extensão de 113,24 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 02 na extensão de 139,71 metros; com terras pertencentes à empresa A. Scultetus Engenharia Civil Ltda na extensão de 217,59 metros e com o Rio dos Pardos na extensão de 649,55 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 4º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.437 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.437 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO - REGULADO PELO EDITAL Nº 003/2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado do Concurso Público para Emprego Público regulado pelo Edital nº 003/2014, conforme Anexo único.

Art. 2º. Deverá o Setor Pessoal tomar as providências necessárias

a convocação dos candidatos obedecida a ordem de classificação e demais disposições constantes do respectivo edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

#### DECRETO Nº 4.438 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.438 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO - REGULADO PELO EDITAL Nº 004/2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado do Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos regulado pelo Edital nº 004/2014, conforme Anexo único.

Art. 2º. Deverá o Setor Pessoal tomar as providências necessárias a convocação dos candidatos obedecida a ordem de classificação e demais disposições constantes do respectivo edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Concurso Público Para Provimento de Cargos Efetivos

004/2014

Fisioterapeuta - 02

Divulgação do Resultado Final

Nº CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nota da Prova Escrita	Situação
1	Tatiane de Fátima Davoiaski	7,0	Aprovado
2	Ana Paula Pazda Paul	7,0	Aprovado
3	Aline Moara Lourenço Gomes de Souza	7,0	Aprovado
4	Neci Maria Lemos Pereira de S. Nagano	6,8	Aprovado
5	Adrielle Costa	6,8	Aprovado
6	Ana Carolina Nayzer	6,8	Aprovado
7	Mateus Alexandre Souto Santos Camargo	6,8	Aprovado
8	Camila Louise Gralov	6,2	Aprovado
9	Luciana Freitas Fiedler	6,2	Aprovado
10	Vanessa Ribeiro Koch	5,4	Aprovado
11	Aline Birolli Gonçalves	5,4	Aprovado
12	Gabriel Parizoto	5,4	Aprovado
13	Miriellen Carla Pangratz	5,2	Aprovado
14	Luciano Cezar Sarnoski	5,2	Aprovado
15	Debora Domingues Maciel	5,0	Aprovado
-	Fernanda Davet	4,8	Reprovado
-	Noeli Aparecida Treuke	4,6	Reprovado

-	Aline Marisa Bazzanella	4,6	Reprovado
-	Mirian Muncinelli de Souza	4,4	Reprovado
-	Lucia José de Oliveira	3,0	Reprovado

Concurso Público Para Provimentos de Cargos Efetivos

004/2014

Psicólogo - 03

Divulgação do Resultado Final

Nº CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nota da Prova Escrita	Situação
1	Danieli Goedert	6,0	Aprovado
2	Renate Jessica Lins	6,0	Aprovado
3	Veridiana Simette Grabas	5,8	Aprovado
4	Juliana Rauen	5,8	Aprovado
5	Amanda Guimarães dos Santos	5,8	Aprovado
6	Jaime Lhoti Ito Junior	5,6	Aprovado
7	Marilene Motelewicz Vossgrau	5,2	Aprovado
8	Thainara Lech Wendt	5,2	Aprovado
9	Fernanda Helena Teixeira	5,2	Aprovado
-	Vania Kwiatkowski Leal	4,8	Reprovado
-	Juliana Freitas Fiedler	4,6	Reprovado
-	Thayse Glevinki	4,6	Reprovado
-	Valeria Aparecida dos Santos	4,6	Reprovado
-	Helena Mesko da Fonseca Lubbe	4,6	Reprovado
-	Tuana Barbosa Maciel Borges	4,4	Reprovado
-	Micheli Sebastião Bonasolli	4,4	Reprovado
-	Tatiane Maria Soares Matoso	4,2	Reprovado
-	Tangryany Santos	3,6	Reprovado
-	Mariana Carolina Kerscher	2,6	Reprovado
-	Edinara Kovalski	2,4	Reprovado

Concurso Público Para Provimentos de Cargos Efetivos

004/2014

Técnico de Enfermagem - 04

Divulgação do Resultado Final

Nº CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nota da Prova Escrita	Situação
1	Soeli Terezinha Rezende	9,0	Aprovado
2	Juliane Cristina Borges	8,0	Aprovado
3	Andressa Cristina Ricardo	8,0	Aprovado
4	Mirele Cristiane Gonçalves	7,4	Aprovado
5	Regiane Aparecida Gonçalves de Carvalho	7,0	Aprovado
6	Alcione Mara Saiboth Bornatto	7,0	Aprovado
7	Marcela Cristina de Lima	7,0	Aprovado
8	Evanir Kondras	6,8	Aprovado
9	Sandrieli Cecilia Pires de Lima	6,8	Aprovado
10	Marlene Tomelin Nunes	6,6	Aprovado
11	Eloa Veiga	6,6	Aprovado
12	Sônia Luzia de Lima Gassner	6,6	Aprovado
13	Ana Maria Moreira Lescovitz da Silva	6,6	Aprovado



14	Silvana Aparecida Lescovitz de Souza	6,6	Aprovado
15	Goreti Leme Maciel	6,6	Aprovado
16	Franciele Daiane Teixeira Muller	6,6	Aprovado
17	Rosemari Padilha	6,4	Aprovado
18	Adrieli Ribeiro	6,4	Aprovado
19	Jaqueline Kazmierczak Ferreira	6,4	Aprovado
20	Neuzeli da Silveira Sarotti	6,2	Aprovado
21	Edleuda de Almeida Barbosa da Silva	6,2	Aprovado
22	Elisangela Screpec Izidio	6,2	Aprovado
23	Priscila Guimarães	6,2	Aprovado
24	Kamila Bento dos Santos	6,0	Aprovado
25	Silmara Shumovski Konkol	5,8	Aprovado
26	Andrieli Cordeiro Passaglia Gomes	5,8	Aprovado
27	Cristiane Lopes de Oliveira	5,8	Aprovado
28	Lilian Gisleine de Oliveira	5,6	Aprovado
29	Sandra Bueno de Oliveira	5,4	Aprovado
30	Luciane de Almeida	5,4	Aprovado
31	Patricia Kelczeski	5,4	Aprovado
32	Felipe Bento de Oliveira Stemposki	5,4	Aprovado
33	Rosicler Aparecida Caetano da Silva	5,2	Aprovado
34	Claudia Borges Mathias	5,2	Aprovado
35	Stephani Caroline Kraj Rosa	5,2	Aprovado
36	Juciane Aparecida Kachimareck N. Cordeiro	5,0	Aprovado
37	Sandra Mara Sampaio	5,0	Aprovado
-	Tania Bueno	4,8	Reprovado
-	Fernanda Aparecida de Souza	4,6	Reprovado
-	Neli Jociane da Silveira Rocha	4,4	Reprovado
-	Solange Aparecida Correa	4,2	Reprovado
-	Leni Basilio Piechontcoski	4,0	Reprovado
-	Adrieli Roscamp	4,0	Reprovado
-	Suelen Caetano da Silva	3,8	Reprovado
-	Angelina Bueno Back Bonete de Oliveira	3,8	Reprovado
-	Franklyn de Brito	3,8	Reprovado
-	Silmara Xavier de Almeida	3,8	Reprovado

Concurso Público Para Provimentos de Cargos Efetivos  
004/2014 - Médico Clínico Geral - 01  
Divulgação do Resultado Final

Nº CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nota da Prova Escrita	Nota Avaliação Curricular	Resultado Final
1	João Ramão	7,0	7,0	7,0
2	João Carlos Costa Cominges	7,0	7,0	7,0
-	Joelson Adriano R. de Carvalho	4,8	-	-

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO AO PROCESSO 87.2014

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 10/10/2014, onde se lê : "Pregão Presencial nº 87/2014, referente "AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK, CAMARA DIGITAL, APARELHO CELULAR E MICROFONES SEM FIO AURICULAR DESTINADOS PARA DELEGACIA DE POLICIA E CRAS", com abertura para o dia 24 de novembro de 2014 as 9h. leia -se: "Pregão Presencial nº 87/2014, Referente "AQUISIÇÃO DE MICROFONES SEM FIO AURICULAR DESTINADOS O CRAS, com abertura para o dia 02 de dezembro de 2014 as 9h. Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 17 de novembro de 2014.

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 36/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para de aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde, para o exercício financeiro de 2014.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
1	25.000,00	Litro	Óleo diesel	Charrua	2,45	61.250,00
			Total geral			61.250,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2014, o Fundo Municipal da Saúde do Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado por seu gestor Sr. Bruno José Heberle, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 36/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 01 a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis/FMSAÚDE, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 36/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 23/2013.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2014.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, devendo constar o CNPJ nº 12.273.240/0001-49, o número da licitação, e

da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 36/2013, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2014.

ENOI SCHERER  
Prefeito municipal

LUIZE SCHROEDER  
representante legal  
ABASTECEDORA DE  
COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 117/2013.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de óleo diesel destinado ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
1	400.000,00	Litro	Óleo diesel	Charrua	2,45	980.000,00
			Total geral			980.000,00

Aos dois dias do mês de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 117/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 01 a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ nº 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 117/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 88/2013.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2014.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao

controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto da presente ata de registro de preço.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 117/2013, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2014.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do



Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2014.

ENOI SCHERER

Prefeito municipal

LUIZE SCHROEDER

representante legal

ABASTECEDORA DE

COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 122/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 122/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Tubo de concreto 20cm x 1m.	300	19,85	5.955,00
2	Tubo de concreto 30cm x 1m	800	26,45	21.160,00
3	Tubo de concreto 40cm x 1m	800	34,65	27.720,00
				54.835,00

Aos 02 de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 122/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de

concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item (s) 01, 02, 03, a empresa Artefatos de Cimento Fronteira LTDA -ME inscrita sob o CNPJ n.º 10.494.614/0001-20, estabelecida na Estrada Linha Pitangueira, s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC neste ato representado Marino Anshau, sócio administrador portador do RG n.º 2457348 e do CPF n.º 9691.043.529-04.

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 122/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 92/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos ao vencedor será efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

**6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS**

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

**7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 122/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

**9. DO FORO**

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de janeiro de 2014.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Artefatos de Cimento Fronteira Ltda - ME  
Marino Anschau  
Sócio administrador

Testemunhas:  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 122/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 122/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
5	Tubo de concreto de 100 x 100 com ferragem	30	301,85	9.055,50

Aos 02 de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 122/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

**1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 06, a empresa Caibí Artefatos de Cimento LTDA - ME inscrita sob o CNPJ nº 12.683.308/0001-68, estabelecida na Rua Egidio Ferronato, 161, centro, no Município de Caibí/SC neste ato representado por Jaison Cadoná, representante legal portadora do RG nº 3.583.202 e do CPF nº 062.281.639-06.

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 122/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 92/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

**4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:**

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital,

devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 122/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de janeiro de 2014.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Caibí Artefatos de Cimento LTDA - ME  
Jaison Cadoná  
Representante legal

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 122/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR Máximo R\$	VALOR TOTAL R\$
4	TUBO DE CONCRETO 60cm x 1m.	350	68,20	23.870,00

Aos 02 de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 122/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 04, a empresa Imperial Comércio de Materiais de Construção e Transportes LTDA - ME inscrita sob o CNPJ nº. 02.645.439/0001-05, estabelecida na Rua Victor Meirelles, 1462, Cidade Alta, no Município de Cunha Porã/SC neste ato representado por André Kort, sócio Administrador portador do RG nº. 34829524 e do CPF nº. 042.038.839-70.

### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 122/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 92/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os

pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 122/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação

específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de janeiro de 2014.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Imperial Comércio de Materiais de  
Construção e Transportes LTDA - ME  
André Kort  
Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 122/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 122/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR Máximo R\$	VALOR TOTAL R\$
7	TUBO DE CONCRETO DE 1,50m X 1 m PA2	36	537,50	19.350,00
				19.350,00

Aos 02 de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 122/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de



concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 07, a empresa Pré moldados Maravilha LTDA -EPP inscrita sob o CNPJ n.º 86.739.364.0001-03, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 63, centro, no Município de Maravilha/SC neste ato representado Anivo Jung, credenciado como representante legal portador do RG n.º 1.382.170 e do CPF n.º 460.171.439-72.

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 122/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 92/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APOS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 122/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de janeiro de 2014.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Pré moldados Maravilha LTDA -EPP  
Anivo Jung  
Representante legal

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 122/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 122/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR unitario R\$	VALOR TOTAL R\$
6	Tubo de concreto de 0,80 cm x 1m pa1	80	152,85	12.228,00

Aos 02 de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 122/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 06, a empresa Ruscheinsky e Cia LTDA - ME inscrita sob o CNPJ nº 79.409.579/0001-09, estabelecida na Rua Santos Dumont, 695, centro, no Município de Iporã do Oeste/SC neste ato representado por Alexandre Ruscheinsky, representante legal portadora do RG nº 3.678.401 e do CPF nº 039.993.969-54.

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 122/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 92/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 122/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

#### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de janeiro de 2014.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Ruscheinsky e Cia LTDA - ME  
Alexandre Ruscheinsky  
Representante legal

## Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 117/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10, Álcool e gasolina comum destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
1	10.000,00	Litro	Álcool	Potencial	2,49	24.900,00
2	30.000,00	Litro	Óleo diesel S 10	Potencial	2,63	78.900,00
3	60.000,00	Litro	Gasolina comum	potencial	3,11	186.600,00
			Total geral			290.400,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 117/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ nº 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108.

### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº 117/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 88/2013.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo

o ano de 2014.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS COMBUSTÍVEIS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade ATÉ O DIA 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 117/2013, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até o dia 31/12/2014.

7.3 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

### 9. DO FORO



As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro de 2014.

ENOI SCHERER                      Auto Posto Canarinho Ltda EPP  
Prefeito Municipal                Fornecedor Registrado  
   Canísio Thomas  
   Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff                      Sheila Inês Bieger  
CPF: 918.368.409-34                              CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 117/2013

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10, Álcool e gasolina comum destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Máximo R\$	Valor total R\$
1	10.000,00	Litro	Álcool	Potencial	2,49	24.900,00
2	30.000,00	Litro	Óleo diesel S 10	Potencial	2,63	78.900,00
3	60.000,00	Litro	Gasolina comum	potencial	3,11	186.600,00
			Total geral			290.400,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2014, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 117/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ nº 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108.

### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo

Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº 117/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 88/2013.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2014.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS COMBUSTÍVEIS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade ATÉ O DIA 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 117/2013, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até o dia 31/12/2014.

7.3 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações

que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro de 2014.

ENOI SCHERER                      Auto Posto Canarinho Ltda EPP  
Prefeito Municipal                  Fornecedor Registrado  
   Canísio Thomas  
   Sócio Administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff                      Sheila Inês Bieger  
CPF: 918.368.409-34                              CPF: 020.226.259-60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇOS N.º 05/2014.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA serviços mecânicos (parte elétrica, ar condicionado, comum raial, injeção diesel, freios, embreagem, alternador, motor de arranque, arrefecimento, manutenção preventiva) em máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.

Aos 30 dias do mês de maio de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. VOLMIR PEDRO LAWISCH, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 710.744.149-34, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 76/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 05/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor AUTO MECANICA GRIEBERLER LTDA - ME inscrito

sob o CNPJ n.º 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaró, 190, centro no Município de Tunápolis, telefone: 36321071, sem representante presente no certame.

### b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quant.	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	300	HRS	64,00	SERVIÇOS MECANICOS NA PARTE ELETRICA, AR CONDICIONADO, COMUM RAIAL, INJEÇÃO DIESEL, FREIOS, EMBREAGEM, ALTERNADOR, MOTOR DE ARANQUE, ARREFECIMENTO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA

### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 05/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº.50/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para

substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejudicado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 76/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n. 49/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

10.1 -Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 50/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.



10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 30 de maio de 2014.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em exercício

CONTRATANTE

AUTO MECANICA GRIEBERLER LTDA - ME

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/201**

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O ANO 2014.

Aos 16 dias do mês de abril de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 656.321.769/91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 63/2014 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 05/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### **1.DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município e Fundo, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor ADRIANA SCHMUCK - ME inscrito sob o CNPJ n.º 14.533.140/0001-30, com sede na Rua Padre Balduino Rambo, nº505, centro no Município de Tunápolis, telefone: (49) 36321213, neste ato representado por Crisleine Eidt, portadora do RG n.º 3.719.219 e do CPF n.º 008.884.489-70.

b)

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Desconto ofertado	Valor final
01	Passagens aéreas nacionais e internacionais	Global	01	17,4%	41.300,00

#### **2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 05/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 44/2014 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

#### **3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### **4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS APOS O FORNECIMENTO dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

#### **5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 6. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de entrega dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação do município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo de 12 meses a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Imediatamente após a entrega das passagens aéreas, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade DE 12 meses, a contar da data da assinatura da mesma.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.44/2014

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as

penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## 10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 44/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 16 de abril de 2014.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ADRIANA SCHMUCK - ME  
CONTRATADA  
Crisleine Eidt  
SÓCIA PROPRIETÁRIA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## ATA REGISTRO DE REGISTRO DE PREÇO AO PROCESSO Nº 38/2014

Ata registro de Registro de Preço ao Processo nº 38/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E ILUMINAÇÃO (INTERNAS), BEM COMO ASSISTÊNCIA EM BOMBAS DE ÁGUA, REBOBINAGENS, MEDIANTE EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Aos vinte dias do mês de março de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve

REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 38/2014., sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 04/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I do edital nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor : FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -ME inscrito sob o CNPJ n.º85.377.422/0001-33 , com sede na Avenida Cerro Largo,515 centro, no Município de Tunápolis.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Qtd.	Horas	Características Principais	Preço
1	1.000	horas	Mão-de-obra referente serviços de instalações Elétricas prediais e iluminação (internas) em todos os estabelecimentos municipais	25,00
2	300	horas	Conserto, manutenção, recuperação, e rebobinagem, efetuados em bombas de água no interior e sede do município.	30,00

#### 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 04/2014

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2014 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a

Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados ATE O QUINTO DIA DO MES SUBSEQUENTE a execução dos serviços. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 - O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vistada pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

4.3 - O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95.

4.4 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 6. DA EXECUÇÃO

6.1 - Todos os materiais necessários para a execução do objeto ora licitado serão fornecidos pelo Município.

6.2 - Os serviços ora licitados englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações de qualquer serviço inerente ao objeto licitado.

6.3. - Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

9.3.1 - A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis as solicitações para as providências relativas à manutenção e correção. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

6.3.2 - Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

6.3.3 - O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

6.3.4 - A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

6.3.5 - A empresa deverá, durante a contratualidade:

a) Fornecer, as suas expensas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução dos serviços;

b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

9.3.7 - As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

6.3.8 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

6.3.9 - Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

6.3.10 - A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.3.11 - Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

6.3.12 - Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

9.3.13 - A contratada deverá dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo munícipe para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município ficará obrigado a:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

c) Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

8.2- O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

8.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do



Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções.

#### 9. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata terá validade até 12 meses, a contar da data da assinatura.

9.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.12 do Edital de Pregão Presencial n. 27/2014.

10.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

10.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

10.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### 11 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

#### 12. DO FORO

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 27/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

12.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 20 de março de 2014.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal  
Contratante

FREIBERGER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -ME  
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ nº 07.625.024/0001-85, com sede na Avenida Cerro Largo, 99, Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Bernildo José Bourscheidt, portadora do RG nº. 04.219.458 e do CPF nº. 039.595.539-45.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	600,00	HRS	31,50	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PREVENTIVOS, CORRETIVOS E ELETRONICO PARA VEICULOS LEVES

2	200,00	HRS	41,00	HORAS DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES E MICRO ONIBUS
---	--------	-----	-------	---

## 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 02/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n. 02/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será

concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 02/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME

Bernildo José Bourscheidt

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEMANTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir



relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 72.378.052/0001-07, com sede na Rua Caaro,190 Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pela representante legal Sra. Neiva Griebeler, portadora do RG n.4.255.606 e do CPF n. 052.091.239-01.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
4	40	UN	73,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS MÉDIOS
5	60	UN	76,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS RODA LIGA LEVE
6	60	UN	64,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, VEÍCULOS RODA SIMPLES

## 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento

devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 02/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n 02/2014

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o

Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 02/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

AUTO MECANICA GRIEBELER LTDA -ME

Ivo Pedro Griebeler

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PREGÃO 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 17/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2014

REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PREGÃO 13/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de

propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros.

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 17/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros do pregão presencial nº 13/2014, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: TRANSPORTE RODOVIÁRIO NOVA MICHELIN LTDA, inscrito sob o CNPJ nº 12.664.445/0001-55 estabelecido à Rod SC-493, Km 20,50, s/n, interior no Município de Santa Helena-SC, neste ato representado pelo Sr. Ademir Juarez Casanova, portadora do RG nº 3109574 e do CPF nº 904.798.319-04.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quant	Unid.	Especificação	Valor Maximo
1	3.500,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com micrônibus convencional com ar condicionado para no mínimo 15 passageiros. .	3,00
3	10.000,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade e outros deste município, com ônibus leito turismo equipado com ar condicionado para no mínimo 44 passageiros.	4,05

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2014.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 13/2014 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os

pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será feito por quilometro (Km) rodado, 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria responsável pela execução dos serviços de transporte, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

4.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado



o contraditório e ampla defesa.

#### 5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

#### 5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

### 6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 Para atender ao objeto do presente contrato, o Licitante vencedor deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades da municipalidade. O Município encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 05 (cinco) dias consecutivos de antecedência.

6.2 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.3 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.4 O Licitante vencedor fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

6.5. Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias a correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

6.6 O Licitante vencedor é responsável pela prestação total dos serviços ora contratados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;

6.7 O Licitante vencedor é responsável pelos danos que possa causar ao Município ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para a Prefeitura ou a terceiros;

6.8 O Licitante vencedor é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

6.9 Deverá o Licitante vencedor manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Pregão Presencial nº 13/2014.

6.10 A Licitante vencedora deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.11 O Licitante vencedor é responsável por formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.

6.12 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.13 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.14 O Licitante vencedor do certame deverá providenciar junto ao DER/SC o ATR - Autorização de Transporte Rodoviário para cada viagem ficando por sua inteira responsabilidade a retirada de tal documento, além de pegar junto a secretaria correspondente a listagem dos passageiros a serem transportados

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 17/2014 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial n.13/2014.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## 10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 13/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 17 de Fevereiro de 2014.

Prefeito Municipal  
Contratante

TRANSPORTE RODOVIÁRIO NOVA MICHELIN LTDA  
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2013 DO PREGÃO Nº 93/2013.

PROCESSO DE COMPRA Nº123/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2013 DO PREGÃO Nº 93/2013.

OBJETO: aquisição de MATERIAIS DE INSEMINAÇÃO, utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	PREÇO Mx R\$	PREÇO TOTAL
01	400,00	pac	Bainhas p/ inseminação artificial, pacotes com 50 unidades tipo francesa.	11,00	4.400,00
02	17.000,00	un	Luvas plásticas cano longo 5 dedos, p/ inseminação artificial em bovinos	0,26	4.420,00
03	4.000,00	lt	Nitrogênio líquido / entrega quinzenal	3,90	11.600,00
			Total Geral		20.420,00

Aos 02 dias do mês de janeiro de 2014 o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 123/2013, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INSEMINAÇÃO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - Nitrosem Produtos Agropecuários Ltda EPP empresa vencedora dos itens 01,02,e 03 conforme ata do pregão presencial anexa, inscrito sob o CNPJ nº 85.093.524.0001-27, com sede na Avenida Senador Salgado Filho, 3846, no Município de Curitiba-PR neste ato credenciado o Sr. Jacinto Adam portadora do CPF n.º 002.516.589-53.

### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº 123/2013.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 93/2013, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos materiais e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os materiais a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 8 (oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 123/2013, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação

específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 02 de Janeiro de 2014.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Nitrosemen Produtos Agropecuários Ltda EPP  
Sandro Henrique Borella  
Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 02/2014

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM VEICULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2014, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 02/2014, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 02/2014, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor CLEDIR ANTONIO SANDRI, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 12.216.391/0001-65, com sede na Rua Santo Angelo, SN Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Cledir Antonio Sandri, portador do RG n.3678579 e do CPF n. 037.342.559-70.

b) Descrição do(s) item(s):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
3	200,00	HRS	12,90	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO, DE VEICULOS LEVES

## 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2014.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2014, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2014.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de



produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 - Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 - O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município lista das peças com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo Município, conforme autoriza o Prejudicado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2014, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 02/2014, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n 02/2014

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### 9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 02/2014 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 24 de janeiro de 2014.

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em exercício

CLEDIR ANTONIO SANDRI

CONTRATADO

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.087/2014

DECRETO N.º 087/2014, de 10 de novembro de 2014  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 09.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE 2.034 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF  
Modalidade 339000.00.00.24.0055 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0024.55 - Transferências de Convênios - Outros - Transferências de Convênios do Estado, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 10 de novembro de 2014  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 10/11/2014

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

### LEI N.1020/2014

LEI Nº 1.020/2014, DE 11 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais
- II - as prioridades e metas da administração municipal;
- III - a estrutura e organização do orçamento;

- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III - Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Demonstrativo VIII - Prioridades e Metas;
- IX - Demonstrativo IX - Riscos Fiscais e Providências;
- X - Demonstrativo X - Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.
- XI - Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
- XII - Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;
- XIII - Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XIV - Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XV - Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo não poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo VIII, sem autorização do Legislativo, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita mediante autorização do Legislativo, observando os riscos fiscais especificados.

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre



para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;  
V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 437/2012.

§ 2º A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Infância e Adolescência, Fundo Municipal de Agricultura e Fundo Municipal de Habitação integrarão o orçamento do Poder Executivo como unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Portaria STN nº 437/2012, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 1, da Lei 4.320/64 e adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 2, da Lei 4.320/64 e adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3, da Lei 4.320/64 e adendo III da

Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V - Programa de trabalho (adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de trabalho de governo - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais (anexo 6 da Lei 4.320/64 e adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 7, da Lei 4.320/64 e adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos (anexo 8, da Lei 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (anexo 9, da Lei 4.320/64 e adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Demonstrativo da evolução da receita por fontes (art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);

XI - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (art. 14 da LRF);

XII - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (art. 22 da Lei 4.320/64);

XIV - Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais e físicas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2015 (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 44 da LRF);

XVIII - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos para o exercício de 2015 (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XIX - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para 2015 (art. 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015 conterá o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

#### AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal (EC 25).

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2015 comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e

a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do Demonstrativo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização na própria lei orçamentária ou em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 22 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo X desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 25 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão

orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 26 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 15% do total da despesa e será autorizado por Lei, mediante autorização do legislativo..

Art. 27 Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei (art. 167, I da CF).

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF).

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 30% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 12 desta lei. (art. 31, § 1º, II da LRF)

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os

limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

§ 2º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Vargem Bonita, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo único - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 38 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 39 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante

cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 44 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Vargem Bonita/SC, em 11 de novembro de 2014.  
Melania Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 13/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto  
Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2014

Ata de Registro de Preços nº: 207/2014

Data de Assinatura: 03.11.2014

Fornecedor....: Almaq Equipamentos para Escritório Ltda.

Valor ..... : R\$ 65.500,00

Licitação ..... : Pregão Eletrônico nº 01/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 03.11.2014 Término: 03.11.2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MULTIFUNCIONAIS E CARTUCHOS DE TONER PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2014

Ata de Registro de Preços nº: 208/2014

Data de Assinatura: 03.11.2014

Fornecedor....: Dedetizadora Barros Ltda.

Valor ..... : R\$ 15.000,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 56/2014-FMS

Vigência ..... : Início: 03.11.2014 Término: 03.11.2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA NAS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2014

Ata de Registro de Preços nº: 209/2014

Data de Assinatura: 04.11.2014

Fornecedor....: Pagno Desinsetizadora Ltda ME

Valor ..... : R\$ 12.790,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 55/2014-FMS

Vigência ..... : Início: 04.11.2014 Término: 04.11.2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2014

Ata de Registro de Preços nº: 210/2014

Data de Assinatura: 10.11.2014

Fornecedor....: Comércio de Materiais de Construção Zardo e Bonaldo Ltda EPP

Valor ..... : R\$ 41.000,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 148/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 10.11.2014 Término: 10.11.2015

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ROMPEDOR HIDRÁULICO PARA SER UTILIZADO NA CASCALHEIRA, ONDE FUNCIONA O BRITADOR MUNICIPAL, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 211/2014  
Data de Assinatura: 14.11.2014  
Fornecedor....: FS Indústria e Comércio de Uniformes Ltda.  
Valor ..... : R\$ 21.723,50  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 22/2014-FMAS  
Vigência ..... : Início: 14.11.2014 Término: 14.11.2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE ROUPAS PARA USO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM A CASA LAR MENINO JESUS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 212/2014  
Data de Assinatura: 14.11.2014  
Fornecedor....: Clodomir Bahr Junior - ME  
Valor ..... : R\$ 23.967,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 22/2014-FMAS  
Vigência ..... : Início: 14.11.2014 Término: 14.11.2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE ROUPAS PARA USO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM A CASA LAR MENINO JESUS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

**EXTRATO CONTRATO Nº 209/2014**

Contrato nº: 209/2014  
Data de Assinatura: 03.11.2014  
Fornecedor....: SSAT Sinalização e Adesivos Ltda.  
Valor ..... : R\$ 23.000,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 129-PMV  
Vigência ..... : Início: 03.11.2014 Término: 31/12/2014  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRUPO FOCAL SEMAFÓRICO CONVENCIONAL, CONJUNTO ÓPTICO A LED VEICULAR, CONJUNTO ÓPTICO A LED PEDESTRES, PARA SEREM INSTALADOS NAS RUAS CENTRAIS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 210/2014**

Contrato nº: 210/2014  
Data de Assinatura: 03.11.2014  
Fornecedor....: Marcio Domingos de Costa EPP  
Valor ..... : R\$ 497,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 138-PMV  
Vigência ..... : Início: 03.11.2014 Término: 31/12/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PERSIANAS, CORTINAS E VARÃO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA) E PARA ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL).

**EXTRATO CONTRATO Nº 211/2014**

Contrato nº: 211/2014  
Data de Assinatura: 03.11.2014  
Fornecedor....: B.Rampon e Schaedler Indústria de Móveis Ltda ME.  
Valor ..... : R\$ 8.148,02  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 138-PMV  
Vigência ..... : Início: 03.11.2014 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PERSIANAS, CORTINAS E VARÃO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA) E PARA ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL).

**EXTRATO CONTRATO Nº 212/2014**

Contrato nº: 212/2014  
Data de Assinatura: 04.11.2014  
Fornecedor....: Lucas Pereira Construtora - ME.  
Valor ..... : R\$ 278.317,54  
Licitação ..... : Tomada de Preços nº 14/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 04.11.2014 Término: 04.11.2015  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA DE SALAS, REFORMA DO REFEITÓRIO E PINTURA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIONÍSIO ROBASKEVICZ, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

**EXTRATO CONTRATO Nº 213/2014**

Contrato nº: 213/2014  
Data de Assinatura: 05.11.2014  
Fornecedor....: Roberto Tessaro e Cia Ltda.  
Valor ..... : R\$ 10.581,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 60/2014-FMS  
Vigência ..... : Início: 05.11.2014 Término: 04.11.2015  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE NOBREAK 7.500 VA TI ISOLADO PARA SER INSTALADO NO EQUIPAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 214/2014**

Contrato nº: 214/2014  
Data de Assinatura: 06.11.2014  
Fornecedor....: Giga1.com Ltda - ME.  
Valor ..... : R\$ 3.648,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 137/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 06.11.2014 Término: 31.12.2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E URBANISMO, TURISMO E CULTURA E POLICIA MILITAR) E CENTRAL TELEFÔNICA PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL)

**EXTRATO CONTRATO Nº 215/2014**

Contrato nº: 215/2014  
Data de Assinatura: 06.11.2014  
Fornecedor....: Videira Informática, Automação e Equipamentos Ltda.  
Valor ..... : R\$ 1.200,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 137/2014-PMV  
Vigência ..... : Início: 06.11.2014 Término: 31.12.2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E URBANISMO, TURISMO E CULTURA E POLICIA MILITAR) E CENTRAL TELEFÔNICA PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL)

**EXTRATO CONTRATO Nº 216/2014**

Contrato nº: 216/2014

Data de Assinatura: 06.11.2014

Fornecedor....: Leo Guliani - ME

Valor ..... : R\$ 8.230,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 137/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 06.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E URBANISMO, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR) E CENTRAL TELEFÔNICA PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL)

**EXTRATO CONTRATO Nº 217/2014**

Contrato nº: 217/2014

Data de Assinatura: 07.11.2014

Fornecedor....: Locomaq Comércio e Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda.

Valor ..... : R\$ 10.601,53

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 143/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 07.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50, ANO 1982, FROTA 171 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 218/2014**

Contrato nº: 218/2014

Data de Assinatura: 07.11.2014

Fornecedor....: Roberto Tessaro e Cia Ltda

Valor ..... : R\$ 1.004,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 59/2014-FMS

Vigência ..... : Início: 07.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**EXTRATO CONTRATO Nº 219/2014**

Contrato nº: 219/2014

Data de Assinatura: 07.11.2014

Fornecedor....: Móveis Bom Preço Ltda EPP

Valor ..... : R\$ 1.659,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 59/2014-FMS

Vigência ..... : Início: 07.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**EXTRATO CONTRATO Nº 220/2014**

Contrato nº: 220/2014

Data de Assinatura: 07.11.2014

Fornecedor....: Bagatoli Comércio de Móveis Ltda ME

Valor ..... : R\$ 6.758,50

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 59/2014-FMS

Vigência ..... : Início: 07.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**EXTRATO CONTRATO Nº 221/2014**

Contrato nº: 221/2014

Data de Assinatura: 07.11.2014

Fornecedor....: L.A. CN Informática Ltda

Valor ..... : R\$ 638,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 59/2014-FMS

Vigência ..... : Início: 07.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**EXTRATO CONTRATO Nº 222/2014**

Contrato nº: 222/2014

Data de Assinatura: 07.11.2014

Fornecedor....: Sigma Comércio, Representações e Transportes Ltda.

Valor ..... : R\$ 5.505,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 59/2014-FMS

Vigência ..... : Início: 07.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**EXTRATO CONTRATO Nº 223/2014**

Contrato nº: 223/2014

Data de Assinatura: 07.11.2014

Fornecedor....: Melbox Estruturas para Eventos Ltda - ME

Valor ..... : R\$ 6.500,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 147/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 07.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PALCO COBERTO PARA O EVENTO DA ABERTURA DO NATAL DA GENTE 2014, A REALIZAR-SE NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2014, NO LARGO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 224/2014**

Contrato nº: 224/2014

Data de Assinatura: 07.11.2014

Fornecedor....: AVAJ Produções Artísticas Ltda - ME

Valor ..... : R\$ 2.600,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 147/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 07.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PALCO COBERTO PARA O EVENTO DA ABERTURA DO NATAL DA GENTE 2014, A REALIZAR-SE NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2014, NO LARGO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 225/2014**

Contrato nº: 225/2014

Data de Assinatura: 07.11.2014

Fornecedor....: Telles Serviços de Comunicação Ltda ME

Valor ..... : R\$ 5.300,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 147/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 07.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PALCO COBERTO PARA O EVENTO DA ABERTURA DO NATAL DA GENTE 2014, A REALIZAR-SE NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2014, NO LARGO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA. (rescindido)



**EXTRATO CONTRATO Nº 226/2014**

Contrato nº: 226/2014

Data de Assinatura: 10.11.2014

Fornecedor....: Faísca Comércio de Materiais Elétricos Ltda.

Valor ..... : R\$ 173,19

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 19/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 10.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE LUZ E SISTEMA DE ESGOTO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA MODULAR CEDIDAS PELA SECRETARIA DE DEFESA CIVIL DO ESTADO. PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HABITAÇÃO.

**EXTRATO CONTRATO Nº 227/2014**

Contrato nº: 227/2014

Data de Assinatura: 10.11.2014

Fornecedor....: Lumiplast Ltda ME

Valor ..... : R\$ 252,76

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 19/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 10.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE LUZ E SISTEMA DE ESGOTO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA MODULAR CEDIDAS PELA SECRETARIA DE DEFESA CIVIL DO ESTADO. PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HABITAÇÃO.

**EXTRATO CONTRATO Nº 228/2014**

Contrato nº: 228/2014

Data de Assinatura: 10.11.2014

Fornecedor....: Conduvale Eletrificação Ltda

Valor ..... : R\$ 1.802,91

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 19/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 10.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE LUZ E SISTEMA DE ESGOTO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA MODULAR CEDIDAS PELA SECRETARIA DE DEFESA CIVIL DO ESTADO. PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HABITAÇÃO.

**EXTRATO CONTRATO Nº 229/2014**

Contrato nº: 229/2014

Data de Assinatura: 10.11.2014

Fornecedor....: Concretos BG Ltda

Valor ..... : R\$ 5.700,00

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 19/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 10.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE LUZ E SISTEMA DE ESGOTO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA MODULAR CEDIDAS PELA SECRETARIA DE DEFESA CIVIL DO ESTADO. PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HABITAÇÃO.

**EXTRATO CONTRATO Nº 230/2014**

Contrato nº: 230/2014

Data de Assinatura: 10.11.2014

Fornecedor....: Telles Serviços de Comunicação Ltda - ME.

Valor ..... : R\$ 5.000,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 142/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 10.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO

DO EVENTO "NATAL DOS VIOLEIROS 2014", A SER REALIZADO EM 21 DE DEZEMBRO DE 2014, NO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 231/2014**

Contrato nº: 231/2014

Data de Assinatura: 10.11.2014

Fornecedor....: Formato Net Ltda - ME.

Valor ..... : R\$ 63.696,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 140/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 10.11.2014 Término: 10.11.2015

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ACESSOS CONTÍNUOS À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET) POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

**EXTRATO CONTRATO Nº 232/2014**

Contrato nº: 232/2014

Data de Assinatura: 12.11.2014

Fornecedor....: Malharia Ribalta Ltda - ME.

Valor ..... : R\$ 4.200,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 149/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 12.11.2014 Término: 31.12.2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS.

**EXTRATO CONTRATO Nº 233/2014**

Contrato nº: 233/2014

Data de Assinatura: 12.11.2014

Fornecedor....: Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda.

Valor ..... : R\$ 460.614,07

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 13/2014-PMV

Vigência ..... : Início: 12.11.2014 Término: 12.11.2015

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM ÁREA DE 462,00 M² PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, ATRAVÉS DO CONVÊNIO TR Nº 1314 FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA SDR - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE VIDEIRA E MUNICÍPIO DE VIDEIRA PROCESSO SDR 09 1474/2014, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

**DECRETO Nº 11.339/14**

DECRETO Nº 11.339/14, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

13 - Fundo Municipal de Saneamento Básico  
 01 - Fundo Municipal de Saneamento Básico  
 2.073 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico  
 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 Aplicações Diretas  
 11.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 11.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2014.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
 Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.340/14

DECRETO Nº 11.340/14, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
 Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.  
 DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 5.233,51 (cinco mil, duzentos e trinta e três reais e cinquenta e um centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0415.0 Aplicações Diretas	5.233,51
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	5.233,51

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social e destinado ao Piso de Alta Complexidade I - Criança/Adolescente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de novembro de 2014.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
 Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.341/14

DECRETO Nº 11.341/14, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
 Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3035/13, de 06 de dezembro de 2013.  
 DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais):

21 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA – IN- PREVID	
01 – Instituto de Previdência de Videira - Inprevid	
2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 – Aplicações Diretas	1.500.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.500.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de novembro de 2014.  
 WILMAR CARELLI  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
 Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.342/14

DECRETO Nº 11.342/14, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
 Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.155/14 de 01 de outubro de 2014.  
 DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 475.000,00 (Quatrocentos e setenta e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento de Ensino Fundamental	
2.035 – Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.10010 – Aplicações Diretas	400.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.039 – Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010 – Aplicações Diretas	75.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>475.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2014, dos recursos vinculados do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretario de Administração

#### DECRETO Nº 11.343/14

DECRETO Nº 11.343/14, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.155/14, de 01 de outubro de 2014.  
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 33.800,00 (Trinta e três mil e oitocentos reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento de Ensino Fundamental	
2.033 – Merenda Escolar – PNAE	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0008 – Aplicações Diretas	33.800,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>33.800,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2014, dos recursos vinculados do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração

aos dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretario de Administração

#### DECRETO Nº 10.338/14

DECRETO Nº 10.338/14, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.  
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0286.0 Aplicações Diretas	40.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>40.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos vinculados, provenientes do Convênio entre os Municípios da Comarca, para manutenção da Casa Lar e da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0286.0 Aplicações Diretas	35.656,00
<b>TOTAL DA ANULAÇÃO</b>	<b>35.656,00</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretario de Administração

**PORTARIA Nº 1399/14**

PORTARIA nº 1.399/14

Autoriza o Uso do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam nos Processos Administrativos nº 18.665/14, 18.666/14 e 18.667/14,

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm, bem como o uso de 350 (trezentas e cinquenta) cadeiras e 12 (doze) mesas pela Polícia Militar - 1ª Companhia, no dia 10 de junho de 2014, das 13h00min às 23h30min, a fim de realizar a formatura do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas dos alunos da Rede Municipal, Estadual e Particular de Ensino de Videira.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**PORTARIA Nº 1363/14**

PORTARIA nº 1363/14

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta nos Processos Administrativos nº 17982/14 e 18202/14;

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar a colocação e exibição de uma faixa no Largo da Estação Ferroviária, pela Associação Protetora dos Animais de Videira, no período de 27 de outubro de 2014 até 24 de novembro de 2014, a fim de divulgar o evento denominado "VI Cãominha Videira pela Posse Responsável".

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando a Associação Protetora dos Animais de Videira inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 27 de outubro de 2014.

Videira, 29 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**PORTARIA Nº 1362/14**

PORTARIA nº 1.362/14

Autoriza o Uso do Parque do Rio do Peixe

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta nos Processos Administrativos nº 18192/14, 18193/14, 18198/14, 18199/14;

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Parque do Rio do Peixe - Praça do Lazer (compreendendo: o estacionamento, das 13h00min às 19h30min e o palco, das 16h00min às 19h30min), bem como o uso de 20 (vinte) mesas, 12 (doze) cadeiras e 03 (três) barracas, de posse da Secretaria de Turismo e Cultura, pela Associação Protetora dos Animais de Videira - APANVI, no dia 23 de novembro de 2014 a fim de realizar a "VI Cãominha Videira - Pela Posse Responsável".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas, dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado,



vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de outubro de 2014.  
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA  
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0057/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0054/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ROSÂNGELA MARIA MORESCO SONALHO  
CPF: 944.537.649-87

OBJETO: Alteração do término previsto, do prazo final do contrato, do vencimento e da justificativa de "com término previsto para 31 de julho de 2014, prorrogando-se até 31 de maio de 2015, o vencimento de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição à servidora SIRLEY TEREZINHA HAAS, transitoriamente afastada de sua função efetiva e que se encontra no exercício de atividade de Diretora de CEMEI" para "com término previsto para 30 de abril de 2014, prorrogando-se até 20 de outubro de 2014, o vencimento de R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e em substituição à servidora SIRLEY TEREZINHA HAAS, que se encontra em gozo de licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica, seguida de em gozo de férias interrompidas, conforme Portaria n. 0361/14".

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 20 de outubro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0154/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0154/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ROSANA APARECIDA TESTA DE OLIVEIRA  
CPF: 026.442.269-45

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0155/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0155/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA  
CPF: 047.825.129-70

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 08 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0196/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0196/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE  
CPF: 017.744.979-99

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos) e em substituição à servidora LUCIMERE TONELLO, transitoriamente afastada de sua função efetiva e que se encontra no exercício de atividades no setor administrativo" para "R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista da licença maternidade".

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de março de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0332/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0332/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCIANA KRAMER  
CPF: 023.371.659-90

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0370/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0370/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SILVANA CARDOSO DE LIMA  
CPF: 001.145.059-26

VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 15 de fevereiro de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0434/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0434/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MÁRCIA BALESTRIN TIBOLA  
CPF: 664.965.896-34

VIGÊNCIA: de 15 de abril de 2014 até 19 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0441/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0441/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SINCLAIR DOS SANTOS PAUVELS  
CPF: 893.434.339-72

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) e em substituição à servidora JOANICE MUNARO SETTI, que se encontra em gozo de licença maternidade conforme Portaria n. 0755/14" para "R\$ 2.189,52 (dois mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) e em substituição à servidora JOANICE MUNARO SETTI, que se encontra em gozo de licença prêmio conforme Licença Prêmio conforme portaria n. 1014/14".

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2014 até 19 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0588/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0588/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCIONE APARECIDA JOSÉ PETRY

CPF: 893.387.909-91

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2014 até 30 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0617/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0617/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCEMARA DOS SANTOS SOTELE BÓZ

CPF: 061.106.399-90

VIGÊNCIA: de 11 de setembro de 2014 até 08 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0134/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0134/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0399/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EVELINE CRISTINE RIBEIRO

CPF: 046.498.519-63

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de outubro de 2014.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0135/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0135/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0544/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JÉSSICA ALVES RODRIGUES

CPF: 073.053.989-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 05 de novembro de 2014.

**Vitor Meireles****PREFEITURA****LEI Nº 0899**

LEI N. 0899, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 - Manutenção da Administração e Finanças

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
---

33900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 25.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.003.2004 - Manutenção da Segurança Pública

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
---

33900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 4.000,00

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV.PEC. E MEIO AMBIENTE

20.606.006.2006 - Manutenção da Sec. de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambiente

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 32.000,00

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV.PEC. E MEIO AMBIENTE

20.606.006.2007 - Apoio ao Associativismo e Diversificação de Cultura

44000000.00 – Investimentos
-----------------------------

44900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 9.037,00

0701 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
---

33900000.00 – Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência



Médica  
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
31900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde  
..... R\$ 106.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
33000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
33930000.00 - Transferência a Consórcios Públicos  
0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde  
..... R\$ 14.037,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 17 de novembro de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

### INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES- SC PROCESSO SELETIVO - Edital 005/2014

#### ROL DOS INSCRITOS

PROFESSOR ARTES		04 candidatos
Inscrição	Nome	RG
28	ANASTÁCIA SANTANA GONÇALVES	5232665-9
31	MARINA DE OLIVEIRA	7R/4.342.986
22	ROZANE DA SILVA	2628826
30	SOLIANI RODINEI BORGES	4.203.772

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA		05 candidatos
Inscrição	Nome	RG
5	ARTUR SANTANA GONÇALVES	5232379
19	CRISTINA RENGEL	49358979
20	FRANCIELE DINIZ VENDRAMI	6.033.061
23	HUÉRLON SARTOR	5720260
14	WAGNER DE BRITO	5405544

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS		20 candidatos
Inscrição	Nome	RG
7	ALINI NEILI MASOTE	4744056
5	ARTUR SANTANA GONÇALVES	5232379
9	CIRLEI FAUSTO	5.797.133
10	DENY ELEN DOS SANTOS	48369233
1	ELAINE CRISTINA BENINCA	4088650
2	GRACIELI MONDINI	5.412.061-6
24	ISABEL BORGHESANG MORGHENROTH	3.394.958
18	LEONIRCE RINALDI FAUSTO	3353726
11	LUCIANE MEIRE DALPRÁ DA SILVA	4.187.907-4
26	MARCIA QUESINSKI	4.311.855
31	MARINA DE OLIVEIRA	7R/4.342.986

29	MIRIAN CARLA BERKENBROCK	1897184
16	PATRÍCIA HOBOLD ZALASKO	5.307.320
15	PATRÍCIA TILLMANN	5529335
27	ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO	2026454
4	ROSIMERI LUZIA SCHUTZE MAIBERG	5181346
22	ROZANE DA SILVA	2628826
30	SOLIANI RODINEI BORGES	4.203.772
25	VACLA BELA CAMLEM	4794911
17	VERA LUCIA TIBES DE MELLO	3272226

### LEI COMPLEMENTAR Nº 083/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 083, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2003, DE 13 DE MAIO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica revogado o Parágrafo Único do Artigo 17, da Lei Complementar nº 007/2003, de 13 de maio de 2003.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 17 de novembro de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 14 de Novembro de 2014, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 15/2014, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 14/11/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de Aquisição de Material Escolar para distribuição nas Unidades Escolares, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

## 10150.8 - CELIA REGINA W. SANI ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	PACOTE	BALAO COMUM, PRODUZIDO EM LATEX COM DIMENSOES DEPOLEGADAS (23 CENTIMETROS). DE CORES VARIADAS, PACOTE COM 50 UNIDADES.	PARANÁ LATEX	50,00	2,70	135,00
00034	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE LIMAOC/10	MAKE+	8,00	10,00	80,00
00040	UN	GRAMPEADOR PARA GRAMPO 26/6 MEDIO - ESTRUTURAMENTALICA APOIO PLASTICO, PARA GRAMPEAMENTO MINIMO DE 20 FOLHAS GRAMATURA 15GR/M²	MAKE+	6,00	3,98	23,88
00043	UN	LAPIS PRETO COM GRADUACAO Nº02 EM FORMATO REDONDOMACIO E RESISTENTE APONTADO 1º QUALIDADE	MAKE+	2.500,00	0,10	250,00
00078	UN	PERFURADOR DE PAPEL P/12 FLS DE 1ª QUALIDADE TODOEM ACO PIN-TADO, PERFURA A 80MM, RESISTENTE, BASE PLASTICA PROTETORA. CAPACIDADE DE ATE 2,5MM DE PERFURACAO. TAMANHO 10,5 X 12 X 7 CM. PESO 300G	MAKE +	3,00	2,20	6,60
00099	Rolo	TNT - 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERDE	SUL BRASIL	2,00	35,90	71,80
00100	Rolo	TNT - 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR VERMELHA	SUL BRASIL	2,00	35,90	71,80
00101	Rolo	TNT - 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AZUL	SUL BRASIL	2,00	35,90	71,80

00102	Rolo	TNT 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M ROLO COM 50 METROS COR ROSA	SUL BRASIL	1,00	35,90	35,90
00103	Rolo	TNT 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M ROLO COM 50M, NA COR LARANJA	SUL BRASIL	1,00	35,90	35,90

Total do Fornecedor: 782,68 ( SETECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS )

## 10326.8 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	APONTADOR COM LAMINA DE ACO TEMPERADO ESPECIAL MATERIAL RESISTENTE DE 1º QUALIDADE.	LEONORA	500,00	0,07	35,00
00004	UN	BORRACHA BRANCA MACIA COMUM, TAMANHO APROXIMADO 32X23X7MM, EM BORRACHA CARGAS, OLEO MINERAL, ACELERADOR E ESSENCIA, PRODUTO NAO TOXICO, 1º QUALIDADE	REDBOR	1.400,00	0,12	168,00
00006	UN	CANETA HIDROGRAFICA 12 CORES 1º QUALIDADE	LEONORA	60,00	1,57	94,20
00008	UN	CARTOLINA 150G 50X66 COR AZUL	ALL-CART	200,00	0,27	54,00
00009	UN	CARTOLINA 150G 50X66 COR AMARELA	ALL-CART	200,00	0,27	54,00
00010	UN	CARTOLINA 150G 50X66 COR BRANCA	ALL-CART	600,00	0,27	162,00
00011	UN	CARTOLINA 150G 50X66 COR VERDE	ALL-CART	200,00	0,27	54,00
00012	UN	CARTOLINA DUPLEX NA COR AMARELA.	REIPEL	200,00	0,35	70,00
00013	UN	CARTOLINA DUPLEX NA COR AZUL	REIPEL	200,00	0,35	70,00
00014	UN	CARTOLINA DUPLEX NA COR PRETA	REIPEL	100,00	0,35	35,00
00015	UN	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERDE	REIPEL	200,00	0,35	70,00
00016	UN	CARTOLINA DUPLEX NA COR VERMELHA	REIPEL	200,00	0,35	70,00
00017	UN	CD - RW VIRGEM P/ GRAVACAO DE ATE 74 MIN C/ 650MB - 1ª QUALIDADE	ELGIN	20,00	1,85	37,00
00018	UN	COLA BRANCA ESCOLAR 110G, NAO TOXICA, PLASTICALAVAVEL, COM BICO RESISTENTE 1ª QUALIDADE.	PIRATININGA	400,00	1,07	428,00

00019	UN	COLA BRANCA ES-COLAR 35 GRAMAS, NAO TOXICA, LAVAVEL BICO RESISTENTE, 1ª QUALIDADE.	ART MAXI	650,00	0,34	221,00
00020	UN	COLA GLITTER ES-COLAR C/ 12 CORES VARIADAS,ATOXICA, SOLUVEL EM AGUA COMP: RESINA DE PVA,GLITTER E CONSERVANTE BENZOTIAZOL DE 1ª QUALIDADE	ACRI-LEX	10,00	14,00	140,00
00021	CAI-XA	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML NAO TOXICA, INODORO, COBRIR NA 1ª APLICACAO, NAO RESSECA, CXC/ 12 UNIDADES.	ATIMA	2,00	9,10	18,20
00022	CAI-XA	DVD REGRAVAVEL 120 MINUTOS 4.7GB C/10 UNIDADES	ELGIN	2,00	2,37	4,74
00023	UN	ESTILETE RETRATIL PROFISSIONAL LAMINA EM ACO CARBONO COM PONTAS RENOVAVEIS E TRATAMENTO E ANTIFERRUGEM, SISTEMA DE TRAVA AUTOMATICA, CORPO EM PLASTICO RESISTENTE LAMINA LARGA.	FOSKA	10,00	0,61	6,10
00024	UN	FITA ADESIVA CREPE KRAFT 50X50 PESO 245GG 1º QUALIDADE	EURO-CEL	10,00	7,90	79,00
00025	UN	FITA ADESIVA TRANSPARENTE MINIMA DE 12MMX40M ROLOGRANDE - 1º QUALIDADE	MAKE	5,00	0,45	2,25
00027	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AMARELA C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00028	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL ESCURO C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00029	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR BRANCA C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00030	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR PRETA C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00031	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERDE C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00032	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHA ESCURA C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00033	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR LARANJA C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44

00035	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR ROSA C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00036	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR DE PELE C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00037	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR AZUL CLARO C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00038	UN	FOLHA EM EVA 45X60 LISA COR VERMELHO CLARO C/10	MAKE	8,00	7,18	57,44
00041	CAI-XA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 C/5000	BRW	10,00	1,80	18,00
00042	CAI-XA	LAPIS DE COR APONTADO PARA USO ESCOLAR E PROFISSIONAL OTIMA TRANSFERENCIA DE COR PARA O PAPEL COM GRANDE COBERTURA CORES VIVAS E BRILHANTES FACIL DE PONTAR SUPER RESISTENTE FEITO DE MADEIRA CAIXA GRANDE COM 12 UNIDADES 1º QUALIDADE.	LABRA	1.000,00	2,45	2.450,00
00044	KG	MALHA HELANCA 100% POLIESTER, GRAMATURA 250,LARGURA 1.80 MTS RAMADO, RENDIMENTO +/- 2.20MTS/KG. COR AZUL ROYAL	JAVANESSA	5,00	18,40	92,00
00045	KG	MALHA HELANCA 100% POLIESTER, GRAMATURA 250,LARGURA 1.80 MTS RAMADO, RENDIMENTO +/- 2.20MTS/KG. COR BRANCA	JAVANESSA	20,00	16,40	328,00
00046	KG	MALHA HELANCA 100% POLIESTER, GRAMATURA 250,LARGURA 1.80 MTS RAMADO, RENDIMENTO +/- 2.20MTS/KG. COR VERDE BANDEIRA	JAVANESSA	5,00	16,40	82,00
00048	CAI-XA	MASSINHA PARA MODELAR C/6 UNIDADES 1ª QUALIDADE	KOALA	300,00	0,72	216,00
00050	PA-COTE	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AMARELA	REIPEL	8,00	4,90	39,20
00051	PA-COTE	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR AZUL ESCURA	REIPEL	8,00	4,90	39,20

00052	PA-CO-TE	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR BRANCA	REIPEL	8,00	4,90	39,20
00053	PA-CO-TE	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR PRETA	REIPEL	8,00	4,90	39,20
00054	PA-CO-TE	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERDE	REIPEL	8,00	4,90	39,20
00055	PA-CO-TE	PAPEL CARTAO FOSCO 280 G 50X70 C/10 COR VERMELHA	REIPEL	8,00	4,90	39,20
00056	Rolo	PAPEL CONTACTO TRANSPARENTE, ROLO C 25MT 1ªQUALIDADE	PLAVI-TEC	5,00	26,90	134,50
00057	PA-CO-TE	PAPEL CREPOM C/10 COR AMARELA	REIPEL	5,00	4,09	20,45
00058	PA-CO-TE	PAPEL CREPOM COM 10 NA COR AZUL	REIPEL	5,00	4,09	20,45
00059	PA-CO-TE	PAPEL CREPOM C/10 COR BRANCA	REIPEL	5,00	4,09	20,45
00060	PA-CO-TE	PAPEL CREPOM C/10 COR VERDE	REIPEL	5,00	4,09	20,45
00061	PA-CO-TE	PAPEL CREPOM C/10 COR LARANJA	REIPEL	5,00	4,09	20,45
00068	PA-CO-TE	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 100 FOLHAS, COR AMARELA.	REPORT	10,00	3,05	30,50
00069	PA-CO-TE	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 100 FOLHAS, COR AZUL.	REPORT	10,00	3,05	30,50
00070	PA-CO-TE	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 100 FOLHAS, COR ROSA.	REPORT	10,00	3,05	30,50
00071	PA-CO-TE	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 100 FOLHAS, COR VERDE.	REPORT	10,00	3,05	30,50
00072	PA-CO-TE	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS.	PAPER ONE	100,00	10,80	1.080,00
00073	CAI-XA	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS NA COR BRANCA	OFF PAPER	5,00	7,65	38,25
00074	CAI-XA	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS NA COR PALHA	OFF PAPER	2,00	7,65	15,30
00075	CAI-XA	PAPEL FILIPAPER VERGE, FORMATO A4 180G/M2 MM CAIXA COM 50FLS, NA COR SALMAO	OFF PAPER	2,00	7,65	15,30
00076	UN	PASTA EM PAPEL A/Z LOMBO LARGO	FRAMA	8,00	4,95	39,60
00077	UN	PENDRIVE USB 8GB	SAN-DISK	2,00	15,20	30,40

00079	CAI-XA	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA AZUL 1ª QUALIDADE C/12 FABRICACAO NACIONAL	J.STAMP	3,00	9,90	29,70
00080	CAI-XA	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA DE FABRICACAO NACIONAL 1ª QUALIDADE CX C/12 COR VERMELHA	J.STAMP	3,00	9,90	29,70
00081	CAI-XA	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA DE FABRICACAO NACIONAL 1ª QUALIDADE CX C/12 COR VERDE	J.STAMP	3,00	9,90	29,70
00082	CAI-XA	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA DE FABRICACAO NACIONAL 1ª QUALIDADE CX C/12 COR PRETA	J.STAMP	3,00	9,90	29,70
00084	UN	PISTOLA COLA QUENTE PONTA DE METAL GRANDE	CLASSE	10,00	7,40	74,00
00085	UN	REABASTECEDOR P/ PINCEL DE QUADRO BRANCO, TINTA DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA RECARREGAR MARCADORES DE QUADRO BRANCO, FRASCO DE 200ML, COR PRETA.	REDEX	5,00	32,22	161,10
00086	UN	REGUA ESCOLAR FABRICADA EM POLIPROPILENO 30CM DECOMPRIMENTO CRISTAL.	WALEU	300,00	0,30	90,00
00087	UN	TESOURA MULTIUSO P/ DESTRO 24 CM CORES DIVERSAS EM ACO INOX, CABO EM POLIPROPILENO, ANATOMICO E VERSATIL, 1ª QUALIDADE.	DESART	8,00	9,30	74,40
00088	CAI-XA	TINTA FACIAL NAO TOXICA, C/ 6 UNIDADES DE 15 ML NAS CORES: AMARELO, VERDE, VERMELHO, AZUL, PRETA E BRANCA DE 1ª QUALIDADE.	ROS-TINHO PINTADO	5,00	13,20	66,00
00089	CAI-XA	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA PACOTE C/6 VERMELHO	PIRATININGA	5,00	9,14	45,70
00090	CAI-XA	TINTA GUACHE 250 ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA PACOTE C/6 AZUL	PIRATININGA	5,00	9,14	45,70

00091	CAI-XA	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA PACOTE C/6 AMARELO	PIRATININGA	5,00	9,14	45,70
00092	CAI-XA	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA PACOTE C/6 VERDE	PIRATININGA	5,00	9,14	45,70
00093	CAI-XA	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA PACOTE C/6 BRANCO	PIRATININGA	5,00	9,14	45,70
00094	CAI-XA	TINTA GUACHE 250ML NAO TOXICA SOLUVEL EM AGUA PACOTE C/6 PRETO	PIRATININGA	5,00	9,14	45,70

Total do Fornecedor: 8.361,63 ( OITO MIL E TREZENTOS E SESSENTA E HUM REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS )

00096	Rolo	TNT - 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR BRANCA	SUL BRASIL	3,00	35,90	107,70
00097	Rolo	TNT 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M ROLO COM 50M, NA COR ROXO	SUL BRASIL	1,00	35,90	35,90
00098	Rolo	TNT 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,4M ROLO COM 50 METROS COR PRETO	SUL BRASIL	2,00	35,90	71,80

Total do Fornecedor: 1.362,48 ( HUM MIL E TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS )

Total da Licitação: 10.506,79 ( DEZ MIL E QUINHENTOS E SEIS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS )

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 15/2014 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

## 4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

## 5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade

10328.4 - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00003	UN	BASTAO DE COLA QUENTE GROSSA PARA PISTOLA GRANDE	MAKE	200,00	0,41	82,00
00007	UN	CANETA PARA RETRO-PROJETOR CORES VARIADAS, PONTA FINA 1,0MM, 1ª QUALIDADE	JOCAR	12,00	0,93	11,16
00026	UN	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 48MMX45M, 1ª QUALIDADE	MAKE	20,00	1,79	35,80
00039	CAI-XA	GIZ DE CERA, CAIXA C/12 UNIDADES, 1ª QUALIDADE, FABRICADO COM CERA DE ALTA QUALIDADE, DE FORMATO ANATOMICO.	PIRATININGA	300,00	0,88	264,00
00047	UN	MARCA TEXTO CORES VARIADAS.	MAKE	12,00	0,36	4,32
00049	BUBINA	PAPEL BRANCO MONOLUCIDO, 60G, BOBINA DE 08 KG.	PILAR	7,00	54,00	378,00
00062	UN	PAPEL DOBRADURA COR AMARELA	VMP	100,00	0,14	14,00
00063	UN	PAPEL DOBRADURA COR AZUL	VMP	100,00	0,14	14,00
00064	UN	PAPEL DOBRADURA COR ROSA	VMP	100,00	0,14	14,00
00065	UN	PAPEL DOBRADURA COR VERDE	VMP	100,00	0,14	14,00
00066	UN	PAPEL DOBRADURA COR VERMELHO	VMP	100,00	0,14	14,00
00067	BUBINA	PAPEL KRAFT NATURAL, 80G, BOBINA C/ 14 KG DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO: 1,00 X 200 M.	PILAR	2,00	81,00	162,00
00083	UN	PINCEL PARA TINTA Nº 8 DE 1ª QUALIDADE	LEO E LEO	100,00	0,68	68,00
00095	Rolo	TNT - 100% POLIPROPILENO LARGURA 1,40M, ROLO COM 50 METROS NA COR AMARELO	SUL BRASIL	2,00	35,90	71,80



da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

#### 6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

#### 7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

#### 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 14 de Novembro de 2014.  
COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

CELIA REGINA W. SANI ME  
MICHEL BERNARDINO DA SILVA  
Contratada

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME  
THIAGO SIMAO WEISS  
Contratada

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME  
ERALDO SALVADOR  
Contratada



**DECRETO Nº 065/2014****DECRETO N. 065, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.****DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS IRRECUPERÁVEIS DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES PARA EFEITO DE DESCARTE E BAIXA PATRIMONIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, usando de suas atribuições legais,

Considerando que laudo de constatação verificou que os bens patrimoniais constantes do anexo a este Decreto foram classificados como inservíveis, pela Comissão de Classificação de Avaliação de Bens;

Considerando que referidos bens foram atingidos por enchentes que assolaram o Município de Vitor Meireles no ano de 2014, não havendo possibilidades de recuperação;

Considerando que o Balanço Patrimonial deve refletir a exata situação dos bens municipais,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam declarados como inservíveis e irrecuperáveis, para efeitos de descarte e baixa do patrimônio, os bens relacionados pela Comissão nomeada pelo Decreto nº 64/2014, constante do Anexo I, que passa a integrar o presente Decreto.

Parágrafo único. Os bens discriminados no Anexo I serão encaminhados para o Centro de Triagem do Município de Vitor Meireles, que por sua vez, deverá dar a destinação correta para o descarte dos bens.

Art. 2º Fica autorizada a baixa patrimonial dos bens constantes no Anexo I, deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Vitor Meireles, 14 de novembro de 2014.

**LOURIVAL LUNELLI**  
**Prefeito Municipal**

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

Org.Dep.Set			Descrição	Qt.d.Bens	Valor Contábil	
Tipo			Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	
3	Secr. Admi. e Financas				2	155,00
1	Secr. Adm. e Financas				2	155,00
1	Secr. Admi. e Financas				2	155,00
M	410	01/01/1990	Escrivaninha			130,00
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA, COM 2 GAVETAS GRANDES, QUE MEDE 1,05COM, 0,88LARG, 0,78ALT						
(CAMARA DE VEREADORES)						
	M	603	01/01/1999	Mesa		25,00
Complemento: MESA, retangular, com 2 gavetas maiores e 3 menores, madeira						
(CAMARA DE VEREADORES)						
4	Secretaria de Agricultura				3	550,00
1	Secretaria de Agricultura				3	550,00
1	Secretaria de Agricultura				3	550,00
M	15	01/01/1999	Mesa			80,00
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA COM 1,50 X 0,80 COM 06 GAVETAS LATERAIS E 01 CENTRAL						
(AGRICULTURA)						
	M	16	01/01/1999	Mesa		80,00
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA COM 1,50 X 0,80 COM 06 GAVETAS LATERAIS E 01 CENTRAL.						
(AGRICULTURA)						

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem			
M	2651	06/02/2013	Bebedouro			390,00
Complemento: BEBEDOURO COMPACTO FRESH GRANDE.						
(AGRICULTURA)						
5	Secr. Saude e Pr. Social			74		14.678,59
1	Secr. Saude e Pr. Social			74		14.678,59
1	Secr. Saude e Pr. Social			74		14.678,59
M	133	01/01/1999	Estante com Prateleiras			115,00
Complemento: ESTANTE, de ferro, com 3 prateleiras.(Remédios).						
(UBS-SALTO DOLLMANN)						
M	212	01/01/1990	Armario			98,50
Complemento: CONFECCIONADO EM COMPENSADO COM 02 PORTAS DE ABRIR, QUE MEDE 0,53 PROFUNDIDADE, 0,57 LARG, 0,70 ALTURA, COR MARFIM						
(CENTRO DE SAÚDE)						
M	217	01/01/2005	Escrivaninha			35,00
Complemento: CONFECCIONADA EM MDF, COM 08 GAVETAS LATERAIS, COM 0,70 ALT, 0,56 PROFUN, 1,93 DE COM						
(CENTRO DE SAÚDE)						
M	218	01/01/2005	Balcao			480,00
Complemento: CONFECCIONADO EM MDF, COR BRANCA COM 01 CUBA EM MARMORE, COM 12 GAVETAS, QUE MEDE 3,46 DE COMP, 0,58 DE PROFU, 0,74 DE ALTURA, 06 PORTAS DE ABRIR.						
(CENTRO DE SAÚDE)						

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ.Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem			
M	226	01/01/2005	Porta Papeis			15,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	227	01/01/2005	Lixeiro			45,00
Complemento: CONFECCIONADO EM AÇO PARA ODONTOLOGA. (CENTRO DE SAÚDE)						
M	236	01/01/1990	Armario			110,00
Complemento: CONFECCIONADO EM FORMICA, COR MARFIM, QUE MEDE 0,91 LAR X 0,42 PROFUNDIDADE, X 1,60 ALTURA, COM DUAS PORTAS DE ABRIR, COM 03 PRATELEIRA. (CENTRO DE SAÚDE)						
M	237	01/01/2005	Escrivania			35,00
Complemento: 1,18 COMP, 0,66 LAR, 0,75ALT, COM 02 GAVETAS PEQUENAS. (UBS-SALTO DOLLMANN)						
M	238	01/01/2005	Escrivaninha			35,00
Complemento: 1,18 COMP, 0,66 LAR, 0,75ALT, COM 02 GAVETAS PEQUENAS. (CENTRO DE SAÚDE)						
M	239	01/01/1999	Mesa			60,00
Complemento: DE COMPUTADOR RE CONFEXIONADA EM FORMICA, COR BRANCA, COM ESTRUTURA DE FERRO QUE MEDE 1,40 COM, 0,60 LAR, 0,73 ALT. (CENTRO DE SAÚDE)						

Org.Dep.Set		Descrição	Qtd.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem		
		Escrivaninha		
M	240	01/01/2005		35,00
Complemento: CONFECCIONADA EM FORMICA, COR BRANCA, COM ESTRUTURA DE FERRO, COM 02 GAVETAS QUE MEDE 1,40 COM, 0,60 LAR, 0,73 ALT.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	246	01/01/2005	Computador	550,00
Complemento: PENTIUM IIII INTEL, COM DRIVER CD-ROOM COM GRAVADOR DE CD E LEITOR DVD, COM DRIVER DE DISQUETE, COM 02 AIXAS DE SOM, TECLADO E MOUSE.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	247	01/01/1999	Monitor	220,00
Complemento: 15 POLEGAS, LG STUDIOWORKS 553A				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	250	01/01/2005	No Breack	120,00
Complemento: APC MB ACKUP PLUS SURGE PROTECTIONM ES 600, COM 06 SAIDAS.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	253	01/01/2005	Balcao	380,00
Complemento: BALCÃO CONFECCIONADO EM COMPENSADO DE FORMICA, COR BRANCO COM A PARTE SUPERIOR EM COMPENSADO, QUE MEDE 2,00COM, X 0,55 PROFUN, POR 0,82 ALT, COM 04 PORTAS E 04 GAVETAS PEQUENAS.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	255	01/01/2005	Equipamento Hospitalar	110,00
Complemento: MACA COM ESTRUTURA DE FERRO COM PARTE SUPERIOR REVESTIDA EM NADA.				
(CENTRO DE SAÚDE)				



Org.Dep.Set		Descrição	Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem		
		Escrivaninha		
M	278	01/01/1999	Escrivaninha	35,00
Complemento: CONFECCIONADA EM COMPENSADO EM FORMICA, COR CINZA, QUE MEDE 1,20 CM, 0,67 LAR POR 0,76 ALT, COM 02 GAVETAS DE PEQUENAS, DE ESTRUTURA DE FERRO.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	280	01/01/1990	Armario	98,50
Complemento: CONFECCIONADO EM MADEIRA COMPENSADO, COM DUAS PORTAS DE CORRER DE VIDRO COM 04 PRATELIRA, QUE MEDE 1,54 ALT, 1,50 LAR, 0,43 PROFUND.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	283	01/01/1999	Escrivaninha	82,00
Complemento: CONFECCIONADA EM COMPENSADO COM ESTRUTURA DE FERRO, QUE MEDE 1,25, 0,70 PROFUN, COM 0,73 ALT COM 03 GAVETAS.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	286	01/01/1990	Cadeira	25,00
Complemento: COM ESTRUTURA DE FERRO, FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA DE NAPA PRETA.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	295	01/01/1999	Centrifuga	150,00
Complemento: CENTRIFUGA, MULLER BRANCA				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	296	01/01/2005	Maquina de Lavar	85,00
Complemento: TANQUE WANKE COR BRANCA.				
(CENTRO DE SAÚDE)				

Org.Dep.Set Descrição				Qtd.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
	M 303	01/01/2005	Refletor Ginecologico Luz Fria		80,00
Complemento: LAMPADA, ginecológica					
(UBS-BARRA DA PRATA)					
M	304	01/01/2005	Ventilador		55,00
Complemento: DE PAREDE, VERSÁTILE ARNO.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	308	01/01/1999	Cadeira		75,00
Complemento: CADEIRA, fixa com 3 lugares, estofamento azul.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	310	01/01/2005	Mesa		60,00
Complemento: PARA COMPUTADOR COM ESTRUTURA DE FERRO COM BEGE, CONFECCIONADA EM MADEIRA REVESTIDA DE FORMICA.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	313	01/01/1999	Estabilizador		60,00
Complemento: ADFTRONIK COM 04 SAIDAS.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	319	01/01/1999	Mesa		60,00
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA QUE MEDE 0,79 ALT, POR 0,49 LAR 0,80 COM.					
(CENTRO DE SAÚDE)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens	Valor Contábil	
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem				
		M	328	01/01/1990		Maca
				Complemento: PARA BEBE, COM ESTRUTURA DE FERRO FIXA.		
				(CENTRO DE SAÚDE)		
M	335	01/01/1999	Cadeira	25,00		
Complemento: FIXA SEM BRAÇO, REVESTIDA EM NAPA PRETA						
(CENTRO DE SAÚDE)						
M	535	01/01/1999	Mesa	25,00		
Complemento: MESA, escolar, madeira						
(UBS-SALTO DOLLMANN)						
M	593	01/01/2005	Estante	220,00		
Complemento: ESTANTE, de ferro, com 6 prateleiras. (Remédios).						
(UBS-SALTO DOLLMANN)						
M	742	01/01/2005	Nobreak 2000	410,00		
Complemento: NO-BREAK MICROPROCESSADO STYLUS COM 5 SAIDAS						
(CENTRO DE SAÚDE)						
M	953	01/01/1989	Baú	25,00		
Complemento: BAÚ, 2 gavetas, madeira, cor branco						
(CENTRO DE SAÚDE)						

Org.Dep.Set		Descrição		Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	954	01/01/1989	Baú		25,00
Complemento: BAÚ, 1 gaveta, madeira, cor branco.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	1066	01/01/1989	Armario		90,00
Complemento: ARMARIO CONFECCIONADO EM MADEIRA COMPENSADO1,09 POR 1,60 COM DUAS PORTAS DE CORRER, COR BRANCO.					
(UBS-ALTO RIB FACHINAL)					
M	1106	01/01/1989	Monitor		25,00
Complemento: MONITOR, SAMSUNG SyncMaster 732n Plus, cor preto.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	1470	01/01/2005	Balanca		150,00
Complemento: BALANÇA WETERN, DE PÉ, MECANICA.					
(UBS-BARRA DA PRATA)					
M	1669	01/01/1999	Cadeira		15,00
Complemento: CADEIRA, fixa sem braço, madeira.					
(UBS-SALTO DOLLMANN)					
M	2123	19/11/2008	Gaveteiro 100 X 80		395,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)					
M	2128	02/12/2008	Nobreack 600 Kva		298,00
Complemento: PRETO.					
(CENTRO DE SAÚDE)					

Org.Dep.Set Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	2129	02/12/2008	Nobreak 600 Kva		298,00
Complemento: PRETO.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	2130	02/12/2008	Monitor		650,14
Complemento: LG FLATRON W16425, COR PRETO.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	2134	02/12/2008	Computador		1.211,85
Complemento: CPU, Intel Celeron 430, 1.80 Ghz, 0.99 Gb de RAM, gabinete Pauta Connect, Leitor LG, Leitor de cartão, cor preto.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	2169	22/12/2008	Mesa		180,00
Complemento: ESCRIVANINHA, 3 gavetas na lateral direita.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	2170	10/03/2009	Ventilador		88,00
Complemento: VENTILADOR, Britânia fortis ventus, cor branco.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	2171	12/03/2009	Maca		160,00
Complemento: CAMA MACA, com regulagem na cabeça, estrutura de ferro. 90X190X40.					
(UBS-SALTO DOLLMANN)					

Org.Dep.Set	Descrição		Qtd. Bens	Valor Contábil
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Data Aquisição</b>	<b>Descrição do Bem</b>	
M	2183	10/06/2009	Armario 02 Portas	370,00
Complemento: ARMÁRIO, Vertical, 2 portas, Giobel,cor cinza.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	2291	28/09/2009	Mesa 1000 Light Ovo com Conexao	342,00
Complemento: ESCRIVANINHA, 3 gavetas com chave em "L", cor branco.				
(CENTRO DE SAÚDE)				
M	2293	28/09/2009	Gaveteiro Light Ovo 3 Gavetas	98,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)				
M	2306	14/10/2009	Balanca Mecanica P/ Banheiro Anti-derrapante	38,00
Complemento: BALANÇA, Mecânica, antiderrapante - (ISOLDE TOSE DE FRANÇA - AGENTE)				
(UBS-SERRINHA)				
M	2308	31/05/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg	72,90
Complemento: BALANÇA, Digital, cor branco. (Joel Stalock - Agente)				
(UBS-ALTO RIB FACHINAL)				
M	2309	31/05/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg	72,90
Complemento: marcelo sadlowski - agente.				
(CENTRO DE SAÚDE)				



Org.Dep.Set		Descrição		Qtz. Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem			
M	2311	31/05/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			72,90
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	2312	31/05/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			72,90
Complemento: • BALANÇA, Digital (AGENTE - ISOLDE)						
(UBS-SERRINHA)						
M	2317	25/06/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			69,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	2318	25/06/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			69,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	2319	25/06/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			69,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	2320	25/06/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			69,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	2321	25/06/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			69,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	2322	25/06/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			69,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	2323	25/06/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			69,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	2324	25/06/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			69,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						
M	2326	25/06/2010	Balanca Digital Capacidade Ate 150 Kg			69,00
Complemento: (CENTRO DE SAÚDE)						

Org.Dep.Set		Descrição		Qtde.Bens		Valor Contábil	
<b>Tipo</b>							
M	2370	06/01/2010	Microcomputador P Deal Core Es300 26 Ghz, Memoria				1.190,00
Complemento: CPU, Intel Pentium Dual E2140, 1.96 Gb de Ram.							
(CENTRO DE SAÚDE)							
M	2373	01/03/2010	Aparelho Celular Ig Kp 265				339,00
Complemento: VISOR QUEBRADO.							
(CENTRO DE SAÚDE)							
M	2386	12/08/2010	Armario A2p1 Pf				315,00
Complemento: ESTANTE, 4 prateleiras, 2 portas em baixo, cor marfim.							
(CENTRO DE SAÚDE)							
M	2391	22/09/2010	Compressor para Nebulizacao Completo				140,00
Complemento:							
(UBS-CENTRO)							
M	2429	25/10/2010	Aparelho Distribuicao Internet Switch 24 Portas 10				298,00
Complemento: FIXO NA PAREDE, PRETO.							
(CENTRO DE SAÚDE)							
M	2511	01/03/2012	Bebedouro				282,00
Complemento: Bebedouro.							
(CENTRO DE SAÚDE)							

Org.Dep.Set   Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	2514	02/03/2012	Nobreack 600 Kva		298,00
Complemento: Nobreack 600 Kva NHS, BRANCO.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	2592	20/04/2012	Camera de Segurança		1.890,00
Complemento: CAMERA DE SEGURANÇA PARA USO NO CENTRO DE SAUDE VITOR MENEGHELLI.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	2631	05/09/2012	Armarinho de Madeira		160,00
Complemento: Armarinho de Madeira.					
(CENTRO DE SAÚDE)					
M	2634	05/09/2012	Armario		370,00
Complemento: ARMARIO 2 PORTAS (FISIOTERAPIA)					
(CENTRO DE SAÚDE)					
6	Sec. Educacao			175	6.336,00
1	Sec. Educacao			175	6.336,00
1	Sec. Educacao, C. e Esp.			175	6.336,00
M	131	01/01/1999	Estante com Prateleiras		115,00
Complemento: CONFECIONADA EM COMPENSADO COM 5 GAVETAS 1,78 X 1,90. 10 REPARTIÇÕES.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set Descrição			Qtd.Bens	Valor Contábil
<b>Tipo Código Data Aquisição Descrição do Bem</b>				
M	160	01/01/1999	Mesa	25,00
Complemento: DE ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE COR MARFIM, QUE MEDE 0,80 C X 0,70 L, ALTURA 0,74.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	176	01/01/1999	Cadeira	7,50
Complemento: CADEIRA, PEQUENA, QUADRADA, MADEIRA, COR BRANCA				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	262	01/01/2005	Cadeira	25,00
Complemento: CADEIRA FIXA SEM BRAÇO, REVESTIDA DE ESTOFADO AZUL				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	356	01/01/1999	Mesa	55,00
Complemento: COM ESTRUTURA DE AÇO CIRCULAR, CONFECCIONADA EM MADEIRA COMPENSADO REVESTIDADE DE FORMICA, QUE MEDE, 1,20X 0,77 ALT.				
(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)				
M	359	01/01/2005	Mesa	60,00
Complemento: COM ESTRUTURA DE AÇO CIRCULAR, CONFECCIONADA EM MADEIRA COMPENSADO REVESTIDADE DE FORMICA, QUE MEDE, 1,20X 0,77 ALT.				
(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)				
M	361	01/01/2005	Mesa	60,00
Complemento: COM ESTRUTURA DE AÇO CIRCULAR, CONFECCIONADA EM MADEIRA COMPENSADO REVESTIDADE DE FORMICA, QUE MEDE, 1,20X 0,77 ALT.				
(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)				

Org.Dep.Set Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	363	01/01/2005	Video Cassete		120,00
Complemento: VHS, VIDEO CASSETE, LG, COR CINZA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	365	01/01/2005	Cadeira		25,00
Complemento: FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA EM ESTOFADO PRETO.					
(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)					
M	373	01/01/2005	Cadeira		25,00
Complemento: FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA EM ESTOFADO PRETO.					
(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)					
M	381	01/01/2005	Cadeira		25,00
Complemento: FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA EM ESTOFADO PRETO.					
(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)					
M	384	01/01/2005	Cadeira		25,00
Complemento: FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA EM ESTOFADO PRETO.					
(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)					

Org.Dep.Set Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	407	01/01/1990	Mesa		80,00
Complemento: Mesas, grande para refeições de bebês, cor branca					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	408	01/01/1990	Banco		35,00
Complemento: Banco, grande para refeições de bebês, cor branca					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	409	01/01/1990	Banco		35,00
Complemento: Banco, grande para refeições de bebês, cor branca					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	412	01/01/1990	Cadeira		7,50
Complemento: CADEIRA DE PALHA.					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					
M	421	01/01/1999	Mesa		25,00
Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					



Org.Dep.Set			Descrição	Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem			
	M 422	01/01/1999	Mesa		25,00
	Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCA;				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	423	01/01/1999	Mesa		25,00
Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCO					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	424	01/01/1999	Mesa		25,00
Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCA;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	425	01/01/1999	Mesa		25,00
Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	426	01/01/1999	Mesa		25,00
Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set Descrição			Qtd.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem		
M	427	01/01/1999 Mesa		25,00
Complemento: CONFECIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	428	01/01/1999 Mesa		25,00
Complemento: CONFECIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	429	01/01/2005 Mesa		25,00
Complemento: MESA, CONFECIONADAS EM MADEIRA MACOÇA, QUE MEDE 0,80COM 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCA.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	430	01/01/2005 Cadeira		7,50
Complemento: CONFECIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	431	01/01/2005 Cadeira		7,50
Complemento: CONFECIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, COR BRANCO.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	432	01/01/2005 Cadeira		7,50
Complemento: CONFECIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens	Valor Contábil
Tipo	M	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	
		433	01/01/2005	Cadeira	
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			7,50
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		434	01/01/2005	Cadeira	7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M		435	01/01/2005	Cadeira	7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M		436	01/01/2005	Cadeira	7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M		437	01/01/2005	Cadeira	7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set Descrição				Qtd.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	438	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	439	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	440	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	441	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	442	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	443	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens	Valor Contábil
Tipo	M	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	7,50
		444	01/01/2005	Cadeira	
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		445	01/01/2005	Cadeira	7,50
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
Tipo	M	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	7,50
		446	01/01/2005	Cadeira	
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		447	01/01/2005	Cadeira	7,50
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
Tipo	M	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	7,50
		448	01/01/2005	Cadeira	
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		449	01/01/2005	Cadeira	7,50
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, COR BRANCO			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			

Org.Dep.Set		Descrição		Qtz.Bens	Valor Contábil
Tipo	M	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	7,50
		450	01/01/2005	Cadeira	
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		451	01/01/2005	Cadeira	7,50
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		452	01/01/2005	Cadeira	7,50
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		453	01/01/2005	Cadeira	7,50
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		454	01/01/2005	Cadeira	7,50
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		455	01/01/2005	Cadeira	7,50
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			



Org.Dep.Set Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	456	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	457	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	458	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: CADEIRA, CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	461	01/01/2005	Mesa		25,00
Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCA;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	462	01/01/2005	Mesa		25,00
Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCA;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	463	01/01/2005	Mesa		25,00
Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCA;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set    Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
<b>Tipo</b>	<b>Código</b>	<b>Data Aquisição</b>	<b>Descrição do Bem</b>		
M	476	01/01/1999	Banco		35,00
Complemento: Bancos, grande para refeições de bebes, cor branca.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	495	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	496	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	497	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	498	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	499	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set		Descrição	Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem		
		Cadeira		
M	500	01/01/2005		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	501	01/01/2005		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	502	01/01/2005		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	503	01/01/2005		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	504	01/01/2005		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				
M	505	01/01/2005		7,50
Complemento: PARA BEBES, COM ESTRUTURA DE FERRO, REVESTIDA DE NAPA COLORIDA. COM MESA FIXA.				
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)				

Org.Dep.Set Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	510	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: FIXA SEM BRAÇO, REVESTIDA ESTOFADO VERMELHO					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	511	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: FIXA SEM BRAÇO, REVESTIDA ESTOFADO VERMELHO					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	515	01/01/2005	Mesa		25,00
Complemento: DE COMPUTADOR DE CANTO CONFECCIONADA EM COMPENSADO COR DE MADEIRA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	523	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: FIXA, CONFECCIONADA EM COMPENSADO, COR BRANCA					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	524	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: FIXA, CONFECCIONADA EM COMPENSADO, COR BRANCA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	525	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: FIXA, CONFECCIONADA EM COMPENSADO, COR BRANCA					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	526	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: FIXA, CONFECCIONADA EM COMPENSADO, COR BRANCA					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	529	01/01/2005	Conjunto Cozinha		220,00
Complemento: COM 3 PEÇAS, CONFECCIONADA EM COMPENSADO COR BRANCA, COM 09 PORTAS DE ABRIR					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	531	01/01/2005	Balcao		65,00
Complemento: Balcão, com 3 gavetas, 3 Portas em MDF, cor branca					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	533	01/01/1999	Mesa		25,00
Complemento: CONFECCIONADAS EM MADEIRA MACIÇA, QUE MEDE, 0,80COM, 0,80 LAR POR 0,57 ALT. QUADRADA, COR BRANCA;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	539	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA, COR BRANCA					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	541	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtz.Bens	Valor Contábil
Tipo	M	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	7,50
		542	01/01/1999	Cadeira	
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M	543	01/01/1999	Cadeira	7,50	
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
		M	544	01/01/1999	Cadeira
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	545			01/01/1999	Cadeira
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
		M	546	01/01/1999	Cadeira
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	547			01/01/1999	Cadeira
		Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			



Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem			
M	548	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	549	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: PEQUENA, EM MADEIRA, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	550	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA, COR BRANCA					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	552	01/01/1999	Armario		25,00
Complemento: CONFECCIONADO EM COMPENSADO QUE MEDE 2,35ALT, 2,79COM, 0,49 PROF, COM 4 PORTAS DE ABRIR, 4 GAVETAS E 4 PRATELEIRAS					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	559	01/01/2005	Microsistem		80,00
Complemento: MARCA NKS, COM FITA K7 E CD.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	560	01/01/1999	Cama para Bebés		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qt.d. Bens	Valor Contábil
<hr/>					
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	561	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	562	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	563	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	564	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	565	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	566	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens	Valor Contábil
<hr/>					
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	567	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	568	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	569	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	570	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	571	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	572	01/01/1999	Cama para Bebês		65,00
Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data	Aquisição	Descrição do Bem	
M	573	01/01/1999		Cama para Bebês	65,00
				Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.	
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	574	01/01/1999		Cama para Bebês	
				Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.	65,00
				(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)	
M	575	01/01/1999		Cama para Bebês	65,00
				Complemento: PARA BEBES CONFECCIONADO EM COMPENSADO 0,80ALT, 1,34COM, 0,63LAR, COR BRANCO.	
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	608	01/01/1999		Cadeira	
				Complemento: FIXA REVESTIDA DE NAPA PRETA.	7,50
				(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)	
M	609	01/01/1999		Cadeira	7,50
				Complemento: FIXA REVESTIDA DE NAPA PRETA.	
				(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)	
M	628	01/01/1990		Monitor	200,00
				Complemento: MONITOR 17 POLEGADAS AOC.	
(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)					

Org.Dep.Set Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	683	01/01/2005	Cadeiras		45,00
Complemento: DUAS CADEIRAS FIXAS REVESTIDA EM NAPA PRETA.					
(BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL)					
M	916	01/01/1999	Banquetas de Madeira Maciça Que Medem 0,50 Cm, Alt		15,00
Complemento: Cadeira, pequena, em madeira, quadrada, cor azul.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	935	01/01/1989	Banco		25,00
Complemento: Banco, grande para refeições de bebês, cor branca					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	948	01/01/1989	Microsistem		80,00
Complemento: MICROSYSTEM PHILIPS, AZ 1008 ITA K7.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	951	01/01/1989	Mesa		25,00
Complemento: Mesas, grande para refeições de bebês, cor branca.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	952	01/01/1989	Mesa		25,00
Complemento: Mesas, grande para refeições de bebês, cor branca.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtz.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem			
M	958	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	959	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	960	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	961	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	962	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	963	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					



Org.Dep.Set Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	964	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	973	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	1005	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: CONFECCIONADA EM MADEIRA MACIÇA, PEQUENA, QUADRADA.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	1006	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	1007	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	1008	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtz.Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem			
M	1009	01/01/1989	Cadeira			7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;						
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)						
M	1012	01/01/1999	Armário			90,00
Complemento: Estante, 8 repartições em madeira;						
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)						
M	1015	01/01/1989	Cadeira			7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;						
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)						
M	1154	01/01/1989	Cadeira			7,50
Complemento: CADEIRA ESCOLAR, COM ESTRUTURA DE FERRO, BASE DE MADEIRA, COR MARROM.						
(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)						
M	1155	01/01/1989	Cadeira			7,50
Complemento: CADEIRA ESCOLAR, COM ESTRUTURA DE FERRO, BASE DE MADEIRA, COR MARROM.						
(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)						
M	1156	01/01/1989	Cadeira			7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;						
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)						

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens	Valor Contábil			
Tipo	M	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	7,50			
						1157	01/01/1989	Cadeira
						Complemento: CADEIRAS ESCOLARES, ESTRUTURA DE FERRO, BASE DE MADEIRA, COR MARROM.		
						(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)		
						1158	01/01/1989	Cadeira
						Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;		
						(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)		
						1159	01/01/1989	Cadeira
						Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;		
						(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)		
M	1160	01/01/1989	Cadeira	7,50				
					Complemento: CADEIRA ESCOLAR, ESTRUTURA DE FERRO, BASE DE MADEIRA, COR MARROM			
					(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)			
					1161	01/01/1989	Cadeira	
					Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;			
					(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
					1163	01/01/1989	Cadeira	
					Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;			
					(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			

Org.Dep.Set		Descrição		Qtz.Bens	Valor Contábil
Tipo	M	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	7,50
		1164	01/01/1989	Cadeira	
		Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		1165	01/01/1989	Cadeira	7,50
		Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		1167	01/01/1989	Cadeira	7,50
		Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		1169	01/01/1989	Cadeira	7,50
		Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		1170	01/01/1989	Cadeira	7,50
		Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;			
		(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)			
M		1171	01/01/1989	Cadeira	7,50
		Complemento: CADEIRAS ESCOLARES, ESTRUTURA DE FERRO, BASE DE MADEIRA, COR VERDE.			
		(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)			

Org.Dep.Set		Descrição		Qtz. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem			
M	1181	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	1182	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	1183	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	1184	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: Cadeiras, pequenas, de madeira, cor branca, base redonda;					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	1185	01/01/1999	Cadeira		7,50
Complemento: CADEIRA DE PALHA					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					
M	1214	01/01/1989	Carteira		15,00
Complemento: CADEIRA ESCOLAR, ESTRUTURA DE FERRO, BASE DE MADEIRA, COR VERDE.					
(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtz.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem			
M	1240	01/01/1999	Receptor Satelite		120,00
Complemento: RECEPTOR ELECOM EL 7000 (BO)					
(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)					
M	1330	01/01/1989	Cadeira		7,50
Complemento: CADEIRAS ESCOLARES, ESTRUTURA DE FERRO, BASE DE MADEIRA, COR MARRON.					
(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)					
M	1535	01/01/1999	Forno Eletrico Fischer Mod. Diplomata		38,00
Complemento: Forno Eletrico Fischer Mod. Diplomata.					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					
M	1537	01/01/2005	Refrigerador Consul Praticce 300 Lts		320,00
Complemento: REFRIGERADOR CONSUL ESSATA, COR MARRON.					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					
M	1538	01/01/1999	Freezer		160,00
Complemento: FRIEZZER MASTERFRIO.					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					
M	1544	01/01/1999	Fogareiro		110,00
Complemento: FOGAREIRO GERAL COM 4 BOCAS.					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtd. Bens		Valor Contábil	
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem				
M	1545	01/01/1999	Cadeira				7,50
Complemento: CADEIRAS DE PALHAS.							
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)							
M	1546	01/01/1999	Cadeira				7,50
Complemento: CADEIRAS DE PALHAS.							
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)							
M	1547	01/01/1999	Cadeira				7,50
Complemento: CADEIRAS DE PALHAS.							
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)							
M	1548	01/01/1999	Cadeira				7,50
Complemento: CADEIRAS DE PALHAS.							
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)							
M	1592	01/01/1990	Armario				45,00
Complemento: ARMARIO CONFECCIONADO EM MADEIRA MACICA COM DUAS PORTAS DE ABRIR, QUE MEDE 0,97 LAR, POR 1,58 ALT.							
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)							
M	1678	01/01/2005	Microsistem				120,00
Complemento: APARELHO DE SOM GRADIENTE COM DUAS CAIXAS DE SOM							
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)							



Org.Dep.Set Descrição				Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem			
M	1908	01/01/2005	Dvd		120,00
Complemento: DVD, marca omnicom					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					
M	1919	01/01/1999	Impressora		110,00
Complemento: HP DESKEJET 3535					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					
M	1922	01/01/1999	Impressora		110,00
Complemento: HP DESKEJET 3535					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					
M	1932	01/01/1999	Microsistem		80,00
Complemento: MICROSYSTEM, Britania Sound, cor cinza.					
(ESCOLA SALTO DOLLMANN)					
M	2232	22/05/2009	Cadeira		20,00
Complemento: ESTRUTURA DE FERRO, BASE DE MADEIRA, COR MARROM.					
(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)					
M	2236	22/05/2009	Carteira		20,00
Complemento: Carteira, base verde.					
(ESCOLA SERRA DA ABELHA I)					

Org.Dep.Set Descrição				Qtd.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	2265	15/05/2009	Radio Gravador Britania		130,00
Complemento: (CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	2499	23/02/2012	Escrivaninha MDF		350,00
Complemento: ESCRIVANINHA MDF, COM 4 GAVETAS, COM FECHADURA, MARFIM.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	2657	20/02/2013	Liquidificador Sb Britqnia		79,00
Complemento: LIQUIDIFICADOR BRITANIA DIAMANTE PP.					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
M	2753	06/07/2013	Balanca de Prato Capacidade 15 Kg B1 (modelo Proin		609,00
Complemento: BALANCA DE PRATO CAPACIDADE 15 KG BL (MODELO PROINFANCIA)					
(CEI CHAPEUZINHO VERMELHO)					
10	Fundo Mun Assist Social			59	9.381,04
1	Fundo Mun Assist Social			59	9.381,04
1	Assistencia Social			59	9.381,04
M	193	01/01/2005	Armario		90,00
Complemento: ARMÁRIO,pequeno vertical, madeira, com 4 gavetas.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	209	01/01/1990	Armario		110,00
Complemento: CONFECCIONADO EM FORMICA COM MARFIN, MEDE 1,63 ALT, 0,93 LARG, 0,40 DE PROFUNDIDADE, 03 PATELEIRAS E 02 PORTAS DE ABRIR., COR BRANCO					
(CASA DA CIDADANIA)					

Org.Dep.Set	Descrição		Qtđ.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	
M	362	01/01/2005	Mesa	60,00
Complemento: COM ESTRUTURA DE AÇO CIRCULAR, CONFECCIONADA EM MADEIRA COMPENSADO REVESTIDA DE FORMICA, QUE MEDE, 1,20X 0,77 ALT, COR CINZA.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	372	01/01/2005	Cadeira	25,00
Complemento: CADEIRA, fixa sem braço, revestida de napa preta				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	379	01/01/2005	Cadeira	25,00
Complemento: FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA EM ESTOFADO PRETO.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	390	01/01/2005	Cadeira	25,00
Complemento: CADEIRA, fixa sem braço, revestida com estofamento preto.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	486	01/01/1999	Monitor	35,00
Complemento: MONITOR,Samsung, Led, SyncMasterSA300.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	488	01/01/1999	Monitor	35,00
Complemento: MONITOR,Samsung, formato caixa, cor branca.				
(CASA DA CIDADANIA)				

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ.Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data	Aquisição Descrição do Bem			
M	582	01/01/1999	Escrivaninha			130,00
Complemento: CONFECCIONADA EM COMPENSADO REVESTIDA DE FORMICA, COM 02 GAVETAS PEQUENAS LATERAIS, ESTRUTURA METALICA, COR BRANCA (Bem do Tribunal de Justiça)						
(CASA DA CIDADANIA)						
M	583	01/01/1999	Mesa			25,00
Complemento: MESA, retangular de madeira com estrutura de ferro preto, cor branca.						
(CASA DA CIDADANIA)						
M	585	01/01/1990	Armario			90,00
Complemento: CONFECCIONADO EM COMPENSADO QUE MEDE, 1,60ALT, 0,41PROF, 1 LARG, COM 4 PRATELEIRA.						
(CASA DA CIDADANIA)						
M	587	01/01/1990	Computador			350,00
Complemento: AMD ATHOLN COM 512 MEMORIA RAM, COM TECLADO E MOUSE E 2 CAIXA DE SOM, COM DRIVER DE CD-ROOM, E DISKET. COR BRANCO.						
(CASA DA CIDADANIA)						
M	589	01/01/1990	Estabilizador			45,00
Complemento: ADFTRONIK, PRETO.						
(CASA DA CIDADANIA)						
M	597	01/01/1990	Mesa			25,00
Complemento: DE RODINHA PARA MAQUINA DE DATILOGRAFIA, QUE MEDE 0,68ALT, 0,65 LAR						
(CASA DA CIDADANIA)						

Org.Dep.Set		Descrição		Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	610	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: FIXA COM ESTOFADO PRETO COM BRAÇO					
(Bem do Tribunal de Justiça)					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	611	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: FIXA COM ESTOFADO PRETO COM BRAÇO					
(Bem do Tribunal de Justiça)					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	613	01/01/2005	Cadeira		7,50
Complemento: FIXA COM ESTOFADO PRETO COM BRAÇO					
(Bem do Tribunal de Justiça)					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	618	01/01/1990	Mesa de Micro 0,80 X 0,70		65,00
Complemento: MESA DE COMPUTADOR COM ESTRUTURA DE FERRO. (ESCRIVANINHA), COR BRANCA.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	619	01/01/2005	Mesa		65,00
Complemento: MESA DE RODAS COM ESTRUTURA DE FERRO.					
(CASA DA CIDADANIA)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem			
M	626	01/01/1999	Mesa		65,00
Complemento: MESA DE COMPUTADOR COM ESTRUTURA DE FERRO QUE MEDE 0,80, LAR, POR 0,55.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	632	01/01/2005	Estante de Aco 1,98xx30x98 C/06 Prateleiras		115,00
Complemento: PRATELEIRA, de ferro, com 6 prateleiras.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	640	01/01/2005	Mesa		65,00
Complemento: MESA ESCRIVANINHA COM ESTRUTURA DE FERRO QUE MEDE, 1,20 LAR, 0,54 LAR.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	644	01/01/2005	Cadeira		45,00
Complemento: CADEIRAS FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA DE NAPA PRETA.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	646	01/01/2005	Mesa		65,00
Complemento: MESA DE JUIZ CONFEXIONADA EM MDF BRANCO (Bem do Tribunal de Justiça)					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	647	01/01/1999	Cadeira		45,00
Complemento: CADEIRA FIXA SEM BRAÇO, REVESTIDA DE NAPA PRETA (COM PONTINHOS NA ALMOFADA) .					
(CASA DA CIDADANIA)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	649	01/01/1999	Cadeira		45,00
Complemento: CADEIRAS GIRATORIAS SEM BRAÇO REVESTIDA DE ESTOFADO PRETO (bem do Tribunal de Justiça)					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	651	01/01/1999	Cadeira		45,00
Complemento: CADEIRAS GIRATORIAS SEM BRAÇO REVESTIDA DE ESTOFADO PRETO (Bem do Tribunal de Justiça)					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	654	01/01/1999	Cadeira		45,00
Complemento: CADEIRAS GIRATORIAS SEM BRAÇO REVESTIDA DE ESTOFADO PRETO (Bem do Tribunal de Justiça)					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	656	01/01/1990	Mesa		65,00
Complemento: MESA CONFECCIONADA EM COMPENSADO QUE MEDE 1,21 LAR, POR 0,74 DE ALTURA.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	659	01/01/2005	Cadeira		45,00
Complemento: CADEIRAS FIXA REVESTIDA DE NAPA PRETA SEM BRAÇO.					
(CASA DA CIDADANIA)					



Org.Dep.Set				Descrição	Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo		Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	660	01/01/2005	Cadeira			45,00
				Complemento: CADEIRAS FIXA REVESTIDA DE NAPA PRETA SEM BRAÇO.		
				(CASA DA CIDADANIA)		
M	665	01/01/2005	Cadeira			45,00
				Complemento: CADEIRAS FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA DE ESTOFADO PRETO		
				(Bem do Tribunal de Justiça)		
				(CASA DA CIDADANIA)		
M	666	01/01/2005	Cadeira			45,00
				Complemento: CADEIRAS FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA DE ESTOFADO PRETO		
				(Bem do Tribunal de Justiça)		
				(CASA DA CIDADANIA)		
M	667	01/01/2005	Cadeira			45,00
				Complemento: CADEIRAS FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA DE ESTOFADO PRETO		
				(Bem do Tribunal de Justiça)		
				(CASA DA CIDADANIA)		
M	668	01/01/2005	Cadeira			45,00
				Complemento: CADEIRAS FIXA SEM BRAÇO REVESTIDA DE ESTOFADO PRETO		
				(Bem do Tribunal de Justiça)		
				(CASA DA CIDADANIA)		

Org.Dep.Set Descrição			Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem		
M	669	01/01/1999 Sofa com 3 Lugares Courvim Preta 1,62x0,39		50,00
Complemento: ESTOFADO, com 2 lugares, cor preto.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	670	01/01/1999 Sofa com 3 Lugares Courvim Preta 1,62x0,39		50,00
Complemento: ESTOFADO, com 2 lugares, cor preto.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	671	01/01/1999 Sofa com 3 Lugares Courvim Preta 1,62x0,39		50,00
Complemento: ESTOFADOS, com 2 lugares, cor preto.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	673	01/01/2005 Mesa		65,00
Complemento: MESA DE COMPUTADOR REVESTIDA EM COMPENSADO QUE MEDE 1,02 POR 0,76.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	674	01/01/2005 Mesa		65,00
Complemento: MESA RETANGULAR, COM 2 GAVETAS LADO DIREITO, COR CINZA.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	675	01/01/2005 Cadeira		65,00
Complemento: CADEIRA GIRATORIOS COM BRAÇO REVESTIDA DE ESTOFADO PRETO				
(Bem do Tribunal de Justiça)				
(CASA DA CIDADANIA)				

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
	M 677	01/01/2005	Cadeira		45,00
	Complemento: CADEIRA FIXA SEM BRAÇO, REVESTIDA EM NAPA PRETA.				
(CASA DA CIDADANIA)					
M	682	01/01/2005	Cadeiras		45,00
Complemento: DUAS CADEIRAS FIXAS REVESTIDA EM NAPA PRETA.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	751	01/01/2005	Piano, Bx-20		350,00
Complemento: Piano, Bx-20.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	841	01/01/1999	Mesa		35,00
Complemento: MESA ESCOLARES COM SUPORTE PARA BOLSA REVESTIDA DE MDF VERDE.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	966	01/01/1989	Mesa		25,00
Complemento: MESA,retangular, madeira, com 3 gavetas laterais, cor marrom.					
(CASA DA CIDADANIA)					
M	1069	01/01/1999	Fogareiro Campeiro Ii Alto		87,00
Complemento: FOGAREIRO, com 1 boca, metálico com pés de base.					
(CASA DA CIDADANIA)					

Org.Dep.Set		Descrição		Qtđ. Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição		Descrição do Bem		15,00
		01/01/1999				
		Carteira				
		Complemento: CARTEIRA, escolar, base verde, estrutura de metal.				
(CASA DA CIDADANIA)						
M	2122	15/10/2008	Cadeira Giratoria		279,00	
Complemento: CADEIRA, móvel, estofamento preto com braço.						
(CASA DA CIDADANIA)						
M	2158	20/10/2008	Microcomputador		1.145,00	
Complemento: MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR DUAL CORE MEMORIA KINGSTON 2GB PLACA MAE GIG GA HD SANSUNG 250 GIGA SATA DRIVE DVDRW						
(CASA DA CIDADANIA)						
M	2159	20/10/2008	Micro Computador		1.145,50	
Complemento: CPU,Intel Pentium Dual E2160, 1.80 GHz, 1.99 Gb de Ram, gabinete IEMEX, cor preto.						
(CASA DA CIDADANIA)						
M	2343	22/01/2010	Microcomputador Pc Home Sempron Le 1250, 1gb, 320		789,00	
Complemento: CPU, AMD Sempron, LE-1250, 2.21 GHz, 960 Mb de Ram, cor preto frente cinza.						
(CASA DA CIDADANIA)						
M	2350	01/03/2010	Estabilizador Exxa 3 Power 300va		68,00	
Complemento: PRETO						
(CASA DA CIDADANIA)						

Org.Dep.Set Descrição			Qtz.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição Descrição do Bem		
M	2357	11/05/2010 Camera Digital Fuji Finepix J2		633,90
Complemento: (CASA DA CIDADANIA)				
M	2435	14/12/2010 Gaveteiro 2 Gavetas Light Ovo		69,00
Complemento: Gaveteiro 2 Gavetas Light Ovo				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	2464	18/05/2011 Cadeira de Banho Cds Scam		135,00
Complemento: CADEIRA DE BANHO CDS SCAM (janir frança)				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	2478	09/08/2011 Microcomputador Hd 500 Gb /processador Core 2 Duo/		1.418,14
Complemento: MICROCOMPUTADOR HD 500 GB /PROCESSADOR CORE 2 DUO/E7500/2GB DE MEMORIA DDR3 1333/PLACA MAE MB GIGABYTE GAG41/GRAVADORA DE DVD SAMSUNG/LEITOR DE CARTOES /GABINETE COM FONTE ATX/ TECLADO MULTIMIDIA/ MOUSE/ CAIXA DE SOM/ WINDOWS7 PROFISSIONAL INSTALADO.				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	2603	09/07/2012 Radio Cd/usb		230,00
Complemento: RADIO CD/USB				
(CASA DA CIDADANIA)				
M	2642	27/09/2012 Monitor 20 Polegadas Sm B2030 Widescree		429,00
Complemento: MONITOR 20 POLEGADAS SM B2030 WIDESCREEN				
(CASA DA CIDADANIA)				

Total de bens encontrados: 313

Valor Contábil Total: 31.100,63

**LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2014****LEI COMPLEMENTAR Nº 082, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.**

*REESTRUTURA QUADRO DE PESSOAL DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
ALTERANDO ANEXO DA LEI COMPLEMENTAR Nº  
049/2009, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE  
SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, PLANO DE CARGOS,  
VENCIMENTOS E DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.*

**O Prefeito Municipal de Vitor Meireles**, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica alterado o anexo VIII, que faz parte integrante da Lei Complementar nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009, que passará a ter aplicação conforme o anexo da presente Lei Complementar.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 17 de novembro de 2014.

**LOURIVAL LUNELLI**  
*Prefeito Municipal*

## ANEXO VIII – LC 049/2009

## TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
I	592,23	627,76	665,43	705,36	747,68	792,54	840,09	890,49	943,92	1.000,56	1.060,59	1.124,23	1.191,68	1.263,18	1.338,98	1.419,31
II	779,23	825,98	875,54	928,08	983,76	1.042,79	1.105,35	1.171,67	1.241,97	1.316,49	1.395,48	1.479,21	1.567,96	1.662,04	1.761,76	1.867,47
III	880,55	933,38	989,39	1.048,75	1.111,67	1.178,37	1.249,08	1.324,02	1.403,46	1.487,67	1.576,93	1.671,55	1.771,84	1.878,15	1.990,84	2.110,29
IV	1.090,93	1.156,39	1.225,77	1.299,32	1.377,27	1.459,91	1.547,51	1.640,36	1.738,78	1.843,10	1.953,69	2.070,91	2.195,17	2.326,88	2.466,49	2.614,48
V	1.200,03	1.272,03	1.348,35	1.429,25	1.515,01	1.605,91	1.702,27	1.804,40	1.912,67	2.027,43	2.149,07	2.278,02	2.414,70	2.559,58	2.713,15	2.875,94
VI	1.434,09	1.520,14	1.611,34	1.708,02	1.810,51	1.919,14	2.034,28	2.156,34	2.285,72	2.422,86	2.568,24	2.722,33	2.885,67	3.058,81	3.242,34	3.436,88
VII	1.653,59	1.752,81	1.857,97	1.969,45	2.087,62	2.212,88	2.345,65	2.486,39	2.635,57	2.793,71	2.961,33	3.139,01	3.327,35	3.526,99	3.738,61	3.962,92
VIII	2.048,71	2.171,63	2.301,93	2.440,05	2.586,45	2.741,64	2.906,13	3.080,50	3.265,33	3.461,25	3.668,93	3.889,06	4.122,41	4.369,75	4.631,94	4.909,85
IX	2.341,38	2.481,86	2.630,77	2.788,62	2.955,94	3.133,29	3.321,29	3.520,57	3.731,80	3.955,71	4.193,05	4.444,64	4.711,32	4.994,00	5.293,64	5.611,25
X	2.780,39	2.947,21	3.124,05	3.311,49	3.510,18	3.720,79	3.944,04	4.180,68	4.431,52	4.697,41	4.979,26	5.278,01	5.594,69	5.930,37	6.286,19	6.663,37
XI	3.219,39	3.412,55	3.617,31	3.834,35	4.064,41	4.306,27	4.566,77	4.840,77	5.131,22	5.439,09	5.765,44	6.111,36	6.478,05	6.866,73	7.278,73	7.715,46
XII	3.658,40	3.877,90	4.110,58	4.357,21	4.618,65	4.895,76	5.189,51	5.500,88	5.830,93	6.180,79	6.551,64	6.944,74	7.361,42	7.803,10	8.271,29	8.767,57
XIII	4.316,93	4.575,95	4.850,50	5.141,53	5.450,02	5.777,03	6.123,65	6.491,07	6.880,53	7.293,36	7.730,96	8.194,82	8.686,51	9.207,70	9.760,16	10.345,77
XIV	5.487,62	5.816,88	6.165,89	6.535,84	6.927,99	7.343,67	7.784,29	8.251,35	8.746,43	9.271,22	9.827,49	10.417,14	11.042,17	11.704,70	12.406,98	13.151,40
XV	9.511,85	10.082,56	10.687,51	11.328,77	12.008,49	12.729,00	13.492,74	14.302,31	15.160,44	16.070,07	17.034,27	18.056,33	19.139,71	20.288,09	21.505,38	22.795,70



# Xavantina

## PREFEITURA

### PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014,

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014,  
DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Xavantina, SC, senhor MAURO JUNES POLETTO, no uso de suas atribuições legais.

Torna público o primeiro Adendo ao Edital de Concurso Público nº 001/2014, de 22 de outubro de 2014.

1. A descrição das atribuições do cargo de Enfermeiro, previstas no Anexo II do Edital de Concurso Público nº 001/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

" " (NR)

Cargo: Enfermeiro
<p>1. Planejar, organizar, supervisionar e executar serviços de enfermagem empregando processos de rotina e ou específicos que possibilitem a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva.</p> <p>2. Participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades que visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição;</p> <p>3. Elaborar plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas,</p> <p>para determinar a assistência a ser prestada pela equipe;</p> <p>4. Planejar, coordenar e organizar campanhas de saúde, como campanhas de vacinação e outras;</p> <p>5. Supervisionar a equipe de trabalho da enfermagem em todos os segmentos para manter uma adequada assistência aos clientes com eficiência, qualidade e segurança;</p> <p>6. Executar diversas tarefas de enfermagem de maior complexidade, valendo-se de seus conhecimentos técnicos, para proporcionar o maior grau possível de bem estar físico, mental e social aos seus pacientes;</p> <p>7. Participar na elaboração, execução e avaliação dos planos, de saúde, visando a melhoria da qualidade da assistência;</p> <p>8. Executar a distribuição de medicamentos valendo-se de prescrição médica;</p> <p>9. Elaborar escalas de serviço e atividades diárias da equipe de enfermagem sob sua responsabilidade;</p> <p>10. Fazer medicação intramuscular e endovenosa, curativos, retirada de pontos, etc.;</p> <p>11. Manter uma previsão a fim de requisitar materiais e medicamentos necessários, para assegurar o desempenho adequado dos trabalhos de enfermagem;</p> <p>12. Realizar reuniões de orientação e avaliação, visando o aprimoramento da equipe de trabalho;</p> <p>13. Providenciar o recolhimento dos relatórios das unidades da Prefeitura Municipal, bem como realiza uma análise dos mesmos;</p> <p>14. Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato, definidos em Decreto;</p> <p>15. Identificar as necessidades de enfermagem, programando e coordenando as atividades da equipe de enfermagem, visando a preservação e recuperação da saúde.</p>

2. Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Edital.

Prefeitura Municipal de Xavantina, SC, 14 de novembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

### DECRETO 104/2014

DECRETO Nº 104/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.408, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 10.039,31 (dez mil e trinta e nove reais e trinta e um centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1152 CR (127)	
R\$.....	10.039,31
TOTAL.....	10.039,31

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, Estado - Proteção Social Básica - 01.1152, no valor de até R\$ 10.039,31 (dez mil e trinta e nove reais e trinta e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto Municipal nº 102/2014.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.  
JOSE DAL BOSCO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 105/2014

DECRETO Nº 105/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.403, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 6.856,80 (seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0062 CR (123)	

R\$.....	6.856,80
TOTAL.....	6.856,80

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos - 03.0062, outros recursos do FNDE, no valor de até R\$ 6.856,80 (seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 400,85 (quatrocentos reais e oitenta e cinco centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0062 CR (124)	
R\$.....	400,85
TOTAL.....	400,85

Art. 4º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos - 01.0062, outros recursos do FNDE, no valor de até R\$ 400,85 (quatrocentos reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto Municipal nº 098/2014.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## DECRETO 106/2014

DECRETO Nº 106/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.407, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 CR (12)	
R\$.....	130.000,00
Projeto Atividade: 2.005 – Manter o Ensino Pré Escolar	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 CR (26)	

R\$.....	70.000,00
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 CR (13)	
R\$.....	23.000,00
TOTAL.....	223.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da Administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (5)	
R\$.....	10.000,00
Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.009 – Auxiliar no Ensino Especial	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.01.0001 CR (35)	
R\$.....	5.000,00
Projeto Atividade: 2.006 – Transporte Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0019 CR (19)	
R\$.....	93.000,00
Projeto Atividade: 2.007 – Merenda Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 CR (22)	
R\$.....	57.000,00
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.024 – Manter as Atividades do Conselho Tutelar	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (48)	
R\$.....	8.000,00
Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (62)	
R\$.....	50.000,00
TOTAL.....	223.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto Municipal nº 101/2014.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO 450

DECRETO Nº 450/2014.

DISPÕE SOBRE A CAUÇÃO DE LOTES PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DO DESMEMBRAMENTO, APROVADO PELA LEI Nº3.568/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o disposto no Decreto nº 445/2014, o qual dispõe sobre a possibilidade de caucionamento de lotes em favor da Administração Pública, até que as obras de infraestrutura de parcelamento do solo sejam concluídas;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica oferecido em caução, os seguintes lotes das respectivas quadras, como garantia para a execução das obras faltantes no prazo estabelecido:

I - Da quadra 574 - lotes: 12, 13, 14, 15, 16, matrícula no CRI nº 15.100;

II- Da quadra 575 - lotes:01, 03, 04, 05, 06, 25, 26, 27, matrícula no CRI nº 12.891;

III- Da quadra 576 - lotes: 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, matrícula no CRI nº 18.442;

IV- Da quadra 578 - lotes: 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, matrícula no CRI nº 12.433;

V- Da quadra 579 - lotes: 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, matrícula no CRI nº 12.434;

Art. 2º.Em relação à tais lotes, deverá incidir hipoteca especial em favor do Município, onde somente será determinada a respectiva baixa, assim que houver a verificação da conclusão da infraestrutura.

Parágrafo único. Poderão eventuais lotes serem substituídos, desde que demonstrada de modo fundamentada as razões para tanto.

Art. 3º. Caso as obras não sejam concluídas no prazo anteriormente assinalado no termo de compromisso, os proprietários deverão arcar com multa no importe de 30% (trinta por cento) do importe despendido pela Administração Municipal para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo-se cópia do presente, ser encaminhado ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, com respectiva firma reconhecida dos proprietários dos imóveis indicados nos incisos do art. 1º.

Xaxim, 11 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

De acordo:

Carlos Alberto Rosa - CPF nº 479.787.169-53 Dalva Inês G. da Rosa - CPF nº 346.247.599-15  
Desmembrador (reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)Desmembrador (reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)

David Mocelin - CPF nº 368.819.379-20 Helena C. de R. Mocelin - CPF nº 512.775.659-53  
Desmembrador (reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)Desmembrador

(reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)

Ricardo F. Roman - CPF nº 194.823.299-53 Ledi D. Roman - CPF nº 251.212.789-34

Desmembrador (reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)Desmembrador (reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)

Odacir Ceratto - CPF nº 501.805.099-34 RosemeriChiesaCeratto - CPF nº 521.910.819-04

Desmembrador (reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)Desmembrador (reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)

EdenilsonMucelin - CPF nº 479.788.309-00 Rosane C. Mucelin - CPF nº 609.493.179-34

Desmembrador (reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)Desmembrador (reconhecer e ass. a 1ª pág. tb.)

### DECRETO 452

DECRETO Nº. 452/2014.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 17 de novembro de 2014, a servidora municipal RACELI ROTAVA, ocupante do cargo comissionado de COORDENADOR DE UNIDADE DE SAUDE, portadora da matrícula 6321, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

### AVISO DE CONCORRENCIA 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 009/2014

PROCESSO LICITATÓRIO 206/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Concorrência Pública n. 009/2014, até às 08h45min do dia 19 de dezembro de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a Alienação ad corpus de 01 (um) bem imóvel urbano, com área total de novecentos metros quadrados, conforme descrição completa no edital, autorizada pela Lei Municipal n. 4004/2014. Tipo maior oferta, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada,

e Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, e no que couber as demais legislações aplicáveis. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 17 de novembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

#### **AVISO DE DISPENSA 054 - SOCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa nº 054/2014 - Processo Licitatório n. 205/2014.

Objeto: Aquisição de produtos e materiais para manutenção do programa oficina da beleza da secretaria da Assistência Social - CEACA.

Contratado: CATIANE PRIMON

CNPJ: 17.913.832/0001-00

Valor: 6.942,35 (seis mil novecentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

Fundamentação Legal: Lei 8666/93 art. 24 inciso II e alterações posteriores.

Xaxim SC, 17 de novembro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

## **Zortéa**

### **PREFEITURA**

#### **EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 003/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ZORTÉA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0048/2014 - PMZ

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade nº 003/2014 - PMZ

O Prefeito Municipal de Zortéa, Paulo José Francescki, torna público que ratificou o ato do Senhor Flávio Rodrigues de Lima, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do Caput do Artigo 25, da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para Aquisição de um (01) Ônibus Rural - Escolar no valor de R\$ 244.500,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em adesão ao Programa Plano de Ações Articuladas - PAR nº 201301542/2013, de acordo com a Ata de Registro de Preços nº 020/2014 - FNDE - Pregão Eletrônico nº 063/2013, em favor da Empresa MAN LATIN AMERICA IND. E COM. DE VEÍCULOS LTDA.

Zortéa (SC), 17 de Novembro de 2014.

Paulo José Francescki

Prefeito Municipal



## Associações

### AMMVI

#### ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA LICITAÇÃO 08/2014

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA LICITAÇÃO: CONVITE Nº 08/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, COM MÃO-DE-OBRA INCLUINDO REMOÇÃO DE APARELHOS EXISTENTES NA AREA INTERNA DA SEDE DA AMMVI, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos dezessete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze (17/11/2014), às nove horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão pública para abertura do envelope de proposta da Licitação nº 08/2014.

Aberta a sessão e registrado que não houve interposição de recurso em relação a inabilitação da empresa ATENA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME - CNPJ nº 12.510.074/0001-57, restando como única habilitada e apta a participar da fase de proposta a empresa TECNOPONTO LTDA - EPP, CNPJ nº 00.897.750/0001-08, foi também consignado que está sendo mantido o certame em razão da urgência na aquisição para fins de instalação e uso dos espaços físicos a que se destinam, bem como frente a amplitude de divulgação adotada pela AMMVI e o manifesto desinteresse de outros fornecedores, fato que não assegura maior participação e/ou competitividade no caso de repetição da licitação.

Diante disso, passou-se a abertura e rubrica da proposta da licitante TECNOPONTO LTDA - EPP, verificando-se que a mesma totaliza R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), a qual será objeto de análise e verificação de conformidade, para posterior julgamento. Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação da licitante a respeito do julgamento da proposta via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelo membros da Comissão de Licitações.

Blumenau, 17 de Novembro de 2014.

Luiz Claudio Kades Presidente	Vanessa Cristina de Souza Secretária	Beatriz Padilha Membro
----------------------------------	---	---------------------------

#### ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO 09/2014

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO: CONVITE Nº 09/2014

OBJETO: Prestação de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos para rede de dados e telefonia da sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze (17/11/2014), às nove horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão pública para abertura da Licitação nº 09/2014, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou o recebimento de envelopes de apenas uma licitante (ADAPSAT SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO DE

EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E COMERCIO LTDA - EPP, CNPJ nº 01.067.700/0001-66), que se faz representar na sessão pelo Sr. Rafael Tomio de Azevedo - CPF nº 901.383.929-00.

Assim, passou-se a fase de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação da licitante, os quais foram confrontados com as exigências do Instrumento Convocatório e submetidos à rubrica dos membros da Comissão de Licitações.

A seguir a Comissão de Licitações deliberou sobre os documentos, decidindo pela habilitação da licitante, destacando-se que a empresa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, portanto com aplicação dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06.

Inexistindo inabilitado, e mostrando-se inócuo a observância de prazo recursal, foi dado seguimento aos trabalhos, procedendo-se a abertura do envelope de nº 02, sendo a proposta comercial submetida à rubrica dos membros da Comissão de Licitação.

Após, o Presidente da Comissão de Licitações comunicou que será analisada a proposta e divulgado seu julgamento, na forma da lei. Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante a respeito das deliberações acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 17 de novembro de 2014.

Luiz Claudio Kades Presidente	Vanessa Cristina de Souza Secretária	Beatriz Padilha Membro
----------------------------------	---	---------------------------

### FECAM

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2014 – COSASC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2014 - Colegiado dos Secretários Municipais de Agricultura de Santa Catarina - COSASC

O presidente do Colegiado dos Secretários Municipais de Agricultura de Santa Catarina - COSASC, Ruimar Scortegagna no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 26 de novembro de 2014.

Hora: 13h30min às 17h00min.

Local: Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, Centro - Lages/SC - CEP: 88.501-050. Tel.: (49) 3224-4800. Auditório da Associação de Municípios da Região Serrana (AMURES).

Ordem do dia:

1. Eleição e Posse da nova Diretoria do COSASC;
2. Apresentação do relatório do 6º Seminário Estadual da Agricultura realizado em Rio do Sul;
3. Indicação de Assuntos Prioritários e preparação de uma agenda de trabalho para 2015-2016;
4. Apresentação do Novo Fórum do COSASC, e
5. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 17 de novembro de 2014.

RUIMAR SCORTEGAGNA  
Presidente do COSASC

# Consórcios

## AGIR

### DECISÃO FINAL PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014 - AGIR DECISÃO FINAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014.

**OBJETO:** Averiguação do reajuste da tarifa de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os derivados do serviço de saúde no município de Guabiruba, sem prévio envio de pleito de apreciação pela Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR.

**SOLICITANTE:** Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR.

**INTERESSADOS:** Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o município de Guabiruba.

Relatório e decisão final:

A Agência de ofício instaurou o Procedimento Administrativo nº 006/2014 com o intuito de apurar eventual omissão, por parte da Concessionária, de algumas obrigações previstas na Lei nº 11.445/2007, em especial o artigo 39 caput e parágrafo único. A agência entendeu, conforme a decisão prolatada em 24.07.2014, que efetivamente ocorreram tais omissões e por isso decidiu que a Concessionária deveria cumprir medidas de ordem econômica com o objetivo de ressarcir os usuários. Quanto a apresentação de fatura/carnê que é utilizado para a arrecadação das tarifas, esta foi apresentada juntamente com a manifestação de 22.07.2014, recebida no dia 23.07.2014, ou seja, dentro do prazo concedida para essa manifestação.

Adota-se como parte integrante desta decisão, o relatório anterior, em parte, para fundamentar as argumentações e a decisão.

Em suas razões de inconformidade a concessionária afirma que a cobrança da nova tarifa deu-se tão somente a partir do dia 10.02.2014, apresentando cópia de um boleto bancário. Necessária, contudo uma interpretação restrita do art. 39, caput, da lei nº 11.445/2007 que dispõe: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação". (nosso grifo).

Daí pode e deve-se concluir smj. que a publicidade deve atentar ao prazo de 30 (trinta) dias, ou seja entre a data da publicação e a efetiva aplicação. Aceitando como já o foi dito que a data de 09.12.2013 foi a data da publicitação dos valores das novas tarifas, a aplicação deste novo índice não poderia ser antes do dia 08 de janeiro de 2014. Como dito e como visto no boleto, o novo percentual foi aplicado já a partir do dia 01 de janeiro de 2014 com o seu vencimento para o dia 10 de fevereiro de 2015. Por isso não pode ser aceita e nem reconhecida a tese de que em função da data do vencimento (10.02.2014), houve o cumprimento do dispositivo legal acima citado. Por essa razão e diante dos fatos e documentos conclui-se que não foi observado o prazo do art. 39, caput, da Lei 11.445/2007. Já em relação ao cumprimento do parágrafo único do referido art. 39, esse assim dispõe: "Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer à modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados".

É necessário, nesta situação, atentar-se que a agência não dispõe, até a presente data, o assunto normatizado, ou seja, em relação aos resíduos sólidos ainda não ocorreu a imposição de regras de

regulação que devem ser observadas. Porém, como se trata de uma concessão pública, cabe sempre à concessionária divulgar com clareza e precisão os valores cobrados e a composição tarifária. Apenas à título de ilustração, a agência sobre esse assunto já possui o tema normatizado como pode ser visto na Resolução Normativa nº 001, de 30 de agosto de 2013, mais precisamente em seu art. 119, incisos I à XVIII, (<http://www.agir.sc.gov.br/normas-de-regulacao>) que detalha quais os elementos devem fazer parte da fatura, isso no caso da água e do esgoto. Em face da situação vigente a cobrança através de boleto bancário, conforme a amostra disponibilizada é aceita e não pode, por hora ser objeto de qualquer ação regulatória.

Mesmo assim, a agência recomenda que a concessionária comece a se preparar para em futuro próximo oferecer aos usuários as informações mínimas dos valores cobrados além de outras informações que ainda serão objeto de consultas e audiências públicas. Resta ainda analisar o não envio do pedido de reajuste anual para a apreciação e manifestação desta agência, obrigação maior e indelegável da concessionária. Também esse pedido, no caso em tela e somente neste, deve ser visto como uma ação excepcional a forma de como transcorreu, tendo em vista que era primeira oportunidade que tal ação seria necessária ante da existência já regular da agência reguladora.

Por isso deve ser entendido que não há como exigir um procedimento por parte da concessionária, se não existam regras e/ou orientações específicas como agir no caso em tela. E como já dito anteriormente, também aqui só cabe a recomendação de que os documentos para o reajuste sejam encaminhados em tempo e hora oportunos para que os prazos possam ser cumpridos de parte a parte.

Acolhendo, em parte os argumentos apresentados pela Concessionária, a Direção Geral, através do subscritor desta decisão, DECIDE, por entender que restou não cumprido na integralidade o prazo entre a publicação (09.12.2013) da nova tarifa referente o ano fiscal de 2014 e a sua efetiva aplicação (jan/2014), DETERMINAR que a Concessionária, no decorrer do ano de 2015 promova uma campanha educacional em todos os educandários da rede de ensino do município de Guabiruba/SC, no sentido de levar aos estudantes os conhecimentos sobre saneamento básico na área dos resíduos sólidos.

Antes de iniciar referida campanha, deverá ser encaminhada cópia do projeto e do material, informando o cronograma com datas e locais além dos custos detalhados, adiantando que tais custos não poderão ser computados para qualquer efeito de reajuste e/ou revisões futuras, bem como deverão ser compatíveis com o valor arrecadado a maior no período entre 01.01.2014 e 08.01.2014, os quais deverão ser demonstrados juntamente com o projeto ora requerido.

Essa campanha poderá ser realizada de modo isolado ou ainda através de convênios e/ou acordos com terceiros interessados.

Intime-se desta decisão a concessionária e o município de Guabiruba.

Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso desta decisão, em assim querendo, a ser encaminhado para a Presidente do Comitê de Regulação, Sra. Maria de Fátima Martins para apreciação naquele colegiado.

Essa a decisão.

Blumenau (SC), em 12 de novembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

**CIMVI****CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DAS INSCRIÇÕES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - INSCRIÇÕES

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI torna pública a relação das inscrições homologadas provisoriamente e aquelas indeferidas para o Concurso Público nº 01/2014, como segue:

**I - Para o emprego de Agente Administrativo:**

Candidato(a)	Inscrição	CPF	Situação
Adriana Juceli Cattoni	021	078.775.689-08	Indeferida
Adriane Martins Do Nascimento	126	010.338.892-37	Indeferida
adriano feuzer leal	182	059.356.159-75	Indeferida
Alan Giovani Zanelatto	103	090.277.489-18	Indeferida
Alex Schiestl	115	073.849.329-55	Indeferida
Aline Christina Brehmer	209	071.869.879-74	Homologado
Aline Miyuki ui	177	058.257.379-36	Homologado
ANA CLAUDIA POFFO	069	071.760.639-23	Indeferida
Ana Lygia Panoch	098	008.687.539-63	Indeferida
Ana Paula Siqueira Haupt	004	064.112.969-60	Homologado
Andréa Carla Paulino de Brito Francelino	045	049.368.284-83	Indeferida
ANDRESSA DOS SANTOS PRESOTTO DE SOUZA	025	009.622.689-76	Indeferida
andrey rogerio abreu	223	045.845.969-05	Homologado
Aniela Tachini	034	047.028.669-58	Indeferida
ARIANE CRISTINA PE-REIRA	122	064.707.589-08	Indeferida
atena daiana schneider ferla	012	048.283.939-27	Homologado
BÁRBARA CRISTINE SALVADOR CAMPESTRINI	007	004.287.399-11	Homologado
Barbara Hochheim	112	047.525.739-11	Indeferida
Beatriz joazeiro gomes de Jesus	174	099.184.577-32	Homologado
Beatriz Padilha	010	003.577.259-05	Homologado
Bianca Karinia Darius	192	027.044.919-17	Homologado
Bruna Litera Ferrão	020	068.796.179-30	Indeferida
bruna Possamai	229	079.615.989-01	Indeferida
Camila Korz	023	091.369.569-61	Indeferida
Carlos Cristiano de Oliveira	162	053.990.819-38	Indeferida
Carlos Eduardo Alfarth	146	088.995.789-40	Indeferida
Carlos Eduardo Erckmann	134	072.082.889-92	Indeferida
CARLOS HENRIQUE BORCHARDT	118	712.995.489-20	Indeferida
CAROLINE DENK DA SILVA	168	070.562.359-99	Indeferida
cecilia ageitos mendes	228	014.240.810-76	Indeferida
CÉLIO DE SOUZA	214	037.570.229-63	Homologado
CHARLES HENRIQUE SCHUSTER	071	057.770.619-58	Homologado
Claudiamara da Luz	102	082.799.729-94	Indeferida
Cleonir Felippi	180	041.225.139-60	Homologado
Cleverton Fachini	064	061.307.179-46	Indeferida
cristiane xavier luiz	079	046.229.909-03	Indeferida

Daiana Cristina da Silva	231	066.493.319-02	Indeferida
DANIELA CHARLENE ANDERLE	075	064.175.379-94	Indeferida
DANIELA VALER DE OLIVEIRA SLOMP	022	041.595.599-80	Indeferida
davi prestes borges	205	036.469.979-58	Indeferida
DAYANE SILVA GAMA	041	035.239.103-07	Indeferida
Deise Flores	129	005.872.749-30	Homologado
Denis Miketio Valenga	198	060.301.249-35	Homologado
Desirée Maier Pellin	123	076.894.399-00	Indeferida
Diane Rodrigues Silveira	193	010.089.809-27	Indeferida
Diogo Martins Rosa	221	089.913.699-01	Indeferida
Dyones Rodrigo Ferreira	215	056.508.129-26	Homologado
Eduardo Mueller	120	044.298.629-74	Indeferida
Elisandra Guedes Inhaia	119	091.306.909-43	Indeferida
Elizabete Steinhofel Geyer	114	880.385.729-04	Indeferida
Elizangela Elaine Montanha	147	058.125.079-61	Homologado
elton felipe furlani lopes	140	078.707.389-05	Homologado
EVERTON ADRIANO FERREIRA DE SOUZA	077	076.838.249-17	Homologado
FABIANE KRUMREICH SIEFERT	085	020.623.610-76	Indeferida
fabiano luiz seguetto	110	970.697.109-25	Indeferida
Felipe Anderson França	172	084.029.779-36	Homologado
FELIPE HENRIQUE DE MORAES	054	083.545.659-55	Homologado
Felipe Maciel de Carvalho	066	075.285.279-55	Homologado
Fernando Berkenbrock	094	088.201.299-14	Homologado
FERNANDO HORN BATISTA	220	041.034.339-06	Homologado
FLÁVIO BITTENCOURT	015	380.618.569-72	Indeferida
GIANCARLO DA SILVA ROCHA	090	004.906.599-85	Homologado
GILMARA LUCIANO	032	044.856.239-12	Homologado
GIOVANI KULPA	159	072.556.129-70	Homologado
Glaucia Pereira Palma	100	039.686.201-27	Indeferida
GRAZIELA LARGURA	082	007.726.419-35	Homologado
Grégore Finco de Souza	225	069.249.989-09	Indeferida
Guilherme Augusto Tomaselli	143	079.445.069-56	Indeferida
Gustavo Celant Roedel	108	048.327.969-25	Indeferida
Gustavo dos Santos Teixeira	116	093.810.549-32	Indeferida
HELDER RODRIGUES DA SILVA	036	057.307.119-56	Indeferida
HUGO LEONARDO TUCKUMANTEL	058	323.843.918-95	Homologado
humberto carlos frnandes	139	651.373.109-72	Homologado
IANKA GABRIELLA STREY	076	101.235.229-35	Indeferida
Jairo Ossoski Belli	006	078.662.519-83	Indeferida
James Schmitt	185	648.520.169-68	Homologado
Jamylle Cardoso da Silva	062	076.046.329-80	Indeferida
Janaina De Tofol Ruas	189	765.132.709-87	Indeferida
Jaqueline Pedrassani Tyska	028	063.422.119-14	Indeferida
JAQUELINE SIEBERT	096	043.452.949-40	Indeferida
Jêñifer Alana Mora	208	066.194.429-86	Homologado
Jéssica Aline Mora	083	066.194.439-58	Homologado



Jéssica Andressa Krauss	011	095.960.059-01	Indeferida
Jéssica Gazola	065	078.273.229-13	Homologado
João Batista Ramos	047	067.693.509-55	Indeferida
João Gazola	219	330.951.240-15	Indeferida
João Rafael Balkoski	153	065.215.529-45	Homologado
John Pierre Schubert	092	062.321.149-14	Homologado
JOICE HELENE PASSOLD	211	043.979.359-98	Homologado
jonatha aleixo pereira	184	009.593.469-37	Homologado
José Augusto Jesus de Sá	001	090.073.599-67	Indeferida
Jose Carlos de Souza	053	039.767.816-90	Indeferida
Júlia Weber	109	082.687.049-00	Homologado
Juliana Clara De Oliveira Machado	107	098.304.099-02	Indeferida
kerly christina kurth limas	019	989.361.159-87	Indeferida
Larissa Meri Schaefer Bertin	160	046.433.619-80	Indeferida
lenio mauro de souza	197	008.157.779-65	Homologado
Leticia Tomaselli	037	072.397.209-50	Indeferida
Lourenço de Albuquerque Martins	050	005.468.409-90	Homologado
Luana da Silva	157	011.768.269-13	Homologado
Luane Rita Raduenz	124	065.046.849-01	Indeferida
Lucas Costa de souza	105	030.242.490-36	Indeferida
LUCAS PAOLO PELLIN	173	091.920.129-65	Homologado
Luciana Cipriani kostetzer	127	947.597.749-04	Indeferida
Luciana Pasqualini	060	004.581.269-18	Homologado
LUCIANA SOUZA SANTOS	078	390.651.128-63	Indeferida
Luciane Bernardino	040	029.730.029-66	Homologado
Luciano Schneider	117	902.425.059-53	Homologado
Maira Aline Weiss	067	068.886.439-21	Indeferida
Manoel Gilmar Ribeiro	029	448.332.029-72	Indeferida
Manuela Simão Schaefer	048	069.632.579-90	Homologado
MARCELO ALCEU AMARO CAVALHEIRO GADOTTI	148	006.077.419-37	Homologado
Marcelo Reinert	227	781.212.219-00	Homologado
Marcilene Lunardi	121	083.720.999-44	Indeferida
marcio ricardo pereira	055	026.494.049-06	Indeferida
MARCOS DA ROCHA	039	071.920.559-05	Homologado
MARCOS MOREIRA DE SOUZA	027	020.549.849-30	Indeferida
Maria Ireni Lugo Gazola	166	376.377.380-00	Indeferida
MARIA PAULA BARBOSA PEREIRA	044	040.063.969-61	Indeferida
Maria Sueli Herminio	179	680.256.029-15	Homologado
MariniceCoelho da Silva	199	017.037.939-60	Indeferida
Marlon Luiz Schwirkoski	145	004.241.789-90	Homologado
Matheus Norenberg da Luz	165	062.539.499-26	Homologado
Matheus Vinicius Rosar	217	011.425.929-10	Homologado
Mayck Ribeiro Américo	203	039.725.431-82	Indeferida
Mayla Fabiane Batista	043	091.165.869-64	Indeferida
Meriellen Heiden	202	067.821.829-39	Homologado
MICHELE SABINE KRAUSE	128	048.985.789-26	Indeferida
Monica Slomp Sevegnani	196	045.094.409-36	Homologado
Natália França Ramos	195	049.911.559-75	Homologado
Nikolas Derro Gomes	186	085.433.739-30	Homologado

PATRICIA BARBARESCO	061	095.555.009-24	Homologado
Pedro Guilherme Possamai Maria	095	082.282.739-59	Indeferida
Pedro Henrique de Castro Teixeira	084	078.194.459-71	Indeferida
PRISCILA BASEGGIO	161	069.796.959-24	Indeferida
Priscila Guimarães Azevedo	057	020.078.225-80	Homologado
RAFAEL BRASIL	181	055.248.289-75	Indeferida
Rafael Meurer	113	091.062.499-22	Indeferida
Rafael Ramon Sarda	154	042.035.379-83	Homologado
rafaela jaqueline loth bernardi	059	037.208.479-69	Homologado
Raquel Sell Heck	005	050.903.469-17	Indeferida
Reinaldo Augusto Schroeder Filho	156	750.595.509-82	Homologado
Renata Silvério de Souza	163	068.251.599-09	Indeferida
Rodrigo da Silva Mendes	206	093.620.859-76	Indeferida
Rodrigo Rafael Giovanella	149	005.992.759-36	Homologado
Rômulo Pércles Furtado	141	901.933.429-87	Homologado
Samuel Henrique Wipprich	111	069.945.539-14	Indeferida
Sheila Pieritz Britto	039	044.099.249-40	Homologado
Susane Reuter Kopp	125	988.550.269-68	Indeferida
Taiane Beluco Antunes	207	086.748.069-61	Indeferida
TANARA CRISTINA DOS SANTOS	164	072.428.619-50	Homologado
TATYANE SANI PRESTES BORGES	087	005.487.499-81	Homologado
TIAGO HENRIQUE PEREIRA	218	009.267.859-90	Indeferida
VERIDIANA ZIELINSKI SALVADOR	176	096.253.259-21	Homologado
Victor de oliveira soares	101	123.778.197-37	Indeferida
VILSON PIOVEZAN	074	774.010.509-00	Homologado
Virley Silveira Buba	024	250.425.059-20	Indeferida
VITOR ZZES	188	106.748.199-00	Indeferida
Viviana Romilda Wüerz	133	016.758.059-03	Homologado
VIVIANE LARA	014	033.678.389-26	Homologado
Wender Ribeiro	135	282.326.688-73	Homologado
WILLIAN ARNDT	178	064.305.199-61	Homologado

## II - Para o emprego de Engenheiro Químico:

Candidato(a)	Inscrição	CPF	Situação
Alexandre Pavanati	142	025.782.869-90	Homologado
Alonso Ehler	212	066.474.779-50	Homologado
Ana Katiuce Fellenberg	224	025.153.970-93	Indeferida
Ana Lucia Twardowsky Ramalho do Vale	210	022.522.899-88	Homologado
Anderson Moreno	201	085.179.119-03	Homologado
Anderson Negherbon	158	041.875.089-02	Homologado
André Felipe Lopes	038	071.747.959-51	Indeferida
André Moro da Silva	222	043.293.839-77	Homologado
Andre Persuhn Duwe	171	004.948.659-46	Homologado
Angélica Maria Benedetti	175	069.883.359-78	Homologado
Ariana Aparecida Rothermel	191	041.815.589-59	Homologado
Arthur Travalloni Louvisse	136	140.179.637-06	Homologado

BERNARDO ZIMMER-MANN	056	009.783.640-07	Homologado
Bruna Favassa Chiot	080	066.910.529-51	Indeferida
Camila	194	005.404.350-66	Homologado
CARINA STAHNKE	150	066.281.069-42	Homologado
Caroline Poffo	152	071.097.109-55	Homologado
Danubia Carina Crespi	073	041.054.589-90	Indeferida
Débora Bahr Bollmann	097	069.282.849-43	Indeferida
Débora Kloeckner Machado	137	005.905.740-86	Homologado
Diane Rodrigues Silveira	104	010.089.809-27	Homologado
Drielle Justiniano de Souza	138	072.656.949-61	Indeferida
Edson Piske	009	896.340.559-15	Homologado
Eduardo Cezario Bieus	183	064.261.859-30	Homologado
Eduardo Rosene Melo	070	076.483.999-38	Homologado
EMERSON ANDRADE FELIX DA SILVA	204	037.244.539-06	Homologado
Eric Scherer da Silveira	051	013.933.620-60	Homologado
Fabiana Andréa Garcia de Magalhães	013	918.905.190-49	Indeferida
Fabício Simon Marrrtins	049	937.273.720-87	Indeferida
Felipe Paloschi Schmitz	008	071.057.949-76	Homologado
Fernanda de Oliveira	200	083.613.749-30	Indeferida
Fernando Batista de Barros Linares	093	054.458.889-40	Homologado
Francis Pierre de França	089	015.152.819-57	Homologado
Gerson Cesar Gosnçalves Junior	068	250.712.638-82	Indeferida
Gerson Luis Guebert	131	651.637.459-72	Homologado
Gilson Padaratz	081	560.056.019-20	Homologado
Giovani Renato Zonta	155	049.402.719-35	Homologado
GUILHERME PEDRO BOM TRANCOSO	226	040.823.599-31	Homologado
Hellen Katarine Rosa Moreira	213	014.470.872-83	Indeferida
Jean Carlos Kahl	106	004.903.419-77	Indeferida
João Batista Ramos	046	067.693.509-55	Homologado
João Pedro Missias Santos e Santos	088	062.248.439-70	Homologado
Jose Carlos de Souza	052	039.767.816-90	Indeferida
José Ferreira Filho	167	461.146.026-68	Homologado
Kassyara Evelyn Costa	144	064.732.049-54	Homologado
Klaus Peter Schlei	132	067.069.019-89	Homologado
Kleber Serrão Franco	018	301.772.148-56	Homologado
Larissa Marcelli Silveira Vigo	021	892.808.659-00	Homologado
Leda Gabriela Ardiles	230	064.336.969-45	Indeferida
Louise Amanda Kuhl	170	074.416.319-63	Homologado
Lucile Cecília Peruzzo	187	907.723.429-20	Homologado
Luis Fernando Konkewicz Stramari	016	065.095.879-98	Indeferida
Luiz Fernando Keller	099	065.393.229-41	Indeferida
Luiza Rigo Dalmina	169	053.411.179-30	Indeferida
Maiara Goulart Medeiros	030	053.248.499-10	Homologado
Maicon Juliano Franzen Lopes	017	050.906.479-50	Homologado
Marco Antonio Polidoro	033	074.653.249-04	Homologado

Mariana Alexandre Zaboenco	091	350.970.148-80	Indeferida
Mario Augusto de Si-queira	130	802.537.849-72	Homologado
mauro jaeger	190	536.247.000-06	Homologado
PRISCILA EMMANUELLA TESKE	086	068.862.919-98	Indeferida
ROSANGELA OSORIO SOKOLOWSKI	026	744.288.969-72	Indeferida
Tamires Emergente	216	062.194.809-88	Homologado
Tatiana Ramos Pacioni	035	338.196.578-60	Indeferida
Vanessa Gularte Sias	232	008.930.049-10	Indeferida
Vânia de Oliveira Alves	031	364.510.098-90	Indeferida
Vinicius de Melo Guimaraes	151	048.767.659-95	Homologado

Os candidatos que formalizaram sua inscrição e não constam da relação acima e/ou tiveram sua inscrição indeferida (não homologada), quer seja por falta de pagamento do preço público respectivo ou não confirmação bancária deste ou, ainda, pela incorreção do procedimento feito pelo candidato, poderá fazer uso do prazo estabelecido (dois dias úteis) para protocolar recurso, devidamente instruído com os comprovantes da inscrição e do pagamento do valor fixado, pedindo reconsideração do indeferimento.

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CIMVI, na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 459, 1º andar, sala "04", centro, esquina com a Rua Estados Unidos, na cidade de Timbó - SC, Fone (47) 3382-6811, e na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800, na home page do CIMVI ([www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br)) e da AMMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)) e no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br).

Timbó, em 17 de Novembro de 2014.  
Hartwig Persuhn  
Presidente do CIMVI

Valter Conrado Araujo  
Diretor Executivo do CIMVI

**CIS/AMARP****RESOLUÇÃO Nº 46/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP  
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.  
http://www.amarp.org.br cis@amarp.org.br

**Resolução nº 46/2014**

Euzébio Calisto Viecei, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam Incluídos na tabela CIS-AMARP, em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, os procedimentos a seguir:

MAMOGRAFIA	CÓD. (*)	CIS
LAUDO EXAME DE MAMOGRAFIA BILATERAL	9016279	30,00

(\*) Código próprio CIS/AMARP

Art. 2º Laudo para exame de mamografia realizado em mamógrafo próprio dos municípios consorciados.

Art. 3º Este procedimento em nada altera o procedimento denominado mamografia, no qual o laudo faz parte do exame.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC Diário Oficial do Municípios de Santa Catarina.

Videira, 17 de Novembro de 2014.  
EUZÉBIO CALISTO VIECEI  
Presidente CIS-AMARP

**CIS/AMMVI****CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DAS INSCRIÇÕES**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014  
HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DAS INSCRIÇÕES

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI torna pública a relação das inscrições homologadas provisoriamente e aquelas indeferidas para o Concurso Público nº 01/2014, como segue:

**1. DAS INSCRIÇÕES - AGENTE ADMINISTRATIVO:**

NOME DO(A) CANDIDATO(A)	Inscrição	CPF	Situação
ADAIANE SOUZA ZATTI	180	012.908.720-31	Homologado
ADEMIR SÉRGIO DE SOUZA FILHO	301	004.945.819-13	Indeferida
ADRIANA ARNOLD VARELA	197	803.184.449-68	Indeferida
ADRIANA DALAGO PEREIRA	109	023.857.889-50	Indeferida
ADRIANA DEMARCH	110	080.177.879-44	Homologado
AISLAN FERREIRA	141	014.550.964-82	Indeferida

ALDO SIMÃO FERNANDES JUNIOR	49	010.030.939-90	Indeferida
ALESSON DE MORAES	138	043.081.019-99	Indeferida
ALEX MIRANDA NACER	276	876.310.671-04	Homologado
ALEX SCHIESTL	45	073.849.329-55	Indeferida
ALEX SCHIESTL	184	073.849.329-55	Indeferida
ALEXANDRE LESKI	295	022.801.239-24	Indeferida
ALEXANDRE LUIS AGNES	279	998.754.110-00	Indeferida
ALEXSSANDER DE PIN	99	035.060.089-94	Homologado
ALINE BOEING	124	008.038.139-10	Homologado
ALINE CHRISTINA BREHMER	105	071.869.879-74	Indeferida
ALINE MIYUKI UI	247	058.257.379-36	Homologado
ALZIRO RAMOS DE OLIVEIRA JUNIOR	323	023.734.250-25	Indeferida
ANA CAROLINA HOFFMANN	71	077.310.759-23	Indeferida
ANA CAROLINA MARTINS	94	101.067.429-30	Indeferida
ANA CAROLINA SIEWERDT	319	085.408.339-13	Indeferida
ANA KATIUCE FELLEBERG	324	025.153.970-93	Homologado
ANA LYGIA PANOCH	143	008.687.539-63	Indeferida
ANA MARIA DE ALMEIDA	213	073.701.769-40	Indeferida
ANA PAULA SIQUEIRA HAUPT	8	064.112.969-60	Homologado
ANDERSON FELIPE VOLANTE MARQUES	193	831.521.130-72	Homologado
ANDERSON LUIS SALAZAR JARDIM	210	958.994.480-91	Indeferida
ANDRE BURINI	305	049.585.069-18	Homologado
ANDRÉ FELIPE SILVA	209	075.843.389-17	Indeferida
ANDRE LUIZ CARDOSO DA SILVA	92	060.350.019-63	Homologado
ANDRÉA CARLA PAULINO DE BRITO FRANCELINO	51	049.368.284-83	Indeferida
ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA	227	054.822.989-90	Homologado
ANDREY ROGERIO ABREU	314	045.845.969-05	Homologado
ANE CRISTINE KILPP ROCHA	159	988.299.209-91	Homologado
ANIELA TACHINI	13	047.028.669-58	Homologado
ANIELLE DE LOURDES POSSIDÔNIO FERRAZ	23	948.348.902-44	Indeferida
ANTHONIA DA SILVEIRA	153	059.871.859-12	Homologado
ARIANE HAHN BIAZUS	191	045.228.569-03	Indeferida
ATENA DAIANA SCHNEIDER FERLA	27	048.283.939-27	Homologado
BEATRIZ PADILHA	7	003.577.259-05	Homologado
BIANCA BOTELHO LEITE	205	086.022.384-10	Indeferida
BIANCA R. SCHADRACK	288	050.269.069-07	Homologado
BRUNA FERREIRA DA ROCHA	76	090.882.819-55	Homologado
BRUNA TAMBANI	118	098.673.079-33	Indeferida
BRUNO SCHMITT	98	050.634.409-67	Homologado
BRUNO ZABEL MORAES	37	064.947.099-07	Indeferida
CAMILA KORZ	31	091.369.569-61	Indeferida
CAMILA MAYARA PEREIRA	116	085.573.459-09	Homologado
CAMILA SANTIAGO SHIGUEMOTO	123	009.209.339-63	Homologado
CARLA LUIZA BARTHEL	224	047.771.799-31	Homologado

CARLA SHAIANA CACILHA	286	064.136.739-23	Cancelada
CARLOS CRISTIANO DE OLIVEIRA	60	053.990.819-38	Indeferida
CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA	265	049.018.569-01	Homologado
CARLOS RUECKL	264	827.720.299-72	Homologado
CAROLINA DE FARIA	113	030.540.699-07	Homologado
CAROLINE CANOVA FRANCO	181	000.431.140-08	Homologado
CATHERINE DE MELO MEIRA	36	063.704.069-45	Indeferida
CECILIA AGEITOS MENDES	106	014.240.810-76	Indeferida
CÉLIO DE SOUZA	307	037.570.229-63	Homologado
CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR	33	935.666.119-72	Indeferida
CLAUDIO MORAES	30	042.893.848-54	Indeferida
CLAUDIO ODEBRECHT DOS SANTOS	293	222.857.179-20	Homologado
CLEITON DA LUZ	64	085.004.549-54	Indeferida
CLEONIR FELIPPI	257	041.225.139-60	Homologado
CLEUSA FELIPPI	267	030.544.339-94	Homologado
CRISTIANE ELISABETH TILLMANN	272	028.258.119-71	Homologado
CRISTIANE RACHADEL	101	080.381.459-33	Homologado
CRISTIANE ZIMMERMANN	135	901.637.109-53	Indeferida
DAIANE DA SILVA CARDOSO	132	071.734.229-81	Indeferida
DAIANE FALEIRO DA SILVA	1	017.160.360-54	Homologado
DANIEL CARDOSO CÂMARA	243	044.187.225-56	Homologado
DANIEL DA SILVA	274	044.234.519-48	Homologado
DANIEL FERNANDO KÜSTNER	85	086.014.119-59	Homologado
DANIELA CHARLENE ANDERLE	95	064.175.379-94	Indeferida
DANIELA ESTER VILMA SALES FLORINDO	82	079.220.209-02	Indeferida
DANIELE PASOLD DIAS	200	040.083.779-05	Homologado
DANIELLA DE SOUZA MARTINS	228	066.186.539-83	Homologado
DANIELLE KRICINSKI CORRÊA CUGIK	130	057.592.679-14	Indeferida
DANYELLA DE ASSIS	47	059.671.729-63	Indeferida
DAVI PRESTES BORGES	291	036.469.979-58	Indeferida
DEBORA CRISTIANE DE ASSIS	56	046.419.529-22	Homologado
DEBORA LUIZA BERTOLDI	188	058.399.239-07	Homologado
DESIRÉE CRISTINA TERRES	112	077.267.629-18	Indeferida
DESIRÉE MAIER PELLIN	176	076.894.399-00	Indeferida
DIEGO FRANCISCO CARVALHO DA COSTA	244	846.043.101-06	Homologado
DIEGO SOTILE GRZYBOWSKI	309	010.586.230-44	Homologado
DOUGLAS DINIZ BELEZA	239	007.377.199-66	Homologado
DULCINEIA BAEHR ANDRE	111	902.209.519-34	Indeferida
DYEGO CRUZ LIMA	59	828.661.201-91	Homologado
EDIS MARIA DA SILVA	154	047.625.999-13	Indeferida
EDNA BURGEL	166	084.139.479-28	Indeferida
EDUARDA DIAS CARDOSO SANTIAGO	148	080.687.429-56	Indeferida

EDUARDO AUGUSTO LEMOS	233	084.384.019-61	Indeferida
ELENITA LOES	207	471.193.149-04	Indeferida
ELIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA GOES	140	948.136.719-34	Homologado
ELIARA RIBEIRO DE LIMA	77	031.049.679-97	Indeferida
ELISANDRA GUEDES INHAIA	169	091.306.909-43	Indeferida
ELISANGELA ARNOLD ALVES	260	832.969.489-53	Homologado
ELISIO PEDROSO JUNIOR	22	069.614.519-77	Indeferida
ELIZABETE STEINHOFEL GEYER	164	880.385.729-04	Indeferida
ERIKA CRISTINA MOREIRA SUFFREDINI	204	319.783.948-02	Homologado
EUGENIO FELIPE CAPRISTANO	266	079.825.959-01	Homologado
EVERTON ADRIANO FERREIRA DE SOUZA	91	076.838.249-17	Homologado
EWERTON YURI HERMES TEIXEIRA	167	064.414.389-41	Indeferida
FABIANA DENISE ERN	24	969.684.869-20	Homologado
FABIANA RAFAELA REINHOLD	165	032.507.019-98	Indeferida
FABIO NOGUEIRA KAFELTZ	296	042.649.049-51	Homologado
FABRICIO ROBERTO HAHNE	65	936.122.229-53	Homologado
FABRÍCIO SIMON MARTINS	68	937.273.720-87	Indeferida
FELIPE HENRIQUE DE MORAES	75	083.545.659-55	Homologado
FELIPE JAMAL KHLEIF HAWAMLEH	182	022.315.670-16	Indeferida
FELIPE MACIEL DE CARVALHO	86	075.285.279-55	Homologado
FERNANDA BADER	196	071.131.529-96	Indeferida
FERNANDA MARIA FERNANDES DA SILVA	273	051.281.819-36	Indeferida
FERNANDA REGINA RIFFEL	119	085.634.309-98	Homologado
FERNANDA SUERTEGARAY CADEMARTORI	232	967.943.720-53	Indeferida
FERNANDO BERKENBROCK	134	088.201.299-14	Homologado
FERNANDO HORN BATISTA	226	041.034.339-06	Indeferida
FERNANDO STEIMBACH	225	051.110.509-65	Homologado
FLAVIANE PIRES DOS SANTOS	125	063.297.629-29	Homologado
FLÁVIO BITTENCOURT	21	380.618.569-72	Homologado
FRANCIELE ANDRIOLLI	150	089.266.869-57	Indeferida
FRANCINE KUCHARSKI LANAU	136	001.800.460-12	Homologado
FRANCISCO WASHINGTON DO NASCIMENTO SANTOS	151	051.368.473-52	Homologado
GABRIEL HENRIQUE DA SILVA	290	096.166.609-93	Homologado
GABRIEL HENRIQUE GASPARIN	81	015.764.840-09	Indeferida
GABRIELA FERNANDA EDUARDO	52	061.830.829-61	Indeferida
GABRIELLI DE OLIVEIRA	157	068.300.869-22	Homologado
GEICE CRISTINA CORREA	216	075.533.379-94	Homologado
GIANCARLO DA SILVA ROCHA	128	004.906.599-85	Homologado



GILMAR LANG	283	746.994.669-15	Homologado
GILMARA LUCIANO	42	044.856.239-12	Homologado
GILNEI JOEL DAVID	142	803.062.179-53	Homologado
GIOVANI KULPA	223	072.556.129-70	Homologado
GLAUCIA PEREIRA PALMA	146	039.686.201-27	Indeferida
GRACE JENNIFER TRAUTMANN RATZMANN	43	636.640.203-59	Indeferida
GREICE REGINA FERRARI	201	082.425.669-76	Homologado
HENRIQUE ALBERTO ANTUNES STAHNKE	63	049.268.849-41	Homologado
HIAGO XAVIER CORDEIRO	240	105.840.926-36	Indeferida
HUGO LEONARDO TUCKUMANTEL	78	323.843.918-95	Homologado
INARJARA ROBERTA SALVADOR	186	072.169.969-33	Indeferida
ISLA FOLCHINI PEREIRA	212	047.734.429-13	Indeferida
ISOLETE SCHLICKMANN	137	049.269.129-02	Homologado
JAMES SCHMITT	261	648.520.169-68	Indeferida
JAMYLLE CARDOSO DA SILVA	66	076.046.329-80	Homologado
JAN CARLOS ZIMMERMANN	147	064.383.739-66	Indeferida
JANE MARIA DE SOUZA	17	077.842.869-96	Homologado
JANETA MIRANDA	115	019.552.199-40	Indeferida
JAQUELINE REGINA FRANCA	206	073.734.989-14	Homologado
JEAN CARLOS ANTONOWSKY	67	050.091.229-79	Homologado
JEAN CARLOS FERNANDES VITOR	189	081.014.169-86	Indeferida
JENIFFER KOPSCH	133	086.280.129-07	Homologado
JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA	32	010.133.089-80	Homologado
JESSICA CRISTINE DA SILVA	62	083.120.459-10	Homologado
JÉSSICA GAZOLA	83	078.273.229-13	Homologado
JESSICA KESKE	152	076.645.399-51	Homologado
JEYMSON RODRIGUES DE MATTOS	199	083.859.019-57	Indeferida
JOANNA REBELO DE OLIVEIRA	93	066.824.629-48	Indeferida
JOÃO CORREIA DA SILVA FILHO	11	600.862.899-34	Homologado
JOÃO GAZOLA	316	330.951.240-15	Indeferida
JOÃO PEDRO MISSIAS SANTOS E SANTOS	74	062.248.439-70	Indeferida
JOÃO RAFAEL BALKOSKI	208	065.215.529-45	Homologado
JOEL XAVIER SCHMITZ	284	032.107.039-90	Homologado
JOHN PIERRE SCHUBERT	131	062.321.149-14	Homologado
JOICE HELENE PASSOLD	302	043.979.359-98	Homologado
JOSE LINDANOR JORDAO	219	222.909.749-00	Homologado
JOSE LINS DE MELLO FERREIRA	172	005.041.569-77	Indeferida
JOSELAINE RODRIGUES DOS SANTOS	126	067.780.229-30	Homologado
JOSIANE DOS SANTOS CARDOSO CAMARA	221	633.757.025-15	Homologado
JULIA BIANCA DA ROCHA	149	063.619.879-06	Indeferida
JULIA SIMÃO SCHAEFER	96	101.660.599-43	Homologado
JÚLIA WEBER	160	082.687.049-00	Homologado

JULIANA APARECIDA BOSIO	102	067.809.019-03	Homologado
JULIANA CLARA DE OLIVEIRA MACHADO	158	098.304.099-02	Indeferida
JULIANA MASSON	245	051.947.239-03	Homologado
JULIANA PINHEIRO HILGERT	248	071.196.199-93	Cancelada
JULIANA RACHADEL	259	063.957.009-79	Homologado
JULIE CYPRIANI SANTOS	306	090.866.309-95	Homologado
JULIE PAUL	122	077.812.169-03	Homologado
JULIER VICENTE HILGERT	249	010.187.259-38	Homologado
JULIO CESAR NARDES	262	901.421.529-00	Homologado
KARLA CRISTIANE DA SILVA	6	062.206.209-33	Indeferida
KATHERINE KUHNEN	104	054.477.789-13	Homologado
KATIEIA DALBERTO GRETER	120	069.247.039-50	Homologado
LAIS PEREIRA DA SILVA	40	029.929.310-63	Indeferida
LAESCA MONIQUE POLICARPO	114	089.530.979-32	Indeferida
LARISSA LOPES	327	408.912.288-02	Indeferida
LARISSA UMBELINO	90	094.564.899-57	Indeferida
LARYSSA MARIA DE OLIVEIRA	163	089.795.419-02	Indeferida
LEANDRO KAISER	322	039.848.399-01	Indeferida
LEANDRO LUIZ ZIBELL	277	040.022.429-19	Homologado
LENIO MAURO DE SOUZA	271	008.157.779-65	Homologado
LIDIANE BATTISTI ARCHER	255	053.198.269-66	Indeferida
LILIAN OECKSLER MORBIS	174	970.604.109-53	Homologado
LILIANE PEREIRA CAMARGO	145	040.889.699-01	Indeferida
LIZANDRO NUNES FERNANDES	269	343.334.698-48	Homologado
LOANDRA KAUFMANN KOHLER	177	004.817.400-90	Indeferida
LOURENÇO DE ALBUQUERQUE MARTINS	278	005.468.409-90	Indeferida
LUAN RODRIGUES DE RODRIGUES	178	015.507.430-07	Indeferida
LUCAS COSTA DE SOUZA	155	030.242.490-36	Indeferida
LUCAS GUSTAVO OLIVEIRA DE BRAGA	144	6,89E+09	Indeferida
LUCIANA ALVES DOS SANTOS	127	043.013.839-30	Homologado
LUCIANA CIPRIANI KOSTETZER	183	947.597.749-04	Indeferida
LUCIANA SOUZA SANTOS	97	390.651.128-63	Indeferida
LUCIANE BERNARDINO	4	029.730.029-66	Homologado
LUCIANE CRISTINA TOLEDO DOS SANTOS	9	022.572.059-01	Indeferida
LUÍS DE OLIVEIRA NETO	282	074.058.529-04	Homologado
LUIS EDUARDO TESTONI	179	074.759.619-07	Homologado
LUIZ ALFREDO RÉUS DA SILVA	53	018.638.420-39	Indeferida
LUIZ CARLOS JOSE MARIA JUNIOR	231	064.954.059-01	Indeferida
MAIARA GOULART MEDEIROS	55	053.248.499-10	Indeferida
MAIKE MARIA COSTA DOS SANTOS	70	038.117.069-18	Homologado
MAIKY DEPINE	173	549.119.669-04	Indeferida

MAÍRA CORRÊA CARDOZO	238	026.422.069-20	Homologado
MANOEL GILMAR RIBEIRO	38	448.332.029-72	Indeferida
MANOELA MOSER	326	068.164.169-02	Indeferida
MARCEL DA SILVA FON-SECA	88	373.215.478-50	Homologado
MÁRCIO ADRIANO DE OLIVEIRA	87	030.737.499-85	Indeferida
MARCO AURELIO DE CARVALHO FILHO	215	060.813.318-30	Homologado
MARCOS DA ROCHA	2	071.920.559-05	Homologado
MARCOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA	317	088.547.469-40	Indeferida
MARCOS LAUER AMARAL CAMARGO	48	327.273.809-68	Indeferida
MARCOS RODRIGUES DE CARVALHO	312	092.726.416-16	Homologado
MARCOS ZANETTA JUSTINO	19	004.796.649-19	Indeferida
MARIA EDUARDA ZUCHI ADAO	185	084.292.019-63	Indeferida
MARIA IRENI LUGO GAZOLA	229	376.377.380-00	Indeferida
MARIA IVONETE OSSOSKI BELLI	103	833.888.859-15	Indeferida
MARIA PAULA BARBOSA PEREIRA	50	040.063.969-61	Indeferida
MARIA SALETE FARRIAS	300	568.423.689-87	Homologado
MARIANA COSTA	26	066.737.209-13	Indeferida
MARIANA PEGORARO	192	100.148.059-79	Indeferida
MARIANA ZICK CORREIA	220	091.040.289-29	Indeferida
MARIELE GIROTO ARAUJO	5	000.690.960-40	Homologado
MARILENE DA ROCHA	315	854.896.629-72	Indeferida
MARILEUSA BETTONI	285	906.839.009-00	Indeferida
MARILIA MONTEIRO WOHLFARTH	234	072.000.159-54	Indeferida
MARINA DUTRA GARCIA DA SILVA	297	064.627.149-05	Homologado
MARLUCY CORREA QUINTÃO SATURNINO	162	067.048.178-59	Indeferida
MARTA SODRÉ CUNHA	304	601.690.012-53	Indeferida
MATHEUS NORENBORG DA LUZ	218	062.539.499-26	Homologado
MAURIÉLY DOS SANTOS	270	059.951.149-48	Indeferida
MELAINE BORGES ALVES PINTO	289	029.630.619-35	Indeferida
MIRIAM ROSSANA BIASI STASKOWIAN	89	041.359.129-82	Indeferida
MIRIAN TERESINHA NUNES	39	810.928.499-04	Homologado
MOACIR ANTONIO DE OLIVEIRA	318	563.353.429-87	Homologado
MONICA SANTOS MAROCHI	194	844.474.009-87	Indeferida
MORGANA DA SILVA DE FREITAS	25	044.977.079-62	Indeferida
NAITHA TABUSO	72	388.531.308-14	Homologado
NATÁLIA FRANÇA RAMOS	280	049.911.559-75	Homologado
NATHALIA ALVES BARBOSA	202	373.733.578-81	Indeferida
NELSON RATZMANN	46	216.724.079-15	Indeferida
NEURI RODRIGUES DA SILVA	29	005.276.439-71	Homologado
NISAEI DOS SANTOS JUNIOR	203	058.869.169-03	Indeferida

OCTAVIO DE SOUZA FELIPE DA SILVA	298	328.372.898-41	Homologado
OSVALDO JOSE PITA	107	063.337.659-02	Indeferida
PAMELA DA SILVA FERREIRA	214	096.400.799-10	Indeferida
PAMELLA FELICIANO	222	010.431.739-60	Indeferida
PAMELLA SILVIA DA VEIGA	308	090.272.589-02	Indeferida
PATRÍCIA ADRIANA PETERSEN METTE	254	901.688.289-87	Homologado
PATRICIA OLIVEIRA DIONISIO	156	063.180.129-40	Indeferida
PATRICIA REINERT	12	718.970.549-04	Homologado
PAULA WACKERNAGEL	217	053.772.019-73	Homologado
PAULO ROBERTO TRIBESS SANTOS	268	069.915.349-27	Homologado
PAULO VICTOR DE OLIVEIRA	241	089.165.559-06	Homologado
PEDRO HENRIQUE DE CASTRO TEIXEIRA	108	078.194.459-71	Indeferida
POLLYANNA CRISTINA VOLTOLINI	20	069.134.089-78	Indeferida
PRISCILA DA CUNHA NARDES	10	074.418.119-45	Indeferida
PRISCILA SUANI MONGCONAN	292	079.616.449-54	Homologado
PRISCILLA INFÂNCIO ANTUNES	28	056.304.829-80	Indeferida
QUERLI ADRIANA DE PELEGRIN	16	040.881.509-45	Homologado
RAFAEL CARLOS ZENI	230	041.193.849-50	Homologado
RAFAEL MAFRA	61	028.674.269-10	Indeferida
RAFAEL MEURER	161	091.062.499-22	Indeferida
RAFAEL PEREIRA	252	009.234.579-41	Indeferida
RAFAEL RAMON SARDA	211	042.035.379-83	Indeferida
RAFAELA JAQUELINE LOTH BERNARDI	73	037.208.479-69	Homologado
RAIANA LEIRIA	294	081.020.699-45	Indeferida
RAQUEL GRIPA	35	060.819.529-40	Cancelada
RENATA DE DAVID PERFEITO	320	010.869.680-42	Homologado
ROBERT WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA	250	000.478.913-00	Homologado
ROBERTA ASSI	242	030.513.629-13	Homologado
ROBERTO DE ANDRADE PEDROSO	79	951.855.855-87	Homologado
ROBERTO HENRIQUE DE MIRANDA	303	071.190.859-13	Indeferida
ROBERTO NOVELLO	236	924.282.079-20	Indeferida
ROBSON UILIAN ROCKENBACH FERNANDES	275	008.787.830-59	Homologado
RODIMAR GRAF	321	003.613.259-40	Homologado
RODRIGO DANTAS NUNES	253	081.519.269-02	Indeferida
RODRIGO HENN NIESCIUR	281	075.222.979-66	Homologado
RODRIGO ROSA RANGEL	187	061.374.109-94	Homologado
RORIGO WIGGERS RODRIGUES	58	057.927.859-02	Indeferida
ROSANA CUSTODIO DA LUZ CASTELLAIN	80	902.900.709-53	Homologado
SABINE HELOISE TILLMANN	299	041.563.099-16	Homologado
SAMANTHA DIRKSEN	100	080.787.479-50	Homologado

SAMARA CRISTINA CORRÊA	287	079.396.579-92	Homologado
SAMARA JANE EFFTING VIEIRA	190	077.939.849-19	Indeferida
SEBASTIÃO ALBINO DA SILVA	251	656.758.359-20	Indeferida
SÉRGIO EDUARDO DE ALMEIDA BROERING JÚNIOR	310	033.844.319-36	Homologado
SHAIANA CARLA BAUMGARTEN	139	088.486.679-37	Homologado
SHEILA PIERITZ BRITTO	44	044.099.249-40	Indeferida
SIDNEI HEINZEN	168	007.487.219-24	Homologado
SOLANGE MARIA KRUG WEISE	175	064.380.999-61	Indeferida
SORAIA COELHO	129	022.609.249-64	Homologado
TAIANE BELUCO ANTUNES	3	086.748.069-61	Indeferida
TALITA NOSSOL	117	058.306.209-10	Indeferida
TANIA CINTIA BORNHAUSEN BOING	171	981.865.749-72	Indeferida
TARCIANO LOPES SANTOS	14	104.936.477-59	Homologado
TATIANA MULLER PFAU	41	063.743.809-40	Homologado
TATYANE SANI PRESTES BORGES	121	005.487.499-81	Homologado
TAUANA DOS ANJOS RAMOS	195	081.391.149-44	Indeferida
THAIS WILL	246	080.786.419-66	Homologado
THIAGO LUIZ ZIMMERMANN	170	051.689.239-84	Indeferida
THIAGO MENDES DA SILVA	237	057.928.834-08	Homologado
TIAGO HENRIQUE PEREIRA	313	009.267.859-90	Indeferida
TIFFANY LANDY DA CUNHA	34	069.585.109-84	Indeferida
VANESA THEILACKER	256	062.458.129-25	Homologado
VANESSA BARTH DA SILVEIRA VICENTE	311	041.784.289-93	Indeferida
VANESSA GUIMARAES	54	023.220.559-05	Indeferida
VANESSA MARTINS KRETZSCHMAR MENDES	325	009.759.529-27	Homologado
VANIA RAMOS	263	005.344.179-65	Homologado
VANUSA LEITE DE ARAUJO SCHMIDT	69	728.360.839-72	Homologado
VILMA MARTINS DE OLIVEIRA NEGHERBON	258	041.589.329-12	Homologado
VIVIANE GOMES DE MATOS	235	078.451.269-85	Indeferida
VIVIANE LARA	18	033.678.389-26	Homologado
VOLNEI JOSÉ FAVERO JÚNIOR	15	047.444.409-08	Homologado
WELICRYS OLIVEIRA GUIMARÃES	57	015.389.971-93	Indeferida
WENDER RIBEIRO	198	282.326.688-73	Indeferida

## 2. DOS RECURSOS

2.1 As inscrições indeferidas foram pela não confirmação do pagamento da taxa de inscrição e as canceladas por deferimento de pedido do(a) candidato(a).

2.2 Os candidatos que formalizaram sua inscrição e não constam da relação acima e/ou tiveram sua inscrição indeferida (não homologada), quer seja por falta de pagamento do preço público respectivo ou não confirmação bancária deste ou, ainda, pela incorreção do procedimento feito pelo candidato, poderá fazer uso do prazo estabelecido (18 e 19/11/2014) para protocolar recurso, devidamente instruído com os comprovantes da inscrição e do

pagamento do valor fixado, pedindo reconsideração do indeferimento.

2.3 A Homologação final das inscrições será publicada no dia 21/11/2014,

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CISAMVI e da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800, na home page do CISAMVI e da AMMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)) e no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br).

Blumenau, em 14 de Novembro de 2014.

Hartwig Persuhn

Carlos Cesar da Silva

Presidente do CISAMVI

Diretor Executivo do CISAMVI